



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2140

Quinta-feira - 08 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2	Garuva	240	Palma Sola.....	534
Arabutã	4	Gaspar	241	Papanduva.....	535
Arroio Trinta.....	5	Grão Pará	247	Passo de Torres.....	538
Balneário Piçarras.....	6	Guaramirim	248	Passos Maia	539
Balneário Rincão	8	Guarujá do Sul	250	Paulo Lopes	541
Barra Bonita.....	9	Herval d'Oeste	251	Peritiba.....	542
Bela Vista do Toldo.....	10	Ibiam	252	Pinheiro Preto	544
Benedito Novo	12	Ilhota	254	Planalto Alegre.....	546
Biguaçu	18	Imarui	255	Pomerode.....	547
Blumenau	19	Imbituba	260	Ponte Serrada	550
Bom Jesus do Oeste	28	Indaial.....	266	Porto União.....	563
Botuvera.....	31	Ipuacú.....	273	Presidente Castello Branco.....	581
Braço do Trombudo	35	Ipumirim	285	Presidente Nereu.....	582
Brunópolis	77	Irineópolis	292	Princesa	591
Brusque.....	78	Itá	293	Rio do Sul.....	595
Caçador.....	79	Itaiópolis	294	Romelândia.....	605
Camboriú.....	94	Itapiranga.....	295	Santa Terezinha do Progresso	607
Campo Alegre	95	Itapoá	297	São Bento do Sul.....	617
Campo Erê.....	112	Ituporanga	298	São Domingos.....	622
Campos Novos.....	113	Jaraguá do Sul	299	São Joaquim	625
Canelinha	124	Joaçaba	321	São José.....	626
Canoinhas.....	125	Lages	356	São José do Cedro.....	631
Capinzal	127	Laguna	359	São Lourenço do Oeste.....	632
Catanduvas.....	128	Lauro Muller	360	São Pedro de Alcântara.....	634
Chapadão do Lageado	136	Lebon Regis.....	376	Schroeder.....	640
Cocal do Sul.....	137	Leoberto Leal.....	377	Seara	676
Concórdia	138	Lindóia do Sul	380	Serra Alta	681
Cordilheira Alta	140	Luzerna	381	Sombrio.....	685
Coronel Freitas.....	156	Macieira.....	384	Sul Brasil	690
Coronel Martins.....	159	Mafra	401	Tigrinhos	707
Corupá	165	Maracajá	436	Timbé do Sul	708
Curitibanos	166	Maravilha.....	477	Timbó	709
Dionísio Cerqueira	167	Massaranduba.....	483	Treze Tílias	719
Eral Velho	168	Meleiro	516	União do Oeste	720
Faxinal dos Guedes.....	169	Modelo	517	Vargem Bonita	722
Flor do Sertão	170	Mondaí.....	518	Videira.....	723
Forquilha.....	171	Navegantes.....	519	Vitor Meireles.....	745
Fraiburgo.....	174	Nova Trento	526	Xanxerê.....	746
Frei Rogério	185	Orleans	528	Xaxim.....	747
Garopaba.....	187	Otacílio Costa.....	533		

Consórcios

AGIR	749
ARIS	752
CIGA	752
CIMCATARINA.....	760
CIS-AMAVI.....	761
CISAM	762
CIAPS.....	770

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 123/2016

DECRETO Nº 000123/16 de 7 de Dezembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 40.000,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 60.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2016

DECRETO Nº 000124/16 de 7 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 140.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 100.000,00

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 55.000,00

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 45.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 125/2016

DECRETO Nº 000125/16 de 7 de Dezembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 59.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 49.000,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 59.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2015**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 161/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Conpesa Construção Pesada Ltda.; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo Freiberg, na localidade do Louro, Município de Antônio Carlos/SC, com extensão de 770,00 metros, de acordo com convênio firmado entre o Governo Federal e o Município de Antônio Carlos, compreendidos pelos: trecho 01 (km 2+630 ao pf=3+040) com extensão de 410,00 metros, contrato de repasse nº 803132/2014 e trecho 02 (km 2+270 ao pf=2+630) com extensão de 360,00 metros, contrato de repasse nº 803126/2014, conforme Processo de Licitação nº 072/2015, Concorrência Pública nº 01/2015. Prorrogação de Prazo: 60 (sessenta) dias; Novo vencimento: 07 de fevereiro de 2017.

Antônio Carlos, 07 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº.1967/2016

DECRETO Nº 1967, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 5.812,12.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.031	Alimentação Escolar de Qualidade		
Modalidade	39	3390000000000000000010334	Aplicações Diretas	3.040,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.031	Alimentação Escolar de Qualidade		
Modalidade	40	3390000000000000000010335	Aplicações Diretas	2.682,12
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.031	Alimentação Escolar de Qualidade		
Modalidade	41	3390000000000000000010336	Aplicações Diretas	90,00
TOTAL				5.812,12

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do seguinte provável excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 0.1.0334 – FNDE - PNAE/PNAEC e PANAEPR\$ 3.040,00

0.1.0335 – FNDE - PNAE/PNAEFR\$ 2.682,12

0.1.0336 – FNDE - PNAE/PNAEMR\$ 90,00

TOTALR\$ 5.812,12

Arabutã - SC, 02 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 02 de Dezembro de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0071/2016 - DL
Dispensa de Licitação Nº 0029/2016 - DL
Setor(es) Solicitante(s): GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como

OBJETO: Referente à aquisição de ave temperada para distribuição gratuita aos servidores públicos municipais para as celebrações natalinas. nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0029/2016 - DL
Fornecedor: CENTRALFRIOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE FRIOS LTDA (80.746.738/0001-31)
Valor Total: R\$ R\$ 5.016,00 (cinco mil e dezesseis reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 07 de Dezembro de 2016
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 25/2016PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para Registro de preços visando a aquisição de gás de cozinha GLP para atender Secretarias Municipais, Unidades Escolares de Ensino Fundamental, Centros de Educação Infantil, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras nos anos de 2016 e 2017, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A. Total do Fornecedor: R\$95.000,00

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei e vigorará até o dia 4 de dezembro de 2017.

Balneário Piçarras(SC), 5 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 28/2016PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem nos campeonatos municipais de futebol de campo, futebol suíço, futsal e futebol de areia e olimpíadas escolares - OLEPI, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei e vigorará até o dia 05 de dezembro de 2017.

Sul Organização de Eventos Esportivos, Culturais e Turísticos Ltda.

Total do Fornecedor: R\$147.400,00

Balneário Piçarras(SC), 6 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 29/2016-PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2016-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada para organização e realização de atividades esportivas e recreativas durante o evento "Projeto Esporte Verão" 2017, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações

específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei e vigorará até o dia 04 de dezembro de 2017.

Sul Organização de Eventos Esportivos, Culturais e Turísticos Ltda.

Total do Fornecedor: R\$24.700,00.

Balneário Piçarras(SC), 5 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016-FME - SRP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório nº 027/2016 - FME

Pregão Presencial nº 016/2016-FME - SRP

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para fornecimento de uniformes escolares para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 23/12/2016 às 08:30h. Data da Sessão Pública: 23/12/2016 às 08:30h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 08 de dezembro de 2016. Laurei Bernadete Schneider Pereira – Gestora do FME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 – FME

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 – FME

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para fornecimento de tênis para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 21/12/2016 às 09h. Data da Sessão Pública: 21/12/2016 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 06 de dezembro de 2016. Laurei Bernadete Schneider Pereira – Gestora do FME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 – FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de equipamentos antropométricos, cadeiras e mochos odontológicos para a Unidade Básica de Saúde Itacolomi. Recebimento dos Envelopes até: 21/12/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 21/12/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 07 de dezembro de 2016. Dorval Vieira de Oliveira- Secretário Municipal de Saúde

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 083/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 083/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 22/12/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas e equipamentos, para aquisições futuras, nos reparos e manutenções dos Prédios Públicos do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 07 de Dezembro de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SEGUNDO AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMBR/2016

Considerando a imperiosa necessidade de aquisição pelo Município através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (1º./2ª./4º. BMM) do combustível estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram pela segunda vez interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMBR/2016, cujo objeto é o Registro de Preços de Combustível, para aquisições futuras, no atendimento do Convenio do Corpo de Bombeiros Militar da Santa Catarina que irão atuar na Operação Veraneio 2016/2017 do Município de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 07/12/2016, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 20/12/2016, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 07 de Dezembro de 2016.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO CONTRATOS 033 A 034

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 033/SAMAE/2016.; FORAUTO VEÍCULOS LTDA: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de um caminhão zero quilômetro adaptado para coleta de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão-SC. ASSINATURA: 29/11/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. RENATO ANGELONI COSTA

CONTRATO Nº. 034/SAMAE/2016.; VEMAQ VIATURAS E EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS LTDA: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de um caminhão zero quilômetro adaptado para coleta de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão-SC. ASSINATURA: 29/11/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. MAICO DAVILLA

EXTRATO DE ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 020/SAMAE/2016; PV MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS. Termo Aditivo ACRÉSCIMO ao contrato que tem por objeto contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço de mão de obra de montagem hidráulica de conexões e recalque em conjunto motobomba, e de serviço de usinagem e solda em conexões e tubos, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 01/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr OLIRIO JOSE LINO - Presidente e pela empresa o sr. ELIO PEREIRA NETO

Barra Bonita**PREFEITURA****TERMO ADITIVO CONTRATO 65/2015**

5º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº65/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Elaboração de Diagnóstico Sócio-ambiental para esta Municipalidade em conformidade com as especificações dos Anexos.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI JOÃO FRIZON, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, com sede na Bairro Centro, do município de São Miguel do Oeste - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 85332583000100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 65/2015, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº65/2015, acrescentando o valor de R\$ 2.249,50 ao valor original do Contrato, passando para o valor total de R\$ 11.248,50.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº65/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 7 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Contratante

AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

CNPJ n.º 19347310000105

Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI

CPF – 004.503.869-45

Nome: TAIS DERES

CPF – 078.234.939-00

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT

OAB: 27.542

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONTRATOS E ADITIVOS Nº 011/2016

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 040/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Artefatos de Concreto Planaltina Ltda, CNPJ 17.970.164/0001-44, Rua Bento Gonçalves, 1755, centro, Monte Castelo, SC.

Objeto: Execução das obras relativas pavimentação das Ruas Carlos Wagner Júnior (1.089,00 m²), Pedro Poloniski (1.041,00 m²), Roberto Cesar Bredun (1.065,00 m²), Vereador Alceu Lachmann (1.349,00 m²) e drenagem pluvial da Rua Laurindo C. de Paula, contemplando serviços de terraplenagem; drenagem pluvial; pavimentação das vias em lajotas e construção de calçadas em bloket, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária.

Data da assinatura: 11.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 041/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Nilvea Regina Marcondes - Me, CNPJ sob o nº 09.438.997/0001-30, Rua Eugênio de Souza, 515, sala 01, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição parcelada e se fizer necessária de equipamentos de informática, eletrônicos materiais de expediente e serviços técnicos.

Data da assinatura: 22.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 042/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Makrosys Tecnologia da Informação Ltda - Me, CNPJ 15.654.914/0001-43, Avenida Rigesa, 2949, sala 09, Centro, Três Barras, SC.

Objeto: Aquisição parcelada e se fizer necessária de equipamentos de informática, eletrônicos materiais de expediente e serviços técnicos.

Data da assinatura: 22.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 026.2016 - PREF – Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 062.2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda., CNPJ 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, São Francisco, Bituruna, PR.

Objeto do aditivo: Majoração do valor inicialmente contratado, conforme especificado na Clausula Sétima, item 7.1, do contrato 062.2014, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor

- INPC, acumulado durante os meses de julho de 2015 a junho de 2016.

Data da assinatura: 01.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 021/2016-PREF.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., CNPJ 00.802.002/0001-02, Estrada Boa Esperança, 2.320, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Materiais Médicos e Equipamentos.

Data da assinatura: 10.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 022/2016-PREF.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda., CNPJ 02.223.342/0001-04, Rua Benjamin Antonio Ansai, 180, Novo Mundo, Curitiba, PR.

Objeto: Aquisição Parcelada de Materiais Médicos e Equipamentos.

Data da assinatura: 10.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 023/2016-PREF.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Metromed Comércio de Material Médico e Hospitalar Ltda., CNPJ 83.157.032/0001-22, Estrada Boa Esperança, 1918, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Materiais Médicos e Equipamentos.

Data da assinatura: 10.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 024/2016-PREF.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares Ltda EPP, CNPJ 06.555.143/0001-46, Rua Pedro Thiesen Junior, 478, Ariú, Palhoça, SC.

Objeto: Aquisição Parcelada de Materiais Médicos e Equipamentos.

Data da assinatura: 10.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 011.2016 - FMS – Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 039.2014-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. CNPJ 10.324.957/0001-47,

Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Fernando Simão Maron Eireli - Me, CNPJ 17.496.421/0001-58, Rua Pedro Maron, 69, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto do aditivo: Aditivo de reajuste de valor.

Data da assinatura: 03.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 012.2016 - FMS – Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 039.2014-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Fernando Simão Maron Eireli - Me, CNPJ 17.496.421/0001-58, Rua Pedro Maron, 69, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto do aditivo: Inclusão de dotações orçamentárias.

Data da assinatura: 22.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 013.2016 - FMS – Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 027.2014-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Fernando Simão Maron Eireli - Me, CNPJ 17.496.421/0001-58, Rua Pedro Maron, 69, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto do aditivo: Aditivo de reajuste de valor.

Data da assinatura: 22.11.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CV 81/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONVITE nº 81/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Convite. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO E PESQUISA DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AO RISCO DE AMBIENTE DE TRABALHO PARA CORREÇÃO DE ERROS PASSADOS E PREVENÇÃO DE ERROS FUTUROS, EXCETO AGENTE NOVICO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h do dia 16 de dezembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 09h05m do dia 16 de dezembro de 2016, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 07 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI – Prefeito em Exercício

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

O Senhor Dário Tonolli, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. A Classificação Preliminar dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado 003/2016, já considerando os critérios de desempate consta divulgada no Anexo I deste ato.

2. Os recursos contra esta Classificação Preliminar podem ser interpostos nos dias 08 e 09 de dezembro de 2016, em horário de expediente, nos termos do Edital.

Benedito Novo, 07 de dezembro de 2016.

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Auxiliar de Creche

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	72	Raffaella Aparecida da Silva Ribeiro	02/07/1992	10	4,00	1	0,40	2	0,80	4	1,60	17	6,80	Classificado
2	99	Joyce Viviany Antunes de Oliveira Janke	19/06/1984	9	3,60	3	1,20	1	0,40	3	1,20	16	6,40	Classificado
3	76	Debora Rafaela Roedel	15/12/1995	9	3,60	1	0,40	1	0,40	3	1,20	14	5,60	Classificado
4	91	Taismara Corrêa	03/05/1997	7	2,80	4	1,60	1	0,40	1	0,40	13	5,20	Classificado
-	58	Talita Faustino	14/03/1991	9	3,60	3	1,20	0	0,00	1	0,40	13	5,20	Desclassificado
-	38	Francine Kamke Kovalski	22/07/1992	7	2,80	2	0,80	0	0,00	3	1,20	12	4,80	Desclassificado
-	110	Ellen Becky Miranda Silva	25/01/1996	9	3,60	1	0,40	0	0,00	1	0,40	11	4,40	Desclassificado
-	63	Sandra Sara Klitzke Draeger	26/09/1983	7	2,80	2	0,80	0	0,00	2	0,80	11	4,40	Desclassificado
-	109	Greicy Pereira Falconeli dos Santos	01/09/1996	6	2,40	3	1,20	1	0,40	1	0,40	11	4,40	Desclassificado
-	92	Ana Claudia Corrêa	10/07/1998	5	2,00	1	0,40	0	0,00	2	0,80	8	3,20	Desclassificado
-	97	Kelin Jaqueline Tesmann Ferrari	09/10/1990		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou
-	45	Aline Tureck Orlando	02/02/1999		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Agente Comunitário da Saúde - Barra São João



Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	41	Elisabeth Beyer	26/02/1962	7	2,80	4	1,60	5	2,00	2	0,80	18	7,20	Classificado
2	47	Neide Aliane Bertram	11/01/1988	7	2,80	2	0,80	5	2,00	1	0,40	15	6,00	Classificado
3	101	Marilei Raquel Grundmann Neumann	04/12/1987	5	2,00	3	1,20	4	1,60	2	0,80	14	5,60	Classificado
-	46	Ana Maria Schutze Becker	17/02/1993		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	20	Rosangela Wolter	20/12/1979	10	4,00	4	1,60	3	1,20	1	0,40	18	7,20	Classificado
2	15	Andressa Caroline Arendt	13/03/1995	7	2,80	3	1,20	4	1,60	4	1,60	18	7,20	Classificado
3	49	Vera Wetzel Kannenberg	26/05/1978	9	3,60	3	1,20	2	0,80	2	0,80	16	6,40	Classificado
4	30	Scheila Patricia Zickuhr	26/10/1991	9	3,60	3	1,20	1	0,40	3	1,20	16	6,40	Classificado
5	67	Gesiele Samantha dos Santos	10/05/1992	9	3,60	2	0,80	3	1,20	2	0,80	16	6,40	Classificado
6	102	Tayane Catafesta	03/11/1994	9	3,60	2	0,80	3	1,20	2	0,80	16	6,40	Classificado
7	53	Eva Luana Ponath	07/07/1984	9	3,60	1	0,40	3	1,20	3	1,20	16	6,40	Classificado
8	31	Juraci Beyer Bunker	06/09/1964	7	2,80	4	1,60	1	0,40	3	1,20	15	6,00	Classificado
9	9	Tamires Pacher de Moraes	28/09/1992	7	2,80	2	0,80	4	1,60	2	0,80	15	6,00	Classificado
10	106	Rubia Terezinha Brehmer	26/12/1980	9	3,60	1	0,40	3	1,20	1	0,40	14	5,60	Classificado
11	104	Miriele da Rosa Del Anhol	06/06/1996	9	3,60	1	0,40	2	0,80	2	0,80	14	5,60	Classificado
12	88	Jamaica Suellen Bell Saraiva	23/06/1992	8	3,20	1	0,40	3	1,20	2	0,80	14	5,60	Classificado
13	55	Katia da Silva Gobowski	13/01/1995	8	3,20	3	1,20	1	0,40	1	0,40	13	5,20	Classificado
14	90	Tatiane Alves Corrêa	29/10/1992	6	2,40	1	0,40	2	0,80	4	1,60	13	5,20	Classificado
-	28	Mônica de Lima Miranda Silva	30/07/1973	8	3,20	3	1,20	3	1,20	0	0,00	14	5,60	Desclassificado
-	77	Diangela Danubia Maas Nones	30/03/1981	7	2,80	2	0,80	3	1,20	0	0,00	12	4,80	Desclassificado
-	57	Camila Ninow	16/11/1994	6	2,40	2	0,80	2	0,80	2	0,80	12	4,80	Desclassificado
-	54	Daiana Berti	19/05/1988	8	3,20	2	0,80	1	0,40	0	0,00	11	4,40	Desclassificado
-	83	Bruna Cristina Sardagna	20/07/1984		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou
-	61	Geronilda Anhaya Orobka	24/01/1978		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Agente Comunitário da Saúde - Centro

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	14	Sandra Cristina Grosch	05/03/1973	8	3,20	4	1,60	5	2,00	2	0,80	19	7,60	Classificado
2	34	Izaías Guedes de Aquino	15/11/1962	8	3,20	3	1,20	5	2,00	2	0,80	18	7,20	Classificado
3	59	Carine Porto da Silva	23/10/1993	6	2,40	3	1,20	5	2,00	2	0,80	16	6,40	Classificado
4	33	Ana Lucia dos Santos Pinheiro	25/08/1963	6	2,40	3	1,20	4	1,60	1	0,40	14	5,60	Classificado
-	48	Daiana Aparecida Zanella	17/01/1993		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou
-	4	Helena Luisa Schmidt	27/12/1996		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Auxiliar de Serviços Gerais I

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	94	Isabel Natana de Souza	11/01/1992	8	3,20	2	0,80	2	0,80	1	0,40	13	5,20	Classificado
2	44	Janete Aparecida Ramos	27/08/1970	7	2,80	1	0,40	4	1,60	1	0,40	13	5,20	Classificado
3	36	Jenifer Lima	20/11/1989	6	2,40	2	0,80	3	1,20	2	0,80	13	5,20	Classificado
-	79	Terezinha Schneider	27/11/1963	9	3,60	0	0,00	2	0,80	2	0,80	13	5,20	Desclassificado
-	86	Cristiane S. Leal Begalke	08/09/1982		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou
-	85	Janice Michele Begalke	28/09/1997		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

-	107	Lucia Ribeiro dos Passos	02/11/1966		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou
---	-----	--------------------------	------------	--	------	--	------	--	------	--	------	---	------	--------

Médico Pediatra

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
-	35	Marceu Flores Pinto	19/06/1984	8	3,20	3	1,20	4	1,60	0	0,00	15	6,00	Desclassificado

Auxiliar de Serviços Gerais II

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	26	Juliana Bloedorn	12/06/1986	8	3,20	3	1,20	4	1,60	3	1,20	18	7,20	Classificado
2	71	Eli Begalke Bloedorn	13/09/1967	5	2,00	4	1,60	5	2,00	1	0,40	15	6,00	Classificado
-	70	Leonice Ferreira de Melo	13/05/1982	7	2,80	2	0,80	1	0,40	1	0,40	11	4,40	Desclassificado
-	22	Adelita Margarida Debacker Panoch	11/04/1960		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou
-	78	Leonida Bona	11/07/1961		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Instrutor de Modalidades II

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	64	Nilo Andrei Formigari	10/03/1989	10	4,00	3	1,20	3	1,20	4	1,60	20	8,00	Classificado
2	80	Bertino Schmitt	18/03/1960	9	3,60	3	1,20	1	0,40	4	1,60	17	6,80	Classificado
3	6	Marialva Longo	01/03/1963	10	4,00	3	1,20	1	0,40	2	0,80	16	6,40	Classificado
4	11	Vitor Schweder	07/07/1950	3	1,20	3	1,20	5	2,00	5	2,00	16	6,40	Classificado
-	95	Pablo Roberto Brehmer	22/12/1978	10	4,00	3	1,20	0	0,00	2	0,80	15	6,00	Desclassificado

Operador de Máquinas

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	93	Marcos Röper	21/04/1968	7	2,80	2	0,80	5	2,00	3	1,20	17	6,80	Classificado
2	7	Dercio Ivan Ewald	15/08/1987	7	2,80	1	0,40	5	2,00	3	1,20	16	6,40	Classificado
3	87	Ardelino Voltolini	02/01/1957	6	2,40	1	0,40	4	1,60	2	0,80	13	5,20	Classificado

Motorista

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	1	Euton Bernardo Rutz	30/11/1982	8	3,20	3	1,20	3	1,20	3	1,20	17	6,80	Classificado
2	65	Diego Alexandre Persuhn	16/06/1987	8	3,20	1	0,40	5	2,00	2	0,80	16	6,40	Classificado
3	29	Jean Ariel Bona	04/05/1986	7	2,80	2	0,80	5	2,00	1	0,40	15	6,00	Classificado
-	84	Daniel Cardoso	01/03/1984	7	2,80	0	0,00	4	1,60	1	0,40	12	4,80	Desclassificado
-	96	Pedro Henrique Lenzi Lenoir	11/01/1988		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Professor I-40

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	16	Evanilde Silva Freitas	28/04/1973	10	4,00	4	1,60	2	0,80	1	0,40	17	6,80	Classificado
2	82	Maria Fernandes Belem	14/01/1978	10	4,00	2	0,80	3	1,20	2	0,80	17	6,80	Classificado
3	60	Tuanny Michelle da Silva Soares	02/01/1992	10	4,00	2	0,80	2	0,80	2	0,80	16	6,40	Classificado

4	105	Ana Pabla Ardi Vera Andreatta	27/08/1977	9	3,60	2	0,80	2	0,80	3	1,20	16	6,40	Classificado
5	17	Janaina Góes Carvalho	25/04/1984	8	3,20	2	0,80	2	0,80	2	0,80	14	5,60	Classificado
-	74	Elizangela dos Santos	26/02/1994	8	3,20	2	0,80	0	0,00	3	1,20	13	5,20	Desclassificado
-	75	Marcia Martins Metzger	01/12/1974	8	3,20	1	0,40	0	0,00	3	1,20	12	4,80	Desclassificado
-	51	Zélia Teresinha Schneider	06/03/1974	7	2,80	2	0,80	1	0,40	2	0,80	12	4,80	Desclassificado
-	108	Joelma Odorizzi	24/03/1987	6	2,40	2	0,80	0	0,00	0	0,00	8	3,20	Desclassificado
-	40	Adriana Simone Koepsel	27/12/1978		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Professor I-20

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	23	Sandra Regina Schuetze Alves Reis	08/07/1974	10	4,00	3	1,20	2	0,80	3	1,20	18	7,20	Classificado
2	50	Juliana Adam	03/09/1979	10	4,00	3	1,20	2	0,80	3	1,20	18	7,20	Classificado
3	100	Andressa Vieira	28/06/1995	10	4,00	3	1,20	2	0,80	2	0,80	17	6,80	Classificado
4	43	Patricia Luana Mayer	01/03/1995	10	4,00	2	0,80	4	1,60	1	0,40	17	6,80	Classificado
5	66	Greici Luana Rodrigues	11/07/1996	9	3,60	3	1,20	2	0,80	3	1,20	17	6,80	Classificado
6	37	Jalciria Elisete Martins Zatti	17/05/1971	8	3,20	2	0,80	3	1,20	4	1,60	17	6,80	Classificado
7	21	Maira Luisa H. Lazzarini	26/06/1986	10	4,00	3	1,20	2	0,80	1	0,40	16	6,40	Classificado
8	89	Angela Borchardt	23/07/1990	9	3,60	1	0,40	3	1,20	3	1,20	16	6,40	Classificado
9	42	Eva Maria Groni	13/02/1963	10	4,00	2	0,80	1	0,40	2	0,80	15	6,00	Classificado
10	8	Neide Girardi Longo	19/06/1975	9	3,60	1	0,40	2	0,80	3	1,20	15	6,00	Classificado
11	62	Juranice Aparecida Buzzi Rode	20/09/1968	8	3,20	1	0,40	4	1,60	2	0,80	15	6,00	Classificado
12	69	Maristela Doroteia Schroeder Willrich	11/05/1980	9	3,60	1	0,40	3	1,20	1	0,40	14	5,60	Classificado
13	24	Aline Schmidt	06/12/1988	8	3,20	2	0,80	2	0,80	2	0,80	14	5,60	Classificado
14	25	Tatiana Cristina Kloehn	15/08/1983	7	2,80	1	0,40	4	1,60	2	0,80	14	5,60	Classificado
-	68	Marcia Becker Mendes	23/10/1968	7	2,80	0	0,00	1	0,40	4	1,60	12	4,80	Desclassificado
-	103	Cornélia Garcia Lingnau	18/10/1973	8	3,20	1	0,40	1	0,40	0	0,00	10	4,00	Desclassificado
-	32	Fabiane Aline Ewald	26/08/1982	6	2,40	1	0,40	1	0,40	1	0,40	9	3,60	Desclassificado

Servente

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	81	Valdinei Fiamoncini	19/02/1976	8	3,20	3	1,20	4	1,60	4	1,60	19	7,60	Classificado
2	10	Marcia Kohls Osti	15/08/1971	6	2,40	2	0,80	2	0,80	3	1,20	13	5,20	Classificado
-	12	Tercília Margarita Soares	29/06/1966		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Faltou

Técnico de Enfermagem ESF

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	52	Esther Bretzke Neumann	15/11/1969	6	2,40	4	1,60	4	1,60	3	1,20	17	6,80	Classificado
2	2	Juliana Meira Genske	01/01/1983	5	2,00	4	1,60	3	1,20	4	1,60	16	6,40	Classificado
3	3	Roberto Campestrini	04/01/1970	6	2,40	3	1,20	3	1,20	2	0,80	14	5,60	Classificado
4	13	Patricia Loppnow	19/12/1983	5	2,00	3	1,20	2	0,80	3	1,20	13	5,20	Classificado
-	39	Gislaine Cristine Rosa Machado	02/07/1983	4	1,60	3	1,20	2	0,80	1	0,40	10	4,00	Desclassificado

Técnico em Saúde Bucal ESF

Posição	Nº da Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Específicas		Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	73	Marcia Hennich	28/01/1962	7	2,80	1	0,40	2	0,80	3	1,20	13	5,20	Classificado
-	56	Ana Paula Rita Amaral	11/07/1977	7	2,80	3	1,20	0	0,00	2	0,80	12	4,80	Desclassificado

GABARITO DEFINITIVO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016

GABARITO DEFINITIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ENSINO FUNDAMENTAL

Agente Comunitário de Saúde:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	C	B	A	D	B	C	D	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	D	B	B	A	C	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Auxiliar de Serviços Gerais:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	D	C	B	C	D	A	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	D	B	B	A	C	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Motorista e Operador de Máquina:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	D	A	D	B	B	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	D	B	B	A	C	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Operário:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	C	A	B	D	A	C	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	D	B	B	A	C	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Servente:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	D	C	B	C	D	A	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	D	B	B	A	C	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

ENSINO MÉDIO

Auxiliar de Creche:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	A	A	C	B	A	D	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	X	B	B	A	C	D	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

* Questão nº 14 anulada pelo motivo do enunciado da pergunta estar incorreto.

Instrutor de Modalidades II:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	X	D	B	A	B	A	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	X	B	B	A	C	D	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

* Questão nº 3 anulada pelo motivo de haverem duas respostas iguais.

* Questão nº 14 anulada pelo motivo do enunciado da pergunta estar incorreto.

Técnico de Enfermagem - ESF:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	A	X	B	X	D	B	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	X	B	B	A	C	D	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

* Questão nº 4 anulada pelo motivo de haverem duas questões com o mesmo número.

* Questão nº 6 anulada pelo motivo do enunciado da pergunta estar incompleto.

* Questão nº 14 anulada pelo motivo do enunciado da pergunta estar incorreto.

Técnico em Saúde Bucal - ESF:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	B	A	D	D	A	C	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	X	B	B	A	C	D	A
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

* Questão nº 14 anulada pelo motivo do enunciado da pergunta estar incorreto.

ENSINO SUPERIOR

Auxiliar de Desenvolvimento de Educação Infantil:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	A	D	C	D	B	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	C	D	A	A	B	C	C
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Médico Pediatra:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	D	A	B	A	C	B	A	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	C	D	A	A	B	C	C
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Professor I-20 e Professor I-40:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	A	D	C	D	B	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	C	D	A	A	B	C	C
21	22	23	24	25					
A	C	C	B	A					

Benedito Novo, 07 de dezembro de 2016.

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 221/2016

DECRETO Nº 221/2016 DE: 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, declara a vacância do cargo público do servidor IREMAR NERY COSTA, a partir de 01/12/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º ☐ Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, ao servidor IREMAR NERY COSTA, detentor da matrícula funcional nº 1709, portador do CPF nº 438.244.809-30, inscrito no RG nº 972.434-6, PIS/PASEP nº 1087152915-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 40 hs - Educação Infantil, lotad na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º ☐ Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.861,97 (quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/12/2016, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de novembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Prefeito de Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

REPÚBLICAÇÃO PP 152-2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPÚBLICAÇÃO DO PP 152/2016 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 152/2016 PMB, que tem como objeto "Aquisição de instrumentos musicais para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:15 horas, do dia 20 dezembro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas, do dia 20 dezembro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 7 de dezembro de 2016.

VILSON NORBERTO ALVES

PREFEITO em exercício

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.354/2016

LEI Nº 8.354, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO ROTARY", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Rotary, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.355/2016

LEI Nº 8.355, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
INSTITUI O "MARÇO ROXO", PARA CONSCIENTIZAÇÃO DA EPILEPSIA EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Março Roxo, como mês de conscientização da epilepsia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.356/2016

LEI Nº 8.356, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.
INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICA", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Integração Étnica, a ser realizada, anualmente, na semana que antecede o aniversário de Blumenau, com o objetivo de promover o debate das culturas e a difusão das raças.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.133/2016

DECRETO Nº 11.133, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
HOMOLOGA O PARECER ATUARIAL Nº 19/2016, COM OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2016, E ALTERA AS ALÍQUOTAS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU, CONSTANTES DOS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 742/2010, ALTERADOS PELOS DECRETOS Nº 9255/2010, Nº 9361/2011, Nº 9685/2012, Nº 10.123/2013, Nº 10.390/14 e nº 10.700/15.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, I, "o", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o que estabelece o parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 742, de 11 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Parecer Atuarial nº 19/2016, com os resultados da avaliação atuarial, do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU.

Art. 2º Ficam alteradas as alíquotas do Plano de Amortização e o Demonstrativo Financeiro de Liquidação do Déficit Atuarial do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, constantes dos Anexos I e II da LC 742, de 11 de março de 2010, alterados pelos Decretos nº 9255, de 21 de setembro de 2010, nº 9361, de 25 de março de 2011, nº 9685, de 24 de abril de 2012, nº 10.123, de 25 de setembro de 2013, nº 10.390, de 16 de julho de 2014 e nº 10.700, de 07 de agosto de 2015, que, de acordo com o novo cálculo atuarial apreciado pelo Conselho de Administração do ISSBLU, em 27 de setembro de 2016, passam a vigorar com os valores expressos nos Anexos de igual número, que acompanham este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

· O Anexo II (PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL) do Decreto 11.133, de 02/12/2016, encontra-se publicado no site <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/blumenau>

DECRETO Nº 11.133/2016 - ANEXO I**ANEXO I**

(LEI COMPLEMENTAR Nº 742, DE 11 DE MARÇO DE 2010)

ANO	ALÍQUOTA DE CUSTO ESPECIAL
2016	8,00%
2017	8,00%
2018	9,00%
2019	12,00%
2020	15,00%
2021	19,00%
2022	23,00%
2023	28,00%
2024	35,00%
2025 A 2046	61,08%

PORTARIA SEDEAD Nº 30.926/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.926/2016

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL ANDREIA RONCAGLIO GERALDO AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal ANDREIA RONCAGLIO GERALDO, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 01 de janeiro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2016/11/010247.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 de novembro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**MD 2692**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.692

DESIGNA CAROLINE HENKELS ROSA E NEIVA APARECIDA WOLFF E NOMEIA JEAN CARLOS MELO E TIAGO DALL AQUA DIAS PARA A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São designados como representantes da Mesa Diretora e nomeados como representantes da Classe na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, da Câmara Municipal, em 18 de dezembro de 2016, sendo considerados automaticamente empossados na mesma data, os seguintes servidores públicos:

I – representantes da Mesa Diretora:

- a) Carolina Henkels Rosa – titular;
- b) Neiva Aparecida Wolff – suplente;

II - representantes da Classe:

- a) Jean Carlos Melo – titular;
- b) Tiago Dall Aqua Dias – suplente.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 18 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MD 2693

RESOLUÇÃO MD Nº 2.693

HOMOLOGA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO PABLO ADRIANO RIBEIRO COSTA DA SILVA NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerado estável no serviço público, em 5 de dezembro de 2016, o servidor público Pablo Adriano Ribeiro Costa da Silva, no cargo de Auxiliar Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha individual do servidor público indicado no artigo 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MD 2694

RESOLUÇÃO MD Nº 2.694

HOMOLOGA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA KENIA RIBEIRO LOPES COSTA NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerada estável no serviço público, em 5 de dezembro de 2016, a servidora pública Kenia Ribeiro Lopes Costa, no cargo de Agente Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha individual da servidora pública indicada no artigo 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MD 2695

RESOLUÇÃO MD Nº 2.695.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora – considerando a importância de proceder à atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo de provimento, da Câmara Municipal de Blumenau e o disposto no artigo 177, inciso IX da Lei Complementar 660/2007, os Decretos Municipais nº 9913/2013 e nº 10.908/2016 – edita a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta Resolução disciplina a atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo de provimento efetivo, da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º A atualização cadastral permanente de que trata o art. 1º será efetuada anualmente, pelos servidores ativos, no mês do seu aniversário, na Coordenação de Gestão de Pessoas, conforme agendamento prévio.

Art. 3º Para os fins desta Resolução os servidores deverão apresentar, pessoalmente, os seguintes documentos:

I - Formulário de Atualização Cadastral (Anexo I);

II - Declaração da Chefia Imediata (anexo II);

III - comprovante de residência atualizado de até 3 (três) meses (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito);

IV - certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito ou declaração de união estável emitida por escrivão em cartório, somente em caso de alteração cadastral, atualizada dos últimos 3 (três) meses;

V - CPF dos dependentes.

Art. 4º É obrigação do servidor manter seus dados atualizados junto à Coordenação de Gestão de Pessoas, a qualquer tempo, independentemente da atualização cadastral anual.

Parágrafo Único: Os Formulários de Atualização Cadastral previstos desta Resolução serão disponibilizados na página da Internet www.blumenau.sc.gov.br/intranet.

Art. 5º Compete ao servidor quando da atualização cadastral:

I – apresentar todos os documentos exigidos para a atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º;

II – informar qualquer alteração ao responsável pela atualização cadastral;

III – conferir as alterações feitas em seu cadastro e assinar o Formulário de Atualização Cadastral.

Art. 6º Compete à Coordenação de Gestão de Pessoas:

I - receber e conferir todos os documentos necessários para a realização da atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º, não aceitando entrega de parte da documentação obrigatória;

II - assinar, datar e entregar ao servidor o recibo de entrega do Formulário de Atualização Cadastral;

III - manter o controle de documentos referente a atualização cadastral;

IV - arquivar, preferencialmente de forma digital, os documentos recebidos no ato da atualização cadastral;

V – elaborar o relatório dos servidores que não efetuaram o recadastramento para fins do bloqueio dos vencimentos no mês subsequente, condicionado à prévia comunicação deste, no mínimo 5 (cinco) dias antes do fechamento da folha de pagamento.

Parágrafo único. Quando a atualização cadastral ocorrer após o bloqueio do pagamento, os valores devidos serão desbloqueados sem incidência de correção monetária.

Art. 7º Os servidores em afastamento por motivo de férias ou licenças, previstas no mês de seu aniversário, deverão efetuar a atualização cadastral no mês anterior ou até 30 (trinta) dias após o término do afastamento.

Art. 8º O servidor que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer até o local da atualização cadastral poderá solicitar visita in loco, informando o endereço completo.

Parágrafo único. Na data, hora e local agendados, o servidor deverá apresentar a documentação constante no artigo 3º ao servidor designado para a visita pela Coordenação de Gestão de Pessoas.

Art. 9º A exigência de cadastramento será objeto de comunicação, via ofício circular, pela Coordenação de Gestão de Pessoas, a todos os servidores públicos alcançados por esta Resolução.

Art. 10. Os casos omissos nesta Resolução serão apreciados e decididos pelo Presidente da Câmara Municipal, observados os princípios de Direito Público.

Art. 11. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

ANEXO I DA RESOLUÇÃO MD Nº 2.695, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL			
I – DADOS BÁSICOS:			
Nome completo (sem abreviações)			Matrícula
II - DADOS COMPLEMENTARES:			
Estado Civil		CPF	
RG	Órgão Expedidor	UF	Data de Expedição ____/____/____
Data de Nascimento ____/____/____	Nome da Mãe		
Endereço			
Bairro	Cidade	UF	
CEP	Telefones (inclusive DDD)		
Endereço Eletrônico (e-mail):			
II – DEPENDENTES (SE HOUVER):			
Nome Completo	Grau de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Grau de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Grau de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Grau de Parentesco	CPF	
VII – DECLARAÇÃO			
Declaro, sob as penas da lei, que os dados informados neste formulário correspondem à expressão da verdade.			
Local e Data ____, ____/____/____		Para uso da CAMARA Recebido em ____/____/____	
Assinatura do Servidor		Assinatura e Carimbo do Servidor	

COMPROVANTE DE RECADASTRAMENTO

Recebi TODOS os documentos necessários para o cadastramento de 2017.

_____, ____/____/_____. (local e data)

Nome/Matrícula do Servidor

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 2.695, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECLARAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA DE SERVIDOR PÚBLICO

SERVIDOR:	
MATRÍCULA:	CPF:
HORÁRIO DE TRABALHO:	JORNADA SEMANAL:
LOCAL DE LOTAÇÃO:	
CARGO:	

Eu, _____ (nome da chefia imediata), declaro para fins específicos do procedimento da Atualização Cadastral dos servidores públicos ativos, titulares de cargo efetivo, da Câmara Municipal de Blumenau, conforme Resolução MD nº 2.695/2016, que o servidor acima identificado cumpre expediente regular no(a): _____

(nome do local).

Em ____ de _____ de 2017.

SECRETARIA / ÓRGÃO / SETOR DO CHEFE IMEDIATO

MATRÍCULA DO CHEFE IMEDIATO CPF DO CHEFE IMEDIATO

ASSINATURA E CARIMBO DO CHEFE IMEDIATO

*Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações acima, ciente que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 01 de dezembro de 2016.

Quinta-Feira - 19:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 950 e 955 e do Projeto de Resolução nº 525 (ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 901 e 902 e a Resolução nº 479, respectivamente. Destino: publique-se); e também as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.173, 1.592 e 1.632 (Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 7.043); e dos Projetos de Lei nºs 6.714, 6.749, 6.801, 6.979, 6.998, 7.042, 7.050, 7.051, 7.174, 7.251, 7.267, 7.280 e 7.282. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 29 de novembro de 2016.
Terça-Feira - 19:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 951, 952, 953 e 954 (ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 897, 898, 899 e 900, respectivamente. Destino: publique-se); dos Projetos de Lei nºs 7.278 e 7.279; e do Projeto de Lei Complementar nº 1.635. Destino dos Projetos de Lei: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 01 de dezembro de 2016.
Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller.

Rejeitado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.614. Destino: ao Executivo para promulgação.

Acatado, em única discussão e votação, os vetos totais aos Projetos de Lei nºs 7.224 e 7.225; e ao Projeto de Lei Complementar nº 1.628. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 467; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.714; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.801; as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 7.042; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.050; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.051; e a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.174 Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Retiradas a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.565; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.716; o Projeto de

Lei Complementar nº 1.565; e o Projeto de Lei nº 6.716. Destino: ao arquivo.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 467. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 525; os Projetos de Decreto Legislativo nºs 950 e 955; os Projetos de Lei Complementar nºs 1.173, 1.592; os Projetos de Lei nºs 6.714, 6.749, 6.801, 6.979, 6.998, 7.042, 7.050, 7.051, 7.174, 7.267 e 7.280; e o Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 7.043 (transformado em Projeto de Lei Complementar nº 1.632). Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1429, 1431 e 1432/2016; e das Moções nºs 137, 138, 139, 140 e 141/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Despachada a Mensagem nº 73/2016 à Comissão de Constituição com trâmite urgentíssimo.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.284, que "DENOMINA DE PASTOR WOLDEMAR KINAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SER CONSTRUÍDO NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA".

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 22 de novembro de 2016.
Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.577, 1.618 e 1.633; do Projeto de Decreto Legislativo nº 949 (ficando promulgado o Decreto Legislativo nº 896); e dos Projetos de Resolução nºs 534, 535 e 538 (ficando promulgadas as Resoluções nºs 476, 477 e 478, respectivamente). Destino dos projetos de lei: à sanção do Executivo. Destino do Projeto de Decreto Legislativo e dos Projetos de Resolução: publique-se.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 24 de novembro de 2016.
Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 29 de novembro de 2016.
Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além Destino: à Secretaria para providências.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 951, 952, 953 e 954; os Projetos de Lei nºs 7.278 e 7.279; e o Projeto de Lei Complementar nº 1.635. Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 01 de dezembro de 2016.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)

Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.251. Destino: à Comissão de Redação Final.

Entrada do Requerimento nº 1430/2016.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.282 (Mensagem nº 73/2016), que "SUBSTITUI ANEXOS DAS LEIS Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, E Nº 8.303 DE 04 DE JULHO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.283, que "DENOMINA DE "RUA ARTUR MONTAGNA", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO PROGRESSO".

Entrada das Subemendas nºs 01 e 02 e das Emendas nºs 03, 04 e 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.591.

Aprovado, em única discussão e votação, o Requerimento nº 1430/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.282. Destino: à Comissão de Redação Final.

Promulgada a Resolução MD nº 2691. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 955, que "CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO AO SENHOR MOACIR ZIMMERMANN".

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 22 de novembro de 2016.
Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.618 e a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 535. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.577, 1.618 e 1.633; os Projetos de Resolução nºs 534, 535 e 538; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 949. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 1396/2016 e das Moções nºs 129 e 130/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 7.143. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685 e 2686. Destino: comunique-se e publique-se.
Entrada da Mensagem nº 69/2016 – encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 1.633, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 701, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, E ALTERA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA, DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB, E DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU, ESTABELECIDAS, RESPECTIVAMENTE, NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 507, DE 13.03.2005, Nº 509, DE 17.03.2005, Nº 703, DE 29.01.2009 E Nº 308, DE 22.12.2000."

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 949, que "ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 880, DE 7 DE JUNHO DE 2016."

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.634, que "REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 146 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007."

Entrada do Projeto de Lei nº 7.273, que "INSTITUI O "SETEMBRO AMARELO" - DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO, EM BLUMENAU."

Entrada do Projeto de Lei nº 7.274, que "NOMEIA A PRAÇA HERCÍLIO LUZ COMO LOCAL DE EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS DE ARTISTAS BLUMENAUENSES".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.275, que "DETERMINA A INCLUSÃO DE DISCIPLINA SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS."

Entrada do Projeto de Lei nº 7.276, que "DETERMINA A FIXAÇÃO DE PLACAS DE ORIENTAÇÃO COM OS NOMES DOS MÉDICOS E ENFERMEIROS DE PLANTÃO NAS CLÍNICAS E HOSPITAIS DE BLUMENAU".

Entrada da Emenda nº 01, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, ao Projeto de Lei Complementar nº 1.618.

Entrada das Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, ao Projeto de Lei Complementar nº 1.604.

Entrada da Emenda nº 01, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, ao Projeto de Resolução nº 535.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 24 de novembro de 2016.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta

Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 1ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 7.251. Destino: ao 2º turno de votação.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.277, que "DENOMINA DE "RUA JAGUARIBE", PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO GARCIA".

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 950, que "ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 880, DE 7 DE JUNHO DE 2016".

Promulgada a Resolução MD nº 2688. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei nº 7.251.

Entrada do Ofício GAPREF 1036/2016, comunicando a retirada da Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei nº 7.251.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.300, 1.360, 1.479, 1.483 e 1.525; e dos Projetos de Lei nºs 5.540, 5.892, 6.457, 6.474, 6.660, 6.941, 7.018, 7.163, 7.183, 7.194 e 7.230.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 29 de novembro de 2016.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 7.251, Destino: incorporada ao projeto.

Aprovado, em 1ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.251. Destino: ao segundo turno de discussão e votação.

Entrada da Moção nº 136/2016. Destino: à Ordem do Dia.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 951, que "CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO AO SENHOR SÉRGIO VIEIRA GALDINO".

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 952, que "CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO AO SENHOR MARCELO GREUEL".

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 953, que "CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO AO SENHOR

JONATHAN RIEKMANN”.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 954, que “CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO À SENHORA FABIANA KUESTNER GRIPA”.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.635 (Mensagem nº 71/2016), que “ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 288, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA - COMDEVI - E O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA - FUMDEVI”

Entrada do Projeto de Lei nº 7.278, que “AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.279 (Mensagem nº 70/2016), que “AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E LEI Nº 8.124 DE 29 DE JUNHO DE 2015 (LDO)”.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.280, que “DENOMINA DE “EMÍLIO JURK”, PONTE LOCALIZADA NO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA”.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.281, que “DENOMINA DE “TERMINAL BERLIM”, TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO A SER CONSTRUÍDO NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL”.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2689 e 2690. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.278, que “

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4969/2016

DECRETO Nº. 4969/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

“APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA PREVIS- TA EM METAS MENSAIS E BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO, COM VISTAS À COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DA RECEITA E A EXECUÇÃO DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 13 E 8º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e conforme o que dispõe os artigos 13 e 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 - a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu Art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, no Art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

Considerando as normas de escrituração previstas na Lei 4.320/64 e no Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar nº 101/2000, previsto nos Arts. 52 a 54;

Considerando o encaminhamento realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

Considerando que a programação da despesa pública continuada e os investimentos devem respeitar o comportamento da receita;

Considerando a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as metas mensais e bimestrais de arrecadação e os limites para movimentação de empenhos e para pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017 – Lei nº 1033/2016, de 16 de novembro de 2016, na forma discriminada no Anexo Único, que integra o presente Decreto.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Seção I

Das Finalidades

Art. 2º. A programação financeira e o cronograma de execução

mensal de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas destina-se a:

I - assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;

II - identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

III - servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais nominais e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

V - permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o Art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme Art. 5º, III, “b” da mesma Lei;

VII - permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII - permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX - viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes:

a) da renúncia de receita, conforme Art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;

b) da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no Art. 16, I;

c) da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no Art. 17, § 1º.

CAPÍTULO III

DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º. Ficam estabelecidas, conforme Anexo Único deste Decreto, as metas mensais e bimestrais de arrecadação e as despesas mensais e bimestrais para o presente exercício, estabelecidas com base no fluxo de arrecadações e de despesas dos últimos três exercícios.

§ 1º. As metas de arrecadação e a programação da despesa poderão ser revistas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo Único deste Decreto.

§ 2º. Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar.

§ 3º. O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o Art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO IV

DOS DESEMBOLSOS

Seção I

Dos Critérios Para os Desembolsos

Art. 4º. As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos exatos termos do art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

Parágrafo único. A observância da ordem de que trata o caput poderá ser alterada:

- I - no pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - para os pagamentos de diárias e adiantamento de despesas de que trata a legislação municipal vigente;
- III - nos casos em que decorra vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos que sejam capazes de justificar a alteração da ordem;
- IV - nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;
- V - no pagamento da contribuição ao PASEP;
- VI - no pagamento da dívida pública; e,
- VII - no pagamento de sentenças judiciais.

Art. 5º. A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no Art. 40, XIV, "b" e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

Seção II

Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

Art. 6º. Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária especificada para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

Art. 7º. Os repasses mensais no exercício atenderão:

§ 1º. Ao limite constitucional e aos valores referentes às dotações consignadas na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores para o exercício e em créditos adicionais, e obedecerá ao cronograma de desembolso elaborado pelo Legislativo para atendimentos de suas despesas.

§ 2º. Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos, sendo repassado 1/12 avos mensalmente do valor do orçamento da Câmara.

§ 3º. Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativas à Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo Municipal.

§ 4º. O produto da aplicação financeira dos recursos do Poder Legislativo, bem como as retenções de receitas efetuadas, deverão ser contabilizados no fluxo extra-orçamentário e repassados ao Executivo Municipal.

Seção III

Dos Repasses Financeiros para atender as Vinculações Constitucionais e Legais e as Receitas de Aplicações Financeiras

Art. 8º. Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB serão creditados em conta específica e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE de que trata a Lei 9.394/96, Art. 70, serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 9º. Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 10. O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11. Os valores decorrentes da receita de aplicação financeira oriunda de recursos vinculados de que tratam os Arts. 8º, 9º e 10 serão contabilizados como receita patrimonial e terão o mesmo objeto de aplicação do que o depósito que lhe originou a receita.

CAPÍTULO V DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 12. A Secretaria da Fazenda juntamente com o Setor de Contabilidade ficarão responsáveis pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata este Decreto.

Parágrafo único. A cada bimestre poderá ser efetuada a reprogramação do Anexo Único de que trata este Decreto.

Art. 13. Os limites autorizados somente poderão ser alterados por outro decreto que o retifique, ficando vedada a alteração no sistema de informática por servidor sem a devida autorização legal.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais e extraordinários reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 15. Os Diretores deverão providenciar o bloqueio provisório das dotações orçamentárias e a suspensão da autorização de compra em caso de não realização da receita, ou tendência desta, podendo ocorrer à recomposição das dotações na proporção dos bloqueios realizados.

Parágrafo único. O Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias à limitação de empenho a fim de equacionar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme as premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 799/2015, de 24 de junho de 2015.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretaria Municipal quanto à sua pasta.

Art. 17. A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto fica a cargo da Secretaria da Fazenda que comunicará ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TBOM JESUS DO OESTE,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4970/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4970/2016 de 07 de Dezembro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02290/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 02290/2016, que tem por objeto Aquisição de peças e mão de obra para retifica e montagem de motor de Carregadeira Michigan 55 C.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Jogo de Anéis cod. 00004042	1,00	895,00
2	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Jogo de Biela cod. 00005537	1,00	698,00
3	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Jogo de Bronzinas cod. 00001941	1,00	690,00
4	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Jogo de Juntas do Motor cod. 00003694	1,00	580,00
5	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Vírabrequim stand cod. 000005481	1,00	4.450,00
6	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Óleo carter cod. 00005909	12,00	228,00
7	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Filtro cárter cod. 00003705	1,00	98,00
8	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Mão de obra mecânica para recuperar bloco do motor, serviço de solda, recuperar mandril mancais bucha de comando, lavagem completa, adaptar gaxetas, montagem de motor	66,00	4.950,00

Doze mil quinhentos e oitenta e nove reais	12.589,00
--	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, naos 07/12/16.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2433/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2433/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 048/2016

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 20 de Dezembro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a eventual aquisição de veículo 0 km ano/modelo 2016/2017 e climatizadores evaporativos.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08 de Dezembro de 2016.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS do processo seletivo Nº 04/2016, DE 03 DE novembro DE 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, PREFEITO MUNICIPAL de botuverá, Estado de Santa Catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

1. HOMOLOGAR, após verificação de regularidade, as inscrições dos candidatos inscritos para os cargos de Professor(a) de Ensino Infantil e Séries Iniciais (habilitado e não habilitado), Professor(a) de Arte (habilitado e não habilitado), Professor(a) de Música (habilitado e não habilitado), Professor(a) de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA (habilitado e não habilitado), Nutricionista; Monitor escolar e Servente escolar.

Item	EMPREGO PÚBLICO	TOTAL DE INSCRITOS
001	Professor(a) de Ensino Infantil e Séries Iniciais (habilitado)	11
002	Professor(a) de Ensino Infantil e Séries Iniciais (não habilitado)	19
003	Professor(a) de Arte (habilitado)	0
004	Professor(a) de Arte (não habilitado)	5
005	Professor(a) de Música (habilitado)	0
006	Professor(a) de Música (não habilitado)	1
007	Professor(a) de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA (habilitado)	1
008	Professor(a) de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA (não habilitado)	1
009	Nutricionista	1
010	Monitor Escolar	37
011	Servente Escolar	22

2. PUBLICAR a relação dos candidatos inscritos e deferidos para o Processo Seletivo nº01/2016:

PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
483135	06/10/1960	Adelaide Sestari Bambinetti
473124	22/06/1992	Amanda Eloiza Bosio Tomio
488487	20/08/1964	Bernadete Bosio Vicentini

472256	06/03/1992	Bruna Araldi Wilbert Costa
472889	24/10/1959	Claudete Graf
478656	03/01/1972	Dalva Rosana Dalsegio Giancesini
472683	03/05/1982	Deise Grasiela Jorge Pavesi
472913	12/03/1992	Jakeline Hodecker Colzani
485582	03/12/1987	Marlize Maestri Hort
480230	14/05/1966	Sandra Aparecida Colzani Comandolli
481600	07/03/1977	Sandra Regina Pavesi

PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
478489	26/05/1978	Adelita Molinari Venzon
488317	15/05/1987	Aline Goncalo Trindade Bonecher
474795	03/10/1990	Bianca Ariel Maestri
499299	12/05/1988	Bianca Coelho Modesto
495935	12/06/1995	Bianca Leite
474736	24/01/1989	Daniel Falcao
497964	14/02/1995	Daniele Brogni
494580	21/10/1965	Ilda Soares Becker
492567	14/07/1985	Izabel Oliveira Cruz Rodrigues
488482	13/05/1995	Maiara Jordao
483181	26/05/1996	Maindra Maria Bambinetti
494235	17/04/1983	Marcia Franzen
477132	01/06/1981	Maria Ester Silva
491701	16/08/1993	Patricia Ap. Silva Valentini
491424	27/08/1976	Patricia Aparecida Leoni
479644	12/06/1977	Rosani Roversi Hillesheim
485587	02/07/1974	Sirlene Maria De Souza Silva
488785	30/08/1988	Tamires Manrich Bertoldi
481009	10/02/1995	Viviane Francisco De Assis

PROFESSOR DE ARTES HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
497095	23/05/1994	Bruna Wisbeck
494620	31/08/1996	Carlos Becker Junior
480703	13/12/1987	Lucimar Graf
474007	09/08/1985	Sandra Hodecker Scharf
497196	13/10/1988	Sharlon Schmidt Rensi

PROFESSOR DE MÚSICA HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE MÚSICA NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
496636	23/12/1997	Ruan Vinicius Pedrini

PROFESSOR DE EJA HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
475347	31/01/1965	Maria Aparecida Deschamps Fernandes

PROFESSOR DE EJA NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
501764	07/10/1980	Janaina Reinert

NUTRICIONISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
471987	01/10/1984	Caroline Pozzi Vanelli

MONITOR ESCOLAR

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
487617	12/08/1994	Adrielly Pezzini
501316	30/11/1984	Alexsandra Luzia Gois Schadt
500878	06/05/1995	Ana Paula Da Silva
498606	11/02/1985	Andreia Pedrini Leoni
491113	13/12/1980	Angela Luzia Wietcowsky Smanioto
484049	04/03/1999	Ariane Colzani
477771	29/01/1994	Bruna Rescarolli
482747	20/03/1989	Camila Slomp Lazerini
479766	13/04/1994	Caroline Comandolli
484933	13/10/1978	Cheila Molinari Werner
482201	23/01/1990	Diego Roberto Portaleta
473637	29/11/1984	Elaine Cristina Michei Coelho
494899	06/04/1982	Francisca Maestri
499682	07/09/1994	Gisele Dognini
474890	15/01/1997	Jaqueline Baron
494745	21/07/1995	Josiane Sebold Da Silva
491065	07/02/1991	Juliana Silveira Fandaruff
485652	13/03/1977	Kelli Rezini De Souza
487163	03/12/1994	Larissa Fachini
472422	02/10/1985	Leila Freitas Werner
485864	18/04/1991	Liliane Bosio
482774	22/08/1982	Luana Chierici
491483	08/06/1991	Marielle Colombi
474626	09/09/1997	Marina Pavesi
481279	27/04/1992	Monique Daiane Hoffmann
483009	11/06/1982	Morgana Fachini Cuchi
493353	20/06/1994	Natacha Helen Rescarolli
499123	15/12/1979	Noemi Sara De Oliveira
482737	22/05/1995	Pamela Jordao
483061	06/11/1986	Rafael Mota Faria
472843	07/07/1997	Shaiani Clerice
491362	15/08/1982	Simone Aparecida Elias Wollsteiner

480268	27/04/1982	Susana Bosio
473515	08/09/1998	Taina Mariani
485954	24/03/1991	Taize Martinenghi
473826	10/02/1993	Vanessa Rescarolli
501919	20/05/1984	Vania Avi Zanca

SERVENTE ESCOLAR

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
501262	03/06/1990	Aline Horn Da Silva
480102	23/08/1988	Andreia Aparecida Cuchi
499884	13/06/1993	Bruna Lucia Inácio Ponciano
477208	12/09/1988	Debora Cristina De Oliveira Rescarolli
483675	01/01/1968	Eliane Aparecida Rosa Goncalves
479051	17/11/1983	Fernanda Carezia
480204	08/10/1987	Franciele Da Silva Ferreira
487765	18/02/1983	Geciane Kochansky
500267	03/02/1984	Graciela Machado
487192	11/09/1996	Izamara Martinenghi
491375	24/07/1983	Liliamary Monica Wanderherz De Deus
476653	20/05/1956	Luzia Horn Dalabeneta
501713	21/07/1962	Margarida Colzani
495612	21/01/1964	Maria Dos Santos
488486	10/06/1968	Marilene Dalabeneta Pavesi
473583	29/03/1966	Marlete Lacerda Da Silva
475808	06/01/1970	Marli Jurema Dalabeneta Busquirolli
491632	12/07/1974	Patricia Bechtold Nau
478118	12/08/1989	Primausa Rodrigues Pereira
482522	12/10/1969	Roselene Ines Buschiroli Radavelli
494641	21/04/1969	Roseneide Grach Baron
492710	16/05/1994	Tais Neumann Da Silva Ribeiro

3. CONVOCAR os candidatos inscritos para as provas objetivas que serão realizadas no seguinte dia, local e horário:

11 DE DEZEMBRO DE 2016 - PERÍODO DA MANHÃ Horário de Abertura dos Portões: 08h30min
Horário de Fechamento dos Portões: 09h00min
Início das Provas: 9h00min

CARGOS:

- Professor(a) de Ensino Infantil e Séries Iniciais (habilitado e não habilitado);
- Professor(a) de Arte (habilitado e não habilitado);
- Professor(a) de Música (habilitado e não habilitado);
- Professor(a) de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA (habilitado e não habilitado);
- Nutricionista;
- Monitor escolar; e
- Servente escolar.

INTERVALO ALFABÉTICO	Local de Prova	Endereço
Nomes iniciados com as letras "A" à "Z"	EEB Padre João Stolte	AVENIDA PAULO VI- Nº02 CENTRO, BOTUVERÁ – SC CEP 88295-000

ATENÇÃO CANDIDATO:

A Prefeitura Municipal de Botuverá e a empresa Dédalus Concursos,

não se responsabilizam por informações prestadas por meio de serviços de site (que não sejam os oficiais do site oficial do Município de Botuverá - SC: www.botuvera.sc.gov.br e da empresa Dédalus Concursos: dedalus.listaeditais.com.br e www.dedalusconcursos.com.br) ou qualquer outra prestadora a respeito da localização e endereços de provas, bem como navegadores GPS's e outros, tais como: Google Maps, Google Earth, etc.

3.1 Os candidatos deverão comparecer no local de aplicação das provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de caneta azul ou preta, lápis preto e borracha, e documento de identificação com foto, conforme Edital de Abertura.

3.2 Os candidatos deverão comparecer no local de aplicação das provas munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

3.3 Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado após a homologação das inscrições, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

3.4 Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizados de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

3.5 Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo para Emprego Público.

3.6 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

3.7 As provas objetivas de múltipla escolha terão duração máxima de 1h30m (uma hora e trinta minutos) e mínima de 00h30 (trinta) minutos, para todos os Empregos Públicos.

3.8 A fim de evitar infortúnios os candidatos devem levar consigo no dia da prova o comprovante de pagamento da inscrição juntamente com o seu documento.

3.9 A Prova objetiva para os cargos de Professor(a) de Ensino Infantil e Séries Iniciais (habilitado e não habilitado), Professor(a) de Arte (habilitado e não habilitado), Professor(a) de Música (habilitado e não habilitado), Professor(a) de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA (habilitado e não habilitado), Nutricionista; Monitor escolar e Servente escolar terão caráter eliminatório e classificatório sendo composta de 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções de respostas, com somente uma opção válida, cujo conteúdo programático está especificado no Edital de Abertura do Processo Seletivo.

3.10 A prova objetiva de múltipla escolha será atribuída um valor de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. O candidato NÃO poderá ZERAR os pontos da prova para obter a aprovação no Processo Seletivo.

3.11 O nível de complexidade e exigência quanto ao conteúdo das provas variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para preenchimento do Emprego Público ao qual o candidato estiver concorrendo.

3.12 Na hipótese de anulação de questões da prova, quando de sua avaliação, as mesmas serão pontuadas como corretas para todos os candidatos.

3.13 Não serão consideradas:

- a) As questões da prova assinaladas no cartão de respostas que contenham emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- b) As questões da prova que contenham mais de uma opção de resposta assinalada no cartão de respostas;

c) As questões da prova que não estiverem assinaladas no cartão de respostas;

d) A prova cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

3.14 Para a realização da prova, respondida em cartão de respostas, os candidatos deverão dispor de caneta esferográfica de escrita preta ou azul (escrita normal).

3.15 Os candidatos somente poderão se retirar do local da prova depois de transcorrido o tempo mínimo de 00:30 (trinta minutos) do início da mesma, não podendo levar consigo o caderno de prova.

3.16 Para realização das provas, o candidato deverá portar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha;

3.17 Por razão de segurança, os Cadernos de Questões da Prova Objetiva somente poderão ser levados pelos candidatos no local de aplicação das provas, após decorrido o tempo mínimo de 1 (uma) hora.

3.18 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local simultaneamente.

3.19 Não haverá segunda chamada para a Prova Objetiva. O não comparecimento na Prova Objetiva, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato do certame.

3.20 É vedado ao candidato prestar a prova objetiva fora do local, data e horário, divulgados pela organização do Processo Seletivo.

3.21 Será automaticamente ELIMINADO do certame o candidato que, durante a realização da prova:

- a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;
- b) For surpreendido dando ou recebendo auxílio na resolução da prova;
- c) Utilizar-se de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta;
- d) Utilizar-se ou deixar ligados quaisquer equipamentos eletrônicos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações;
- e) Faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes ou candidatos;
- f) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- g) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- h) Ausentar-se da sala, durante a prova, portando o Cartão de Respostas;
- i) Descumprir as instruções contidas no Caderno de Questões;
- j) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

3.22 Não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local de aplicação das provas, portando aparelhos eletrônicos (relógios digitais, walkman, Mp3, agenda eletrônica, bip, receptor, gravador, telefone celular, palmtop, protetores auriculares ou quaisquer outros equipamentos similares, etc.). O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato do Processo Seletivo.

3.23 Qualquer equipamento ou aparelho eletrônico que a organizadora julgar inadequado será recolhido pelo fiscal da sala de aplicação da prova.

3.24 Os celulares e outros aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados sendo os mesmos acondicionados em embalagens que serão lacradas quando da entrada nas salas onde se realizarão as provas, não podendo ser ligados até que o candidato saia do prédio escolar onde se realizará a prova objetiva em questão.

3.25 Os candidatos só poderão ir ao banheiro após 30 (trinta) minutos do início das provas. Em casos de problemas de saúde, gestação e outros casos semelhantes, o candidato deverá informar a coordenação da Dédalus, que tomará as soluções cabíveis.

3.26 Para responder à Prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, ler as orientações contidas no seu Caderno de Provas, não podendo alegar, em qualquer momento, o desconhecimento das mesmas.

E para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, faz baixar o presente EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS do Processo Seletivo – EDITAL Nº 04/2016, DE 03 de novembro DE 2016, nos sites: www.botuvera.sc.gov.br; www.dedalus.listaeditais.com.br e www.dedalusconcursos.com.br e afixado na Prefeitura de Botuverá - SC.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Botuverá, 07 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015 PMBT

Página: 1/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cartucho de tinta original para impressora HP 662 XL preto- CZ105 AB 6,5 ml. (17280)	UND	CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	56,5000	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	56,8000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	57,4000	3
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	59,0000	4
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	59,9000	5
2	Cartuchos de tinta original para impressora HP 662 XL tricolor CZ106 AB 8,0 ml. (17281)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	69,0000	1
			CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	69,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	72,9000	3
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	73,9000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	75,9000	5
3	Cartucho de tinta original para impressora HP 27 preto C8727 10 ml. (17282)	UND	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	35,9000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	36,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	49,8000	3
4	Cartucho de tinta original para impressora HP 28 color C 8728 AL 10 ml. (17283)	UND	CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	77,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Cartucho de tinta original para impressora HP 122 XL preto CH563HB 8,5 mL (17284)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	77,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	90,0000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	84,0000	1
			CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	84,3000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	HP	0	85,0000	3
6	Cartucho de tinta original para impressora HP 122 XL color CH 564 HB 8,5 mL (17285)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	86,0000	4
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	101,2500	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	86,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	86,3000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	HP	0	87,0000	3
7	Cartucho de tinta original para impressora HP 56 preto C6656 AL 19 mL (17286)	UND	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	101,2500	4
			CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	101,8000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	84,0000	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	85,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Cartucho de tinta original para impressora HP 57 color C6657 AL 19 ml. (17287)	UND	CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	115.0000	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	120.0000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	122.5000	3
9	Cartucho de tinta original para impressora HP 21 preto C9351 AB 7 ml. (17288)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	50.8000	1
			CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	51.0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	53.0000	3
10	Cartucho de tinta original para impressora HP 22 color C9352 AB 6 mL (17289)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	67.0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	67.5000	2
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	76.0000	3
11	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 XL preto . CC 641 WL 12 ml. (17290)	UND	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	82.0000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	120.0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	120.0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	125.0000	4

Página: 4/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 XL odor . CC 641 WL 12 ml. (17291)	UND	CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	130.5000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	130.8000	2
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	131.4000	3
13	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 XL preto, 15.5 ml (15422)	UND	CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	104.0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	105.5000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	114.0000	3
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	125.0000	4
14	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 XL color 13 ml. (17292)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	81.0000	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	82.0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	82.9000	3
15	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 74 preto, 6 ml (15424)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	55.0000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	56.0000	2
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	58.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 75 color, 6 ml (15425)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	hp	0	60,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	60,8000	2
			CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	HP	0	61,8000	3
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	HP	0	64,9000	4
17	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 preto, 25 ml (15427)	UND	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	EPSON	0	73,9000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	74,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EPSON	0	77,0000	3
18	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 amarelo, 10 ml (15428)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	56,9000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EPSON	0	57,0000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EPSON	0	59,5000	3
19	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 azul (dan) 5 ml (15429)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	56,9000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EPSON	0	59,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EPSON	0	60,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 rosa (magenta) 10 ml (15430)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	56,9000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EPSON	0	59,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EPSON	0	60,0000	3
21	Toner original D1023S/D103L, impressora Samsung ML 2955 NB preto (15416)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SAMSUNG	0	185,0000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	SAMSUNG	0	199,0000	2
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	SAMSUNG	0	200,0000	3
22	Toner Compatível 100% novo lacrado CB 436 A (preto). (12303)	UND	LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644236988 (9461)	PREMIUM	0	20,9500	1
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	21,0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	28,0000	3
23	Toner Compatível 100% novo lacrado TN 650 MFC 8480 DN (preto) (12309)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	23,9000	1
			CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA (9459)	NP	0	24,0000	2
			LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644236988 (9461)	PREMIUM	0	41,0000	3
24	Toner compatível novo para impressora samsung D204 MLT-D204S (17293)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	139,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 45/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	CONNECTION	0	140,0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	masterprint	0	150,0000	3
25	Toner compatível novo para impressora samsung SCX4623F (17294)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	48,0000	1
			LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644295988 (9461)	PREMIUM	0	49,0000	2
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	CONNECTION	0	64,0000	3
26	Toner compatível novo para impressora samsung ML 2165 W (17295)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	65,0000	1
			LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644295988 (9461)	PREMIUM	0	65,0000	2
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	75,0000	3
27	Toner compatível novo 284 para impressora Multifuncional HP M-127FN M127, M-127 FWM -127, M-125 M125 A M-125 A, M-201, M-225, M-226, M202 HP (17296)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	29,8000	1
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (8445)	CONNECTION	0	29,9000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	32,9000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	masterprint	0	38,0000	4
			LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644295988 (9461)	PREMIUM	0	38,0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 45/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Toner compatível 100% novo lacrado Q2612A (preto). (8208)	UND	LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644295988 (9461)	PREMIUM	0	20,9500	1
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	21,0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	28,0000	3
29	Toner compatível 100% novo lacrado CE 285A (preto). (9190)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	20,9000	1
			LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644295988 (9461)	PREMIUM	0	20,9500	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	28,0000	3
30	Fita para impressora Epson LQ-570+ (17297)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	masterprint	0	6,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 45/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	9,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2015

Número do Registro de Preços: 45/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

PROCESSO Nº 68/2015

- (8445) - SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP
- (8623) - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
- (8820) - COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE
- (9207) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME
- (9326) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (9352) - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME
- (9459) - CAURÉ INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA
- (9460) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (9461) - LAURINDA NAZARE HEIDEN 67644295968

Braço do Trombudo, 7 de Dezembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015 PMBT

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 275 R 80 22.5 borrachudo (9025)	UND	BBW/DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	TRIANGLE TR	0	1.198,0000	1
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	FATE DC40	0	1.199,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	1.350,0000	3
2	Pneu 275 R 80 22.5 liso (9026)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	PIREFORMUL	0	1.149,0000	1
			BBW/DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	GOODRIDE C	0	1.150,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	JK/JETWAY	0	1.280,0000	3
3	Pneu 175/70 R 14 88 T (9029)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	RUNWAY ENI	0	228,0000	1
			BBW/DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG GF	0	229,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE	0	290,0000	3
4	Pneu 175/70 R 13 (11248)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	ROVELO RHP	0	150,0000	1
			BBW/DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	APOLLO AVAL	0	158,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	SEIBERLING	0	180,0000	3
5	Pneu 225/70 R 15C liso (15585)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	JOYROAD TR	0	348,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 2/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Pneu 195/65 R 15 liso (17221)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG R	0	349,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	SAILUNCOM	0	360,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	225,0000	1
7	Pneu 185/60 R 14 82 H (6682)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	BRILAND BF	0	230,0000	2
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG HF	0	230,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	185,0000	1
8	Pneu 215/75 R 17.5 misto (17222)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	RUNWAY ENC	0	186,0000	2
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG HF	0	190,0000	3
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG D	0	567,9900	1
9	Pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas profundidade mínima do sulco de 20,0mm câmara e protetor. (11277)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	DAEWOO DW	0	568,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	620,0000	3
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	JK JETWAY/BI	0	1,341,0000	1
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	JK JETSTEEL	0	1,341,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	DUNLOP-MAG	0	1.343,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	APOLLO/ENDI	0	1.400,0000	4
10	Pneu radial 1000x20 misto liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 18mm, com câmara e protetor (15387)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	JK JETSTEEL	0	1.340,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI	0	1.470,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PIRELLI/MAGI	0	1.471,0000	3
11	Pneu borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima do sulco de 19,5mm convencional com câmara e protetor. (11279)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI/QBOI	0	978,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	TORNEL-MAG	0	1.000,0000	2
12	Pneu liso 900x20, 14 lonas, profundidade mínima do sulco de 12,3mm, com câmara e protetor (15389)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	PNEU AX SF2	0	700,0000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	GOODRIDE/BI	0	760,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI/QBOI	0	878,0000	3
13	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional com câmara e protetor (15390)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	1.720,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	WESTLAKE-W	0	1.800,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	1.800,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 4/13

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Pneu 1300x24 com 14 lonas convencional com câmara e protetor (15391)	UND	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CONDOR-MA(0	1.619.0000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	1.620.0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	1.650.0000	3
15	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (6975)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	650.0000	1
16	Pneu 19.5 X 24 16 lonas convencionais com protetor e câmara. (11285)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	1.900.0000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	2.030.0000	2
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CONDOR-FLE	0	2.300.0000	3
17	Pneu 12.5/80 - R18 convencional com câmara (11286)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FORERUNNEI	0	949.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	950.0000	2
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	985.0000	3
18	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	2.180.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	2.200.0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PEGASUS-QB	0	2.500.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Pneu 14.9 X 28 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor. (11288)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	1.510.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	1.600.0000	2
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FORERUNNEI	0	1.900.0000	3
20	Pneu 18.4 X30 com 12 lonas convencional com, camara e protetor (15767)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	2.000.0000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	2.230.0000	2
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PETLASMAG	0	2.500.0000	3
21	Pneu 12.4 X24 com 10 lonas convencional com, camara e protetor (15768)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	SUPERGUIDE	0	990.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	ROADGUIDEF	0	1.300.0000	2
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION-CA	0	1.320.0000	3
22	Pneu 750 X 16 com câmara. (11289)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	PNEU AX SS2	0	430.0000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGGLONG L	0	455.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI Q80M	0	488.0000	3
23	Camera 1000 x 20. (11293)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW V3	0	69.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 **Data do Registro: 07/12/2015** **Válido até: 07/12/2016**

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	PROTETOR 1000 X 20 (2674)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA. (8069)	MAGNUM	0	70,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBCM	0	105,0000	3
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	CARRETEIRO	0	27,8000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RUZI	0	27,9000	2
25	Câmara 900 x 20. (11295)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA. (8439)	MAGNUM	0	67,0000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW V3	0	68,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBCM	0	84,0000	3
26	Protetor 900 x 20. (11296)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	CARRETEIRO	0	27,8000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RUZI	0	30,0000	2
27	Câmara 1300 x 24. (11297)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW TR218	0	135,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA. (8439)	ZCRUBBER	0	170,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBCM	0	200,0000	3
28	Protetor 1300 x 24. (11298)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA. (8439)	ZCRUBBER	0	43,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 7/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Câmara 1400 x 24. (11299)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	MARCHER R2	0	44.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RALFLEX	0	60.0000	3
30	PROTETOR 1400X24 (3105)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW TR218	0	135.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGNUM	0	170.0000	2
32	Câmara 12.5/80 - R18. (11303)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	43.9000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	MARCHER R2	0	44.0000	2
33	Câmara 17.5x25. (11304)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RALFLEX	0	60.0000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	98.9000	1
34	Camera 11L 16TL F3 (15579)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW TR220	0	190.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	QBOM	0	210.0000	2
35	PROTETOR 17.5X25 (3103)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBOM	0	240.0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBOM	0	72.0000	1
36	PROTETOR 17.5X25 (3103)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	110.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	CÂMARA 14,9 x 28 (15583)		MODELO PNEUS LTDA. (8069)	IRBO	0	145,0000	2
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	200,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBCM	0	256,0000	2
37	Camara 12.4x24 (11263)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW TR218	0	115,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	170,0000	2
38	Câmara 18.4x30. (11261)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	BBW TR218	0	207,9000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	208,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	QBCM	0	286,0000	3
39	Pneu 185/60 R 14 (15591)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG HF	0	180,9000	1
			GF PNEUS COMÉRCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	181,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE	0	263,0000	3
40	Pneu 205/60 R 16 92V (17215)	UND	GF PNEUS COMÉRCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	SAILUNATRE	0	260,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	BRIDGESTON	0	424,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 9/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Proteitores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Pneu 195/60 R 15 88V (17216)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	JOYROAD TR.	0	219.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	220.0000	2
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG HF	0	230.0000	3
42	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade de sulco mínima de 9,5 mm (6683)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG LIV	0	243.0000	1
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	JOYROAD TR.	0	243.9000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	250.0000	3
43	Pneu 185 R14 102/1005 (15588)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	JOYROAD TR.	0	248.9000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG LIV	0	249.0000	2
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	GT	0	300.0000	3
44	Pneu 90/90/X18 (15589)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	ROTTYRE	0	82.0000	1
45	Pneu 275 X 18, (15684)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	ROTTYRE	0	77.0000	1
46	Pneu 185/70 R 14 (11247)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	ROVELO RHP.	0	189.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Pneu 215/75 R 15,5 liso (15586)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	JK VECTRA	0	188.9000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE	0	270.0000	3
48	Pneu 225/70 R 15 (7872)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG LL	0	544.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	TRIANGLE/TR	0	545.0000	2
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	DAEWOO DW	0	570.0000	3
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	JOYROAD TR	0	348.0000	1
49	Pneu 175/65 R 14 88T (17217)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG R6	0	349.0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	SAILUN COMM	0	360.0000	3
50	Pneu 205/75 R16 C (17218)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	SAILUN/ATRE	0	173.0000	1
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	ROVELO RHP	0	174.0000	2
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG GF	0	190.0000	3
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (9462)	SAILUN COMM	0	358.9000	1
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG R6	0	359.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 46/2015

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
51	Pneu 185/70 R 13 79T (17219)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	SAILUN/COMM	0	375,0000	3			
		UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA (9462)	ROVELO RHP	0	150,0000	1			
			BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	LINGLONG GF	0	158,0000	2			
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE	0	180,0000	3			
52	Pneu 185/65 R 14 86T (17220)	UND	BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP (9464)	JK STAR	0	188,4000	1			
			TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA (9462)	ROVELO RHP	0	188,5000	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9463)	SAILUN/ATRE	0	190,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015
PROCESSO Nº 69/2015

- (8069) - MODELO PNEUS LTDA.
- (8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
- (9462) - TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA
- (9463) - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
- (9464) - BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI EPP

Braço do Trombudo, 7 de Dezembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015 PMBT

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Número do Registro de Preços: 47/2015			Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra:			Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Bateria 110 amp (10146)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	364,9750	1	
2	Bateria 160 AMP. (10733)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	490,9752	1	
3	Bateria 180 AMP. (10734)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	503,3046	1	
4	Bateria 60 AMP. (10743)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	248,3174	1	
5	Bateria 45 AMP. (10744)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	191,6603	1	
6	Motor partida 24 V. (10749)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	EURO	0	1,293,2646	1	
7	Motor partida 12 V. (10752)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	EURO	0	933,6228	1	
8	Alternador 12 v 55 AMP. (10761)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	EURO	0	931,9529	1	
9	Alternador 24 V 55 AMP. (10762)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	EURO	0	970,2810	1	
10	Alternador 24 V 90 AMP. (10763)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	EURO	0	1,469,2557	1	
11	Estatôr 12V 55 AMP. (10764)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	302,1547	1	
12	Rotor 12 V 55 AMP. (10765)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	313,3142	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 47/2015

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 47/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Estator 24 V 55 AMP. (10766)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	305,6546	1
14	Rotor 24 V 65 AMP. (10767)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	592,6400	1
15	Porta escova. (10768)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	50,4974	1
16	Jogo de Reparo Alternador. (10769)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	74,8262	1
17	Jogo de reparo Motor de Partida. (10770)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	63,4668	1
18	Kit buchas para motor partida (12807)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	27,1686	1
19	Pinhão 101024. (10772)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BZM	0	78,9960	1
20	Pinhão 1010105. (10773)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BZM	0	76,1662	1
21	Pinhão 35259938. (10775)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BZM	0	185,1206	1
22	Bulbina de Campo 12 V. (10777)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	369,9813	1
23	Rolamento 6203 (6097)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	20,6690	1
24	Rolamento 62201. (10779)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	29,6685	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 47/2015			Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		
Objeto da Compra:			Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Automático 12 v. (11645)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELLO	0	127,6635	1
26	Automático 24 v. (11646)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELLO	0	216,6590	1
27	Lâmpada H3 12 V. (11647)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	15,5692	1
28	Lâmpada H3 24 v. (11648)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	24,0988	1
29	Lâmpada 1141 12 v. (11649)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	6,5297	1
30	Lâmpada 1141 24 v. (11650)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	6,5297	1
31	Lâmpada 1034 12 v. (11651)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	6,5297	1
32	Lâmpada 1034 24 v. (11652)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	7,1296	1
33	Lâmpada 67 12 v. (11653)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	6,4997	1
34	Lâmpada 67 24 v. (11654)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	7,1696	1
35	Lâmpada H7 64210 NBP. (11655)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	33,7983	1
36	Lâmpada H4 64193 NBP. (11656)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	29,2885	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 47/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Rele pisca 12 v. (11657)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	24,2688	1
38	Rele pisca 24 v. (11658)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	26,2987	1
39	Farol F11 v. (11659)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	34,6882	1
40	Farol F 13 v. (11660)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	45,9977	1
41	Farol FV2107. (11661)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	112,9943	1
42	Rele Farol B135. (11662)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	57,9671	1
43	Lanterna 15. (11663)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	32,5284	1
44	Lanterna 106. (11664)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	24,6988	1
45	Lanterna 163R. (11665)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	40,6679	1
46	Lanterna 1748. (11666)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	61,9969	1
47	INDUZIDO PERK A-123 (14831)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	293,3152	1
48	INDUZIDO 2F 12V A-121 (14832)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	349,3123	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 47/2015		Data do Registro: 07/12/2015	Válido até: 07/12/2016
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.	

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	INDUZIDO BOCHINHO A-150 (14833)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	277,3160	1
50	INDUZIDO 2F 24V A-122 (14834)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	408,9793	1
51	SUPORTE ESCOVA PERK (14835)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	55,0972	1
52	SUPORTE ESCOVA GF (14836)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	43,6678	1
53	SUPORTE ESCOVA BOCHINHO (14837)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	42,9978	1
54	REGULADOR 14V (14838)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ICRO	0	46,3277	1
55	REGULADOR 28V (14839)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ICRO	0	63,1968	1
56	RELE AUXILIAR 12V (14840)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	23,1688	1
57	RELE AUXILIAR 24V (14841)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	36,4682	1
58	BOTÃO TIC TAC (14842)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	14,4293	1
59	BOTÃO BUZINA IM 1036 (14843)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	15,3992	1
60	LENTE GF 173 (14844)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	23,4288	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 47/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Brago do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	LENTE GF 163 (14845)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	14,0293	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Página: 78

Número do Registro de Preços: 47/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	MÃO DE OBRA ELETRICA (5521)	01	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	XANDE AUTO	0	49,9975	1

Página: 8/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2015

Número do Registro de Preços: 47/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e contratação de mão de obra elétrica para manutenção das máquinas, tratores, veículos e caminhões de diversas Secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015
PROCESSO Nº 72/2015

(8764) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Braço do Trombudo, 7 de Dezembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015 PMBT

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Número do Registro de Preços: 48/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco prestação de serviço particular 50x3, formato 14x20, numerado, papel copiativo (14568)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	4,7000	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	4,8000	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	8,2000	3
2	Bloco recatatório Médico veterinário, 14x20, 50x2vias, pap copiativo (14569)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	7,4900	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	7,5000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	11,0800	3
3	Bloco 100x1 de cupons ref. contri. de impostos e taxas, 10x7, 4x0, numerado, 75g. (14570)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	1,4900	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,5000	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	1,9900	3
4	Bloco inserinação 50x3, formato 10x14, numerado, papel copiativo (14571)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	6,3800	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	7,0000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	13,2600	3
5	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 sanfonada (14572)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	1,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 2/11

Número do Registro de Preços: 48/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	1,6000	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	1,7100	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,8500	4
6	Capa de camê de IPTU, 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,2300	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,3500	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,1100	3
7	Capa de camê de Tributos, 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14574)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,2700	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,3800	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,1900	3
8	Ficha de hora máquina, folha 20x30, impr. 1x1, sulf, 75 g (14575)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,0700	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,0800	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,0900	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,2100	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 48/2015 **Data do Registro: 07/12/2015** **Válido até: 07/12/2016**

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Envelope branco 11x22, 90gr, impressão 4x0. (14576)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,2300	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,3100	2
			Itarte vendas e serviços Ltda me (9449)		0	0,6300	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,6300	4
10	Envelope branco 16x22, 90gr, impressão 4x0. (14577)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,2900	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,3000	2
			Itarte vendas e serviços Ltda me (9449)		0	0,7200	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,7200	4
11	Envelope branco 24x34, 90gr, impressão 4x0. (14578)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,4700	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,4800	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,9200	3
			Itarte vendas e serviços Ltda me (9449)		0	0,9200	4
12	Folhas timbradas, formato A4, Papel sulfite 90 gr impressão. (14579)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 48/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 com encarte (14580)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,1100	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,2100	3
			liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,2100	4
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,9000	1
14	Blocos de requisição 50x3, formato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14581)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,9200	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	1,7100	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,7300	4
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	5,0300	1
15	Blocos de Patrimônio 50x3, formato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14582)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	5,0400	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	7,9600	3
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	5,9000	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	7,1300	2
			liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	7,5100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 5/11

Número do Registro de Preços: 48/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Bloco de rascunho com timbre com 50 fls, formato 10x14, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (14583)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,9400	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,9500	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	1,2900	3
17	Bloco de rascunho com timbre com 50 fls, formato 14x20, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (14584)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	1,1400	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	1,1500	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,7800	3
18	Folhas Pictodatas, 20x30, 3 picotes (6 partes) 75g, sem impressão (14585)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0700	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,0800	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,0800	3
19	Folhas Pictodatas, 20x30, 3 picotes (3 partes) 75g, sem impressão (14586)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,0700	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,0800	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,1300	3
20	Bloco 100x1 de cupons Notas Fiscais. Produtor rural , 10x7, 4x0, numerado, 75g (14587)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 48/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	1,1900	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	1,9900	3
21	Carteira controle do Diabetes. Com impressão frente e verso tam. 21x15, papel cartão (17125)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,2500	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,2600	2
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,6000	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,7800	4
22	Carteira controle da Pressão Arterial. Com impressão frente e verso tam. 21x15, papel cartão. (17126)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,1600	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,1700	2
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,3300	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,4700	4
23	Cartão de agendamento. Com impressão frente e verso tam. 30x11, papel cartão. (17127)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,2900	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,3000	2
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,3500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 48/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,7400	4
24	Cartão de identificação da Família (estratégia saúde da família), com impressão frontal tam. 7,5x10,5 papel cartão. (17128)	UND	liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	0,3200	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,3300	2
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,4500	3
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,5300	4
25	Ficha de atendimento odontológico. Com impressão frente e verso, tam. 21,5x13,5 papel cartão. (17129)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,1400	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,1600	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,3100	3
26	Bloco recitatório medico o'100x1. Com impressão frontal. Tam. 21,5x15,5. Papel branco. (17130)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,9000	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	2,9900	2
			liarte vendas e serviços ltda me (9449)		0	3,0500	3
27	Bloco requisição com 100x1 - resultados de exames. Com impressão frontal. Tam. 21,5x15,5. Papel branco. (17131)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 8/11

Número do Registro de Preços: 48/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	3,5500	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	4,7200	3
28	Bloco c/ 50x1 folhas - atestado médico. Com impressão frontal. Tam. 21x15. Papel branco. (17132)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	2,4900	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	3,3300	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	6,0400	3
29	Bloco recetário controle especial c/ 100x1. Com impressão frontal. Tam. 21,5x15,5. Papel branco. (17133)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	3,9500	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	4,5000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	6,6600	3
30	Etiquetas adesivas horário medicamentos diversos. Tam. 6x2. Papel adesivo. (17134)	UND	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,0200	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	0,0400	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0500	3
31	Bloco notificação da receita B bloco 50x1. Papel azul com cantinho picotado. Tam. 25x10. (17135)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	2,2000	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	3,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 48/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Bloco notificação da receita B2 bloco 50x11,Papel azul com canhoto piteado. Tam. 25x10. (17136)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	4,0000	3
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (9450)	Business	0	16,2500	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	20,0000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	23,2200	3
33	Folha de autorização com impressão frontal. Tam 10,5x148,5. (17137)	UND	liante vendas e serviços ltida me (9449)		0	23,2200	4
			liante vendas e serviços ltida me (9449)		0	0,0600	1
			GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA (9448)		0	0,0700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 48/2015							Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,1700	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2015

Página: 11/11

Número do Registro de Preços: 48/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

PROCESSO Nº 60/2015

(8835) - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME

(9448) - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

(9449) - Ilarte vendas e serviços ltda me

(9450) - BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP

Braço do Trombudo, 7 de Dezembro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 87/2016

DECRETO Nº 87/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL URBANO SITUADO NO DISTRITO DE MAROMBAS

NILSO STEDILE, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e com fundamento no Código Civil,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública para fins de instituição de direito real de uso amigável ou judicial, uma área de terras localizada neste Município no Distrito de Marombas, com área de 183,48 m² (cento e oitenta e três metros e quarenta e oito centímetros quadrados) de propriedade de ANTONIO NELSON PANISSON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 454.394.359-72, situado dentro da área maior objeto da matrícula imobiliária nº 8.105 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, indicado no levantamento topográfico efetuado pelo Engenheiro Agrimensor Murilo Spillere Milanez, CREA nº 100490-3.

Parágrafo Único: A área de terras mencionada neste artigo destina-se à instalação de reservatório de água potável para uso da população do Distrito de Marombas.

Art. 2º - Fica fazendo parte integrante desde decreto o mapa, e laudo de avaliação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta da verba de compensação social da Usina Hidrelétrica São Roque.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 56/2016.

Brunópolis (SC), 07 de dezembro de 2016.

Nilso Stédile

Prefeito Municipal em exercício

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

Brusque

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12016 - LEGISLATIVO

Decreto Legislativo Nº 11, de 7 de dezembro de 2016.

Autoriza a baixa de Bens Móveis considerados inservíveis para os serviços da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica autorizada a Presidência da Câmara Municipal a dar baixa nos bens móveis abaixo relacionados, considerados inservíveis e deteriorados pelo uso para os serviços do Poder Legislativo:

463 Câmera digital S3IS 6 megapixels Canon, zoom digital 4x, visor LCD, Nº Série 2728245394

Valor líquido R\$ 522,83

197 Máquina de escrever Elétrica IBM 6783

Valor líquido R\$ 81,10

229 Bebedouro coluna para bombona marca Esmaltec. Gelaqua EGC35B, cor branca, Nº Série 10091631500622

Valor líquido R\$ 215,00

333 Máquina de lavar roupa 7 kg Electrolux, modelo LTC07BR, Nº Série 11603548

Valor líquido R\$ 538,26

595 Soprador modelo BG86, a gasolina, Nº de Série 2956370305, marca Sthil

Valor líquido R\$ 729,09

436 Rede Switch 24 portas Netgear

Valor líquido R\$ 146,61

249 Monitor LCD 17 polegadas Flatron e1941 LG

Valor líquido R\$ 52,50

429 Microcomputador servidor Pentium 4, Core 2 duo E7400, 2,793GHZ, 2 GB de memória DDR2 Kingston, HD de 160GB

Valor líquido R\$ 968,40

142 Microcomputador Pentium 4 Intel 631 Ht30g, 3 GHZ 448MB de RAM, HD de 80GB Samsung

Valor líquido R\$ 339,70

67 Projetor multimídia 2400 mp marca Dell, Nº Série CN-0CF901S-0081-92D-0132, com suporte para teto

Valor Líquido R\$ 2.503,90

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 11.483/2016

PORTARIA Nº 11.483, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque – COMAD, nomeado por meio da Portaria nº 11.229/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante no Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque - COMAD, nomeado pela Portaria nº 11.229/2016, conforme segue:

– Usuários da Política sobre Drogas:

Titular: Márcio Habitzreuter

Suplente: João Maria

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.465

PORTARIA Nº 27.465, de 29 de novembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, o cidadão EDUARDO KMELIUSKAS, para ocupar o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Grupo Ocupacional – Técnico- Profissional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Administração, referência 30, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício a partir de 1º de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.475

PORTARIA Nº 27.475, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso IV, do art. 71, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor, cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância:

Código	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Carga horária	Secretaria – Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
148	Itamara de Oliveira	Professor Ensino Fundamental I	36 h	005	Aposentadoria	12/11/2016
3510	Ivone Vaccari	Auxiliar Serviços Gerais	44 h	519	Aposentadoria	19/11/2016
701	Rute Alves Proença	Professor Ensino Fundamental II	20 h	016	Aposentadoria	01/11/2016
655	Terezinha Castanheira Anciutti	Professor Ensino Fundamental I	36 h	016	Aposentadoria	21/11/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.498

PORTARIA Nº 27.498, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 27.355, de 18 de outubro de 2016, que concede férias aos Servidores Públicos Municipais, somente no que se refere à Servidora LINDAIR MEIRELES PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 11939, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, cargo de Agente Comunitário de Saúde – EACS, RETIFICANDO o segundo período de fruição que passa a ser de 27/11/2016 a 11/12/2016, permanecendo

inalterados os demais dados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de dezembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.499

PORTARIA Nº 27.499, de 02 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, Licença Prêmio a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria/órgão de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria/ Órgão	Período de Aquisição	Período de gozo
160	Alcedir Ferlin	Chefe Serviço Expediente	001	05/10/2003 a 05/10/2008	23/12/2016 a 21/01/2017
160	Alcedir Ferlin	Chefe Serviço Expediente	001	05/10/2008 a 05/10/2013	22/01/2017 a 22/03/2017
10766	Édina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	042	09/03/2011 a 09/03/2016	18/12/2016 a 16/01/2017
3278	Frenezi de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	525	09/08/2007 a 09/08/2012	05/12/2016 a 02/02/2017
6532	Nelci Terezinha Noll	Servente Educação	502	01/02/2011 a 01/02/2016	20/12/2016 a 18/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.500

PORTARIA Nº 27.500, de 06 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
10234	Sheila Regina Mandelli	Farmacêutico	05	02/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.501

PORTARIA Nº 27.501, de 06 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:


Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
3262	Rosangela Cristina Malat	Assistente Social	08	02/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

COMPRAS MÊS 11 - 2016 - PREFEITURA, ESPORTE, CULTURA, FUNDEMA, SAÚDE, SOCIAL E FAMPEC.

<div> <div>  <p>Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.caçador.sc.gov.br</p> </div> <div> <p>Usuário: Liziane Prandini</p> </div> <div> <p>Chave de Autenticação 1699-0369-387</p> </div> <div> <p>Página 1 / 12</p> </div> </div>				Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão				Credor/Fornecedor		Valor (R\$)
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos					
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Caçador										
04/11/2016	3354	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.05.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				4.864,92
	3355	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.05.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				8.974,06
	3356	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.05.98	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				14.443,01
	3357	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				127.324,20
	3358	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				176.935,24
	3359	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.05	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				7.078,86
	3360	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.05	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				12.405,53
	3361	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.07	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				1.351,82
	3362	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.31	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				1.956,38
	3363	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.31	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				3.689,18
	3364	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.33	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				1.454,12
	3365	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.37	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				48.669,56
	3366	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.99	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				4.185,78
	3367	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.99	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				446,95
	3368	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.05.03	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				9.575,18
	3369	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.05.03	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				11.115,26
	3370	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.05.98	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				34.387,48
	3371	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				317.457,86
	3372	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				480.748,31
	3373	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.07	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				2.664,10
	3374	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.31	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				59.662,02
	3375	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.31	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				69.231,23
	3376	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.33	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				34.219,36
	3377	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.37	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				117.131,18
	3378	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.99	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				692,11
	3379	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.99	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				7.680,68
	3380	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.05.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				13.859,65
	3381	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.05.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				5.292,00
	3382	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.05.98	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				17.833,59
	3383	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				112.067,64
	3384	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				223.005,73
	3385	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.07	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				613,75
	3386	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.31	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				21.527,00
	3387	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.31	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				42.830,91
	3388	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.37	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				25.805,96
	3389	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.99	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				25,11
	3390	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				18.019,17
	3391	Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	171 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				15.924,20
	3392	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.94.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				10.909,84
	3393	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.94.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				2.300,62
	3394	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	148 - 3.1.90.94.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				82.807,36
	3395	Estimativa	2007 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	148 - 3.1.90.94.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA				2.520,00
	3396	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	7120 - 3/S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA				12.039,26
	3397	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				4.186,44
	3398	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				14.087,16
	3399	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				70.538,33
	3400	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				24.528,47
	3401	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				18.523,53
	3402	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABAST.	108 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				6.441,23
	3403	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABAST.	108 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				262,28
	3404	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	70 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				91,20
	3405	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	70 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				11.896,90
	3406	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				4.136,94
	3407	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID				

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>



Usuário: Liriane Prandini
 Chave de Autenticação
 1699-0369-387
 Página
 2 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
3408	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	23.250,16
3409	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.19.01	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	8.084,84
3410	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	17.728,72
3411	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.19.01	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.164,85
3412	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.048,00
3413	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.19.01	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	364,43
3414	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	151 - 3.1.91.13.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	58.719,47
3415	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	151 - 3.1.91.19.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	20.255,88
3416	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	17.894,86
3417	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.19.01	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.222,63
3418	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	894,99
3419	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	465,30
3420	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	494,00
3421	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	10765 - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP	10765 - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP	2.600,00
3422	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	1.188,50
3423	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Ordinários	4274 - NEIDE MARIA DRIESSEN BAU	4274 - NEIDE MARIA DRIESSEN BAU	9.234,14
3424	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.26	100 - Recursos Ordinários	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	1.673,44
3425	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	834,60
3426	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.39.17	37 - Convênio de Trânsito - Militar	7670 - SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.	7670 - SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.	200,03
3427	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.17	37 - Convênio de Trânsito - Militar	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)	437,00
3428	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	10604 - IMETRO / SC	10604 - IMETRO / SC	2.390,25
3429	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.99	34 - Convênio de Trânsito - Civil	13201 - MARIANA SELLIA CLAUDINO 083.245.879-18	13201 - MARIANA SELLIA CLAUDINO 083.245.879-18	168,00
3430	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.99	34 - Convênio de Trânsito - Civil	13201 - MARIANA SELLIA CLAUDINO 083.245.879-18	13201 - MARIANA SELLIA CLAUDINO 083.245.879-18	220,00
3431	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.555,15
3432	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	524,45
3433	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	13236 - P2 INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	13236 - P2 INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	3.630,00
3434	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	4299 - CLAUDIO TRIBESS - ME	4299 - CLAUDIO TRIBESS - ME	25.300,00
3435	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.16	47 - Salário Educação	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	7.877,34
3436	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.26	47 - Salário Educação	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	596 - ABOM ELETROTÉCNICA LTDA	23.158,04
3437	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.39	47 - Salário Educação	806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP	806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP	28,46
3438	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.19	47 - Salário Educação	806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP	806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP	1.311,24
3439	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.27	101 - Recursos Próprios - Educação	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	21.723,00
3440	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.39	47 - Salário Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	570,00
3441	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.19	47 - Salário Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	268,00
3442	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.19	47 - Salário Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	300,00
3443	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.39	47 - Salário Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	589,00
3444	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	12918 - NAPALHA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	12918 - NAPALHA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	1.298,16
3445	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.16	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	7796 - NELSON TOMASI EPP	7796 - NELSON TOMASI EPP	243,00
3446	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.16	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	114,54
3447	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.16	34 - Convênio de Trânsito - Civil	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)	699,00
3448	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	2310 - ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	2310 - ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	686,00
3449	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	4.084,95
3450	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.757,79
3451	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.113,08
3452	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.851,65
3453	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	113 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.050,00
3454	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.549,74
3455	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.571,45
3456	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	76 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.094,29
3457	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	10 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	743,30
3458	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	28 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.474,64
3459	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.988,41
3460	Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	171 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.057,26
3461	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.010,98
3462	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	29.386,71

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>



Usuário: Liziene Prandini
 Chave de Autenticação
 1699-0369-387
 Página
 3 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
07/11/2016	3463	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	1.443,85
	3464	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	83.341,95
	3465	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	25.429,31
	3466	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	10.553,47
	3467	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	6710 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	727,50
	3468	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SANELMO LTDA.	17.143,55
	3469	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	11.516,00
	3470	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.17	37 - Convênio de Trânsito - Militar	7670 - SYSMATEC COMERCIO E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA.	694,00
	3471	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.40	101 - Recursos Próprios - Educação	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	14.000,00
	3472	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	3.520,00
	3473	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8250 - APP - EMEB CASTELHANO	507,58
	3474	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8254 - APP - EMEB ESPERANÇA	1.498,51
	3475	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8256 - APP - EMEB IRIRIÃO VENÂNCIO JOSÉ	890,80
	3476	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8259 - APP - EMEB NOSSA SENHORA SALETE	135,88
	3477	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8260 - APP - EMEB P. JOSÉ CHAMOT	581,14
	3478	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8229 - APP EMEB TABAJARA	1.934,60
08/11/2016	3479	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.90.41.99	47 - Salário Educação	8258 - APP - EMEB VALCIN NUNES GARCIA	773,84
	3480	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	35,88
	3481	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.04.04	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	268,80
	3482	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13511 - NATALÍLIO DE SOUZA	1.729,02
	3483	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	64 - 4.4.90.52.12	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7651 - COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA	1.677,69
	3484	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	64 - 4.4.90.52.35	34 - Convênio de Trânsito - Civil	13425 - MORGADO E MARTINEZ LTDA - EPP	12.062,00
	3485	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	161 - 3.3.90.39.26	51 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PMATE	5492 - ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME	15.960,68
	3486	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.69	101 - Recursos Próprios - Educação	1130 - GENTE SEGURADORA SA	6.185,00
	3487	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	596 - ABON ELETROTÉCNICA LTDA	107,86
	3488	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.30.26	100 - Recursos Ordinários	596 - ABON ELETROTÉCNICA LTDA	11,56
	3489	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.26	37 - Convênio de Trânsito - Militar	1198 - SILVIO JOSÉ DRIESSEN ME	600,00
	3490	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	1.030,96
	3491	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.19	37 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	424,57
	3492	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	4.906,64
	3493	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.39.17	37 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	1.975,55
08/11/2016	3494	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	6939 - ELEC IND. E COM DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA	63,00
	3495	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	12955 - ANAURY EDILTON BARBOSA - ME	1.008,90
	3496	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	12873 - JEFFERSON NOVAK - ME	854,40
	3497	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	12873 - JEFFERSON NOVAK - ME	854,40
	3498	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	12160 - JOCEL DOS SANTOS	3.932,88
	3499	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	3010 - FLAVIO LUIZ WELTER	2.775,09
	3500	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13512 - ADAIR PIACENTINI TRINDADE	101,58
	3501	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.11.01	101 - Recursos Próprios - Educação	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	436,26
	3502	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13514 - RAUL MARQUES DA SILVA	3.040,60
	3503	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.39	37 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	243,00
	3504	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	4939 - AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - ME	199,50
	3505	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	4939 - AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - ME	156,60
	3506	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	114 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	3643 - EMBRATTEL A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO	20,34
	3507	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	9620 - ANDRÉ LUIZ FRACARI KINDERMANN	672,00
	3508	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	10948 - HENRIQUE LUIS BASSO	672,00
	3509	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	9887 - ALESSANDRO GONCALVES	672,00
10/11/2016	3510	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	10693 - LUCIANA GARCEZ COELHO	672,00
	3511	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13517 - DARCI FOGAÇA	3.803,60
	3512	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.77	47 - Salário Educação	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	142.870,00
	3513	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.39.17	37 - Convênio de Trânsito - Militar	13510 - PETERSON PAES DE LIMA - MEI	700,00
	3514	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13518 - JOÃO MARIA NUNES	2.343,28
	3515	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	1083 - KELVIN SCOTTI E WILLIAN ANDREY F. SCOTTI	3.511,92
	3516	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	1.232,00
	3517	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	667,80

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação 1699-0369-387		Página 4 / 12	
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão									
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)		
16/11/2016	3518	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	74,20		
	3519	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	74,20		
	3520	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	74,20		
	3521	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.99	101 - Recursos Próprios - Educação	1921 - DETRAN TRANSITO	74,20		
	3522	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	24 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	12978 - GATTITASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (GATTIM)	7.936,00		
	3523	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.39	47 - Salário Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.650,05		
	3524	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.19	47 - Salário Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	350,00		
	3525	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	12978 - GATTITASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (GATTIM)	7.788,00		
	3526	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	9023 - ADEMIR XAVIER	4.933,20		
	3527	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13520 - JACIR TRINDADE DE GÓIS	4.596,22		
	3528	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13519 - CIDINEY DE OLIVEIRA	3.803,60		
	3529	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	24.438,67		
	3530	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	41.767,87		
	3531	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	18.926,90		
	3532	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	41.001,05		
	3533	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	51.392,56		
	3534	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	24.446,52		
	3535	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.937,15		
	3536	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	42 - 4.6.90.71.99	100 - Recursos Ordinários	2258 - BADESC - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO SC	136.152,78		
	3537	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	42 - 4.6.90.71.99	100 - Recursos Ordinários	2258 - BADESC - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO SC	4.310,63		
	3538	Estimativa	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	45 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	3454 - AMARP-ASSOC.MUNICIPIOS DO ALTO VALE RIO PEIXE	27.670,00		
	3539	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	56 - 4.4.90.51.98	47 - Salário Educação	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	53.439,52		
	3540	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	56 - 4.4.90.51.98	47 - Salário Educação	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	15.866,03		
	3541	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13522 - VERONICA KLABUNDE XAVIER	1.263,21		
	3542	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	982 - CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL SA	95,00		
	3543	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	40,00		
	3544	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.39	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	157,70		
	3545	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.26	37 - Convênio de Trânsito - Militar	596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA	824,44		
	3546	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPR)	360,00		
	3547	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	144,94		
	3548	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	3.145,28		
	3549	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	166 - 3.3.90.39.65	100 - Recursos Ordinários	9167 - UNIDADE DE ENSINO DO VALE DO IGUAÇU S/A	4.759,62		
	3550	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	949 - INSTITUTO FEWACON	357,00		
	3551	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	50,41		
	3552	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Ordinários	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.440,00		
3553	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.16	101 - Recursos Próprios - Educação	7261 - ORENIK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	875,57			
3554	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13525 - IVAN ROQUE DE LIMA	3.436,18			
3555	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.19	34 - Convênio de Trânsito - Civil	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	856,30			
3556	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	5.046,00			
3557	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	6273 - JVC COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME	190,00			
3558	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	13004 - DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO GRU LTDA - ME	150,00			
3559	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	7796 - NELSON TOMASI EPP	132,00			
3560	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	13004 - DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO GRU LTDA - ME	600,00			
3561	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	13004 - DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO GRU LTDA - ME	900,00			
3562	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.43	101 - Recursos Próprios - Educação	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	15.000,00			
3563	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.43	101 - Recursos Próprios - Educação	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	16.000,00			
3564	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	22 - 3.3.90.39.43	60 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública -	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	229.181,09			
3565	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	147 - 4.4.90.51.98	101 - Recursos Próprios - Educação	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	162.384,21			
3566	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E34 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	2073 - FATMA - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	64,81			
3567	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	87 - 3.3.20.47.12	100 - Recursos Ordinários	7471 - PASEP (PROGRAMA DE FOM. DO PATRIMÔNIO DO SERVI	43.509,12			
3568	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13404 - JACOB ABDALLA FARRUD	154,74			
3569	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13309 - ANTONIO CARLOS ALVES	41,62			
3570	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	42 - 4.6.90.71.99	100 - Recursos Ordinários	12972 - C O H A B	1.570,88			
3571	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	79 - 3.2.90.22.99	100 - Recursos Ordinários	12972 - C O H A B	161,03			
3572	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA.	13.428,21			
11/11/2016									

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário: Liziene Prandini		Chave de Autenticação 1699-0369-387		Página 5 / 12	
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão									
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)		
	3573	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	361 - 4.4.90.51.98	3393 - Transferências de Convênios - Educação - Superávit	5078 - ENGENHO CONSTRUÇÕES LTDA- EPP	1.888.084,32		
	3574	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.26	37 - Convênio de Trânsito - Militar	3775 - ELETRON PORTAS AUTOMÁTICAS LTDA - ME	210,00		
	3575	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.39.16	37 - Convênio de Trânsito - Militar	13529 - M.C ESQUADRIAS LTDA - ME	7.400,00		
	3576	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.26	37 - Convênio de Trânsito - Militar	1198 - SILVIO JOSÉ DRIESSEN ME	466,00		
	3577	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.24	37 - Convênio de Trânsito - Militar	414 - SELEME MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	295,48		
	3578	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	1326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 01687989-56	139,66		
	3579	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI- EPP	1.970,23		
	3580	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.19	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.400,00		
	3581	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.30.39	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	687,80		
	3582	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELITO LTDA.	4.323,97		
11/11/2016	3583	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.99	101 - Recursos Próprios - Educação	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	3.080,00		
	3584	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	9489 - NLSOM LTDA	300,00		
	3585	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	8 - 4.4.90.52.12	100 - Recursos Ordinários	878 - LOJAS COLOMBO SA	1.763,80		
	3586	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	8807 - TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	202,50		
	3587	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.30.39	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	332,50		
	3588	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	3643 - EMBRATEL A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO	72,75		
	3589	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	2735 - Gilberto Amaro Comazetto	1.000,00		
	3590	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	352 - JOVANE SCREMIN	1.000,00		
	3591	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	352 - JOVANE SCREMIN	200,00		
	3592	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	9 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	5608 - JOCELI CRISTIANE MARTINS	500,00		
5/11/2016	3593	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	8326 - VILMAR GOES	320,00		
	3594	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	8326 - VILMAR GOES	150,00		
	3595	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	77 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	61 - FRANCIELE ANTUNES DE MACEDO	500,00		
	3596	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	2958 - ACADEF-ASS.CACAO, DEFICIENTES FISICOS	2.714,40		
	3597	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.08.01	100 - Recursos Ordinários	13532 - MARIA DE LOURDES MACHADO	2.706,09		
	3598	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	5482 - ADAO DE JESUS RAMOS	21,92		
	3599	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13294 - JOSÉ ADOLFO PACHECO SOIRGATTO	106,80		
	3600	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13404 - JACOB ABDALLA FARFUD	21,46		
	3601	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	58,94		
	3602	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	8326 - VILMAR GOES	50,00		
22/11/2016	3603	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.11	101 - Recursos Próprios - Educação	8867 - IBHINO PROVEDOR LTDA ME	37.263,60		
	3604	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1421 - OD BRITADORES E TECNICA LTDA	8.487,20		
3/11/2016	3605	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.01	100 - Recursos Ordinários	13540 - CAPITAL COBRANÇAS S/S LTDA - EPP	183,41		
	3606	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	9489 - NLSOM LTDA	300,00		
5/11/2016	3607	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	2.890,00		
	3608	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	3.345,00		
3609	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELITO LTDA.	1.218,02			
	3610	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	7649 - ROBERTO MISTURA - ME	1.540,00		
18/11/2016	3611	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	942,00		
	3612	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	13183 - VIDEPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PA	3.605,00		
3613	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.99	47 - Salário Educação	1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-	10.540,00			
	3614	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.39.44	101 - Recursos Próprios - Educação	589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO	10.000,00		
3615	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	81 - 3.3.90.91.15	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	3.490,50			
	3616	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME	1.679,98		
3617	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	3686 - EFIGENIA LOEFF ZARDO	2.640,00			
	3618	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	11926 - EVERSON JOSÉ PIERONÁ	2.640,00		
3619	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	12806 - JESSICA DUANA CECATTO	2.640,00			
	3620	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	97 - 3.3.90.36.99	16 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	9620 - ANDRÉ LUIZ FRACARI KINDERMANN	4.400,00		
3621	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.41	47 - Salário Educação	4985 - ROSEMARY MENEGAT DE PAULO	80,00			
	3622	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	148,40		
3623	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	74,20			
	3624	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	2735 - Gilberto Amaro Comazetto	300,00		
3625	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	2735 - Gilberto Amaro Comazetto	500,00			
	3626	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	8970 - LEONARDO ANTUNES	500,00		
3627	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.77	47 - Salário Educação	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.653,92			

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>



Usuário: Liziane Prandini
Chave de Autenticação
1699-0369-387
Página
7 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde							
03/11/2016	2287	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.27	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	49.890,00
	2288	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4890 - LICMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA	1.716,00
	2289	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13991 - ILG COMERCIAL LTDA ME	3.746,17
	2290	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13275 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	6.912,00
	2291	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3.058,70
	2292	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10159 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÉUTICOS LTD	4.729,20
	2293	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8724 - MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP	99,00
	2294	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.04.04	102 - Recursos Próprios - Saúde	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.040,00
	2295	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3348 - ALVARO SANTOS DE CASTRO	1.000,00
	2296	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10277 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME	2.550,00
	2297	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13991 - ILG COMERCIAL LTDA ME	848,00
	2298	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	260,00
	2299	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	2.055,00
	2300	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	376,80
	2301	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	257,35
	2302	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	771,61
	2303	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.39	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	280,00
	2304	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	12.628,80
	2305	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	4.604,22
	2306	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.30.39	366 - Superávlt Transferências do Estado Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	329,00
	2307	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.39.19	366 - Superávlt Transferências do Estado Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	146,20
	2308	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	867,00
	2309	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.011,60
	2310	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.166,40
	2311	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	339,43
	2312	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	10.511,75
	2313	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.127,00
	2315	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	982,40
2316	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	10.332,32	
2317	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	3.187,35	
2318	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	7386 - APADEFEC- ASSOC DE PROT E AMP. AO DEF. FIS. E AO I	16,39	
2319	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	242,45	
2320	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.39	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	640,00	
2321	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	303,96	
2322	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	657,15	
2323	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.39	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.742,90	
2324	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1921 - DETRAN TRANSITO	340,52	
2325	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10609 - COMUNIDADE TERAPEUTICA SAO FRANCISCO	1.710,66	
2326	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN	1.000,00	
2327	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	15.960,45	
2328	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	17.517,31	
2329	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10391 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	9.125,90	
2330	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10159 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÉUTICOS LTD	3.582,00	
2331	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	5.552,00	
2332	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13275 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	2.425,20	
2333	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13356 - M.U BACKES E CIA LTDA	1.950,00	
2334	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13356 - M.U BACKES E CIA LTDA	3.920,00	
2335	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10435 - MEDULAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LTDA	113,50	
2336	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10250 - MERCOR SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	3.780,00	
2337	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	10,95	
2338	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	816,00	
2339	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5679 - CLAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	225,00	
2340	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10441 - ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	22,30	
2341	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10441 - ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	768,50	

Prefeitura Municipal de Caçador


Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>



Usuário: Liziane Prandini
 Chave de Autenticação
 1699-0369-387
 Página
 8 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
09/11/2016	2342	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	840,00
	2343	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10441 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	864,00
	2344	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4840 - LUCIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPT. LTDA	4.178,00
	2345	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13515 - CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	122,40
	2346	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13516 - ALF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	390,00
	2347	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13515 - CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	2.798,00
	2348	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	500,00
	2349	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3912 - EDIZO RECALCATTI	2.000,00
	2350	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	225,00
	2351	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	28,32
	2352	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	6680 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	4.424,50
	2353	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	6680 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	5.068,40
	2354	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	8243 - DIMEDIA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	180,00
	2355	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	696,07
	2356	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3154 - VALDECI VIEIRA ALVARENGA	2.000,00
	2357	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.39.17	366 - Superávit Transferências do Estado Educação	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	12.780,15
	2358	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.17	44 - Atenção Básica	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	4.835,11
	2359	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.17	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	360,00
	2360	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.17	102 - Recursos Próprios - Saúde	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	3.717,71
	2361	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.227,35
10/11/2016	2362	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9824 - STANG E STANG LTDA	127,84
	2363	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	44 - Atenção Básica	9824 - STANG E STANG LTDA	16.731,15
	2364	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	1921 - DETRAN TRANSITO	148,40
	2365	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1921 - DETRAN TRANSITO	371,00
	2366	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.97	102 - Recursos Próprios - Saúde	7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	14.999,55
	2367	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.25	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	85,66
	2368	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	1.000,00
	2369	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10292 - ANDRE LEONARDO MAZZOTTI	1.000,00
	2370	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5459 - JAIR DE AZEVEDO	1.000,00
	2371	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.94.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	4711 - ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2.270,00
16/11/2016	2372	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.761,04
	2373	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	133,01
	2374	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	839,76
	2375	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	219,70
	2376	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.94.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	82,09
17/11/2016	2377	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.871,19
	2378	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	1921 - DETRAN TRANSITO	127,69
	2379	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13021 - HENRIQUE LENARDT JUNIOR	178,90
	2380	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10713 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP (JUNG)	258,25
	2381	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.11	44 - Atenção Básica	443 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	1.721,92
17/11/2016	2382	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.11	44 - Atenção Básica	7441 - IDS DESENV. DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - EPP	3.000,00
	2383	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7441 - IDS DESENV. DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - EPP	23.149,92
	2384	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.25	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	10.000,00
	2385	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	7455 - PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA	2.366,30
	2386	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	2975 - MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	17,82
	2387	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	1.673,00
	2388	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4711 - ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.871,55
	2389	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	2.573,00
	2390	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	5348 - CENTERMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5.328,00
	2391	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	5005 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	4.241,10
16/11/2016	2392	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2.325,00
	2393	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	4.988,89
	2394	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13091 - ILG COMERCIAL LTDA ME	1.836,20
	2395	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10727 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME	3.326,00
	2395	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA	64,50



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liziene Prandini

Chave de Autenticação
1699-0369-387

Página
9 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão									
Data		Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)	
18/11/2016	2396	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	179 - 4.4.90.32.08	102 - Recursos Próprios - Saúde	4180 - CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA-ME	10429 - PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	9.850,00	
	2397	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	321 - PROFARMA SPECIALTY S.A	6680 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1.040,00	
	2398	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	2.558,40	
	2399	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	1.375,00	
	2400	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	1.191,00	
	2401	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	70,20	
	2402	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	559,92	
	2403	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	1.278,00	
	2404	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	16,15	
	2405	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	2.745,00	
	2406	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	6.328,85	
	2407	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	2.482,20	
	2408	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	1.135,00	
	2409	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2949 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	2949 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	1.000,00	
	2410	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5521 - ALEX ANDERSON MORAIS DOS SANTOS	5521 - ALEX ANDERSON MORAIS DOS SANTOS	1.000,00	
	2411	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13021 - HENRIQUE LEONARDO JUNIOR	13021 - HENRIQUE LEONARDO JUNIOR	1.000,00	
	2412	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3912 - EDEZIO RECALCATI	3912 - EDEZIO RECALCATI	1.000,00	
	2413	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	4.532,37	
	2414	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	4.074,18	
	2415	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7261 - OREBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	7261 - OREBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	33,36	
	2416	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	1921 - DETRAN TRANSITO	1921 - DETRAN TRANSITO	340,52	
	2417	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	729 - ALDECIR BARP	1.500,00	
	2418	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.1.90.13.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	5458 - MARCIO BASSANI	1.500,00	
	2419	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	9711 - FGTS	9711 - FGTS	80.000,00	
	2420	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	7261 - OREBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	7261 - OREBENK - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	6.527,78	
	2421	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	13187 - INSTITUTO EULALDO LOOI DE SANTA CATARINA - CACA	13187 - INSTITUTO EULALDO LOOI DE SANTA CATARINA - CACA	30.000,00	
	2422	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	7675 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO S. C (CIE	7675 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO S. C (CIE	45.000,00	
	2423	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	1.500,00	
	2424	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	3.936,00	
	2425	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA	342,00	
	2426	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3348 - ALVARO SANTOS DE CASTRO	3348 - ALVARO SANTOS DE CASTRO	1.500,00	
	2427	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA	342,00	
	2428	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4840 - LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA	4840 - LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA	2.726,40	
	2429	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1.627,60	
	2430	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10433 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	10433 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	1.080,00	
	2431	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.988,00	
	2432	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	2.722,72	
	2433	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10159 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	10159 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	306,00	
	2434	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13275 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	13275 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	281,70	
	2435	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	5358 - DIMACT SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	5358 - DIMACT SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	7.799,00	
	2436	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6303 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	6303 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	5.650,00	
	2437	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5459 - JAIR DE AZEVEDO	5459 - JAIR DE AZEVEDO	1.500,00	
	2438	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	729 - ALDECIR BARP	1.500,00	
	2439	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	1.500,00	
	2440	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13018 - PETRAS DOS SANTOS	13018 - PETRAS DOS SANTOS	500,00	
	2441	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6462 - LUCIANO COLUZZI	6462 - LUCIANO COLUZZI	1.000,00	
	2442	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1921 - DETRAN TRANSITO	1921 - DETRAN TRANSITO	85,13	
	2443	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIA J.P. DA SILVA	2240 - VALDECIA J.P. DA SILVA	74,20	
	2444	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1895 - SERVICOFUNERARIO SAO PEDRO LTDA	1895 - SERVICOFUNERARIO SAO PEDRO LTDA	1.000,00	
	2445	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.02	44 - Atenção Básica	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	708,00	
	2446	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2.427,60	
	2447	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10391 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	10391 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	544,80	
	2448	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10645 - PLUSMEDIC COM DE MAT PARA USO MEDICO E LAB LTDA	10645 - PLUSMEDIC COM DE MAT PARA USO MEDICO E LAB LTDA	12.615,00	
	2449	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	1324 - METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	1324 - METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	144,00	
	2450	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	890 - GOLDPLUS- COM. DE MEDICAM. E PROD. HOSPITALARES	890 - GOLDPLUS- COM. DE MEDICAM. E PROD. HOSPITALARES	6.189,02	
								1.228,00	



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liziene Prandini
Chave de Autenticação
1699-0369-387
Página
10 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
2451	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	5338 - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	22,20
2452	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3.701,70
2453	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	10645 - PLASMEDIC COM DE MAT PARA USO MEDICO E LAB LTDA	170,00
2454	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	1324 - TROMEDCOM COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	440,00
2455	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	5358 - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	7.488,80
2456	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.77	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	247 - PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA - MATRIZ	5.450,00
2457	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.12	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI- EPP	5.296,33
2458	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	9.241,87
2459	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.39	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	771,61
2460	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	257,35
2461	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.01	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9824 - STANG E STANG LTDA	9.237,48
2462	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	102 - Recursos Próprios - Saúde	10292 - ANDRE LEONARDO MAZZOTTI	1.000,00
2463	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.81	36 - Assistência Farmacêutica Básica	36 - Assistência Farmacêutica Básica	7656 - CAIZA ECONOMICA FEDERAL	500,00
2464	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.39.81	43 - Transferências de Convênios - Saúde	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1871 - BANCO DO BRASIL SA	200,00
2465	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.48.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	102 - Recursos Próprios - Saúde	11199 - IDANIA JULIO RIBEIRO	1.000,00
2466	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.46.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	102 - Recursos Próprios - Saúde	11199 - IDANIA JULIO RIBEIRO	1.000,00
2467	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	10445 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LT	4.983,38
2468	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	10445 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LT	137,50
2469	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.22	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	1.520,00
2470	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.22	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	2.601,00
2471	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	10968 - ELSUVANDIA MATOS DONINI - ME	85,98
2472	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	11.664,84
2473	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.10	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10560 - PEZZITRON CATARINENSE DE EDUCAÇÃO	1.519,36
2474	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.17	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7455 - UNIFAZ CARPENTENSE DE EDUCAÇÃO	10.280,00
2475	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	44 - Atenção Básica	10136 - L. M. LADEIRA & CIA LTDA- ME	1.005,58
2476	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10372 - SCARDIA & CIA LTDA- ME	7.880,00
29/11/2016						Total da Unidade Gestora:	719.814,96

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social

07/11/2016	813	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.30.16	55 - Bolsa Família	11086 - KLEBER MACHADO E CIA LTDA - ME (SPOTEC INFORMÁ	104,00
	814	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	349 - 4.4.90.52.42	3388 - Superávit Bolsa Família Conselho - Recurso 63	9653 - M. MOBILE EIRELI	857,25
08/11/2016	815	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.30.16	55 - Bolsa Família	6710 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	2.182,50
	816	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	331 - 3.3.90.14.14	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	4793 - BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS	800,00
	817	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.14.14	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	1145 - MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI	600,00
	818	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.14.14	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	13193 - RODRIGO DE PAULA	320,00
09/11/2016	819	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.01	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	13193 - RODRIGO DE PAULA	160,00
	820	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.39.16	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9824 - STANG E STANG LTDA	70,00
	821	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.01	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	12226 - JOÃO MARIA FARIAS PRESTES	4.827,60
10/11/2016	822	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.30.16	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	6710 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	1.455,00
	823	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.39.17	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	7095 - REPRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	678,00
	824	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.39.17	55 - Bolsa Família	7095 - REPRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	1.428,00
	826	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Ordinários	3643 - EMBAREL A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇ	4,78
16/11/2016	827	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	266 - 3.3.90.39.95	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9578 - SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.	185,06
	828	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	300,00
	829	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	1.500,00
	830	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.39.22	55 - Bolsa Família	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	300,00
18/11/2016	831	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	600,00
	832	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.59	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	508 - COMUNICACOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	2.950,00
	833	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	316,10
	834	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	633,10
	835	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	238,70
	836	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	614,05
21/11/2016	837	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.22	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de As	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	300,00
	838	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.30.39	55 - Bolsa Família	13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME	321,98
	839	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.92.30	100 - Recursos Ordinários	713 - HARMONIZE INDUSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA - EPP	2.450,00
	840	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	267 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS	223,77

Unidade Gestora: Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Cacador.

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liriane Prandini

Chave de Autenticação
 1699-0369-387

Página
 12 / 12

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Total da Unidade Gestora:							139.903,75
Total Geral:							7.132.029,66

Camboriú

PREFEITURA

DL 08/16 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 008/2016 – FMS
Data: 07/12/2016
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA SERVIÇO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO MENOR M.M.S CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, AUTOS Nº 0900045-63.2015.8.21.0113.
Valor total: R\$ 11.000,00 (Onze Mil Reais).
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: KATIA REGINA SCHMIDT CLINICA – CLINICA TERAPEUTICA OURO VERDE.
Embasamento legal: artigo 24, inciso “IV” da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 07 de Dezembro de 2016.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DL 09/16 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 009/2016 – FMS
Data: 07/12/2016
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA SERVIÇO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO MENOR M.do N.G CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS Nº 0000718-47.2016.8.24.01113.
Valor total: R\$ 11.000,00 (Onze Mil Reais).
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: KATIA REGINA SCHMIDT CLINICA – CLINICA TERAPEUTICA OURO VERDE.
Embasamento legal: artigo 24, inciso “IV” da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 07 de Dezembro de 2016.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA DEFESA 004/2016 - CLÉIA BARBOSA ALVARENGA

EDITAL INTIMAÇÃO PARA DEFESA - CPAD N.º 004/2016
O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, do Município de Camboriú/SC, designado pela Portaria 826/2016, emitida pela Sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias - Prefeita Municipal, FAZ SABER, a Senhora CLÉIA BARBOSA ALVARENGA, brasileira, servidora pública municipal, portadora de RG n. 370416/SSP e inscrita no CPF sob n. 404.726.121-15, que deverá apresentar sua DEFESA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 004/2016, a qual deverá ser protocolada na Procuradoria-Geral do Município de Camboriú, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, na Rua Getúlio Vargas, n. 77, centro, Camboriú/SC, a fim de se defender dos fatos que lhe são imputados no Memorando n. 080/2016 da Secretaria de Educação, de fl. 05 do referido processo, podendo indicar testemunhas, requerer provas e o que mais julgar necessário à sua ampla defesa. Para que não seja alegada ignorância é expedido o presente Edital que vai publicado por 03 (três) dias consecutivos na imprensa Oficial.
Camboriú/SC, 10 de novembro de 2016.
EMERSON HAENDCHEN VIDAL
Presidente CPAD

EDITAL INTIMAÇÃO PARA DEFESA 015-2015 - ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS

EDITAL INTIMAÇÃO PARA DEFESA - CPAD N.º 015/2015
O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, do Município de Camboriú/SC, designado pela Portaria 1.613/2015, emitida pela Sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias - Prefeita Municipal, FAZ SABER, a Senhora ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS, brasileira, monitora, matrícula n.º 11530, inscrita no CPF sob número 045.670.479-58 e portadora de CI n.º 4.726.629-0, que deverá apresentar sua DEFESA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 015/2015, a qual deverá ser protocolada na Procuradoria-Geral do Município de Camboriú, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, na Rua Getúlio Vargas, n. 77, centro, Camboriú/SC, a fim de se defender dos fatos que lhe são imputados no Memorando n. 221/2015 da Secretaria de Educação, de fl. 05 do referido processo, podendo indicar testemunhas, requerer provas e o que mais julgar necessário à sua ampla defesa. Para que não seja alegada ignorância é expedido o presente Edital que vai publicado por 03 (três) dias consecutivos na imprensa Oficial.
Camboriú/SC, 10 de novembro de 2016.
EMERSON HAENDCHEN VIDAL
Presidente CPAD

Campo Alegre

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 5/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CHAMADA PÚBLICA 05/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural do município de Campo Alegre - SC, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), no ano letivo de 2017. Data de abertura: 11/01/2017, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. O edital está disponível no site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Chamada Pública" / "Chamada Pública 05/2016"

Campo Alegre, 06 de dezembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

CHAMADA PÚBLICA 6/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CHAMADA PÚBLICA 06/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural DA REGIÃO, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), no ano letivo de 2017. Data de abertura: 11/01/2017, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. O edital está disponível no site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Chamada Pública" / "Chamada Pública 06/2016".

Campo Alegre, 06 de dezembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 10.143 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.143 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 399,88	
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
460000.00.896 -	Amortização da Dívida		
469000.00.896 -	Aplicações Diretas		
469071.00.896 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 0,12	
	Total	R\$ 400,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do Elemento Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		

339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.144 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.144 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.568 de 07 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 39.715,00 (trinta e nove mil setecentos e quinze reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.001.2.004 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio – Alimentação	R\$450,00
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 34.900,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais – INSS	R\$ 3.165,00
339113.00.136 -	Obrigações Patronais – IPRECAL	R\$ 900,00
01.031.0001.2.065 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339049.00.136 -	Auxílio – Transportes	R\$ 300,00
	Total	R\$ 39.715,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0001.2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias – Civil	R\$ 9.300,00
01.031.0001.2.006 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.300,00
01.031.0001.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$800,00
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 900,00
01.031.0001.2.065 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 4.800,00
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$10.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	R\$3.200,00
339039.00.136 -	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 3.425,00
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 800,00
339339.00.136 -	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 2.190,00
	Total	R\$ 39.715,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.568 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.568 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 39.715,00 (trinta e nove mil setecentos e quinze reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.001.2.004 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio – Alimentação	R\$450,00
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 34.900,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais – INSS	R\$ 3.165,00

339113.00.136 -	Obrigações Patronais – IPRECAL	R\$ 900,00	
01.031.0001.2.065 -	Manutenção das Atividades Legislativas		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339049.00.136 -	Auxílio – Transportes	R\$ 300,00	
	Total	R\$ 39.715,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores		
01.01 -	Câmara de Vereadores		
01.031.0001.2.003 -	Diárias		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339014.00.136 -	Diárias – Civil	R\$ 9.300,00	
01.031.0001.2.006 -	Capacitação de Servidores		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.300,00	
01.031.0001.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios		
400000.00.136 -	Despesas de Capital		
440000.00.136 -	Investimentos		
449000.00.136 -	Aplicações Diretas		
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$800,00	
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 900,00	
01.031.0001.2.065 -	Manutenção das Atividades Legislativas		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 4.800,00	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$10.000,00	
339036.00.136 -	Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	R\$3.200,00	
339039.00.136 -	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 3.425,00	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 800,00	
339339.00.136 -	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 2.190,00	
	Total	R\$ 39.715,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.706 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.706 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LILIAN APARECIDA PETERS, Matrícula Funcional nº 000736, Registro no Sistema Sob nº 955252, ocupante do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, exercendo a Função Gratificada de Diretora do CMEI – Centro de Educação Infantil Alegre Infância, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.707 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.707 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LILIAN DA CRUZ KUHNEN, Matrícula Funcional nº 000625, Registro no Sistema Sob nº 955063, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.708 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.708 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.709 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.709 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MÁRCIA REGINA FELICIANO DAMAZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2016 a 08 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.710 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.710 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, Matrícula Funcional nº 000722, Registro no Sistema sob nº 955219, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.711 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.711 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, Matrícula Funcional nº 0229, Registro no Sistema sob nº 310540, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2016 a 08 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.712 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.712 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 13 de março de 2016 a 13 de março de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.713 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.713 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000854, Registro no Sistema sob nº 955553, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.714 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.714 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal REGIANE CRISTINA HÜBNER DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000758, Registro no Sistema sob nº 955353, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.715 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.715 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias a Servidora Pública Municipal REGIANE MALINOVSKI HORTZ, Matrícula Funcional nº 000875, Registro no Sistema sob nº 955595, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 17 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.716 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.716 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000066, Registro no Sistema sob nº 104130, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.717 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.717 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ROSANE JOHANSON, Matrícula Funcional nº 000845, Registro no Sistema sob nº 955534, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.718 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.718 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal ROSMARI DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000859, Registro no Sistema sob nº 955558, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.719 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.719 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLEZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2016 a 17 de julho de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.720 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.720 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.721 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.721 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.722 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.722 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.723 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.723 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2016 a 08 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.724 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.724 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, Matrícula Funcional nº 000159, Registro no Sistema sob nº 299040, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.725 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.725 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SOLANGE REGINA DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2016 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.726 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.726 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal ROSMARI DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000859, Registro no Sistema sob nº 955558, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.727 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.727 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955081, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.728 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.728 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.729 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.729 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias a Servidora Pública Municipal LETÍCIA DE ASSIS, Matrícula Funcional nº 000780, Registro no Sistema sob nº 955402, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 12 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.730 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.730 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000796, Registro no Sistema sob nº 955459, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.731 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.731 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUCIANA FUCKNER WALTMANN, Matrícula Funcional nº 000631, Registro no Sistema sob nº 955058, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de

2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.732 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.732 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUZIA RECKZIEGEL ROEPKE, Matrícula Funcional nº 000595, Registro no Sistema sob nº 954828, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.733 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.733 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal RITA ZEZOTKO SCHOLZE, Matrícula Funcional nº 000579, Registro no Sistema sob nº 954768, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.734 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.734 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias ao Servidor Público Municipal SIDNEI DALA MEÃ, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema sob nº 954622, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 20 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.735 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.735 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal JAILSON LUIZ DA ROCHA, Matrícula Funcional nº 000787, Registro no Sistema sob nº 955441, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º – As Férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos seguintes períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 03 (zero três) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 16 (dezesesseis) dias.

§ 2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 13 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.736 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.736 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal DANIEL ALBERTO CORREA, Matrícula Funcional nº 000822, Registro no Sistema sob nº 955493, ao Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 13 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.737 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.737 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal RAFAEL NEGHERBON, Matrícula Funcional nº 000830, Registro no Sistema sob nº 955508, ao Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 13 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.738 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.738 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal, RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, Matrícula Funcional nº 000824, Registro no Sistema sob nº 955497, ao Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 13 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.739 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.739 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, VALDEMAR CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000821, Registro no Sistema sob nº 955491, ao Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 19 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.740 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.740 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000836, Registro no Sistema sob nº 955518, ao Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 à 13 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.741 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.741 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 13.617 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 13.617 de 02 de dezembro de 2016.

Parágrafo único – A revogação de que trata o Caput deste Artigo em virtude da Servidora Pública Municipal JOSIANE CLEIA LUCIO, Matrícula Funcional nº 000686, Registro no Sistema sob nº 955126, ocupante do Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, encontra-se em Licença Maternidade até a data de 06 de fevereiro de 2017.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 12.643 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE: Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 12.643 de 17 de dezembro de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema sob nº 954639, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 10 de março de 2015 a 09 de março de 2016.

Parágrafo Único – A alteração de que trata o Caput deste Artigo, em razão de engano digitação no período aquisitivo das férias, que ora corrigimos.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.743 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.743 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 13.628 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE: Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 13.628 de 02 de dezembro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema sob nº 954639, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 10 de março de 2016 a 09 de março de 2017.

Parágrafo Único – A alteração de que trata o Caput deste Artigo, em razão de engano digitação no período aquisitivo das férias, que ora corrigimos.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.744 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.744 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 13.640 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE: Art.1º) Alterar a redação do Parágrafo único do Artigo 1º da Portaria nº 13.640 de 02 de dezembro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016”.

Art.2º) A alteração de que trata o Caput do Parágrafo único, em razão de engano digitação no período aquisitivo das férias, que ora corrigimos.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 43/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2275/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, através de seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 20 de Dezembro de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 43/2016 para a Recuperação do diferencial do caminhão caçamba Agrale 14000 placa MKL8253 e chapeação e Pintura do Caminhão Ford Cargo 1317E Placas MJA 3241, com fornecimento de peças novas e mão de obra, pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07hs às 13hs, pelo fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 05 de Dezembro de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1865/16

PORTARIA Nº 1865/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA MARCIA NUNES DO CARGO EM COMISSÃO DE OUVIDOR GERAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora MARCIA NUNES, das funções de OUVIDOR GERAL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 30 de novembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1866/16

PORTARIA Nº 1866/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR JAMES ADALCIO DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor JAMES ADALCIO DOS SANTOS, das funções de ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 30 de novembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1867/16

PORTARIA Nº 1867/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA SOLANGE APARECIDA NOHATTO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora SOLANGE APARECIDA NOHATTO, das funções de ASSESSOR DE IMPRENSA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 30 de novembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1868/16

PORTARIA Nº 1868/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA MARGARETH TEREZINHA NICOLOTTI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA PARLAMENTAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora MARGARETH TEREZINHA NICOLOTTI, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 30 de novembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1869/16

PORTARIA Nº 1869/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA, das funções de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1870/16

PORTARIA Nº 1870/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA MAIRI SUZANA RIBEIRO DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora MAIRI SUZANA RIBEIRO, das funções de SUPERINTENDENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1871/16

PORTARIA Nº 1871/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR PATRICK CARLO REDANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor PATRICK CARLO REDANTE, das funções de DIRETOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1872/16

PORTARIA Nº 1872/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA SINCLAIR APARECIDA PISANI ZOTTI DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO DE ENSINO INFANTIL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora SINCLAIR APARECIDA PISANI ZOTTI, das funções de SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO DE ENSINO INFANTIL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1873/16

PORTARIA Nº 1873/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA FERNANDA MOCELIN CAMARGO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DA MERENDA ESCOLAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora FERNANDA MOCELIN CAMARGO, das funções de GERENTE DE MERENDA ESCOLAR, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1874/16

PORTARIA Nº 1874/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA JANAINA BUGANÇA CORDEIRO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora JANAINA BUGANÇA CORDEIRO, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1875/16

PORTARIA Nº 1875/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA CLARICE APARECIDA FAGUNDES DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora CLARICE APARECIDA FAGUNDES, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1876/16

PORTARIA Nº 1876/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA ANA PAULA BITTENCOURT WALTER DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, das funções de GERENTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1877/16

PORTARIA Nº 1877/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA SONIA TRUCOLO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora SONIA TRUCOLO, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1878/16

PORTARIA Nº 1878/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR EINOR LUIZ FAÉ DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor EINOR LUIZ FAÉ, das funções de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1879/16

PORTARIA Nº 1879/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR IVORI TROMBETA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor IVORI TROMBETA, das funções de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1880/16

PORTARIA Nº 1880/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA MARCIA ELIZA CANALI KAIPER DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora MARCIA ELIZA CANALI KAIPER, das funções de SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1882/16

PORTARIA Nº 1882/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA MARIA DE LURDES FAEDO SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora MARIA DE LURDES FAEDO SILVA, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1883/16

PORTARIA Nº 1883/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA DILSE BORTOLI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora DILSE BORTOLI, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1884/16

PORTARIA Nº 1884/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR GESIEL RIBEIRO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLE E CADASTRO SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor GESIEL RIBEIRO, das funções de GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLE E CADASTRO SOCIAL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1885/16

PORTARIA Nº 1885/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR FERMINO FRANCISCO DE MATTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor FERMINO FRANCISCO DE MATTOS, das funções de DIRETOR DE MEIO AMBIENTE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1886/16

PORTARIA Nº 1886/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTRI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTRI, das funções de DIRETOR DE SAÚDE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1887/16

PORTARIA Nº 1887/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA ANA PAULA DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DO FUNDO DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ANA PAULA DOS SANTOS, das funções de GERENTE DO FUNDO DE SAÚDE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1888/16

PORTARIA Nº 1888/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA ELIANE LOPES DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO À SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ELIANE LOPES, das funções de DIRETORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO À SAÚDE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1889/16

PORTARIA Nº 1889/16 de 01/12/16

DISPENSA A SERVIDORA HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILLA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILLA, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1890/16

PORTARIA Nº 1890/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR DIOMAR CANUTO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor DIOMAR CANUTO, das funções de GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1891/16

PORTARIA Nº 1891/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR SERGIO JOSE SILVESTRIN DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor SERGIO JOSE SILVESTRIN, das funções de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1892/16

PORTARIA Nº 1892/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR MOACIR DORNELLES CORREIA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ENGENHARIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor MOACIR DORNELLES CORREIA, das funções de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE DIRETOR DE ENGENHARIA essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1893/16

PORTARIA Nº 1893/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR OSVALDO DE SOUZA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor OSVALDO DE SOUZA, das funções de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1894/16

PORTARIA Nº 1894/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR JOSE MARIA GONÇALVES LINS DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor JOSE MARIA GONÇALVES LINS, das funções de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1895/16

PORTARIA Nº 1895/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR ADELMO PETRY DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor ADELMO PETRY, das funções de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1896/16

PORTARIA Nº 1896/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR NELSON RODRIGUES DE SOUZA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor NELSON RODRIGUES DE SOUZA, das funções de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1897/16

PORTARIA Nº 1897/16 de 01/12/16

DISPENSA O SERVIDOR JOEL FRANCISCO FAGUNDES DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO SAMAE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor JOEL FRANCISCO FAGUNDES, das funções de DIRETOR DO SAMAE essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1898/16

PORTARIA Nº 1898/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA MERCIA SILVESTRIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa à servidora MERCIA SILVESTRIN, do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1899/16

PORTARIA Nº 1899/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR HILÁRIO ADEMILSON PIRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor HILARIO ADEMILSON PIRES, do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1900/16

PORTARIA Nº 1900/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR OZIRIS BERNARDI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor OZIRIS BERNARDI, do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1901/16

PORTARIA Nº 1901/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR VALMIR DE ROS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor VALMIR DE ROS, do cargo de PROCURADOR GERAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1902/16

PORTARIA Nº 1902/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA RAQUEL DA COSTA VIEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora RAQUEL DA COSTA VIEIRA, do cargo de PROCURADOR ADJUNTO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1903/16

PORTARIA Nº 1903/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOÃO MARCOS TESSARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JOÃO MARCOS TESSARO, do cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS FINANCEIRAS/ ADMINISTRATIVAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1904/16

PORTARIA Nº 1904/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA ALESSANDRA TOMAZONI TORMEM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora ALESSANDRA TOMAZONI TORMEM, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1905/16

PORTARIA Nº 1905/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA TEREZINHA VENTURIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora TEREZINHA VENTURIN, do cargo de SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1908/16

PORTARIA Nº 1908/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA SOLANGE CORDEIRO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora SOLANGE CORDEIRO DOS SANTOS, do cargo de GERENTE DE APOIO – PROJETOS ESPECIAIS/FUNDOS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1912/16

PORTARIA Nº 1912/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR LEONILDO RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor LEONILDO RECALCATTI, do cargo de SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1913/16

PORTARIA Nº 1913/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR MARCIO JORGE DE AZEVEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor MARCIO JORGE AZEVEDO, do cargo de SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1914/16

PORTARIA Nº 1914/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR NELSON LUIZ DE PAULA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor NELSON LUIZ DE PAULA, do cargo de SECRETÁRIO SAÚDE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1915/16

PORTARIA Nº 1915/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR EDILSON BATISTA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor EDILSON BATISTA FAGUNDES, do cargo de GERENTE DE TRANSPORTES DA SAÚDE, esta

portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1916/16

PORTARIA Nº 1916/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR SIDNEY KRAHL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor SIDNEY KRAHL, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EVENTOS ESPORTIVOS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1919/16

PORTARIA Nº 1919/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR LUIZINHO SAVARIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor LUIZINHO SAVARIS, do cargo de GERENTE DE EVENTOS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1920/16

PORTARIA Nº 1920/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ALDOCIR MICHELOTTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ALDOCIR MICHELOTTO, do cargo de SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 20 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1922/16

PORTARIA Nº 1922/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR LEONARDO FARIAS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor LEONARDO FARIAS SANTOS, do cargo de ADMINISTRADOR GERAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1923/16

PORTARIA Nº 1923/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR IRACEMA TRUCOLO WILPERT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor IRACEMA TRUCOLO WILPERT, do cargo de DIRETORA FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1925/16

PORTARIA Nº 1925/16 de 01/12/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR PAULO EDUARDO MAFIOLETTI FACHIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor PAULO EDUARDO MAFIOLETTI FACHIN, do cargo de ANALISTA AMBIENTAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 15 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1957/16

PORTARIA Nº 1957/16 DE 06/12/16

EXONERA O SERVIDOR CELIO ROSSI POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1672382235 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera o servidor CELIO ROSSI, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Operador de Máquinas, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1958/16

PORTARIA Nº 1958/16 DE 06/12/16

EXONERA A SERVIDORA DORACI RODRIGUES MOREIRA POR APOSENTADORIA, POR IDADE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1643713610 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora DORACI RODRIGUES MOREIRA, por aposentadoria, por idade, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos

Novos, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1959/16

PORTARIA Nº 1959/16 DE 06/12/16

EXONERA O SERVIDOR PEDRO TOMAZ POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1643714098 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera o servidor PEDRO TOMAZ, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Operador de Máquinas, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1960/16

PORTARIA Nº 1960/16 DE 06/12/16

EXONERA A SERVIDORA ILDA TEREZINHA SAVARIS DORINI POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1672381441 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora ILDA TEREZINHA DORINI, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professora, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1961/16

PORTARIA Nº 1961/16 de 06/12/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)
BRUNA VARGAS MEDEIROS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) BRUNA VARGAS MEDEIROS do cargo de ODONTOLOGO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1962/16

PORTARIA Nº 1962/16 de 06/12/16

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR FERNANDO WALTRICK DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor FERNANDO WALTRICK DE ALMEIDA do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 12/2016 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial 11/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de areia para manutenção das atividades da SEMAIS, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 20 de dezembro de 2016, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de dezembro de 2016. GILBERTO ROSA – Diretor do SEMAIS.

EXTRATO EDITAL 29/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 59/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 42/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de construção, para manutenção corretiva e preventiva, visando a conservação dos prédios da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 20 de dezembro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de dezembro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 60/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 60/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 43/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de 651 tubos de concreto conforme NBR 8890/07, para manutenção das atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 20 de dezembro de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1069/2016 - CONCEDER PENSÃO POR MORTE E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº. 1069/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 1º da Portaria nº 881/2016 da Prefeitura do Município de Canoinhas;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 054/2016 do Município de Canoinhas;

CONSIDERANDO, Ofício nº 040/ICPREV/2016, RESOLVE:
CONCEDER PENSÃO POR MORTE E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica concedida pensão por morte, a partir de 18 de setembro de 2016, nos termos do inciso II do §7º do art. 40 da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/2003), e dos art. 03 e 95 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, em face do óbito do servidor ativo José Marcos Carvalho, ex-detentor do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, inscrito no CPF sob nº 770.321.369-15, em favor de Dinacir Carvalho, cônjuge, inscrita no CPF sob nº 040.410.719-25.

Art. 2º - Autoriza o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40 da Constituição Federal, (Redação da Emenda Constitucional nº 41/2003), correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: O valor dos proventos da pensão por morte, até que o orçamento do ICPREV seja aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de Canoinhas, será pago pelo Município de Canoinhas, conforme art. 120 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016.

Art. 3º - O valor dos proventos da pensão por morte não será reajustado pela paridade.

Art. 4º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VI do art. 39 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 02 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 229/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 229/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 229/2016. Data de assinatura: 30/11/2016. Contratada: PLANA – SERVIÇOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME, CNPJ sob n.º 07.856.659/0001-11. Objeto Contratado PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL – PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV, NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA I, COM 328 FAMÍLIAS E NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA II, COM 64 FAMÍLIAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, n.º 10 - Centro. Valor : R\$ 225.582,64 (duzentos e vinte e cinco mil quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). Vigência: 30/11/2016 até 31/12/2017. Processo Licitatório n.º PMC 131/2016, Tomada de Preços n.º PMC 15/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 48/2016 - CONCEDE FÉRIAS**

-PORTARIA Nº 48/2016

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 10 (vinte) dias de férias ao servidor ALAN BRAZ DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, referente ao período aquisitivo de 01/02/15 à 31/01/2016, que serão usufruídas do dia 14/12/2016 à 23/12/2016, retornando 24/12/2016.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 06 de dezembro de 2016.

Célio Galeski

Presidente

Chiquinho da Silva

1º Secretário

João Grein

2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 06 de dezembro de 2016.

PORTARIA Nº 49/2016 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 49/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, FRACIONA E CONVERTE EM PECÚNIA

RESOLVE

Art. 1º- Conceder 30 (Trinta) dias de Licença prêmio ao servidor público efetivo Tarciso Ribeiro de Lima, ocupante do cargo de Secretário Legislativo, junto à Secretaria Administrativa deste Poder, conforme o parágrafo Único do Art. 106 da Lei nº 2.305, de 03/07/1990.

Art. 2º - Fica a licença prêmio constante da presente Portaria, convertida em dinheiro, nos termos do § 1º do Art. 109 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 3º – As despesas decorrentes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 07 de dezembro de 2016.

Célio Galeski

Presidente

Chiquinho da Silva

1º Secretário

João Grein

2º Secretário

Capinzal

PREFEITURA

TERMO DE RESILISÃO AO CONTRATO 0014.2015

TERMO DE RESILISÃO

CONTRATO Nº 0014/2015 M

Pregão Presencial Nº 0004/2015

Processo Licitatório Nº 008/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA

MEDICA KUTZKE LTDA- ME

OBJETO: O objeto do presente TERMO é a RESILISÃO do contrato Nº 0014/2015 M nos termos do Artigo 78, inciso XII e Artigo 79, inciso I da Lei nº 8666/93, e também de acordo com a cláusula nona do contrato.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 17/03/2015 a 30/11/2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

PORTARIA N º 67/2016/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 67/2016/SIMAE-CAO, de 06 de dezembro de 2016.

Exonera a pedido, servidor que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, a servidora KARINA CRIPPA, nascida em 13/01/1987, do cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, Padrão 06.04, Nível 02, Referência A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a partir de 17 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvras

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.214 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.214, de 06 de dezembro de 2016.

ALTERA O DECRETO Nº 1.241, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvras/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º Fica alterado o art. 3º do Decreto nº 1.241, de 05 de fevereiro de 2004, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para formar a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório:

I – Presidente: Débora de Andrade;

II – Membros indicados pela Prefeita: Diego Grezelle e Carlos Augusto Czech; e

III – Membros representando os servidores: Marlene Mingori e Marta Borella Menegatti.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1.241, de 05 de fevereiro de 2004, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 1.772, de 18 de agosto de 2011, nº 1.837, de 26 de julho de 2012, nº 1.838, de 03 de agosto de 2012, nº 2.149, de 07 de abril de 2016 e nº 2.187, de 01 de setembro de 2016.

Catanduvras/SC, 06 de dezembro de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Davi Pecinato

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 0002/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2016

A Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 289 e seguintes da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal com alterações), faz saber a quem interessar possa, especialmente aos proprietários da Rua pavimentada, que o Município de Catanduvras, SC, baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, para fim de cobrança de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos na pavimentação em paralelepípedos (serviços iniciais e terraplanagem, pavimentação em paralelepípedos, drenagem pluvial, meios-fios, sinalização vertical e horizontal, e demais itens conforme projetos de engenharia anexos aos processos licitatórios nºs 0017/2014, 0019/2014 e 0020/2014, na modalidade de Convite nº 0001/2014 e de Tomada de Preços nºs 0003/2014, 0004/2014 e documentos anexos ao presente processo de cobrança de contribuição de melhoria, em parte da Rua 7 de Abril, e parte do Conjunto Habitacional Bela Vista (parte da Travessa Anacleto Guerra, parte da Rua Anselmo Chinato e parte da Travessa Anacleto Guerra), nesta cidade de Catanduvras (SC).

1 - DO LOCAL

Parte da Rua 7 de Abril (trechos entre as Ruas Senador Feijó, Tiradentes e Hercílio Luz), e parte do Conjunto Habitacional Bela Vista (parte da Travessa Anacleto Guerra, parte da Rua Anselmo Chinato e parte da Travessa Anacleto Guerra), nesta cidade de Catanduvras, SC, numa área de pavimentação em paralelepípedo de 10.696,11 m², serviços iniciais e terraplanagem, pavimentação em paralelepípedos, drenagem pluvial, meios-fios, sinalização vertical e horizontal, (conforme projeto de obra, memorial descritivo e orçamento), largura da pista (conforme projeto de obra memorial descritivo e orçamento), drenagem pluvial (conforme projeto de obra memorial descritivo e orçamento), meios-fios (conforme projeto de obra memorial descritivo e orçamento), pavimentação (conforme projeto de obra memorial descritivo e orçamento) e sinalização vertical e horizontal (conforme projeto de obra memorial descritivo e orçamento), definidos nos projetos da obra constante nos processos licitatórios nºs 0017/2014, 0019/2014 e 0020/2014, na modalidade de Convite nº 0001/2014 e de Tomada de Preços nºs 0003/2014, 0004/2014.

2 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

As normas para a execução dos serviços foram descritas nos memoriais descritivos dos projetos, os quais são parte integrante dos processos licitatórios nºs 0017/2014, 0019/2014 e 0020/2014, na modalidade de Convite nº 0001/2014 e de Tomada de Preços nºs 0003/2014, 0004/2014, que selecionou as propostas mais vantajosas para execução da obra, e que compreende todas as atividades necessárias para a execução da pavimentação, resumidamente:

- Serviços Iniciais e Terraplanagem (Placa de obra modelo convênio, locação de Ruas e equipamentos topográficos);
- Pavimentação em Paralelepípedos (Regularização do sub leito com compactação, fornecimento assentamento de paralelepípedo de basalto,

rejunção com pó de pedra 2 cm, compactação do pavimento com rolo compressor e lastro de pedrisco);

- Drenagem Pluvial (Escavação Mecânica de valas 2ª categoria, carga e transporte, fornecimento de boca de lobo, fornecimento assentamento e rejunte galeria pluvial com tubos de concreto de 300, 400, 500 e 600mm, escavação mecânica de valas de material de 3ª categoria, reaterro de valas e dreno com brita, bocas de BSTc);
- Meios-Fios (Meio-fio em concreto FCK 15 Mpa 10x15x20cm);
- Sinalização Vertical e Horizontal (Placas de regulamentação, placas de advertência, placas de identificação do nome da rua);
- Meio-fio de concreto para passeio 12x25cm.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com parte da Rua 7 de Abril, e parte do Conjunto Habitacional Bela Vista (parte da Travessa Anacleto Guerra, parte da Rua Anselmo Chinato e parte da Travessa Anacleto Guerra), neste município de Catanduvas (SC), que foram valorizados, conforme Decretos anexos nº 2.198, de 14 de outubro de 2016 e 2.209, de 24 de novembro de 2016.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Na forma do art. 289, Lei Complementar nº 17, de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei Complementar nº 59 de 23 de dezembro de 2009, a cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, sendo este o seu fato gerador, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução, financiamento e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano (testada do imóvel), laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção para as zonas diretamente atingidas é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite total o valor dos investimentos (custo da obra) R\$ 253.716,00 (duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais), e individualmente o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais já referidos.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 192.993,00 (cento e noventa e dois mil novecentos e noventa e três reais), que de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

Planilha 01:

Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras				
da Rua 7 de Abril, nos trechos entre as Ruas Senador Feijó, Tiradentes,				
e Hercílio Luz. (obra de Contribuição de Melhoria)				
Quadra	Lote	Testada	Contribuinte's	Cad.Imobil.
45	480P	20,00	Geani Maria Pereira	820-6
45	481	20,00	Gessy Paganini	819-2
45	482A	10,00	Vanessa Cristina Tomasi ou Iraci De Martini T.	2.813-4
45	482B	10,00	Vani Fátima Tomasi	818-4
45	483P	10,00	Clenilso Basso	2.954-6
45	483A	10,00	Oledir Correa de Bairros ou Roseli Fª Almeida	817-6
45	484A	20,00	Gentil José Kichel	2.254-3
xxx				
44	307A	30,00	Sebastião Alves de Quadros	792-7
44	308	13,00	Celso Vieira	793-5
44	309	14,00	espólio de Podalírio Belo	794-3
44	310	13,00	Valdir Valter Pissoli	795-1
44	311A	15,00	Nelva Dalpubel	796-0
44	311D	15,00	Vilmar Rodrigues da Silva	2.818-5
xxx				
43	312A	20,00	Edson Xavier Di Domenico	776-5
43	313A	10,00	Gilmar Alves, Mãe e Irmãos	777-3
43	313B	10,00	José Felix Cordeiro	778-1
43	314p	10,00	Claudemir Antonio Mauro	3.073-0
43	314A	10,00	Janaina Merli Girardi	779-0
43	315B	5,00	Douglas Daniel e Adair de Moura	2.257-8
43	315A	15,00	Agnaldo e Márcio Chinato ou Darci	780-3

43	316B	20,00	Dalmo Bairro e Mausio Miotto	781-1
xxx				
42	485	20,00	Carlos Cesar Fábris	774-9
42	486	20,00	Maria da Silva Mauro	773-0
42	487	20,00	Olivar Antonio Bucco e Elizete Mendes	772-2
42	488	20,00	Nilton José Bulla	771-4
42	489A	20,00	Teresinha Grezele Grauer	2.844-4
xxx				

Planilha 02:

Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras				
da Rua Anselmo Chinato nos trechos entre as Ruas Olavo Bilac (próximo),				
Nereu Ramos, Ipê e Rod BR 282 (próximo).				
.				
Quadra 's	Lote 's	testada 's	Contribuinte 's	Cad. Imobil.
92	223	15,00	Sicoob - Coop. Créd. Livre Admissão...	1749
92	221	15,00	Jair José Ribeiro	1750
92	219	15,00	Daiane Gubiani	1751
92	217	15,00	Darci João Caldart	1752
92	215	15,00	Luiz Leonardo Gubiani	1753
92	211	25,00	Eugenio Antonio Ribeiro	1754
xxx				
93	207	25,00	Wilmar Luiz Cadore	1764
93	205	13,33	Celso Ribeiro de Freitas	1765
93	203	13,34	Ervino Pezzi	1766
93	201	13,33	Ivacir Cardoso Moreira	1767
93	197	25,00	Daiane Maria Branco	1768
xxx				
95	193	28,00	Claudino dos Reis	1796
95	191	14,00	Juvenal José Maria Neto	1797
95	189	14,00	Daiane Gubiani	1798
95	187	14,00	Francielle Zechini Garbin	1799
95	185	14,00	Renan Faganello	1900
95	183	14,00	Ilario da Silva	1901
95	181	14,00	Vilson Albrecht	1902
xxx				
97A	1	12,00	Maria Florinda Alves da Rocha	2288
97A	3	10,00	Jacir Jose Ribeiro	2290
97A	5	10,00	Marino Granosik	2292
97A	7	10,00	Jurandir Neris de Souza	2294
97A	9	10,00	Luciane Miotto	2296
97A	11	10,00	Natalina de Brito Carneiro - Espólio	2298
97A	13	10,00	Maria Tereza Kuroski Aguilera	2300
97A	15	10,00	Valentin Antunes Bandeira	2302
97A	17	10,00	Ari Aires Fernandes	2304
97A	19	10,00	Gilberto de Oliveira	2306
97A	21	10,00	Joaquim Antunrs Pereira	2308
97A	23	10,00	Clemente Orestes Gaio	2310
97A	25	12,00	Noemi Cardoso dos Santos	2312
xxx				

97B	27	12,00	Laurindo Vaz, Espólio - Dirce d Costa	2314
97B	29	10,00	Gisele e Suzana Bandeira do Amaral	2316
97B	31	10,00	Terezinha Paganini	2318
97B	33	10,00	Osmar Fernandes	2320
97B	35	10,00	Divacir Antonio Dalmagro	2322
97B	37	10,00	Idalina Moraes Dalmagro	2324
97B	39	10,00	Antonio Baldi	2326
97B	41	10,00	Noeli Vaccariano	2328
97B	43	10,00	Josefina Maria Sarturi	2330
97B	45	12,00	Maria dos Santos Gervasio	2332

Planilha 03:

Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras				
nas Travessas Sidenir Garbin, Gomercindo Covolan e Anacleto Guerra,				
no Conj. Habit. Bela Vista, CoHab 1 (CTM).				
.				
Quadra 's	Lote 's	testada 's	Contribuinte 's	Cad. Imobil.
97A	8	10,00	Vilmar Antunes Bandeira	2295
97A	20	10,00	Juraci de Camargo Zucchetti	2307
97A	24	10,00	Teresinha Antunes Loureiro	2311
97D	57	10,00	Ademar Rosa	2344
97D	58	10,00	Iluir Abel da Silva	2345
97D	59	10,00	Vivaldina Fª A. R. ou Carmen Danielli	2346
97D	60	13,00	Joel Carlos Bortolon	2347
97A	2	12,00	Cleciane dos Santos Lima	2289
97A	4	10,00	Athaide Alves dos Santos	2291
97A	6	10,00	Jose Ademar de Oliveira	2293
97A	10	10,00	Marielda Correia	2297
97A	12	10,00	Alcides da Luz	2299
97A	14	10,00	Ervino Weber	2301
97A	16	10,00	João da Luz	2303
97A	18	10,00	João Ricardo	2305
97A	22	10,00	Suzana Terezinha Zucchetti	2309
97A	26	12,00	Meri Aparecida Silveira	2313
97B	28	12,00	Valdomiro Santos Filho	2315
97B	30	10,00	Tereza Parizzotto Darold	2317
97B	32	10,00	Vilson Albrecht	2319
97B	34	10,00	Cleomar Rodrigues	2321
97B	36	10,00	Ivanda Maria Lagerma	2323
97B	38	10,00	Jose Orlando Vieira	2325
97B	40	10,00	Delvira Rosa	2327
97B	42	10,00	Moacir Rodrigues	2329
97B	44	10,00	Marilene Alves de Candido Oliveira	2331
97B	46	12,00	Diana Brito Benites	2333
97C	47	12,00	Irene Ant. da R. Damasceno - Espólio	2334
97C	48	10,00	Maria Madalena Ribeiro	2335
97C	49	10,00	Antoninho Ribeiro da Silva	2336
97C	50	10,00	Nelson do Prado	2337
97C	51	10,00	Arcedilia Chaves	2338
97C	52	10,00	Gilmar Antunes Pereira	2339

97C	53	10,00	Marcos Vinícios Batista Dias	2340
97C	54	10,00	João Pedro da Rosa	2341
97C	55	10,00	Angelo Cruz	2342
97C	56	12,00	Lourdes Eliza Mascarello	2343
Planilha 04:				
.				
Planilha Complementar, 02 ^{as} testadas, lotes de esquina.				
Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras				
nas Travessas Sidenir Garbin, Gomercindo Covolan e Anacleto Guerra,				
no Conj. Habit. Bela Vista, CoHab 1 (CTM).				
Quadra 's	Lote 's	testada 's	Contribuinte 's	Cad. Imobil.
97A	1	17,00	Maria Florinda Alves da Rocha	2288
97A	2	17,00	Cleciane dos Santos Lima	2289
97A	25	17,00	Noemi Cardoso dos Santos	2312
97A	26	17,00	Meri Aparecida Silveira	2313
97B	27	17,00	Laurindo Vaz, Espólio - Dirce d Costa	2314
97B	28	17,00	Valdomiro Santos Filho	2315
97B	45	17,00	Maria dos Santos Gervasio	2332
97B	46	17,00	Diana Brito Benites	2333

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DAS OBRAS

O custo unitário e total para a realização das obras, de acordo com as benfeitorias realizadas em Parte da Rua 7 de Abril, e parte do Conjunto Habitacional Bela Vista (parte da Travessa Anacleto Guerra, parte da Rua Anselmo Chinato e parte da Travessa Anacleto Guerra), neste município de Catanduvas (SC) e Edital de Licitação respectivo, está expresso na tabela abaixo:

Serviços	Metragem da obra (m²)	Custo total da obra (R\$)	Custo unitário da obra (R\$/m²)	Valor custeado pelos contribuintes (R\$)
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços Iniciais e Terraplanagem (Placa de obra modelo convênio, locação de Ruas e equipamentos topográficos); • Pavimentação em Paralelepípedos (Regularização do sub leito com compactação, fornecimento assentamento de paralelepípedo de basalto, rejuntamento com pó de pedra 2 cm, compactação do pavimento com rolo compressor e, lastro de pedrisco 5,00 cm); • Drenagem Pluvial (Escavação Mecânica de valas 2ª categoria, carga e transporte, fornecimento de boca de lobo, fornecimento assentamento e rejunte galeria pluvial com tubos de concreto de 300, 400, 500 e 600mm, escavação mecânica de valas de material de 3ª categoria, reaterro de valas e dreno com brita, bocas de BSTc); • Meios-Fios (Meio-fio em concreto FCK 15 Mpa 10x15x20cm); • Sinalização Vertical e Horizontal (Placas de regulamentação, placas de advertência, placas de identificação do nome da rua); • meio-fio de concreto para passeio 12x25cm. 	10.696,11	253.716,00	23,72	192.993,00

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria das obras referidas neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de 30 dias, contados da data de sua notificação nos termos do art. 299 da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

8.2 - Pagamento parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte, em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e consecutivas, acrescidas estas, e atualizações pela aplicação da UFRM, nos termos do art. 299, §1º da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM) e legislações posteriores.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro dos parâmetros acima.

Decorridos sessenta (60) dias contados do Lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, sem que haja o pagamento total, ou pedido de parcelamento da dívida, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos legais, principalmente para inscrição em dívida ativa e processo de execução fiscal, em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra este Edital e ao Processo Licitatório o memorial e projetos executivos das obras, planilha orçamentária, bem como o laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que foram beneficiados com as obras de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar

da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova. A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo das obras e número de prestações, de acordo com o disposto no art. 301 do CTM.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria de Administração ou Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Catanduvas, SC, 02 de dezembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Secretario de Administração e Finanças

Visto Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Catanduvas, Edital de Contribuição de Melhoria nº 0002/2016.

Juliane Perotoni

Assessora Jurídica

OAB/SC Nº 33.765

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0034/2016

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0034/2016

PREGÃO Nº 0059/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2016).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, CNPJ sob o n.º 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME, CNPJ sob o nº 22.528.813/0001-81

OBJETO: Aquisição de brinquedos para as crianças atendidas e acompanhadas pela assistência social e demais crianças que residem em nosso município.

VALOR: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.076.3390.00 - 10150 - 13/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

2.076.3390.00 - 10152 - 14/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvas – SC, 02 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Claudia. Vieira

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0035/2016

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0035/2016

PREGÃO Nº 0059/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2016)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, CNPJ sob o n.º 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: TOTAL SPORTS LTDA - ME, CNPJ sob o nº 13.248.252/0001-86

OBJETO: Aquisição de brinquedos para as crianças atendidas e acompanhadas pela assistência social e demais crianças que residem em nosso município.

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.077.3390.00 - 100 - 18/2015 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvas – SC, 02 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Claudia. Vieira

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0116/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0116/2016

PREGÃO Nº 0058/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0089/2016)".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ sob o nº 03.650.239/0001-03

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de LINK DE INTERNET DEDICADO 50MB FULL DUPLEX conforme descritivo em anexo visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMETÁRIA:

2.063.3390.00 - 100 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás/SC, 23 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0117/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0117/2016

PREGÃO Nº 0056/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA – ME, CNPJ sob o nº 21.253.744/0001-98

OBJETO: Fornecimento de meio fio, tubos, grades de bueiro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 56.160,00 (cinquenta e seis mil cento e sessenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.081.4490.00 - 164 - 94/2016 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO GALERIAS PLUVIAIS E OBRAS COM

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 27 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2016

PREGÃO Nº 0042/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2016).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: COLOMAR ANTONIO MORESCO & CIA LTDA ME, CNPJ sob o nº 07.123.351/0001-92

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 15 de junho de 2016, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 25% (vinte e cinco

por cento), que corresponde a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). O valor total do contrato passa a ser de 20.000,00 (vinte mil reais).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, I, "b", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 25 de novembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Claudia Vieira**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0027/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0027/2016

PREGÃO Nº 0022/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91

CONTRATADA: TRANSPORTES ATZ E ATZ LTDA – ME, CNPJ sob o nº 02.841.135/0001-05.

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de março de 2016.

OBJETO: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais).

O valor total do contrato passa a ser de R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, I, "b", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 24 de novembro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0033/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0033/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0070/2015).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME, CNPJ sob o nº 11.758.765/0001-01

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 16 de dezembro de 2015.

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 25% (vinte e cinco por cento), que corresponde a R\$ 4.748,00 (quatro mil setecentos e quarenta e oito reais), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 18.992,00 (sessenta e nove mil seiscentos e oitenta reais). O valor total do contrato passa a ser de 23.740,00 (vinte e três mil setecentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem

amparo no art. 65, I, "b", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 23 de novembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Claudia Vieira

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0063/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0063/2016

PREGÃO Nº 0029/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADO: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ sob o nº 00.549.593/0001-40

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 13 de abril de 2016.

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 19,07% (dezenove vírgula zero sete por cento), que corresponde a R\$40.344,13 (quarenta mil trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 211.558,14 (duzentos e onze mil quinhentos e cinquenta e oito reais).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, I, "b", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 25 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita

RESOLUÇÃO Nº 001/2016, DO CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS – RESOLUÇÃO Nº 01/2016.

APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE ANO/2015 DOS RECURSOS FEDERAIS PARA A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal de nº 2360, de 09 de maio de 2012, que cria o novo Conselho de Assistência Social bem como o Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas/SC, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 05 de dezembro de 2014, registrada na ata nº 137, no uso de suas atribuições legais:

Considerando:

- a lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social, de 07 de dezembro de 1993, que apresenta como diretriz e descentralização político-administrativo para os Estados e do distrito Federal e os municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- a Súmula TCU nº 230, indica que compete ao sucessor apresentar as contas referentes aos recursos Federais por seu antecessor, quando este não o tiver feito, ou, na impossibilidade de fazê-lo adotar as medidas legais visando o resguardo do patrimônio

Público, com a instauração da competente tomada de contas especial sob pena de corresponsabilidade.

- a análise e aprovação da Prestação de contas dos Recursos Federais com a apresentação do Demonstrativo Financeiro referente ao ano de 2015 em Assembleia Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, datada de 21 de novembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Aprovada a Prestação de contas dos recursos Federais com a apresentação do Plano de investimento referente ao ano de 2016 para a execução dos Programas do Sistema Único da Assistência Social do município de Catanduvas/SC,

Art. 2º Fica Aprovada a Prestação de contas dos recursos Federais apresentada através do Demonstrativo Financeiro referente ao ano de 2015 em Assembleia Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, datada de 21 de novembro de 2016, para a execução dos Programas do Sistema Único da Assistência Social do município de Catanduvas/SC,

Art. 3º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação gerando efeitos a partir da presente data.

Catanduvas (SC), 21 de novembro de 2016.

Leandro Guerra

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Catanduvas-SC

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2016
PREGÃO PRESENCIAL N° 63/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 20 de dezembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE ELETROELETRONICOS E ELETRODOMESTICOS, para atender a da Secretaria de educação, Cultura e Esporte e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 08 de dezembro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 86/2016
PREGÃO PRESENCIAL N° 64/2016 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 20 de dezembro de 2016, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para a aquisição leites (formulação infantil e suplemento alimentar), visando atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 08 de dezembro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 414/16

DECRETO SAF/Nº. 414/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:
EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado ADRIANA MARIA DE FÁVERI MATTEI, portadora do CPF nº. 708.401.809-34, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 135/16, de 24 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 415/16

DECRETO SAF/Nº. 415/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:
EXONERAR

Por término de contrato de trabalho por prazo determinado ADRIANO DA ROCHA CECHINEL, portador do CPF nº. 081.003.919-20, Professor ACT, nomeado pelo decerto SAF/N. 415/16, de 25 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 416/16

DECRETO SAF/Nº. 416/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:
EXONERAR

Por termino de contrato de trabalho por prazo determinado ALINE LAURINDO ZACCARON, portadora do CPF nº. 055.988.069-32, Professor ACT, nomeada pelo decreto SAF/N. 116/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 417/16

DECRETO SAF/Nº. 417/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:
EXONERAR

Por término de contrato de trabalho por prazo determinado ALINE MARIA ACÁCIO, portadora do CPF nº. 052.253.529-10, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 353/16, de 30 de junho de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA OUTORGA DE PERMISSÃO Nº 6/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 6/2016 PMC
Outorga de Permissão

Objeto: outorga de permissão de 36 (trinta e seis) pontos de serviços para a prestação de transporte de passageiro individual, por motocicleta, no município de Concórdia.

Tipo: Melhor Técnica e Preço.

Recebimento das propostas: até às 14h00min do dia 24/01/2017.

Abertura: dia 25/01/2017, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 06 de setembro de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2016 – PMC

Objeto: Contratação de estabelecimento Bancário para execução de serviços de cobrança de Carnês de IPTU, ISSQN, Contribuição de Melhoria, Taxas, Dívida Ativa, ITBI e outros, para o exercício de 2017, na forma de ficha de compensação ou cobrança bancária, modalidade cobrança registrada conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Tipo: Menor preço Global.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 22/12/2016.

Abertura: dia 23/12/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 34412207.

Concórdia, SC, 06 de Dezembro de 2017.

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA

NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para de prestação de serviço de confecção e impressão de carnês de IPTU, ISSQN, Alvarás de licença e localização, taxas diversas e demais tributos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço Global.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 22/12/2016.

Abertura: dia 22/12/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 34412167.

Concórdia, SC, 07 de Dezembro de 2017.

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA

NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 138/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 138/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 10ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 18.370,00 (dezoito mil e trezentos e setenta reais).

Concórdia SC, 07 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 139/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 139/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 10ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAC - Creche, no valor de R\$ 40.020,00 (quarenta mil e vinte reais).

Concórdia SC, 07 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 140/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 140/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 10ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 33.150,00 (trinta e três mil e cento e cinquenta reais).

Concórdia SC, 07 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 141/2016**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 141/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 10ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais).

Concórdia SC, 07 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 142/2016**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 142/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 10ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 1.030,00 (um mil e trinta reais).

Concórdia SC, 07 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2016

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato da Senhora Leonice Parisotto Camargo, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 05 de dezembro de 2016, para a contratação de Instituição Bancária para operacionalização dos depósitos dos valores das inscrições da seleção de pessoal para admissão em caráter temporário (ACT), a favor da empresa, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, no valor total de R\$ R\$3.250,00 (três mil, duzentos e

cinquenta reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 96/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 96/2016

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato da Senhora Leonice Parisotto Camargo, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 05 de dezembro de 2016, para a Contratação de empresa para efetivar inscrições e gerar boletos de cobrança para o processo seletivo para professores temporários (ACT) para o ano letivo de 2017, a favor da empresa, AMAUC-A SSOC. DOS MUNIC. DO ALTO URUGUAI CATAR., no valor total de R\$ R\$1.000,00 (um mil reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação**PORTARIA FMEC Nº 39/2016, 06 DE DEZEMBRO DE 2016-FMEC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 39/2016, 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora GILCIANE BEE BOGEO SIQUEIRA, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 06 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 693/2016

DECRETO N. 693/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. CRISTIANE FAREZIN TOSATI ocupante do cargo de Assessor de Secretaria.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 694/2016

DECRETO N. 694/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. KARINE LETICIA TRESSOLDI, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 695/2016

DECRETO N. 695/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR GERAL DE ENSINO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 30 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. KATIA ANA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Diretor Geral de Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 696/2016

DECRETO N. 696/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. MAIELEN BRUNA REBESCHINI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 697/2016

DECRETO N. 697/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. MAIKE ELIZE TECHIO, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica de Educação do Ensino Fundamental.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 698/2016

DECRETO N. 698/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GERENTE DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. MARILENE SALETE VANAZZI, ocupante do cargo de Gerente de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 699/2016

DECRETO N. 699/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETORA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. PATRICIA BRIANCINI, ocupante do cargo de Diretora de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 700/2016

DECRETO N. 700/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. PATRICIA Machado, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 701/2016

DECRETO N. 701/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 23 de dezembro de 2016, o servidor Municipal Sr. ROSALINO MORESCO, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 702/2016

DECRETO N. 702/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 23 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. ROSANE MARAGA, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 703/2016

DECRETO N. 703/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 30 de dezembro de 2016, a servidora Municipal Sra. NAURIANE DI DOMENICO, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica de Educação do Ensino Fundamental com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 704/2016

DECRETO Nº 704/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida, a partir de 23/12/2016 por término das atividades, a Sra. LIGIA CARLA PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 705/2016

DECRETO Nº 705/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias consecutivos de férias coletivas, aos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo o período do dia 26/12/2016 à 24/01/2017.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2016

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 706/2016

DECRETO Nº 706/2016

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, o Sr. Vanderlei do Rosário, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com carga integral, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 707/2016

DECRETO Nº707/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 23/01/2016 a 22/01/2017, que serão gozadas a partir do dia 02/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LICIANE MAGNANTI PASA Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 708/2016

DECRETO Nº708/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. SILVANO A. GABRIEL ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/04/2015 a 11/04/2016 que serão gozadas a partir de 02/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SILVANO A. GABRIEL Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 709/2016

DECRETO Nº709/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. JULLIONIR CUNICO , ocupante do Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2015 a 10/02/2016, que serão gozadas a partir do dia 02/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

JULLIONIR CUNICO Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 710/2016

DECRETO Nº710/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. FABIANO MORESCO , ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 03/04/2015 a 02/04/2016, que serão gozadas a partir do dia 02/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

FABIANO MORESCO Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 711/2016

DECRETO Nº 711/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBROS DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membros da família a Servidora Municipal, Sra. ADRIANA MARTINI , ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 712/2016

DECRETO Nº712/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder ao servidor Público Sr. FLAVIANO PERIM , ocupante do cargo de ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais , lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento. 01 (um) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 02/10/2016, que foi usufruído dia 06/12/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 06/12/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal Adm. Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 728/2016

DECRETO Nº728/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder à servidora Pública Sra. SONIA ALBERTON MARGIONI, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação. 01 (um) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 26/10/2014, que será usufruído dia 07/12/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 07 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretario Municipal Adm. Fazenda e Planejamento

EDITAL LICITAÇÃO - PROCESSO 95/2016 - PPRP 42/2016 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS VISANDO A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 95/2016
Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 42/2016
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS VISANDO A MANUTENÇÃO E A AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 20/12/2016.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 07 de Dezembro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

TF MÊS 11/2016

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 01/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.181,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	708,82
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	472,54

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 028417/D-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 03/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		29.727,51
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferência de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.301,71
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	867,80

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 028417/D-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 04/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		25.386,92
41.7.21.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
41.7.21.33.13.00.00	PMAQ (PAB - PMAQ - SM)	9.200,00
41.7.21.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PSB - PROTEÇÃO SOCIAL B	5.456,94
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.408,29
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	938,86

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 028417/D-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 07/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.468,02
41.7.21.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	1.430,00
41.7.21.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PSB - PROTEÇÃO SOCIAL B	6.000,00
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	622,81
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	415,21

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 028417/D-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 08/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.176,62
41.7.21.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	963,30
41.7.21.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.028,00
41.7.21.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.384,55
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	480,46
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	320,31

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 028417/0-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 08/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		883,37
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	530,02
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	353,35

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 028417/0-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 10/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		530.269,80
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	332.686,59
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	166.343,29
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	117.056,39
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Progr. Territorial Rural	14,77
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Progr. Territorial Rural	7,38
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Progr. Territorial Rural	5,20
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	700,64
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf. do FNS BLMAC	3.389,97
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.972,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.315,31
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-123.217,24
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5,47

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 0284170-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 11/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.952,76
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.623,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.197,81
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.131,87

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 0284170-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 14/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os pedidos políticos, sindicais de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recabido no Período
Receitas Orçamentárias		21.739,61
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.043,77
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.695,84

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 02841740-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 16/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os pedidos políticos, sindicais de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recabido no Período
Receitas Orçamentárias		49.725,56
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	14.736,32
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.993,54
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.995,70

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 02841740-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 17/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.469/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.254,73
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	752,84
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	501,89

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 02841740-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 18/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.469/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		52.451,92
41.7.21.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	32.203,14
41.7.21.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	16.101,57
41.7.21.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.330,73
41.7.21.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	139,71
41.7.21.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	69,85
41.7.21.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	49,15
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.721,95
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.814,64
91.7.21.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-11.927,08
91.7.21.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-51,74

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 02841740-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 21/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os pedidos políticos, sindicais de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.830,95
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.098,57
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	732,38

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 02841740-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 22/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os pedidos políticos, sindicais de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.188,65
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.511,99
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.674,66

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 02841740-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 23/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os pedidos políticos, sindicais de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.284,12
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.370,47
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.913,65

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 02841740-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 24/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os pedidos políticos, sindicais de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.625,06
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.175,04
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.450,02

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 02841740-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 25/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recabimento Período
Receitas Orçamentárias		11.834,55
41.7.21.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.454,16
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.828,23
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.552,16

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 028417/0-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 28/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Especie		Recabimento Período
Receitas Orçamentárias		933,99
41.7.24.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	560,39
41.7.24.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	373,60

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 028417/0-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 29/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	38.282,35
41.7.21.33.03.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
41.7.21.33.04.00.00 Saúde da Família - SF	8.000,00
41.7.21.33.08.00.00 Saúde Bucal - SB	4.460,00
41.7.21.33.13.00.00 PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	9.200,00
41.7.21.33.15.00.00 Transferência de recursos do SUS NASF	8.000,00
41.7.24.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	914,61
41.7.24.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	609,74

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 028417/D-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Beta Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 30/11/2016

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 8.463/87, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	144.164,59
41.7.21.01.02.10.01 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	88.164,33
41.7.21.01.02.10.02 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	44.082,16
41.7.21.01.02.10.03 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	31.020,78
41.7.21.01.05.01.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10,29
41.7.21.01.05.02.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5,15
41.7.21.01.05.03.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,62
41.7.21.36.01.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.581,39
41.7.21.36.02.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	790,69
41.7.21.36.03.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	556,41
41.7.24.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	6.715,63
41.7.24.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	4.477,08
91.7.21.01.02.10.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-32.653,44
91.7.21.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3,81
91.7.21.36.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-585,69

Cordilheira Alta, 07/12/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 028417/D-8

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 14a/2016
Empresa com preços registrados: CARLOS ENRIQUE LUSSANI - ME
CNPJ: 19.941.698/0001-78
Item: 01
Total: R\$ 3.114,65 (três mil cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 14b/2016
Empresa com preços registrados: KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA
CNPJ: 72.380.330/0001-60
Itens: 02 a 08; 10; 11 e 12
Total: R\$ 4.739,40 (quatro mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)

Coronel Freitas (SC), 07 de dezembro de 2016
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LITITAÇÃO 03-2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
PREÇO PRESENCIAL Nº002/2016

CONTRATO Nº 003 / 2016

Pelo presente instrumento, de um lado, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas - SC, CNPJ nº 10.561.874/0001-71, com sede na Rua Rio Grande do Norte, 740, Coronel Freitas, SC, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor JANDIR COVCEWECZ, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa PAULINEIA LOTTERMANN REIS- ME, com sede na Rua Guilherme Ludwig, nº 242, São José do Inhacorá – RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.936.352/0001-07, neste ato representada pelo Sr(a). PAULINEIA LOTTERMANN REIS, Identidade RG nº 9073699465 e inscrita no CIC sob o nº 906.500.930-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 002/2016, e que se regerá pelas Lei 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES.

1.1. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CADEIRAS LONGARINAS COM 03 LUGARES, COM ESPUMA INJETADA, COM BRAÇO E REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL, COM 1,70m CADA LONGARINA, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" deste Edital e ata feita momento antes da sessão e seu anexo I.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para

todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade Pregão Presencial nº 002/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

1.3. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A execução do presente Contrato terá validade e vigência até 31/12/2016 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis).

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste Contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. Pelos objetos previstos na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 27.531,00 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e um reais).

3.2. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão pela dotação do orçamento relativo ao ano-calandário 2016 da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO



4.1 – Considerando-se o recebimento definitivo do objeto, A CÂMARA DE VEREADORES efetuará o pagamento à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura, contendo o número do Empenho a que se refere e o termo de recebimento ao setor de compras.

4.2. A Nota Fiscal / Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 4.1, a partir da data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - À CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da obrigação, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da obrigação ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

5.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Câmara de Vereadores.

5.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas

através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da Câmara. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

5.5. A aplicação das multas aqui referidas independência de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

5.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

5.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

5.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

5.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

Coronel Freitas, SC, 18 de Novembro de 2016.

JANDIR COVCEWECZ Presidente CONTRATANTE	PAULINEIA LOTTERMANN REIS CONTRATADA

Testemunhas:

Sediane Lunardi Marafon
Nome:
CPF:

Evanilde Cordazzo
Nome:
CPF:

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 176 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 176 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0019	4.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	20	01.0019	4.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 177 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 177 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	01.0052	2.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor

4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	66	01.0052	2.500,00
-----------------	--------------------	----	---------	----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 07 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 178 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 178 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	11.600,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	4.500,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	09	01.0064	7.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 14 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 179 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 179 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	8.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	8.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 14 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

DÉCIMO NONO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

DÉCIMO NONO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, até dia 28 de dezembro de 2016, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
VIGIA	RUDINEI CHITTÓ	8º

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 20 de Dezembro de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;

15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 12 de dezembro de 2016, às 10:00 horas, o qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 28 de Novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

LEI Nº 686, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 686, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Plano Plurianual 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2016 estima a receita e fixa a despesa R\$ 11.850.000,00 (onze milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 11.119.600,00 (onze milhões, cento e dezenove mil e seiscentos reais); fixada a despesa em R\$ 8.179.600,00 (oito milhões, cento e setenta e nove mil e seiscentos reais); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 2.340.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta mil reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	11.119.600,00
Receita Tributária	R\$	264.400,00
Receita de Contribuições	R\$	30.000,00
Receita Patrimonial	R\$	14.750,00
Receita Agropecuária	R\$	6.000,00
Receita de Serviços	R\$	67.000,00
Transferências Correntes	R\$	10.654.200,00
Outras Receitas Correntes	R\$	83.250,00

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	8.179.600,00
Gabinete do Prefeito	R\$	495.000,00
Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças	R\$	1.201.850,00
Secretaria de Educação	R\$	2.399.750,00
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	R\$	1.647.200,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	742.000,00

Secretaria do Desenvolvimento Econômico	R\$	85.000,00
Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer	R\$	196.000,00
Encargos Gerais do Município	R\$	471.000,00
Reserva de Contingência	R\$	5.000,00
Fundo Agropecuário	R\$	282.000,00
Fundo da Criança e Adolescência	R\$	12.000,00
Fundo da Assistência Social	R\$	632.800,00
Fundo da Habitação	R\$	10.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 730.400,00 (setecentos e trinta mil e quatrocentos reais); fixa a despesa em R\$ 3.070.400,00 (três milhões, setenta mil e quatrocentos reais) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 2.340.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta mil reais).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	730.400,00
Receita Tributária	R\$	5.000,00
Receita Patrimonial	R\$	2.200,00
Transferências Correntes	R\$	723.200,00

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	3.070.400,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$	3.070.400,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	600.000,00
Câmara de Vereadores	R\$	600.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. No exercício financeiro de 2017 a contabilidade do Fundo Municipal de Saúde ficará na forma de Unidade Gestora Independente e dos Fundos Municipais: Agropecuário, Criança e Adolescência, Assistência Social e Habitação na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2017 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar por Decreto o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma "categoria econômica de despesa" ou "categoria diferente" desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará no mínimo em nível de elemento de despesa.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, 07 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 159/11

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Tomada de Preço nº 011/11

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 159/11 MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Presidente Epitácio Pessoa, 933 - Sala103 - Centro, CEP 89.251-100, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE INCLUINDO A ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE DADOS E ACESSORAMENTO AO USUÁRIO NA UTILIZAÇÃO DE TELAS DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS, SEM LIMITES DE QUANTIDADE DE ESTAÇÕES DE TRABALHO, CONFORME DESCRIÇÃO A SEGUIR, NAS CONDIÇÕES DEFINIDAS NO EDITAL SUPRA IDENTIFICADO E SEUS ANEXOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 03 de novembro de 2016 até o dia 03 de novembro de 2017.

Data da Assinatura: 03/11/2016

Data da Vigência: 03/11/2017

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 139/13

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Carta Convite nº 004/13

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 139/13 MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53 e inscrição Estadual nº 254.745.466, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº 3449, bairro Centenário, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS DIGITAL LASER, DESTINADAS AO USO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO VIII QUE ACOMPANHA ESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 28 de março de 2016 até 28 de Março de 2017.

Data da Assinatura: 28/03/2016

Data da Vigência: 28/03/2017

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 223/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 223/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 13:30 horas do dia 07/12/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/12/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de Dezembro de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5635 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO 122.000,00 FOLHA

DECRETO Nº. 5.635/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 122.000,00 (CENTO E VINTE DOIS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4.446/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais, objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais, com o intuito de incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais, objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício financeiro.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais, em conformidade com o disposto abaixo especificado:

8 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assist. Médica e Sanitária

08 - 3.1.90.00.00.00.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 122.000,00

TOTAL ____ R\$ 122.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

8 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0021.2.061 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Setor Administrativo – FMS

03 – 3.3.90.00.00.00.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10.301.0428.2.062 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assist. Médica e Sanitária

22 - 3.3.90.00.00.00.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 110.500,00

10.305.0428.2.063 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Vigilância Epidemiológica

47 - 3.3.90.00.00.00.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

TOTAL ____ R\$ 122.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 067/2016

Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2016

Objeto: Aquisição de materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil para o ano letivo 2017.

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 181.648,40 (Cento e oitenta e um mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).

Substrato Jurídico: artigo 25, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 00872016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0087/2016

Contratante: Fundo de saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Botta Comércio de Veículos Ltda

Objeto: Aquisição de veículo 0Km para a vigilância sanitária de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 50.022,60 (cinquenta mil vinte e dois reais e sessenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0046/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0017/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de dezembro de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 233/2016

PORTARIA Nº 233/2016

CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NADIR LUIZ PIAIA, ocupante do Cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Desenvolvimento Urbano, no período de 08/12/2016 a 27/12/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 02/15 a 02/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 08 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/FMS/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/ FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/FMS/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 12/FMS/2016)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. JN BOLSAS IND. E COMÉRCIO EIRELI ME, CNPJ/MF n.º 01.669.438/0001-20 estabelecida na Rua Brusque, em Balneário Camboriú, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. José de Arimathea Silveira, brasileiro, CI 2.554.975, CPF 029.541.398-03;

2. VENEZA BRINDES LTDA ME, CNPJ/MF n.º 04.975.890/0001-08 estabelecida na Rua Antonio Remor, em Nova Veneza, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Diego Fernandes Pereira, brasileiro, CI 3.813.181-1, CPF 029.605.219-19;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 12/FMS/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de bolsas, mochilas e afins por meio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no

máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos

será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 12/FMS/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 08 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

JN BOLSAS IND. E COMÉRCIO EIRELI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Jose de Arimathea Silveira
CPF: 029.541.398-03;

VENEZA BRINDES LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Diego Fernandes Pereira
CPF: 029.605.219-19;

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 130/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 52/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa especializada para locação de brinquedos e afins para atividades da Brinquedoteca por meio da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/09/2017
2ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050A

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0050A/2016 – SF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços de segurança eletrônica monitorada nos locais: P7 Poço Tieppo no Bairro São Miguel, P10 Poço Aparício no Bairro São Miguel, P14 Poço Portal no Loteamento Portal II e Captação Rio Mansinho no Bairro Liberata é pelo fato de estarem localizados em locais suscetíveis a ocorrência de vandalismos no município de Fraiburgo. RETIFICAÇÃO: FICA RETIFICADA A DATA DE ABERTURA DO CERTAME DO PRESENTE PREGÃO. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 13:45 horas do dia 20 de dezembro de 2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 07 de dezembro de 2016.

João Albino de Barros – Presidente Sanefrai

Fraiburgo (SC), 07 de dezembro de 2016.

Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0160 _2016-PMF RP 0109

Aviso do Pregão Presencial nº 0160/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0109/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de equipamentos de proteção individual para uso pelas equipes de socorristas combatentes do Corpo de Bombeiros Militar de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 16.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 07 de dezembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036_2016-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0036/2016 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para confecção e instalação de placas internas, adesivos e plotagem na Unidade Saúde Vila Salete, na ala do serviço Materno Infantil. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 16.01.2017, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 07 de dezembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 294/2016

DECRETO Nº 294, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0003.1.007 – Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Urbanas		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (31)	R\$	34.000,00
TOTAL	R\$	34.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	34.000,00
TOTAL	R\$	34.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038_2016-PMF RP 0028

Aviso do Pregão Presencial nº 0038/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0028/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios para uso dos pacientes que frequentam o centro de atenção psicossocial – CAPS. Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 15:45 horas do dia 20.12.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 16:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 16:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1962/2016

PORTARIA Nº 1962, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 069.818.159-07, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1963/2016

PORTARIA Nº 1963, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ANTONIO JOARES DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 457.631.279-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1964/2016

PORTARIA Nº 1964, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor DIEGO RAFAEL NOVICKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 009.673.539-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1965/2016

PORTARIA Nº 1965, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 082.688.129-74, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1966/2016

PORTARIA Nº 1966, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor JOÃO ALBÉRIS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 469.134.329-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR,

com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1967/2016

PORTARIA Nº 1967, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor JOÃO PEDRO DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 509.257.769-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1968/2016

PORTARIA Nº 1968, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora LICIANE GOMES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 040.408.429-01, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1969/2016

PORTARIA Nº 1969, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora NELICA APARECIDA CORREIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 614.625.359-68, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1970/2016

PORTARIA Nº 1970, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora NOELI RICHTER DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 086.558.659-40, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1971/2016

PORTARIA Nº 1971, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor REGINALDO CORREA PADILHA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 002.451.130-70, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1972/2016

PORTARIA Nº 1972, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 107/2016 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora ROSELI NUNES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 028.360.289-98, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SE-TOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1973/2016

PORTARIA Nº 1973, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 009.413.809-55, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1974/2016

PORTARIA Nº 1974, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1346/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 27 (vinte e sete) horas semanais, da servidora ALINE WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 053.898.069-99, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação MATEMÁTICA, no período de 17 de dezembro de 2016 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1975/2016

PORTARIA Nº 1975, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1393/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.923.539-12, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 17 de dezembro de 2016 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1976/2016

PORTARIA Nº 1976, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1394/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.881.489-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 17 de dezembro de 2016 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1977/2016

PORTARIA Nº 1977, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1324/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSELI ALVES DE SOUZA GEMO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.077.039-10, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 17 de dezembro de 2016 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1978/2016

PORTARIA Nº 1978, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1350/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora TATIANE MARIA RINALDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 007.985.889-93, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, no período de 17 de dezembro de 2016 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1979/2016

PORTARIA Nº 1979, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1379/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora FABIANA DAS GRACAS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 010.077.069-02, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA INGLESA, no período de 17 de dezembro de 2016 até 01 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1980/2016

PORTARIA Nº 1980, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1348/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.938.459-06, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1981/2016

PORTARIA Nº 1981, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1349/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.758.019-82, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1982/2016

PORTARIA Nº 1982, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1321/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIZABETE DE OLIVEIRA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.967.359-05, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1983/2016

PORTARIA Nº 1983, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1320/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1984/2016

PORTARIA Nº 1984, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1388/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA KAROLINE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.845.359-26, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1985/2016

PORTARIA Nº 1985, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0014 de 05 de abril de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1347/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 049.471.089-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1986/2016

PORTARIA Nº 1986, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1323/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIAN DOMINGUES DOS SANTOS GEREMIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.770.509-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1987/2016

PORTARIA Nº 1987, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1319/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA APARECIDA RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.270.399-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1988/2016

PORTARIA Nº 1988, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1376/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MÁRCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.387.439-66, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1989/2016

PORTARIA Nº 1989, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1325/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NAIANE REGINA DE ASSIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.146.059-10, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1990/2016

PORTARIA Nº 1990, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1322/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA BRANDT, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 038.575.619-47, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1991/2016

PORTARIA Nº 1991, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 13 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1378/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 049.965.239-80, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 01 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1992/2016

PORTARIA Nº 1992, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1377/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE FERREIRA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 080.064.559-61, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 24 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1993/2016

PORTARIA Nº 1993, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1380/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISIANE PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.077.189-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1994/2016

PORTARIA Nº 1994, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1381/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FLÁVIA BASTOS PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 090.621.569-24, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1995/2016

PORTARIA Nº 1995, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1345/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.388.469-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1996/2016

PORTARIA Nº 1996, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1396/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GLEICIMER DOMINGUES DE ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 001.085.049-05, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 05.12.2016A**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
05/12/2016	SUS	Farmácia Básica	13.675,88
05/12/2016	SUS	Farmácia Básica	13.675,88

Secretaria de Finanças

RECURSOS FEDERAIS 08.12.2016**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
07/12/2016	FNDE	AEE	1.280,00
07/12/2016	FNDE	PNAE	23.490,00
07/12/2016	FNDE	PNAE	3.900,00
07/12/2016	FNDE	PNAC	18.020,00
07/12/2016	FNDE	PNAEJA	750,00
07/12/2016	FNDE	PNAP	11.080,00

Secretaria de Finanças

ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAM VIECELLI ZAGO - 2016**ANEXO IV****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo					
ORDENADOR DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI					
ENTIDADE BENEFICIADA		Associação Ecológica M. V. Zago		CNPJ: 05.534.719/0001-26	
ENDEREÇO: Rua dos Guabijus, 170 – Bairro Santo Antonio				CEP: 89580-000	
RESPONSÁVEL: RAFAEL BAIROS PORTO				CPF: 533.278.029-04	
Nota de Empenho:		70	Data:	04/01/2016	Valor Total: 16.866,64
Ordem de Pagamento		9850	Data:	11/11/2016	Valor: 2.108,33
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do Ensino Fundamental		
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições		
Histórico da Finalidade:					
Auxiliar na manutenção da conveniente no atendimento a crianças, todas elas portadoras de necessidades especiais (alunos da apae e do cdv), no acompanhamento aos alunos e realização de atividades de equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo os mesmos em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento a estas crianças, e ainda atendimento às crianças e adolescentes vítimas de ofensas/abusos sexuais. Conforme CV15PMF0009.					
Documento		HISTÓRICO		RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA				
9850	11/11/2016	REPASSE DA PREFEITURA		2.108,33	
7707	21/11/2016	Pago a Aldair César Dias Ribeiro, com cheque No 850163			2108,33
TOTAL GERAL				2.108,33	2.108,33

Local e Data: Fraiburgo (SC) 05 de Dezembro de 2016.

RAFAEL BAIROS PORTO

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº. 847/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).**

DECRETO Nº. 847/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

HIDEKI IWASAKI, Prefeito de Frei Rogério em Exercício, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do município de Frei Rogério, art. 13, § 2º da lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.951,29 (dois mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
Orgão	02	Chefia do Executivo	
Und	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.042	Manutenção da Iluminação Pública	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.0189	Aplicações Diretas	
	129	Aplicações Diretas	R\$ 2.951,29
	TOTAL		R\$ 2.951,29

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte a fonte 4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contribuição para Custeio dos serviços de iluminação pública, recurso Próprio no valor R\$ 2.951,29 (dois mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 06 de dezembro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE NOVEMBRO DE 2016**EXTRATO PORTARIAS MÊS DE NOVEMBRO DE 2016**

Número	Assunto	Resumo	Data
196/2016	Férias Normais e Coletivas	Agente Politico OSNY BATISTA ALBERTON resolve sair de férias no período de 11/11/2016 a 10/12/2016 - 30 (trinta) dias conforme a transmissão do cargo.	10/11/2016
197/2016	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor JAIME FAQUIM, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	11/11/2016
198/2016	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento do servidor CESAR AUGUSTO DI DOMENICO à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	22/11/2016
199/2016	Rescisão de Contrato	Rescinde a partir de 30/11/2016 o contrato de trabalho de CAROLINA MELLO DE ANDRADE nomeada através da Portaria 049/2016, para exercer o cargo de Professora Pedagoga.	23/11/2016
200/2016	Rescisão de Contrato	Rescinde a partir de 30/11/2016 o contrato de trabalho de GRAZIELLA FURLAN PEREIRA nomeada através da Portaria 050/2016, para exercer o cargo de Professora Pedagoga.	23/11/2016
201/2016	Rescisão de Contrato	Rescinde a partir de 30/11/2016 o contrato de trabalho de MARIANE CORREA DOS SANTOS LUCAS nomeada através da Portaria 051/2016, para exercer o cargo de Professora Pedagoga.	23/11/2016
202/2016	Exonerar	Exonera a partir de 30/11/2016 o senhor REGINALDO BRAULO DE MOURA, ocupante do cargo Comissionado de Diretor de Departamento nomeado através da portaria 064/2015.	23/11/2016

Frei Rogério, 07 de dezembro de 2016.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Analista de Recursos Humanos

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO CONTRATO Nº 071/2016- VESTIARIOS

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2016, DATADO DE 06 DE MAIO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:
ROBSON CICHACZ DE SOUZA E CIA LTDA - ME.

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01 616 039 0001 09, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, n.º 750, na cidade de Frei Rogério – SC, Centro, CEP. 89.530 000, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor HIDEKI IWASAKI, residente e domiciliado neste Município, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 310.117.139-34, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ROBSON CICHACZ DE SOUZA E CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Salvador Inácio Pereira, n.º 99, na cidade de Curitiba, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11 746 619 000 166, neste ato representada pelo Sócio/Procurador, senhor, ESTEVAM VIEIRA DE SOUZA, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 092 691 421 91, doravante denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo de aditamento.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

Em decorrência de alguns materiais e serviços não terem sido contemplados inicialmente, as partes, de comum acordo e em conformidade com a planilha quantitativa em anexo, resolvem promover a alteração dos valores, num total de R\$ 4.870,91 (quatro mil, oitocentos e setenta reais e noventa e um centavos) para execução/conclusão do contrato acima mencionado, e que serão pagos imediatamente após a conclusão dos serviços.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

Em razão da execução dos serviços não previstos no projeto anterior e ainda da alta precipitação pluviométrica ocorrida no período, fica prorrogado para o dia 31 de dezembro 2016, o prazo de vigência do contrato e conclusão da obra.

3- CLAUSULA TERCEIRA - DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

3 - CLÁUSULA TERÇA – DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 07 de dezembro de 2016

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

ROBSON CICHACZ DE SOUZA E CIA LTDA - ME.

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

Garopaba

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

EDITAL Nº 004/2016 DE PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender convênios ou programas propostos pela União ou Estado com o Município de Garopaba, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender programas e convênios com a União, Estados ou Municípios, conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió - CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº. 996/2016, de 26/10/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	0h00 do dia 08/12 até 03/01/17
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	08/12 a 14/12/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	23/12/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	04/01/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	03/01/17
Prova de Títulos - Prazo final para envio de títulos	03/01/17
Homologação das inscrições	06/01/17
Recursos contra homologação das inscrições	09 e 10/01/17
Homologação Definitiva e Locais de Prova	11/11/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PRÁTICA	15/01/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/01/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/01/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/01/17
Classificação Preliminar	25/01/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/01/17
Classificação Final	30/01/17
Homologação do Resultado Final	Após 30/01/17

1.4.

O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Garopaba na Internet: <http://www.garopaba.sc.gov.br/> e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados nas vagas para atender às contratações temporárias, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do seletivo é de 18 (dezoito) meses, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente

pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.11. em original ou cópia autenticada.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE GAROPABA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não serão admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação deste edital;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2 A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público deverão ser comprovados no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, para fins de posse, sob pena de desclassificação. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades da Prefeitura do município de Garopaba e disponibilidades orçamentárias.

2.4. Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Complementar nº 1.000/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas temporárias descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidades, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos nos Anexos I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

4.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Garopaba, situada na Rua Trinta de Dezembro, nº 170, Centro, Garopaba/SC, no horário de atendimento das 13 às 17 horas.

4.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição por período (uma matutino e outra vespertino), verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato por período, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Garopaba Edital 04/2016;
- b) Baixar e ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros);
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, preferencialmente nas do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto;
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.7 O IOBV e a Prefeitura de Garopaba eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

4.8 O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

4.9 No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até às 16 horas.

4.10 É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Garopaba.

4.11 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 70,00 (setenta reais);
- b) Para cargos com ensino médio e técnico: R\$ 50,00 (cinquenta reais)
- c) Para cargos com exigência de alfabetizado e ensino fundamental: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.12 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.13 O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001. É de responsabilidade do candidato conferir estes dados no edital.

4.14 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.15 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

4.16 No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.17 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.18 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.19 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.20 Não serão deferidas inscrições com valores pagos a menor ou a maior, do que o estabelecido para cada cargo e boletos pagos após a data de vencimento.

4.21 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.22 É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

4.23 O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

4.24 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.25 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

4.26 No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.27 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.28 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.Garopaba.sc.gov.br.

4.29 As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

5 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2 Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), envelope com a seguinte identificação:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, Nº 233 - CENTRO

89.190-000 - TAIÓ - SC

5.3 Enviar envelope individualizado, até a data constante do cronograma do item 1, no qual deve conter os seguintes documentos:

- a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):
 - Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

• Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

5.4 Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerer no momento da inscrição informando obrigatoriamente o número do NIS.

5.5 Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.6 No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

5.7 O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

5.8 Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

5.9 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato que tiver seu pedido indeferido poderá efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição para participar do certame.

5.10 O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.11 Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

6 DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas, nos termos do art.12, da Lei Municipal 1000/2005.

6.2 Caso a aplicação do percentual de 10% não resulte na oferta imediata de vagas para o cargo, no caso de inscritos como deficientes, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 10 (dez) cargos providos.

6.3 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

6.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

6.5 Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição online), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar envelope individualizado e identificado, no endereço do item 1.11 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

6.5.1. O envelope contendo os documentos acima deve ser protocolado ou enviado da seguinte forma:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE VAGA PARA DEFICIENTE E/OU CONDIÇÃO ESPECIAL

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIO - SC

6.6 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

6.8 Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.9 Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

6.10 O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.11, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

6.11 As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

6.12 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Garopaba, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.13 Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cujas deficiências informadas no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.14 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

7.2 A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do seletivo na internet www.iobv.org.br.

7.3 Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

7.4 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

7.5 Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

8 OUTROS REQUERIMENTOS

8.1 Candidata lactante

8.1.1 A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2 O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

9 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas fases dependendo do cargo, conforme segue:

9.1.1 Cargo de Motorista SAMU, constará de 2 fases:

a) Primeira Fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter classificatório;

b) Segunda fase: Prova Prática de caráter eliminatório e classificatório.

9.1.2 Cargos de Nível Superior, constará de 2 fases:

a) Primeira fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Segunda fase: Prova de Títulos, de caráter classificatório.

9.1.3 Todos os demais cargos, constará de uma única etapa, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA (PARA TODOS OS CARGOS)

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Garopaba-SC, em locais que serão divulgados quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Garopaba locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Garopaba.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

10.5.1. Cargos com Escolaridade: Ensino Fundamental Completo e Alfabetizado (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

10.5.2. Cargos com Escolaridade: Ensino Médio (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Gerais e atualidades	5		

Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,40	6,00
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		10,00

10.5.3 Cargos com Escolaridade: Ensino Superior (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,28	2,80
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	4,20
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		7,00
Títulos – Pontuação Máxima	-	-	-	3,00
Nota Final Máxima				10,00

10.5.3.1 Estarão aptos para avaliação dos títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita Objetiva.

10.5.3.2. A nota máxima na prova escrita para os cargos de Ensino superior será 7,00 (sete pontos).

10.6 Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.8 Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.9 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.10 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.11 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.12 Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.13 O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.14 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do seletivo.

10.15 Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou maior que 4,00 (quatro).

11 DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1 A prova escrita será aplicada na cidade de Garopaba, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2 Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Escolaridade exigida para o cargo	Período Prova Escrita
Alfabetizado Ensino Fundamental Ensino Médio	MATUTINO
Ensino Superior	VESPERTINO

Conforme Cronograma:

Evento	Horários	
	MATUTINO	VESPERTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	8h52h	13h52
Início da resolução da prova.	9h00	14h00

Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30	14h30
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta para todos os cargos	11h00	16h00
Para os cargos com prova prática, as provas serão conforme os candidatos terminarem a prova escrita, podendo ser alterada dependendo do tempo e do número de candidatos, de acordo com a convocação no próprio local.		

11.3

A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.6 O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8 São considerados documentos de identificação oficial: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reserva, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9 Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11 A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta preferencialmente PRETA ou azul em últimos casos (sob pena de perda de sensibilidade de leitura óptica); (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.1 É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos (permitido apenas barras de cereais ou similares desde que em abertos e acondicionados em embalagem plástica transparente, providenciada pelo candidato), uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura (salvo burca, desde que apresentado declaração de congregação ao fiscal de sala).

11.2 É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.3 Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.4 A simples posse, mesmo que desligado, ou so de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.5 É vedado ao candidato, durante a realização da provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.6 O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.7 O IOBV e Prefeitura Municipal de Garopaba não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.8 Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como a s de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.9 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.10 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.11 Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando

assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.12 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.13 Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.14 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.15 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.16 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.17 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.18 Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.19 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.20 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.21 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

12.1 Para os cargos de Ensino Superior a segunda fase do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório para os aprovados na prova escrita, ou seja àqueles que obtiveram nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2 A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para a qual se inscreveu.

12.3. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	1,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	2,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	3,00

12.4 Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.5 Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.6 Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

12.7 Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 30 de julho de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.8 Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI) obrigatório (certificados desacompanhados do requerimento não serão avaliados);

b) O título que deseja ser avaliado, devidamente autenticado em cartório.

12.8.1 Não devem ser entregues/enviados:

a) Documentos originais;

b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura (graduação);

c) Documentos pessoais;

d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido para pontuação de títulos.

12.8.2. O envelope individualizado contendo os títulos devem ser assim identificados:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ – SC

Cargo:

Número de Inscrição:

12.9 Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV acompanhados do requerimento

de títulos e no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.10 A nota da Prova de Títulos (no máximo 3,00 pontos) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.11 A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.12 O candidato enviará sua documentação antecipadamente e sobre sua conta e risco, arcando com as despesas de correio e cartório, caso não seja aprovado na prova escrita, seus certificados serão ignorados.

13. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA SAMU

13.1 Os cargos de Motorista SAMU, realizarão prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

13.2 Os candidatos deverão comparecer em data constante do cronograma, caso não realizarem a prova prática serão eliminados do certame, pois não prestaram esta etapa.

13.4 Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 3,00 (três) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final, sendo eliminado do certame o candidato com nota inferior a 3,00 (três).

13.5 A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:
$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

13.6 DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

13.7 A prova prática será realizada na data constante do cronograma em local a ser anunciado no edital de convocação no dia da prova escrita, conforme os candidatos forem terminando a prova, devendo todos os candidatos se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.8 Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajas e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

13.9 Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

13.10 O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

13.11 Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

13.12 Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Garopaba, no estado em que se encontrarem.

13.13 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

13.14 O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

13.15 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

13.16 Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

13.17 Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

13.18 Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

13.19 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

13.20 A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

13.21 No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

13.22 Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

13.23 DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

13.24 O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

13.25 O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

13.26 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima

conforme item 13.29.1, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

13.27 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

13.28 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

13.29 Os candidatos farão a prova prática nos veículos conforme o cargo:

13.29.1

Cargo	Habilitação exigida para prática	Veículo
Motorista do SAMU	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação CNH, tipo <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva	Ambulância

13.30 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

13.31 Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

a)

A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- Descontrolar-se no plano, no auge ou declive;
- Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;
- Utilizar a contramão de direção;
- Subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre;
- Deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção;
- Exceder a velocidade indicada para a via;
- Perder o controle de direção do veículo em movimento;
- Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal;
- Deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela;
- Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
- Deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão com imperfeição;
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga;
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
- Utilizar incorretamente os freios;
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular;
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Engrenar as marchas de maneira incorreta;
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

13.8.9. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo onibus1, onibus2, onibus3), neste caso haverá sorteio para determinar em qual veículo o candidato realizará a prova.

14. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

14.1 Para os cargos de nível superior a nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos: NF= NPE + NPT

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita
NPT = Nota Prova Títulos

14.2 Para o cargo de motorista do Samu a nota final do candidato obedecerá a seguinte fórmula:

$$NF = (NPE \times 3) + (NPP \times 7) / 10$$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática

NF = Nota Final

14.3 Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

14.4. Serão considerados aprovados neste processo seletivo os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco);

14.5 Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

14.6 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

14.6 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

14.8 As pessoas com deficiência integram lista especial de classificação.

15. DOS RECURSOS

15.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

15.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

15.3 Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

15.3.1 Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em `minhas inscrições` localizar o seletivo Edital 04/2016 de GAROPABA;
- c) Na coluna `opções` (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

15.3.2 Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.11 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.11, via sedex/ar.

15.3.3 O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias - SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

15.3.4 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

15.3.5 É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

15.3.6 O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

15.3.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

15.3.8 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.3.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

15.3.10 No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

15.3.11 No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

15.3.12 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

15.3.13 Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

15.3.14 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

15.3.15 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1 A homologação do resultado final deste seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

16.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

17. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

17.1 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de GAROPABA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

17.2 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de GAROPABA.

17.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados são de competência e responsabilidade do Município de GAROPABA.

17.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

17.5 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

17.6 O candidato após receber a convocação terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência. A falta de manifestação do candidato, no prazo indicado, também será considerada como desistência da vaga.

17.7 O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer uma única vez a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

17.7.1 O pedido de reclassificação deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação pelo candidato.

17.7.2 O regramento disciplinado no item 17.6 não se aplica ao candidato que, quando em processo de convocação, estiver, no último dia de manifestação de interesse na vaga e apresentação da documentação exigida para a contratação, na última posição de classificação.

17.3 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até a data estabelecida conforme item 17.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

17.4 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA.

17.4.1 A convocação que, encaminhada ao endereço constante do cadastro do candidato, retornar ao remetente, ou seja, à Prefeitura Municipal de Garopaba, por situação que não corresponda a erro ou problema ocasionado pelo próprio remetente, resultará na desclassificação do candidato convocado, uma vez que é obrigação do candidato a constante atualização de seu endereço.

17.5 A inobservância do subitem 17.6, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

17.6 Por ocasião da convocação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

17.7 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

18. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

18.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste seletivo, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos para homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o seletivo dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de GAROPABA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

18.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.

18.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de GAROPABA.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

19.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefonemas relativos a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

19.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

19.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

19.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

19.6 O Município de GAROPABA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

19.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

19.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

19.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

19.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de GAROPABA como do IOBV.

19.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

19.12 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de GAROPABA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

19.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de GAROPABA e do IOBV.

19.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Garopaba/SC.

19.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

19.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição. VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

GAROPABA, 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	Micro área	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Vencimento R\$	REQUISITOS/ HABILITAÇÃO	Tipo da Prova	Taxa de Inscrição R\$	Período Prova
1. Agente Comunitário de Saúde (Área 1-Centro)	01 a 07	PACS	07/CR	40 h/s	1.125,23	Ensino fundamental completo (1º grau) e residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação do edital de processo seletivo, com vagas para o cargo	Escrita	30,00	Matutino
2. Agente Comunitário de Saúde (Área 02-Norte)	01 a 07	PACS	07/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
3. Agente Comunitário de Saúde (Área 03-Ambrosio)	01 a 06	PACS	06/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
4. Agente Comunitário de Saúde (Área 04-Palhocinha)	01 a 05	PACS	05/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
5. Agente Comunitário de Saúde (Área 05-Campo Duna I)	01 a 03	PACS	03/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
6. Agente Comunitário de Saúde (Área 06-Encantada)	01 a 06	PACS	03/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
7. Agente Comunitário de Saúde (Área 07-Campo Duna II)	01 a 03	PACS	06/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
8. Agente de Combate às Endemias		PACE	03/CR	40 h/s	1.125,23	Ensino fundamental completo (1º grau)	Escrita	30,00	Matutino

9. Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal)		ESF – SB	04/CR	40 h/s	891,99	Ensino Fundamental (1º grau), curso de Auxiliar de Saúde Bucal ou Técnico de Saúde Bucal, com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita	30,00	Matutino
---	--	----------	-------	--------	--------	---	---------	-------	----------

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGO	Localização	Abrangência/Pontos de Referência
Agente Comunitário de Saúde (Área 01-Centro)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06 Micro 07	Centro Histórico e proximidades. Rua GRP 10, Avenida dos Pescadores e proximidades. Rua Santa Rita, Professor Antônio José Botelho e proximidades. GRP 10 e Morrinhos e proximidades. Maria Antônia dos Santos e proximidades Panorâmico e proximidades. Praia da Silveira e proximidades.
Agente Comunitário de Saúde (Área 02- Norte)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06 Micro 07	Praia do Siriú e proximidades. Ponte do Siriú e proximidades. Costa do Macacu Macacu e proximidades Areias de Macacu Gamboa Morro do Fortunato e proximidades do Macacu
Agente Comunitário de Saúde (Área 03-Ambrósio)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06	Bairro Village e proximidades. Pinguirito e proximidades Loteamento Quinta dos Acores e proximidades. Vera Cruz, Barro vermelho e proximidades. Centro Comunitário, Nicolau Manoel de Abreu e proximidades. Galeão, Lageado e proximidades.
Agente Comunitário de Saúde (Área 04-Palhocinha)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05	Igreja Capão até beira praia Ferrugem e proximidades. Madecon até Igreja Capão e proximidades. Madecon até Mineoro e proximidades. Mineoro até Escola Areias Palhocinha e proximidades. Escola Areias de Palhocinha e proximidades até Ponte Encantada
Agente Comunitário de Saúde (Área 05-Campo Duna I)	Micro 01 Micro 02 Micro 03	Gramma e proximidades. Limpa e proximidades. Rua Geral do Ouvidor(CRAS e proximidades).
Agente Comunitário de Saúde (Área 06-Encantada)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06	Serraria, Morro da Encantada e proximidades. Rodovia SC 434, KM 7 (Figueiredo e proximidades) Praia da Barra e proximidades. Ressacada (Plantação de arroz, Rua do Real e proximidades) Ressacada (morro do Sr. Zelindro e proximidades) Canto da Penha e Cova Triste.
Agente Comunitário de Saúde (Área 07-Campo Duna II)	Micro 01 Micro 02 Micro 03	Rodovia SC 434 (Imobiliária Azenha , Padaria MultiPam e proximidades) Rodovia SC 434 (Aldeia e proximidades) Rodovia SC 434 (Supermercado Silveira, Campinense e proximidades)

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO MÉDIO E TECNICO"

CARGO	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Vencimento	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição R\$	Período Prova
10. Monitor de Oficina de Arte Terapia/ teatro (PETI)	Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo	01/CR	08 h/s	588,48	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes	Escrita	50,00	Matutino
11. Monitor de Oficina Terapêutica - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes	Escrita	50,00	Matutino
12. Monitor de Oficina Terapêutica - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Expressão Corporal	Escrita	50,00	Matutino
13. Monitor de Oficina Terapêutica - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de música	Escrita	50,00	Matutino

14. Motorista Socorrista	SAMU	CR	38 h/s	1.235,82	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação CNH, Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria `D` e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva	Escrita e Prática	50,00	Matutino
15. Técnico em Enfermagem (CAPS)	CAPS lei 1.377/2010	CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
16. Técnico em Enfermagem (ESF)	ESF	05/CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
17. Técnico em Enfermagem (SAMU)	SAMU	CR	38 h/s	1.118,13	Ensino médio completo (2º Grau) Curso Técnico de Enfermagem, registro no COREN e Curso de capacitação SAMU	Escrita	50,00	Matutino
18. Técnico em Enfermagem (Unidades)	Unidades	06/CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
19. Técnico em Raio X	Policlínica	01/CR	24 h/s	1.118,13	Ensino médio completo (2º Grau) Curso Técnico em Radiologia com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.	Escrita	50,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO SUPERIOR"

CARGO	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Vencimento	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição R\$	Período Prova
20. Assistente Social	NASF	01/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Serviço Social com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
21. Enfermeiro	ESF	04/CR	40 h/s	2.426,75	Ensino Superior Completo em Enfermagem com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
22. Enfermeiro CAPS	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	40h/s	1.984,77	Ensino Superior Completo em Enfermagem com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
23. Fisioterapeuta	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Curso Superior em Fisioterapia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
24. Fonoaudiólogo	NASF	01/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
25. Médico	ESF	01/CR	40 h/s	8.517,73	Ensino Superior Completo em Medicina com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
26. Médico Cardiologista	Policlínica	01/CR	20 h/s	5.730,11	Curso Superior em Medicina com especialização em Cardiologista com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
27. Médico Emergencista	Policlínica	CR	30 h/s	12.557,49	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
28. Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço	Policlínica	01/CR	20 h/s	5.729,98	Curso Superior em Medicina e especialização em Cirurgia de Cabeça / Pescoço com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
29. Médico Ortopedista	Policlínica	01/CR	10 h/s	2.713,61	Curso Superior em Medicina com especialização em Ortopedia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
30. Médico Psiquiatra - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	12h/s	4.460,19	Curso Superior em Medicina com especialização e ou residência em Psiquiatria com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino

31. Médico Urologista	Policlínica	01/CR	10 h/s	2.713,61	Curso Superior em Medicina com especialização em Urologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
32. Médico Veterinário	NASF	01/CR	40 h/s	1.984,77	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
33. Nutricionista	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Nutrição com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
34. Odontólogo	ESF – SB	04/CR	40 h/s	3.927,43	Ensino Superior Completo em Odontologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
35. Educador Físico - NASF	NASF	02/CR	20 h/s	1.110,53	Curso superior completo com Licenciatura Plena segundo Resolução CONFEF 13/87 ou Bacharelado segundo Resolução CONFEF 07/2004 Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
36. Psicólogo (NASF)	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Curso Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
37. Psicólogo CAPS (clínica e grupos)	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	40h/s	1.984,77	Curso Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente Comunitário de Saúde - PACS

Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos e outros agravos da saúde;

Agente de Combate às Endemias - PACE

Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção

Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal) - ESF - SB

Compete ao Auxiliar de Saúde Bucal, sempre sob a supervisão do Cirurgião-Dentista: Organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.

Monitor de Oficina de Arte-Terapia / teatro (PETI)

Executar aulas de arte aliada ao trabalho terapêutico junto às crianças e adolescentes da Jornada Ampliada do PETI com intuito de promover o desenvolvimento infanto-juvenil; estabelecer vínculos com os usuários atendidos pelo programa, de forma a instigar o seu autoconhecimento como sujeito social, além de estimular sua auto-estima, promovendo seu enriquecimento cultural e convívio em grupo; considerar o conhecimento que as crianças e adolescentes possuem advindo das mais variadas condições sociais e culturais de seu cotidiano; promover juntos com os usuários atividades extras com o intuito de despertar o interesse da criança em atingir um nível superior de conhecimento; contribuir com o desenvolvimento de todas as oficinas da instituição.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Artes - CAPS

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Expressão Corporal - CAPS

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Música - CAPS

DESCRIÇÃO: Compreende a força de trabalho que se destina a executar tarefas grupais, que auxiliam a promover a socialização, expressão e inserção do indivíduo na sociedade, junto com a equipe de Saúde Mental.

ATRIBUIÇÕES:

a) Gerais: Conhecer os princípios e diretrizes do SUS, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica; Relacionar-se de forma amistosa, gentil e respeitosa com usuários, familiares e servidores; Mediar as relações individuais e/ ou grupais de forma ética, resgatando o direito à cidadania, a integralidade da assistência e o controle social; Supervisionar a inclusão e participação dos usuários da Saúde Mental, fora da crise, em atividades intersetoriais visando à proteção do usuário e a consolidação das ações intersetoriais; Responsabilizar-se como técnico de referência junto ao usuário, à família, à comunidade e à Equipe de Saúde Mental, construindo e reavaliando o Projeto Terapêutico

Individual; Propor oficinas terapêuticas articuladas aos momentos diversos do Processo saúde-doença (prevenção, promoção, tratamento e reabilitação); Participar das Assembleias de Usuários e trabalhadores de Saúde Mental; Participação em atividades coletivas da Equipe de Saúde Mental (Reuniões de Equipe, reuniões diárias e Supervisão) socializando os acontecimentos e produções dos usuários;

b) Específicas: Oferecer oficinas, na sua área de conhecimento e experiência no CAPS; Coordenar as atividades grupais, estruturadas e não estruturadas, com a finalidade de promover: socialização, expressão e inserção social; Coordenar e orientar atividades de pintura, música, expressão corporal, artesanato, artes plásticas, cerâmicas e outras afins, de acordo com núcleos de saber específico; Desenvolver Oficinas de geração de renda, de acordo com os princípios da Economia Solidária; Propiciar oficinas, atividades e estratégias de inclusão social e cultural dos usuários, valorizando as intervenções que fazem parte da Agenda da Saúde Mental; Ampliar as autonomias e habilidades dos usuários, respeitando a diversidade e multiplicidade de ritmo dos mesmos; Elaborar lista de materiais e quantitativos necessários para o bom funcionamento de suas atividades; Organizar, cuidar e responsabilizar-se pelos materiais de uso diário das oficinas e das atividades realizadas pelos usuários; Elaborar e manter exposições dos trabalhos realizados nas oficinas; Registrar os fazeres e acontecimentos ocorridos na Oficina.

Motorista Socorrista – SAMU

- 1 - Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
 - 2 - Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
 - 3 - Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
 - 4 - Conhecer a malha viária local;
 - 5 - Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
 - 6 - Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
 - 7 - Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
 - 8 - Realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica;
 - 9 - identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
 - 10 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
- item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o motorista-socorrista poderá solicitar a substituição no local do atendimento;
- item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Diretor Técnico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas; item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.
- 11 - cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
 - 12 - tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
 - 13 - utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
 - 14 - manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
 - 15 - Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
 - 16 - Participar das reuniões convocadas pela direção;
 - 17 - Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;
 - 18 - Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
 - 19 - Acatar as deliberações da direção técnica;
 - 20 - Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

Técnico em Enfermagem - CAPS

Desenvolver ações de técnico de enfermagem nos espaços do CAPS e no domicílio/comunidade; fazer curativos; aplicar vacinas e injeções; observar prescrições médicas realizadas a doentes; ministrar remédios e cuidados com os doentes; atender e acompanhar os doentes; auxiliar demais profissionais da saúde; requisitar material de enfermagem; desenvolver com ACS atividades de identificação de família de risco para patologias relacionadas à saúde mental; contribuir com ACS no que se refere a visitas domiciliares dos pacientes do CAPS; acompanhar as consultas de enfermagem de indivíduos expostos a situação de risco; executar segundo sua qualificação profissional os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiologia nas áreas de atenção a saúde; participar da discussão e organização do processo de trabalho no CAPS, SMS e comunidade; apoiar rotina diária do CAPS; acompanhar pacientes em estado agudo da doença psíquica até a internação; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Técnico em Enfermagem - ESF

Realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçadas pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamento na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar buscas ativas de casos, como tuberculose, hanseníase e demais.

Técnico em Enfermagem - SAMU

- 1 - Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como da cabine posterior da ambulância
- 2 - Conhecer integralmente o todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos;
- 3 - Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- 4 - Conhecer a estrutura de saúde local;
- 5 - Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
- 6 - Proceder os gestos básicos de suporte à vida;

- 7 - Proceder imobilizações e transporte de vítimas;
- 8 - Realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica;
- 9 - Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade;
- 10 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
- item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o técnico de enfermagem poderá solicitar a substituição no local do atendimento;
- item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao coordenador de enfermagem ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;
- item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.
- 11 - cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
- 12 - tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
- 13 - utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
- 14 - manter-se atualizado, freqüentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
- 15 - Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
- 16 - Participar das reuniões convocadas pela direção;
- 17 - Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;
- 18 - Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- 19 - Acatar as deliberações da direção técnica;
- 20 - Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

Técnico em Enfermagem (Unidades)

Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Técnico em Raio X

Executar atividades radiológicas, no setor de diagnose; executar atividades radioterápicas, no setor de terapia; fazer coleta de material para exames, quando indicado; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; fazer a previsão e vistoriar o equipamento de Raio-X; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Radiologia; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Assistente Social – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática do Serviço Social para efetivação de um modelo de atuação promotor de saúde e cidadania, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Enfermeiro – ESF

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolo estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida.

Enfermeiro – CAPS

Realizar acolhimento e triagem; Realizar atendimento individual de orientação, bem como grupos educativos; Visitas domiciliares; Elaborar, planejar, executar e avaliar projetos; Supervisionar todas as atividades desenvolvidas pela equipe de enfermagem; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Atender as urgências psiquiátricas no serviço; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Fisioterapeuta - NASF

Reavaliar avaliação diagnóstica utilizando-se de atividades técnicas apropriadas; tratar de problemas que interferem na atuação de pessoas debilitadas por doenças físicas ou mentais, desordens emocionais, desabilidades congênitas ou de desenvolvimento e envelhecimento. Ensinar exercícios corretivos a pacientes. Promover a reintegração de pacientes a famílias e outros grupos familiares. Elaborar pareceres, informes técnicos, relatórios, realizando pesquisas e entrevistas.

Fonoaudiólogo - NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da Fonoaudiologia, englobando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diversos aspectos relacionados à comunicação humana, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Médico - ESF

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e quando necessário no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência a Saúde; avaliar a atuação clínica a prática da saúde coletiva.

Médico Cardiologista

Realizar diagnóstico e tratamento das afecções cardíacas congênitas ou adquiridas; fazer diagnósticos e tratamento das moléstias e anormalidades relativas à especialidade, bem como de doenças e acidentes; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço

Realizar consultas ambulatoriais dentro de sua especialidade; indicar, realizar e acompanhar cirurgias; analisar e definir terapias, observando custo x benefícios; identificar a gravidade dos casos, garantindo atendimento imediato ao paciente grave; participar de reuniões clínicas multidisciplinares; preencher adequadamente os prontuários; preencher os documentos, formulários e relatórios inerentes a atividade; cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais.

Médico Emergencista

Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.

Médico Ortopedista

Diagnosticar e tratar traumatismos músculos-esqueléticos e outras afecções agudas do aparelho locomotor e da coluna vertebral; preencher fichas médicas dos pacientes; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; prestar o devido atendimento ao paciente encaminhado por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; executar outras tarefas semelhantes.

Médico Psiquiatra - CAPS

Prestar e orientar o tratamento médico, coordenar atividades médicas institucionais diagnosticando situações de saúde, executando atividades médicas, desenvolvendo e executando programas de saúde em sua área de atuação. Promover a reabilitação psicossocial dos usuários dos Caps-ad; Executar atividades relacionadas com o atendimento psicológico ao paciente em tratamento de dependência química, quais sejam: psicoterapia individual, grupal e familiar, visando a reinserção social; Triar e acolher todo usuário que buscar o serviço; Realizar psicodiagnóstico; Psicoeducar quanto à dependência química e seus conceitos a usuários e familiares; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Atender as urgências psiquiátricas no serviço; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Médico Urologista

Diagnosticar e tratar das moléstias e anormalidades relativas ao sistema urinário, empregando processos adequados e instrumentação específica; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes

Médico Veterinário - NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática da Medicina Veterinária realizando visitas domiciliares para diagnóstico de risco à saúde na interação entre seres humanos, animais e meio-ambiente; prevenção, controle, diagnóstico situacional de riscos de doenças transmissíveis por animais e outros fatores determinantes do processo saúde/doença; desenvolver ações de educação em saúde com foco na prevenção e controle de doenças com caráter zoonótico e demais riscos ambientais, incluindo desastres naturais e provocados pelo ser humano; desenvolver ações educativas e de mobilização contínua da comunidade visando ao controle das doenças/agravs na área de abrangência, no uso e manejo adequado do território com vistas à relação saúde/meio-ambiente participar, colaborar em estudos e pesquisas em saúde pública como integrante da equipe multidisciplinar que favoreçam a territorialidade e a qualificação da atenção básica; orientar sobre cuidados com manejo de resíduos; prevenir e controlar doenças transmissíveis por alimentos, vetores, animais, entre outras; responder às emergências de saúde pública e a eventos de potencial risco sanitário de forma articulada com os setores responsáveis, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.

Nutricionista – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da nutrição, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Odontólogo - ESF - SB

Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita; realizar os procedimentos clínicos definidos na norma operacional básica do Sistema Único de Saúde; NOB/SUS - e na Norma Operacional Básica da Assistência a Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica, para a população adstrita; encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento.

Educador Físico – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da educação física, integrando o Núcleo de apoio a Saúde da Família

Psicólogo

Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade profissional de psicologia e terapia ocupacional; realização de capacitações para apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situação de violência intrafamiliar; realizar encontros para discussão com as ESF dos casos identificados que necessitam de ampliação da clínica.

Psicólogo - CAPS

Promover a reabilitação psicossocial dos usuários do Caps e/ou Coordenar os serviços da Unidade; Executar atividades relacionadas com o atendimento psicológico ao paciente em tratamento de dependência química, quais sejam: psicoterapia individual, grupal e familiar, visando a reinserção social; Triar e acolher todo usuário que buscar o serviço; Realizar psicodiagnóstico; Psicoeducar quanto à dependência química e seus conceitos a usuários e familiares; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Realizar visitas domiciliares e atividades comunitárias a fim de criar redes de relações que se estendam para além das fronteiras do CAPS atingindo os territórios onde vivem os usuários; Trabalhar sobre a lógica da desinstitucionalização, visando sempre à saúde dos usuários, em toda a sua plenitude; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Agente Comunitário de Saúde**

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Alimentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Agente de Combate às Endemias

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Controle Ambiental: 1. Dengue, Febre Amarela; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores; Diretrizes básicas para controle vetorial; Atividades

preconizadas; Métodos de controle vetorial; Ações do controle vetorial; Equipamentos utilizados no controle vetorial; Operacionalização do controle vetorial; Ações da vigilância sanitária no controle de vetores. . Esquistossomose e Doença de Chagas; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores.

Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal)

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos . Métodos e técnicas para educação em saúde bucal, individual e coletiva; Noções de planejamento e avaliação das ações educativas; Técnicas de escovação e aplicação de flúor; Ações básicas de promoção à saúde bucal; Anatomia e fisiologia da cavidade bucal. Cárie, doença periodontal, má oclusão. Lesões de mucosas: conceito, etiologia, evolução, medidas de controle e prevenção. Ética em odontologia. Placa bacteriana; identificação, fisiologia, relação com dieta, saliva e flúor. Biossegurança; ergonomia, controle de infecção cruzada (paramentação e proteção individual). Fluxo e processamento de artigos. Processamentos de superfícies e limpeza geral, gerenciamentos de resíduos. Métodos de esterilização e desinfecção: normas e rotina, preparo de material e desinfecção do meio. Manutenção preventiva de equipamentos odontológicos. Proteção radiológica, técnicas de tomadas radiográficas e revelação. Acidentes de trabalho e conduta após a exposição ao material odontológico. Organização da clínica odontológica e trabalhos de equipe. Instrumental e equipamento: utilização. Precauções padrão e riscos ocupacionais. Materiais restauradores: utilização, técnicas de inserção e polimento, manipulação. Proteção pulpar do complexo dentina-polpa. Medidas de prevenção: terapia com flúor, cessantes, raspagem e polimento coronário, instrução de higiene oral e educação para a saúde. Noções de anatomia humana básica e de cabeça e pescoço. Noções dentística, prótese, endodontia e cirurgia. O pessoal auxiliar e suas funções no consultório odontológico.. Odontologia Preventiva - Higiene Dentária: Etiologia e Controle de Placa Bacteriana, Cárie e Doença Periodontal, Prevenção da Cárie e Doença Periodontal, Flúor (composição e aplicação), Cariostático e Selantes Oclusais. Materiais, Equipamentos e Instrumentais, Manipulação, Manutenção e Conservação. Materiais Dentários - Forradores e Restauradores. Esterilização e Desinfecção. Educação em Saúde. Noções de instrumentação clínica e cirúrgica, noções de biossegurança. Noções de Radiologia, Odontopediatria, Prótese, Cirurgia, Endodontia, Dentística e Anatomia Bucal e Dental (Notação Dentária). Código de ética da profissão.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal (no que diz respeito à saúde) Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos. Políticas públicas de saúde no Brasil; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil.

Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Monitor de Oficina de Arte Terapia/Teatro (PETI)

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Escola de Tempo Integral: concepção e prática.

O Teatro Educativo. Noções de teoria de Teatro. Ritmo. Jogo cênico. Concepção, utilização e articulação dos elementos cenográficos. Construção corporal do personagem. Expressão corporal, expressão vocal, improvisação. Noção de dramaturgia e interpretação. Criação de figurinos, cenários e adereços.

Sonoplastia, iluminação. Histórico da origem do teatro e o teatro na história. Dramatização de poesias. Formação de elenco. Maquiagem. Motricidade. Leitura, escolha e análise de textos. Divisão dos personagens, construção dos personagens, marcação de cenas e apresentações públicas. Jogos de Improvisações Teatrais. Elementos de Linguagem. Procedimentos pedagógicos em Teatro: conteúdos, métodos e avaliação. O Teatro na educação:

Fundamentos e tendências pedagógicas do ensino de Teatro no Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de teatro. História do

Teatro e do Espetáculo no Brasil e no mundo. Jogos teatrais. Brecht e Augusto Boal: o diálogo entre eles. Teatro contemporâneo e a corporeidade na cena. Produção e montagem do espetáculo teatral: Elementos Visuais na cena teatral (maquiagem, figurino, cenografia, iluminação). Literatura Dramática: Interpretação teatral: Escolas e Estilos; Técnicas de palco e de expressão corporal. As perspectivas práticas e teóricas do trabalho do ator segundo os fundadores de tradição no Teatro do Século XX. As diversas tendências do teatro contemporâneo: A encenação contemporânea como prática pedagógica. Jogo dramático e jogo teatral: A Pedagogia do Espectador. Teatro/Educação e inclusão artístico-cultural. A formação do artista cênico.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Artes - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção; artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Pintura, gravura, escultura. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Didática do Ensino de Artes; objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Expressão Corporal - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente; Conhecimentos das diversas propostas de danças e suas características e significados (pessoais, culturais e políticos) Produtos da dança (instruções diretas, descobertas guiadas, respostas selecionadas, jogos, etc.), composição coreográfica a partir das diversas fontes culturais. Elementos de tecnologia que apoiam o fazer da dança. Estilos, escolas, tendências da dança relacionadas com seu momento cultural e com a produção. Conhecimentos de simetria, espaço, movimento, harmonia. Noções de anatomia e primeiros socorros. Estrutura do corpo, seu funcionamento e cuidados na prevenção de lesões. História das danças Mundo e no Brasil, Estilos existentes e principais características de cada um, Consciência Corporal: sensibilização, alongamento e postura. Qualidades e componentes do movimento em dança, Didática de ensino na dança, Princípios de composição de espetáculo e coreografias, Fundamentos de Didática de ensino na dança (O programa de aula e a peculiaridades do ensino). Dança Contemporânea. Folclore Brasileiro. Repertório e Coreografia. Anatomia para Dança. Terminologia e Codificação. Técnica do Movimento. Alongamento. Ritmo, coordenação e musicalidade. Didática de Ensino da Dança. Oficinas e atividade; Anatomia humana: Fisiologia do exercício e fundamentos de biomecânica, análise cinesiológica dos principais grupos musculares, tipos de alavancas, tensão e contração e trabalho muscular, sistema de forças que atuam no corpo e princípios mecânicos aplicados ao estudo do movimento humano, abordagem cinesiológica e biomecânica da postura, locomoção; Crescimento e desenvolvimento humano, bases do desenvolvimento psicomotor, fundamentos psicomotores das expressões artísticas. Processos de criação e composição de dança em contextos educacionais.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Música - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente; Cifragem de acordes (análise gradual, funcional e cordal); modulação harmônica; progressões harmônicas; substituição de acordes (empréstimo modal, mediante cromáticas, dominantes alteradas); técnicas de encadeamento de acordes; cadências musicais; fraseologia musical; formas binária, ternária, lied e rondó; formas de variação (contínuas e seccionais); tema e variações; história da música erudita ocidental; gêneros da música erudita ocidental (vocal e instrumentais); ritmos musicais brasileiros; tipos de acompanhamento de canção;

análise de texto de canção (rima, versificação, estrofação, prosódia musical); classificações vocais (extensão e tessitura); texturas musicais (homofonia, polifonia, heterofonia etc); movimento melódico de vozes (princípios de contraponto); contracanto; acústica musical e organologia; e paisagem sonora (soundscape). História da Música; principais gêneros, estilos e compositores; principais instrumentistas e compositores; Métodos e didática de iniciação musical; A educação musical no contexto atual; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

Motorista Socorrista SAMU

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

Técnico em Enfermagem (CAPS)

Técnico em Enfermagem (ESF)

Técnico em Enfermagem (SAMU)

Técnico em Enfermagem (Unidades)

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Bioética e Legislação do Exercício Profissional. Cidadania e Humanização; Biossegurança nas ações em saúde; Vigilância epidemiológica; Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente. Posições para exames; Cuidados de enfermagem ao paciente em situação de urgência e emergência; Trabalho em Equipe; Humanização do atendimento ao cliente/paciente no ambulatório e/ou no hospital; Limpeza e preparo da unidade do paciente; Procedimentos de enfermagem na admissão, alta, transferência e óbito; Princípios de preparo e administração de medicamentos; Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados; Curativo simples. Assistência de enfermagem em clínica médica; Assistência de enfermagem ao paciente idoso. Cuidados de enfermagem a clientes/pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré/trans e pós-operatórios das cirurgias gerais; Normas e rotinas do centro cirúrgico; Transtornos mentais: conceito, etiologia, epidemiologia, sinais e sintomas clínicos, farmacoterapia, assistência de enfermagem; Alcoolismo; Emergências; Noções básicas sobre o processo gestacional- sinais e sintomas; Assistência de enfermagem no pré-natal, parto. Complicações e doenças decorrentes da gravidez; Aleitamento materno; Agravos sociais: a criança e ao adolescente de violência e abandono; Assistência de enfermagem no atendimento ginecológico; Anotações de enfermagem. Assistência ao cliente/paciente em tratamento clínico e cirúrgico. Programa Nacional de Imunização-PNI. Notificação das doenças Transmissíveis: Prevenção e Controle. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica

Técnico em Raio X

1. Física e química dos raios X. 2. Fatores radiográficos. 3. Métodos de exames radiológicos. 4. Contrastes radiográficos. 5. Anatomia humana. 6. Anatomia radiográfica. 7. Técnicas radiográficas gerais e especiais. 8. Câmara escura: técnicas e manutenção. 9. Equipamentos radiológicos: componentes básicos. 10. Regras de proteção e segurança na operação de equipamentos de raios X. Conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia dos ossos do crânio e face. Conhecimentos de aparelhos de raios X - tubos para produção de raios X, constituição de tipos de aparelhos, funcionamento dos aparelhos. Conhecimentos de tipos de filmes. Conhecimentos de câmara escura e métodos de processamento radiográfico. Técnicas de revelação, fixação, de elementos dos componentes químicos do revelador e fixador. Conhecimentos dos efeitos biológicos e proteção contra as radiações ionizantes. Riscos e precauções: equipamentos de proteção individual e coletiva. Biossegurança em Clínica Radiológica Odontológica. Conhecimentos das técnicas radiográficas intra-bucais (Periapicais, Interproximal e Oclusal) e extra bucais (Panorâmica, Cefalométrica frontal e lateral, Mão e Punho) e seus principais erros de técnica. Métodos radiográficos de localização (Clark, Le Master, Miller Winter e M.Donovan). Conhecimentos básicos sobre imagem radiográfica digital odontológica. Sensores e impressoras dry. Conhecimentos básicos de tomografia computadorizada. Portaria/MS/SVS nº 453, de 01 de junho de 1998: Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências. Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e

de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal (no que diz respeito à saúde) Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos. Políticas públicas de saúde no Brasil; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil.

Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. História e reconceituação do Serviço Social. O Serviço Social no Brasil. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Trabalho e Serviço Social. Planejamento e Serviço Social. O código de ética profissional do assistente social. Instituições Públicas e Políticas Públicas. Relação Estado / Sociedade. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Pesquisa em Serviço Social. Conselhos e Conferências. Lei Orgânica da Saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Redes de atendimento. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Declaração dos Direitos Humanos.

ENFERMEIRO

ENFERMEIRO CAPS

Regulamentação da profissão e Código de Ética; Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas.- Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem;- Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas;- Assistência integral à Saúde do Adolescente;- Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino;- Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso;- Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental;- Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; AIDS;- Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase.- Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação;- Educação em Saúde.- Legislação do SUS e saúde em geral.

Fisioterapeuta

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático – anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas – medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

Fonoaudiólogo

Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertencentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia:

Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem: fonético-fonológica; Sintática, Semântica, Pragmática. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem escrita. Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis.

Médico

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito. Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, composição, conservação-rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), bloqueios e intensificações de vacinas. Procedimentos médicos: Pequenas cirurgias, suturas, sondagem, administração de medicamento; curativos; Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas; Assistência integral à Saúde do Adolescente; Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino; Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso; Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias; Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental; Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia; Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; AIDS; Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Doenças de Notificação Compulsória; Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação; Educação em Saúde. Conhecimento geral e específico sobre clínica médica: Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia, Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidroeletrólíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia;

Médico Cardiologista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito. Conhecimentos específicos: Hipertensão primária e secundária. Eletrocardiograma patológico. Insuficiência cardíaca - diagnóstico e tratamento. Valvulopatias. Cardiopatias congênitas. Cardiopatia e gravidez. Insuficiência coronariana. Marca-passos. Afecções da aorta. Arritmias cardíacas. Dislipidemia. Reanimação cardiovascular. M.A.P.A.: Monitorização ambulatorial da pressão arterial. O trabalho na urgência e emergência.

Médico Emergencista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil. Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidroeletrólíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas;

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.Princípios da Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial, Traumatologia Facial (epidemiologia, diagnóstico e tratamento), Anomalias Congênitas e Adquiridas da Face (diagnóstico e tratamento), Osteotomias Funcionais da Face (técnicas e indicações), CirurgiaOrtognática (técnicas e indicação), Síndrome da Apnéia Obstrutiva do Sono (diagnóstico e tratamento), Tumores crânio faciais, Anomalias Vasculares da Face (congenitas e adquiridas).

Médico Ortopedista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Traumatologia: fraturas e luxações da coluna cervical, dorsal e lombar, fratura da pélvis, fratura do acetábulo, fratura e luxação dos ossos dos pés, tornozelo, joelho, lesões meniscais e ligamentares, fratura diafisária do fêmur, fratura transtocanteriana, fratura do colo do fêmur, fratura do ombro, fratura de clavícula e extremidade superior e diáfise do úmero, fratura da extremidade distal do úmero, luxação do cotovelo e fratura da cabeça do rádio, fratura e luxação da monteggia, fratura diafisária dos ossos do antebraço; fratura de Colles e Smith, luxação do carpo, fratura do escafoide capal. Traumatologia da mão: fratura metacarpiana e falangiana, ferimentos da mão, lesões dos tendões flexores e extensores dos dedos. Anatomia e radiologia em ortopedia e traumatologia, anatomia do sistema osteoarticular. Radiologia. Tomografia. Ressonância magnética. Ultra-sonografia do sistema osteoarticular. Anatomia do sistema muscular. Anatomia dos vasos e nervos. Anatomia cirúrgica: vias de acesso, traumatologia e anomalias congênitas

Médico Psiquiatra - CAPS

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.

1) Psiquiatria: Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. Transtornos por uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia. Outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente e delirante induzido. Síndromes psiquiátricas do puerpério. Transtornos do humor. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. Transtornos fóbico-ansiosos: fobia específica, social e agora fobia. Outros transtornos de ansiedade: pânico e ansiedade generalizada. Transtornos alimentares. Transtornos do sono. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático.

2) Transtornos somatoformes. Transtornos dissociativos. Transtornos da identidade. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. Retardo mental. Transtornos do desenvolvimento psicológico. Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. Interconsultapsiquiátrica. Emergências psiquiátricas. Psicoterapia. Psicofarmacoterapia. Eletroconvulsoterapia. Reabilitação em psiquiatria. Psiquiatria forense. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. Classificação em psiquiatria.

3) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

Médico Urologista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.

1) Urologia: Anatomia, embriologia e anomalias do sistema geniturinário. Propedêuticourológico. Litíase e infecções do trato geniturinário. Traumatismo do sistema geniturinário. Neoplasias benignas e malignas do sistema geniturinário. Prevenção e diagnóstico precoce dos tumores do aparelho genital masculino. Bexiganeurogênica. Doenças vasculares do aparelho geniturinário. Tuberculose do aparelho geniturinário. Doenças específicas dos testículos. Urgências do aparelho geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção erétil. Infertilidade. Cirurgias do aparelho geniturinário. Cirurgias vídeo laparoscópicas. Transplante renal. 2) Urgências e emergências: Reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

MÉDICO VETERINÁRIO

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Reprodução.

NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos saudáveis. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Odontólogo

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde - doença. . Noções de saneamento básico.

Educador Físico – NASF

Metodologia, Treinamento e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Atividade Física Adaptada; Atividade Física e Envelhecimento; Educação Física e Qualidade de Vida; Treinamento Funcional e Pilates; Instalações, Equipamentos e Materiais Esportivos; Organização de Eventos Esportivos; Gestão Esportiva; Recreação, Jogos e Lazer; Marketing Esportivo; Ética e Deontologia da Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Esportes.

PSICÓLOGO NASF**PSICÓLOGO CAPS**

Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt □ Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Distúrbios da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito meta competência.

ANEXO IV**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 004/2016 da Prefeitura Municipal de GAROPABA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

c)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 04/2016 (Programas especiais) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 04/2016 (PROGRAMAS ESPECIAIS) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria A participação na Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura de Garopaba.

Declaro que:

1) O documento apresentado é cópia fiel do original, estando devidamente autenticado em cartório.

2) Não constitui pré-requisito ao exercício do cargo.

TÍTULO APRESENTADO-CERTIFICADO OU DIPLOMA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Descrição Especialista em:	Instituição emissor:	Carga horária	Titulação	
			Especialização	1,00
			Mestrado	2,00
			Doutorado	3,00

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 3,00.

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.

Garopaba (SC), _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos para nomeação deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:

- ☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição
☐ 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar
☐ 3 – Contra a classificação preliminar
☐ 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

Identidade:

CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2016
EDITAL Nº 005/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal do Magistério da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Garopaba, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal do Magistério da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Garopaba, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió - CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº. 996/2016, de 26/10/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	0h00 do dia 08/12 até 03/01/17
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	08/12 a 14/12/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	23/12/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	04/01/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	03/01/17
Prova de Títulos - Prazo final para envio de títulos para cargos de Professores	03/01/17
Homologação das inscrições	06/01/17
Recursos contra homologação das inscrições	09 e 10/01/17
Homologação Definitiva e Locais de Prova	11/11/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PRÁTICA	15/01/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/01/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/01/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/01/17
Classificação Preliminar	25/01/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/01/17
Classificação Final	30/01/17
Homologação do Resultado Final	Após 30/01/17
ESCOLHA DE VAGAS da chamada presencial de acordo com a ordem de classificação.	(conforme item 17)

1.4.

O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Garopaba na Internet: <http://www.garopaba.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados nas vagas para atender à contratações temporárias, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do seletivo é de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.11., em original ou cópia autenticada.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE GAROPABA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro
89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público deverão ser comprovados no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, sob pena de desclassificação. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Garopaba e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas temporárias descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3 A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

4.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Garopaba, situada na Rua Trinta de Dezembro, nº 170, Centro, Garopaba/SC, no horário de atendimento das 13 às 18 horas.

4.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição por período (uma matutino e outra vespertino), verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato por período, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Garopaba Edital 005/2016;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, preferencialmente nas agências do Bando do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.7 O IOBV e a Prefeitura de Garopaba eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

4.8 O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

4.9 No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até as 16 horas.

4.10 É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Garopaba.

4.11 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 70,00 (setenta reais);
- b) Para cargos com exigência de nível médio: R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- c) Para cargos com exigência de alfabetizado: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.12 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.13 O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001. É de responsabilidade do candidato conferir estes dados no edital.

4.14 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.15 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

4.16 No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.17 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.18 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.19 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.20 Não serão deferidas inscrições com valores pagos a menor ou a maior, do que o estabelecido para cada cargo e boletos pagos após a data de vencimento.

4.21 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.22 É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

4.23 O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

4.24 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.25 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

4.26 No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.27 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.28 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.Garopaba.sc.gov.br.

4.29 As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

5 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2 Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), envelope com a seguinte identificação:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, Nº 233 - CENTRO

89.190-000 - TAIÓ - SC

5.3 Enviar envelope individualizado, até a data constante do cronograma do item 1, no qual deve conter os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital)

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);
- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

5.4 Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerer no momento da inscrição informando obrigatoriamente o número do NIS.

5.5 Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.6 No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações

prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

5.7 O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

5.8 Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

5.9 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato que tiver seu pedido indeferido poderá efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição para participar do certame.

5.10 O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.11 Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

6 DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas, nos termos do art.12, da Lei Municipal 1000/2005.

6.2 Caso a aplicação do percentual de 10% não resulte na oferta imediata de vagas para o cargo, no caso de inscritos como deficientes, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 10 (dez) cargos providos.

6.3 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

6.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

6.5 Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição online), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.11 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

6.5.1. O envelope contendo os documentos acima deve ser protocolado ou enviado da seguinte forma:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERI

MENTO DE VAGA PARA DEFICIENTE E/OU CONDIÇÃO ESPECIAL

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ - SC

6.6 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

6.8 Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.9 Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

6.10 O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.11, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

6.11 As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

6.12 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da Prefeitura Municipal de Garopaba, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.13 Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.14 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

7.2 A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do seletivo na internet www.iobv.org.br.

7.3 Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

7.4 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

7.5 Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

8 OUTROS REQUERIMENTOS

8.1 Candidata lactante

8.1.1 A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2 O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

9 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas fases dependendo do cargo, conforme segue:

9.1.1 Cargos de Professores Licenciados, constará de 2 fases:

a) Primeira fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Segunda fase: Prova de Títulos, de caráter classificatório.

9.1.2 Cargo de Motorista, constará de 2 fases:

a) Primeira Fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter classificatório

b) Segunda fase: Prova Prática de caráter classificatório e eliminatório

9.1.3 Todos os demais cargos, constará de uma única fase, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA (PARA TODOS OS CARGOS)

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Garopaba-SC, em locais que serão divulgados quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Garopaba locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Garopaba.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

10.5.1. Cargos com Escolaridade: Alfabetizado (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

10.5.2. Cargos com Escolaridade: Ensino Médio (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,40	6,00
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		10,00

10.5.3. Cargos com Escolaridade: Ensino Superior (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,28	2,80
	Gerais e atualidades	5		

Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	4,20
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		7,00
Títulos – Pontuação Máxima	-	-	-	3,00
Nota Final Máxima				10,00

10.5.2.1 Estarão aptos para avaliação dos títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita Objetiva.

10.5.2.2. A nota máxima na prova escrita para os cargos de Ensino superior será 7,00 (sete pontos).

10.1. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.2. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.3. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.4. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.5. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.6. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.7. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do seletivo.

10.9. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou maior que 4,00 (quatro).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Garopaba, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Escolaridade exigida para o cargo	Período Prova Escrita
Alfabetizado Ensino Médio	MATUTINO
Ensino Superior	VESPERTINO

Conforme Cronograma:

Evento	Horários	
	MATUTINO	VESPERTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	8h52h	13h52
Início da resolução da prova.	9h00	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30	14h30
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta para todos os cargos	11h00	16h00
Para os cargos com prova prática, as provas serão conforme os candidatos terminarem a prova escrita, podendo ser alterada dependendo do tempo e do número de candidatos, de acordo com a convocação no próprio local.		

11.3.

A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo

Seletivo.

11.6. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta preferencialmente PRETA ou azul em últimos casos (sob pena de perda de sensibilidade de leitura óptica); (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos (permitido apenas barras de cereais ou similares desde que em abertos e acondicionados em embalagem plástica transparente, providenciada pelo candidato), uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura (salvo burca, desde que apresentado declaração de congregação ao fiscal de sala).

11.15. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.16. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.20. O IOBV e Prefeitura Municipal de Garopaba não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.24. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.28. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.30. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla

a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE PROFESSORES – Ensino Superior)

12.1 Para os cargos de Professores Ensino Superior a segunda fase do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório para os aprovados na prova escrita, ou seja àqueles que obtiveram nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2 A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para a qual se inscreveu ou em Educação.

12.3. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	1,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	2,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	3,00

12.4 Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.5 Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.6 Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

12.7 Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 30 de julho de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.8 Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

- Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI) obrigatório (certificados desacompanhados do requerimento não serão avaliados);
- O título que deseja ser avaliado, devidamente autenticado em cartório.

12.8.1 Não devem ser entregues/enviados:

- Documentos originais;
- Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura (graduação);
- Documentos pessoais;
- Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido para pontuação de títulos.

12.8.2. O envelope individualizado contendo os títulos devem ser assim identificados:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ – SC

Cargo:

Número de Inscrição:

12.9 Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV acompanhados do requerimento de títulos e no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.10 A nota da Prova de Títulos (no máximo 3,00 pontos) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.11 A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.12 O candidato enviará sua documentação antecipadamente e sobre sua conta e risco, arcando com as despesas de correio e cartório, caso não seja aprovado na prova escrita, seus certificados serão ignorados.

13. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA

13.1. O cargo de Motorista realizará prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

13.2. Os candidatos deverão comparecer em data constante do cronograma, caso não realizarem a prova prática serão eliminados do certame, pois não prestaram esta etapa.

13.3. Todos os candidatos deverão se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), do dia

previsto para realização da prova prática, sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.4. Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 3,00 (três) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final, sendo eliminado do certame o candidato com nota inferior a 3,00 (três).

13.5. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

13.6. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

13.6.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma em local a ser anunciado no edital de convocação no dia da prova escrita, conforme os candidatos forem terminando a prova, devendo todos os candidatos se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.6.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não sendo aceitas cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

13.6.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

13.6.4. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

13.6.5. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

13.6.6. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Garopaba, no estado em que se encontrarem.

13.6.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

13.6.8. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

13.6.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

13.6.10. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

13.6.11. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

13.6.12. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

13.6.13. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

13.6.14. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

13.6.15. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

13.6.16. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

13.7. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA

13.7.1. O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

13.7.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

13.7.3. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima conforme item 13.8.6, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

13.7.4. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

13.7.5. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

13.7.6. Os candidatos farão a prova prática no veículo conforme o cargo:

Cargo	Habilitação exigida para prática	Veículo
Motorista (automóvel/caminhão/ônibus)	Alfabetizado com CNH profissional categoria mínima `D`	Ônibus Escolar

13.7.7.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

13.7.8. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

a) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- Descontrolar-se no plano, no auge ou declive;
- Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;
- Utilizar a contramão de direção;
- Subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre;
- Deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção;
- Exceder a velocidade indicada para a via;
- Perder o controle de direção do veículo em movimento;
- Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal;
- Deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela;
- Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
- Deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão com imperfeição;
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga;
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
- Utilizar incorretamente os freios;
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular;
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Engrenar as marchas de maneira incorreta;
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

13.8.9. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo onibus1, onibus2, onibus3), neste caso haverá sorteio para determinar em qual veículo o candidato realizará a prova.

14. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

14.8. Para os cargos de professores licenciados a nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos:

NF= NPE + NPT

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

14.9. Para o cargo de motorista a nota final do candidato obedecerá a seguinte fórmula:

$NF = (NPE \times 3) + (NPP \times 7) / 10$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática

NF = Nota Final

14.10. Nota final para todos os demais cargos: NF = NPE

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

14.11. Serão considerados aprovados neste processo seletivo os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco)
14.12. Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

14.13. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

14.14. Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

14.15. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

15. DOS RECURSOS

15.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

15.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

15.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

15.3.1. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em `minhas inscrições` localizar o seletivo Edital 005/2016 de GAROPABA;
- c) Na coluna `opções` (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

15.3.2. Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.11 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.11, via sedex/ar.

15.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias - SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

15.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

15.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

15.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

15.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

15.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

15.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

15.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

15.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

15.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

15.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

15.15. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. A homologação do resultado final deste seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais

e no endereço eletrônico do seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

16.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

17. DA ESCOLHA DE VAGAS

17.1. A data e os critérios para escolha de vagas serão definidas em edital próprio de convocação que será divulgado após homologação do resultado deste seletivo.

17.2. No caso dos Professores, primeiramente serão convocados os candidatos aprovados dos cargos de professores licenciados, e após escolha, havendo vagas remanescentes serão convocados os candidatos habilitados (magistério).

18. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

18.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da Prefeitura do Município de Garopaba. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal, dentro da validade do Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

18.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Garopaba.

18.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garopaba.

18.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

18.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

18.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

18.7.O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba, até a data, estabelecida conforme item 18.5, será excluído deste Seletivo Público.

18.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de Garopaba.

18.8.1. A inobservância do subitem 18.5, implicará na desclassificação do Seletivo Público.

18.9. Por ocasião da convocação serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

18.10. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

18.11. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação por área/disciplina.

18.12. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

18.13. As vagas a serem oferecidas, para os candidatos inscritos e classificados, serão as vagas remanescentes do seletivo de ingresso e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

18.14. Na mesma data de publicação da HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL deste processo seletivo, será publicada a PRIMEIRA relação de vagas a serem escolhidas e preenchidas, observando-se a ordem de classificação por área/disciplina, AGENDANDO DIA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO DOS CANDIDATOS, correspondentes ao número de vagas disponibilizado.

18.14.1 As publicações se darão na página da Prefeitura Municipal de Garopaba e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, www.iobv.org.br.

18.15. As demais relações de vagas a serem escolhidas e preenchidas serão publicadas posteriormente, conforme disciplina o item 18.14.1 durante o período de validade deste processo seletivo.

18.16. No dia e horário estabelecidos, sob pena de exclusão e consequente desclassificação da vaga do processo seletivo, o candidato aprovado deverá dirigir-se a Sede da Secretaria de Educação, munido de documento oficial de identificação (RG, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação) e de comprovação de habilitação para o cargo para o qual foi aprovado.

18.16.1 A falta de qualquer documento indicado no item 18.16, a ser apresentado pelo candidato, também será motivo para exclusão e consequente desclassificação da vaga do processo seletivo.

18.17. O candidato selecionará vagas em número igual ao de sua classificação, definindo em ordem, qual será a sua primeira opção, a segunda e assim sucessivamente. A definição de qual opção será atribuída ao candidato dependerá da escolha dos candidatos anteriores, sendo também, motivo de cancelamento das demais opções.

18.18. O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha da vaga, irá automaticamente para o último lugar da classificação.

18.19. As vagas para o Processo Seletivo 005/2016 serão disponibilizadas de acordo com a necessidade de cada Unidade Escolar. Portanto, devem ser escolhidas pelos candidatos classificados no referido certame na totalidade de sua carga horária.

18.20. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo 005/2016 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento

pelo efetivo.

18.21. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Garopaba, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

18.22. O candidato selecionado que no momento da escolha não aceitar a(s) vaga(s) disponível(is), passará automaticamente para o final da listagem em que está classificado, e deverá preencher requerimento para tal na Secretaria de Educação, caso contrário não será mais chamado.

18.23. Depois de efetivada a escolha de vaga, não será permitido ao candidato trocá-la, salvo nos casos de interesse do serviço público.

18.24. O candidato contratado ficará em permanente avaliação de desempenho e, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

18.25. Decorrida a escolha da vaga pelo candidato, a Secretária de Educação, em até 72 (setenta e duas) horas úteis expedirá ofício solicitando a Diretoria Administrativa de Gestão de Pessoas que proceda a convocação e consequente contratação do candidato.

19. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

19.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de GAROPABA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 19.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 19.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de GAROPABA.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

20.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefonerelativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

20.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

20.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

20.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

20.6 O Município de GAROPABA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

20.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

20.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

20.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

20.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de GAROPABA como do IOBV.

20.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

20.12 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de GAROPABA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

20.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de GAROPABA e do IOBV.

20.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Garopaba/SC.

20.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

20.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

GAROPABA, 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE “ALFABETIZADO”

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Valor da Taxa de inscrição	PERÍODO PROVA
1. Merendeira	CR	40h/s	R\$ 891,99	Alfabetizado	Escrita Objetiva	R\$ 30,00	Matutino
2. Motorista (caminhão/automóvel/ônibus)	CR	40h/s	R\$ 1.235,82	Alfabetizado com CNH profissional categoria mínima “D”	Escrita Objetiva e prática	R\$ 30,00	Matutino
3. Servente	06/CR	40h/s	R\$ 891,99	Alfabetizado	Escrita Objetiva	R\$ 30,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE “ENSINO MÉDIO”

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição	PERÍODO PROVA
4. Professor com Habilitação (20h)	CR	20h/s	R\$ 1.067,82	Ensino médio completo com Magistério.	Escrita Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
5. Professor com Habilitação (40h)	CR	40h/s	R\$ 2.135,64	Ensino médio completo com Magistério.	Escrita Objetiva	R\$ 50,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE “ENSINO SUPERIOR”

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição	Período Prova
6. Fonoaudiólogo	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita Objetiva	R\$ 70,00	Vespertino
7. Nutricionista	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Ensino Superior Completo em Nutrição com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita Objetiva	R\$ 70,00	Vespertino
8. Professor com Licenciatura (20h)	34/CR	20h/s	R\$ 1.110,53	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
9. Professor com Licenciatura (40h)	49/CR	40h/s	R\$ 2.221,06	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
10. Professor de Artes (10h)	01 (2º semestre CEJA) /CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura e Artes Plásticas	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
11. Professor de Artes (30h)	03/CR	30h/s	R\$ 1.665,79	Curso superior completo com Licenciatura e Artes Plásticas	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
12. Professor de Ciências (10h)	01 (1º semestre) 01 (ano todo) CEJA/CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Ciências	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
13. Professor de Educação Física (10h)	01 (2º semestre CEJA) /CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
14. Professor de Educação Física (30h)	04/CR	30h/s	R\$ 1.665,79	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
15. Professor de Educação Física (40h)	01/CR	40h/s	R\$ 2.221,06	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
16. Professor de Geografia (10h)	01 (2º semestre CEJA) /CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Geografia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino

17. Professor de História (10h)	01 (1º semestre) 01 (ano todo) CEJA/CR	10h/s	R\$ 555,26	Licenciatura Plena na área de História, fornecida por instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
18. Professor de Inglês (10h)	01 (2º semestre CEJA) /CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
19. Professor de Inglês (30h)	01/CR	30h/s	R\$ 1.665,79	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
20. Professor de Inglês (40h)	02/CR	40h/s	R\$ 2.221,06	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
21. Professor de Língua Portuguesa (10h)	01 (1º semestre) 01 (ano todo) CEJA /CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
22. Professor de Matemática (10h)	01 (2º semestre) 01 (ano todo) CEJA/CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Matemática	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
23. Psicólogo	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Curso Superior em Psicologia e formação em psicopedagogia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita Objetiva	R\$ 70,00	Vespertino
24. Psicopedagogo	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Curso Superior na área de Psicologia com Pós graduação em Psicopedagogia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

MERENDEIRA	Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar
MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS	Dirigir e Conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas.
SERVENTE	Atribuições do cargo de servente: executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo
FONOAUDIOLOGO	Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição; encaminhar quando necessário ao atendimento de outros espec
NUTRICIONISTA	Desenvolver atividades de nível superior, de Natureza especializada envolvendo atividades no campo da nutrição.
PROFESSOR COM LICENCIATURA	Ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.
PROFESSOR ARTES	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;
PROFESSOR CIÊNCIAS	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e locais de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;
PROFESSOR GEOGRAFIA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.

PROFESSOR HISTÓRIA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR DE INGLES	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, maquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR MATEMÁTICA	ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PSICÓLOGO	Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo atividades relativas à área
PSICOPEDAGOGO	Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atender as crianças para avaliar a dificuldade de aprendizagem; Atuar em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL ALFABETIZADO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero). Gêneros textuais: conto e fábula.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MERENDEIRA

Tipos de alimentos. Importância da alimentação para a saúde. Noções de higiene, proteção e armazenamento dos alimentos e bebidas; Técnicas de preparo de alimentos e bebidas; Técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos. Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. A importância da merenda para o estudante. Alimentos benéficos para a saúde. Alimentos que devem ser evitados pelas crianças e adolescentes. Noções básicas de higiene e saúde pessoal. Conhecimentos de separação, coleta, armazenamento e reciclagem de lixo. Conhecimentos básicos para a realização de serviços de higienização e limpeza em locais como: copa, cozinha e banheiro. Cuidados e técnicas de preparo de alimentos. Guarda e conservação de alimentos.

MOTORISTA DE AUTOMÓVEL/CAMINHÃO/ÔNIBUS

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências.

Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

SERVENTE

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos., Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

FONOAUDIÓLOGO

Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertencentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem: fonético-fonológica; Sintática, Semântica, Pragmática. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem escrita. Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis.

NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos saudáveis. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PSICÓLOGO

Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt □ Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Distúrbios da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência.

PROFESSORES - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

PROFESSOR COM LICENCIATURA**PROFESSOR COM HABILITAÇÃO – MAGISTÉRIO 20h e 40h (Ensino Médio)**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. Alfabetização e Letramento.

PROFESSOR DE ARTES

História e metodologia do ensino de Arte. A arte e a educação. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. O conhecimento artístico como produção e fruição. Arte, linguagem e comunicação. Teoria e prática em arte na escola. Elementos básicos das linguagens artísticas. Diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional. O currículo de arte no ensino fundamental. Folclore catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. A importância do ver, fazer e pensar o processo artístico na educação escolar.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Níveis de organização dos seres vivos; relações ecológicas entre os seres vivos; fatores abióticos no ecossistema; cadeia alimentar; biodiversidade catarinense; interferência humana nos ciclos vitais do ecossistema: desmatamento; uso de agrotóxicos, lançamento de resíduos (água, solo), exploração inadequada do solo; Poluição (atmosférica, das águas, do solo); chuva ácida; efeito estufa; camada de ozônio e mudanças climáticas; a água - ciclo da água, propriedades da água, consumo e escassez; o solo - composição do solo e agentes de transformação do solo; atmosfera; fluxo de energia no ambiente; classificação dos reinos dos seres vivos (características gerais e classificação); fisiologia e anatomia dos sistemas biológicos humanos (digestão, respiração, circulação, excreção, nervoso, endócrino, órgãos dos sentidos, osso-muscular e imunológico; Reprodução e hereditariedade, clonagem e transgênicos. Temas da sexualidade: mudanças corporais e comportamento social - puberdade e adolescência, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, funcionamento órgãos reprodutores. Química: propriedades gerais da matéria; estrutura atômica; elementos químicos e tabela periódica; substâncias e misturas; ligações químicas e funções químicas. Física: Cinemática; leis de Newton; calorimetria; eletromagnetismo (conceito); ondulatória (conceito) e óptica (conceito).

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

História da Educação Física no Brasil; Metodologia para ensino da Educação Física; Cultura Corporal; Emprego da Terminologia aplicada a Educação Física; Fisiologia do Exercício - Abordagem Neuromuscular. Estrutura e Funções pulmonares; O Sistema Cardiovascular; Capacidade Funcional do Sistema Cardiovascular; Músculo Esquelético (estrutura e função). Treinamento desportivo e atividades Físicas.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Espaço Geográfico e globalização; A Terceira Revolução Industrial é a revolução tecnocientífica; O desenvolvimento dos meios de transporte e o crescimento do comércio mundial;

A expansão das multinacionais e a globalização da economia; O Brasil na rota das migrações internacionais;

Os fluxos de refugiados no mundo; A formação dos grandes blocos econômicos; Os principais blocos econômicos da atualidade; A regionalização do espaço geográfico mundial; Guerra Fria; IDH: uma maneira de conhecer o nível de desenvolvimento dos países; A Divisão Internacional do Trabalho no período colonial; A Nova Divisão Internacional do Trabalho; Industrialização e urbanização no Brasil; O êxodo rural e a urbanização brasileira; As regiões metropolitanas; As regiões brasileiras segundo o IBGE; Brasil: população; Os movimentos migratórios no Brasil; O que é migração e por que as pessoas migram; População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil; O desemprego e seus fatores; Fatores conjunturais; Fatores estruturais; Poluição atmosférica e das águas oceânicas no mundo; Características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico; Os ambientes da Terra; A Litosfera, composição e dinâmica; A Hidrosfera, a água e sua importância; A Atmosfera e a dinâmica climática; A influência do clima nas paisagens; O clima e as atividades econômicas; Os agentes externos; Os agentes internos; Processo de formação das rochas na natureza; Os fusos horários;

Cartografia; Os movimentos da Terra; A didática e a metodologia do ensino da Geografia; Aspectos geográficos do Município de Garopaba. PROFESSOR DE HISTÓRIA

História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura Africana, afro-brasileira e indígena Lei 10.639/03, Lei 11.645/08, Patrimônio Cultural e Ambiental; Diretrizes curriculares para o ensino de História. - Ensino de História: Saber histórico escolar; Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; História Mundial; Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea - historiografia brasileira e a história do Brasil; História de Santa Catarina; História de Garopaba, História da América, Patrimônio Cultural e Ambiental.

PROFESSOR DE INGLÊS

Compreensão e análise de textos modernos; Artigos; substantivos (gênero, número, caso genitivo, composto `countable` e `uncountable`); Pronomes (pessoais retos e oblíquos, reflexivos, relativos); Adjetivos e pronomes possessivos, interrogativos, indefinidos, demonstrativos; Adjetivos e advérbio (ênfase nas formas comparativas e superlativas); preposições; Verbos (tempos, formas e modos: regulares, irregulares, `nonfinites`, modais; formas: afirmativa, negativa, interrogativa e imperativa; forma causativa de `have`, `questiontags`) `Phrasalverbs` (mais usados); Numerais; Discurso direto e indireto; grupos nominais; Períodos simples e compostos por coordenação e subordinação (uso de marcadores de discurso); Aspectos metodológicos teóricos e práticos ligados à abordagem do ensino aprendizagem da língua inglesa.

PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

Estruturas lingüísticas da Língua Portuguesa. Texto e discurso. Dialogismo, intertextualidade, interdiscursividade e gêneros discursivos. Tipologia textual. A semântica textual: conteúdo e forma/estrutura frasal e textual. Morfossintaxe da Língua Portuguesa. Coesão/ coerência e elementos gramaticais. Filosofia e temática da literatura brasileira. Descritores da Língua Portuguesa da Prova Brasil.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1.Noções de Lógica. Noção intuitiva de conjunto. Operações com conjuntos. 2.Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais e reais: propriedades, operações, valor absoluto, números primos, múltiplos e divisores. MDC e MMC, proporcionalidade, regra de três e porcentagem. Juros simples e compostos. Sistemas de Medida. Sistemas de numeração. 3.Cálculo Algébrico: Produtos notáveis e fatoração. Equações fracionárias e literais. 4.Funções: gráficos e operações. Função Inversa. Estudo das seguintes funções reais: Função Afim, Função Quadrática, Função Exponencial e Logarítmica. 5.Equações e inequações de 1º e 2º graus. Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. Sistemas de equações e inequações de 1º e 2º graus. 6.Sequências. Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos: formas trigonométrica e algébrica, representação e operações. 7.Polinômios: Definição. Operações. 8.Equações polinomiais: Definição. Teorema Fundamental da Álgebra, Teorema da Decomposição, Multiplicidade de uma raiz. Raízes Complexas. Raízes racionais. 9.Análise combinatória: Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações e Permutações. 10.Binômio de Newton. 11.Probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos, probabilidade de dois eventos sucessivos ou simultâneos e probabilidade condicional. 12. Matrizes: Operações. Inversa de uma matriz. Determinantes de matrizes de ordem n. 13.Sistemas de equações lineares: Resolução e discussão. 14.Geometria plana: Teorema de Tales. Semelhança de triângulos e polígonos. Relações métricas em triângulos, polígonos regulares e círculos. Perímetros e áreas de figuras planas. 15.Geometria espacial: Poliedros, prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas: áreas e volumes. Sólidos semelhantes. Troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução. 16.Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos Cosenos, Lei dos Senos. Arcos e ângulos. Funções trigonométricas. Relações entre as funções trigonométricas. Arco soma, arco duplo. Equações. Equações cartesianas, representação gráfica e identificação dos elementos. Equações e identificação dos elementos. 20.Noções de limites. Matemática Financeira.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 005/2016 da Prefeitura Municipal de GAROPABA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

c)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____
Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 005/2016 (Secretaria de Educação) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.
Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requeiro a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 005/2016 (Secretaria de Educação) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria A participação na Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura de Garopaba.

Declaro que:

- 1) O documento apresentado é cópia fiel do original, estando devidamente autenticado em cartório.
- 2) Não constitui pré-requisito ao exercício do cargo.

TÍTULO APRESENTADO-CERTIFICADO OU DIPLOMA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Descrição Especialista em:	Instituição emissor:	Carga horária	Titulação	
			Especialização	1,00
			Mestrado	2,00
			Doutorado	3,00

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 3,00.
Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.

Garopaba (SC), _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos para nomeação deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VII
REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:

- ☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição
☐ 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar
☐ 3 – Contra a classificação preliminar
☐ 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

Identidade:

CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

PORTARIA N.º 1130/2016.

PORTARIA N.º 1130, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato ELI JOSÉ DOS SANTOS FILHO, CPF n.º 930.895.030-34, aprovado e classificado como 13º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/12/2016, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1131/2016.

PORTARIA N.º 1131, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato JOEL LINHARES, CPF n.º 868.141.259-00, aprovado e classificado como 17º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/12/2016, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1132/2016.

PORTARIA N.º 1132, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARNI TEREZINHA DOS SANTOS LIMA, CPF n.º 357.495.710-68, aprovada e classificada como 14ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/12/2016, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1133/2016.

PORTARIA N.º 1133, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata REGINA BERNARDO JOÃO, CPF n.º 691.672.819-15, aprovada e classificada como 6ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando ainda orientações quanto ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações e suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir par consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
Garopaba, 07 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1137/2016.

PORTARIA N.º 1137, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 002/2016, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 820/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 820/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EDITAL Nº 004/2016 PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS EXTRATO EDITAL Nº 004/2016 DE PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo de Programas Especiais para provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva de pessoal para atender convênios ou programas propostos pela União ou Estado com município de Garopaba conforme previsto na Lei Municipal nº 1000/2005 e suas alterações, para cargos de nível Fundamental, Médio e Superior. As inscrições "online" estão abertas no site www.iobv.org.br, no período de 08/12/16 a 03/01/16, as provas estão previstas para o dia 15/01/2016. As informações completas sobre os cargos e cronogramas, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br e no site www.garopaba.sc.gov.br e mural oficial do Paço Municipal.
Garopaba, 07 de dezembro de 2016

Paulo Sergio de Araujo
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EDITAL Nº 005/2016 PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EXTRATO EDITAL Nº 005/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva de pessoal do magistério da Secretaria de Educação e Cultura do município de Garopaba regido pela legislação em vigor, para cargos de Alfabetizado, Médio e Superior. As inscrições "online" estão abertas no site www.iobv.org.br, no período de 08/12/16 a 03/01/16, as provas estão previstas para o dia 15/01/2016. As informações completas sobre os cargos e cronogramas, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br e no site www.garopaba.sc.gov.br e mural oficial do Paço Municipal.

Garopaba, 07 de dezembro de 2016

Paulo Sergio de Araujo
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 15 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 17/2015, QUE REGULAMENTA O USO DE VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, INSTITUI CONTROLE DE VIAGEM, ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o artigo 3º da Resolução nº 17 de 21 de outubro de 2015, que Regulamenta o uso de veículo oficial da câmara municipal de Garopaba, institui controle de viagem, abastecimento e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 5º da Resolução nº 17 de 21 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Para uso exclusivamente em favor do interesse público, sendo vedado seu uso para fins particulares.

Art. 3º O artigo 16 da Resolução nº 17 de 21 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 16 Toda denúncia de uso irregular do veículo oficial será recebida e encaminhada à Mesa Diretora da Câmara Municipal para as medidas cabíveis, que, dependendo da gravidade do caso, deverá encaminhar cópia ao Ministério Público.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 07 de dezembro de 2016.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos sete dias do mês de dezembro de 2016

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2016 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora Legislativa

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 182/2016

DECRETO Nº. 182 de 07 de dezembro de 2016

"Dispõe sobre a alteração no Decreto nº 181/2016, e dá outras providências."

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando, a necessidade de retificação no art. 1º do Decreto 181 de 02 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1o. – Altera a redação do Art. 1º do Decreto 181 de 02 de dezembro de 2016, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1o. – Férias do dia 09 de janeiro de 2017 à 07 de fevereiro de 2017, para os servidores e empregados públicos cujo período aquisitivo esteja completo.

§ 1º - Não serão contemplados com as férias previstas neste Decreto os servidores admitidos há menos de 6 (seis) meses.

§ 2º- Os servidores com período aquisitivo igual ou superior a 06 (seis) meses gozarão de férias conforme a proporcionalidade, com início em 09 de janeiro de 2017."

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – Setor de Recursos Humanos
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225– email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br
Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.255, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.255, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado à Secretária Municipal de Saúde, ALBA DE AGUIAR, inscrita no CPF sob nº 488.765.509-68, e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil SA, das contas bancárias:

- I – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 31.110-3;
- II – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 10.896-0;
- III – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 7.449-7;
- IV – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 18.429-2;
- V – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 218.655-1;
- VI – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 206.770-6;
- VII – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 262.875-9;
- VIII – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 266.153-5;
- IX – Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 25.441-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.256, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.256, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado à Secretária Municipal de Saúde, ALBA DE AGUIAR, inscrita no CPF sob nº 488.765.509-68, e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do GOVConta, das contas bancárias:

- I – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624025-9;
- II – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624010-0;
- III – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006

conta nº 624006-2;

IV – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624007-0;

V – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624008-9;

VI – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624009-7;

VII – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624011-9;

VIII – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 158-9;

IX – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624013-5;

X – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624012-7;

XI – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624014-3;

XII – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624015-1;

XIII – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624021-6;

XIV – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624022-4;

XV – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624023-4;

XVI – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624024-0;

XVII – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 112-0;

XVIII – Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 74-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os decretos nº 6.341/2015, nº 6.342/2015 e nº 6.343/2015.

Gaspar, 06 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.257, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.257, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado à Secretária Municipal de Saúde, ALBA DE AGUIAR, inscrita no CPF sob nº 488.765.509-68, e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do Auto Atendimento MAXI CRÉDITO, da conta bancária:

I – Coop. De Crédito Livre Adm. Assoc. Vales Itajaí e Itapocu Litoral

Sta Catarina e Litoral Sul do Paraná – Bluredi - Agência nº 3069, conta nº 180.886-9.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.259, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.259, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 59 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 249.784,37

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 64 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 84.187,75
Despesa: 60 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 165.596,62

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 252/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 252/2016

OBJETO: Aquisição de livros de literatura, da Livraria Livros & Livros Ltda., para compor o acervo das bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Gaspar/SC. CONTRATADO: LIVRARIA LIVROS & LIVROS LTDA. (CNPJ nº 01.570.002/0004-21) Valor Total Julgado: R\$ 52.529,67 (cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 253/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 253/2016

OBJETO: Aquisição de livros de literatura, da empresa A Pagina Distribuidora de Livros Ltda., para compor o acervo das bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Gaspar/SC. CONTRATADO: A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA (01.795.809/0001-10). Valor Total Julgado: R\$ 77.756,38 (setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 255/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 255/2016

OBJETO: Aquisição de livros de literatura, da empresa Pia Sociedade de Filhas de São Paulo, para compor o acervo das bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Gaspar/SC. CONTRATADO: PIA SOCIEDADE DE FILHAS DE SÃO PAULO (61.725.214/0046-11). Valor Total Julgado: R\$ 11.719,19 (onze mil, setecentos e dezenove reais e dezenove centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 06 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 017/2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 017/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Análise de Projetos – Edital 02/2016 FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1.432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO:

- Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA;
- Resolução nº 018/2015 de 12 de outubro de 2015 do CMDCA de Gaspar;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir e nomear a Comissão Especial de Análise de Projetos – Edital 02/2016 FIA de Gaspar, ficando assim constituída:

Área	Representação	Representantes
Psicologia	Abrigo Sementes do Amanha	Giana Cristine Wagner
Serviço Social	Hospital Nossa Senhora Perpetuo Socorro	Kelly Pereira da Cunha
Direito	OAB	Andressa Donegá
Contabilidade	Poder Executivo	Juliana Muller Silveira
CMDCA	CMDCA	Gislaine dos Santos
CMDCA	CMDCA	Maiara Polla dos Santos

Art. 2º Esta Resolução substitui a resolução 014/2016 de 28 de novembro de 2016.

Gaspar, 07 de dezembro de 2016

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA/Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 75/2016**

RESOLUÇÃO Nº 75/2016

Autoriza a prorrogação do Contrato nº CM-012/2014 firmado com a empresa PÚBLICA INFORMATICA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de manter a locação, manutenção, atualização e suporte do Software de Gestão da Contabilidade/RH/ Folha de pagamento;

CONSIDERANDO que o Contrato CM 012-2014 firmado com a empresa Pública Informática vencerá na data de 31/12/2016, conforme aditivo contratual firmado em 17/12/2015[cópia anexa];

CONSIDERANDO que não haverá alteração de valor mensal pago à empresa Contratada;

CONSIDERANDO que os serviços contratados revelam-se de natureza contínua, na forma do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Gaspar não pode ficar sem os serviços prestados pela empresa Pública Informática, sob pena de prejuízo ao trabalho da Casa Legislativa, da vereança e dos servidores;

CONSIDERANDO que citada empresa presta seus serviços com excelência e que apresentou as negativas exigidas para comprovação de sua regularidade fiscal, bem como permanecendo as demais condições de habilitação; e

CONSIDERANDO que esta Edilidade deve cumprir com suas obrigações, de forma a permitir a efetivação do princípio da continuidade do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Gaspar a firmar termo aditivo de prorrogação do Contrato nº CM-012/2014 firmado com a empresa PÚBLICA INFORMATICA, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº 95836771/0001-20, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em locação, manutenção, atualização e suporte do Software de Gestão da Contabilidade/RH/ Folha de pagamento;

Parágrafo único. A prorrogação do contrato a que se refere o caput deste artigo terá início em 01 de janeiro de 2017, com validade até o dia 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º As demais cláusulas e condições contratuais permanecerão inalteradas.

Art. 3º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 0001 – Manutenção das Atividades em Geral – Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

Art. 4º Esta Resolução é pública nesta data e entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2017.

Câmara de Vereadores de Gaspar (SC), 07 de dezembro de 2016.

Mesa Diretora

Giovano Borges Presidente	José Amarildo Rampelotti Vice-Presidente

Ciro André Quintino 1º Secretário	José Hilário Melato 2º Secretário

TERMOS DO ADITIVO 002/2016 - CONTRATO CM-012/2014

TERMOS DO ADITIVO 002/2016

Aditivo 002 ao Contrato CM-012/2014.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e PÚBLICA INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº 95836771/0001-20, representadas pelos signatários abaixo, CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público; CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública; e, por último, CONSIDERANDO o princípio da economicidade, resolvem prorrogar o CONTRATO CM-009/2013 nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Fica prorrogado o Contrato CM-012/2014 para vigor de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 2ª – Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais, inclusive a do preço.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 07 de dezembro de 2016.

CÂMARA DE VEREADORES	PÚBLICA INFORMATICA LTDA
Giovano Borges	Giovani de Bortoli
Presidente	

SAMAE - GASPAR**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2016 - SAMAE**

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 60/2016

OBJETO: Aquisição de câmeras e acessórios com mão de obra para ativação do circuito fechado de TV, para monitoramento no Almoxarifado.

CONTRATADO: MARCIANO ADRIANO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. (06.925.944/0001-56)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 7.500,40 (sete mil, quinhentos reais e quarenta centavos).

DATA VIGÊNCIA: 07/12/2016

DATA VENCIMENTO: 31.12.2016

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso I da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 07 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2016

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 56/2015 - Número do Aditivo: 1 (Aumento de valor).

Data vigência: 05.12.2016

Data vencimento: 31.12.2016

Número da Licitação: 56/2015 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: POSTO ZIMMERMANN LTDA.- CNPJ do contratado: 83.110.726/0001-04

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de combustíveis e lubrificantes.

Valor acrescido: R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais).

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2016

Aos sete dias do mês de dezembro de 2016, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 59/2016, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 07/12/2016. RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 59/2016.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

TECTONER – RECARGA DE TONER LTDA EPP (01.027.088/0001-06)

Item:	Descrição	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	Cartucho de toner amarelo ORIGINAL LaserJet - O rendimento médio contínuo do cartucho composto ciano/amarelo/magenta é de 2600 páginas padrão. O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798. Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M476) Rendimento mínimo: 2.600 páginas	08	R\$ 645,00	R\$ 5.160,00

3	Cartucho de toner magenta ORIGINAL LaserJet - O rendimento médio contínuo do cartucho composto ciano/amarelo/magenta é de 2600 páginas padrão. O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798. Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M476) Rendimento mínimo: 2.600 páginas	08	R\$ 647,00	R\$ 5.176,00
5	Cartucho de toner amarelo ORIGINAL LaserJet - O rendimento médio contínuo do cartucho composto ciano/amarelo/magenta é de 2600 páginas padrão. O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798. Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M475) Rendimento mínimo: 2.600 páginas	08	R\$ 680,00	R\$ 5.440,00
7	Cartucho de toner magenta ORIGINAL LaserJet - O rendimento médio contínuo do cartucho composto ciano/amarelo/magenta é de 2600 páginas padrão. O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798. Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M475) Rendimento mínimo: 2.600 páginas	08	R\$ 679,00	R\$ 5.432,00
10	Cartucho de toner preto ORIGINAL LaserJet (~ 6.000 páginas) Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 MFP Rendimento mínimo: 6.000 páginas O cartucho rende em média 6900 páginas padrão. Rendimento declarado com base em ISO/IEC 19752 e na impressão contínua	12	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 34.408,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e oito reais)

WP DO BRASIL LTDA EPP (04.483.808/0001-28)

Item:	Descrição	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	Cartucho de toner ciano ORIGINAL LaserJet - O rendimento médio contínuo do cartucho composto ciano/amarelo/magenta é de 2600 páginas padrão. O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798. Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M476) Rendimento mínimo: 2.600 páginas	08	R\$ 647,00	R\$ 5.176,00
4	Cartucho de toner preto ORIGINAL LaserJet Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M476). O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798 Rendimento mínimo: 2.200 páginas	08	R\$ 579,00	R\$ 4.632,00
6	Cartucho de toner ciano ORIGINAL LaserJet - O rendimento médio contínuo do cartucho composto ciano/amarelo/magenta é de 2600 páginas padrão. O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798. Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M475) Rendimento mínimo: 2.600 páginas	08	R\$ 680,00	R\$ 5.440,00
8	Cartucho de toner preto ORIGINAL LaserJet Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 Color MFP(M475). O valor de rendimento declarado está em conformidade com a norma ISO/IEC 19798 Rendimento mínimo: 2.200 páginas	08	R\$ 570,00	R\$ 4.560,00
11	Cartucho de Tinta Preta ORIGINAL para Impressora Jato de Tinta Compatível com equipamentos HP Deskjet 1000 Conteúdo mínimo: 8 ml de tinta	06	R\$ 100,00	R\$ 600,00
12	Cartucho de Tinta Colorida (Tricolor) ORIGINAL para Impressora Jato de Tinta Compatível com equipamentos HP Deskjet 1000 Conteúdo mínimo: 6 ml de tinta	06	R\$ 105,00	R\$ 630,00
14	Cartucho de toner preto ORIGINAL LaserJet Compatível com equipamentos Samsung ML 2165 Rendimento mínimo: 1600 páginas, conforme ISO/IEC 19752	10	R\$ 375,00	R\$ 3.750,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 24.788,00 (vinte e quatro mil setecentos e oitenta e oito reais)

COLOR BLACK TINTAS E TONERS ME (09.018.430/0001-05)

Item:	Descrição	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
9	Cartucho de toner preto REMANUFATURADO LaserJet (~ 5.000 páginas) Compatível com equipamentos HP Laserjet Pro 400 MFP Rendimento mínimo: 5.000 páginas	40	R\$ 185,00	R\$ 7.400,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)

ONLINE HOJE INFORMATICA LTDA ME (08.953.537/0001-88)

Item:	Descrição	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
13	Cartucho de toner preto ORIGINAL LaserJet Compatível com equipamentos HP Laserjet P1102W / M1212 / M1210 / M1213 Rendimento mínimo: 1600 páginas, conforme ISO/IEC 19752	10	R\$ 420,00	R\$ 4.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 70.796,00 (setenta mil setecentos e noventa e seis reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: 4.1 Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Rua: João Viera, nº 189 - Bairro: Santa Teresinha - Gaspar - SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 07 de dezembro de 2016.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS– Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

RICARDO MELTAO - Equipe de Apoio

Grão Pará

PREFEITURA

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 008/2016

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 008/2016

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0161	Aplicações Diretas	R\$	11.805,27
3.3.90.00.00.00.00.00.0161	Aplicações Diretas	R\$	853,63

Justificativa: Ingresso de receitas que permitem a realização de novos empenhos.

Grão-Pará, 06 de dezembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 17/SMS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor CLÍNICA MÉDICA IBIRAPUERA S/S LTDA referente ao empenho nº. 1656/2016, datado de 21/10/2016, no valor de R\$ 4.700,00. Este pagamento se refere à sessão de Laserterapia para a paciente K. I. F. para cumprimento da Ação Judicial nº. 0900024-23.2016.8.24.0026.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para viabilizar o tratamento determinado judicialmente, pois a clínica somente realiza as sessões mediante pagamento imediato, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 06 de dezembro de 2016.

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER
Secretária Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 18/SMS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor CLÍNICA MÉDICA IBIRAPUERA S/S LTDA referente ao empenho nº. 1657/2016, datado de 21/10/2016, no valor de R\$ 6.700,00. Este pagamento se refere à sessão de Laserterapia para a paciente M. J. J. C. para cumprimento da Ação Judicial nº. 0900457-61.2015.8.24.0026.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para viabilizar o tratamento determinado judicialmente, pois a clínica somente realiza as sessões mediante pagamento imediato, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 06 de dezembro de 2016.

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº. 607/2016

PORTARIA Nº. 607/2016

Retorna de licença saúde Adriana Aparecida da Silva Rudiger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Adriana Aparecida da Silva Rudiger, na função de Merendeira, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 07 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 608/2016

PORTARIA Nº. 608/2016

Concede licença maternidade para Francieli Cristina da Fonseca dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Francieli Cristina da Fonseca dos Santos, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 04 de dezembro de 2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 609/2016

PORTARIA Nº. 609/2016

Exonera Elisangela Campos de Macedo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Elisangela Campos de Macedo, da função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 02 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 610/2016

PORTARIA Nº. 610/2016

Exonera Seleny Vargas Wagner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Seleny Vargas Wagner, da função de Professora
III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a par-
tir de 02 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 49/2016 - Pregão Presencial Nº. 35/2016.

Objeto: Contratação de serviços de máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município de Guarujá do Sul através da Secretaria Municipal de Agricultura.

Propostas e Habilitação: 21/12/2016 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 07 de dezembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 033/2016

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
LAR SAGRADA FAMÍLIA EIRELI - ME

OBJETO: Contratação de Instituição especializada em serviço de acolhimento de longa permanência em regime integral de idosos.

VALOR: R\$ 7.714,60 (sete mil, setecentos e catorze reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3126/2015 de 07/12/2015.

Herval d'Oeste, em 07 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Jane Adriana dos Santos
Prefeito Municipal	Administradora

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2972/2016

DECRETO Nº. 2972, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei nº. 581/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.468,46 (nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0201 – Gabinete do prefeito e Vice-Prefeito
Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 401 – Gestão Administrativa Superior

Projeto/Atividade: 2016 Manut. Das Ativ. Do Gabinete do Prefeito e Vice

Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 01000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.468,46

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 9.468,46 (nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0201 – Gabinete do prefeito e Vice-Prefeito
Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 401 – Gestão Administrativa Superior

Projeto/Atividade: 2016 Manut. Das Ativ. Do Gabinete do Prefeito e Vice

Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 01000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.468,46

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

DECRETO Nº 2973/2016

DECRETO Nº. 2973, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO E DO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 44.238,25 (quarenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Mat. Das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1119- Recursos Vinculados

Valor: R\$ 44.238,25

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação do repasse do Fundeb.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

DECRETO Nº 2974/2016

DECRETO Nº 2.974, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
HOMOLOGA 1ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 1ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório dos servidores: Luis Fernando Tragancin Rinaldi e Edu Henrique de Azevedo, admitidos por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2016, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 258, de 25 de novembro de 2016, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional dos servidores a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 020/2016**

DECRETO LEGISLATIVO N.º 020/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE IBIAM AO SENHOR RENATO SIMONETO

IRINEU SALVADORI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o REGIMENTO INTERNO e a Lei Orgânica Municipal, PROMULGA o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Artigo 1º - Fica concedido o título de cidadão honorário do Município de Ibiã ao Senhor Renato Simoneto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade ibianense.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2016.

IRINEU SALVADORI

PRESIDENTE DA CÂMARA

Registrado e publicado o presente decreto legislativo nesta secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis.

ELISA MARIA GHENO TREVISOL

Secretária Executiva

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 083-2016 PRG 031 - 2016 PMI - REGISTRO DE PREÇO - MAN. ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MERCOLUX

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 083/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Pregão Presencial: 031/2016

Objeto: Constitui objeto da presente ata, Contratação de empresa(s) pelo sistema de REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS ANEXOS.

Fornecedor: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA.

Lote	Item	Classificação	Descrição	mês	Fornecedor
1	1	1	MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	13.000,00	MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Valor Total: R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais)

Assinatura: 22/11/2016

Vigência: até 22/11/2017

Daniel C. Bosi

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

PORTARIA GP Nº 807/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA GP Nº 807/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 406/2016, da funcionária GRAÇA TERESINHA DA LUZ DA SILVA, como responsável pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT

Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 808/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 808/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:

GRAÇA TERESINHA DA LUZ DA SILVA do cargo de Coordenador de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT

Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 809/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 809/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE

SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:

MANUELA BERNARDO DA SILVA do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT

Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 810/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 810/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Tributos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:

ROBSON DA SILVA FERNANDES do cargo de Coordenador de Tributos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 811/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 811/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Comunicação Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:

SERGIO LUIZ ALBINO JUNIOR do cargo de Coordenador de

Comunicação Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 812/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 812/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Professor Matemática

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR:

NADIA ROMAGNA DA ROSA com CPF 082.453.789-09 para exercer o cargo de Professor Matemática, com carga horária de 10 horas semanais, com regência de classe para o E.E.F.M. Vereador Osvaldo de Souza Siqueira, conforme a Comunicação Interna nº 252/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 813/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 813/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Professor Ciências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR:

PATRICIA CRESCENCIO com CPF 051.221.569-30 para exercer o cargo de Professor Ciências, com carga horária de 20 horas semanais, com regência de classe para o E.E.F.M. Prof. Larice Cavalcante Caldas, conforme a Comunicação Interna nº 252/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 814/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 814/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Professor História

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR:

RAMONA DOS PASSOS DA SILVA com CPF 049.791.459-06 para exercer o cargo de Professor História, com carga horária de 30 horas semanais, com regência de classe para o E.E.F.M. Prefeito Portinho Bittencourt, conforme a Comunicação Interna nº 252/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 815/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 815/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR:

SUZIANE POLUCENO VIANA com CPF 987.936.409-00 para exercer o cargo de Professor Artes, com carga horária de 10 horas semanais, com regência de classe para o E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira, conforme a Comunicação Interna nº 252/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 816/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA GP Nº 816/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 687/2016, da funcionária JULIANO IZIDORO VELHO, como responsável pela Coordenação Municipal de Defesa Civil.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 817/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA GP Nº 817/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Nomeação para o Cargo de Coordenador de Defesa Civil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
JULIANO IZIDORO VELHO com CPF: 915.826.609-72 para exercer o cargo de Coordenador de Defesa Civil, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 818/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 818/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de responsável pela Secretaria Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

MARIO JOSÉ CARDOSO com CPF 863.873.759-91, para exercer a função de responsável pela Secretaria de Promoção Social.

Imaruí, 01 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 819/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA GP Nº 819/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

Nomeação para o Cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
VANIO JOSÉ MARTINS com CPF 471.088.279-72 para exercer o cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 820/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 820/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de responsável pela Coordenação de Patrimônio

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

VANIO JOSÉ MARTINS com CPF 471.088.279-72, para exercer a função de responsável pela Coordenação de Patrimônio.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 821/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 821/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:
GABRIEL ANDERSON SANTOS DA SILVA com CPF 063.678.909-80 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na

Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 822/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 822/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

VIVIANE DE CARVALHO SELVINO com CPF 067.690.069-01 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 823/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 823/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

RITA DE CASSIA MARTINS com CPF 047.603.884-78 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 824/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 824/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

MURILO FORTUNATO TOMÉ com CPF 097.120.619-81 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 825/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 825/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

FRANCIELLY DE SOUSA com CPF 101.205.239-73 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 826/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 826/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

POLIANA LAURINDO ROSA com CPF 057.193.129-43 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/12/2016

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT

Coordenadora de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 199, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 199, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o retorno dos servidores municipais a suas funções e órgãos de origem e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 93, VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o processo de transição de mandato do governo municipal, estabelecido no Decreto PMI nº 167, de 31 de outubro de 2016, especialmente o disposto nos artigos 3º e 4º;

CONSIDERANDO, ainda, o pedido formulado no Item II do requerimento elaborado pela Coordenação da Comissão de Transição, no âmbito do Processo nº 25320/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o retorno dos servidores municipais às suas funções contratuais e aos órgãos de origem no âmbito da administração municipal.

Parágrafo único. Os servidores que, por qualquer motivo, estejam exercendo suas funções fora do órgão de origem deverão se apresentar ao dirigente máximo do órgão municipal de origem no dia 29 de dezembro de 2016 ou, no primeiro dia útil subsequente, no caso de estar afastado do serviço público por qualquer motivo previsto em lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina-DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe do Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 200, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 200, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Limpeza Pública		
15.452.0007-2.016		

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0084)	Aplicações Diretas	440.000,00
Total		440.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, apurados no exercício 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 201, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 201, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Assistência Farmacêutica		
10.303.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0377 (0037)	Aplicações Diretas	33.000,00
Total		33.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso da Farmácia Básica/Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Administrativos

EDITAL SEAGP Nº 122/2016

EDITAL SEAGP Nº 122/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Dezembro a 11 de Janeiro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

EDITAL SEAGP Nº 122/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal do Meio Ambiente
Peris Santos Teixeira

LEI Nº 4.769, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.769, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a Remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidentes de Fundações e Vereadores do Município de Imbituba.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Presidentes de Fundações Municipais, serão fixados, na forma do art. 29, V, da Constituição Federal, nos seguintes valores.

I - Do Prefeito Municipal R\$ 11.300,00
(onze mil e trezentos reais);

II - Do Vice – Prefeito R\$ 5.650,00
(cinco mil, seiscentos e cinquenta reais);

III - Dos Secretários e Presidentes de Fundação .. R\$ 5.200,00
(cinco mil e duzentos reais).

Art. 2º Os subsídios dos Vereadores ficam fixados em R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

§ 1º Fica concedido décimo terceiro subsídio, no valor do subsídio mensal fixado no “caput” e no parágrafo segundo deste artigo, aos Vereadores da Câmara Municipal de Imbituba, Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, bem como aos Secretários Municipais e Presidentes das Fundações, a ser pago em uma única parcela no mês de dezembro, ou em duas parcelas de 50% (cinquenta por cento) cada, nos meses de Junho e Dezembro do ano vigente.

§ 2º Fica o subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores fixado em R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

§ 3º Conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, o subsídio dos vereadores será reajustado no mesmo índice e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, devendo ser observado o índice oficial de inflação.

§ 4º Fica estabelecido ainda que os salários dos Vereadores não poderão exceder aos limites constitucionais, previstos no art. 29, VI, b, da Constituição Federal e demais dispositivos referentes à matéria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.770, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.770, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) 2016, para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Rádio Patrulha		
06.181.0007-2.047		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0011)	Aplicações Diretas	30.000,00
Total		30.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Gestão Compartilhada		
06.181.0007-2.124		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0012)	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0013)	Aplicações Diretas	15.000,00
Subtotal		30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/GGP Nº 663/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 663, de 06 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 08 de setembro de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 522/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Jéssica Américo de Medeiros	Professora I - 20h	094.094.769-25	05/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 06 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 664/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 664, de 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 113/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rita de Cássia Ferreira Rucinski	Professora II - 20h	578.796.139-00	15/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 665/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 665, de 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Farmacêutica - NASF, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Heloísa Helena Sell	Farmacêutica NASF	067.114.529-09	07/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 060/2016**

Ato da Presidência nº 060/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 43ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2016 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
091	PLC nº 390/2016	21/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera dispositivo na Lei Complementar nº 3.968, de 14 de outubro de 2011, que institui o regime urbanístico municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
101	Substitutivo ao PLC nº 391/2016	07/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
093	PL nº 4.876/2016	21/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Concessão Administrativa de Uso Especial de Bem Público e, dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
098	PLC nº 392/2016	24/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
100	PL 4.884/2016	05/12/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo referente ao Convênio 001/2016 entre a Colônia de Pescadores Z13 e o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.881/2016	28/11/2016	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Dispõe sobre normas gerais para a instalação de infraestruturas de suporte de antenas de telecomunicação em áreas públicas e privadas, no município de Imbituba/SC, nos termos da Lei Federal nº 11.934/2009 e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 07 de dezembro de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

DECISÃO DE RECURSO - CARTA-CONVITE Nº5/2016
DECISÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO EM PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO Nº15/2016
CARTA-CONVITE Nº5/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROCESSAMENTO DO ESFINGE – TRIBUNAL DE CONTAS-SC

Vistos,

Decido por julgar improvido o Recurso interposto pela empresa Digital Tecnologia Serviços Eireli-ME, pelos mesmos fundamentos expostos no Parecer Jurídico exarado nos autos.

P.R.I

Imbituba/SC, 06 de dezembro de 2016.
Guilherme Santos Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

EDITAL DE ABERTURA DE ENVELOPES - CARTA-CONVITE Nº5/2016

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA COMERCIAL E JULGAMENTO.

CARTA CONVITE Nº5/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº15/2016
OBJETO DA LICITAÇÃO: O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa do ramo especializado para prestação de serviços de processamento de dados bimestrais para o E-SFINGE-SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO E RESPECTIVO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do Anexo I do Edital.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente, INTIMAR as empresas licitantes, que a Sessão Pública de Abertura de Envelopes de Proposta Comercial e Julgamento do Certame ocorrerá no próximo dia 15/12/2016, às 15:00hs, no Plenário da Câmara Municipal de Imbituba, localizada na Rua Ernani Cotrin, nº555, em Imbituba/SC.

Imbituba/SC, 07 de dezembro de 2016.
Emerson Pacheco Custodio
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA CMI Nº 101/2016

PORTARIA CMI Nº 101/2016

“Concede Férias ao Servidor Thiago Miguel”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, ao Senhor Thiago Miguel, Assessor Parlamentar Especial nomeado pela Portaria CMI nº 020/2013, com alteração dada pela Portaria CMI nº 051/2013, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 07/02/2015 a 06/02/2016, a serem usufruídas entre os dias 12/12/2016 e

10/01/2017, com retorno ao trabalho no dia 11/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.
Guilherme Santos Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 07/12/2016.

PORTARIA CMI Nº 102/2016

PORTARIA CMI Nº 102/2016

“Concede Férias à Servidora Cláudia Silva Limas Freitas”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Cláudia Silva Limas Freitas, Assessora Parlamentar nomeada pela Portaria CMI nº 044/2013, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016, a serem usufruídas entre os dias 15/12/2016 e 13/01/2017, com retorno ao trabalho no dia 16/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 07 de dezembro de 2016.
Guilherme Santos Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 07/12/2016.

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 202/2015

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 202/2015

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo de contrato para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 84.231.281/0001-83, situada na Rua Desembargador Alves Pedrosa nº 185, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa, neste ato representado por seu Presidente Sr. Edson Roberto Milbratz, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade Nº. RG 19804830, Nº. CPF 093.029.108/57, residente e domiciliado na Rua Tocantins 313, bairro dos estados, CEP 89130-000, Indaial – Santa Catarina, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONTRATADA, representados, neste ato, pelo seu Diretor Técnico, Dr. João José Heinzen, CREMESC nº. 3391, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06, GM/MS 1.034/2010 e GM/MS nº 3.410/2013, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo de Contrato, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1; décima, item 10.1, 10.2 e 10.3 e o ANEXO 1 - Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares, do contrato original, que tem com objeto integrar a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde no qual a CONTRATADA esta inserida e de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (ANEXO I) e as Metas Qualitativas (ANEXO II) e os previamente definidos entre as partes, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

3.1 – Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se responsabiliza por oferecer ao usuário os recursos necessários ao atendimento integral, conforme especificado a seguir:

I – Assistência médico-ambulatorial, compreendendo:

- a) - atendimento médico por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área, incluindo os de rotina, urgência ou emergência;
- b) - assistência social;
- c) - assistência farmacêutica, de enfermagem, de nutrição e outras, quando indicadas.

II – Assistência técnico-profissional e hospitalar, compreendendo:

- a) - Os serviços de auxílio diagnóstico e tratamento disponível necessários ao atendimento dos usuários do SUS, conforme constantes na FPO e FCES;
- b) - encargos profissionais e nosocômios necessários, incluindo os de plantonistas;
- c) - utilização de sala de cirurgia, material e serviços do centro cirúrgico e instalações correlatas;
- d) - medicamentos prescritos e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;
- e) - serviços de enfermagem;
- f) - serviços gerais;
- g) - fornecimento padronizado de roupa hospitalar;

h) - alimentação com observância das dietas prescritas;

i) - procedimentos especiais e outros necessários ao adequado atendimento do usuário;

III - Transferências Inter Hospitalar de pacientes, quando da impossibilidade de o atendimento ser realizado pelo SAMU;

Parágrafo Único – Em casos da não disponibilidade do SAMU para as transferências Inter-hospitalares, fato devidamente comprovado através de registro escrito por médico da CONTRATADA, os gastos com o transporte oneram a CONTRATANTE, devendo por intermédio da CONTRATADA o acionamento do serviço e a viabilização de todo aspecto legal aplicável. O pagamento será com recursos públicos feito a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 – A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, de acordo com o pactuado neste documento e no seu respectivo Plano Operativo.

10.2 – A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada e Integrada – PPI, a série histórica e as tabelas de procedimentos do SUS, tabela AMMVI e alguns procedimentos que receberão um valor adicional ao da tabela SUS, com encargos sobre o Município, definidos no plano operativo.

10.3 – O valor anual estimado para a execução do presente Contrato importa em R\$ 13.433.970,60 (treze milhões quatrocentos e trinta e três mil novecentos e setenta reais e sessenta centavos) conforme abaixo especificado:

Resumo de Programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pós-Fixado (FAEC)	98.071,70	1.176.860,40
Pós-Fixado (Transporte de Pacientes + Incentivo Municipal Eletivas)	16.000,00	192.000,00
Pré-Fixado (PPI)	268.806,65	3.225.679,80
Pré-Fixado (Plus + Custeio)	557.016,12	6.684.193,44
INTEGRASUS – Incentivo Federal	4.968,59	59623,08
Política de Incentivo Hospitalar Estadual	44.040,13	528.481,56
IAC / IGH	130.594,36	1.567.132,32
TOTAL	1.119.497,55	13.433.970,60

I – O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos Estratégicos – FAEC, já cadastrados, será repassado à CONTRATADA, a posterior (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira), de acordo com a produção mensal conforme aprovada pela CONTRATANTE, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similarmente, o limite estadual para a modalidade de Procedimentos Estratégicos e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$98.071,70 (noventa e oito mil e setenta e um reais e setenta centavos).

Detalhamento do FAEC	Mensal	Anual
Hospitalar	91.641,70	1.099.700,40
Ambulatorial	6.430,00	77.160,00
TOTAL	98.071,70	1.176.860,40

II – O componente pós-fixado de custeio de Transporte de Pacientes e Incentivo Municipal de Cirurgias Eletivas será repassado à CONTRATADA de acordo, respectivamente, com a apresentação e produção mensal conforme aprovada pela CONTRATANTE conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Detalhamento do Custeio (Transporte + Incentivo Eletivas)	Mensal	Anual
Transporte Inter-hospitalar de Pacientes	2.500,00	30.000,00
Incentivo Municipal Cirurgias Eletivas	13.500,00	162.000,00
TOTAL	16.000,00	152.000,00

III – A parcela pré-fixada importa em R\$12.065.110,25 (doze milhões e sessenta e cinco mil cento e dez reais e vinte centavos), a ser transferida ao hospital mensalmente no valor de R\$1.005.425,85 (um milhão e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme discriminado abaixo, e, oneram recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Detalhamento do Pré-fixado	Recurso Federal Mensal	Recurso Municipal Mensal	Total Mensal	Total Anual
Média Complexidade Ambulatorial	48.606,00	325.548,00	374.154,00	4.489.848,05

Médica Complexidade Hospitalar	220.200,65	-	220.200,65	2.642.407,80
Manter serviços de sobreaviso em especialidades, apoio e diagnose e plantonista clínico geral	-	231.468,12	231.468,12	2.777.617,44
IAPI – Incentivo ao Atendimento ambulatorial e hospitalar à População Indígena – se tiver	-	-	-	-
FIDEPS – se tiver	-	-	-	-
Sub-total	268.806,65	557.016,12	825.822,77	9.909.873,29
INTEGRASUS – INCENTIVO FEDERAL (pagamento direto)	4.968,59	-	4.968,59	59.623,08
IGH – Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar: Portaria nº 142 MS de 27 de Janeiro de 2014	130.594,36	-	130.594,36	1.567.132,32
Política Estadual de Incentivo Hospitalar – Portaria/SES nº 543/2008	44.040,13	-	44.040,13	528.481,56
Total	448.409,73	557.016,12	1.005.425,85	12.065.110,25

Parágrafo primeiro - Os itens Média Complexidade Ambulatorial, Média Complexidade Hospitalar e Serviços de Sobreaviso em Especialidades, Apoio e Diagnose da Parcela da parcela pré-fixada que oneram os recursos próprios da CONTRATANTE e que somam o valor mensal de R\$557.016,12 (quinhentos e cinquenta e sete mil e dezesseis reais e doze centavos) será paga em parcelas quinzenais e para os recursos de origem da PPI no valor de R\$268.806,65 (duzentos e sessenta e oito mil oitocentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), sendo que a avaliação será após processamento no SIH/SIA e eventuais diferenças acertadas em pagamento posterior vinculadas ao Plano Operativo e respeitará os seguinte percentuais:

40% (quarenta por cento) condicionadas ao cumprimento das metas quantitativas condicionadas ao cumprimento da tabela abaixo

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho (40%)
Até 50%	50%
51 – 75%	75%
76 – 90%	90%
91 - 100%	100%

60% (sessenta por cento) condicionadas ao cumprimento das metas quantitativas condicionadas ao cumprimento da tabela abaixo

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho (60%)
66 a 70%	70%
71 a 75%	75%
76 a 80%	80%
81 a 85%	85%
86 a 90%	90%
91 a 94%	95%
95 a 100%	100%

Parágrafo segundo – Os recursos financeiros relativos ao INTEGRASUS, bem como, ao Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) instituído pela Portaria 142 de 27 de janeiro de 2014 em substituição ao Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) e a Portaria nº 3.410 de 30 de dezembro de 2013, serão incorporados a parcela pré-fixada, mediante aprovação e publicação do Ministério da Saúde, onde serão repassados em parcelas mensais de 1/12 (uns doze avos).

Parágrafo Terceiro – Vinte por cento (20%) do valor pré-fixado (média complexidade hospitalar), conforme inciso II do caput desta Cláusula, que remontam a R\$44.040,13 (quarenta e quatro mil e quarenta reais e treze centavos) por mês serão repassados mensalmente através do Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina;

IV – Considera-se plenamente satisfatório o cumprimento das metas físico-financeiras relacionados ao componente fixo da orçamentação global, que apresente uma variação em torno de 5% (cinco por cento) para menos, ou seja, cumprimento de 95% a 100% das metas de produção, quando serão repassados 100% dos recursos orçamentários relacionados ao componente fixo;

V – O cumprimento das metas físico-financeiras entre 66 e 94% corresponderá ao recebimento proporcional de recursos, conforme definido no quadro do caput deste parágrafo;

VI – O plano Operativo poderá ser reavaliado sempre que haja uma nova PPI Hospitalar/Ambulatorial Aprovada pelo Estado ou termo aditivo para inclusão de novos procedimentos ou novas metas quantitativas;

VII – Será desligado do Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) dos Hospitais Filantrópicos no SUS, caso não seja pactuado um novo Plano Operativo conforme acima previsto ou ainda se não cumprir, pelo menos 70% das metas pactuadas nos 03 (três) meses subsequentes à aprovação do novo Plano Operativo, voltando o pagamento do Hospital a ser executado por produção dos procedimentos

realizados para o SUS.

VIII – O cumprimento das metas quantitativas de atendimento, estabelecidas no Plano Operativo deverá ser um dos requisitos a ser considerado na avaliação qualitativa. A avaliação deverá ser global e não de procedimentos específicos.

IX - Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, mediante a celebração de Termo Aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, os mesmos serão provenientes da área denominada Teto da Média e Alta Complexidade e ou recursos próprios do Município de Indaial.

X - A Secretaria Municipal de Saúde aumentará o teto financeiro deste Contrato na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS e/ou habilitar novo serviço com o respectivo aporte de recursos.

XI - Anualmente, quando da renovação do Plano Operativo, deverá ser feito à revisão das metas e dos valores financeiros alocados ao Contrato.

XII - A revisão mencionada no parágrafo anterior deverá ter prazo de implementação em no máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação do postulante.

XIII – É vedada a revisão nos primeiros 90 (noventa) dias de sua vigência, com exceção nos casos de alteração da PPI e habilitação de serviços novos.

XIV – Nos casos de auditoria, procedimentos autorizados realizados pela CONTRATADA sem a devida habilitação em alta complexidade, encontro de contas trimestral da produção excedente, procedimentos autorizados realizados não contemplados na Tabela de Procedimentos e Medicamentos OPM de Sistema Único de Saúde, após análise da CONTRATANTE serão ressarcidos os valores à CONTRATADA desde que não ultrapasse o valor estimado para execução do contrato.

XV – Para os valores pagos de forma unitária por procedimentos com recursos próprios do Município de Indaial serão ajustados anualmente pelo INPC.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original, vigendo a partir de 01 de novembro de 2016 até 31 de março de 2017

E, por estarem justos e contratados, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firma-se o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Indaial (SC), 01 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Contratante
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS Edson Roberto Milbratz Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

ANEXO I
PLANO OPERATIVO ANUAL DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS
E HOSPITALARES – 2016 / 2017

HOSPITAL: Hospital Beatriz Ramos
MUNICÍPIO: Indaial
CNES: 2521873
Nº DO CONTRATO: 202/2015

METAS QUANTITATIVAS

MÉDIA COMPLEXIDADE

Ambulatorial

Pronto Atendimento, Consultas e Exames:	Recurso Federal e Municipal	Somente Recurso Municipal					
	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário (PLUS)	Valor Total (PLUS)	Total	
02.02	DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	900	3,70	3.330,00	0,00	0,00	3.330,00
02.04	DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA	1.600	8,13	13.000,00	8,00	12.795,50	25.795,50
02.05.02	DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAMA DO DEMAIS SISTEMAS	485	27,00	13.095,00	24,20	11.737,00	24.832,00
02.05.01	DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOG. DO S. CIRCULATÓRIO	15	39,60	594,00	60,00	900,00	1.494,00
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL	150	45,00	6.750,00	0,00	0,00	6.750,00
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA	130	5,15	669,50	10,00	1.300,00	1.969,50
02.11.07.014-9	EMISSIONES OTOACÚSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA	100	13,51	1.351,00	0,00	0,00	1.351,00
02.11.04.006-1	TOCOCARDIOGRAFIA ANTE-PARTO	30	1,69	50,70	0,00	0,00	50,70
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	1.200	10,00	12.000,00	40,00	48.000,00	60.000,00
03.01.06.009-6	ATENDIMENTO MÉDICO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	3.000	11,00	33.000,00	25,00	75.000,00	108.000,00
03.01.06.002-9	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA C/ OBSERVAÇÃO ATÉ 24 HORAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	350	12,47	4.364,50	30,00	10.500,00	14.864,50
03.11.10.001-2	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA.	1.800	0,63	1.134,00	16,50	29.700,00	30.834,00
03.01.06.010-0	ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	50	13,00	650,00	40,00	2.000,00	2.650,00
03.01.01.004-8	CONSULTA PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	2.700	6,30	17.010,00	23,50	63.450,00	80.460,00
04.01.01.001-5	CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO	150	32,40	4.860,00	22,00	3.300,00	8.160,00

04.01.01.005-8	EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA	80	23,16	1.852,80	22,00	1.760,00	3.612,80	
Totais					113.711,50		260.442,50	374.154,00

Hospitalar

Internações por Clínica	Meta Mês	Recurso Federal	Nº de Leitos SUS	Média Permanência
Clínica médica			25	-
Clínica cirúrgica			10	-
Obstetrícia			16	-
Pediatria			17	-
Totais	230	220.200,65	68	-

TOTAL MÉDIA COMPLEXIDADE HOSPITALAR	220.200,65
TOTAL GERAL DA MÉDIA COMPLEXIDADE	594.354,65

Custeio de Especialidade, Apoio Diagnóstico e Transporte de Pacientes:

Manter Serviços de Sobreaviso e Plantão em Especialidades Médicas e Apoio Diagnóstico	Recurso Federal	Recurso Municipal	Total
Sobreaviso Ginecologia e Obstetrícia 18 h até 08h (14h / dia) + Plantão de Obstetrícia 8 h até 18 h (10 h / dia)	-	45.052,18	45.052,18
Cirurgia Geral 24 h / dia	-	20.052,18	20.052,18
Ortopedia 24 h / dia	-	20.052,18	20.052,18
Pediatria 24 h / dia	-	20.052,18	20.052,18
Anestesiologia 24 h / dia	-	26.155,04	26.155,04
Clínica Médica 24 h / dia	-	20.052,18	20.052,18
Patologia Clínica (Laboratorial) 24 h / dia	-	20.052,18	20.052,18
Raio-X e Ultrassom (Centro de Imagem) e outros exames externos.	-	60.000,00	60.000,00
Total	0,00	231.468,12	231.468,12

	Recurso Federal	Recurso Municipal	Total
Transporte Inter-hospitalar de pacientes	-	2.500,00	2.500,00

TOTAL DE CUSTEIOS	233.968,12
-------------------	------------

FAEC

Ambulatorial

Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04.05.03/05 Vitrectomia e Facetomia	10	6.430,00
Totais	10	6.430,00

Hospitalar

Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04 Cirurgias Eletivas	90	90.000,00
04.14.02.041-3 Atendimento Odontológico para Paciente com Necessidade Especial	5	1.641,70
Totais	95	51.641,70

TOTAL FAEC			98.071,70
Incentivo Municipal por Cirurgia Eletiva Realizada	90	150	13.500,00
TOTAL FAEC + INCENTIVO MUNICIPAL			111.571,70

As referências deverão ser atendidas conforme PPI - Programação Pactuada Integrada da Assistência, no entanto os casos de urgência e emergência serão atendidos independente da procedência dos pacientes.

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 166/2016- DECRETA ESTABILIDADE

DECRETO Nº 0166/2016, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005), e

Considerando o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

Considerando as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio da servidora bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada a estabilidade no serviço público municipal da Servidora ADRIANA SALETE ZORZI, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Ipuacú - SC, em 04 de novembro de 2016.
JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-Mat. nº. 704

DECRETO Nº. 165/2016- DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 165/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, principalmente as contidas na Lei Municipal nº 814, de 10 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar pelo superávit financeiro do Exercício de 2015, nas fontes 03.1389.000000 no valor de R\$ 9.099,57 (Nove mil, noventa e nove reais, cinquenta sete

centavos), e anulação parcial de dotação no valor de R\$ 92.900,00 (Noventa e dois mil e novecentos reais), para suplementação no Orçamento de 2016 do Município de Ipuacú, nas seguintes programações de despesas:

10.01- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.0000 R\$ 42.900,00

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.1389 R\$ 9.099,57
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.0200 R\$ 50.000,00

TotalR\$ 101.999,57

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica reduzido o superávit financeiro do Exercício de 2015 nas fontes 03.1389.000000 no valor de R\$ 9.099,57 (Nove mil, noventa e nove reais, cinquenta sete centavos), E anulada parcialmente as dotações e programações de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, do Município de Ipuacú, totalizando R\$ 92.900,00 (Noventa e dois mil e novecentos reais), a saber:

10.01- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais
3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.0000 R\$ 22.900,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.0000 R\$ 20.000,00

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.0200 R\$ 40.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.0200 R\$ 10.000,00

TotalR\$ 101.999,57

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Ipuacú - SC, em 17 de Novembro de 2016.
JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 167/2016- DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 167/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, principalmente as contidas na Lei Municipal nº 838/2016, de 28 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 335.000,00 (Trezentos e trinta e cinco mil reais), no orçamento de 2016 do Município de Ipuauçu, nas seguintes programações de despesas

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0402.2.020 – Manutenção das Atividades Administrativas e da Fazenda

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00
R\$ 80.000,00

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.01
R\$ 95.000,00

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00
R\$ 30.000,00

07.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

20.606.2001.2.045 – Manut.das Atividades da Agricultura e Desenvolvimento Rural

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00
R\$ 100.000,00

10.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais

4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00
R\$ 30.000,00

Total
. R\$ 335.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente as dotações e programação de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, do Município de Ipuauçu, totalizando R\$ 335.000,00 (Trezentos e trinta e cinco mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.1201.2.040 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.01
R\$ 120.000,00

08.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

08.244.0801.2.024 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00
R\$ 172.000,00

13.01 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

22.661.2201.2.053 – Manutenção da Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00
R\$ 43.000,00

Total
... R\$ 335.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Ipuauçu - SC, em 28 de Novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 169/2016- EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO

DECRETO Nº 0169/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos Incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor MAURO BEVILAQUA, EXONERADO do respectivo cargo em Comissão de DIRETOR DE CULTURA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu - SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº. 170/2016- PROMOVE A RESCISÃO ANTECIPADA POR INTERESSE PÚBLICO DE CONTRATOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

DECRETO 0170, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

PROMOVE A RESCISÃO ANTECIPADA POR INTERESSE PÚBLICO DE CONTRATOS DE SERVIDORES (AS) PÚBLICOS (AS) MUNICIPAIS ADMITIDOS EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam encerrados os contratos dos (as) Servidores (as) abaixo relacionados admitidos em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Eder Coito	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016
Elizeu de Oliveira Paliano	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016
Francieli de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016
Janete Mendes dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016
Joel de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016
Keli Mendes dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016
Selair dos Anjos	Agente Comunitário de Saúde	30/11/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº. 171/2016- NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 0171/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos Incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão, constantes no Anexo I da Lei Complementar nº. 013 de 14 de junho de 2005 e Anexo I da Lei Complementar Municipal 041 de 01 de julho de 2013.

SERVIDOR	CARGO	DATA
Mauro Bevilacqua	Diretor de controle Patrimonial e de materiais	01/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-Mat. nº. 704

DECRETO Nº. 172/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

DECRETO 0172/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATOS DE SERVIDORES (AS) PÚBLICOS (AS) MUNICIPAIS ADMITIDOS EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam encerrados os contratos dos (as) Servidores (as) abaixo relacionados admitidos em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Alair Guisso	Professor II-20h	02/12/2016
Andreia Francisco	Professor sem titulação-20h	02/12/2016
Charles Marcos Luis	Professor II-20h	02/12/2016
Cleverton Mendes	Professor sem titulação-20h	02/12/2016
Edinete Mendes	Professor sem titulação-20h	02/12/2016
Eliane Gaspar Alipio	Professor sem titulação-20h	02/12/2016
Joice Paliano	Professor sem titulação-20h	02/12/2016
Marcela Palhano	Agente de copa e limpeza	02/12/2016
Moacir Feliciano	Professor II-20h	02/12/2016
Paulo Cesar Koito	Professor sem titulação-20h	02/12/2016
Gilmar Mendes dos Santos	Professo II-20h	02/12/2016
Simone Ribeiro Lemos	Agente de Copa e Limpeza-20h	02/12/2016
Vanusa Picoli	Agente de Copa e Limpeza-20h	02/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

LEI MUNICIPAL Nº. 0838/2016- DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI MUNICIPAL N.º 0838/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 335.000,00

(Trezentos trinta e cinco mil reais), no orçamento de 2016 do Município de Ipuacu, nas seguintes programações de despesas:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0402.2.020 – Manutenção das Atividades Administrativas e da Fazenda

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00 R\$ 80.000,00

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.01 R\$ 95.000,00

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00 R\$ 30.000,00

07.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

20.606.2001.2.045 – Manut.das Atividades da Agricultura e Desenvolvimento Rural

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00 R\$ 100.000,00

10.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais

4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00 R\$ 30.000,00

Total
R\$ 335.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente as dotações e programação de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, do Município de Ipuacu, totalizando R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.1201.2.040 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.01 R\$ 120.000,00

08.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

08.244.0801.2.024 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00 R\$ 172.000,00

13.01 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

22.661.2201.2.053 – Manutenção da Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas Fonte 01.00 R\$ 43.000,00

Total
... R\$ 335.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC,
em 28 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Advogado-Mat. nº. 704

LEI COMPLEMENTAR Nº. 0058/2016- DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 91 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 11/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 0058/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dá nova redação ao artigo 94 da Lei Complementar Municipal n. 011/2005 e dá outras providências.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 94 da Lei Complementar Municipal n. 011, de 14 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94. O servidor que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança, terá o direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar".

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 94 da Lei Complementar Municipal n. 011, de 14 de junho de 2005.

Art. 3º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 17 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI

Prefeito Municipal

Esta Lei complementar foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Advogado - Mat. nº 704

LEI MUNICIPAL Nº. 0839/2016- DISPÕE SOBRE O ABONO PECUNIÁRIO MENSAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 597/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI MUNICIPAL N.º 0839/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o abono pecuniário mensal aos servidores públicos municipais instituído pela Lei Municipal n. 597/2010, e dá outras providências.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Farão jus ao abono pecuniário mensal previsto na Lei Municipal n. 597/2010, de 03 de maio de 2010, os servidores com vencimento base até R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais), cujo valor do abono passa a ser de R\$ 118,59 (cento e

dezoito reais e cinquenta e nove centavos) mensais.
 Parágrafo único. Os valores previstos no caput deste artigo serão corrigidos nos mesmos percentuais e igual periodicidade do reajuste de vencimentos concedidos aos servidores públicos municipais.
 Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu-SC,
 em 28 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
 Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
 Advogado-Mat. nº. 704

LEI MUNICIPAL Nº. 0840/2016- ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU PARA O EXERCÍCIO DE 2017

LEI MUNICIPAL N.º 0840/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Ipuauçu SC, para exercício de 2017, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 22.400.000,00 (Vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 15.945.596,80 (quinze milhões novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 5.054.403,20 (Cinco milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	20.999.984,00
1.1- Receita Tributária	1.028.111,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	87.563,00
1.4- Receita Agropecuária	2.420,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	12.100,00
17-Transferências Correntes	19.796.296,00
1.9- Outras Receitas Correntes	73.494,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	16,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	16,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00

TOTAL	21.000.000,00
-------	---------------

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	14.883.200,80
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	8.411.629,80
3.2- Juros e Encargos da Dívida	60.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	6.411.571,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.035.776,00
4.4- Investimentos	482.776,00
4.5- Inversões Financeiras	3.000,00
4.6- Amortização da Dívida	550.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00
9.9- Reserva de Contingência	26.620,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	5.054.403,20
- Fundo Municipal da Saúde	3.904.403,20
- Câmara Municipal de Vereadores	1.150.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	21.000.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2017 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.399.998,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	11.769,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	1.366.380,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	21.849,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	3.904.403,20
- Transferências financeiras da Prefeitura	3.904.403,20
TOTAL	5.304.403,20

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	5.193.296,20
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.995.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.198.296,20
4 - DESPESAS DE CAPITAL	111.107,00
4.4- Investimentos	111.107,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	5.304.403,20

II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.150.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.150.000,00
TOTAL	1.150.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	1.080.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	720.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	360.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00
4.4- Investimentos	70.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.150.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE IPUAÇU

I - Passivo Contingente	0,00
II - Intempéries	26.620,00
III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV - Obtenção de Resultado Primário	0,00
V - Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	26.620,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo. §2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor. Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos: I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a

tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC,
em 05 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-Mat. nº. 704

PORTARIA Nº. 126/2016- DETERMINA A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 0126/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

DETERMINA A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, principalmente as contidas na Lei Complementar nº 11, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº 14, de 14 de junho de 2005,

RESOLVE CONCEDER:

Art.1º Fica concedido aos servidores abaixo relacionados à promoção por interesse de qualificação prevista nos §§ 5º, 6º e 7º do artigo 14 da Lei Complementar nº 14, de 14 de junho de 2005, conforme carga horária de cursos realizados e respectivas referências abaixo:

NOME	CARGO	HORAS DE CURSO	Nº DE REFERÊNCIAS
Aldina Boiani Peruzzo	Professor II - 40 hs	80	2
Almiro Turossi	Motorista - 40 hs	40	1
Ana Maria Fuzinatto Giroto	Agente Comunitário de Saúde	80	2
Ana Paula Guaragni Casal	Professor II - 40 hs	80	2
Catarina Portele	Professor II - 20 hs	80	2
Cleonir Maria Tonello	Professor II - 20 hs	80	2

Daniel Cunico	Motorista – 40 hs	80	2
Douglas Turossi	Motorista 40 – 40 hs	40	1
Dilce Brandelero	Agente comunitária de saúde	80	2
Edivan Mezzalira	Motorista -40 hs	40	1
Eduardo Giachini	Técnico em Agropecuária – 40 hs	80	2
Eliane Magalli Turossi	Professor II – 10 hs	80	2
Ellessandra Ceron Basi	Professor II - 40 hs	80	2
Fatima Beatriz Serena Fagundes	Professor II – 40 hs	80	2
Francieli da Silva Carneiro	Adm. De Recursos Humanos	80	2
Franciele Dal Bosco	Fisioterapeuta – 40 hs	40	1
Gabriela Seraglio	Odontologa	80	2
Graciele Esposito	Professor II – 40 hs	80	2
Irene C. T. Navarezi	Professor II – 40	80	2
Ivania Sana de Andrade	Agente comunitário de saúde – 40 hs	80	2
Ivone Soccol	Orientador educacional – 40 hs	80	2
Ivone Maciel	Professor II - 40 hs	80	2
Jose Leonir da Silva	Técnico em enfermagem	80	2
Juliana Ferreira dos Santos Forest	Professor II – 40 hs	80	2
Ladair Colpo	Operador de maquinas rodoviárias	80	2
Lidiane Andressa Burin	Odontologa	80	2
Leiridiane Priscila Barbosa	Nutricionista -40 hs	80	2
Luciane Nadin Remor	Assistente social – 40 hs	80	2
Mari Lucia Rovani Zamberlan	Agente Administrativo	80	2
Maria Dozolina Fuzinato Bordgnon	Técnica em enfermagem	80	2
Marilda Salete Luzzi Bagatini	Professor II – 20 hs	80	2
Maristela Fuzinato	Professor II – 40 hs	80	2
Mauro Ivan de Oliveira	Motorista – 40 hs	80	2
Neila Tortelli Tosetto	Professor II – 40 hs	80	2
Nelicima Fatima Novello	Assistente Social	80	2
Neri Balastrelli	Auxiliar de mecânico	80	2
Olga Fátima Pazinato Vargas	Agente comunitário de saúde	80	2
Olivete Forest Macetti	Professor II – 20 HS	80	2
Paulo Cezar Navarezi	Técnico em agropecuária	80	2
Paulo Renato Dallmann	Médico veterinário – 40 hs	80	2
Rafaela Ferreira Giroto	Professor II – 40 hs	80	2
Renan Toaldo	Mecânico – 40 hs	40	1
Rosmari Zambiasi Saugo	Agente de copa e limpeza	80	2
Silvana Ines Giroto	Professor II – 20 hs	80	2
Terezinha Cuchi Marmentini	Agente comunitário de saúde – 40 hs	80	2
Vagner Piana	Professor II – 10 hs	80	2
Venilde Pavan Bazzi	Agente Comunitário de Saúde	80	2

Art. 2º. Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos que, a partir do mês de janeiro de 2017, efetue as respectivas promoções, mediante o enquadramento no Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores abrangidos por esta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Ipuacu-SC 17 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 127/2016- DETERMINA A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL DECORRENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 0127/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

DETERMINA A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL DECORRENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuagu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, principalmente as contidas na Lei Complementar nº 11, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº 14, de 14 de junho de 2005, e Decreto Municipal n. 114, de 09 de outubro de 2006.

Art.1º Fica concedido aos servidores abaixo relacionados à promoção funcional decorrente de Avaliação de Desempenho e Eficiência prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 14 da Lei Complementar nº 14, de 14 de junho de 2005, conforme notas obtidas na avaliação e respectivas referências abaixo:

Servidor	Cargo	Media	Referências
Adriana Zambiasi de Paula	Agente de copa e limpeza	8,74	01
Adenira Julio Ribeiro	Agente de copa e limpeza	7,11	01
Adriana Salete Zorzi	Agente comunitário de saúde	7,27	01
Airto Paulo Prezotto	Medico Veterinário	8,64	01
Alaerte Guisso	Motorista	7,28	01
Aldina Boiani Peruzzo	Professor II – 40 hs	8,85	01
Almiro Turossi	Motorista	7,00	01
Alexandra Mezzalira Xavier dos Santos	Agente comunitário de Saúde	8,79	01
Ana Maria Fuzinato Giroto	Agente comunitário de saúde	8,71	01
Ana Paula Casal	Professor II 40 hs	7,42	01
Andreia de Biasi	Agente de copa e limpeza	8,90	01
Anerio Mateus de Oliveira	Auxiliar de serviços gerais	8,50	01
Antonio Cardoso Costa	Operador de trator agrícola	8,90	01
Cleide Pogere Ceron	Contadora	8,92	01
Carlos Alberto Fuzinato	Fiscal de tributos	8,92	01
Catarina Portelle	Professor II -20 hs	7,42	01
Cesar de Paula	Operador de maquinas rodoviárias	7,50	01
Cleonir Maria Tonello	Professor II – 20 hs	8,92	01
Daniela Paula Dalzot Mezzalira	Agente administrativo	8,92	01
Daniel Cunico	Motorista	7,42	01
Derli Aparecida Borges Soares	Agente de copa e limpeza	7,42	01
Douglas Turossi	Motorista	7,42	01
Douglas Antonio Pelizzaro	Psicólogo	7,42	01
Dilce Brandelero	Agente comunitário de saúde	8,92	01
Eduardo Giachini	Tecnico em agropecuária	7,42	01
Edivan Mezzalira	Motorista	7,42	01
Elenice Muller	Telefonista	8,92	01
Eliane Magali Turossi	Professor II - 10 hs	7,42	01
Elesandra Ceron Basi	Professor II - 40 hs	7,42	01
Elzira Talaska Novello	Agente de copa e limpeza	8,92	01
Elizangela Selery	Auxiliar Administrativo	8,92	01
Emerson Gonçalves de Paula	Operador de máquinas rodoviárias	8,50	01
Emilia Calegari de Castro	Agente comunitário de saúde	8,00	01
Fatima Beatriz Serena Fagundes	Professor II - 40 hs	7,85	01
Francieli D. S. Carneiro	Administradora de RH	8,92	01
Franciele Dal Bosco	Fisioterapeuta	8,00	01
Graciele Mottin	Agente de copa e limpeza	8,50	01
Graciele Esposito	Professor II – 40 hs	7,42	01
Gabriela Seraglio	Odontologa	8,00	01
Gilberto Guerino Mocellin	Auxiliar de serviços gerais	7,42	01
Irene Catarina Toaldo Navarezi	Professor II – 40 hs	8,92	01
Ivana Sana de Andrade	Agente comunitario de saúde	8,50	01
Ivone Socol	Orientador educacional – 40 hs	8,92	01
Ivone Maciel	Professor II – 40 hs	7,42	01
Jair Bianchini	Técnico em agropecuária	8,50	01
Jandira Salete Znieski	Agente de copa e limpeza	8,50	01
Jaisson Ferreira	Auxiliar de informática	7,42	01
Jose Leonir da Silva	Tecnico em enfermagem	8,92	01

Joana Vitoria Toaldo	Agente comunitario de saúde	8,50	01
Jucele Anes de Oliveira	Auxiliar administrativo	8,92	01
Julcemar Comachio	Assessor Jurídico	8,50	01
Juliana Ferreira dos Santos Forest	Professor II – 40 hs	7,50	01
Ladair Colpo	Operador de maquinas rodoviárias	8,50	01
Laudicena Tonello Esposito	Agente de copa e limpeza	7,00	01
Leonir Paulo Mottin	Almoxarife	8,50	01
Leonir Tedesco	Auxiliar de serviços gerais	8,92	01
Leiridiane Priscila Barbosa	Nutricionista	7,42	01
Lidiane Andressa Burin	Odontologa	8,00	01
Louise Griss	Odontologo	8,50	01
Luciane Nadin Remor	Assistente social	7,00	01
Márcia Regina Tosatti Simon	Psicóloga	7,00	01
Marines Mendes Soares	Agente comunitário de saúde	8,00	01
Mari Lucia Zamberlan	Agente administrativo	8,92	01
Maria Dozolina Bordignon	Técnica em enfermagem	8,92	01
Maria Pitol	Agente comunitário de saúde	8,50	01
Marilda Salete Luzzi Bagatini	Professor II – 40 hs	9,00	01
Maristela Fátima Fuzinatto	Professor II – 40 hs	9,00	01
Mauro Ivan de Oliveira	Motorista	8,00	01
Misael Bruno de Oliveira	Auxiliar de biblioteca	7,42	01
Miguel Farias de Lima	Vigia	7,00	01
Neila Tortelli Tosetto	Professor II – 40 hs	9,00	01
Nelcima Fátima Novello	Assistente social	8,92	01
Néri Balastrelli	Auxiliar de mecânico	8,00	01
Neri Mezzalira	Operador de maquinas rodoviárias	7,00	01
Nilson Barbosa	Motorista	9,00	01
Olga Fátima Pazinato Vargas	Agente comunitário de saúde	9,00	01
Olivete Forest Macetti	Professor II – 20 hs	9,00	01
Paulo Cazar Navarezzi	Técnico em agropecuária	9,00	01
Paulo Renatto Dallmann	Medico veterinário	8,00	01
Rafaela Ferreira Giroto	Professor II – 40 hs	7,42	01
Renan Toaldo	Mecanico	7,42	01
Rosangela Bavaresco da Silva	Odontologo	8,92	01
Rosane Cristina Seminotti	Agente de copa e limpeza	7,42	01
Rosmari Zabiassi Saugo	Agente de copa e limpeza	8,92	01
Sandra Martarello Muller	Professor II – 40 hs	9,00	01
Sebastião Guisso	Motorista	9,00	01
Silvana Inês Giroto	Professor II – 10 hs – Inglês	9,00	01
Sidione Forti	Agente de copa e limpeza	9,00	01
Tatiani Serena Mottin	Fisioterapeuta	7,42	01
Terezinha Cuchi Marmentini	Agente comunitário de saúde	7,00	01
Uilson Luiz Cunico	Motorista	8,64	01
Vagner Piana	Professor II – 10 hs	7,42	01
Valdecir Giachini	Vigia	7,00	01
Vania de Oliveira Bosquetti	Agente de copa e limpeza	8,50	01
Vanessa de Fatima Nissel	Agente de copa e limpeza	7,00	01
Venilde Pavan Bazi	Agente Comunitário de Saúde	8,92	01
Vera Lucia Da Rosa	Agente comunitário de saúde	7,42	01
Voldiney Jose Zanella	Engenheiro agrônomo	7,71	01
Zelio Neres	Agente de copa e limpeza	7,50	01

Art. 2º. Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos que, a partir do mês de janeiro de 2017, efetue as respectivas promoções, mediante o enquadramento no Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores abrangidos por esta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Ipuacu-SC 17 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 128/2016- ENCERRA EFEITOS DAS PORTARIAS

PORTARIA Nº 0128/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ENCERRAR EFEITOS DAS PORTARIAS

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º. ENCERRAR, os efeitos das Portarias que concedem funções gratificadas aos servidores municipais, conforme segue:

NOME	FUNÇÃO	PORTARIA
Cesar de Paula	Assessoramento na elaboração de programas e projetos do governo	0022/2015
Cleide Poggere Ceron	Assessoramento na elaboração de programas e projetos do governo	0093/2015
Leonir Tedesco	Assessoramento na execução e avaliação de programas e projetos de governo	0159/2012
Andreia de Biazzi	Chefia de equipes de execução e avaliação de programas específicos.	0030/2014
Elzira Talaska Novello	Chefia de equipes de execução e avaliação de programas específicos.	0031/2015
Maria Dozolina F Bordignon	Chefia de equipes de execução e avaliação de programas específicos.	0111/2014
Sebastião Guisso	Chefia de equipes de execução e avaliação de programas específicos.	0080/2014

Emerson Gonsalves de Paula	Direção de controle patrimonial	0035/2016
Elenice Muller	Direção de departamentos e de equipes de trabalho	0032/2014
Jucele Anes de Oliveira	Direção de departamentos e de equipes de trabalho	0094/2015
Mari Lucia Rovani Zamberlan	Direção de departamentos e de equipes de trabalho	0034/2013
Antonio Cardoso Costa	Direção de Programas ou de Execução de Projetos do Governo	0081/2014

Daniela Paula Dal Zot Mezzalira	Direção de Programas ou de Execução de Projetos do Governo	0032/2013
Elizangela Selery	Direção de Programas ou de Execução de Projetos do Governo	0034/2016
Graciele Aparecida Mottin	Direção de Programas ou de Execução de Projetos do Governo	0035/2013
Olga Fatima Pazinato Vargas	Direção de Unidades de Saúde	0021/2015
Neri Mezzalira	Chefia de equipes em execução de trabalhos externos, especialmente em serviços específicos de infraestrutura rodoviária, urbana e agrícola	0021/2016
Paulo Cezar Navarezi	Chefia de equipes em execução de trabalhos externos, especialmente em serviços específicos de infraestrutura rodoviária, urbana e agrícola	0054/2016
Cleonir Maria Tonello	Gratificação de apoio pedagógico	0092/2013
Eliza Moranski	Gratificação de apoio pedagógico	0046/2014
Ivone Soccol	Gratificação de apoio pedagógico	0096/2013
Ivonete Terezinha Casal	Gratificação de apoio pedagógico	0046/2014
Lucimar Almeida Ribeiro Lemos	Gratificação de apoio pedagógico	0050/2014
Renata Silveira Chagas	Gratificação de apoio pedagógico	0144/2014
Franciele Rabaioli Piana	Gratificação de apoio pedagógico	0077/2016
Olivete Forest Macetti	Gratificação de apoio pedagógico	0047/2013
Fatima Antonieta Artuzzi Cunico	Gratificação de apoio pedagógico	

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu- SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 129/2016- CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA

PORTARIA Nº 0129/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE CONCEDER:

Art. 1º. FÉRIAS de 20 (vinte) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez) dias em Abono Pecuniário, conforme recibo de férias:

N O M E	C A R G O	REFERÊNCIA	G O Z O
Cleide Poggere Ceron	Contadora	03/01/2013 a 02/01/2014	01/12/2016 a 20/12/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 130/2016- REQUISITA A PERMANÊNCIA EM SERVIÇO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRARIA EM GOZO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 0130/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

REQUISITA A PERMANÊNCIA EM SERVIÇO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRARIA EM GOZO DE FÉRIAS.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

REQUISITAR:

Art.1º. A permanência em serviço da Servidora abaixo relacionada, que encontravam-se em gozo de férias, em vista da necessidade de continuidade de suas tarefas administrativas atinentes. Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias de 20 (vinte) dias em data posterior a ser determinada, conforme segue:

N O M E	C A R G O	REFERÊNCIA	G O Z O
Cleide Poggere Ceron	Contadora	03/01/2013 a 02/01/2014	01/12/2016 a 20/12/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 131/2016- CONCEDE FÉRIAS

PORTARIA Nº 0131/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuagu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE CONCEDER:

Art. 1o. FÉRIAS de 20 (vinte) dias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez) dias em Abono Pecuniário, conforme recibo de férias:

N O M E	C A R G O	REFERÊNCIA	G O Z O
Antonio Cardoso Costa	Operador de Trator Agrícola	15/09/2013 a 14/09/2014	01/12/2016 a 20/12/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuagu- SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 132/2016- REQUISITA SERVIDOR

PORTARIA Nº 0132/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

REQUISITA A PERMANÊNCIA EM SERVIÇO DE SERVIDOR QUE SE ENCONTRARIA EM GOZO DE FÉRIAS.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuagu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

REQUISITAR:

Art.1º. A permanência em serviço do Servidor abaixo relacionado, que se encontraria em gozo de férias, em vista da necessidade de continuidade de suas tarefas administrativas atinentes. Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias de 20 (vinte) dias em data posterior a ser determinada, conforme segue:

N O M E	C A R G O	REFERÊNCIA	G O Z O
Antonio Cardoso Costa	Operador de trator agrícola	15/09/2013 a 14/09/2014	01/12/2016 a 20/12/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuagu- SC,
em 29 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

Ipumirim

PREFEITURA

LEI Nº 1791/2016

LEI Nº 1791 de 07 DE DEZEMBRO 2016

Institui o troféu mérito legislativo ipumirinese como forma de homenagear as pessoas físicas, jurídicas ou entidades de classes pelo Poder Legislativo de Ipumirim-SC.

O Prefeito do Município Ipumirim, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara decreta e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1. Fica instituído o "Troféu Mérito Legislativo Ipumirinese", concedido à pessoas físicas, jurídicas ou entidades de classes, homenageadas pela Câmara de Vereadores e indicadas por se destacarem em suas atividades profissionais, sociais, culturais, religiosas e desportivas.

§ 1. A homenagem que trata o caput do artigo é o reconhecimento do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim e será conferida à pessoas físicas, jurídicas ou entidades que prestam ou tenham prestado relevantes serviços ao Município, ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública, particular ou comunitária, mediante proposta de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 2. A indicação dos homenageados será realizada na forma do Art. 150 do Regimento Interno, contendo justificativa que comprovem as razões da outorga do prêmio.

Art. 2. O troféu com 18 Cm de altura e 12 cm de largura, será confeccionado em peças de metal, contendo ao centro a figura do mapa do Município em vidro, logo abaixo, ao centro a inscrição Troféu Mérito Legislativo Ipumirinese, em itálico, com fontes Times Nem Roman 16, na cor preta em negrito, em plaqueta de metal de 8 cm no centro, sob base de granito preto de 8 cm de largura e 20 cm de comprimento, que passa integrar como Anexo a presente lei.

Art. 3 As despesas relacionadas a confecção do troféu e solenidade de entrega, correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos 60 dias após sua publicação.

Ipumirim – SC, 06 dias do mês de dezembro de 2016

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

LEI Nº 1792/2016

LEI Nº 1792 de 07 DE DEZEMBRO 2016

Dispõe sobre a denominação de logradouro público no desmembramento de Gleba de Terra pertencente a Vilson Farina e Elza Farina.

O Prefeito do Município Ipumirim, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara decreta e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º A rua "C" do Desmembramento de Gleba de Terras pertencente a Vilson Farina e Elza Farina, com área de 51.937,53 m², situado no perímetro urbano da Cidade de Ipumirim, passa a denominar-se de RUA JACINTHA FRANCIO FARINA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 06 dias do mês de dezembro de 2016

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 361/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DYONATAN LUIZ SCALCO, Matrícula 2552-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.893.653 e do CPF 081.774.159-30, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 179/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 362/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, Matrícula 2541-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 140/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 363/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, Matrícula 2536-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 30 Horas, com carga horária de 30 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 133/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 364/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELEANI SCHIAVINI, Matrícula 2480-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.552 e do CPF 040.641.239-13, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 048/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 365/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIANE REGINA BONISSONI ROSSETTO, Matrícula 2521-6, com

domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 21311447 e do CPF 915.025.789-72, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 109/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 366/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JUCIANE RAIMUNDI, Matrícula 2522-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.490 e do CPF 055.779.159-61, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 110/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 367/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LUCI MARGARETE PATZLAFF BORELLI, Matrícula 2528-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 31838901 e do CPF 016.212.519-42, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 116/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 368/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

PATRICIA ALBUQUERQUE DOS SANTOS, Matrícula 2475-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.488 e do CPF 053.860.539-14, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 039/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 369/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

NEIVA VIEIRA, Matrícula 2532-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.695.573 e do CPF 041.623.209-42, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 122/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 370/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

RAY JUNIOR ZAT, Matrícula 2534-8, com domicílio na Cidade e

Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.272 e do CPF 081.670.399-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 131/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 371/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSANE WEISS KERN, Matrícula 2571-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 275/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 372/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSANE WEISS KERN, Matrícula 2495-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 068/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 373/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SALETE DE FATIMA DE SOUZA, Matrícula 2524-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.469.871 e do CPF 732.406.309-82, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 112/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 374/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SAMUEL JUNIOR COSTA, Matrícula 2533-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5703554 e do CPF 085.715.789-23, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 130/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 375/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SILVIA REGINA ZANLUCHI, Matrícula 2465-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2694516 e do CPF 798.514.449-87, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 017/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 376/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SIRLEIA KIST, Matrícula 2491-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3935723 e do CPF 004.831.649-09, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 064/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 377/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

TATIANE PANISSI, Matrícula 2501-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 7.758.438 e do CPF 011.149.020-04, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 074/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de

dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 378/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

KELI CRISTINA GUERINI, Matrícula 2494-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.975.344 e do CPF 090.759.069-19, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 067/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 379/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VANDERSON CERUTTI, Matrícula 2538-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4065611 e do CPF 052.068.709-43, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 135/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 380/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VIVIA CENCI FORMAGINI, Matrícula 2499-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3910955 e do CPF 005.041.719-33, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 072/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 381/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRE LUIZ MOTERLE, Matrícula 2500-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.698 e do CPF 087.911.649-82, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 073/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 382/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRESSA ANGELA SCHIAVINI, Matrícula 2530-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.275.874 e do CPF 087.936.819-50, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 118/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 383/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRESSA ANGELA SCHIAVINI, Matrícula 2498-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.275.874 e do CPF 087.936.819-50, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 071/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 384/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRESSA BENELLI, Matrícula 2502-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5336989 e do CPF 082.083.129-83, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 075/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 385/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GABRIELA BRANDELERO, Matrícula 2507-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 49977067 e do CPF 069.416.819-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 080/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 386/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GABRIELA BRANDELERO, Matrícula 2506-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 49977067 e do CPF 069.416.819-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 079/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 387/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GABRIELA MARIA DENCK, Matrícula 2503-8, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 83833963 e do CPF 077.131.619-45, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 30 Horas, com carga horária de 30 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 076/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 22/12/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 22/12/2016. Objeto da licitação: aquisição de 1 (um) caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga de 8,5 toneladas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 835651/2016 operação 1034478-80. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 07/12/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3112/2016

Decreto nº 3.112/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a, suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.1.90.00.00.00.00.00.0260 (23)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00.0260 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 4º - Suplementar o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.00.0252 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 5º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.3.90.00.00.00.00.00.0252 (54)	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de Novembro de 2016.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3113/2016

Decreto nº 3.113/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadão CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a, suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.059 – Programa Merenda Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0191 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.061 – Programa Merenda Escolar - Creche		
3.3.90.00.00.00.00.00.0191 (64)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de Novembro de 2016.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício

LEI Nº 1.915/2016

LEI Nº 1.915/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

“RATIFICA O CONVÊNIO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu sanciono o seguinte:

LEI:

Art. 1º - Nos termos do que expressamente autoriza o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.796/2014, ficam ratificados todos os termos do convênio nº 001/2015, firmado entre os municípios de Irineópolis e Itaiópolis, para todos os efeitos legais e jurídicos derivados.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 07 de dezembro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016 FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 22 de dezembro de 2016, para possível aquisição de insumos ambulatoriais (filme radiológicos e reagentes químicos). As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 22 de dezembro de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 07 de dezembro de 2016.

MARILIA FRANKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 12/2016. Objeto: Referente a prorrogação do prazo do contrato nº 06/2016. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 212 (duzentos e doze) dias. Itaiópolis, 06/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

RESULTADO DO PR 32- 2016

Resultado de Licitação Nº 35/2016. Pregão Presencial nº 32/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de escritório e expediente para uso e consumo nas Unidades sanitárias e ESF's – Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Blu Distribuidora de Papelaria Eireli - ME. Valor R\$ 13.217,30. Bozzano e Bozzano Ltda – ME. Valor R\$ 1.615,30; Dipar Distribuidora de Papéis Ltda – EPP. Valor R\$ 31.987,00; Elmo Papelaria Ltda – EPP. Valor R\$ 8.859,39; M. C. Dalabona Distribuidora ME. Valor R\$ 2.971,50; M. Mobile Eireli – EPP. Valor R\$ 6.387,00; Mapu Distribuidora de Materiais para Escritório Ltda – ME. Valor R\$ 18.277,50; Mauro Fonseca – ME. Valor R\$ 452,50; Papelaria São Bento Ltda – EPP. Valor R\$ 3.431,50 e Ricarl Distribuidora Eireli – ME. Valor R\$ 13.739,00; Vigência: 29 de novembro de 2017. Itaiópolis, 07/12/2016. José Heraldo Schritke– Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 227, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 227, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992, c/c a Lei 2.299, de 21 de março de 2006;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o automóvel da prestação de serviço de táxi no ponto nº 10, situado na Rua Carlos Kummer, Bairro Universitário, cidade e município de Itapiranga - SC de propriedade Aluisio Heinzen Roden, para o veículo CHEVROLET/CELTA 1.0 LT, placas MMH9458, ano fabricação 2014 e modelo 2015, RENAVAL 1023105877, CHASSI 9BGRP48FOFG230114, cor vermelha.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 6 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 180/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA CREDENCIAMENTO Nº 180/2016

O Município de Itapiranga - SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de Chamamento nº 180/2016, para o credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais – de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa Lar. Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00hr do dia 23 de dezembro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 07 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 130/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologa resultado de Processo Administrativo Licitatório.

MILTON SIMON, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 43 da lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94,

HOMOLOGA

1º - Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 130/2016, na modalidade de CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, sendo vencedoras as empresas: CONAK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 01.614.299/0001-37, com o valor de R\$ 3.164.650,00 (Trez milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e LSW SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ nº 78.329.893/0001-00, com o valor de R\$ 1.115.082,92 (Um milhão, cento e quinze mil, noventa e dois reais e noventa e dois centavos). Esta homologação entra em vigor nesta data, revogadas disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 26 de outubro de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 177/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 177/2016 Licitação: 177/2016 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 64700 - INDUSTRIA DE MOVEIS VIER LTDA</p>									
16	77866	PORTA DE MADEIRA, ALMOFADADA, MEDINDO 0,70 X 2,10 X 0,12 M	Madeiraira Thomé	UND	2,000	0,0000	680,0000	1.360,00	Venceu
17	77867	PORTA DE MADEIRA, SEMI-OCA, MEDINDO 0,70 X 2,10 M, COM MARCO	Madeiraira Thomé	UND	3,000	0,0000	340,0000	1.020,00	Venceu
18	77868	JANELA DE MADEIRA, DE ABRIR E CORRER, MEDINDO 1,00 X 1,30 X	Madeiraira Thomé	UND	1,000	0,0000	420,0000	420,00	Venceu
19	77869	JANELA DE VIDRO, DE CORRER, MEDINDO 1,00 X 1,00 X 0,12 M	Madeiraira Thomé	UND	1,000	0,0000	290,0000	290,00	Venceu
20	77860	JANELA DE MADEIRA PARA BANHEIRO, MEDINDO 0,40 X 0,60 X 0,12	Madeiraira Thomé	UND	1,000	0,0000	95,0000	95,00	Venceu
21	77861	JANELA DE MADEIRA, DE ABRIR, MEDINDO	Madeiraira Thomé	UND	3,000	0,0000	340,0000	1.020,00	Venceu
22	77862	MESTRAS DE MADEIRA, MEDINDO 8 X 12 X 3 M	Madeiraira Thomé	UND	7,000	0,0000	30,0000	210,00	Venceu
23	77863	MADEIRA QUADRADA, MEDINDO 6 X 12	Madeiraira Thomé	M	60,000	0,0000	6,0000	360,00	Venceu
24	77864	RIPÃO PARA TELHADO, DE MADEIRA, COM CINTA, MEDINDO 4 X 6, DE	Madeiraira Thomé	M	160,000	0,0000	1,9000	304,00	Venceu
25	77865	GUJA PARA TESOURA, DE MADEIRA, MEDINDO 2,5 X 12, DE EUCALIPT	Madeiraira Thomé	M	660,000	0,0000	1,5500	1.023,00	Venceu
26	77866	TABUA PARA RODEIO, DE MADEIRA, APLAINADO, DE PINUS	Madeiraira Thomé	MT2	90,000	0,0000	23,0000	2.070,00	Venceu
27	77867	MADEIRA PARA FORRO, ABA E PAREDE DUPLA, DE PINUS	Madeiraira Thomé	MT2	148,000	0,0000	14,0000	2.072,00	Venceu
28	77868	MADEIRA PARA ASSOALHO, DE PINUS	Madeiraira Thomé	MT2	51,000	0,0000	33,0000	1.683,00	Venceu
29	77869	MADEIRA PARA PAREDE (REPARTIÇÃO), DE PINUS	Madeiraira Thomé	MT2	32,000	0,0000	25,5000	816,00	Venceu
30	77870	RODAPÉ DE MADEIRA PINUS	Madeiraira Thomé	M	60,000	0,0000	2,3000	138,00	Venceu
31	77871	CEMALHA,	Madeiraira Thomé	M	90,000	0,0000	2,4000	216,00	Venceu
32	77872	ESPELHO, 0,12, COM FRISO, DE PINUS	Madeiraira Thomé	M	40,000	0,0000	5,0000	200,00	Venceu
33	77873	MATA JUNTA DE MADEIRA PINUS	Madeiraira Thomé	UND	130,000	0,0000	2,5000	325,00	Venceu
34	77874	PORTA DE MADEIRA, ALMOFADADA, MEDINDO 0,80 X 2,10 X 0,12 M	Madeiraira Thomé	UND	1,000	0,0000	560,0000	560,00	Venceu
Total do Fornecedor					1.540,000			14.182,00	

Itapiranga, 7 de Dezembro de 2016.

Assinatura do Responsável

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2941/2016 – NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ-CDUI.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2941/2016

Data: 02 de dezembro de 2016

NOMEIA MEMBROS DAS ENTIDADES QUE COMPÕE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ, CDUI PARA O PRÓXIMO BIÊNIO, CONFORME OFÍCIO Nº165/2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º De acordo com a Ata nº159/2016-CDUI, e em concordância com o Art. 3 da Lei Municipal nº 467/2004, com o Art. 8 § 2 do Regimento Interno e com o Art. 71 da Lei Municipal nº676/2016, ficam nomeados para o CDUI - Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá, os seguintes membros:

I. Representante da Prefeitura Municipal de Itapoá:

1. Titular – Reinilda Fiorese;

1.1. Suplente – Pablo Ângelo Antunes;

2. Titular – Neuson Harres e Pires Godoy;

2.1. Suplente – Adalberto Geraldo Lupatelli;

II. Representante da Fundação pelo Desenvolvimento de Itapoá (PRÓ-ITAPOÁ):

1. Titular – Arthur Merry Paese;

1.1 – Suplente – João Roberto Viveiros Camargo;

III. Representante da Associação de Defesa do Meio Ambiente (ADEA):

1. Titular – Henrique Aguiar;

1.1. Suplente – Simone Brummer;

IV. Representante da Associação dos Corretores de Imóveis de Itapoá (ACITA):

1. Titular – Paulo Rodolfo Mertens;

1.1 – Suplente – David da Silva Melo;

V. Representante do Centro de Engenheiros e Arquitetos de Itapoá (CEAI):

1. Titular – Fabianno Lima;

1.1 – Suplente – André Fonseca Zapelini;

VI. Representante da Associação Comercial e Industrial de Itapoá (ACINI):

1. Titular – Márcio Roberto Gonzatto;

1.1 – Suplente – André Luis de Mendonça;

VII. Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL):

1. Titular – Ana Paula Scherer Cáceres;

1.1 – Suplente – Paulo Elias Besen;

VIII. Representante da Associação de Moradores e Amigos do Balneário dos Ventos e Itamar (ROSAMAR):

1. Titular – Elaine Cristina Alves;

1.1 – Suplente – Lana Rosélia Quadros Bevilaqua;

IX. Representante da Associação Comunitária Redes ao Mar (REDES AO MAR):

1. Titular – Sérgio Valle Machado;

1.1 – Suplente – Liane Carla Ribeiro dos Reis;

X. Representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de SC - Regional Itapoá (SINDIMÓVEIS):

1. Titular – Carlos Roberto Fogagnolo;

1.1 – Suplente – Peter Sprengel;

XI. Representante da OAB/SC:

1. Titular – Janaina Resende Nunes;

1.1 – Suplente – Carlos Eduardo Menezes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

607, de 02 de dezembro de 2016

DECRETO Nº 607, de 5 de dezembro de 2016.

"Declara Revogado o Decreto nº 312, de 22 de outubro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC,

DECRETA:

Art. 1º- Fica REVOGADO o Decreto nº 312, de 22 de outubro de 2014 que declarou de utilidade e necessidade pública para fins de desapropriação área de terra no bairro vila nova Ituporanga/sc.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 5 de dezembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

610, de 07 de dezembro de 2016

DECRETO Nº 610, de 07 de dezembro de 2016.

"Define a Unidade Fiscal Municipal – UFM, para o ano de 2017".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e de conformidade com o § 1º do art. 264, da Lei Complementar nº 002/01, de 21 de Dezembro de 2001, Código Tributário Municipal e Lei nº 2.668, de 03 de novembro de 2016 – LDO, bem como suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º. - A Unidade Fiscal Municipal – UFM, variável essencial para a atualização da base de cálculo e valor dos Tributos Municipais, será de R\$ 159,21 (cento e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos).

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de dezembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria Rafael Cavalcante, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Ouvidor.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
04	360	Sachês	ACETILCISTEÍNA 600MG – SACHÊS COM 5G – CÓDIGO 27697	1,15
05	40	Unidades	ÁCIDO FUSIDICO CREME – BISNAGA DE 15 G – CÓDIGO 33674	25,70
20	20	Unidades	BIMATOPROSTA 0,03% - FRASCOS COM 3ML – CÓDIGO 16532	41,00
32	360	Compr.	CLORTALIDONA 50MG – CÓDIGO 33917	0,24
36	20	Caixas	DEFLAZACORT 30MG – CAIXAS COM 10 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 11905	55,00
38	40	Unidades	DEXPANTENOL 50MG – POMADA – BISNAGA COM 30G – CÓDIGO 32610	7,80
45	48	Caixas	FUMARATO DE QUETIAPINA 100MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CODIGO 27570	31,50
48	48	Caixas	GABAPENTINA 300MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 15404	29,80
49	378	Caixas	GABAPENTINA 600MG – CAIXAS COM 27 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33678	66,00
57	06	Unidades	HIDROXIZINA 2MG/ML – FRASCOS COM 100ML – CÓDIGO 27423	7,50
64	600	Unidades	ISOTRENTINOÍNA 20MG – CÓDIGO 9710	2,95
69	12	Caixas	MESALAZINA 800MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 27698	34,20
78	15	Caixas	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33675	56,40
81	12	Caixas	PRAVASTATINA 20MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22042	29,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	93	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	98	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.681.3.3.90	Manutenção dos serviços de atendimento especial - Sate	3.3.90 – Aplicações Diretas	94	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	Assfar Básico Estadual
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	99	Assfar Básico
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	122	SF – Tx. Fiscalização Vig. Sanit.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Cristiano Garcia de Freitas.



Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de QUEROSENE ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 97/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
19	2.000	Litros	QUEROSENE	5,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jefferson Luis Malheiros.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de ÓLEO LUBRIFICANTE E MULTIFUNCIONAL ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 97/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
4	400	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA/ÁLCOOL/GNV COM VISCOSIDADE SAE 5W30 E CLASSIFICAÇÃO API SM OU SUPERIOR	14,80
5	3.000	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40 E CLASSIFICAÇÃO API CJ OU SUPERIOR	10,70
6	2.000	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO OU SINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA/ÁLCOOL/GNV COM VISCOSIDADE SAE 15W40 E CLASSIFICAÇÃO API-SM OU SUPERIOR	12,00
7	600	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE DE TECNOLOGIA SINTÉTICA COM VISCOSIDADE SAE 10W40 E CLASSIFICAÇÃO API SM/CF OU SUPERIOR.	13,90
10	400	Litros	ÓLEO MULTIFUNCIONAL PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E TRANSMISSÕES COM VISCOSIDADE SAE 10W30 API GL4 OU SUPERIOR E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES NE HOLLAND, JOHN DEERE E MASSEY FERGUNSON.	10,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Acir Hermenegildo Rosa.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de ÓLEO LUBRIFICANTE, HIDRÁULICO, DETERGENTE E GRAXA ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 97/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
2	2.000	Litros	ÓLEO HIDRÁULICO PARA CONVERSORES DE TORQUE SAE 10W QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES ALLISON C-4 E CATERPILLAR TO-4 OU SUPERIOR	7,25
3	3.000	Litros	ÓLEO HIDRÁULICO ISO-VG 68 CATEGORIA HLPDIN 51524 PARTE 2	6,91
9	400	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CONVERSORES DE TORQUE E SISTEMAS HIDRÁULICOS COM VISCOSIDADE SAE 30 QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES ALLISON C-4 E CATERPILLAR TO-4 OU SUPERIOR	9,18
15	1.080	Kg	GRAXA LUBRIFICANTE BASE DE SABÃO LITIO NLG1-2, CONTENDO BISSULFETO DE MOLIBIDÊNIO P/MÚLTIPAS APLICAÇÕES.	19,50
16	1.000	Litros	DETERGENTE BIO-DEGRADÁVEL P/LIMPEZA PESADA DE CHASSIS	1,50
17	600	Litros	DETERGENTE BIO-DEGRADÁVEL NEUTRO PARA LIMPEZA DE LATARIAS	1,50
18	600	Litros	DETERGENTE BIO-DEGRADÁVEL ALUMINIO	1,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Anselmo Coelho.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de ÓLEO LUBRIFICANTE, MULTIFUNCIONAL E HIDRÁULICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 97/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
1	400	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRANAGENS DE CAIXAS AUTOMOTIVAS COM VISCOSIDADE SAE 80W E CLASSIFICAÇÃO API GL4	7,75
8	400	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CAIXAS DE ENGRANAGENS AUTOMOTIVAS COM VISCOSIDADE SAE 90 E CLASSIFICAÇÃO API GL-5 E MIL-L-2105D	7,70
11	600	Litros	ÓLEO MULTIFUNCIONAL THF 11 OU WBF 100 (OU SIMILAR) CLASSIFICAÇÃO API-GL4 OU SUPERIOR, PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E TRANSMISSÕES, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES FORD M2C86B, JOHNN DEERE J 20A E MASSEY FERGUNSON M-1135.	8,80
12	600	Litros	ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS AUTOMOTIVAS E SISTEMAS HIDRÁULICOS INDUSTRIAIS, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES GM DEXRON II, VOITH, ALLISON C-4, CATERPILLAR TO-2, ZF TE-MIL09, 11 E 14 E MAN 339-C OU SUPERIOR	10,90
13	600	Litros	ÓLEO HIDRÁULICO COM VISCOSIDADE ISO 46 P/SISTEMAS HIDRÁULICOS INDUSTRIAIS E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO HIDRÁULICOS MÓVEIS, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES DIN51 51524, AFNOR NF-E 48-603, GB111181-1-94, EATON VICKERS 1-286 S OU SUPERIOR. * REFERÊNCIA SHELL TELLUS S2 M 46	7,40
14	400	Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE PREMIUM COM VISCOSIDADE SAE 20W50 PARA MOTOCICLETAS COM MOTOR 4 TEMPOS. * REFERÊNCIA SHELL ADVANCE 4T AX5.	7,35

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Débora Adriana Zwicker.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DANIELE DAGIOS EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros e lancetadores a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	720.000 Disputa ampla	Unid.	TIRAS DE GLICEMIA – CODIGO 28826 Tiras para medição quantitativa de glicose que utilize sangue capilar, com capacidade de medição entre 10 a 600mg/dl, com tecnologia de glicose por desidrogenase, que meça por tecnologia de amperometria, com chip de codificação ou tiras codificadas ou que apresentem códigos impressos no lote das tiras. Caixas com 50 tiras, que podem ser embaladas individualmente, ou em embalagem múltipla. Apresentar: Bula original do produto ofertado	0,40
02	80.000 Exclusivo ME/EPP 10% do item 01	Unid.	TIRAS DE GLICEMIA – CODIGO 28826 Tiras para medição quantitativa de glicose que utilize sangue capilar, com capacidade de medição entre 10 a 600mg/dl, com tecnologia de glicose por desidrogenase, que meça por tecnologia de amperometria, com chip de codificação ou tiras codificadas ou que apresentem códigos impressos no lote das tiras. Caixas com 50 tiras, que podem ser embaladas individualmente, ou em embalagem múltipla. Apresentar: Bula original do produto ofertado	0,40
03	30.000 Exclusivo ME/EPP	Unid.	LANCETAS PARA EXAME DE GLICOSE – CODIGO 20430 Lanceta para punção capilar; sanguínea; em aço inox; com dispositivo de segurança, que atenda os requisitos da nr 32 do Ministério do Trabalho, com diâmetro aproximado da lanceta de 0,5mm (25g) a 0,3mm (30g); esterelizada por radiação gama, descartável; acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto, contendo número de lote, data de fabricação, validade, registro no MS. Embaladas em caixa com no mínimo 25 unidades.	0,21

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 10/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Daniele Dagios.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 172/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 101/2016 - SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: LUANA C. DE CAMPOS PAVIMENTAÇÃO ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço a prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de ruas pavimentadas com lajotas e/ou paralelepípedos, em diversas ruas deste Município, sem fornecimento de materiais, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 101/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do serviço	Valor unitário do item/m² R\$
01	54.000 Disputa ampla	M²	Prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de ruas pavimentadas com lajotas e/ou paralelepípedos, em diversas ruas deste Município, sem fornecimento de materiais, ao longo de 12 (doze) meses.	2,99
02	6.000 Exclusivo ME/EPP 10% do item 01	M²	Prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de ruas pavimentadas com lajotas e/ou paralelepípedos, em diversas ruas deste Município, sem fornecimento de materiais, ao longo de 12 (doze) meses.	2,99

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para os exercícios de 2016 e 2017, será o seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.2.305.3.3.90	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	171	Próprios

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e prestação dos serviços de cada

pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, sendo executados em dias úteis no horário de expediente, nos locais indicados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, dentro do território do município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 21/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Edevaldo Osório de Campos

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	15.000	Un	Fraldas geriátricas descartáveis com elástico tam. P: com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Cadastro 11863 MARCA: BIOFRAL/CONFORT PLUS	1,25
02	40.000	Un	Fraldas geriátricas com elástico tam. M: com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Cadastro 11864 MARCA: BIOFRAL/CONFORT PLUS	1,35

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para o exercício de 2016 e 2017 será o seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica – Pab	3.3.90 – Aplicações Diretas	118	SF Taxas Fisc. Vig. Sanitária

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alessandro dos Santos Leal.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
03	54.000	Un	Fraldas geriátricas com elástico tam. G: com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Cadastro 11865 MARCA: FRALDAS CK	1,30
04	6.000 10% do item 03	Un	Fraldas geriátricas com elástico tam. G: com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Cadastro 11865 MARCA: FRALDAS CK	1,30
05	49.500	Un	Fraldas geriátricas com elástico tam. GG: com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Cadastro 21438. MARCA: FRALDAS CK	1,38
06	5.500 10% do item 05	Un	Fraldas geriátricas com elástico tam. GG: com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Cadastro 21438. MARCA: FRALDAS CK	1,38

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para o exercício de 2016 e 2017 será o seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica – Pab	3.3.90 – Aplicações Diretas	118	SF Taxas Fisc. Vig. Sanitária

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alessandro dos Santos Leal.

.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 311/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 311/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: IP2LINK ENGENHARIA DE REDES EIRELI ME.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de assistência técnica especializada para manutenção preventiva e corretiva das centrais telefônicas do Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo VII – Termo de Referência.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), perfazendo o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) pela totalidade dos serviços contratados.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado na segunda quarta-feira após a execução dos serviços contratados, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, e Relatório dos Serviços prestados, na Secretaria de Administração.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente dos objetos deste edital correrá por conta da dotação orçamentária dos exercícios de 2016 e 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recurso
04.722.0300.2.060.3.3.90	Manut. atividades telecomunicações	3.3.90–Ap Diretas	52	Próprios
04.722.0300.2.060.3.3.90	Manut. atividades telecomunicações	3.3.90–Ap Diretas	Ano 2017	Próprios

PRAZOS: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da respectiva ORDEM DE SERVIÇO, podendo mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante a formalização de termo aditivo ao contrato. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 17/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Bruno Strellow Junior.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 52/2016-FMS

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93.

LOCADORA: CHALÉ IMOBILIÁRIA LTDA EPP.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de um imóvel (casa de alvenaria), localizada na Rua Walter Marquardt nº 697, Bairro Barra do Rio Molha, no Município de Jaraguá do Sul-SC, com área total de 1.297,50m², registrado sob a matrícula MI 9225, destinado ao funcionamento do Centro de Atendimentos Especiais – CAE.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O FUNDO pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 2.262,10 (dois mil duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos), totalizando o valor de R\$ 27.145,20 (vinte e sete mil cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), pelo período de 12 (doze) meses. O locatário se compromete a pagar até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação de boleto bancário.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica – PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Pab Federal

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 06/12/2016 com término em 05/12/2017, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 21/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Mauro Oscar Schmitz.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 51/2016-FMS

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93.

LOCADORA: MMZG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de imóvel com área total de edificação de 419,24m², composto da matrícula: MI 66.453 (sala comercial), localizada no pavimento térreo do Residencial Maranello, situado na Rua 506 Feliciano Bortolini nº 1246, no bairro Barra do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul/SC, destinado exclusivamente ao funcionamento do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial II – PAMA II.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O FUNDO pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 5.005,72 (cinco mil cinco reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor de R\$ 60.068,64 (sessenta mil sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), pelo período de 12 (doze) meses. O locatário se compromete a pagar até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação de boleto bancário.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica – PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Pab Federal

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 04/12/2016 com término em 03/12/2017, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, data em que o LOCATÁRIO se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, nas condições previstas no presente Contrato. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 21/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer, Mauro Butzke e Zenilde Maria Butzke.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 100/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SUPERAR EIRELI EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para atender as necessidades do Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU, localizado na Rua Adão Noroschny sn, no Bairro Vila Lenzi em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 25.536,64 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos) referentes à mão de obra e R\$ 34.850,72 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 60.387,36 (sessenta mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico e financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços.

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.122.0300.2.057.4.4.90	Manut. das atividades do Patrimônio	4.4.90 – Aplicações Diretas	328	385 – Convênio PAC-2/PEC

DATA DA ASSINATURA: 30/11/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Josiane Bagatoli.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 49/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1020 – Dorval Marcatto no Bairro Chico de Paulo, com extensão de 738,07m (setecentos e trinta e oito vírgula zero sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 438.021,12 (quatrocentos e trinta e oito mil vinte e um reais e doze centavos) referentes à mão de obra e R\$ 1.022.049,27 (um milhão vinte e dois mil quarenta e nove reais e vinte e sete centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 1.460.070,39 (um milhão quatrocentos e sessenta mil setenta reais e trinta e nove centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 300 (trezentos) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - As despesas do objeto desta licitação correrão por conta dos seguintes recursos orçamentários dos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	341	Op.Crédito BRDE Municípios -Pavim.de Vias
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	351	Contrap.Op.Crédito BRDE Municípios-Pavim.de Vias
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Contrap.Op.Crédito BRDE Municípios-Pavim.de Vias

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jaime Barbosa Soares Filho.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 294/2016 AO CONTRATO Nº 393/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 294/2016 AO CONTRATO Nº 393/2015

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 51/2015-FMS

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e nº 8.666/93

LOCADORES: ANDERLEI TESSAROLO DEGERING e JULIANA GONÇALVES EMENDORFER DEGERING.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de imóvel com área total de 2.707,75m³, composto das seguintes matrículas: MI 6.852 (casa de alvenaria), sito a Rua 118 Araquari, esquina com a Rua 1140 Rinaldo Bogo; MI 6.854 (quadra poliesportiva), sito a Rua 118 Araquari; e MI 6.856 (campo de futebol suíço) sito a Rua 118 Araquari, bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, destinado exclusivamente ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial II – CAPS II.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período iniciado em 10/10/2016 e com término em 09/10/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 7.781,07 (sete mil setecentos e oitenta e um reais e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 93.372,84 (noventa e três mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.702.3.3.90	Manut., fortalecimento e expansão do CAPS II	3.3.90 – Aplicações Diretas	46	MAC

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer, Anderlei Tassarolo Degering e Juliana Gonçalves Emendorfer.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 306/2016 AO CONTRATO Nº 479/2010 – FMS

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 306/2016 AO CONTRATO Nº 479/2010 – FMS

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 064/2010-FMS.

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCADORA: IMOBILIÁRIA KASILGRAFE LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO OBJETO: O objeto do presente é a locação de uma sala comercial – imóvel, com área de 122,00m², com piso mosaico e vidros temperados, situada na Rua 610 – Alwin Müller nº 71, bairro: Vieira, no município de Jaraguá do Sul-SC, matriculado sob o n.º11.732 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul, de propriedade de CLAUDINO KUNS e sua esposa ÂNGELA MÔNICA KUNS. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao funcionamento de um Posto de Saúde.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de execução previsto no item 3.1 da cláusula segunda do contrato original, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 13/2012, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 31/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 020/2014, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quarto Termo Aditivo nº 011/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 439/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/01/2017 até 31/12/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a locadora o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 13/2012, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 31/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 020/2014, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 011/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 439/2015, fica reajustado pelo índice do INPC (IBGE) de 9,15% (nove inteiros e quinze centésimos por cento), referente ao período de agosto de 2015 e setembro de 2016, passando o valor mensal de R\$ 1.610,31 (um mil seiscentos e dez reais e trinta e um centavos) para R\$ 1.717,65 (um mil setecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), totalizando o presente termo aditivo em R\$ 21.091,80 (vinte e um mil e noventa e um reais e oitenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de atenção básica – PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	PAB

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Sandra Regina Ramos.

DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 334/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 334/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 124/2016 ao CREDENCIAMENTO 85/2016.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RAIOS-X, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SEM CONTRASTE, TOMOGRAFIA E ECOGRAFIA, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos a saúde relacionada a atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital.

DO VALOR: O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços dos exames clínicos - Anexo V ao Edital de Credenciamento, como segue:

Quantidade estimada	Descrição dos exames clínicos	Valor unitário R\$	Valor total do item R\$
500	RX Coluna Total para Escoliose – AMB – 40.80.20.94	30,68	15.340,00
400	RX Bacia – AMB – 32.04.001-6	15,86	6.344,00
750	RX Omoplata ou Escápula – AMB – 32.03.005-3	18,20	13.650,00
700	RX Joelho – AMB – 32.04.007-5	16,64	11.648,00
10	RX Perna – AMB – 32.04.008-3	15,60	156,00
5	RX Mão – AMB – 32.03.012-6	15,34	76,70
5	RX Punho – AMB – 32.03.011-8	15,34	76,70
5	RX Costelas – AMB – 32.03.003-7	18,20	91,00
30	RX Tórax- 2 incidências – AMB – 32.05.005-4	13,26	397,80
30	Ressonância Magnética s/ contraste – AMB – 36.01.002-2	475,80	14.274,00
10	Tomografia – AMB- 34.01.012-2	235,30	2.353,00
10	Ecografia – AMB- 16.02.014-6	65,00	650,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na terceira 3ª feira do mês seguinte à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Mauricio José Souto.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

FC - PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIANº 031/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, VALDIVIA GELSLEICHTER MOREIRA, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DAS OFICINAS DE ARTES, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 027/2016, de 26 de julho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIANº 032/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, RAFAEL KOERICH do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO OPERACIONAL, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 003/2016, de 25 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIANº 033/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, EGON LOTÁRIO JAGNOW do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 019/2016, de 16 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIANº 034/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, ROSANGELA MELATTI do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA EXECUTIVA, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 020/2016, de 16 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIANº 035/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, LACI FELIPPI do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PROGRAMAS, PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 021/2016, de 16 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIANº 036/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, SILVIA REGINA TOASSI KITA do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE ARQUIVO HISTÓRICO, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 040/2014, de 13 de maio de 2014

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIANº 037/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, ADEMIR PFIFFER do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE MUSEUS, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 039/2014, de 13 de maio de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIANº 040/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, PAULO CÉSAR DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE EVENTOS, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 036/2015, 10 de março de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIANº 041/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, MARILENE GIESE, do cargo de provimento em comissão de COORDENDORA DE CULTURA, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 020/2015, 22 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIANº 042/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, MARZENI BORGES ANTUNES GADOTTI do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 035/2015, 04 de novembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIANº 043/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, DIANNE KATIE KONELL CHIODINI do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE BIBLIOTECA PÚBLICA, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 035/2015, 16 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 124/2016 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 124/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 85/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL.

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RAIOS-X, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SEM CONTRASTE, TOMOGRAFIA E ECOGRAFIA, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos a saúde relacionada a atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços dos exames clínicos), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 85/2016.

PAGAMENTO pagamento será efetuado na terceira 3ª feira do mês seguinte à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

DO PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

VALOR: O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços dos exames clínicos - Anexo V ao Edital de Credenciamento, como segue:

Quantidade estimada	Descrição dos exames clínicos	Valor unitário R\$	Valor total do item R\$
500	RX Coluna Total para Escoliose – AMB – 40.80.20.94	30,68	15.340,00
400	RX Bacia – AMB – 32.04.001-6	15,86	6.344,00
750	RX Omoplata ou Escápula – AMB – 32.03.005-3	18,20	13.650,00
700	RX Joelho – AMB – 32.04.007-5	16,64	11.648,00
10	RX Perna – AMB – 32.04.008-3	15,60	156,00
5	RX Mão – AMB – 32.03.012-6	15,34	76,70
5	RX Punho – AMB – 32.03.011-8	15,34	76,70
5	RX Costelas – AMB – 32.03.003-7	18,20	91,00
30	RX Tórax- 2 incidências – AMB – 32.05.005-4	13,26	397,80
30	Ressonância Magnética s/ contraste – AMB – 36.01.002-2	475,80	14.274,00
10	Tomografia – AMB- 34.01.012-2	235,30	2.353,00
10	Ecografia – AMB- 16.02.014-6	65,00	650,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 05 de dezembro de 2016.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Saulo de Oliveira Miranda
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 209/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 209/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E TAMPÃO DE BORRACHA COM INSERTO DE INOX.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 08/12/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 20/12/2016 às 8 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMSA - PORTARIA Nº 118/2016/SEMSA

PORTARIANº 118/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2014; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 060/2016/Semsa de 17 de junho de 2016;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 116/2016/Semsa de 02 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor do Mem. 195/2016/DAB-SEMSA, de 06 de dezembro de 2016, encaminhado pela Diretoria de Atenção Básica, solicitando prorrogação de contrato de médico com a Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a Portaria nº 060/2016/Semsa que admite JOÃO GUILHERME BERTOLI, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 24/12/2016 até 21/06/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 119/2016/SEMSA

PORTARIANº 119/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2014; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 061/2016/Semsa de 24 de junho de 2016;

CONSIDERANDO o teor do Mem. 196/2016/DAB-SEMSA, de 06 de dezembro de 2016, encaminhado pela Diretoria de Atenção Básica, solicitando prorrogação de contrato de médico com a Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a Portaria nº 061/2016/Semsa que admite WALTER LEON ZAPATA MONTANO, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 24/12/2016 até 21/06/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 120/2016/SEMSA

PORTARIANº 120/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2014; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 068/2016/Semsa de 15 de julho de 2016;

CONSIDERANDO teor do Mem. 319/2016/SEMSA/DMAC, de 30 de novembro de 2016, encaminhado pela Diretoria de MAC Ambulatorial e Hospitalar, solicitando prorrogação de contrato de médico especialista;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a Portaria nº 068/2016/Semsa que admite MAURICIO DE ANDRADE ORTIZ, para em Caráter Temporário atuar como Médico Especialista – Cardiologista, a partir de 28/12/2016 até 25/06/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 100/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 100/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 100/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.098/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para atender as necessidades do Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU, localizado na Rua Adão Noroschny sn, no Bairro Vila Lenzi em Jaraguá do Sul/SC", da TOMADA DE PREÇOS nº 100/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: SUPERAR EIRELI EPP, com o valor Global de R\$ 60.387,36 (sessenta mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 100/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.098/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 100/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para atender as necessidades do Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU, localizado na Rua Adão Noroschny sn, no Bairro Vila Lenzi em Jaraguá do Sul/SC, teve o seguinte resultado: Empresa vencedora: SUPERAR EIRELI EPP, com o valor Global de R\$ 60.387,36 (sessenta mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 30 de novembro de 2016.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 11.098/2016

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2224/2016 Processo Administrativo: Processo Nr.: 35/2016 Data do Processo: 18/08/2016 Data da Homologação: 04/10/2016 Sequência da Adjudicação: 10 Data da Adjudicação: 07/12/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2016 - PR
Empenho Ordinário nr.: Subempenho nr.: Dcto Fiscal nr.:	
Folha: 1/1	

Fornecedor: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA Endereço: Rua Marialva, 441 B Cidade: Pinhais - PR - CEP: 83324-197 CNPJ: 13.485.130/0001-03 Inscrição Estadual:	Código: 44440 Telefone: 413072-8013 Banco: 399 - HSBC Bank Brasil S/A Agência: 0107 - HSBC Bank Brasil S/A Conta Corrente: 00955-21
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	SF-Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária
Dotações Utilizadas:	2.680.3.3.90.00.00.00.00 (122) - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica
Compl. Elemento:	3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 08(oito) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTE COM PROCESSO JUDICIAL: ARCENIO AUGUSTO HERBER - 5003420.94.2011.404.7209

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
99	6,000	CX	TRIMETAZIDINA 35MG C/ 30 COMPRIMIDOS (20353)	SERVIER	39,95	239,70
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	239,70
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	239,70

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2016

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2225/2016
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 41/2016 Data do Processo: 30/09/2016 Data da Homologação: 01/12/2016 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 07/12/2016
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2016 - PR
	Empenho Ordinário nr.: Subempenho nr.: Dcto Fiscal nr.:

Folha: 1/1

Fornecedor: METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 1918 Cidade: RIO DO SUL - SC - CEP: 89160-000 CNPJ: 83.157.032/0001-22 Inscrição Estadual:	Código: 23894 Telefone: (47) 3531-9800 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5221-3 - Rio do Sul Conta Corrente: 282.126-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	SF-Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária
Dotações Utilizadas:	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (118) - Assistência de Atenção Básica - PAB
Compl. Elemento:	3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita
Condições de Pagto:	segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias úteis
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.
Observações:	AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.800,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P (11863)	Biofral/Confort F	1,25	2.250,00
2	5.200,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M (11864)	Biofral/Confort F	1,35	7.020,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	9.270,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	9.270,00

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2016

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2226/2016 Processo Administrativo: Processo Nr.: 13/2016 Data do Processo: 27/04/2016 Data da Homologação: 01/07/2016 Sequência da Adjudicação: 54 Data da Adjudicação: 07/12/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2016 - PR
Empenho Ordinário nr.: Subempenho nr.: Dcto Fiscal nr.:	
Folha: 1/1	

Fornecedor:	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	Código:	31468	Telefone:	5137519300
Endereço:	RUA PADRE ANCHIETA 1584 CENTRO SALA 40	Banco:	001 - Banco do Brasil - 001		
Cidade:	Encantado - RS - CEP: 95960-000	Agência:	423-5 - ENCANTADO (RS)		
CNPJ:	05.782.733/0001-49	Inscrição Estadual:	0370037758	Conta Corrente:	11867-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Solicitações:
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Centro de Custo:	180 - ALMOXARIFADO FARMÁCIA BÁSICA	
Fonte de Recurso:	SF-Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária	
Dotações Utilizadas:	2.680.3.3.90.00.00.00.00.00 (122) - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica	
Compl. Elemento:	3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais	
Condições de Pagto:	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido	
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 08(oito) dias úteis	
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI	
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sate (serviço de atendimento especial) e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: ORIVALDO BECKER - PROCESSO: 5004714-11.2016.4.04.7209 ALBINA DE OLIVEIRA - PROCESSO: 5005397-48.2016.4.04.7209	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
88	4,000	UN	RIVAROXABAN 20MG (xarelto) caixa c/28 comprimidos (29823)	XARELTO - BA\	151,76	607,04
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	607,04
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	607,04

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2016

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL

CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253
 RUA ISIDORO PEDRI, 120
 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2227/2016

Processo Administrativo:
Processo Nr.: 41/2016
Data do Processo: 30/09/2016
Data da Homologação: 01/12/2016
Sequência da Adjudicação: 2
Data da Adjudicação: 07/12/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 41/2016 - PR

Empenho Ordinário nr.: Subempenho nr.: Dcto Fiscal nr.:

Folha: 1/1

Fornecedor: **FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP** Código: 42309 Telefone: 513072-4861
 Endereço: Rua Beco José Paris, 220 Banco: 041 - Banrisul - 041
 Cidade: Porto Alegre - RS - CEP: 91140-310 Agência: 0856 - Banrisul
 CNPJ: 00.681.516/0001-49 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 06.8547500-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:
Fonte de Recurso: SF-Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária
Dotações Utilizadas: 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (118) - Assistência de Atenção Básica - PAB

Compl. Elemento: 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita
Condições de Pagto: segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo de 10(dez) dias úteis
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observações: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	11.000,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G (11865)	CK	1,30	14.300,00
5	12.000,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG (21438)	CK	1,38	16.560,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	30.860,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	30.860,00

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2016

Gerência de Compras/Licitações

Joaçaba

PREFEITURA

05/2016/FMS/01 TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016/FMS/01 – TA 01

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro do ano de 2016, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, como órgão gerenciador e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, estabelecida na Rua da Saudade, 45ª, Campo da Mogiana, na cidade de Poços de Caldas, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.729.178/0004-91, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. WALTER PROCHNOW JUNIOR, portador da cédula de identidade nº 22.636.117-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 139.498.468-59, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 05/2016/FMS/01, firmada em 20 de maio de 2016, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2016/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 06/2016/FMS, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 113 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
113	Diosmina + Hesperidina 450/50mg	cp	NEO Q/HYP/BRA	0,32	0,45

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 05/2016/FMS/01.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 02 de dezembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / F. M. SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER
Secretária

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
WALTER PROCHNOW JUNIOR

Testemunhas:

1. _____

2. _____

AVISO PL 77/2016/PMJ - CC 7/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 7/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, com relação ao processo licitatório nº 77/2016/PMJ – concorrência nº 7/2016/PMJ, cujo objeto é "Outorga de concessão onerosa do serviço de implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Joaçaba.", considerando a decisão quanto aos recursos, disponível no site do município, fica designado o dia 09/12/2016 as 16h, no Setor de Compras e Licitações, para continuação do certame com a abertura das propostas. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.037 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.037 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ADOA CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE TURMAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº210/2011, QUE ESPECIFICA:"

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º – A adoção dos seguintes critérios para a escolha de turmas pelos professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino, lotados nas unidades escolares ou centros de educação infantil, fica assim constituído:

- a) Maior tempo de lotação na unidade escolar;
- b) Maior tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;
- c) Maior habilitação na área de atuação;
- d) Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
- e) Sorteio.

Parágrafo Único – No ato da escolha das turmas, o professor readaptado e o professor que estiver gozando de licença sem vencimento não terão direito de escolha.

Art. 2º - A escolha deverá ser realizada na primeira semana de Dezembro do ano de 2016, sendo que a lotação somente terá validade para o ano letivo de 2017.

Art. 3º - As Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais deverão, após as escolhas, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, documento contendo o nome do professor, a vaga escolhida e a assinatura do mesmo.

Art. 4º - O professor convocado para a escolha de vagas, que não comparecer no dia e hora marcados, ou não enviar representante mediante procuração, perderá o direito a escolha, ficando com a vaga remanescente.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 5.035 de 30 de novembro de 2016.

Joaçaba (SC), 06 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 018/2016-PMJ

TERMO DE FOMENTO Nº 018/2016 - PMJ

Ao segundo dia do mês de dezembro de dois mil e quinze, celebram entre si, TERMO DE FOMENTO, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONCEDENTE e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 84.590.728/0001-00, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 371 8º andar, Bairro Centro, no Município de Joaçaba (SC) , neste ato representada por seu Presidente, Sr. PAULO DELFINO PINTO, doravante denominada CONVENIENTE, que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições e em atendimento à Lei nº 4.320/64, Lei nº 13.019/2014, Edital de Chamamento Público para Repasse de Recursos nº 01/2016/PMJ, obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/201 e Instrução Normativa da Coordenadoria do Controle Interno de Joaçaba 01/2014 e alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Termo de Fomento visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE, parte integrante deste Convênio, cuja finalidade é para o desenvolvimento e manutenção das atividades realizadas, a ser executado pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS**VALOR**

I – O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a serem repassados de acordo com o cronograma de desembolso, em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento;

II – A CONVENIENTE não empregará contrapartida neste Termo de Fomento.

DESPESAS

I – As despesas provenientes da execução deste Termo de Fomento serão custeadas por conta da Dotação do Orçamento do exercício financeiro de 2016.

ORGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 06: ASSESSORIA DE EVENTOS

Proj./Ativ.: 2.023 - MANUTENÇÃO DA GERENCIA DE EVENTOS

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.0 Transferência à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (25)

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

- I – Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo ao presente Termo de Fomento;
- II – Movimentar os recursos por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, sendo admitida a movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor apenas em caráter de exceção, devendo essa circunstância ser devidamente justificada na prestação de contas.
- III – Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Joaçaba, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento, sendo imprescindível a aprovação do Concedente em relação à alteração.
- IV – Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste convênio;
- V – Devolver os recursos e rendimento da aplicação financeira;
- Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;
- VI – Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;
- VII – Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;
- VIII – Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas.
- IX – As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades devem obrigatoriamente atender aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade, devendo ter por referência os orçamentos apresentados juntamente com o Plano de Trabalho quando da solicitação dos recursos.

DO CONCEDENTE

- I – Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste convênio, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;
- II – Publicar extrato resumido do Termo de Fomento;
- III – Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer a cada prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Termo de Fomento deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, no prazo de 90 dias do recebimento da parcela, de forma individualizada.

Para prestar contas a CONVENENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

- I – Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;
- III – Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- IV – Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- V – Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;
- VI – Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;
- VII – Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- VIII – Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- IX – Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar, se for o caso, de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especiais os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha;
- X – Emissão do comparecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;
- XI – Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENENTE.
- XII – As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades devem obrigatoriamente atender aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade, devendo ter por referência os orçamentos apresentados juntamente com o Plano de Trabalho quando da solicitação dos recursos.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

- I – O acompanhamento da execução física do objeto será realizada pelo CONCEDENTE, mediante fiscalização mensal;
- II – Ficam nomeadas os servidores Pedro Belotto e Daniela Aparecida Mattos, para exercerem as funções de fiscais do presente Termo de Fomento;
- III – Os fiscais acima designados deverão emitir relatórios de visitas de acompanhamento, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

CLAUSULA SEXTA – DA PROIBIÇÃO

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

CLAUSULA SÉTIMA – DIREITO DE PROPRIEDADE

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência do presente Termo de Fomento é até 01 de março de 2016.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE**DA CONVENENTE**

I – Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENENTE, restituição do valor total do convênio ou da respectiva parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;

II – Até a regularização da prestação de contas pendente, fica obstada a liberação das parcelas subsequentes.

DO CONCEDENTE

I – O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;

II – Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Instrução Normativa 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas, ou denunciado por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo de Fomento, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Fomento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PAULO DELFINO PINTO

Presidente

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

HOMOLOG PL 27/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016/FMS – PP 21/2016

A Secretária de Saúde Paula Giovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : o Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.

Empresa Vencedora:

SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES -ME

VALOR R\$ 222.160,00

FISCAL : JESIEL DE OLIVEIRA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 02 de dezembro de 2016.

Paula Giovana Kleber

Secretaria- FMS

HOMOLOG PL 80/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016/PMJ

A Secretaria de Educação do Município de Joaçaba Marilde Terezinha Bittencourt, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 81/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 46/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

-Empresas Vencedoras:

AGN FRIOS LTDA

VALOR R\$ 118.650,00

AP OESTE COM. DE ALIMENTOS LTDA

VALOR R\$ 42.989,00

GUILHERME BRAGHIROLI – ME

VALOR R\$ 669.320,00

LA SALUTE IND E COM DE PROD. ALIMENTICIOS

VALOR R\$ 120.000,00

MERCADO E CONFEC. SS DURIGON LTDA-ME

VALOR R\$ 535.378,00

MS TRANSPORTES E COM EIRELI-ME

VALOR R\$ 496.540,00

NUTRI SC COM DE ALIMENTOS LTDA-ME

VALOR R\$ 121.528,40

PRANDO & CARON LTDA-ME

VALOR R\$ 3.864,00

SUPERMERCADO RANSAN LRDA

VALOR R\$ 70.993,00

TRANSLIANA DISTRIB. DE ALIMENTOS LTDA

VALOR R\$ 290.500,00

FISCAL: Fernanda Lunardi (Sec. Educ.), José Otavio Dalmedica (Gabinete Prefeito).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 05 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

MARILDE T. BITTENCOURT

13/2016/FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 02/12/2016		Válido até: 02/12/2017		
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Transporte descontinuado de pacientes em tratamento fora do domicílio, em percursos de 01 a 500 quilômetros, com veículo tipo van, com capacidade mínima de 15 (quinze) lugares, dotado de climatização (quente e frio).	KM	SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (7997)	SIDYTIUR	0	2,2900	1
			REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	2,3000	2
			DALAMAR TRANSPORTES LTDA (8099)	DALAMAR	0	3,4500	3
2	Transporte descontinuado de pacientes em tratamento fora do domicílio, em percursos acima de 501 quilômetros, com veículo tipo van, com capacidade mínima de 15 (quinze) lugares, dotado de climatização (quente e frio).	KM	SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (7997)	SIDYTIUR	0	1,9500	1
			DALAMAR TRANSPORTES LTDA (8099)	DALAMAR	0	1,9800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 02/12/2016 Válido até: 02/12/2017

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)

REUNIDAS

0

2,1500

3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 02/12/2016		Válido até: 02/12/2017			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016
PROCESSO Nº 27/2016

- (7360) - REUNIDAS TURISMO S.A.
- (7997) - SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME
- (8099) - DALAMAR TRANSPORTES LTDA

Joaçaba, 2 de Dezembro de 2016.

24/2016 PMJ

Página: 1/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016								Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	BANANA TIPO CATURRA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,5000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,5500	2
2	LARANJA TIPO PÉRA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,4800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,5000	2
3	BATATINHA LAVADA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,6000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,7000	2
4	APIM - NOVO, LIMPO, CASCA Sã, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE E RESISTENTE, PRAZO DE VALIDADE SEMANAL	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	4,2700	1
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	4,2900	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	4,3500	3
5	CENOURA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,5800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,6000	2
6	Repolho verde, tamanho médio, novo, com folhas sãs e sem rupturas	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,4000	1

Página: 2/26

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,4900	2
7	BETERRABA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,0500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,1000	2
8	Alho nacional, bulbo inteiro, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvido; isento de sujidades, parasitas e larvas.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	28,5000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	29,0000	2
9	Alface nova; folhas sãs e sem rupturas, isentas de sujidades, parasitas e larvas.	PÉ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	1,9800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	1,9900	2
10	MORANGA CABUTIÁ	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,6000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,6500	2
11	Maçã Gala ou Fuji, tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie; sem ferimentos, firme, tenra e com brilho; isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	5,9000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	FUGI	0	6,1000	2

Página: 3/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	MAMÃO	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	4,3500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	FORMOSA	0	4,3700	2
13	Chuchu novo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,8000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,9000	2
14	TOMATE TIPO A	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	4,3000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	4,4900	2
15	TEMPERO VERDE	MÇ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,0000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,0200	2
16	ABOBRINHA - NOVA, COM CASCA Sã E SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,8500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,9000	2
17	Chicória nova, folhas sãs e sem rupturas: isenta de sujidades, parasitas e larvas.	PÉ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,0000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,0100	2

Página: 4/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

18	Brócolis novo, tamanho grande, com folhas sãs e sem rupturas; isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	MQ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,1500	1
19	VAGEM	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,2000	2
20	MELÃO	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	4,0000	1
21	MELANCIA	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,1000	1
22	MANGA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,7000	1
23	Abacaxi pérola, grau médio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiro próprio, tamanho e coloração uniforme, polpa firme e intacta, casca sã e sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	4,6000	1
24	CEBOLA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	4,7000	2
		KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,4000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,5000	2

Página: 5/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016								Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	COUVE FLOR - NOVA, TAMANHO GRANDE, COM FOLHAS SÃS E SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS.	UN	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,6000	1
26	OVOS DE GRANJA VERMELHOS A - TIPO 1						
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,7000	2
		DZ	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	PEDAL	0	4,9500	1
			AGN FRIOS LTDA (11661)	SURDI	0	5,0000	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	5,2000	3
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	5,2200	4
27	LEITE TIPO "C" - PASTEURIZADO	LTO	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	2,9500	1
28	IOGURTE 900 ML	UN	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	3,0100	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)	FRIMESA	0	4,0000	1
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	4,0700	2
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	4,1000	3

Página: 6/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	iogurte 900 ml - sem lactose	UN	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	TIROL	0	8,0000	1
30	QUEIJO TIPO MUSSARELA FATIADO EMBALAGEM 200 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	STA BARBARA	0	4,8000	1
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	5,0500	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	5,0600	3
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	5,0800	4
31	LEITE UHT INTEGRAL - LONGA VIDA - COM 12 LITROS	CX	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1781 LANGUIRU	0	2,2900	1
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	2,3000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	italac	0	2,5000	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	2,8000	4
32	Leite sem lactose	LTO	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	TIROL	0	3,0000	1
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1782 LANGUIRU	0	3,0800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 7/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

33	LEITE DE SOJA	LTR	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PIA	0	3,4000	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	purity	0	4,2900	1
			AGN FRIOS LTDA (11661)	BATAVO	0	4,3000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1495 PURTY	0	4,5900	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	4,7000	4
34	DOCE DE LEITE 900 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MIRIAM	0	6,9900	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	docito	0	8,3000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	3494 DOCITO	0	9,1900	3
35	CREME DE LEITE 200 GRAMAS	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	italac	0	1,5900	1
			TRANSLANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	1,6000	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	1,8500	3

Página: 8/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª (PACOTE DE KG CONGELADO, NÃO EMBALADO A VÁCUO)	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	VARPI	0	14,2000	1
			MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	14,2500	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	19,3300	3
37	FÍGADO BOVINO (PACOTE DE 01 KG CONGELADO, NÃO EMBALADO A VÁCUO)	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	SAO CLEMENTE	0	7,1500	1
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	7,1600	2
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	7,1700	3
38	CARNE BOVINA - PATINHO (CORTADA EM TIRAS PARA STROGNOFF)	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	VARPI	0	19,3000	1
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	19,3300	2
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	19,3600	3
			MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	19,8000	4

Página: 9/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	NATI	0	5,6000	1
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	5,6800	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	6,1300	3
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	6,1500	4
			AGN FRIOS LTDA (11661)	SUBLIMESUL	0	6,2000	5
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	SEVA	0	6,4900	6
40	SALSICHA CONGELADA	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	NAT	0	6,4500	1
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	6,5000	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	6,5600	3
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	6,5700	4
			AGN FRIOS LTDA (11661)	PERDIGÃO	0	6,8000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Página: 10/26

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

41	Presunto fatiado - embalagem com 200 gr	PCT	AGN FRIOS LTDA (11661)	AURORA	0	4,3500	1
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	4,4000	2
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	5,0000	3
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	5,0600	4
42	PALETA BOVINA S/OSSO CORTADA EM ISCAS, CONGELADA, SEM GORDURA (PERCENTUAL ADMITIDO DE ATÉ 5% POR PEÇA), SEM CARTILAGENS E NERVOS, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA, FIRME DE ODOR AGRADAVEL, ACONDICIONADA EM PACOTE DE 01 QUILO, ROTULADO: A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, A ROTULAGEM DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO, AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, DATA DE VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PROCEDÊNCIA, NOME E/OU MARCA, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	VARPI	0	13,0900	1
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	13,1000	2
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	13,1300	3
43	PEITO DE FRANGO SEM OSSO, CONGELADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	NATI	0	8,3900	1
			AGN FRIOS LTDA (11661)	SUBLIMESUL	0	8,4000	2

Página: 11/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	9,3600	3
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	9,4000	4
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	9,4700	5
44	File de peixe congelado - tilápia - pacote de 01 kg	KG	AGN FRIOS LTDA (11661)	RIO VIVO	0	21,0000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	RIO VIVO	0	21,7300	2
45	AÇÚCAR CRISTAL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	ALTO ALEGRE	0	2,8000	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	cedro	0	2,8300	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1873 CEDRO	0	2,9500	3
46	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	NARDENE/ALFINETE	0	2,5800	1
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1269 MINUTINHO	0	2,6000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	minutinho	0	2,6100	3
47	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL I	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	marx	0	1,4800	1

Página: 12/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	1,5000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	4107 FIDALGA	0	1,7900	3
48	FEIJAO PRETO TIPO 01	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	NARDELE	0	4,8600	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	azulao	0	6,7500	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	URBANO	0	7,3800	3
49	LENTILHA - PACOTE COM 500 gr	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	AMAFIL	0	8,5000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	JUREIA	0	9,1500	2
50	MASSA COM OVOS TIPO SPAGUETTI/PARAFUSO/FARFALLE	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	OLIARI	0	2,9800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	FLOR DE US	0	2,9900	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	rosane	0	3,0900	3
51	DOCE DE FRUTAS EM PASTA (FIGO, UVA, MORANGO)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	DI FRITI	0	5,2600	1

Página: 13/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016								Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário		Classif.

52	MILHO VERDE EM CONSERVA (ÁGUA E SAL) - SEM GLÚTEM - 200 GR DRENADOS.	CX	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	6,1200	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	6,1400	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	GOIAS	0	1,5000	1
53	ERVILHA EM CONSERVA (ÁGUA E SAL) - SEM GLÚTEM - 200 GR DRENADOS	CX	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	predilecta	0	1,5500	2
			AGN FRIOS LTDA (11661)	FUGINI	0	2,0000	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	GOIAS	0	1,3900	1
54	OLEO DE SOJA - 900 ML	LTA	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	predilecta	0	1,7000	2
			AGN FRIOS LTDA (11661)	FUGINI	0	1,9000	3
			AGN FRIOS LTDA (11661)	COAMO	0	3,1500	1
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	3,1900	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	coamo	0	3,4500	3
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	*SOYA	0	3,4900	4

Página: 14/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016								Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário		Classif.

55	Óleo de Milho - 900 ml	UN	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	LIZA	0	3,6400	5
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	SUA VIT	0	5,9900	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	SALADA	0	6,0000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	5075 VITALIV	0	6,6800	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	liza	0	7,2200	4
56	MARGARINA COM SAL - 77% DE LIPÍDIOS	KG	AGN FRIOS LTDA (11661)	VIGOR	0	4,5000	1
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	6,0000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1233 PRIME	0	6,0700	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	6,0700	4
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	coamo	0	6,0700	5
57	Extrato de tomate - lata de 850 gramas	LTA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	QUERO	0	5,0900	1
			AGN FRIOS LTDA (11661)	D AJUDA	0	5,1000	2

Página: 15/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	dajuda	0	5,2400	3
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1078 DAJUDA	0	5,9900	4
58	FERMENTO EM PÓ, LATA COM 250 GR	LTA	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	trizante	0	4,1500	1
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	4,2000	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ROYAL	0	6,4700	3
59	AMIDO DE MILHO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	LORENZ	0	3,0500	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	soley	0	3,0900	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1746 LEO	0	4,9900	3
60	SAL REFINADO IODADO	KG	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	GARCA	0	0,9700	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	soley	0	0,9800	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	1,3000	3
61	VINAGRE DE VINHO TINTO - 750 ML	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	KOLLER	0	2,7900	1

Página: 16/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	FERMENTO SECO PARA PÃO- 500 Gramas	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	KOLLER	0	2,8000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	koller	0	3,1000	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	LEVEPAN	0	13,0000	1
63	FARINHA DE FUBÁ - FINA	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	apti	0	13,1000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	APTI	0	16,6600	3
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	DALLA	0	1,8900	1
66	BISCOITO DOCE (SEM GLÚTEM) - sem lactose. EMBALAGEM 150 GRAMAS.	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	dalla	0	1,9000	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	2,3000	3
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	VITAL	0	9,8600	1
67	BISCOITO SALGADO - SEM GLUTEN - EMBALAGEM 80 GRAMAS	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	VITAL	0	8,4900	1
69	SAGU - TIPO 1	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	PRATA	0	4,9800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	LAGES	0	4,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Página: 17/26

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	1186 PRATA	0	5,1800	3
70	CHÁ - ERVA DOCE/ CAMOMILA/ CIDREIRA/ MELISSA - CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	CHILENO	0	2,6700	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LEAO	0	4,4500	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	4,9800	3
71	Suco concentrado 100% natural - diversos sabores	LTR	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	BELA VITA	0	5,8000	1
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	ALIANCA	0	5,8900	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NELI	0	10,4900	3
72	MASSA FINA COM OVOS (CABELO DE ANJO, LETRINHAS, CONCHINHAS)	KG	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	ISABELA	0	5,0100	1
73	Massa com ovos tipo parafuso - sem glúten / sem lactose - embalagem de 500 gr	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	URBANO	0	5,9000	1
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	5,9800	2
74	GELATINA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	NELAR	0	7,0000	1
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	7,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Página: 18/26

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

75	CAFÉ TORRADO E MOÍDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA DA ABIC - 500 GR - (Associação Brasileira de Indústria do Café) - 500 gr)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	soley	0	7,8300	3
	LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)				0	8,6100	4
	SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)				0	8,6300	5
76	CHOCOLATE EM PÓ - 500 GR - PCTE	PCT	MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	NEILAR	0	3,2000	1
	LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)				0	5,2100	2
	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)				0	5,2100	3
	SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)				0	5,2500	4

Página: 19/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	CHOCOLATE EM PÓ (SEM GLUTEM)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	APTI	0	6.8000	1
			SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME (11159)		0	3.1000	2
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	12.9900	3
78	FARINHA INTEGRAL	KG	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	3923 PAN FACIL	0	2.4800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	SPECHT	0	2.5000	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	3.6000	3
79	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA TIPO 1	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	moncil	0	3.1500	1
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	3492 MONSIL	0	3.2000	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	3.2500	3
80	PÃO PARA CACHORRO-QUENTE	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MONCIL	0	8.1000	1
			MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)		0	8.1800	2

Página: 20/26

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016

Data do Registro: 05/12/2016

Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	9,7200	3
81	BOMBOM DE 30 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	SERENATA	0	0,5400	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	amor carioca	0	0,5500	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	NEUGUEBAUER	0	0,5700	3
82	PIPOCA DOCE PCTE 60 GR	PCT	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME (11662)	EXPLOSAO	0	1,1000	1
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	1,2000	2
			LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT (11160)		0	1,6500	3
83	PIRULITO REDONDO 10 GR	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	prodasa	0	0,1500	1
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	0,3300	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	NEUGUEBAUER	0	0,3500	3
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	BIG BIG	0	0,3500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Página: 21/26

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

84	CEREAL MATINAL DE MILHO EM FLOCOS - SEM AÇÚCAR 200 GR	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	(11184) nutrimantal	0	11,7500	1
85	Aveia em flocos finos - 200 gr	CX	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	(10582) 1196 APTI	0	2,0000	1
			MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA - ME	(10029)	0	2,0500	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	(11184) apti	0	2,1400	3
86	AÇÚCAR DE BAUNILHA - TUBO COM 40 GR	TB	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	(10582) 1639 APTI	0	1,0800	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	(11184) incas	0	1,1000	2
			MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA - ME	(10029)	0	1,8000	3
87	CANELA EM PÓ - FRASCO COM 30 GRAMAS	FRC	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	(11184) incas	0	2,1000	1
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	(10582) 1967 APTI	0	2,1400	2
			MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA - ME	(10029)	0	2,6000	3
88	ORÉGANO - Pcte 10 gr.	UN	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	(10582) 1250 APTI	0	1,2900	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA	(6878) APTI	0	1,3000	2

Página: 22/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	1,3500	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	incas	0	1,4600	4
89	CAFÉ TORRADO E MOÍDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA DA ABIC - 500 GR - (Associação Brasileira de Indústria do Café) - 500 gr)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	odebracht	0	7,3000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	TROPEIRO	0	7,3400	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	5013 OURO	0	7,4800	3
90	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ N. 103 - COM 30 UNIDADES	CX	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	briguita	0	2,3500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRIGITA	0	2,4000	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	2,4800	3
91	AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL - PCTE 5 KG	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	sabor doce	0	14,9300	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	DOCULA	0	14,9400	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	15,8000	3
92	AGUA MINERAL SEM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDOS COM 12 UNIDADES	FDO	PRANDO & CARON LTDA - ME (7815)	ACQUA 10	0	8,1800	1

Página: 23/26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 05/12/2016 Válido até: 05/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	ÁGUA MINERAL COM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDO COM 12 UNIDADES	FDO	PRANDO & CARON LTDA - ME (7815)	ACQUA 10	0	9,4000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CRISTAL PREMIUM	0	9,5000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	2645 TREZE TILIAS	0	11,8800	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	treze tilias	0	12,0000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ACQUA	0	12,5000	5
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	12,6000	6
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	treze tilias	0	8,3000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	2644 TREZE TILIAS	0	9,4800	3
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	11,0000	4
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	treze tilias	0	11,0000	5
93	ÁGUA MINERAL COM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDO COM 12 UNIDADES	FDO	PRANDO & CARON LTDA - ME (7815)	ACQUA 10	0	9,4000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CRISTAL PREMIUM	0	9,5000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	2645 TREZE TILIAS	0	11,8800	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	treze tilias	0	12,0000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ACQUA	0	12,5000	5
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	12,6000	6
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	treze tilias	0	8,3000	2
			AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)	2644 TREZE TILIAS	0	9,4800	3
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	11,0000	4
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)	treze tilias	0	11,0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Página: 24/26

Número do Registro de Preços: 24/2016			Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	LEITE UHT INTEGRAL - LONGA VIDA - COM 12 LITROS	CX	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	P/A	0	26,9000	1
	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)				0	27,0000	2
	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11184)			italac	0	29,5000	3
	AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (10582)			1781 LANGUIRU	0	29,5200	4
	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)				0	30,2400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Página: 25/26

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	TIROL	0	30,6000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 05/12/2016		Válido até: 05/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016
PROCESSO Nº 80/2016

- (6239) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (6876) - SUPERMERCADO RANSAN LTDA
- (7815) - PRANDO & CARON LTDA - ME
- (10029) - MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME
- (10132) - GUILHERME BRAGHIROLLI - ME
- (10390) - TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
- (10582) - AP OESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
- (11159) - SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME
- (11160) - LA SALUTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT
- (11184) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
- (11661) - AGN FRIOS LTDA
- (11662) - MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME

Joaçaba, 5 de Dezembro de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 344/2016**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 344/2016 DE 06/12/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor Murilo Girardi, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref.G-2, sob nº da CNH 04239218608, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Master, Placa MLW 3315, no período de 06.12.2016 à 08.12.2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 06 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0097/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO JHL 0097/2016

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0020/2016

TOMADA DE PREÇOS JHL 0015/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N 0081/2015

PROTOCOLO Nº 3416/2015

Data: 07/12/2016

Objeto: Com fundamento no artigo 57, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência e de execução do objeto do contrato aditado em 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

Contratado: FK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

VALOR: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 10/02/2017 a 09/06/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

CONTRATO 78/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 78/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DANIELI DE SOUZA PORTO, inscrita no CNPJ sob n.º 17.891.568/0001-42, com Rua Raimundo de Brito, 136 Bom Jesus Lages/SC CEP 88.503-420.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;

2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria

2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 17/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DEDETIZADORA BARROS LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 86.838.547/0001-86 com sede na Rua Álvaro Nery dos Santos, Nº 223 Várzea – Lages/SC CEP. 88.511-30

Resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 17/2016, Conforme parecer jurídico nº 1101/2016, Processo Licitatório nº 314/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 159/2015 homologado em 21/01/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2017;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2017, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares. Lages, 07 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 17/2016 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA NEMA ELETROTÉCNICA LTDA, Inscrita no CNPJ sob

n.º 80.756.893/0001-39, com sede a Rua XV de Novembro, 1122 Laranjeiras – Rio do Sul/SC CEP 89.167-328.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 17/2016, Conforme parecer jurídico n. 1094/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2016, correlato a Tomada de Preço nº 04/2016, a homologado em 09/08/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.3 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da SEMASA, nos termos dispostos no parágrafo 1º do Art. 57 da Lei 8666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da SEMASA, nos termos dispostos no parágrafo 1º do Art. 57 da Lei 8666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 07 de dezembro de 2016.

Benjamin Schultz.

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 18/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 79.511.879/0001-96 com sede na Rua José Soares Silvério, 446 Santa Maria Lages/SC CEP 88.523-2058

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 18/2016, Conforme parecer jurídico nº 1101/2016, Processo Licitatório nº 314/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 159/2015 homologado em 21/01/2016, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2017;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2017, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 07 de dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 71/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 71/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE ASSISTENCIA AOS MENORES – ALAM -, inscrita no CNPJ sob n.º 82.794.546/0001-26, com sede Av. Mal. Castelo Branco 1400, Caravágio Lages/SC CEP 88.526-075.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em

30/11/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;

2.2 Da apresentação, dia 06/12/2016 às 20:45 horas, Catedral

2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 72/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 72/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ANDIARA GABRIELLE DE OLIVEIRA DE MEDEIROS, inscrita no CNPJ sob n.º 16.758.996/0001-39, com sede Rua Quinze de novembro, 877 Coral Lages/SC. CEP 88.523-010.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;

2.2 Da apresentação, 15 apresentações, conforme planilha Secretaria

2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 73/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 73/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ANDRE WILSON SILVA MEDEIROS, inscrita no CNPJ sob n.º 23.371.787/0001-01, com sede Rua Sebastião Walter de Oliveira, 95 São Pedro Lages/SC CEP 88.505-115.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;

2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria

2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 74/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 74/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL MATAKITERANI, inscrita no CNPJ sob n.º 04.844.827/0001-32, com Rua João José Godinho, 400 Morro do Posto Lages/SC CEP 88.506-080.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;

2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria

2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.800,00 (quatro mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 75/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 75/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ORQUETA SINFONICA MUSICOS VOLUNTARIOS DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 10.693.813/0001-68, com Rua Baependi, 285 Centro Lages/SC CEP 88.502-140.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;

2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria

2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 76/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 75/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ORQUETA SINFONICA MUSICOS VOLUNTARIOS DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 10.693.813/0001-68, com Rua Baependi, 285 Centro Lages/SC CEP 88.502-140.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº

1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;
- 2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria
- 2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 77/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 77/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 75.232.808/0001-09, com Av. Luis de Camões, 1736 Conta Dinheiro Lages/SC CEP 88.500-000.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;
- 2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria
- 2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 79/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 79/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ELI GONÇALVES DA LUZ, inscrita no CPF sob n.º 017.757.60-01, com sede Rua Itajaí, 227 Petrópolis Lages/SC CEP 88.505-360.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;
- 2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria
- 2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 80/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 80/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO NEREU RAMOS, inscrita no CNPJ sob n.º 02.540.644/0001-06, com sede Rua Josaphat Lenzi, 49 Brusque Lages/SC CEP 88.503-030.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1077/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 149/2016, correlato a Inexigibilidade de Licitação 09/2016, homologado em 30/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de apresentações artísticas para o Natal Felicidade 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 De Início, da assinatura do Presente contrato;
- 2.2 Da apresentação, conforme planilha Secretaria
- 2.3 Da Vigência Contratual, até 31/12/2106

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Lages, 30 de novembro de 2016.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO PP 24-2016 FMAS**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- Excluir itens 19 e 22.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 07 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/Laguna, no uso de suas atribuições Legais e Regimentais nos Termos da Lei Municipal “Lei complementar Nº 164 de 18 de setembro de 2007”, RESOLVE:

Art.1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente gestão 2014/2016, em reunião ordinária realizada no dia 09 de novembro de 2017, de acordo com a Ata de Nº 11/2016, Resolve nomear os representantes da Comissão Intersectorial do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo:

Vinicius Lauffer dos Santos- Conselheiro do CMDCA;

Gladys dos Santos Alcântara- Presidente do CMDCA;

Adriana Maciel Machado- Representante da secretaria de Assistência;

Adriana de Amorim Luiz- Conselheira Tutelar;

Ynnis Zin Siqueira- Conselheira Tutelar

Maria Helena Fernandes- Representante da Secretaria de Saúde;

Simone Belmiro- Secretária de Educação;

Samira dos Santos Pereira- Representante da Sociedade Civil;

Renata Fáisca Nunes- Representante da Sociedade Civil;

Isadora dos Santos Damas- Representante dos Adolescentes;

Patrick Medeiros da Silva- Representante dos Adolescentes.

Laguna, 09 de novembro de 2016.

Gladys dos Santos Alcântara.

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/Laguna, no uso de suas atribuições Legais e Regimentais nos Termos da Lei Municipal “Lei complementar Nº 164 de 18 de setembro de 2007”, RESOLVE:

Art.1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente gestão 2014/2016, em reunião ordinária realizada no dia 09 de novembro de 2016, de acordo com a Ata de Nº 11/2016, Resolve liberar as Férias das Conselheiras Tutelares do Município de Laguna, a partir do Mês de janeiro de 2017.

Art. 2º - As conselheiras Tutelares deverão gozar de suas férias individuais, em uma escala consecutiva de aquisição.

Art. 3º - A conselheira suplente requisitada de acordo com a ordem de classificação do Processo eleitoral para conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020, substituirá as conselheiras titulares, em período de férias.

Parágrafo Único- A Conselheira apta a assumir a vacância de férias de conselheira titular deverá apresentar-se no setor de RH da Prefeitura de Laguna, para devida efetivação da sua admissão.

Laguna, 07 de dezembro de 2016.

Gladys dos Santos Alcântara.

Presidente do CMDCA

Lauro Muller

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2016 SEGUNDA RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER, Estado de Santa Catarina, por meio do INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA - ME, na forma prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e regido de acordo com as Leis Municipais pertinentes, RESOLVE fazer a Segunda Retificação do Edital do Processo Seletivo nº 001/2016 de Lauro Muller-SC, conforme segue:

Lauro Muller, 06 de dezembro de 2016.

Comissão do Processo Seletivo

I) ONDE SE LÊ:

ANEXO I

Cargo/Emprego, Requisitos Mínimos Exigidos, Carga Horária Semanal, Tipo de Prova e Período.

Cargo	Habilitação	Carga Horária	Tipo de Prova	Período
Professor de Pedagogia Educação Infantil (Creches/Pré-Escola)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena Pedagogia de Educação Infantil. Remuneração: R\$ 1.918,28+ 20% Regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Infantil. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% Regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Educação Infantil	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Nível Médio do Curso de Magistério. Remuneração: R\$ 1.278,88 Não Habilitado – Cursando o Ensino Médio do Curso de Magistério na 4ª Série Remuneração: R\$ 1.278,88	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Ensino Fundamental	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Nível Médio do Curso de Magistério. Remuneração: R\$ 1.278,88 Não Habilitado – Cursando o Ensino Médio do Curso de Magistério na 4ª Série ou Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação Pedagogia Remuneração: R\$ 1.278,88	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor de Pedagogia Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena de Pedagogia em Anos Iniciais. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia – Anos Iniciais. Remuneração: RS 1.576,21 + 20 % regência.	Até 40h	Objetiva	TARDE
Professor Ensino Fundamental Português (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras – Português. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura, Letras – Português. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ

Professor Ensino Fundamental Ciências (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Matemática (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena - Matemática. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental História (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena - História. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Geografia (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena - Geografia. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Inglês (1º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras - Inglês. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena Letras - Inglês. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Artes (Infantil ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena Letras - Artes. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Educação Física (Infantil ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena – Educação Física. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar Administrativo	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Ensino Médio e 100 horas de Curso de Informática. Remuneração: R\$ 1.760,00*	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Serviços Gerais	Conclusão do Nível Fundamental. Remuneração: R\$ 880,00	Até 40h	Objetiva	MANHÃ

II) LEIA – SE:

ANEXO I

Cargo/Emprego, Requisitos Mínimos Exigidos, Carga Horária Semanal, Tipo de Prova e Período.

Cargo	Habilitação	Carga Horária	Tipo de Prova	Período
Professor de Pedagogia Educação Infantil (Creches/Pré-Escola)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena Pedagogia de Educação Infantil. Remuneração: R\$ 1.918,28+ 20% Regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ

Professor de Pedagogia Educação Infantil (Creches/Pré-Escola)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Infantil. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% Regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Educação Infantil	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Nível Médio do Curso de Magistério. Remuneração: R\$ 1.278,88	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Educação Infantil	Não Habilitado – Cursando o Ensino Médio do Curso de Magistério na 4ª Série Remuneração: R\$ 1.278,88	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Ensino Fundamental	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Nível Médio do Curso de Magistério. Remuneração: R\$ 1.760,00	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar de Ensino Fundamental	Não Habilitado – Cursando o Ensino Médio do Curso de Magistério na 4ª Série ou Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação Pedagogia Remuneração: R\$ 1.760,00	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor de Pedagogia Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena de Pedagogia em Anos Iniciais. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	TARDE
Professor de Pedagogia Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia – Anos Iniciais. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20 % regência.	Até 40h	Objetiva	TARDE
Professor Ensino Fundamental Português (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras – Português. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Português (6º ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura, Letras – Português. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Ciências (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Ciências (6º ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Matemática (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Matemática (6º ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena - Matemática. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental História (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ

Professor Ensino Fundamental História (6º ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena - História. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Geografia (6º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Geografia (6º ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena - Geografia. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Inglês (1º ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras - Inglês. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Inglês (1º ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena Letras - Inglês. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Artes (Infantil ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Artes (Infantil ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena Letras - Artes. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Educação Física (Infantil ao 9º Ano)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Remuneração: R\$ 1.918,28 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Professor Ensino Fundamental Educação Física (Infantil ao 9º Ano)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura Plena – Educação Física. Remuneração: R\$ 1.576,21 + 20% regência.	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Auxiliar Administrativo	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Ensino Médio e 100 horas de Curso de Informática. Remuneração: R\$ 1.278,00	Até 40h	Objetiva	MANHÃ
Serviços Gerais (Servente e Cozinheira)	Conclusão do Nível Fundamental. Remuneração: R\$ 880,00	Até 40h	Objetiva	MANHÃ

III) ONDE SE LÊ:

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

Professor de Pedagogia Educação Infantil (Creche/Pré-Escola)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;

- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Auxiliar de Educação Infantil

Descrição Sumária:

- Auxiliar os docentes em creches e jardins, no tocante ao atendimento as crianças.

Descrição Detalhada:

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino de Educação Infantil no tocante a:

- Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário escolar.
- Realizar tarefas de banho e higiene das crianças.
- Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados.
- Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação.
- Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças.
- Auxiliar na recreação e atividade de coordenação psicomotora das crianças.
- Executar toda e qualquer tarefa compatíveis com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretária Municipal de Educação.

Auxiliar de Ensino Fundamental

- Normatizar a função de professor auxiliar de classe dos Anos Iniciais nas escolas de rede municipal de ensino.
- Auxiliar nas classes que possuem alunos com deficiência e/ou necessitem de um professor auxiliar de classe pra melhor atender aos alunos.
- Ajudar o professor titular no atendimento de todos os alunos e não somente àqueles que possuem deficiência.
- Ajudar em todas as atividades pedagógicas o professor titular da classe, bem como participar de todas as atividades propostas pela unidade escolar, cumprindo todas as atividades pertinentes à função.

Professor de Pedagogia Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Português (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Ciências (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Matemática (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;

- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental História (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Geografia (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;

- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Inglês (1º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor de Ensino Fundamental Artes (Infantil ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Educação Física (Infantil ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Auxiliar Administrativo

Descrição Detalhada:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários.
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos.
- Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviços, circulares, resoluções e demais documentos.
- Redigir, revisar, organizar, digitar expediente a ser submetido ao diretor da unidade escolar.
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores.
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso.
- Comunicar ao diretor da unidade escolar toda irregularidade que venha a ocorrer no órgão.
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo.
- Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente da unidade escolar.
- Executar trabalhos referentes a registro e controle de serviços contábeis e estatísticos.
- Expedir registros, históricos escolares e outros documentos, sob orientação do diretor da unidade escolar.
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem.
- Colaborar, no que for da sua área de atuação, na execução de programas e projetos educacionais.
- Atuar, nas atividades relacionadas à disciplina, no âmbito da unidade escolar.
- Colaborar com os professores, promovendo atividades para o bom relacionamento do alunos com todos os segmentos da unidade escolar.
- Promover a sociabilidade entre alunos, professores e direção da unidade escolar.
- Manter contatos constantes com alunos e professores no que diz respeito à integração dos mesmos nos grêmios, associações, etc.
- Atuar no controle da frequência dos alunos e professores.
- Auxiliar a direção da unidade escolar no que se refere às atividades de administração de pessoal: controle de férias, distribuição de folha de pagamento e instrução de processos relativos à solicitações de benefícios, etc.
- Auxiliar no controle de estoques, classificando, codificando e controlando o material permanente de consumo.
- Auxiliar na área de coleta e processamento de dados utilizando sistemas manuais e mecanizados.
- Coletar, registrar e transmitir dados relativos as atividades da unidade escolar.
- Atuar, em qualquer caso, nas tarefas administrativas compatíveis com sua área de atuação e mediante as necessidades da escola.
- Aplicar as técnicas administrativas de formação no âmbito da unidade escolar, quando for o caso.
- Executar eventualmente outras tarefas correlatas.

Auxiliar de Serviços Gerais

Descrição Sumária:

- Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral; ajudar na remoção e arrumação de móveis e utensílios;
- Fazer serviços de faxina em geral;
- Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;
- Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
- Limpar e arrumar banheiros e toaletes;
- Lavar e encerar assoalhos;
- Executar a limpeza do Plenário, antes e após reuniões;
- Coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados;
- Lavar vidros, espelhos e persianas;
- Varrer pátios;
- Fazer merenda escolar, café, chás e servi-los aos alunos;
- Fechar portas, janelas e vidros de acesso;
- Executar outras tarefas afins.

IV) LEIA – SE:

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

Professor de Pedagogia Educação Infantil (Creche/Pré-Escola)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Auxiliar de Educação Infantil

Descrição Sumária:

- Auxiliar os docentes em creches e jardins, no tocante ao atendimento as crianças.

Descrição Detalhada:

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino de Educação Infantil no tocante a:

- Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário escolar.
- Realizar tarefas de banho e higiene das crianças.
- Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados.
- Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação.
- Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças.
- Auxiliar na recreação e atividade de coordenação psicomotora das crianças.
- Executar toda e qualquer tarefa compatíveis com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretária Municipal de Educação.

Auxiliar de Ensino Fundamental

- Normatizar a função de professor auxiliar de classe dos Anos Iniciais nas escolas de rede municipal de ensino.
- Auxiliar nas classes que possuem alunos com deficiência e/ou necessitem de um professor auxiliar de classe pra melhor atender aos alunos.
- Ajudar o professor titular no atendimento de todos os alunos e não somente àqueles que possuem deficiência.
- Ajudar em todas as atividades pedagógicas o professor titular da classe, bem como participar de todas as atividades propostas pela unidade escolar, cumprindo todas as atividades pertinentes à função.

Professor de Pedagogia Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Português (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Ciências (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;

- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Matemática (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental História (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Geografia (6º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Inglês (1º ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor de Ensino Fundamental Artes (Infantil ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor Ensino Fundamental Educação Física (Infantil ao 9º Ano)

Descrição Sumária:

- Realizar o exercício da docência, em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Descrição Detalhada:

- Participar da elaboração do Regime Escolar e proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular de escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Mantar-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Auxiliar Administrativo

Descrição Detalhada:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários.
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos.
- Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviços, circulares, resoluções e demais documentos.
- Redigir, revisar, organizar, digitar expediente a ser submetido ao diretor da unidade escolar.
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores.
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso.
- Comunicar ao diretor da unidade escolar toda irregularidade que venha a ocorrer no órgão.
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo.
- Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente da unidade escolar.
- Executar trabalhos referentes a registro e controle de serviços contábeis e estatísticos.
- Expedir registros, históricos escolares e outros documentos, sob orientação do diretor da unidade escolar.
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem.
- Colaborar, no que for da sua área de atuação, na execução de programas e projetos educacionais.
- Atuar, nas atividades relacionadas à disciplina, no âmbito da unidade escolar.
- Colaborar com os professores, promovendo atividades para o bom relacionamento do alunos com todos os segmentos da unidade escolar.
- Promover a sociabilidade entre alunos, professores e direção da unidade escolar.
- Manter contatos constantes com alunos e professores no que diz respeito à integração dos mesmos nos grêmios, associações, etc.
- Atuar no controle da frequência dos alunos e professores.
- Auxiliar a direção da unidade escolar no que se refere às atividades de administração de pessoal: controle de férias, distribuição de folha de pagamento e instrução de processos relativos à solicitações de benefícios, etc.
- Auxiliar no controle de estoques, classificando, codificando e controlando o material permanente de consumo.
- Auxiliar na área de coleta e processamento de dados utilizando sistemas manuais e mecanizados.
- Coletar, registrar e transmitir dados relativos as atividades da unidade escolar.
- Atuar, em qualquer caso, nas tarefas administrativas compatíveis com sua área de atuação e mediante as necessidades da escola.
- Aplicar as técnicas administrativas de formação no âmbito da unidade escolar, quando for o caso.
- Executar eventualmente outras tarefas correlatas.

Serviços Gerais (Servente e Cozinheira)**Descrição Sumária: Servente**

- Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral; ajudar na remoção e arrumação de móveis e utensílios;
- Fazer serviços de faxina em geral;
- Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;
- Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
- Limpar e arrumar banheiros e toaletes;
- Lavar e encerar assoalhos;
- Executar a limpeza do Plenário, antes e após reuniões;
- Coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados;
- Lavar vidros, espelhos e persianas;
- Varrer pátios;
- Fazer merenda escolar, café, chás e servi-los aos alunos;
- Fechar portas, janelas e vidros de acesso;
- Executar outras tarefas afins.

Descrição Sumária: Cozinheira

- Solicitar os gêneros alimentícios necessários para o preparo das refeições;
- Preparar as refeições, de acordo com o cardápio estabelecido;
- Disponibilizar as refeições nos locais e horários estabelecidos;
- Manter a higiene pessoal ao manusear alimentos e bebidas;
- Utilizar adequadamente os equipamentos e utensílios básicos de cozinha;
- Prevenir a contaminação dos alimentos;
- Manejar adequadamente as sobras, separar e classificar o lixo;
- Higienizar e conservar continuamente limpos e organizados os utensílios, os equipamentos e as instalações da cozinha;
- Coletar e conservar adequadamente as amostras dos alimentos preparados;
- Auxiliar na limpeza da cozinha, talheres, panelas e louças;
- Realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata.

V) ONDE SE LÊ:**9 – DA ADMISSÃO**

9.1 - A convocação para admissão obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município de LAURO MULLER/Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, por tempo determinado, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

9.2 - A simples aprovação no Processo Seletivo não gera direito à admissão, pois a Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

9.3 - Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

9.4 - Por ocasião da convocação que antecede a contratação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

9.5 - A convocação que trata o item anterior será realizada através de publicação no Diário Oficial do Município de LAURO MULLER e por correspondência e, o candidato deverá apresentar-se à Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC na data estabelecida no mesmo.

9.6 - Os candidatos convocados deverão apresentar originais e cópia simples dos documentos discriminados a seguir: Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia da página contendo a foto e da qualificação civil/pessoal), Certidão de Nascimento ou Casamento, Título de Eleitor, Comprovantes de votação nas 2 (duas) últimas eleições, Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, Cédula de Identidade – RG ou RNE, 3 (três) fotos 3x4 recente, Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro, Cadastro de Pessoa Física – CPF/CIC, Comprovantes de escolaridade, Certidão de Nascimento dos filhos, Caderneta de Vacinação do candidato e dos filhos menores de 14 anos (se houver), comprovante do tempo de experiência quando solicitado e Atestados de Antecedentes Criminais.

9.7 - Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC poderá solicitar outros documentos complementares.

9.8 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

9.9 - Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Processo Seletivo fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

9.10 - O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

9.11 - No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência Definitiva.

9.12 - O não comparecimento, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, comprovado através de Termo de Convocação e Aviso de Recebimento.

9.13 - O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC, após o resultado final.

VI) LEIA - SE:

9 – DA ADMISSÃO

9.1 - A convocação para admissão obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município de LAURO MULLER/Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, por tempo determinado, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

9.2 - A simples aprovação no Processo Seletivo não gera direito à admissão, pois a Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

9.3 - Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

9.4 - Por ocasião da convocação que antecede a contratação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

9.5 - A convocação que trata o item anterior será realizada através de publicação no Diário Oficial do Município de LAURO MULLER e por correspondência e, o candidato deverá apresentar-se à Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC na data estabelecida no mesmo.

9.6 - Os candidatos convocados deverão apresentar originais e cópia simples dos documentos discriminados a seguir: Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia da página contendo a foto e da qualificação civil/pessoal), Certidão de Nascimento ou Casamento, Título de Eleitor, Comprovantes de votação nas 2 (duas) últimas eleições, Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, Cédula de Identidade – RG ou RNE, 3 (três) fotos 3x4 recente, Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro, Cadastro de Pessoa Física – CPF/CIC, Comprovantes de escolaridade, Certidão de Nascimento dos filhos, Caderneta de Vacinação do candidato e dos filhos menores de 14 anos (se houver), comprovante do tempo de experiência quando solicitado e Atestados de Antecedentes Criminais.

9.6.1 – O comprovante de habilitação será exigido no ato da admissão.

9.7 - Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC poderá solicitar outros documentos complementares.

9.8 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

9.9 - Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Processo Seletivo fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

9.10 - O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

9.11 - No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência Definitiva.

9.12 - O não comparecimento, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, comprovado através de Termo de Convocação e Aviso de Recebimento.

9.13 - O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Prefeitura do Município de LAURO MULLER/SC, após o resultado final.

Lebon Regis

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PR18/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº PR18/2016 PROCESSO LICITATÓRIO 51/2016

OBJETO: Processo licitatório para aquisição de insumos para confecção do bolo com 58 metros de comprimento que será oferecido aos munícipes em comemoração do 58º aniversário de emancipação político administrativa deste município, e de cestas natalina para distribuição aos servidores públicos deste município, conforme lei ordinária Nº1504/2014. Data de Homologação: 05/12/2016, Licitantes Homologados:

Lote	Fornecedor vencedor	Menor valor (R\$)
1	SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	34.546,60
2	MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI - ME	11.725,00

Lebon Regis, 05/12/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 56/2016

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 56/2016 licitação: PR18/2016.

Objeto: Processo licitatório para aquisição de insumos para confecção do bolo com 58 metros de comprimento que será oferecido aos munícipes em comemoração do 58º aniversário de emancipação político administrativa deste município, e de cestas natalina para distribuição aos servidores públicos deste município, conforme lei ordinária Nº1504/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI - ME - 19.564.211/0001-85.

Valor: R\$ 11.725,00 (onze mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Vigência: 05/12/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 05/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 57/2016

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 57/2016 licitação: PR18/2016.

Objeto: Processo licitatório para aquisição de insumos para confecção do bolo com 58 metros de comprimento que será oferecido aos munícipes em comemoração do 58º aniversário de emancipação político administrativa deste município, e de cestas natalina para distribuição aos servidores públicos deste município, conforme lei ordinária nº1504/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA - 83.054.924/0001-06.

Valor: R\$ 34.546,60 (trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos).

Vigência: 05/12/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 05/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 121/2016

DECRETO N.º 121, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 18.900,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.500,00
Função	04	Administração	6.500,00
Sub-função	122	Administração Geral	6.500,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	6.500,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças.	6.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.500,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	500,00
Função	12	Educação	500,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	300,00
Programa	0004	Educação é Tudo	300,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remun. de Profissionais do Magistério – Ens. Fundamental (60% FUNDEB)	300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	300,00
Sub-Função	365	Ensino Infantil	200,00
Programa	0004	Educação é Tudo	200,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remun. de Profissionais do Magistério – Ens. Infantil (60% FUNDEB)	200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	200,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	500,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício).	500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.400,00
Função	26	Transporte	5.400,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	5.400,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.400,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	5.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.400,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	6.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	6.500,00
Função	20	Agricultura	6.500,00
Sub-função	606	Extensão Rural	6.500,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	6.500,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	6.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.500,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			18.900,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.500,00
Função	04	Administração	6.500,00
Sub-função	122	Administração Geral	6.500,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	6.500,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças.	6.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.500,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.500,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	500,00
Função	12	Educação	500,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	300,00
Programa	0004	Educação é Tudo	300,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remun. de Profissionais do Magistério – Ens. Fundamental (60% FUNDEB)	300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	300,00
Sub-Função	365	Ensino Infantil	200,00
Programa	0004	Educação é Tudo	200,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remun. de Profissionais do Magistério – Ens. Infantil (60% FUNDEB)	200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	200,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	500,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício).	500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.400,00
Função	26	Transporte	5.400,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	5.400,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.400,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	5.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.400,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.400,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	6.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	6.500,00
Função	20	Agricultura	6.500,00
Sub-função	606	Extensão Rural	6.500,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	6.500,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	6.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.500,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			18.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de dezembro de 2016.

SÉRGIO CLASEN

Prefeito Municipal e.e

EXTRATO ERRATA AO CONTRATO Nº 034/2016 - CIGA

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

ERRATA AO CONTRATO Nº 034/2016 - PMLL

Considerando erro de digitação na publicação do Contrato nº 034/2016, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição nº 2137, páginas 500 a 501, de 05 de dezembro de 2016, retifica-se a referida publicação para a seguinte redação:

ONDE SE LÊ: CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Integrador Municipal (REDESIM) - R\$ 1.680,00

OU

2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 0,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), cada uma delas, sendo debitadas mensalmente, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5347-3, Conta Corrente n.º 463-4, de titularidade da CONTRATANTE.

LEIA-SE: CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 0,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), cada uma delas, sendo debitadas mensalmente, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5347-3, Conta Corrente n.º 463-4, de titularidade da CONTRATANTE.

Leoberto Lea/SC, 07 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 09/2016 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 FMS

RONALDO PISCINI – Secretario de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de serviços de exames laboratoriais para o ano de 2017, as 14:00 horas, do dia 22 de dezembro de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de dezembro de 2016.

Ronaldo Piscini– Secretario de Saúde e Ação Social

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 56/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de combustíveis (óleo diesel S10, gasolina comum, álcool), arla, para o abastecimento da frota da Prefeitura de Lindóia do Sul e cargas de gás de cozinha botijões de 13KG e botijões de 45KG, gases industrial e medicinal, para o ano de 2017, no dia 22 de dezembro de 2016, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de dezembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA 001/2016

EDITAL N° 001/2016 de 07 de dezembro de 2016.

"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no art.16 da Lei Complementar n° 033 de 08 de dezembro de 2003, abre inscrições e baixa normas para alteração da carga horária dos Professores da Rede Municipal de Ensino do Município, nas condições estabelecidas neste Edital.

I - DAS VAGAS

Por necessidade e mediante a existência de vagas, no Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério Público do Município, instituído pela Lei Complementar n° 033, de 08 de dezembro de 2003, ficam abertas 02 (duas) vagas para alteração de carga horária de professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, como segue:

Vagas	Carga Horária Semanal	Área - Disciplina	Cargos/Nível
01	10 horas	Geografia	Professor III
01	10 horas	História	Professor III

II - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Poderão inscrever-se unicamente professores efetivos da Rede Municipal de Ensino nomeados para atuarem no Ensino Fundamental de 6° ao 9° ano, nas disciplinas específicas constantes deste Edital e que não tenham solicitado redução de carga horária.

III - DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas no período de 12 de dezembro de 2016 a 16 de dezembro de 2016, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na Prefeitura Municipal de Luzerna, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Município de Luzerna(SC).

No momento da inscrição deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- * Carteira de Identidade
- * Certificado de Habilitação Profissional
- * Certidão de Tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino de Luzerna.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

Havendo mais de um interessado na alteração da carga horária, a classificação seguirá os critérios estabelecidos no do §2° do art.16 da Lei Complementar n° 033 de 08 de dezembro de 2003, tendo preferência o profissional da Educação:

1. com maior qualificação profissional (habilitação);
2. maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
3. não ter infringido as normas previstas na CLT.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes coordenar o Processo de que trata este Edital.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado no Mural Público Municipal.

Luzerna(SC), 07 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 103/2016 - PP 070/2016 - AGENDAS PERSONALIZADAS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 103/2016 - PML

Pregão Presencial nº 070/2016 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 103/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, para aquisição, de forma parcelada, de agendas personalizadas, destinadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes do Município de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, do presente edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA - ME

- Valor total: R\$19.445,00

Luzerna (SC), 7 de dezembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 104/2016 - PP 071/2016 - LIVROS DE INGLÊS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 104/2016 – PML

Pregão nº 071/2016 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 104/2016, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 28 de novembro de 2016 e no site do Município a partir do dia 25 de novembro de 2016, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 7 de dezembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 153/16

PORTARIA Nº 153/16 de 05 de dezembro de 2016.

“ATRIBUI ADICIONAL A SERVIDOR QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta a Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR a ROTINEI JORGE MANFROI DA SILVA, servidor público municipal, ocupante do emprego público de Motorista II, Nível 06, Classe “A”, o adicional pela conclusão regular de ensino médio, de 5% (cinco por cento), sobre o vencimento do seu emprego público de provimento efetivo, nos termos do Parágrafo Único do art. 1º da Lei Complementar nº 094 de 28 de setembro de 2010 e art.39, inciso VIII, §§ 1º e 2º, alínea “b”, da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 05 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 154/16

PORTARIA Nº 154/16 de 05 de dezembro de 2016.

“ATRIBUI ADICIONAL A SERVIDOR QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta a Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR a ALEXANDRE COLUSSO, servidor público municipal, ocupante do emprego público de Operador de Máquinas, Nível 07, Classe “A”, o adicional pela conclusão regular de graduação, de 10% (dez por cento), sobre o vencimento do seu emprego público de

provimento efetivo, nos termos do Parágrafo Único do art. 1º da Lei Complementar nº 094 de 28 de setembro de 2010 e art.39, inciso VIII, §§ 1º e 2º, alínea "b", da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 05 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

RELATORIO DE COMPRAS MÊS 11.2016 PREFEITURA

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRARelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cascata	1876	9,000	119,5000	1.075,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cintos Plásticos	1876	4,000	12,0000	48,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira Led	1876	40,000	6,9000	276,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pisca 100 Lampadas 07 Metros	1876	20,000	19,5000	390,00
ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	Prestação de Serviço Transporte de Alunos para Agua Doce Visita Usina Eólica, Vinícula Villaggio Grando.	1909	435,000	2,9500	1.283,25
ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	Prestação de Serviço Transporte de Atletas da Categoria Sub 16 e 18 para Rio das Antas	1913	400,000	2,9500	1.180,00
ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	Prestação de Serviço Transporte Escolar	1911	387,000	2,9500	1.141,65
ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	Prestação de Serviço Transporte Escolar	1912	188,000	2,9500	554,60
AUTO VIDROS LOMBADA LTDA	BORRACHA	1908	1,000	76,0000	76,00
AUTO VIDROS LOMBADA LTDA	Para - brisa	1908	1,000	675,0000	675,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Adptador	1872	2,000	1,2500	2,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	ANEL	1873	3,000	1,0000	3,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Barra de ferro 5/16	1878	10,000	17,5000	175,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Blocos	1879	20,000	2,7000	54,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Bota de Borracha	1830	1,000	40,0000	40,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Bota nº 43	1879	1,000	45,0000	45,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	cano	1872	1,000	2,5000	2,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Capa de Chuva	1872	2,000	18,0000	36,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cimento 20 Kg	1879	2,000	26,0000	52,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Flexinel	1872	1,000	6,0000	6,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	LUVÁ	1830	1,000	4,0000	4,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luva 25mm	1872	2,000	1,0000	2,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luva Raspa	1879	2,000	7,3500	14,70
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Oculos p/ proteção	1872	1,000	6,5000	6,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	par de luvas	1872	1,000	21,5000	21,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	PARAFUSO	1873	4,000	0,2000	0,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Prego 25 x 72	1879	17,000	11,0000	187,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Rolo 23cm p/ pintura	1872	1,000	15,0000	15,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Rolo 23cm p/ pintura	1879	8,000	5,5000	44,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Rolo com cabo tamanho grande	1879	2,000	14,0000	28,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Rolo de lâ	1872	4,000	5,0000	20,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Rolo de lâ	1879	3,000	8,9000	26,70
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Sana Calhas	1873	1,000	83,0000	83,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	TE	1872	1,000	2,5000	2,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Telha	1873	70,000	2,3500	164,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tinta acrílica sem brilho 3,6 litros	1878	2,000	68,0000	136,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tinta esmalte sintético	1872	4,000	18,0000	72,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tomada	1872	1,000	6,5000	6,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Torneira	1872	2,000	3,5000	7,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	VASSOURA	1872	2,000	31,0000	62,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	VASSOURA DE RUA GRANDE	1879	3,000	32,0000	96,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Veda	1873	1,000	25,0000	25,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Veda rosca	1872	1,000	1,7000	1,70
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	260	1,000	18,7000	18,70
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	1814	0,560	18,7000	10,47
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Aspirais recheados com doce de leite e coco, em tamanho uniformes. Devera ser feita na data de entrega.	260	2,400	19,4000	46,56
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Bolo com cobertura. Nos sabores: coco, laranja, cenoura, baunilha e fôrmigueiro) Características: tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	260	5,500	14,7000	80,85
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Mini-sanduíche natural, feito com pão integral, recheio de peito de frango, alface picada, cenoura ralada e queijo ralado. Deverá conter aproximadamente 50 gramas, devendo ser feito no dia da entrega	260	7,600	24,5000	186,20
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão francês com 50 g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.	260	1,500	8,7000	13,05
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão francês com 50 g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.	1814	42,400	8,7000	368,88
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão integral com 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.	1814	31,400	9,7000	304,58
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Queijo mussarela fatiado de boa qualidade, acotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	260	1,000	24,2500	24,25
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Queijo mussarela fatiado de boa qualidade, acotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	1814	14,000	24,2500	339,50
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Salsicha a granel, de boa procedência e qualidade. Pacotes de 3kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1814	4,000	25,3500	101,40
COMERCIO DE RADIAADORES VIDEIRA LTDA ME	Conserto de radiador	1836	1,000	450,0000	450,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Batata doce. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1810	6,950	3,6500	25,37
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Macaráo com ovos, tipo espagete, caseiro. Pacotes com 500 gramas, a embalagem deve estar intacta e bem vedada.	1810	7,000	4,2000	29,40
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Macaráo com ovos, tipo espagete, caseiro. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada.	1810	13,000	4,2000	54,60
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Pão caseiro branco, embalado em plástico transparente, com cheiro e coloração característicos do produto, livre de contaminações.	1810	7,000	7,9000	55,30
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Pão caseiro branco, embalado em plástico transparente, com cheiro e coloração característicos do produto, livre de contaminações.	1810	8,000	7,9000	63,20
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Tortei de moranga ou abóbora, massa consistente, com aroma e sabor característicos, livre de contaminantes, coloração uniforme. Acondicionados em sacos plásticos apropriados	1810	16,500	15,3000	252,45
CS INFORMATICA LTDA	Equipamento de Telefone	1820	1,000	435,0000	435,00
DE MARCO & SIMONI COM. DE VEICULOS LTDA		1905	1,000	15,9700	15,97

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Arnela	1905	1,000	2,2700	2,27
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	BALANCEAMENTO/GEOMETRIA	1905	1,000	100,0000	100,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Cartão Oxisanização do Civic	1905	1,000	63,0300	63,03
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Desengripante	1905	1,000	16,2900	16,29
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Elemento filtro	1905	1,000	98,4600	98,46
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Filtro Combustível	1905	1,000	38,2700	38,27
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Filtro óleo	1905	1,000	39,9800	39,98
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Graxa	1905	1,000	15,3000	15,30
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Limpeza Parabriso	1905	1,000	10,4400	10,44
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Óleo	1905	4,000	45,0000	180,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Revisão	1905	1,000	132,3000	132,30
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	abraçadeira		1,000	4,9000	4,90
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	abraçadeira		30,000	0,2500	7,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Adaptador	1804	33,000	0,5100	16,83
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	ARGAMASSA		1,000	4,9000	4,90
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Arnela	1804	4,000	29,5000	118,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Broca		28,000	0,9000	25,20
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Broca		2,000	8,9500	17,90
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cadeado S35	1804	2,000	8,7500	17,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Chave Combinada	1804	1,000	12,1000	12,10
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cimento 20 Kg		1,000	3,0000	3,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cola Araudite	1804	5,000	28,5000	142,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cola de cano 75g		1,000	24,0000	24,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Disco de corte		1,000	2,9500	2,95
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Eletrólido 46,4mm		13,000	5,7500	74,75
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Engraxada		3,000	9,0000	27,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Enxada c/ cabo		1,000	120,7500	120,75
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Estopa		1,000	18,5000	18,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Fio	1804	5,000	7,6000	38,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Fita dupla face 20mmX12mm		10,000	5,9000	59,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Fita Veda Rosca	1804	1,000	11,5000	11,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Lâmina simples ponta fosca preventivo		1,000	3,0000	3,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	LUVA		1,000	3,5500	3,55
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	PARAFUSO		6,000	1,5000	9,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	PARAFUSO		28,000	0,9000	25,20
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	parafuso sextavado 16x130	1804	10,000	0,3300	3,30
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	PINO		10,000	3,9000	39,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Porca		1,000	31,7500	31,75
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Porca de pressão		10,000	0,5500	5,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Soda		10,000	1,0000	10,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Tinta acrílica sem brilho 3,6 litros	1804	1,000	32,1000	32,10
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ		1804	3,000	83,0000	249,00

Página: 4/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Tinta Spray	1804	1,000	14,200	14,20
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Tomeira		1,000	4,150	4,15
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Trava Pino C/ Porca		2,000	16,100	32,20
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Trena		1,000	12,250	12,25
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Tubos de 100 cm	1804	4,000	69,000	276,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	VASSOURA	1804	1,000	33,500	33,50
ELETRICISTA ABATI	LAMPADA	1857	15,000	18,000	288,00
ELETRICISTA ABATI	Mão de Obra Eletricista	1857	1,000	60,000	60,00
ESQUADRIAS MICKEY LTDA ME	Porta de Vidro 03 Folhas	1827	1,000	1,250,000	1,250,00
ESQUADRIAS MICKEY LTDA ME	Porta de Vidro 04 Folhas	1827	1,000	2,400,000	2,400,00
EVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa indicativa (6000x3000) com adesivo em impressão digital (conforme layout aprovado pela administração), em chapa galvanizada, estrutura metal fixada em poste de concreto de 06 metros a ser entregue e instalada no trevo da Rodovia SC 350, km 30, acesso ao Município de Macieira.		1,000	4,960,000	4,960,00
EVANI LANHI BERTOTTO	Abobrinha. Características: casca contácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1811	8,500	3,4600	29,41
EVANI LANHI BERTOTTO	Ruola. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e amassadas, em maços. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1811	6,000	2,9500	17,70
EVANI LANHI BERTOTTO	Ruola. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e amassadas, em maços. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1811	4,000	2,9500	11,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	265	3,000	7,3000	21,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1815	50,000	7,3000	365,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acelga. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1815	12,000	4,8000	57,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1800	3,000	13,9000	41,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1802	1,000	13,9000	13,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1815	17,000	13,9000	236,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1014	4,000	13,9000	55,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	1790	6,000	10,2000	61,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	1796	2,000	10,2000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	1015	4,000	10,2000	40,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra tamanho médio em processo de amadurecimento.	265	40,000	2,4000	96,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acondicionados em caixas vazadas				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra tamanho médio em processo de amadurecimento.	1815	89,000	2,4000	213,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acondicionados em caixas vazadas				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral, pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	1815	40,000	6,0500	242,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar íntacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1800	12,000	8,5000	102,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1815	4,000	8,5000	34,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1014	15,000	8,5000	127,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Bombons	1881	330,000	8,8500	2,920,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME		265	3,000	23,9000	71,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME		265	7,000	17,9000	125,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina de primeira fresca para bife.				
	Carne bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1802	2,000	3,9500	7,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de cidreira,, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.				
	Chá de maçã acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	1802	2,000	4,9500	9,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1815	10,000	3,8000	38,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desertupidor de banheiro, composto com soda	1790	2,000	17,4000	34,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1787	5,000	8,6500	43,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1790	20,000	8,6500	173,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1793	10,000	8,6500	86,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	261	4,000	8,6500	34,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1015	15,000	8,6500	129,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	265	4,000	2,4500	9,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1815	38,000	2,4500	93,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó, embalagem com 500 gramas, de boa qualidade. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	265	1,000	14,7000	14,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1787	2,000	2,4000	4,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1790	10,000	2,4000	24,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1796	3,000	2,4000	7,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1015	3,000	2,4000	7,20

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1790	10,000	2,3000	23,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1796	2,000	2,3000	4,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1015	4,000	2,3000	9,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	265	3,000	2,8000	8,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	265	36,000	2,9000	104,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1815	15,000	2,9000	43,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Macarrão co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	265	3,000	3,6000	10,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enfiuradas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	265	3,000	4,4000	13,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enfiuradas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1815	16,000	4,4000	70,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	1790	5,000	2,5000	12,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1796	3,000	2,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1790	4,000	2,3000	9,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1796	6,000	2,3000	13,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	261	3,000	2,3000	6,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1015	15,000	2,3000	34,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1790	10,000	0,8500	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1796	10,000	0,8500	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	261	6,000	0,8500	5,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	265	10,000	10,8000	108,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pepino. . Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1815	8,000	3,6000	28,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Porkan ou vergamota. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	265	10,000	3,7000	37,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenra, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	265	3,000	2,9000	8,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente 28X40 c/ 100 unidades	1790	6,000	6,5000	39,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho 1,50 mt x 0,60 mt	1790	2,000	23,8000	47,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vagem aparência fresca, tenra, sem defeitos e cor verde ou verde com contorno marrom, embalados em plástico de polietileno transparente.	1815	12,000	7,9000	94,80
IVANIR ZILLO	Bolinhas de Natal	1914	10,000	13,5000	135,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVANIR ZILIO	Cartucho de Impressora 3550	1823	1,000	197,5000	197,50
IVANIR ZILIO	Pinheiro de Natal	1914	1,000	105,0000	105,00
IVANIR ZILIO	Pisca-pisca	1914	1,000	18,0000	18,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	1837	66,0000	15,5000	1,023,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	1840	42,0000	15,5000	651,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	1841	67,0000	15,5000	1,038,50
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1824	1,000	30,0000	30,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1831	1,000	50,0000	50,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1839	1,000	30,0000	30,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1852	3,000	30,0000	90,00
JACY CAMARGO	CONCERTO DE PNEU	1910	2,000	30,0000	60,00
JACY CAMARGO	MONTAGEM DE PNEU	1910	2,000	10,0000	20,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1832	2,000	20,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1833	1,000	15,0000	15,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	1817	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Troca de Pneu	1838	6,000	10,0000	60,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviços de trator de esteiras D50 (horímetro) com operador qualificado, conforme especificações do Edital e Decreto nº 1574, de 23/05/2016, destinado ao incentivo e apoio ao produtor rural.	1865	100,000	84,0000	8,400,00
JS PNEUS LTDA	Bateria	1863	1,000	550,0000	550,00
JS PNEUS LTDA	Camara de ar	1855	1,000	125,0000	125,00
LIDERFRAY - Liga Desportiva da Região de Fraybun	Taxa de inscrição para Campeonato regional OLEAT, sendo 400,00 para o Feminino Categoria Livre e 300,00 para Masculino Categoria Sub 20.	1863	1,000	700,0000	700,00
Luciane Eloy De Andrade	Serviço de Decoração da Praça Castelo Branco Casinha do Papai Noel, Parque Ecologico, Prefeitura Municipal e com confecções de pinheiros e decoração no cháfris	1907	1,000	4,000,0000	4,000,00
Luciane Eloy De Andrade	Serviço de Limpeza preparo do local para Festa Natalina do Dia 17/12/2016	1907	1,000	1,000,0000	1,000,00
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Cantoneira 3/8 2	1808	1,000	41,0900	41,09
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Chato Cortado 3/8 3	1808	1,000	34,8700	34,87
Mardo Zago Me	BURITI	1856	6,000	70,0000	420,00
Mardo Zago Me	BUXOS	1856	4,000	25,0000	100,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES I	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W/40 e classificação API C14. O produto deve ter registro na ANP.	1806	2,000	320,0000	640,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	abracadeira	1834	2,000	29,2500	58,50
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Aditivo	1860	10,000	14,5100	145,10
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Bomba d' agua	1860	1,000	768,0000	768,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Bucha	1834	2,000	18,5900	37,18
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Correia	1860	1,000	183,6700	183,67
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Junta	1860	1,000	42,0000	42,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Kit bucha	1834	2,000	29,5000	59,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Rolamento Cardan	1880	2,000	76,5000	153,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Suporte Rolamento	1880	1,000	51,4600	51,46
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Carga de bateria	1861	2,000	15,0000	30,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Corrida	1861	1,000	200,0000	200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FARENZENA LTDA	Mão de obra colocação de peças	1861	1,000	300,0000	300,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Regulador	1861	1,000	45,0000	45,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Rotor	1861	1,000	210,0000	210,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Terminal	1861	2,000	4,0000	8,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Terminal de bateria	1861	1,000	8,0000	8,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Bucha	1835	1,000	21,5600	21,56
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	BUCHA AMORTECEDOR	1835	4,000	12,8500	51,40
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	COXIM	1809	2,000	19,8500	39,70
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Defletor	1809	1,000	281,5500	281,55
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Helice ventuiinha motor	1809	1,000	213,5900	213,59
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Suporte Carcaça Filtro	1809	1,000	521,3000	521,30
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	1789	1,000	7,9000	7,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	1792	4,000	7,9000	31,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	1798	4,000	7,9000	31,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	263	1,000	7,9000	7,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	1017	6,000	7,9000	47,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Copo plástico pequeno café com 100 unidades	1798	10,000	1,1500	11,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1789	2,000	7,4500	14,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1792	3,000	7,4500	22,35
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1795	2,000	7,4500	14,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1798	10,000	7,4500	74,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1017	5,000	7,4500	37,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	1017	2,000	6,7000	13,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1789	2,000	1,2800	2,56
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1792	30,000	1,2800	38,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1795	20,000	1,2800	25,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	263	6,000	1,2800	7,68
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1017	13,000	1,2800	16,64
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Escova de plástico p/ lavar roupa	1798	1,000	2,1000	2,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Escova de plástico p/ lavar roupa	1017	2,000	2,1000	4,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pct com 8 unidades	1017	2,000	1,3000	2,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1799	2,000	0,4500	0,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1792	15,000	0,4500	6,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1798	4,000	0,4500	1,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	263	2,000	0,4500	0,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1017	8,000	0,4500	3,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	263	1,000	2,0500	2,05
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Fosforo maço c/ 10 caixas	1792	6,000	2,8500	17,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	1798	6,000	2,8500	17,10

Página: 9/13

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	263	6,000	2,8500	17,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Lustra móveis-100 ml	1798	2,000	3,4000	6,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Luvax látex PM/G (p/ limpeza) antiderrapante	1789	2,000	3,9500	7,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Luvax látex PM/G (p/ limpeza) antiderrapante	1792	3,000	3,9500	11,85
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	1789	2,000	10,8500	21,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	1792	3,000	10,8500	32,55
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	263	1,000	10,8500	10,85
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	1017	5,000	10,8500	54,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso limpeza pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tenso ativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizantes, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservantes -500 ml	1795	2,000	11,7500	23,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Pá para Lixo	263	1,000	2,9500	2,95
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1789	1,000	4,7500	4,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1792	3,000	4,7500	14,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1798	1,000	4,7500	4,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1017	2,000	4,7500	9,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	sabonete líquido antibactericida embalagem de 5 l.	1792	2,000	17,5000	35,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	sabonete líquido antibactericida embalagem de 5 l.	263	1,000	17,5000	17,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	1792	18,000	2,0000	36,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	1795	10,000	2,0000	20,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades	1792	20,000	2,0000	40,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades	263	4,000	2,0000	8,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades	1017	15,000	2,0000	30,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido	1792	10,000	2,6500	26,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido	1798	20,000	2,6500	53,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido	263	3,000	2,6500	7,95
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo pó 300 gs	1017	2,000	1,9900	3,98
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de banho.	1792	5,000	4,4000	22,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de banho.	1795	2,000	4,4000	8,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de banho.	1798	4,000	4,4000	17,60
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de banho.	1017	5,000	4,4000	22,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	1792	10,000	7,9000	79,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	1017	10,000	7,9000	79,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	263	4,000	5,7400	22,96
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	1017	10,000	5,7400	57,40
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Cordão Led	1883	1,000	229,6000	229,60
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Estrela led	1883	2,000	46,9000	93,80
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fita Dourada	1883	1,000	12,2500	12,25
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Gnomo Dourado	1883	2,000	2,4500	4,90
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Mão de Obra Eletricista	1864	1,000	180,0000	180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAULO CEZAR CIMDINI ME	Ponteira Metálica	1883	1,000	4,2000	4,20
PAULO CEZAR CIMDINI ME	Sinos Dourado	1883	1,000	9,8000	9,80
PLÍNIO ROGÉRIO Malfatti Junior	Bateria 100 amperes	1885	2,000	545,0000	1,090,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1846	3,000,000	2,6900	8,070,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1847	1,500,000	2,6900	4,035,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1848	1,500,000	2,6900	4,035,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1923	2,800,000	2,6900	7,532,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	1924	2,200,000	2,6900	5,918,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1788	2,000	4,5000	9,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1791	10,000	4,5000	45,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1797	10,000	4,5000	45,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	262	4,000	4,5000	18,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface. Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas.	1813	18,000	2,3500	42,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alho. Embalagem de até 100g	1813	8,000	4,7000	37,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas- embalagens de 5 litros	1016	4,000	7,7500	31,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	1788	2,000	3,8500	7,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	1791	15,000	3,8500	57,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	1797	4,000	3,8500	15,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	266	5,000	11,7500	58,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Aroz parboilizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	266	3,000	3,7000	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caldo de galinha. Embalagem com 12 tabletes, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	1791	5,000	56,8000	284,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	262	2,000	56,8000	113,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1016	3,000	56,8000	170,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1867	1,000	56,8000	56,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	266	4,000	5,1500	20,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1813	8,000	5,1500	41,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cera líquida - 750 ml	1791	8,000	2,9000	23,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cereal matinal de milho com açúcar,, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1816	4,000	5,2000	20,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá deerva doce,, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1803	2,000	4,9500	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/180 ml	1788	1,000	2,3000	2,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/180 ml	1791	15,000	2,3000	34,50

Página: 11/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	262	16,000	2,3000	36,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1016	20,000	2,3000	46,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	266	18,000	7,2500	130,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1813	5,000	7,2500	36,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Doce de leite, potes de 1 kg. A embalagem deve estar íntegra, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	266	2,000	11,0500	22,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A.	1813	12,000	5,3500	64,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Embalagem de 1 Kg, devendo estar íntegra, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	1791	1,000	111,5000	111,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros	266	2,000	3,5500	7,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	LEITE CONDENSADO	1813	18,000	11,7500	211,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	1813	95,000	7,3500	698,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça Fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassadas. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1813	12,000	3,7500	45,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto.. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar íntegra, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	1816	7,000	9,4500	66,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maracujá. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1816	265,000	1,7500	463,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melancia. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	266	5,000	3,7500	18,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar íntegra, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1813	6,000	3,7500	22,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar íntegra, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1791	3,000	40,0000	120,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1794	1,000	40,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1797	1,000	40,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	262	1,000	40,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1016	1,000	40,0000	40,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para preparo de gelatina. (sabores diversos). Embalagem contendo 1 kg do produto. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 10 meses a partir da data da entrega, informação nutricional e ingredientes. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial e ficha técnica assinada pelo técnico responsável.	1813	10,000	15,9000	159,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para preparo de gelatina. (sabores diversos). Embalagem contendo 1 kg do produto. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 10 meses a partir da data da entrega, informação nutricional e ingredientes. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial e ficha técnica assinada pelo técnico responsável.	1816	3,000	15,9000	47,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1788	1,000	4,7500	4,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1791	5,000	4,7500	23,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1794	2,000	4,7500	9,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	262	4,000	4,7500	19,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1016	5,000	4,7500	23,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 l. pacote c/ 10 unidades	1788	2,000	1,7000	3,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 l. pacote c/ 10 unidades	1791	15,000	1,7000	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1788	2,000	1,7000	3,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1791	8,000	1,7000	13,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1794	5,000	1,7000	8,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	262	4,000	1,7000	6,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1016	15,000	1,7000	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco concentrado de frutas. Embalagens contendo 500ml do produto e conforme descrições do anexo I do Edital.	1816	3,000	7,2000	21,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	1797	6,000	5,3500	32,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	266	5,000	5,4500	27,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1813	24,000	5,4500	130,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1816	6,000	5,4500	32,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Touca descartável pacote com 100 unidades	1791	3,000	11,4500	34,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	1797	1,000	7,5000	7,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	1016	3,000	7,5000	22,50
TORTELLI MOTORES LTDA	Junta Silenciador	1807	1,000	24,0000	24,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Silenciador 1/4	1807	1,000	49,0000	49,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Volante motor	1807	1,000	180,0000	180,00

Página: 13/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Transjornir Transporte Coletivo de Passageiros	Prestação de Serviço Viagem para Curitiba Curso SEFE	1825	1,000	830,0000	830,00
Verona Moveis e Serviço de Tomo Ltda ME	Chapa de MDF	1875	1,000	85,0000	85,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Correia	1854	1,000	20,0000	20,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Serra Tico Tico	1874	1,000	180,0000	180,00
Viva Cor Grafica Impressão Rápida	Prestação de Serviço impressão Certificadas	1821	32,000	3,1900	102,00
Viva Cor Grafica Impressão Rápida	Prestação de Serviço Impressão de Provas Finais	1821	3.208,000	0,3170	1.020,00
Total Geral do Mês ---->					90.695,55

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 11.2016 - FMAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Bel Prestadora de Serviço Ltda - ME	Prestação de Serviço Impressão Certificados	273	65,000	1,5000	97,50
Claudia Varela Dalazem Santos	CAPACITAÇÃO	269	1,000	1,700,0000	1.700,00
COR URBANA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONI	Camisetas	268	100,000	14,5000	1.450,00
Fantasia Mundo Mágico	Camis Elastica Grande	272	1,000	120,0000	120,00
Fantasia Mundo Mágico	Camis Elastica Média	272	1,000	100,0000	100,00
Fantasia Mundo Mágico	Castelinho inflavel	272	1,000	110,0000	110,00
Fantasia Mundo Mágico	Pintura Facial	272	1,000	160,0000	160,00
Fantasia Mundo Mágico	PISCINA DE BOLAS	272	1,000	110,0000	110,00
Fantasia Mundo Mágico	Pisina de Bolinha Media	272	1,000	120,0000	120,00
Fantasia Mundo Mágico	TOBOGA PANDA	272	1,000	350,0000	350,00
HR AVIAMENTOS	Alfinete nº 29 - cx com 50 g.	274	15,000	5,3300	79,95
HR AVIAMENTOS	Argila	274	12,000	1,4100	16,00
HR AVIAMENTOS	Argolas	274	25,000	0,8800	22,00
HR AVIAMENTOS	FIO DE NAILON	274	3,000	5,8000	17,40
HR AVIAMENTOS	Fitas	274	95,000	1,1100	105,45
HR AVIAMENTOS	LANTEJOLA	274	30,000	1,6600	49,80
HR AVIAMENTOS	MAÇO DE FLOR	274	40,000	1,5000	60,00
HR AVIAMENTOS	MANTA	274	1,500	14,6600	21,99
HR AVIAMENTOS	MARABU	274	9,000	2,0000	18,00
HR AVIAMENTOS	MEADA	274	53,000	1,3200	69,96
HR AVIAMENTOS	Missanga	274	95,000	1,0500	99,75
HR AVIAMENTOS	Olho de Gato	274	15,000	0,2000	3,00
HR AVIAMENTOS	Tecido	274	22,000	20,9000	459,80
HR AVIAMENTOS	TECIDO ETAMINE	274	5,000	24,0000	120,00
HR AVIAMENTOS	TERMOCOLANTE	274	9,500	12,2100	116,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Embalagem tetra pak ou lata, contendo 300 g.	276	50,000	2,0000	100,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Azeitonas	276	50,000	3,7000	185,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Barra de Chocolate	276	50,000	6,5000	325,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bolacha Caseira	276	50,000	4,5000	225,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Bis	276	50,000	4,5000	225,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Bombons	276	50,000	9,0000	450,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Chichetes	276	50,000	2,9900	149,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Crepe de leite: UHT, acondicionado em caixas de no mínimo 200 g, a embalagem deve estar bem vedada, intacta e não deverá estar estufada. Com data de validade de 05 meses da data de entrega do produto. Devendo ser inspecionado pelo Ministério da Agricultura através de selo federal, ou Estadual.	276	50,000	2,5000	125,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Enfilha enlatada. Embalagem tetra pak ou lata, contendo 200 g e conforme descrições do anexo I do Edital.	276	50,000	2,0000	100,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	LEITE CONDENSADO	276	50,000	4,5000	225,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Panetone	276	50,000	8,0000	400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pepino aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde, embalados em plástico de polietileno transparente.	276	50,000	4,7000	235,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pessego, tamanho uniforme, livre de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta	276	50,000	10,1000	505,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Biscoito doce sabor chocolate. Pacotes de 800g e conforme descrições do anexo I do Edital.	280	10,000	5,8750	58,75
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cuca alemã com cobertura de amendoim	280	5,000	7,0000	35,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cuca caseira com farofa, com cor e aroma característicos, bem cozida, livre de contaminantes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	259	10,000	7,0000	70,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Acondicionados em sacos plásticos apropriados.	280	8,642	12,9000	111,51
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cuca caseira com farofa, com cor e aroma característicos, bem cozida, livre de contaminantes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	280	8,642	12,9000	111,51
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Acondicionados em sacos plásticos apropriados.	280	8,642	12,9000	111,51
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cucas	280	3,000	7,7500	23,25
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Grosoli com açúcar. Acondicionado em pacotes de 01 kg. deverá ser feito na data de entrega.	280	13,340	18,0000	240,12
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pão de Queijo	259	4,300	24,5000	105,35
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pão fatiado, pacotes com 20 fatias de 15 grams, uniformes e conforme descrições do anexo I do Edital	280	3,000	5,5000	16,50
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pizza Grande	259	5,000	48,0000	240,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pizza Grande	280	2,500	48,0000	120,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Rosquinha de polvilho. Pacotes de até 1 Kg.	259	68,000	0,5000	34,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Flores Sortidas	267	480,000	0,6500	312,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Balancin	270	8,000	30,0000	240,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Corrida	270	16,000	1,5000	24,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Filtro Combustível	270	1,000	25,0000	25,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	JOGO DE JUNTA	270	1,000	70,0000	70,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Junta	270	1,000	65,0000	65,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Kit Correa	270	1,000	150,0000	150,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Limpeza de peças	270	1,000	80,0000	80,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	LIMPEZA DE BICO	270	1,000	65,0000	65,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Mão de Obra Cabeçote	270	1,000	555,0000	555,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Mão de obra colocação de peças	270	1,000	450,0000	450,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Refil Válvula Termica	270	1,000	50,0000	50,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Vela	270	4,000	18,0000	72,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Anjo	275	2,000	750,0000	1.500,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cortina de Lampadas	275	1,000	1.300,0000	1.300,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Fibras	278	20,000	6,9000	138,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pelém Amarela	278	2,000	29,9000	59,80
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pelém branca	278	1,000	29,9000	29,90
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Tecido Cetim Verde	278	5,000	15,9000	79,50
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Tecido Cetim Vermelho	278	5,000	15,9000	79,50

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SAWAIA E CIA LTDA	Tecido Patchwork	278	3,000	18,9000	56,70
				Total Geral do Mês -->	15.281,98

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 11.2016 - FMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Baner 1,50 x 50 cm	1040	1,000	75,0000	75,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmittas	1026	47,000	15,5000	728,50
MACI FARMA LTDA ME	Neozine	1018	14,000	12,0000	168,00
MACI FARMA LTDA ME	Profenegan	1018	6,000	5,0000	30,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Mão de obra colocação de peças	1029	1,000	150,0000	150,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Mão de obra colocação de peças	1027	1,000	90,0000	90,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	1029	1,000	25,0000	25,00
MECANICA FARENZENA LTDA	abracadeira	1027	1,000	80,0000	80,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	filtro lubrificante	1031	1,000	9,8500	9,85
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Óleo sintético	1031	1,000	185,9600	185,96
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Prestação de Serviço com material Elétrico e Mão de Obra	1031	9,000	46,8700	421,83
PAULO CEZAR OVIDINI ME	Óleo lubrificante	1019	1,000	102,0900	102,09
POSTO SERIBA LTDA	Anel o-ring GD	1039	4,000	33,0000	132,00
RUBENS LUIS KORMANN ME	Bobina	1032	1,000	4,8000	4,80
RUBENS LUIS KORMANN ME	Cabeça Alta Rotação	1032	1,000	148,0000	148,00
RUBENS LUIS KORMANN ME	CHAVE MARGIRIUS	1032	1,000	175,0000	175,00
RUBENS LUIS KORMANN ME	Deslocamento	1032	1,000	63,0000	63,00
RUBENS LUIS KORMANN ME	Mão de obra colocação de peças	1032	1,000	228,8000	228,80
RUBENS LUIS KORMANN ME	ROLAMENTO	1032	1,000	560,0000	560,00
RUBENS LUIS KORMANN ME	Tampa	1032	2,000	60,0000	120,00
RUBENS LUIS KORMANN ME	TRAVA	1032	1,000	22,0000	22,00
RUBENS LUIS KORMANN ME		1032	1,000	21,0000	21,00
Total Geral do Mês →					3.540,83

Mafra

PREFEITURA

ATO 010/2016 CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 001/2016



Estado de Santa Catarina

Município de MAFRA

Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

ATO 010/2016

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL
DO EDITAL Nº 001/2016 DE PROCESSO SELETIVO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, através da Secretaria Municipal de Educação, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Considerando os julgamentos dos recursos e a devida retificação conforme Parecer 003 do Ato 009/2016, fica divulgado no **anexo I** deste ato a **Classificação Final dos Candidatos APROVADOS** no Processo Seletivo 001/2016, em ordem decrescente de nota final.
2. Fica divulgado no **anexo II** deste ato, a **Lista especial de classificação Final** dos candidatos aprovados que requereram vaga para deficiente físico.
3. A homologação do resultado final se dará através de Decreto Municipal.

Mafra, 02 de dezembro de 2016

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL

Professor I - Alfabetização (habilitado) Ensino Superior		Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
						Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Nota Final
1	472536	20/10/1989			Sameli Aparecida Czermach Pscheidt	8	2,00	15	7,50	23	9,50
2	473183	17/04/1954			Irio Batista	6	1,50	14	7,00	20	8,50
3	476794	06/01/1987			Rosilene Weiss Clemente	5	1,25	14	7,00	19	8,25
4	467576	22/10/1968			Jussara Maria Grein	7	1,75	13	6,50	20	8,25
5	466624	30/03/1978			Michele Peters Zanvettor	7	1,75	13	6,50	20	8,25
6	466630	15/12/1978			Andrea Kuchler Gonçalves De Lima	4	1,00	14	7,00	18	8,00
7	471227	26/06/1980			Carla Christiane Herbst Brüske	6	1,50	13	6,50	19	8,00
8	467319	21/08/1987			Marcia Schvendtner Stefen	6	1,50	13	6,50	19	8,00
9	470512	04/01/1968			Maribel Pedro Pasdiora	5	1,25	13	6,50	18	7,75
10	469245	09/02/1984			Ana Paula Weber	5	1,25	13	6,50	18	7,75
11	468262	19/09/1989			Danilo Bruno De Lima Nogueira	5	1,25	13	6,50	18	7,75
12	466769	14/06/1983			Adriana Nizer	4	1,00	13	6,50	17	7,50
13	466428	07/12/1962			Aliton Clementon Sabatke	6	1,50	12	6,00	18	7,50
14	467546	03/06/1977			Keila Micheli Moreira Bubniak	6	1,50	12	6,00	18	7,50
15	472337	25/01/1979			Bernadete Rank Padilha	6	1,50	12	6,00	18	7,50
16	467206	21/07/1991			Suelyn Luiz	6	1,50	12	6,00	18	7,50
17	475313	17/06/1974			Lilian joyce linkevick Brasileiro	5	1,25	12	6,00	17	7,25
18	469066	17/11/1988			Juliana Skoniescny	5	1,25	12	6,00	17	7,25
19	475108	09/01/1991			Emilaine De Almeida	5	1,25	12	6,00	17	7,25
20	469414	11/10/1974			Eroni Aparecida Funck De Lima	7	1,75	11	5,50	18	7,25
21	468268	15/05/1993			Suelem Suzana Antunes	7	1,75	11	5,50	18	7,25
22	472527	13/01/1972			Ivete Ines Moroski Grein	4	1,00	12	6,00	16	7,00
23	470932	12/05/1975			Marli Comochina	4	1,00	12	6,00	16	7,00
24	467723	19/11/1982			Janadaia Da Conceicao Pedro Mandrik	4	1,00	12	6,00	16	7,00
25	469922	28/07/1987			Jaqueline Pfeffer Bonczkoski	4	1,00	12	6,00	16	7,00



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

26	<u>473779</u>	<u>25/05/1991</u>	Gabriela Felczak	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
27	<u>468599</u>	<u>16/07/1973</u>	Luciana Maria Schelbauer	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
28	<u>474126</u>	<u>14/04/1981</u>	Gisiane Oliveirabraz Gabardo	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
29	<u>469849</u>	<u>22/06/1987</u>	Dione Marcelo Ulbrich	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
30	<u>475029</u>	<u>27/04/1990</u>	Silvana Schelbauer	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
31	<u>476263</u>	<u>06/02/1991</u>	Flavia Gordo De Lima Cardoso	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
32	<u>475817</u>	<u>02/03/1993</u>	Jaine De Oliveira Palhano	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
33	<u>468208</u>	<u>20/06/1993</u>	Rafaela Bauer	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
34	<u>468523</u>	<u>06/03/1994</u>	Claudia Calhari Silva	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
35	<u>467849</u>	<u>25/03/1992</u>	Renata Ramos Guerber	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
36	<u>471509</u>	<u>02/11/1973</u>	Simone Aparecida Staidel Moreira	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
37	<u>472680</u>	<u>24/07/1984</u>	Joelma Marcela Klemann	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
38	<u>471751</u>	<u>04/10/1963</u>	Marlize Aparecida Soares	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
39	<u>476487</u>	<u>15/12/1986</u>	Aline Köhler	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
40	<u>468246</u>	<u>07/08/1973</u>	Luciane Lotte	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
41	<u>466683</u>	<u>17/11/1981</u>	Danila Terezinha Odia	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
42	<u>468198</u>	<u>23/03/1982</u>	Elenice Carvalho Graf	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
43	<u>468525</u>	<u>11/11/1994</u>	Valquiria Ferreira Hilgenstieler	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
44	<u>468751</u>	<u>09/04/1966</u>	Edna Carla Mann Mann	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
45	<u>470369</u>	<u>09/06/1978</u>	Josecler Goffi Wohl	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
46	<u>466604</u>	<u>25/10/1981</u>	Jane Krauzer Linzmeyer	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
47	<u>468588</u>	<u>02/04/1982</u>	Kelli Cristina De Lima Trentini	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
48	<u>471302</u>	<u>09/10/1987</u>	Karin Micheli Grein	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
49	<u>474251</u>	<u>08/06/1956</u>	Eloir Aparecida Henrique	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
50	<u>471123</u>	<u>27/03/1965</u>	Aparecida Pierin Da Luz Pereira	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
51	<u>475220</u>	<u>24/07/1990</u>	Eleticia Wotroba	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
52	<u>471295</u>	<u>06/07/1977</u>	Joseli Lis	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
53	<u>466842</u>	<u>03/09/1979</u>	Junia De Cassia Gomes	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
54	<u>469653</u>	<u>10/06/1980</u>	Maria Claudia Boeno	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

55	<u>466157</u>	<u>10/09/1982</u>	Alessandra Maria Pasdiora	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
56	<u>466360</u>	<u>09/10/1991</u>	Ciliane Florinda Pereira	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
57	<u>469203</u>	<u>15/10/1985</u>	Monica Kuchler Vieira	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
58	<u>475043</u>	<u>10/07/1985</u>	Joice Daiana Sauer Konkel	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
59	<u>466577</u>	<u>03/12/1994</u>	Navara Juliane Witt	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
60	<u>468957</u>	<u>10/04/1980</u>	Ana Jussara Bineck	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
61	<u>469057</u>	<u>31/08/1977</u>	Silvana Andrea B.Simette	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
62	<u>475056</u>	<u>01/05/1964</u>	Sirlei Aparecida Hirt Worell	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
63	<u>467395</u>	<u>16/09/1984</u>	Cristiane Aparecida Grein	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
64	<u>474193</u>	<u>11/06/1987</u>	Mozzara Ribeiro	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
65	<u>474367</u>	<u>18/09/1993</u>	Deysi Cassiane Demetrio	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
66	<u>467727</u>	<u>23/06/1964</u>	Elsa Maria Schimanoski Grochowski	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
67	<u>469201</u>	<u>06/11/1973</u>	Luciane Ferreira Piaz	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
68	<u>466041</u>	<u>09/07/1993</u>	Daiana Henz	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
69	<u>474646</u>	<u>27/03/1971</u>	Izolete Hatinger Paluch	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
70	<u>476780</u>	<u>10/02/1979</u>	Maria Janete Alves Malinoski	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
71	<u>468141</u>	<u>07/02/1994</u>	Camila Gaissler Muller Do Nascimento	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
72	<u>467934</u>	<u>02/07/1993</u>	Juliana Fernandes Semkowicz	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
73	<u>475501</u>	<u>20/10/1974</u>	Flavia Regina De Ataide Zadorosny Fernandes	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
74	<u>475171</u>	<u>06/08/1963</u>	Maria da Aparecida da Cruz Farias	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
75	<u>466923</u>	<u>18/05/1989</u>	Anieli De Souza Luz	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
76	<u>473785</u>	<u>28/08/1991</u>	Bruna De Oliveira Siqueira	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
77	<u>467195</u>	<u>12/11/1991</u>	Daiane Stebel	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
78	<u>472055</u>	<u>12/07/1988</u>	Camila Tavares	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

Professor I - Alfabetização (não-habilitado) Ensino Superior					Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Situação
1	475132	10/09/1980	Iasminda Maria Rauen Deda		5	1,25		15	7,50		20	Aprovado
2	467677	16/03/1992	Jessica Levinski		6	1,50		12	6,00		18	Aprovado
3	470964	05/01/1986	Debora Stoeberl Fideles Ferreira		5	1,25		12	6,00		17	Aprovado
4	469551	14/09/1986	Simone Pilz		5	1,25		12	6,00		17	Aprovado
5	470989	08/08/1982	Soraia Heide Pereira		7	1,75		11	5,50		18	Aprovado
6	469195	31/01/1977	Giselda Franco Dos Santos Bastos		4	1,00		12	6,00		16	Aprovado
7	467449	16/03/1992	Janaina Levinski		4	1,00		12	6,00		16	Aprovado
8	471493	21/08/1987	Dayana Linzmeyer		6	1,50		11	5,50		17	Aprovado
9	470058	29/03/1995	Bruna Neumann		6	1,50		11	5,50		17	Aprovado
10	469396	14/07/1989	Anna Priscilla Plautz		5	1,25		11	5,50		16	Aprovado
11	476844	10/02/1995	Clarice Stankevis		5	1,25		11	5,50		16	Aprovado
12	468077	21/08/1985	Tatiane Maria Siqueira Stock Schneider		4	1,00		11	5,50		15	Aprovado
13	466302	21/02/1993	Tatiane Heinz		4	1,00		11	5,50		15	Aprovado
14	469484	05/07/1984	Simone Marques		6	1,50		10	5,00		16	Aprovado
15	474400	12/03/1990	Juliana Fernanda Patzsch		3	0,75		11	5,50		14	Aprovado
16	476823	04/02/1986	Silvano Ferreira		5	1,25		10	5,00		15	Aprovado
17	472618	20/11/1997	Sinthia Schitt Hau		5	1,25		10	5,00		15	Aprovado
18	472493	30/08/1977	Roseclea Gonçalves Ribeiro		7	1,75		9	4,50		16	Aprovado
19	473743	31/01/1975	Janete Deki		4	1,00		10	5,00		14	Aprovado
20	466423	22/08/1977	Camila Gomes Correa		4	1,00		10	5,00		14	Aprovado
21	470450	02/09/1982	Patrícia Ferreira De Lima De Assuncao		4	1,00		10	5,00		14	Aprovado
22	466232	19/09/1994	Luandara Jungles da Silva		4	1,00		10	5,00		14	Aprovado
23	468444	06/04/1997	Caroline Santana		4	1,00		10	5,00		14	Aprovado
24	470206	28/04/1987	Gilmara Ferreira Bossi		6	1,50		9	4,50		15	Aprovado
25	474445	23/10/1990	Kelli Cristina Cardoso		3	0,75		10	5,00		13	Aprovado
26	468614	20/08/1998	Milena Elisandra Lazarini Hirt		3	0,75		10	5,00		13	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

27	<u>466498</u>	<u>19/11/1995</u>	Bianca Zictz	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
28	<u>468008</u>	<u>13/12/1996</u>	Daiana Stachuk Dos Santos	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
29	<u>467392</u>	<u>19/12/1986</u>	Danieli Hinke	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
30	<u>475125</u>	<u>23/11/1990</u>	Simone Ciuczeski	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
31	<u>466364</u>	<u>12/03/1978</u>	Cleidi Leal	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
32	<u>476324</u>	<u>23/03/1985</u>	Ivana Cristiane De Albuquerque	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
33	<u>468883</u>	<u>06/08/1997</u>	Bruna Steidel	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
34	<u>467806</u>	<u>14/07/1981</u>	Patricia Bueno Kieczik	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
35	<u>473592</u>	<u>28/06/1986</u>	Noeli De Souza	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
36	<u>473852</u>	<u>03/12/1995</u>	Laisa Nathali Silveira	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
37	<u>466269</u>	<u>05/12/1998</u>	Ketlyn Lukazynski	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
38	<u>469033</u>	<u>16/12/1998</u>	Estefani Aparecida Carvalho	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
39	<u>468017</u>	<u>03/04/1978</u>	Siliane Miranda Jableski	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
40	<u>473521</u>	<u>08/01/1984</u>	Franciane Macanhan Granemann De Souza	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
41	<u>468143</u>	<u>22/05/1989</u>	Silvana Aparecida Alves Martins De Lima	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Aprovado

Professor II - Ensino Fundamental (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Situação
1	<u>466170</u>	<u>22/12/1991</u>	Vanessa Maria Moraes	8	2,00	15	7,50	23	9,50	Aprovado
2	<u>469383</u>	<u>29/03/1987</u>	Teotônio Berger	10	2,50	14	7,00	24	9,50	Aprovado
3	<u>468785</u>	<u>16/02/1967</u>	Marli Siomara Marino Da Silva	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
4	<u>470015</u>	<u>03/09/1985</u>	Elaine Cristina Fetter	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
5	<u>471434</u>	<u>27/11/1982</u>	Alexandra Da Silva Coelho	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
6	<u>469180</u>	<u>03/10/1986</u>	Ana Paula Auersvaldt Carvalho	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
7	<u>470934</u>	<u>04/06/1988</u>	Cristiane Carvalho	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
8	<u>468061</u>	<u>23/03/1993</u>	Fernanda Caroline Padilha	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
9	<u>473879</u>	<u>07/08/1960</u>	Rosa Da Silveira	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
10	<u>474308</u>	<u>08/11/1967</u>	Silvane Peters De Amorim	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

11	<u>467939</u>	<u>31/01/1977</u>	Vania Semkowicz Borges	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
12	<u>472801</u>	<u>14/09/1986</u>	Solange Paes De Farias	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
13	<u>468804</u>	<u>21/06/1993</u>	Kelin Eliana Marciniak Altmann	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
14	<u>467993</u>	<u>21/01/1973</u>	Jose Valcir Graff	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
15	<u>472614</u>	<u>13/09/1983</u>	Raquel Sconieczni Lanski	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
16	<u>469355</u>	<u>08/12/1991</u>	Daiane Ribeiro Ribas Correa	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
17	<u>469281</u>	<u>27/03/1963</u>	Suzi Mery Aparecida Peters	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
18	<u>475943</u>	<u>10/08/1978</u>	Aracelis Rumor Oedmann	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
19	<u>471350</u>	<u>10/05/1973</u>	Jeanine Martins Sokolski	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
20	<u>473828</u>	<u>17/11/1961</u>	Maria Aparecida Moreira De Castilho	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
21	<u>471512</u>	<u>26/07/1970</u>	Rosicleia Schneider	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
22	<u>471518</u>	<u>06/03/1983</u>	Tatiane Wengue	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
23	<u>469096</u>	<u>22/10/1957</u>	Altino Rauhen	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
24	<u>474674</u>	<u>26/05/1968</u>	Vani Do Livramento Silva	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
25	<u>466118</u>	<u>27/01/1981</u>	Lileana Aparecida Garcia	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
26	<u>470972</u>	<u>27/11/1988</u>	Fabiane Schneider Pereira	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
27	<u>468033</u>	<u>07/04/1974</u>	Elisabete Aparecida Miranda	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
28	<u>468191</u>	<u>05/09/1976</u>	Marilene Reques	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
29	<u>468297</u>	<u>17/07/1981</u>	Alexandra Fuchs Vieira	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
30	<u>471619</u>	<u>24/01/1986</u>	Silvia De Paula Stange	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
31	<u>468146</u>	<u>17/01/1993</u>	Ana Paula Pscheidt	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
32	<u>469374</u>	<u>31/03/1975</u>	Virlene Pilz	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
33	<u>475320</u>	<u>21/02/1979</u>	Ghislenny Aparecida Maidl Fragoso	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
34	<u>469259</u>	<u>29/06/1985</u>	Lislaine Dos Santos Rodrigues	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
35	<u>475897</u>	<u>01/07/1980</u>	Everlin De Lima	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
36	<u>474267</u>	<u>25/02/1965</u>	Rosnalda Santos Bandeira Enguel	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
37	<u>470397</u>	<u>13/01/1973</u>	Ana Maria Martins Daniel	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
38	<u>470192</u>	<u>19/06/1980</u>	Rosilene Aparecida Unger De Lima	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

Professor II - Ensino Fundamental (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	469090	16/05/1996	Ana Claudia Rauen	5	1,25	12	6,00	17	7,25 Aprovado
2	468413	09/11/1996	Fernanda Aparecida Scholtz Alves	7	1,75	11	5,50	18	7,25 Aprovado
3	475227	31/07/1976	Veridiana Schelbauer Peters	4	1,00	12	6,00	16	7,00 Aprovado
4	469261	06/03/1993	Djessica Alves Da Rosa Pscheidt	6	1,50	11	5,50	17	7,00 Aprovado
5	475721	01/11/1996	Renata Santos Buch	6	1,50	11	5,50	17	7,00 Aprovado
6	468388	25/10/1979	Lucimara Goetz	6	1,50	10	5,00	16	6,50 Aprovado
7	469712	23/04/1985	Cristiane Ferreira Dos Santos	6	1,50	10	5,00	16	6,50 Aprovado
8	474971	28/08/1996	Adriana Schifler	3	0,75	11	5,50	14	6,25 Aprovado
9	470734	02/01/1979	Roseli Aparecida Chermack Zettel	4	1,00	10	5,00	14	6,00 Aprovado
10	468438	04/11/1980	Patricia Kosmala Weck	1	0,25	9	4,50	10	4,75 Aprovado
11	476482	15/04/1964	Elizabeth Ditttrich	3	0,75	7	3,50	10	4,25 Aprovado
12	466580	20/03/1980	Giane Arbigauss Kothonski	2	0,50	5	2,50	7	3,00 Aprovado

Professor III - Educação Infantil (habilitado) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	469548	07/06/1974	Joseneia Gomes Dos Santos Drosdeck	8	2,00	15	7,50	23	9,50 Aprovado
2	470665	26/07/1993	Francini Zatycko	8	2,00	14	7,00	22	9,00 Aprovado
3	470195	22/10/1988	Joice Schafhauser	7	1,75	14	7,00	21	8,75 Aprovado
4	471748	10/08/1969	Marcia Lourenca Da Silva	9	2,25	13	6,50	22	8,75 Aprovado
5	466735	21/08/1976	Marcia Lopata Machado Fagundes	6	1,50	14	7,00	20	8,50 Aprovado
6	475829	17/10/1981	Elena Rodrigues	6	1,50	14	7,00	20	8,50 Aprovado
7	468188	31/01/1974	Claudia Veridiane Martinelli	8	2,00	13	6,50	21	8,50 Aprovado
8	476803	10/11/1993	Vanilze Grossl	5	1,25	14	7,00	19	8,25 Aprovado
9	467975	02/06/1995	Daiane Cristina Carvalho Wille	5	1,25	14	7,00	19	8,25 Aprovado
10	468821	30/07/1993	Ketlyn Hinkel Carvalho	4	1,00	14	7,00	18	8,00 Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

11	<u>466832</u>	<u>26/08/1975</u>	Helga Regina Machniki Tabora	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
12	<u>475451</u>	<u>12/09/1980</u>	Patricia De Souza	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
13	<u>467551</u>	<u>27/12/1986</u>	Susana Krüger Wormsbecker	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
14	<u>467704</u>	<u>09/08/1990</u>	Aline Koper	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
15	<u>468405</u>	<u>17/02/1983</u>	Giceli Hartmann Emiliano	3	0,75	14	7,00	17	7,75	Aprovado
16	<u>469358</u>	<u>12/10/1980</u>	Mirele Aparecida Moro Schmidt	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
17	<u>468885</u>	<u>07/02/1981</u>	Milene De Fatima Carvalho Farias	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
18	<u>469520</u>	<u>18/10/1983</u>	Micheli Portela Kuhl	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
19	<u>475228</u>	<u>11/05/1992</u>	Elisiane Chermach Pikissius	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
20	<u>469152</u>	<u>18/07/1994</u>	Bruna Do Livramento	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
21	<u>474685</u>	<u>19/07/1982</u>	Daniela Worell Pasdiora	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
22	<u>467537</u>	<u>12/06/1992</u>	Andressa Aline Klostermann Da Silva	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
23	<u>470143</u>	<u>06/02/1974</u>	Luciane Lara Barboza	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
24	<u>476553</u>	<u>21/09/1987</u>	Elis Maria Palhano	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
25	<u>471081</u>	<u>28/10/1987</u>	Ana Claudia Zella De Lima	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
26	<u>475207</u>	<u>22/11/1989</u>	Carla Daniele Da Luz Cabral	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
27	<u>472902</u>	<u>28/05/1976</u>	Maria Roselene Zimkowicz	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
28	<u>473590</u>	<u>07/04/1982</u>	Renata Macaneiro	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
29	<u>467643</u>	<u>29/03/1987</u>	Cleide Aparecida Rodrigues	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
30	<u>475245</u>	<u>26/10/1993</u>	Hederly Miriane Ingles	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
31	<u>467497</u>	<u>02/07/1982</u>	Fabiana Maria Schweigert Lara	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
32	<u>471770</u>	<u>16/01/1984</u>	Rosângela Aparecida Barbosa De Almeida	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
33	<u>469485</u>	<u>23/11/1984</u>	Alessandra Fritz	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
34	<u>470103</u>	<u>22/04/1988</u>	Janaina Paola Ramos Seidel	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
35	<u>473670</u>	<u>26/12/1989</u>	Franciele Peschel	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
36	<u>466953</u>	<u>25/03/1992</u>	Rubia Silva	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
37	<u>467353</u>	<u>20/03/1993</u>	Miaze Suelen Salvador	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
38	<u>467100</u>	<u>16/10/1994</u>	Bruna Bauer	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
39	<u>476561</u>	<u>26/07/1985</u>	Ana Franceline De Oliveira Rauen	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

40	471765	16/03/1987	Josiele Mabel Machnicki	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
41	475011	19/02/1976	Kenia Regina Preciso	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
42	467415	28/05/1978	Maria Helena Kalatay Scardanzan	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
43	467318	30/07/1964	Ivonete Jusviack Grober	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
44	469772	06/10/1978	Luciana Da Costa Pereira Da Silveira	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
45	472461	11/05/1982	Neila Regina Campos Brizolla	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
46	468489	28/08/1983	Ana Paula Correa Frogel	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
47	466918	25/01/1988	Nathalie Caroline Plonkoski Gruber	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
48	473993	06/06/1991	Maiara Aguiar Da Silva	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
49	472263	05/06/1978	Luciane Schelbauer	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
50	467697	06/08/1978	Lucia Drygla Mendes	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
51	475152	02/11/1979	Isabel Cristina Peschel Kozak	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
52	469255	11/10/1960	Josiane Maria Rumor	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
53	469119	28/02/1983	Marileia Hellingner	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
54	469470	25/09/1987	Aline Siqueira	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
55	468511	06/03/1991	Jaqueline Bornann Figura Da Cruz Witt	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
56	469055	07/03/1995	Samara Sedlak	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
57	471931	24/08/1965	Carla De Fatima Owczarzak	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
58	474939	16/12/1970	Carme Aparecida Wojakevicz Felczak	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
59	474023	20/05/1975	Marisa Prochera Rodrigues	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
60	466403	09/06/1981	Nadia Xavier	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
61	469229	24/01/1983	Andreia Aparecida Carliolatto	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
62	475598	23/02/1983	Anelise Salvador	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
63	474965	22/03/1991	Jessica Aparecida Portella Teclak	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
64	476116	26/10/1991	Priscila De Andrade	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
65	467717	19/11/1994	Jean Marlon Lourenco De Oliveira	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
66	466609	29/03/1974	Valdirene Do Rocio Gomes Siqueira Haaben	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
67	466284	07/01/1993	Barbara Louise Bauer	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
68	468287	26/04/1981	Giselle Maria Rodrigues Cardoso Wendt	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

69	474982	19/09/1985	Patricia Moreira	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
70	473281	12/04/1990	Franciane Aparecida Jaroszevski Jusviack	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
71	474724	09/10/1962	Mari Eledina Grein	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
72	472205	24/01/1974	Angela Maria Montes Miguel	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
73	466889	10/09/1980	Joziane Aparecida Urbanek Chableski	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
74	474777	15/05/1982	Alauriceli Fatima Dos Santos Utemchowski	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
75	466238	03/03/1983	Lucelia Alves	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
76	468616	27/03/1983	Janaina Stocksneider Carlins	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
77	471839	15/04/1975	Marisa Grossel	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
78	468451	15/02/1977	Luciane De Cassia Bussmann	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
79	473906	30/12/1978	Zenilda Martins Correa	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
80	466883	07/07/1992	Maria Das Gracias Pereira Colaco	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
81	466594	15/07/1958	Deise Mara Grein	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
82	467461	19/03/1965	Marilda Dos Santos Mello	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
83	468570	29/06/1972	Claudia Schiessel Domiciano	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
84	473011	19/07/1973	Rosilda Albrecht Schutter	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
85	470019	16/09/1979	Sonia Signorelli Alves	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
86	476534	21/08/1982	Jisele Kmiecik Demetrio	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
87	471670	11/09/1985	Bianca Munster	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
88	476157	30/11/1987	Daniela Franck	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
89	467933	24/11/1998	Ana Caroline Veiga Wosniacki	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
90	472132	08/10/1980	Alexandra Maria Schwitzki	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
91	467452	10/02/1982	Cleonice Nazario	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
92	470838	21/12/1993	Jaqueline Milbauer	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
93	469330	13/05/1975	Mirian Pereira De Souza	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
94	473562	10/04/1962	Ana Kruczkevitz	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
95	471880	11/08/1971	Edilvane Canha Pscheidt	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
96	466647	23/05/1975	Viviane Cristine De Souza Maciel	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
97	467656	22/06/1976	Regiane Hack Krol	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

98	476642	26/10/1978	Maria Claudia Oczkowski	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
99	471735	12/12/1978	Luciane Vieira	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
100	467126	01/07/1979	Joseane Stoeberl	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
101	466690	21/01/1991	Francisco Konig Neto	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
102	467365	19/12/1963	Janine Maria Köene	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
103	466242	22/10/1981	Ana Claudia Salvador Machado	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
104	474428	30/04/1993	Fernanda Dos Santos Apolinario	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
105	473215	21/03/1966	Maria De Jesus De Andrade	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
106	474454	13/07/1966	Angelita Chinski Thiem	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
107	466476	11/08/1986	Rosimere Machowski	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
108	472275	30/05/1988	Vanderleia Pereira De Lima	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
109	476663	13/12/1991	Grazielle Cristine Alves Claudino	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
110	470430	22/04/1986	Daniele Picksius Souza Rosa	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
111	469294	04/05/1984	Barbara Cidade	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
112	475315	09/09/1983	Daniel Marinho De Lima	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
113	472364	15/12/1970	Claudete Aparecida Goncalves Ribeiro	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
114	476167	14/10/1972	Rosimeri Sphair Kruger	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
115	469440	20/02/1973	Sandra A. De M. Loureiro De Almeida	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
116	466653	04/07/1977	Veridiana Pscheidt	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
117	467597	12/06/1980	Renata Maria Herbst	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
118	472966	16/12/1983	Carina Altmann	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
119	466416	29/04/1974	Solange Brozski Bonettes	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
120	469567	20/10/1978	Maria Aparecida Polak	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
121	467175	08/10/1978	Gislaine Cristina Rosa Siscato	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
122	471173	17/05/1987	Jaqueline Malon Krachinski	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
123	470640	19/12/1987	Liliane Santana De Barros	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
124	467411	14/09/1993	Angelina Suelen Maia	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
125	474027	07/01/1962	Silvani Teles De Souza	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
126	471490	13/09/1977	Rosangela Rocio Da Silva	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

127	<u>469667</u>	<u>08/08/1979</u>	Jucemara Leoni Wagner Momolli Momolli	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
128	<u>470270</u>	<u>25/07/1965</u>	Cristina Machado	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
129	<u>466223</u>	<u>27/03/1992</u>	Marina Eloina Franco Dos Santos	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
130	<u>466434</u>	<u>07/11/1995</u>	Nathalia Fernanda De Souza	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
131	<u>473660</u>	<u>15/02/1970</u>	Claire Rodrigues Da Silva	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
132	<u>474135</u>	<u>29/09/1952</u>	Maura Miguel	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
133	<u>466385</u>	<u>23/04/1992</u>	Rubiane Caroline Becker Conopka	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
134	<u>466417</u>	<u>12/04/1972</u>	Margarete Buba Saiboth	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
135	<u>469461</u>	<u>29/05/1974</u>	Veronica Aparecida Kamers	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
136	<u>476304</u>	<u>30/10/1987</u>	Andressa Zielinski	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
137	<u>467278</u>	<u>17/09/1994</u>	Ana Paula Goncalves	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
138	<u>471819</u>	<u>24/09/1981</u>	Rosimeire Rocha Alves	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
139	<u>468835</u>	<u>14/05/1988</u>	Joice Patricia Peters	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
140	<u>474602</u>	<u>01/03/1958</u>	Maria De Lourdes Moreto Elias	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
141	<u>466435</u>	<u>13/06/1975</u>	Sidneia Ruthes Lourenco	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
142	<u>474380</u>	<u>09/11/1964</u>	Maria Regina Basso	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
143	<u>468591</u>	<u>23/11/1963</u>	Maria Cristiane Sena	2	0,50	2	1,00	4	1,50	Aprovado

Professor III - Educação Infantil (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota	Total Acertos	Nota Final	Situação
1	<u>475035</u>	<u>01/01/1984</u>	6	1,50		15	7,50	21	9,00	Aprovado
2	<u>471662</u>	<u>28/02/1985</u>	5	1,25		14	7,00	19	8,25	Aprovado
3	<u>470562</u>	<u>25/03/1998</u>	6	1,50		13	6,50	19	8,00	Aprovado
4	<u>473157</u>	<u>06/01/1998</u>	7	1,75		12	6,00	19	7,75	Aprovado
5	<u>473760</u>	<u>08/10/1978</u>	4	1,00		13	6,50	17	7,50	Aprovado
6	<u>470620</u>	<u>07/02/1994</u>	6	1,50		12	6,00	18	7,50	Aprovado
7	<u>471031</u>	<u>27/12/1994</u>	6	1,50		12	6,00	18	7,50	Aprovado
8	<u>470545</u>	<u>25/03/1998</u>	6	1,50		12	6,00	18	7,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

9	470338	<u>30/01/1993</u>	Rozeana Da Costa Ceccon (Vaga Deficiente)	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
10	469065	<u>22/06/1996</u>	Bruna Bicheski	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado
11	475958	<u>15/06/1987</u>	Debora Louise Wichineski Thomaz Carvalho	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
12	466395	<u>31/01/1990</u>	Elissandra Aparecida Fonseca	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
13	473344	<u>25/03/1992</u>	Caroline Bergamini Eckel (Conf. Parecer 03 ato 09/2016)	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
14	468201	<u>28/05/1991</u>	Francieli Isabel Dos Santos	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
15	473651	<u>12/07/1997</u>	Andriele Schluckebier	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
16	470693	<u>13/08/1971</u>	Viviane Xavier	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
17	468769	<u>19/04/1987</u>	Lucelia Bossy Savitski	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
18	472239	<u>19/11/1996</u>	Camila Colaco Dos Santos	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
19	474637	<u>05/09/1997</u>	Aline Chermack	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
20	475497	<u>04/09/1998</u>	Rafaela Quilante	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
21	476517	<u>09/04/1992</u>	Suziane Aparecida Peters Signorelli	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
22	475204	<u>12/02/1997</u>	Jessica Alessandra Heide	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
23	476675	<u>12/02/1999</u>	Michele Cristina Valerio	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
24	467289	<u>19/12/1986</u>	Thais Bauer Pires	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
25	466913	<u>26/04/1969</u>	Daili Fani Alves	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
26	475631	<u>08/02/1974</u>	Susiane Kuss Stoebel	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
27	467878	<u>06/04/1977</u>	Rogeria Pilz	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
28	472626	<u>18/12/1981</u>	Raquel De Fatima Moreira Miranda De Lima	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
29	476918	<u>13/06/1984</u>	Ana Cristina Fernandes	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
30	468493	<u>24/09/1987</u>	Elenice Regina Zielinski Veiga	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
31	467967	<u>28/12/1987</u>	Priscila Piotquevicz Collodel	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
32	475962	<u>06/05/1991</u>	Franciane Farias	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
33	473640	<u>07/06/1995</u>	Amanda Carolina Soares Rodrigues	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
34	476835	<u>19/03/1998</u>	Djeinyffer Bublitz Da Silva	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
35	470368	<u>22/02/1979</u>	Angelita Rank Krzesinski	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
36	466495	<u>25/05/1983</u>	Angelita Ozcika	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
37	467781	<u>04/04/1991</u>	Adriane Thais Ferreira	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

38	<u>472160</u>	<u>26/09/1995</u>	Bruna Klemann		4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
39	<u>471247</u>	<u>23/08/1995</u>	Angela De Oliveira		6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
40	<u>473754</u>	<u>03/09/1973</u>	Celma De Oliveira Cornelsen		3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
41	<u>468521</u>	<u>29/03/1995</u>	Evelyn Caroline Heinzen		3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
42	<u>476931</u>	<u>04/06/1996</u>	Carina Zwiegowski Dos Santos		3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
43	<u>470312</u>	<u>12/08/1976</u>	Neozeli Marinheski		5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
44	<u>472251</u>	<u>18/08/1998</u>	Alexsandra Rodrigues De Castro		5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
45	<u>474654</u>	<u>02/04/1966</u>	Jucelia Bichski Stock		2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
46	<u>474742</u>	<u>26/08/1986</u>	Rafaela Unger		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
47	<u>473345</u>	<u>31/03/1992</u>	Jaylson Pereira		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
48	<u>475522</u>	<u>07/04/1994</u>	Nadjara Roberta Dos Santos		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
49	<u>470952</u>	<u>07/03/1995</u>	Francieli Nizer		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
50	<u>471667</u>	<u>07/03/1992</u>	Deisi Karine Bichski Franco		5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
51	<u>471778</u>	<u>29/10/1992</u>	Patricia Wolski		5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
52	<u>475481</u>	<u>09/03/1998</u>	Jefferson Pereira		7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
53	<u>472247</u>	<u>01/03/1986</u>	Marisley Elias Portela		2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
54	<u>467629</u>	<u>13/06/1995</u>	Andrieli Pereira Colaco		2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
55	<u>468244</u>	<u>05/07/1998</u>	Hillary Erhardt Lotte		1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
56	<u>471572</u>	<u>07/12/1996</u>	Hellin Thaini Salvador		3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
57	<u>472462</u>	<u>16/09/1988</u>	Elaine Foit Breger		2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
58	<u>472478</u>	<u>25/09/1982</u>	Helene Michele Bail		3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
59	<u>475069</u>	<u>30/09/1989</u>	Jessica Cristiane		2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
60	<u>470050</u>	<u>11/09/1992</u>	Patricia Mathias		2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
61	<u>475527</u>	<u>20/01/1997</u>	Claudia Alessandra Da Cunha		4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
62	<u>473983</u>	<u>20/07/1977</u>	Edilene Gugelmin		2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
63	<u>473023</u>	<u>10/12/1997</u>	Jordana Louize Schuda		3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

Professor IV - Artes (habilitado) Ensino Superior										
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Nota Final	Situação
1	471278	05/08/1993	Sandrieli Aparecida Czermach Pscheidt	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
2	475212	14/02/1985	Juliano Da Silva	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
3	470117	25/12/1990	Camila Mikalovicz	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
4	474227	20/10/1997	Fernanda Helena Rodrigues	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
5	470774	10/05/1988	Flavia Onofre	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado

Professor IV - Artes (não-habilitado) Ensino Superior										
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Nota Final	Situação
1	466097	24/01/1976	Elaine De Fatima Jungles	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado
2	466447	05/02/1989	Suelen Aparecida Lisboa	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
3	466249	25/04/1982	Airton Jose Becker	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
4	470599	29/05/1989	Andressa Santana	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
5	476857	21/06/1980	Edina Marta Chinski Fuerst	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
6	466058	27/06/1981	Tania Mara De Souza Krupacz	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
7	474463	26/06/1987	Larissa Chinski Thiem	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
8	466367	28/02/1992	Jeniffer Cristina Furtuoso	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
9	469885	16/03/1984	Tatiane Rechetele	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
10	469560	14/11/1994	Priscila Dos Santos	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
11	472875	07/03/1982	Adriel Afonso Sampaio	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
12	474288	06/12/1997	Renata Isabel Schuppel	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
13	472859	20/03/1994	Priscila Lucia Scholze Pereira Becker	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
14	469056	17/04/1998	Flavia Lila	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
15	467574	15/09/1995	Carla Tatiana Binneck	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
16	469673	11/06/1997	Andressa Hardt De Moraes	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
17	471716	17/03/1989	Deyse Wormsbecker Mildemberger	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

18	466535	30/12/1996	Janaína Helen Pettres	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
19	475707	17/01/1993	Michele Santos	0	0,00	9	4,50	9	4,50	Aprovado

Professor IV - Ciências (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	468781	13/10/1993	8	2,00		14	7,00		22	9,00
2	466430	04/10/1977	9	2,25		13	6,50		22	8,75
3	466558	02/02/1986	8	2,00		13	6,50		21	8,50
4	471906	18/05/1990	8	2,00		13	6,50		21	8,50
5	469202	19/09/1958	7	1,75		13	6,50		20	8,25
6	468544	23/02/1988	7	1,75		13	6,50		20	8,25
7	466492	29/04/1992	7	1,75		13	6,50		20	8,25
8	469777	06/03/1957	8	2,00		12	6,00		20	8,00
9	476626	17/08/1975	5	1,25		13	6,50		18	7,75
10	473924	22/04/1989	5	1,25		13	6,50		18	7,75
11	473735	31/03/1993	7	1,75		12	6,00		19	7,75
12	471625	02/01/1994	7	1,75		12	6,00		19	7,75
13	469250	08/07/1984	4	1,00		13	6,50		17	7,50
14	466925	23/12/1992	6	1,50		12	6,00		18	7,50
15	476146	02/07/1959	8	2,00		11	5,50		19	7,50
16	476846	25/11/1965	5	1,25		12	6,00		17	7,25
17	467747	04/10/1993	6	1,50		11	5,50		17	7,00
18	471940	16/11/1987	5	1,25		11	5,50		16	6,75
19	475389	01/11/1991	4	1,00		11	5,50		15	6,50
20	475780	29/10/1986	6	1,50		10	5,00		16	6,50
21	466576	02/09/1977	5	1,25		10	5,00		15	6,25
22	472194	26/07/1990	6	1,50		9	4,50		15	6,00
23	472485	24/02/1987	3	0,75		10	5,00		13	5,75



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

Professor IV - Ciências (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	474904	29/09/1992	Rhaiza Naiany Mocelim	5	1,25	14	7,00	19	Aprovado
2	467861	30/09/1994	Bianca Alves Do Carmo	7	1,75	12	6,00	19	Aprovado
3	473433	11/05/1998	Kassia Eckel	8	2,00	11	5,50	19	Aprovado
4	468573	14/08/1993	Henrique Jose Schipanski	5	1,25	12	6,00	17	Aprovado
5	473360	20/01/1996	Andresa Josiane Eckel	7	1,75	11	5,50	18	Aprovado
6	474377	03/10/1995	Patricia Delinski	6	1,50	11	5,50	17	Aprovado
7	476640	07/03/1993	Andre Luis Cezario	6	1,50	10	5,00	16	Aprovado
8	466824	31/05/1984	Veridiana Worm	8	2,00	9	4,50	17	Aprovado
9	470031	01/04/1995	Cristiano Cardozo	7	1,75	9	4,50	16	Aprovado

Professor IV - Educação Física (habilitado) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	475580	01/04/1992	Brenon Nadolny Partala	9	2,25	13	6,50	22	Aprovado
2	469465	25/03/1991	Julio Cesar Xavier	6	1,50	14	7,00	20	Aprovado
3	471290	13/02/1990	Aline Zipperer	7	1,75	12	6,00	19	Aprovado
4	470937	14/05/1990	Alisson Lucas Unger	7	1,75	12	6,00	19	Aprovado
5	471544	25/10/1982	Sara Torunsky	4	1,00	13	6,50	17	Aprovado
6	476477	11/01/1983	Magno Alessandro Bergamini	6	1,50	12	6,00	18	Aprovado
7	471728	20/04/1993	Kelvin Schafacheck	7	1,75	11	5,50	18	Aprovado
8	476486	16/07/1984	Suellen Ribeiro Bergamini	4	1,00	12	6,00	16	Aprovado
9	468319	05/04/1990	Diuliana Aparecida Ruthes	4	1,00	12	6,00	16	Aprovado
10	466464	16/12/1990	Moyses Matheus Correa	4	1,00	12	6,00	16	Aprovado
11	474000	06/03/1992	Guilherme Antonio Reway	6	1,50	11	5,50	17	Aprovado
12	472191	30/05/1992	Helton Robert Pavan	3	0,75	12	6,00	15	Aprovado
13	468503	07/04/1992	Maicon William Duffeck De Souza	5	1,25	11	5,50	16	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

14	<u>467390</u>	<u>17/01/1994</u>	Anelise Neumann	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
15	<u>474743</u>	<u>03/04/1994</u>	Silvia Janaina Dos Santos Simette	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
16	<u>475899</u>	<u>12/11/1990</u>	Joao Carlos Machado	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
17	<u>468601</u>	<u>01/09/1988</u>	Maicon Diego Sabatke	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
18	<u>472895</u>	<u>20/01/1992</u>	Elder Renan Batista	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
19	<u>474632</u>	<u>28/12/1963</u>	Taiza De Fatima Ribeiro	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
20	<u>466618</u>	<u>23/01/1992</u>	Jessica Cristina Witt	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
21	<u>474585</u>	<u>28/10/1992</u>	Fernanda Valerio	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
22	<u>468308</u>	<u>10/03/1994</u>	Rafael Jose Mariani	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
23	<u>474121</u>	<u>28/04/1991</u>	Rafael Merlin Vernillo	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
24	<u>472361</u>	<u>14/04/1984</u>	Juliana Schafacheck	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
25	<u>472382</u>	<u>14/07/1996</u>	Joyce Gislaire Albrecht	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
26	<u>472412</u>	<u>08/10/1984</u>	Carlos Henrique Breger	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
27	<u>469671</u>	<u>29/11/1991</u>	Karina Aparecida Lay	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
28	<u>467764</u>	<u>29/12/1966</u>	Jose Luis Carvalho	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
29	<u>466752</u>	<u>17/03/1993</u>	Henrique Alexandre Ruske Neto	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
30	<u>469586</u>	<u>18/06/1986</u>	Tiago De Lima	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
31	<u>474446</u>	<u>16/05/1988</u>	Janine Sandrine Brandenburg Augustin	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
32	<u>466807</u>	<u>14/05/1967</u>	Moacir Sabatke	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
33	<u>468469</u>	<u>27/11/1984</u>	Adenise Damiana Ribovski Da Silveira	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
34	<u>466656</u>	<u>16/01/1991</u>	Annie Evelyn De Lima	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
35	<u>469686</u>	<u>21/06/1993</u>	Bianca Thais Ribas	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
36	<u>473062</u>	<u>02/07/1987</u>	Janaina Pereira Lopes	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
37	<u>473877</u>	<u>02/08/1991</u>	Taline Grasielle Oracz	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
38	<u>470705</u>	<u>18/11/1976</u>	Luiz Eduardo Petreca	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
39	<u>466398</u>	<u>13/12/1984</u>	Diulene Pereira	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

Professor IV - Educação Física (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	476378	19/04/1992	Jessica Fernanda Liz De Souza	9	2,25	12	6,00	21	Aprovado
2	468327	30/01/1996	Anderson Rocha Filho	5	1,25	13	6,50	18	Aprovado
3	467438	14/12/1997	Felipe Levinski	6	1,50	12	6,00	18	Aprovado
4	473001	12/03/1996	Debora Nataly Schuda	4	1,00	12	6,00	16	Aprovado
5	475275	26/10/1996	Diulia Batista De Siqueira	4	1,00	12	6,00	16	Aprovado
6	475201	16/08/1985	Jean Osias De Freitas	3	0,75	12	6,00	15	Aprovado
7	473816	11/10/1996	Carla Aparecida Kovaleski	5	1,25	11	5,50	16	Aprovado
8	468125	24/11/1983	Alcione Tinflle Hack Tinflle Hack	4	1,00	11	5,50	15	Aprovado
9	469409	01/12/1977	Rosane Maria Rodrigues	6	1,50	10	5,00	16	Aprovado
10	471693	14/06/1997	Camila Correa Kieski	6	1,50	10	5,00	16	Aprovado
11	466401	25/05/1992	Bruna Lais Wojciechovski	5	1,25	10	5,00	15	Aprovado
12	475508	27/04/1996	Igor Thiarlen Reichardt	5	1,25	10	5,00	15	Aprovado
13	466730	20/01/1997	Geizely Lilliane Martins	2	0,50	11	5,50	13	Aprovado
14	467400	11/07/1977	Luciana Ribeiro	6	1,50	9	4,50	15	Aprovado
15	475965	24/05/1981	Paulo Cesar Thomaz Carvalho	3	0,75	10	5,00	13	Aprovado
16	466324	10/01/1990	Edson Scheck	3	0,75	10	5,00	13	Aprovado
17	474439	08/03/1996	Bruno Luan Moro De Oliveira	3	0,75	10	5,00	13	Aprovado
18	469010	25/05/1996	Iara Andressa Fleischmann	3	0,75	10	5,00	13	Aprovado
19	470224	04/11/1996	Fernanda Aparecida Pickcius	5	1,25	9	4,50	14	Aprovado
20	474133	23/05/1998	Ana Caroline Bregier De Lima	5	1,25	9	4,50	14	Aprovado
21	468623	29/06/1993	Everton Bauer	2	0,50	10	5,00	12	Aprovado
22	476499	22/07/1998	Matheus De Britto Silveira	2	0,50	10	5,00	12	Aprovado
23	477079	23/05/1996	Leriane Maria Stock	4	1,00	9	4,50	13	Aprovado
24	474317	27/10/1983	Jaqueline De Carvalho Mulbauer	3	0,75	9	4,50	12	Aprovado
25	476415	15/10/1991	Adriano Alves Martins	3	0,75	9	4,50	12	Aprovado
26	475168	15/04/1995	Camila Dos Santos	5	1,25	8	4,00	13	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

27	<u>474273</u>	<u>10/11/1983</u>	Patricia Schneider Correia	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
28	<u>466147</u>	<u>23/04/1984</u>	Sofia Martinez Miltos	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
29	<u>468714</u>	<u>27/01/1987</u>	Luis Henrique Alves Da Silveira	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
30	<u>469220</u>	<u>02/11/1991</u>	Suellin Rodrigues Dos Santos	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado

Professor IV - Ensino Religioso (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>470297</u>	<u>09/01/1955</u>	8	2,00		13	6,50		21	8,50
2	<u>471711</u>	<u>02/02/1966</u>	2	0,50		9	4,50		11	5,00

Professor IV - Ensino Religioso (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>469652</u>	<u>21/11/1977</u>	8	2,00		14	7,00		22	9,00
2	<u>475942</u>	<u>17/08/1996</u>	9	2,25		13	6,50		22	8,75
3	<u>472729</u>	<u>17/11/1996</u>	5	1,25		13	6,50		18	7,75
4	<u>468853</u>	<u>21/10/1975</u>	7	1,75		12	6,00		19	7,75
5	<u>466568</u>	<u>13/05/1993</u>	6	1,50		11	5,50		17	7,00

Professor IV - Geografia (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>473385</u>	<u>23/08/1979</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00
2	<u>470844</u>	<u>28/01/1992</u>	8	2,00		6	3,00		14	5,00
3	<u>468471</u>	<u>27/10/1977</u>	5	1,25		7	3,50		12	4,75
4	<u>472038</u>	<u>31/05/1987</u>	6	1,50		6	3,00		12	4,50
5	<u>476296</u>	<u>14/09/1968</u>	5	1,25		6	3,00		11	4,25
6	<u>469443</u>	<u>23/11/1982</u>	3	0,75		6	3,00		9	3,75
7	<u>472638</u>	<u>16/03/1981</u>	5	1,25		5	2,50		10	3,75



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

8	468364	26/03/1982	Daniele Da Fonseca	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
9	469637	27/06/1987	Joao Eloi Das Chagas	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado

Professor IV - Geografia (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	476649	09/06/1997	6	1,50		9	4,50		15	6,00
2	475570	14/07/1976	8	2,00		8	4,00		16	6,00
3	476832	07/07/1997	5	1,25		9	4,50		14	5,75
4	474257	14/06/1983	7	1,75		7	3,50		14	5,25
5	475901	16/02/1980	4	1,00		8	4,00		12	5,00
6	472257	22/02/1985	6	1,50		7	3,50		13	5,00
7	472005	08/09/1989	7	1,75		6	3,00		13	4,75
8	466035	17/02/1997	4	1,00		6	3,00		10	4,00
9	471797	15/10/1996	6	1,50		5	2,50		11	4,00
10	466990	24/01/1999	5	1,25		5	2,50		10	3,75
11	468543	17/07/1996	2	0,50		6	3,00		8	3,50
12	474964	09/05/1967	4	1,00		5	2,50		9	3,50
13	471700	06/10/1987	3	0,75		5	2,50		8	3,25
14	468487	07/06/1984	2	0,50		5	2,50		7	3,00
15	468536	29/10/1993	4	1,00		4	2,00		8	3,00

Professor IV - História (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	471222	10/07/1991	7	1,75		13	6,50		20	8,25
2	469326	28/10/1982	10	2,50		11	5,50		21	8,00
3	473063	15/10/1992	7	1,75		12	6,00		19	7,75
4	469369	23/01/1988	6	1,50		12	6,00		18	7,50



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

5	<u>467944</u>	<u>21/02/1989</u>	Leandro Cipriani	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
6	<u>469632</u>	<u>05/08/1982</u>	Lucelia De Ataíde	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
7	<u>472551</u>	<u>11/02/1995</u>	Jose Carlos Alves Do Nascimento	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
8	<u>466197</u>	<u>04/01/1983</u>	Ellete Schunemann De Lima	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
9	<u>468757</u>	<u>07/06/1973</u>	Ivanor Brizolla Do Amaral	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
10	<u>468172</u>	<u>13/02/1994</u>	Luiz Henrique Demetrio De Oliveira	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
11	<u>474959</u>	<u>10/05/1990</u>	Thomas Grams	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
12	<u>470055</u>	<u>18/07/1995</u>	Alexandre Debrum Dos Santos	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
13	<u>472840</u>	<u>05/09/1986</u>	Ricardo Estevo Cardoso	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
14	<u>466632</u>	<u>20/03/1991</u>	Jessica Caroline De Oliveira	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
15	<u>475703</u>	<u>08/01/1975</u>	Stella Do Rocio Maahs Wolf	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
16	<u>474101</u>	<u>03/02/1989</u>	Taisa Lidiane De Melo Guenze	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
17	<u>466812</u>	<u>07/11/1960</u>	Ovande Roik	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
18	<u>475853</u>	<u>04/09/1980</u>	Tania Ferreira	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
19	<u>473171</u>	<u>27/11/1993</u>	Bruna Westarb	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
20	<u>468492</u>	<u>29/09/1977</u>	Elisangela Catarina Penkal	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
21	<u>468807</u>	<u>03/06/1982</u>	Eli Cristiane Kolbet Krul	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
22	<u>470415</u>	<u>18/09/1990</u>	Adenise Dos Santos	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
23	<u>476020</u>	<u>28/06/1993</u>	Camila Michele Wackerhage	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
24	<u>471479</u>	<u>14/02/1989</u>	Bruna Yona Soares Zap	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado

Professor IV - História (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Situação
1	<u>472529</u>	<u>28/07/1995</u>	9	2,25		11	5,50		20	7,75
2	<u>475867</u>	<u>27/12/1993</u>	5	1,25		10	5,00		15	6,25
3	<u>467511</u>	<u>08/06/1982</u>	2	0,50		11	5,50		13	6,00
4	<u>473624</u>	<u>29/03/1982</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00
5	<u>468416</u>	<u>15/06/1994</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

6	<u>476246</u>	<u>13/06/1995</u>	Katia Helen Ziliotto	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
7	<u>468596</u>	<u>30/06/1998</u>	Maria Eduarda Grossi	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
8	<u>471191</u>	<u>09/06/1972</u>	Rosemari Portes	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
9	<u>476904</u>	<u>26/11/1993</u>	Rafael Peters	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
10	<u>475977</u>	<u>05/10/1993</u>	Bruno Worell Da Silva	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
11	<u>476853</u>	<u>21/07/1975</u>	Noeli Feger Girolimetto Kohler	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
12	<u>473283</u>	<u>16/09/1982</u>	Viviane Vicente De Lima Seidel	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
13	<u>466224</u>	<u>14/09/1994</u>	Francieli Barbara Glovacki Alves	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
14	<u>474340</u>	<u>28/10/1977</u>	Geovane Ponciano Pisch	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Aprovado
15	<u>473202</u>	<u>01/11/1992</u>	Laudicea Leski De Campos	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Aprovado

Professor IV - Inglês (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>469824</u>	<u>28/09/1986</u>	8	2,00		13	6,50		21	8,50
2	<u>470928</u>	<u>29/01/1992</u>	7	1,75		13	6,50		20	8,25
3	<u>469028</u>	<u>31/12/1982</u>	7	1,75		11	5,50		18	7,25
4	<u>476483</u>	<u>14/08/1986</u>	6	1,50		11	5,50		17	7,00
5	<u>467940</u>	<u>01/03/1992</u>	8	2,00		10	5,00		18	7,00
6	<u>469523</u>	<u>12/03/1994</u>	5	1,25		10	5,00		15	6,25
7	<u>467725</u>	<u>16/04/1979</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00
8	<u>475778</u>	<u>19/11/1982</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00
9	<u>471443</u>	<u>25/11/1974</u>	5	1,25		8	4,00		13	5,25
10	<u>466361</u>	<u>30/06/1978</u>	6	1,50		7	3,50		13	5,00
11	<u>472468</u>	<u>01/07/1959</u>	4	1,00		6	3,00		10	4,00
12	<u>470513</u>	<u>26/09/1982</u>	6	1,50		5	2,50		11	4,00
13	<u>468298</u>	<u>15/09/1969</u>	5	1,25		4	2,00		9	3,25



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

Professor IV - Inglês (não-habilitado) Ensino Superior									
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	476737	24/07/1988	Laynara De Fatima Ferreira	7	1,75	9	4,50	16	Aprovado
2	466414	27/04/1991	Karina Saiboth	7	1,75	7	3,50	14	Aprovado
3	472929	02/05/1992	Jaqueline Petres Thomaz	7	1,75	7	3,50	14	Aprovado
Professor IV - Matemática (habilitado) Ensino Superior									
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação
1	470802	03/07/1993	Debora Maria Sampaio	6	1,50	14	7,00	20	Aprovado
2	471570	09/03/1980	Rossana Mazai	6	1,50	12	6,00	18	Aprovado
3	469042	11/02/1995	Jessica Augustin	8	2,00	11	5,50	19	Aprovado
4	475131	29/03/1994	Caroline Witt	7	1,75	11	5,50	18	Aprovado
5	474946	06/09/1982	Alessandra Zanelatto	6	1,50	11	5,50	17	Aprovado
6	472899	12/09/1986	Rubiana Grochowski	6	1,50	11	5,50	17	Aprovado
7	469539	13/08/1993	Dionatan Bialeski	6	1,50	11	5,50	17	Aprovado
8	476909	08/09/1987	Claudio Eduardo De Souza	5	1,25	11	5,50	16	Aprovado
9	467081	07/01/1989	Genilson Guenze	6	1,50	10	5,00	16	Aprovado
10	466668	28/11/1994	Fernanda Jaqueline Demetrio Wibbelt	5	1,25	10	5,00	15	Aprovado
11	474075	30/06/1988	Viviane Witt	4	1,00	10	5,00	14	Aprovado
12	468768	23/12/1980	Tania Oliveira Do Amaral	4	1,00	9	4,50	13	Aprovado
13	470653	07/02/1992	Tamara Johanson Franz	6	1,50	8	4,00	14	Aprovado
14	466454	03/04/1990	Priscila Bolinelli Martins	3	0,75	9	4,50	12	Aprovado
15	475209	22/01/1982	Elaine Scheck Kaliski	1	0,25	9	4,50	10	Aprovado
16	469517	24/01/1995	Gessica Pedroso Melnik	5	1,25	7	3,50	12	Aprovado
17	475218	03/11/1966	Mery Terezinha Partala	7	1,75	6	3,00	13	Aprovado
18	472518	07/03/1988	Jocelma Schadek Schafacheck	7	1,75	6	3,00	13	Aprovado
19	476369	20/10/1972	Elizangela Maria Braiz Krepl Fuerst	4	1,00	7	3,50	11	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

20	<u>468752</u>	<u>22/01/1994</u>	Flavia Prestes De Souza	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
21	<u>473210</u>	<u>03/01/1992</u>	Tcharles Jose Petters	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
22	<u>471155</u>	<u>15/04/1972</u>	Renilda Maass Da Costa	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
23	<u>466517</u>	<u>25/09/1954</u>	Joao Alves Filho Alves	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
24	<u>468318</u>	<u>16/01/1983</u>	Andreia Utemchowski Simoes De Oliveira	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
25	<u>475662</u>	<u>19/04/1987</u>	Sandreli Aparecida Simette	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
26	<u>469321</u>	<u>04/08/1994</u>	Fabiola Ribeiro Riboski	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
27	<u>473771</u>	<u>29/03/1990</u>	Nathana Aparecida Grossl Nunes	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado
28	<u>469463</u>	<u>30/08/1969</u>	Marli Dias	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
29	<u>470573</u>	<u>23/08/1994</u>	Karin Kuss	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado

Professor IV - Matemática (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>471810</u>	<u>23/12/1989</u>	9	2,25		12	6,00		21	8,25
2	<u>476350</u>	<u>16/02/1997</u>	9	2,25		11	5,50		20	7,75
3	<u>474756</u>	<u>16/09/1994</u>	5	1,25		12	6,00		17	7,25
4	<u>474591</u>	<u>20/04/1974</u>	7	1,75		11	5,50		18	7,25
5	<u>468432</u>	<u>08/01/1996</u>	6	1,50		11	5,50		17	7,00
6	<u>467072</u>	<u>02/09/1995</u>	5	1,25		11	5,50		16	6,75
7	<u>469318</u>	<u>21/08/1996</u>	7	1,75		8	4,00		15	5,75
8	<u>468145</u>	<u>02/12/1984</u>	6	1,50		8	4,00		14	5,50
9	<u>474034</u>	<u>23/05/1976</u>	7	1,75		7	3,50		14	5,25
10	<u>469158</u>	<u>31/12/1996</u>	7	1,75		7	3,50		14	5,25
11	<u>476797</u>	<u>29/04/1987</u>	6	1,50		7	3,50		13	5,00
12	<u>476617</u>	<u>07/03/1993</u>	6	1,50		7	3,50		13	5,00
13	<u>473289</u>	<u>16/03/1998</u>	8	2,00		6	3,00		14	5,00
14	<u>466742</u>	<u>25/10/1993</u>	5	1,25		7	3,50		12	4,75
15	<u>466468</u>	<u>29/04/1994</u>	7	1,75		6	3,00		13	4,75



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

16	<u>473821</u>	<u>26/09/1988</u>	Paulo Cristiano Gulka	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
17	<u>468604</u>	<u>08/12/1995</u>	Brenda Maria Milbauer	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
18	<u>476068</u>	<u>14/08/1989</u>	Kleber Renemilton Zerger	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
19	<u>466369</u>	<u>22/08/1998</u>	Karoline Kalisky	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
20	<u>468062</u>	<u>18/02/1982</u>	Cristiane Streit	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
21	<u>472941</u>	<u>01/01/1988</u>	Tarcisio Helinton Thomaz	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
22	<u>474246</u>	<u>22/05/1994</u>	Samara Aparecida Moreira	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
23	<u>469037</u>	<u>28/11/1995</u>	Gislaine Rodrigues Da Silva	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
24	<u>473175</u>	<u>14/10/1998</u>	Ediana Bosse	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
25	<u>476567</u>	<u>22/07/1995</u>	Caroline Poma Monego	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Aprovado

Professor IV - Português (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>470504</u>	<u>13/05/1986</u>	6	1,50		14	7,00		20	8,50
2	<u>467681</u>	<u>22/05/1980</u>	8	2,00		13	6,50		21	8,50
3	<u>467442</u>	<u>27/03/1983</u>	7	1,75		12	6,00		19	7,75
4	<u>467714</u>	<u>12/09/1990</u>	6	1,50		12	6,00		18	7,50
5	<u>472258</u>	<u>10/11/1993</u>	8	2,00		11	5,50		19	7,50
6	<u>468995</u>	<u>23/09/1962</u>	6	1,50		11	5,50		17	7,00
7	<u>468973</u>	<u>18/05/1967</u>	6	1,50		11	5,50		17	7,00
8	<u>466734</u>	<u>29/12/1987</u>	5	1,25		11	5,50		16	6,75
9	<u>468452</u>	<u>18/07/1989</u>	5	1,25		11	5,50		16	6,75
10	<u>475186</u>	<u>24/07/1992</u>	6	1,50		10	5,00		16	6,50
11	<u>471274</u>	<u>24/02/1983</u>	5	1,25		10	5,00		15	6,25
12	<u>476048</u>	<u>01/03/1974</u>	4	1,00		10	5,00		14	6,00
13	<u>469900</u>	<u>13/09/1990</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00
14	<u>466703</u>	<u>12/05/1969</u>	7	1,75		8	4,00		15	5,75
15	<u>467185</u>	<u>24/10/1979</u>	7	1,75		8	4,00		15	5,75



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

16	<u>475246</u>	<u>21/12/1982</u>	Monica Miranda	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
17	<u>473696</u>	<u>21/06/1993</u>	Eliziane Wengrnovski	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
18	<u>467720</u>	<u>28/09/1988</u>	Renilda Lopes Peters	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
19	<u>472606</u>	<u>17/09/1980</u>	Angelita Wegrzynowski	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
20	<u>471836</u>	<u>23/08/1994</u>	Jefferson De Jesus Fernandes	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
21	<u>470087</u>	<u>01/05/1992</u>	Jacqueline Helena Lila	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
22	<u>470212</u>	<u>28/04/1993</u>	Andressa Aparecida Trafca	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
23	<u>473246</u>	<u>17/05/1971</u>	Sandra Mara Santana De Souza	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
24	<u>467698</u>	<u>28/08/1983</u>	Jussara Rodrigues Bello Wormsbecker	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Aprovado

Professor IV - Português (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>476018</u>	<u>21/05/1984</u>	8	2,00		11	5,50		19	7,50
2	<u>476073</u>	<u>21/02/1997</u>	5	1,25		10	5,00		15	6,25
3	<u>468653</u>	<u>04/02/1977</u>	4	1,00		9	4,50		13	5,50
4	<u>474727</u>	<u>14/12/1998</u>	4	1,00		8	4,00		12	5,00
5	<u>475634</u>	<u>06/04/1965</u>	3	0,75		8	4,00		11	4,75
6	<u>473484</u>	<u>05/03/1992</u>	3	0,75		7	3,50		10	4,25

Professor IV - Práticas Zootécnicas/Industriais/Gerenciais e Agrícolas (habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
			Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	<u>473466</u>	<u>22/11/1965</u>	7	1,75		12	6,00		19	7,75
2	<u>471215</u>	<u>07/07/1982</u>	8	2,00		10	5,00		18	7,00
3	<u>470029</u>	<u>05/12/1988</u>	8	2,00		10	5,00		18	7,00
4	<u>472045</u>	<u>28/09/1992</u>	4	1,00		10	5,00		14	6,00
5	<u>466499</u>	<u>27/01/1983</u>	6	1,50		9	4,50		15	6,00
6	<u>468078</u>	<u>26/02/1988</u>	6	1,50		8	4,00		14	5,50



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Edital n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

7	469136	28/07/1979	Suzana Rizzo	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
8	474309	03/05/1986	Juliana Domingos Archango Dos Reis	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado

Professor IV - Práticas Zootécnicas/Industriais/Gerenciais e Agrícolas (não-habilitado) | Ensino Superior

Posição Nº	INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais			Conhecimentos Específicos			Nota teórica	
				Acertos	Nota		Acertos	Nota		Total Acertos	Nota Final
1	473953	03/10/1966	Joao Maria Leski	7	1,75		10	5,00		17	6,75
2	476288	27/07/1985	William Auerhahn	6	1,50		9	4,50		15	6,00
3	471565	29/12/1984	Solange De Fatima Hacke Becker	5	1,25		9	4,50		14	5,75
4	474064	11/11/1985	Luis Ronaldo Soares	7	1,75		6	3,00		13	4,75
5	475638	15/08/1998	Eduarda Yanara Souza Dos Passos	6	1,50		6	3,00		12	4,50
6	466590	09/09/1983	Cristiano Cawa	4	1,00		6	3,00		10	4,00



Estado de Santa Catarina
Município de MAFRA
Editais n.º 001/2016 de PROCESSO SELETIVO

ANEXO II – CLASSIFICAÇÃO FINAL DEFICIENTES

Professor I - Alfabetização (não-habilitado)		NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL FINAL	Situação
Nº INSC	CANDIDATO				
470338	Rozeana Da Costa Ceccon	4,75	56ª	9ª	Deferida a Vaga de Deficiente

ATO 011/2016 RETIFICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 001/2016

ATO 011/2016

RETIFICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL

DO CARGO DE PROFESSOR III - EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO-HABILITADO)

DO EDITAL Nº 001/2016 DE PROCESSO SELETIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, através da Secretaria Municipal de Educação, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

Considerando erro material/digitável e sanável de correção na Classificação Final da candidata Caroline Bergamini Eckel, inscrição nº 473344 do cargo de Professor III – Educação Infantil (não-habilitado), pois a candidata entrou com recurso referente aos acertos e nota em sua Classificação Preliminar, conforme julgamento do recurso, a candidata assistia razão procedendo-se com a correção na classificação final, porém foi inserida no local errado da planilha, na posição 13ª, sendo que na verdade a candidata está na posição 14ª considerando a sua nota final e os critérios de desempate.

Considerando a correção na classificação final, e a candidata ocupando a 14ª colocação.

Considerando que este erro foi informado pela candidata e detectado pela banca organizadora, o qual foi sanado e com nova publicação da Classificação Final.

DECIDE:

1. Fica retificada a Classificação Final do cargo de Professor III – Educação Infantil (não-habilitado), a qual consta divulgada no anexo I deste ato, em ordem decrescente de nota final.

2. Quanto à retificação constante da classificação final, desta situação, esclarece-se que, a qualquer tempo comprovado erro material, é possível ocorrer revisão do resultado final do concurso público, inclusive sendo pacífico no Direito o tratamento dispensado no caso em tela. "EMENTA: RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA ADMINISTRATIVO. (...) CANDIDATA APROVADA NA PRIMEIRA LISTAGEM. ERRO MATERIAL. REAVALIAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DO ALEGADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. A Administração, usando da prerrogativa de reavaliação e retificação de atos administrativos, uma vez verificado o erro material na média final da prova da impetrante, não feriu qualquer direito, muito menos líquido e certo, considerando não ter a mesma obtido nota suficiente para aprovação do certame. Recurso desprovido" (STJ, 5ªT. RMS 17270/MT, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, 26/04/2005, DJ 23.05.2005, p. 309, v. unânime)

2.1. A inconsistência verificada consta sanada nesta retificação, no anexo I, com respaldo jurídico legal para tal modificação conforme já esclarecido anteriormente.

2.2. A aplicação das normas do Direito, e ainda, dos princípios constitucionais ampara a modificação efetivada. Tratando-se também do poder dos recursos, e da verificação de erro material sanável e sua posterior modificação, amparado no direito brasileiro, que conforme súmula 473 do STF, que refere-se à anulação ou revogação pela administração dos seus próprios atos diz que:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

3. Nos demais cargos não houve alteração de notas.

4. Fica revogada a classificação final do cargo de Professor III – Educação Infantil (não-habilitado) divulgada no ato 010/2016.

Mafra, 06 de dezembro de 2016

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL CARGO DE PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

Professor III - Educação Infantil (não-habilitado) Ensino Superior										
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Nota Final	Situação
1	475035	01/01/1984	Simone Pereira De Souza Vilarino	6	1,50	15	7,50	21	9,00	Aprovado
2	471662	28/02/1985	Dayana Medeiros Turkot	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
3	470562	25/03/1998	Alexia Rodrigues Da Luz	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
4	473157	06/01/1998	Jessica Hack	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
5	473760	08/10/1978	Rosalia Schelbauer De Oliveira	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
6	470620	07/02/1994	Franciele Aparecida Loth Pereira	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
7	471031	27/12/1994	Stella Mara Wendt	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado

8	470545	25/03/1998	Alessandra Rodrigues Da Luz	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprova-do
9	470338	30/01/1993	Rozeana Da Costa Ceccon(Vaga Deficiente)	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprova-do
10	469065	22/06/1996	Bruna Bicheski	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprova-do
11	475958	15/06/1987	Debora Louise Wichinheski Thomaz Carvalho	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprova-do
12	466395	31/01/1990	Elissandra Aparecida Fonseca	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprova-do
13	468201	28/05/1991	Francielli Isabel Dos Santos	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprova-do
14	473344	25/03/1992	Caroline Bergamini Eckel(Conf. Parecer 03 ato 09/2016)	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprova-do
15	473651	12/07/1997	Andriele Schlukiebier	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprova-do
16	470693	13/08/1971	Viviane Xavier	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprova-do
17	468769	19/04/1987	LuceliaBossySavitski	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprova-do
18	472239	19/11/1996	Camila Colaco Dos Santos	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprova-do
19	474637	05/09/1997	Aline Chermack	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprova-do
20	475497	04/09/1998	Rafaela Quilante	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprova-do
21	476517	09/04/1992	Suziane Aparecida PetersSignorelli	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprova-do
22	475204	12/02/1997	Jessica Alessandra Heide	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprova-do
23	476675	12/02/1999	Michele Cristina Valerio	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprova-do
24	467289	19/12/1986	Thais Bauer Pires	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprova-do
25	466913	26/04/1969	Daili Fani Alves	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprova-do
26	475631	08/02/1974	SusianeKussStoebel	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprova-do
27	467878	06/04/1977	RogeriaPilz	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprova-do
28	472626	18/12/1981	Raquel De Fatima Moreira Miranda De Lima	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprova-do
29	476918	13/06/1984	Ana Cristina Fernandes	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprova-do
30	468493	24/09/1987	Elenice Regina Zielinski Veiga	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprova-do
31	467967	28/12/1987	Priscila PiaotqueviczCollodel	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprova-do
32	475962	06/05/1991	Franciane Farias	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprova-do
33	473640	07/06/1995	Amanda Carolina Soares Rodrigues	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprova-do
34	476835	19/03/1998	DjeynyfferBublitz Da Silva	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprova-do
35	470368	22/02/1979	Angelita RankKrziesinski	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprova-do
36	466495	25/05/1983	Angelita Ozcika	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprova-do
37	467781	04/04/1991	Adriane Thais Ferreira	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprova-do
38	472160	26/09/1995	Bruna Klemann	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprova-do
39	471247	23/08/1995	Angela De Oliveira	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprova-do
40	473754	03/09/1973	Celma De Oliveira Cornelsen	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprova-do

41	468521	29/03/1995	Evelyn Caroline Heinzen	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprova- do
42	476931	04/06/1996	Carina Zwiegicoski Dos Santos	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprova- do
43	470312	12/08/1976	NeozeliMarinheski	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprova- do
44	472251	18/08/1998	Alexssandra Rodrigues De Castro	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprova- do
45	474654	02/04/1966	Jucelia Bicheski Stock	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprova- do
46	474742	26/08/1986	Rafaela Unger	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprova- do
47	473345	31/03/1992	Jaylson Pereira	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprova- do
48	475522	07/04/1994	Nadjara Roberta Dos Santos	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprova- do
49	470952	07/03/1995	FrancieliNizer	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprova- do
50	471667	07/03/1992	Deisi Karine Bicheski Franco	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprova- do
51	471778	29/10/1992	Patricia Wolski	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprova- do
52	475481	09/03/1998	Jefferson Pereira	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprova- do
53	472247	01/03/1986	Marisley Elias Portela	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprova- do
54	467629	13/06/1995	Andrieli Pereira Colaco	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprova- do
55	468244	05/07/1998	Hillary ErhardtLotte	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprova- do
56	471572	07/12/1996	HellinThaini Salvador	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprova- do
57	472462	16/09/1988	Elaine FoitBreger	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprova- do
58	472478	25/09/1982	Helene Michele Bail	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprova- do
59	475069	30/09/1989	Jessica Cristiane	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprova- do
60	470050	11/09/1992	Patricia Mathias	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprova- do
61	475527	20/01/1997	Claudia Alessandra Da Cunha	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprova- do
62	473983	20/07/1977	Edilene Gugelmin	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprova- do
63	473023	10/12/1997	Jordana LouizeSchuda	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprova- do

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 11.062.129/0001-40

VELOGAS LTDA – MEG GAS

Nota Fiscal nº. 2977 R\$ 61,00

Nota Fiscal nº. 3047 R\$ 14.500,00

VALOR TOTAL: R\$ 14.561,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de carga de gas (GLP) destinada as Secretarias Municipais, bem como, para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 08 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO
Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 75.809.186/0001-23

TRANSPORTE COLETIVO NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.

Nota Fiscal nº. 787 R\$ 39.307,78

VALOR TOTAL: R\$ 39.307,78

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 07 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO
Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 80.858.053/0001-87

VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA

Nota Fiscal nº. 3666 R\$ 7.878,12

Valor total: R\$ 7.878,12

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 07 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA A MESA DIRETORA PARA O EXERCÍCIO DE 2017

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, A REALIZAR-SE NA SESSÃO SOLENE DO DIA PRIMEIRO DE JANEIRO DE 2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os Vereadores, servidores do Poder Legislativo e a todos os munícipes que, segundo o Art. 22 da Lei Orgânica do Município de Mafra e o artigo 2º, §§ 8º, 9º e 10; art. 3º; art. 7º, §§1º e 2º e 139, II, "g", todos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Mafra, ainda que alguns de forma subsidiária,

CONVOCA

Eleições para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Mafra para o exercício de 2017, a ser realizada às 18h do dia 1º de janeiro de 2017, em Sessão Solene, segundo as regras a seguir:

Art. 1º. Compete ao Vereador mais votado presidir a sessão solene de eleição para a composição da Mesa Diretora e dar-lhe posse, nos termos dos §§9º e 10 do art. 2º e do art. 3º do Regimento Interno.

Art. 2º. Todos os vereadores terão direito a voto quando da eleição da Mesa.

Art. 3º. A eleição far-se-á em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores em através de voto nominal e aberto, por ordem alfabética.

Art. 4º. Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou completar-se a eleição para os membros da Mesa na primeira Reunião, conforme o disposto no art. 8º, §3º, do Regimento Interno desta Casa, o Presidente interino convocará Reunião para o dia seguinte, até plena consecução desse objetivo.

Art. 5º. A inscrição das chapas com as nominatas que desejarem concorrer deverá ocorrer até as 19h do dia 13 de dezembro de 2016, por meio de requerimento protocolado na Secretaria da Casa, firmado pessoalmente pelo candidato a Presidente e assinada a nominata anexada por todos os postulantes a integrantes dos cargos da Mesa Diretora e eventuais apoiadores.

Parágrafo primeiro - Não serão aceitas inscrições por meio de procuração.

Parágrafo segundo - É facultativa a assinatura de apoiadores na nominata da chapa.

Art. 6º. Se ocorrer empate, considerar-se-á eleita a chapa em que o candidato a Presidente for o mais idoso.

Art. 7º. Encerradas as eleições, o Presidente da Sessão Solene declarará eleita a chapa vencedora, devendo os Vereadores eleitos, depois de oficialmente nomeados na mesma reunião, assumirem os cargos imediatamente, independente de qualquer outra formalidade.

Art. 8º. Este Edital deve ser lido na Reunião Ordinária do dia 06 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no local de costume no prédio da Câmara Municipal e ser encaminhado por ofício, com recebimento, a todos os Vereadores da 18ª Legislatura.

Plenário da Câmara de Vereadores, aos 06 de dezembro de 2016.

Vereador Edenilson Schelbauer

Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 100/2016

DECRETO Nº 100 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, que no dia 08 de Dezembro de 2016 é Feriado Municipal, dedicado ao dia da Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Padroeira do Município, conforme o Art. 8º, item III da Lei Orgânica do Município de Maracajá;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, no dia 09 de Dezembro de 2016, alusivo ao dia da Padroeira do Município - Imaculada Conceição, durante todo o expediente.

§ 1º No dia 12 de Dezembro de 2016 o expediente retornará a sua normalidade do horário especial definido pelo Decreto nº 80 de 03 de Outubro de 2016.

Art. 2º Excetuam-se os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público, dada à natureza dos serviços prestados, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I – a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II – o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente;

Art. 3º Os Diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 4º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 05 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 101/2016

DECRETO Nº 101 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, EM RAZÃO DAS COMEMORAÇÕES DO NATAL E ANO NOVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o feriado nacional do dia 25 de dezembro (Natal) e 1º de Janeiro (Ano Novo);

CONSIDERANDO proporcionar ao funcionalismo municipal maior comodidade para organização de suas comemorações;

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas públicas, devendo o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

CONSIDERANDO que outras esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário também instituíram recesso administrativo;

CONSIDERANDO que o Ponto Facultativo mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo entre os dias 19 de dezembro de 2016 à 31 de Dezembro de 2016, nas Repartições Públicas do Município de Maracajá, tendo em vista as comemorações alusivas ao Natal e Ano Novo, durante todo o expediente.

§ 1º No dia 02 de Janeiro de 2017 o expediente retornará ao horário especial de expediente, instituído por meio do Decreto Municipal nº 80 de 03 de Outubro de 2016.

Art. 2º A Unidade Básica de Saúde de Vila Beatriz e o Cemadas, vinculadas ao Departamento Municipal de Saúde funcionarão em regime de Plantão entre os dias 19 de dezembro de 2016 à 31 de Dezembro de 2016.

Art. 3º As diretorias que prestam serviços imprescindíveis ao bem estar público permanecerão em regime de plantão, visando o atendimento em casos de necessidade ou emergência.

Art. 4º Ficam excluídos deste decreto os serviços considerados essenciais e de interesse público, dada a natureza dos serviços prestados, e serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I – a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II - o Parque Ecológico Municipal, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 5º Os servidores que atuam em setores vinculados a departamentos ou secretarias municipais em que suas atividades não serão interrompidas, será feito escalas de trabalho entre os servidores desde que não prejudique o atendimento ao público.

Art. 6º Qualquer servidor contemplado por este decreto poderá ser convocado pelo seu superior hierárquico a qualquer tempo para o desempenho de suas funções.

Art. 7º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer

tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 05 de dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 102/2016

DECRETO Nº 102 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1072 de 05 de dezembro de 2016;

DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Maracajá, no valor de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais), assim classificado:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj. Atividade: 2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.91.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 05 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj. Atividade: 2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.91.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00.0103 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ
Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj. Atividade: 2.035 – Manutenção e Assistência Médica e odontológica
3.3.91.00.00.00.00.00.0103 – Aplicações Diretas
..... R\$ 55.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj. Atividade: 2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.1.91.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 05 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj. Atividade: 2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.91.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 – Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ
Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj. Atividade: 2.035 – Manutenção e Assistência Médica e odontológica
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 – Aplicações Diretas
..... R\$ 55.000,00

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 05 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 94/2016

DECRETO Nº 94 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

FIXA O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o artigo 471 e artigo 475, da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado nos termos do Código Tributário Municipal o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, para o exercício de 2017.
Art. 2º A UFM - Unidade Fiscal Municipal terá seu valor unitário, a partir de 1ª de Janeiro de 2017, fixado em R\$ 142,49 (cento e quarenta e dois reais, quarenta e nove centavos).
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 21 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de Novembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 95/2016

DECRETO Nº 95 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, a homologação do resultado final do Concurso Público pelo Decreto nº 55 de 22 de junho de 2015;

Considerando, a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

Considerando, o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2015;

Considerando, que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para a convocação dos candidatos aprovados no certame;

Considerando, o relevante interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em primeiro momento, os candidatos aprovados no concurso público, citados e relacionados no ANEXO I deste Decreto Municipal, fazendo parte integrante desta convocação, para comparecerem pessoalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através do edital de convocação e de posse nº 14/2016, no horário das 14 h às 17 h, munido dos documentos necessários para a posse e dos exames médicos, cuja relação se encontra no Edital de Convocação e de Posse nº 14/2016, publicado na íntegra no Diário Oficial do Município de Maracajá e no site oficial cujo endereço eletrônico é: www.maracaja.sc.gov.br.

Parágrafo único - Esta convocação pertence a décima quarta chamada pública ao concurso público nº 01/2015.

Art. 2º Fica Homologado o Edital de Convocação e de Posse nº 14, anexo a este Decreto.

Art. 3º Todos os candidatos aqui chamados deverão estar munidos da documentação especificada no Edital de Convocação e de Posse nº 14, para a pretendida admissão.

Parágrafo Único - Não serão admitidos os exames médicos exigidos, que tenham sido realizados há mais de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto e do Edital de Convocação e de Posse nº 14.

Art. 4º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação no prazo estabelecido, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da posse.

Art. 6º Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de nomeação será revogada, ficando caracterizado a desistência do candidato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 23 de Novembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

ANEXO I**RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO****ENSINO SUPERIOR****PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H**

Inscrição	Nome	Classificação
75770	Franciane da Silva	8º

AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Classificação
76323	Nilza Dal Pont	3º

Maracajá/SC, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maracajá/SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 14
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após sua convocação pessoal e/ou através deste edital depois de sua publicação, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) e da Lei Complementar nº 06/2003 do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

DA POSSE

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº 06/2003 e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC em data, horário e local definidos pela administração municipal e informado individualmente a cada candidato.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, poderá ser solicitado a apresentação do novo servidor para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

ENSINO SUPERIOR

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

Inscrição	Nome	Classificação
75770	Franciane da Silva	8º

AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Classificação
76323	Nilza Dal Pont	3º

Maracajá/SC, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1 CPF;
 - 4.2 Identidade (RG);
 - 4.3 Título de Eleitor;
 - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
 - 4.5 Certidão de casamento;
 - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
 - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
 - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10 Comprovante de Residência atual;
 - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);

9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);

10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros				

Fontes de Renda				

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

LOCAL E DATA: Maracajá/SC, _____ de Novembro de 2016.

Assinatura

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado(a) na _____, número _____, bairro _____, cidade de _____, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, ____ de Novembro de 2016.

Assinatura do Candidato

D E C L A R A Ç Ã O (acumulação legal de cargos)

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado(a) na _____, número _____, bairro _____, cidade de _____, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: _____

Órgão: _____

Carga Horária: _____



Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.
Maracajá/SC, ____ de Novembro de 2016.

Assinatura do Candidato

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, ... _____ de Novembro de 2016.

Assinatura do Candidato

D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.
Maracajá/SC, ____ de Novembro de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):

1.1 EXAMES LABORATORIAIS:

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parcial de Urina

1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

Maracajá/SC, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 01/2016 - FASSEMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2016

Contratante: Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Publico - Fassema

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 01/2016.

Prazo: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 03/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016

Contratante: Fundo de Municipal de Previdência - Fumprevi

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 03/2016.

Prazo: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 40/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 40/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 40/2016.

Prazo: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 75/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 75/2016

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: PRÉ MOLDADOS PAGANI LTDA - EPP

Objeto: Aditiva prazo ao Contrato 75/2016

Cláusula Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 01 (um) mês, passando o prazo inicial do contrato para 30/12/2016

Maracajá, 30 de novembro de 2016.

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 89/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 89/2016

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 89/2016.

Prazo: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 97/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 97/2016

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 97/2016.

Prazo: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

EXTRATO DO 03º TA AO CONTRATO Nº 85/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 85/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: RAC- Saneamento e Tecnologia Ambiental para Disposição e Tratamento de Resíduo Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo de 07 (sete) % do quantitativo conforme abaixo relacionados.

Objeto	Quant. Licitado	Quant. Aditivada
Execução da destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais) do município, em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes, estimado em 1.100 (um mil e cem) toneladas, durante o ano de 2015	1.100 Ton	77 Ton

Cláusula Segunda – Do valor do Contrato

Fica acrescido o valor de R\$ 9.084,46 (nove mil e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) ao contrato 85/2014, devido ao acréscimo nos quantitativos conforme acima relacionados.

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

EXTRATO DO 04º TA AO CONTRATO Nº 85/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 85/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: RAC- Saneamento e Tecnologia Ambiental para Disposição e Tratamento de Resíduo Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 85/2014.

Prazo: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Maracajá, 07 de dezembro de 2016

LEI 1071/2016

LEI Nº 1071 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Maracajá/SC, nos termos do Anexo Único desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais de gestão integrada e manejo dos resíduos sólidos, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 12.305 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído por esta Lei, será revisto periodicamente a cada quatro

anos, sempre anteriormente a elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para nova homologação da Câmara Municipal de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é orientada pelos princípios e objetivos contidos nos artigos 6º e 7º da Lei Federal nº 12.305 de 12 de agosto de 2010.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As revisões do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 23 de Novembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

LEI 1072/2016

LEI Nº 1072 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Maracajá, no valor de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais), assim classificado:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj. Atividade: 2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.91.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj. Atividade: 2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.91.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj. Atividade: 2.035 - Manutenção e Assistência Médica e odontológica
3.3.91.00.00.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas
..... R\$ 55.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj. Atividade: 2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.1.91.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Órgão: 05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj. Atividade: 2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.91.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj. Atividade: 2.035 - Manutenção e Assistência Médica e odontológica
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas
..... R\$ 55.000,00

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 05 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

LEI 1073/2016

LEI Nº 1073 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de MARACAJÁ, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Artigo 1º -

O Orçamento Geral do Município de MARACAJÁ para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 23.668.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos e sessenta e oito mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 23.668.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos e sessenta e oito mil reais), sendo R\$ 23.668.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos e sessenta e oito mil reais) do Orçamento Fiscal.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Artigo 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 23.668.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos e sessenta e oito mil reais)) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal em R\$ 17.629.000,00 (dezessete milhões e seiscentos e vinte e nove mil reais), para a Câmara Municipal em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.029.000,00 (três milhões e vinte e nove mil reais), para o Fumprev em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) e para o Fassema em R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

§ 1º -

A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS		22.723.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES		18.173.000,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL		4.550.000,00
	Total:	22.723.000,00
	Total Geral:	22.723.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
17.00 - FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARA		310.000,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		600.280,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		2.579.920,00
04.00 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO		615.000,00
05.00 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		5.957.300,00
07.00 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS		6.172.980,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		501.520,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENCIA		61.000,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO		645.000,00
16.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		306.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		3.029.000,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MARACAJA - FUM		1.800.000,00
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.080.000,00
Total:		23.668.000,00
Total Geral:		23.668.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01 - Legislativa		1.080.000,00
04 - Administração		2.269.920,00
06 - Segurança Pública		75.280,00
08 - Assistência Social		967.520,00
09 - Previdência Social		1.270.000,00
10 - Saúde		3.029.000,00
12 - Educação		5.400.300,00
13 - Cultura		329.000,00

15 - Urbanismo		5.127.980,00
16 - Habitação		645.000,00
17 - Saneamento		1.045.000,00
20 - Agricultura		615.000,00
23 - Comércio e Serviços		306.000,00
27 - Desporto e Lazer		228.000,00
28 - Encargos Especiais		740.000,00
99 - Reserva de Contingência		540.000,00
	Total:	23.668.000,00
	Total Geral:	23.668.000,00
III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
31 - Ação Legislativa		1.080.000,00
122 - Administração Geral		2.269.920,00
181 - Policiamento		75.280,00
241 - Assistência ao Idoso		31.600,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		156.000,00
244 - Assistência Comunitária		469.920,00
272 - Previdência do Regime Estatutário		1.270.000,00
301 - Atenção Básica		3.029.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		310.000,00
306 - Alimentação e Nutrição		206.260,00
361 - Ensino Fundamental		3.610.040,00
363 - Ensino Profissional		109.000,00
365 - Educação Infantil		1.345.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos		85.000,00
367 - Educação Especial		45.000,00
392 - Difusão Cultural		329.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana		10.000,00
452 - Serviços Urbanos		5.107.980,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos		10.000,00
482 - Habitação Urbana		645.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano		1.045.000,00
606 - Extensão Rural		615.000,00
695 - Turismo		306.000,00
812 - Desporto Comunitário		228.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna		740.000,00
999 - Reserva de Contingência		540.000,00
	Total:	23.668.000,00
	Total Geral:	23.668.000,00
IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
0 - Encargos Especiais		875.000,00
1 - Processo Legislativo		1.080.000,00
12 - Assistência ao Pequeno Produtor		615.000,00
18 - Criança na Escola		5.279.300,00

21	- Esporte é Vida	228.000,00
25	- Habitação para Famílias Carentes	645.000,00
27	- Menor Assistido	156.000,00
33	- Assistência Social	501.520,00
36	- Serviços de Utilidade Pública	573.340,00
39	- Saúde para Todos	3.029.000,00
4	- Gestão Administrativa Superior	600.280,00
42	- Saneamento Básico	1.155.000,00
45	- Estradas Vicinais	1.919.640,00
49	- Urbanização de Vias	2.525.000,00
54	- Meio Ambiente e Turismo	306.000,00
58	- Regime Próprio de Previdência	1.270.000,00
63	- Fortalecimento do Município	160.000,00
64	- Nossa Cultura	315.000,00
65	- Assistência ao Servidor Municipal	310.000,00
7	- Gestão Administrativa Geral	1.584.920,00

9999 - Reserva de Contingência 540.000,00

Total: 23.668.000,00

Total Geral: 23.668.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 17.026.000,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA

Artigo 3º -

O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$

20.629.000,00 (vinte milhões e seiscentos e vinte e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 17.449.000,00 (dezessete milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS		20.629.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES		16.379.000,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL		4.250.000,00
	Total:	20.629.000,00
	Total Geral:	20.629.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04 - Administração		2.269.920,00
06 - Segurança Pública		75.280,00
08 - Assistência Social		657.520,00
12 - Educação		5.400.300,00
13 - Cultura		329.000,00
15 - Urbanismo		5.127.980,00
16 - Habitação		645.000,00
17 - Saneamento		1.045.000,00
20 - Agricultura		615.000,00
23 - Comércio e Serviços		306.000,00
27 - Desporto e Lazer		228.000,00
28 - Encargos Especiais		740.000,00
99 - Reserva de Contingência		10.000,00
	Total:	17.449.000,00
	Total Geral:	17.449.000,00
V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		

DESPESAS CORRENTES		11.736.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.220.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		205.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.311.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		5.703.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS		5.143.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA		560.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00
Total:		17.449.000,00
Total Geral:		17.449.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Artigo 4º -

O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 929.000,00 (novecentos e vinte e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.029.000,00 (três milhões e vinte e nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS		929.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES		629.000,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL		300.000,00
	Total:	929.000,00
	Total Geral:	929.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 3.029.000,00

Total: 3.029.000,00

Total Geral: 3.029.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 2.669.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI

Artigo 5º -

O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS		1.100.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES		1.100.000,00
	Total:	1.100.000,00
	Total Geral:	1.100.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social 1.270.000,00

99 - Reserva de Contingência 530.000,00

Total: 1.800.000,00

Total Geral: 1.800.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 1.250.000,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA

Artigo 6º -

O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa as Despesas em R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 1.080.000,00

Total: 1.080.000,00

Total Geral: 1.080.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 1.070.000,00

Do Orçamento do FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA

Artigo 7º -

O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS		65.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES		65.000,00
	Total:	65.000,00
	Total Geral:	65.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 310.000,00

Total: 310.000,00

Total Geral: 310.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 301.000,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	9.000,00
Total:	310.000,00
Total Geral:	310.000,00

Artigo 8º -

Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 9º -

O remanejo de dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais somente com autorização legislativa.

Artigo 10º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício. II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 11º -

As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12º -

Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13º -

As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14º -

Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 15º -

Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16º -

Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 17º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Maracajá - SC, 07 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 07 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

LEI COMPLEMENTAR 53/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 53 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI GERAL DO PLANO DIRETOR DE MARACAJÁ.

INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTABELECE PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS PARA AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

LEI GERAL DO PLANO DIRETOR DE MARACAJÁ.**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****CAPÍTULO I****DAS CONCEITUAÇÕES**

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Diretor Municipal de Maracajá - SC, com fundamento na Constituição Federal; na Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade; na Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como na Lei Orgânica do Município.

§ único. As normas, princípios básicos e diretrizes para implantação do Plano Diretor, são aplicáveis a toda a extensão territorial do município.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal de Maracajá, nos termos desta Lei, é o instrumento orientador e normativo da Política de Desenvolvimento do Município, integrando o processo de Planejamento Municipal juntamente com os programas e diretrizes orçamentários do Município.

§ único. Nestes termos, o Plano Diretor Municipal deliberará sobre:

- I. a função social da Cidade e das propriedades;
- II. as estratégias para o desenvolvimento municipal sustentável, configuradas pelas políticas setoriais, planos complementares, sistemas e cadastros técnicos pertinentes ao Plano Geral de Desenvolvimento Municipal;
- III. a participação popular colaborativa nestas estratégias;
- IV. as práticas de planejamento, acompanhamento e revisão periódica do próprio Plano Diretor Municipal;
- V. os elementos e condicionantes técnicos da codificação urbana, indutores do desenvolvimento;
- VI. a contínua melhoria das políticas sociais e ambientais;
- VII. a estruturação da compulsoriedade de aproveitamento do solo urbano.

Art. 3º As políticas, diretrizes, ações estratégicas, normas, programas, planos plurianuais e orçamentos anuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei e nas leis que integram o Plano Diretor Municipal de Maracajá.

Art. 4º Integram o Plano Diretor Municipal, instituído por esta, as seguintes Leis:

- I. Lei de Mobilidade Urbana;
- II. Lei de Parcelamento do Solo;
- III. Código de Obras;
- IV. Código de Posturas;
- V. Lei de Delimitação dos Bairros, Distritos e Localidades;
- VI. Lei do Perímetro Urbano; e
- VII. Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º. Outras leis poderão vir a integrar o Plano Diretor Municipal de Maracajá, nas seguintes condições e desde que:

- a) cumulativamente ao Plano Diretor Municipal;
- b) tratem de matéria pertinente ao Desenvolvimento Municipal e/ou ações de Planejamento Territorial e Urbano;
- c) mencionem expressamente em seu texto a condição de integrante do conjunto de Leis componentes do Plano Diretor Municipal;
- d) definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus

dispositivos e os das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

§ 2º. O Plano Diretor será gerido pela Secretaria Municipal de Planejamento ou por outro órgão municipal que vier a substituí-la em suas atribuições, acompanhados do Conselho Municipal da Cidade, instituído nesta Lei.

§ 3º. O Código Ambiental Municipal deverá ser elaborado e gerido a partir da instituição de Órgão Municipal competente, agente das deliberações municipais neste âmbito, em articulação com os Órgãos correlatos das esferas, estadual e federal.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 5º O Plano Diretor Municipal de Maracajá é o instrumento principal da Política de Desenvolvimento Municipal, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, tendo como finalidades orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada no atendimento às aspirações da comunidade, na disciplina do desenvolvimento municipal e na preservação e conservação dos recursos naturais locais.

§ único. O referido Plano normatizará as relações entre o governo, os cidadãos e as instituições no que tange as questões relativas ao meio físico onde estas se desenrolam.

SEÇÃO I**DOS PRINCÍPIOS fundamentais**

Art. 6º O Plano Diretor Municipal de Maracajá tem por princípios fundamentais:

- I. o incentivo à participação popular como instrumento de construção da cidadania e meio legítimo de manifestação das aspirações coletivas;
- II. o fortalecimento da municipalidade como espaço privilegiado de gestão pública democrática e criativa, de solidariedade social e de valorização da cidadania;
- III. a garantia do direito ao espaço urbano e rural e às infra-estruturas de que dispõe ou de que venham a dispor, como requisito básico ao pleno desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos municípios;
- IV. a garantia de condições para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, considerando-se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no território como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano;
- V. o combate às causas da pobreza e redução das desigualdades sociais, assegurando-se a todos o acesso aos recursos, infra-estrutura e serviços públicos que lhes proporcionem meios físicos e psicossociais indispensáveis à conquista de sua própria autonomia;
- VI. a garantia do pleno cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, nos termos da Lei.

SEÇÃO II**DOS OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

Art. 7º O objetivo geral do Plano Diretor Municipal de Maracajá é orientar a Política de Desenvolvimento do Município, considerando as suas condicionantes e aproveitando suas potencialidades.

Art. 8º São objetivos específicos do Plano Diretor Municipal de Maracajá:

- I. garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida;
- II. buscar a plena oferta dos serviços públicos à toda a população, garantindo a implantação de novos serviços de atendimento e ampliação dos sistemas em função do aumento de suas demandas;
- III. promover a redistribuição entre os municípios dos encargos e benefícios decorrentes do desenvolvimento urbano;
- IV. fazer cumprir a função social da propriedade urbana, prevalecendo esta função sobre o exercício do direito de propriedade individual;
- V. promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas no meio urbano;
- VI. assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Legislativo ocorra de forma planejada e participativa;

VII. estimular e desenvolver canais que promovam o acesso dos cidadãos à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, buscando o aprendizado social na gestão urbana e na construção da cidadania;

VIII. promover e garantir a participação dos conselhos municipais, entidades civis, associações representativas de classe e da sociedade no Conselho Municipal da Cidade, de forma paritária e articulada, buscando contemplar e contemporizar as diferentes demandas estratégicas relativamente as questões urbanas e rurais do Município;

IX. garantir um desenvolvimento sustentável, considerando as condições ambientais concretas e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural e cultural da região e do Município;

X. garantir a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural;

XI. orientar a política de desenvolvimento do município, considerando os condicionantes ambientais e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural, social e econômico da região e do Município;

XII. prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

XIII. promover a regularização fundiária em todo o território municipal, assegurando o pleno conhecimento de limites e características de cada propriedade;

XIV. permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da cidade.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 9º A ordenação, a expansão e o planejamento do município, serão perpetrados por meio de Políticas Setoriais Integradas, Diretrizes e Ações Estratégicas que, em conjunto, compõem a Política de Desenvolvimento do Município.

Art. 10 São objetivos da Política de Desenvolvimento do Município:

I. reorganizar a estrutura urbana, adequando-a segundo seu crescimento e justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos;

II. estabelecer alternativas compensadas de expansão urbana e adensamento, com a adoção de normas de zoneamento, sistema viário, usos e atividades, garantindo uma urbanização com qualidade;

III. conservar e valorizar o patrimônio municipal mediante a promoção de usos compatíveis com as tendências de mudança e dinamização da economia, garantindo uma urbanização contemporânea, porém coerente com o patrimônio cultural;

IV. desenvolver projetos que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade ambiental e urbanística do município de Maracajá;

V. priorizar a elaboração e execução de programas, planos e projetos para grupos de pessoas que se encontram em situações de risco, vulneráveis e desfavorecidas;

VI. utilizar instrumentos redistributivos de renda e da terra, e controle público sobre o uso e ocupação do espaço da cidade, para uma urbanização socialmente justa e sustentável.

CAPÍTULO IV

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Art. 11 A cidade e a propriedade, pública ou privada, cumprirão sua função social quando, além de atenderem aos dispostos nas Leis integrantes do Plano, contribuam para garantir, de modo justo e democrático, o pleno acesso de todos os cidadãos aos bens e serviços essenciais à vida digna.

§1º. Do direito de propriedade sobre o solo não decorre, necessariamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo e no Código de Obras e Edificações.

§ 2º. Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

Art. 11 Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender, simultaneamente, no mínimo, às seguintes exigências:

I. compatibilização de uso adequado à disponibilidade da infraestrutura urbana, de equipamentos e de serviços;

II. usufruir adequadamente dos condicionantes urbanos previstos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;

III. corroborar de alguma forma com o desenvolvimento econômico social, através da habitação, produção, geração de emprego ou de renda no local;

IV. uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem urbana e do patrimônio cultural;

V. aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e da vizinhança.

§ único. O Município utilizará os instrumentos previstos nesta lei e demais legislações pertinentes para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Art. 11 Em caso de descumprimento dos parâmetros descritos pela legislação vigente, deverão ser utilizados os instrumentos referentes a não-utilização, não-edificação, subutilização ou utilização inadequada previstos nesta Lei.

§ 1º. Entende-se por subutilização o aproveitamento inferior ao definido na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, referente aos condicionantes urbanos previstos.

§ 2º. Entende-se por utilização inadequada aquela diversa da descrita na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo e legislações correlatas.

Art. 12 O Poder Público Municipal, para melhor contribuir para o desenvolvimento da função social da cidade, deverá promover a valorização de seus funcionários, em todas as suas áreas de atuação.

Art. 13 A propriedade rural cumprirá sua função social quando houver a correta utilização econômica da terra e a sua justa distribuição, de modo a atender o bem estar social da coletividade e a preservação do meio ambiente, mediante a produtividade, a promoção da justiça social e ambiental e em atendimento aos seguintes requisitos:

I. aproveitamento racional e adequado;

II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

TÍTULO II

DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO V

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 11 A Política de Desenvolvimento Urbano tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar o bem estar de seus habitantes.

Art. 12 São princípios da política de desenvolvimento urbano:

I. a distribuição de usos e intensidades de ocupação e uso do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, ao transporte e ao meio ambiente, de modo a evitar a ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos;

II. a dotação de infraestrutura urbana, de forma distributiva e equânime, relativamente as densidades populacionais previstas para cada setor da cidade;

III. a restituição, para a coletividade, da valorização imobiliária resultante da ação do poder público;

IV. a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana.

Art. 11 São Diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano:

I. garantir o desenvolvimento integrado e racional do espaço

urbano, observando-se o disposto nas Leis de Parcelamento do Solo, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Mobilidade Urbana;

II. garantir a ocupação dos vazios urbanos;

III. garantir a regularização fundiária e urbanização específica de áreas ocupadas pela população de baixa renda;

IV. congregar a iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e de transformação dos espaços coletivos da cidade;

V. estabelecer condições para a mobilidade urbana, priorizando o deslocamento de pedestres sobre o trânsito de veículos, principalmente os motorizados;

VI. estabelecer parcerias com o governo do Estado, com a União e com outros municípios e agentes sociais, tendo em vista promover ações de interesse comum, em especial as relativas ao sistema viário, ao abastecimento de água, ao tratamento de esgotos, ao meio ambiente, à destinação final dos resíduos sólidos, à implantação industrial, à energia, às telecomunicações e ao parcelamento e uso do solo.

Art. 11 São Ações Estratégicas da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano:

I. implantar e estimular a utilização dos Instrumentos do Estatuto das Cidades de forma a garantir a função social da propriedade;

II. elaborar e implantar a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo que proíba e fiscalize a ocupação das áreas impróprias, direcionando o crescimento urbano às áreas mais adequadas para ocupação;

III. estabelecer condicionantes construtivos e de atividades compatíveis com a necessidade de respeito e convivência entre os municípios;

IV. determinar na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, área industrial na região nordeste do Município;

V. elaborar e implementar a Lei do Perímetro Urbano, estabelecendo os limites urbanos, a criação de novas centralidades urbanas e as áreas de expansão urbana;

VI. promover a regulamentação do uso e ocupação do solo rural;

VII. investir em campanhas de conscientização e instrução para a ocupação urbana ordenada;

VIII. investir em melhorias no atendimento da infra-estrutura urbana de saneamento básico;

IX. elaborar o Plano de Regularização Fundiária;

X. elaborar o Plano Municipal de Habitação, promovendo a redução do déficit habitacional local, através da definição de Zonas de Interesse Social - ZEIS e a construção de moradias populares pelos Programas Habitacionais do Governo Federal;

XI. promover a hierarquização das vias em função de suas características e usos, a continuidade de seu traçado, o gabarito adequado ao seu fluxo e a conectividade urbana e territorial;

XII. priorizar o deslocamento de pedestres sobre o de veículos;

XIII. elaborar juntamente com os municípios vizinhos, planos de ordenamento territorial, a partir de sistemas intermodais de transporte, de sistemas de conectividade entre os núcleos urbanos e eixos de ligação;

XIV. articular a mobilidade viária regional, criando novas modalidades de viação e transporte, facilitando o deslocamento turístico e da produção agrícola e industrial;

XV. criar um Cadastro de Informações Geográficas, afim de manter atualizadas as informações pertinentes ao Planejamento Municipal;

XVI. atualizar o cadastro imobiliário e rever o valor venal dos imóveis atualizando periodicamente a planta de valores;

XVII. desenvolver políticas públicas para integrar os setores da economia municipal, criando sistemas produtivos interdependentes;

XVIII. promover a integração dos pontos turísticos existentes, articulando os potenciais locais com a política do turismo regional;

XIX. promover parcerias com a iniciativa privada para a capacitação técnica da população local;

XX. incentivar a implantação de disciplina sobre educação ambiental na rede municipal de ensino, associada aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, para buscar promover a valorização e o futuro dos recursos naturais existentes no município e na bacia hidrográfica;

XXI. implementar ações de conscientização, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas;

XXII. incentivar a agricultura orgânica e promover programas de controle do uso e destinação de agrotóxicos;

XXIII. elaborar e implantar o Plano de Controle de Cheias;

XXIV. monitorar eventos climáticos em parceria com a Defesa Civil e com EPAGRI/CIRAM;

XXV. adotar as micro-bacias hidrográficas como unidade de planejamento de planos de uso e manejo, monitoramento e avaliação dos recursos naturais, identificando potencialidades e limitações;

XXVI. elaborar estudos, com vistas a projetos de implantação e controle do saneamento básico e do abastecimento de água;

XXVII. elaborar o Sistema de Macro-drenagem Municipal e o sistema de Drenagem Urbana Municipal;

XXVIII. tornar obrigatório o estudo geotécnico nas escavações, aterros e intervenções realizadas em taludes e encostas;

XXIX. considerar na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, determinação que impeça o licenciamento para a realização de atividades de escavação, corte, aterro e prospecção em áreas impróprias para tanto, direcionando estas atividades para áreas permitíveis ambientalmente, quando houverem;

XXX. estruturar Sistema de Fiscalização Ambiental Integrada;

XXXI. formar equipe municipal para a fiscalização ambiental, devidamente treinada e equipada;

XXXII. elaborar e implantar Plano de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs degradadas;

XXXIII. exigir dos responsáveis por áreas mineradas, através dos órgãos ambientais competentes:

a) projeto de recuperação das áreas degradadas;

b) medidas mitigadoras das atividades em andamento;

c) medidas compensatórias aos danos irreparáveis causados ao meio ambiente.

XXXIV. identificar os principais sítios de recursos minerais ecologicamente sensíveis e exigir a adequação do seu plano de lavra;

XXXV. exigir dos responsáveis pelas áreas de plantio extensivo, através dos órgãos ambientais competentes:

a) projeto de manejo e controle das águas servidas;

b) regulação e restrição do uso de agrotóxicos nas áreas de plantio;

c) resguardo consciente e restauração das áreas de reserva técnica às margens dos ecossistemas protegidos na forma da Lei.

XXXVI. incentivar à rizicultura orgânica e a culturas agro-ecológicas;

XXXVII. priorizar as linhas de pesquisa agrícola voltadas para o desenvolvimento de sistemas agrosilvopastoris, visando criar alternativas de produção a partir de espécies nativas e exóticas adaptáveis na Mata Atlântica;

XXXVIII. estimular reflorestamentos com vistas a incentivar as atividades industriais e comerciais de produtos florestais, exclusivamente em áreas já degradadas;

XXXIX. promover o desenvolvimento florestal sustentável orientando o manejo e o reflorestamento, valorizando os usos múltiplos, o fomento e o associativismo das atividades florestais;

XL. estabelecer projetos de arborização urbana visando a conservação e situação da composição florística e a conectividade entre os remanescentes florestais;

XLI. definir a inclusão da Vegetação de Interesse Científico e Paisagístico - VICP do município em Zonas de Uso Restrito e ou de Uso Especial;

XLII. estabelecer instrumentos de compensação que valorizem os remanescentes florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente;

XLIII. identificar, quantificar e dar prioridade aos bens e benefícios das florestas, passíveis de serem transformados em ativos potenciais e que possam contribuir para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica;

XLIV. permitir ao Município a participação na gestão ambiental em seu território, atendendo aos anseios setoriais da economia primária, mas prioritariamente a proteção e conservação do meio-ambiente;

XLV. fomentar a restauração de Áreas de Preservação Permanente - APPs degradadas, principalmente no entorno do parque e em micro-bacias de uso atual e/ou futuro para o abastecimento de água à população;

XLVI. promover a criação de corredores ecológicos entre remanescentes que integram as Zonas de Amortecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Parque Ecológico de Maracajá;

XLVII. enquadrar o Parque Ecológico de Maracajá no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

XLVIII. elaborar o Plano de Manejo do Parque Ecológico em concordância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

XLIX. implantar a Secretaria Municipal responsável pelo planejamento urbano e rural, cadastro das informações geográficas e ordenação das obras públicas;

L. constituir o Conselho da Cidade como órgão consultivo e deliberativo das políticas de desenvolvimento urbano;

LI. incentivar e fortalecer a criação e efetiva implantação de conselhos municipais setoriais, entre eles: o de segurança, o de defesa civil, o conselho antidrogas e o de meio ambiente;

LII. elaborar a Lei de Proteção do Patrimônio Cultural e condicionar suas atribuições diretamente ao Conselho Municipal da Cidade.

Art. 11 Os princípios, diretrizes e ações estratégicas estabelecidas nesta Lei deverão ser observados de forma integral nas Leis Complementares a esta, e simultaneamente pelos Poderes Públicos constituídos, visando garantir a sustentabilidade do Município de Maracajá.

CAPÍTULO VI

DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DA INFRAESTRUTURA SOCIAL

Art. 11 A política municipal de desenvolvimento socioeconômico e da infra-estrutura social tem como objetivo geral a promoção social e econômica, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida da população, preservando e incentivando as potencialidades regionais e locais, através da articulação das políticas públicas em suas várias dimensões.

Art. 12 Na política de desenvolvimento socioeconômico devem ser observados os seguintes princípios:

I. o fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais, ampliando o valor agregado da produção primária de forma sustentável;

II. a promoção da gestão ambiental por micro-bacias hidrográficas, através da conservação dos solos, proteção das matas ciliares e criação de Unidades de Conservação;

III. o zoneamento ecológico-econômico;

IV. o empreendedorismo nos setores primário, secundário e terciário, a partir da identificação de vazios econômicos no município;

V. a geração de emprego, trabalho e renda e o fortalecimento dos demais segmentos econômicos relevantes para o desenvolvimento do município, sempre de forma sustentável;

VI. a ação social como processo sistêmico e integrado, a partir de base territorial e com foco na família, na cultura e na inclusão sócio-econômica de cada cidadão.

Art. 11 São diretrizes gerais da política de dotação da infra-estrutura social:

I. respeitar e valorizar o indivíduo como cidadão, independentemente de sua condição sócio-econômica, raça, cor ou credo;

II. gerir excelência em serviços públicos de assistência e promoção social, através de práticas inovadoras;

III. integrar e complementar os programas, projetos e ações entre os diversos órgãos de governo e da sociedade civil;

IV. estimular à autonomia da população em situações de risco e vulnerabilidade social, apropriando-se em especial da educação, da formação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda;

V. implementar políticas socialmente inclusivas, vinculadas à geração de emprego e renda;

VI. atrair novos setores produtivos para o município, em consonância

com a política de desenvolvimento local e regional.

SEÇÃO III

DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Art. 11 A Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda tem como objetivo principal, propiciar aos munícipes maracajaenses, condições de acessar o mercado de trabalho local e regional ou de outra forma, gerar renda por seu próprio empreendimento, tendo por objeto essencial, as famílias identificadas como de alta vulnerabilidade social.

Art. 12 Constituem objetivos fundamentais para uma Política de Trabalho, Emprego e Renda:

I. a redução das desigualdades e exclusão sociais;

II. a garantia dos direitos sociais;

III. o combate a fome;

IV. a garantia de acessibilidade a bens e serviços;

V. a promoção da cidadania.

Art. 11 São princípios no campo do Trabalho, Emprego e Renda:

I. o aumento da oferta de postos de trabalho;

II. o trabalho digno, combatendo todas as formas de trabalho degradante;

III. as diversas formas de produção e distribuição de renda, por intermédio principalmente de associações de produtores, cooperativas e entidades setoriais;

IV. a formulação de projetos de micro-crédito para o pequeno e médio agricultor e empreendimentos econômicos solidários da zona urbana e rural.

Art. 11 Constituem diretrizes e ações estratégicas para uma Política de Trabalho, Emprego e Renda:

I. fortalecer as estratégias de desenvolvimento econômico como mecanismo de melhoria da renda e qualidade de vida da população local;

II. dar condições de infra-estrutura e instrumentos de incentivos para o aumento da oferta de postos de trabalho em todos os setores produtivos da economia;

III. dar suporte técnico à agricultura familiar e grupos de pequenos agricultores;

IV. incentivar a formação de micros e pequenos empreendimentos de base familiar associativa ou cooperativa, fortalecendo as bases da economia solidária;

V. promover o estudo e a constituição de novas cadeias produtivas sustentáveis, potenciais geradoras de postos de trabalho;

VI. promover entre os empresários, ações de comprometimento com as responsabilidades sociais das empresas, articulando parcerias, projetos e programas de geração de emprego e renda;

VII. fomentar atividades que propiciem a ampliação do número de empregos destinados à mão-de-obra feminina;

VIII. desenvolver programas de capacitação da população para atividades econômicas que estão se desenvolvendo no município ou que têm potencial para tanto e em especial para os pequenos empresários locais;

IX. investir na formação e capacitação dos profissionais, de forma a aumentar a remuneração dos mesmos e o potencial de consumo;

X. investir contra inatividade da força de trabalho com idade entre 16 e 24 anos, por meio de programas de bolsas de estudo, inclusive para os níveis técnicos, tecnológico e superior.

SEÇÃO IV

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 12 A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico deve propiciar a consolidação do Município como cidade sustentável, empreendedora e solidária, tendo como princípios norteadores:

I. a geração e o compartilhamento de riquezas materiais e imateriais, em especial os bens e serviços, o conhecimento e a cultura;

II. o estímulo à eficiência econômica da cidade, à ampliação dos benefícios socioeconômicos e à redução dos custos para os setores público e privado;

III. a educação em todos os níveis, como instrumento de qualificação profissional e de desenvolvimento econômico, competitividade e empregabilidade, integração social e cidadania;

IV. o desenvolvimento da produção rural sustentável, com aplicação de tecnologias que permitam a manutenção do meio ambiente saudável.

Art. 11 A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como diretrizes:

I. incentivar o empreendedorismo e as atividades de economia solidária;

II. apoiar a produção agrícola local e a difusão de técnicas que ajudem a melhorar a sua produtividade e seu valor agregado.

SUB-SEÇÃO I

DO SETOR PRIMÁRIO

Art. 11 São diretrizes e ações estratégicas específicas da política do desenvolvimento do setor primário:

I. nas atividades agrícolas:

a) incentivar a produção de produtos orgânicos e a diversificação das culturas;

b) incentivar a implantação de horta educativa nas escolas da rede municipal de ensino;

c) estimular a agricultura familiar e a organização dos agricultores e produtores rurais;

d) ampliar as parcerias existentes entre Prefeitura, EPAGRI, agricultores e suas instituições organizadas para obtenção de insumos agrícolas;

e) dar continuidade ao oferecimento de assistência técnica aos agricultores, realizado atualmente pela EPAGRI e projeto Micro-Bacias;

f) realizar palestras técnicas, cursos profissionalizantes e capacitação para agricultores e produtores rurais para realização do manejo de forma adequada;

g) incentivar a produção de hortifruticultura sem agrotóxicos;

h) conscientizar e oferecer alternativas tanto quanto às possibilidades de exploração quanto ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

II. nas atividades extrativistas:

a) incentivar a recuperação de áreas degradadas com o uso de espécies vegetais passíveis de exploração sustentável;

b) incentivar o desenvolvimento de sistemas agrosilvipastoris no Município.

III. nas atividades mineradoras:

a) Balizar o acesso e manejo de áreas mineradas de superfície, exigindo medidas mitigadoras e a sua recuperação imediata, bem como medidas compensatórias que justifiquem ao bem coletivo os prejuízos causados pela lavra;

b) restringir o acesso de superfície para exploração do carvão;

c) exigir reparação e medidas compensatórias por prejuízos causados pela eventual exploração de seu sub-solo.

SUB-SEÇÃO II

DO SETOR SECUNDÁRIO

Art. 11 São diretrizes e ações estratégicas específicas da política do desenvolvimento do setor secundário:

I. estabelecer zoneamentos para o desenvolvimento industrial prioritário, fomentando a implantação de indústrias comprometidas com os parâmetros ambientais universalmente aceitos;

II. estabelecer parâmetros de classificação industrial, aferindo seu potencial poluente e de incomodidade pública, ordenando a sua instalação na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;

III. incentivar prioritariamente a implantação de indústrias não poluentes no Município;

IV. incentivar a implantação de indústrias em linha sistêmicas e de porte compatível com o município, preferencialmente em zoneamento próprio;

V. promover e fortalecer a diversidade da produção industrial, em especial nos setores têxtil, calçadista e de cerâmica;

VI. estabelecer programa permanente de incentivos fiscais, como isenção de tributos preferencial para micro e pequenas empresas;

VII. investir na qualificação profissional e na capacitação técnica para garantir o atendimento local das necessidades de mão de obra qualificada para o sistema produtivo local.

SUB-SEÇÃO III

DO SETOR TERCIÁRIO

Art. 11 São diretrizes e ações estratégicas da política do desenvolvimento do setor terciário:

I. implantar programa de capacitação profissional para o atendimento e organização nas atividades comerciais e de prestação de serviços;

II. elaborar programas de incentivo à emissão de notas fiscais;

III. incentivar a estruturação do comércio atacadista local, principalmente o têxtil;

IV. estabelecer na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, parâmetros de incentivo a ordenação locacional de atividades comerciais e de prestação de serviço, onde demande abrangência da atividade específica;

V. implantar local próprio para venda de produtos artesanais locais, vinculados as atividade de exploração turística;

VI. criar programa municipal de geração de emprego e renda.

SEÇÃO V

DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Art. 11 A Política de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Maracajá tem como objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico e da preservação do meio ambiente com a valorização do turismo municipal.

§ único. Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município visando ampliar gradativamente e quantitativamente o fluxo de visitantes para o Município aumentando a taxa de permanência média de turistas na cidade.

Art. 12 São princípios da Política de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Maracajá:

I. ter a cultura como elemento identificador e fomentador da identidade local;

II. ser atividade de desenvolvimento econômico municipal e de valorização do patrimônio cultural e natural do município.

Art. 11 São diretrizes e ações estratégicas da política do desenvolvimento do turismo:

I. identificação dos potenciais turísticos locais, como as áreas ambientalmente protegidas e os pontos focais e referenciais da região;

II. identificar atividades esportivas, radicais ou de contemplação que possam nortear os investimentos nesta área;

III. identificar circuitos turísticos regionais ou locais que possam ter como referência o Município de Maracajá;

IV. incentivar o empreendedorismo local voltado ao turismo;

V. incentivar as manifestações culturais e de eventos no município;

VI. garantir as melhorias necessárias ao sistema viário municipal e a sinalização turística, de forma a atender a mobilidade dos turistas;

VII. instalar órgão específico para o desenvolvimento das políticas municipais do turismo, tanto receptivo quanto emissivo;

VIII. apoiar e fomentar as ações de divulgação dos valores turísticos regionais e locais, em especial o Parque Ecológico e os potenciais ambientais do município.

SEÇÃO VI

DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA QUALIDADE DE VIDA

Art. 11 A Política Municipal de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida é de interesse da coletividade e tem caráter universal, compreendida como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de formulação, decisão, execução e fiscalização dos resultados.

Art. 12 A política de desenvolvimento humano e qualidade de vida objetiva o acesso aos serviços das políticas sociais setoriais, observando os pressupostos de transversalidade, universalidade, descentralização, democratização e equidade.

Art. 13 A política de desenvolvimento humano e qualidade de vida têm por princípios:

I. o combate à exclusão e às desigualdades sociais;

I. a adoção de políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

II. o atendimento às necessidades básicas da população, possibilitando o acesso aos bens e serviços socioculturais e urbanos que o município oferece;

III. a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação.

Art. 14 Todas as diretrizes e ações estratégicas previstas neste Plano estão voltadas para a garantia da sobrevivência material, ambiental, social, cultural e política da população, com ênfase na de menor renda, sob o enfoque da recuperação das capacidades de desenvolvimento integral das famílias e de sua capacidade protetiva.

Art. 15 São diretrizes ainda a serem seguidas em todos os Planos de interesse social do município:

I. articular e integrar ações e recursos tanto na relação intra como interinstitucionais e com os órgãos de controle social, como Organizações Não-Governamentais e o Ministério Público, na constituição de uma rede de proteção social local;

II. integrar e coordenar ações de saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, cultura, esportes e lazer, universalizando o acesso e assegurando maior eficácia aos serviços sociais indispensáveis ao combate das causas da pobreza e à melhoria das condições de vida da população.

§ único. A atuação das Secretarias Municipais na implementação das Políticas sociais deve ser integrada, visando uma atuação que englobe todos os aspectos envolvidos, bem como a obediência a todas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

SEÇÃO VII DA HABITAÇÃO

Art. 11 A Política Municipal para a Habitação tem por objetivo orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada, assegurando a todos, indistintamente o acesso e o direito à moradia, com ênfase para as famílias de menor renda, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional, orientando-se pelos seguintes princípios:

I. garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços de qualidade, ampliando a oferta de habitação e melhorando as condições de habitabilidade da população;

II. a gestão democrática e participativa da política habitacional, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, implementação, execução, acompanhamento e monitoramento, bem como garantindo a descentralização, o controle social e a transparência dos procedimentos decisórios;

III. a compatibilidade e integração com as políticas habitacionais no nível federal e estadual em seus Planos Nacional e Estadual de Habitação, estruturadores de uma nova concepção de política habitacional.

§ único. As diretrizes gerais da Política Municipal para a Habitação estão voltadas prioritariamente para o conjunto da população carente do município, com destaque nas diretrizes da Política Municipal para a Habitação de Interesse Social.

Art. 11 São diretrizes gerais da Política Municipal para a Habitação:

I. promover a dotação e a melhoria de todas as condições de habitabilidade para a população;

II. promover programas de regularização fundiária envolvendo a sociedade civil, a Prefeitura Municipal e Ministério Público;

III. elaborar o Plano Municipal para a Habitação;

IV. promover a ocupação do território urbano de forma harmônica, com áreas diversificadas e integradas ao ambiente natural;

V. promover o cumprimento da função social da terra urbana respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e neste Plano Diretor;

VI. viabilizar a produção de lotes urbanizados e de novas moradias, com vistas à redução do déficit habitacional e ao atendimento da demanda constituída por novas famílias;

VII. assegurar a compatibilização entre a distribuição populacional, a disponibilidade e a intensidade de utilização da infra-estrutura urbana;

VIII. garantir participação da população nas fases de projeto, desenvolvimento e implantação de programas habitacionais;

IX. definir os critérios para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade na questão habitacional.

Art. 11 São diretrizes gerais da Política Municipal para a Habitação de Interesse Social:

I. produzir e incentivar a produção de moradias e lotes urbanizados, destinados ao atendimento de famílias de menor renda;

II. estabelecer condicionantes especiais de urbanização, parcelamento do solo diferenciado e normas para edificações de padrão popular, em relação aos assentamentos de interesse social, incentivando a participação da iniciativa privada na produção de habitação para as famílias de menor renda;

III. instituir Zonas Especiais de Interesse Social na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;

IV. promover a realocação de moradores residentes em locais impróprios ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o meio ambiente degradado;

V. promover a urbanização de áreas com assentamentos irregulares, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos e incluindo-os no contexto da cidade formal;

VI. promover a regularização fundiária de áreas consolidadas, ocupadas por população de menor renda, promovendo a titulação de propriedade aos seus ocupantes;

VII. promover melhores condições de habitabilidade às moradias já existentes, tais como salubridade, segurança, infra-estrutura e acesso aos serviços e equipamentos urbanos;

VIII. garantir a diversidade de soluções e a adequação tecnológica dos projetos, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais aos condicionantes do meio físico, visando melhoria da qualidade ambiental e paisagística dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

IX. promover assistência técnica e jurídica para a população de menor renda de ocupações irregulares;

X. assegurar, sempre que possível, a permanência das pessoas em seus locais de residência, limitando as ações de remoção aos casos de residentes em áreas de risco ou insalubres;

XI. priorizar ações no sentido de resolver a situação dos residentes em áreas de risco e insalubres;

XII. desenvolver programas preventivos e de esclarecimento quanto à ocupação e permanência de grupos populacionais em áreas de risco ou insalubres;

XIII. priorizar, quando da construção de moradias de interesse social, as áreas já devidamente integradas à rede de infra-estrutura urbana, em especial as com menor intensidade de utilização;

XIV. promover a progressiva eliminação do déficit quantitativo e qualitativo de moradias, em especial para os segmentos populacionais socialmente vulneráveis, residentes no Município.

Art. 44 São ações estratégicas no campo da Política Municipal de Habitação:

I. elaborar o Plano Municipal para a Habitação de Interesse Social – PMHIS, implementando-o conjuntamente ao Conselho Municipal de Habitação;

II. criar o Fundo Municipal para Habitação de Interesse Social, vinculado ao Conselho Municipal de Habitação;

III. atualizar o Cadastro Imobiliária Municipal, criando um sistema cadastral atualizado de informações sobre as condições de moradia e do déficit habitacional no município;

IV. manter os programas estaduais e federais de financiamento habitacional e assistência técnica;

V. elaborar Plano de Regularização Fundiária respeitando as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11.977/09 que dispõe sobre a regularização fundiária;

VI. prover condições para moradia na área rural;

VII. coibir as ocupações em áreas de risco e não edificáveis;

VIII. promover a remoção de famílias que estejam residindo em áreas de risco, em locais de interesse ambiental ou em locais de interesse urbanístico e garantir alternativas habitacionais para essas famílias;

IX. inibir o adensamento e a ampliação das áreas irregulares existentes;

X. assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos, em todo o município.

Art. 45 Os projetos habitacionais devem considerar:

- I. a identificação de demandas habitacionais, o cadastro técnico social da população carente e o diagnóstico das condições de moradia no município;
- II. as características da população local, suas formas de organização, as condições físicas e econômicas, bem como os riscos da moradia atual;
- III. a recuperação da qualidade e a preservação das áreas de interesse ambiental;
- IV. a desocupação e preservação das áreas de risco e dos espaços destinados a bens de uso comum da população;
- V. o estímulo às alternativas de associação ou cooperação entre moradores para a efetivação de programas habitacionais;
- VI. a promoção de programas para a educação da manutenção da moradia e das relações de vizinhança;
- VII. a reserva de parcela das unidades para o atendimento aos idosos e aos portadores de necessidades especiais, nos termos da Lei.

SEÇÃO VIII

DA EDUCAÇÃO

Art. 46 A Política Municipal para a Educação objetivará garantir à população, acesso igualitário à Educação, observado os princípios constantes da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal do Sistema de Educação, enfatizando-se os seguintes aspectos:

- I. a gestão democrática do ensino;
 - II. a articulação da política municipal para a educação com o conjunto das demais políticas públicas, em especial a cultural, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas a sua inclusão na sociedade;
 - III. a autonomia de mobilidade e acessibilidade aos espaços educacionais, não só para a comunidade acadêmica, mas para a sociedade dentro do princípio da Escola Aberta.
- Art. 47 A política municipal da educação tem por objetivos:
- I. atender à demanda pela educação infantil e fundamental, universalizando o seu atendimento, bem como garantindo o acesso e a permanência na escola, conforme os parâmetros do Plano Nacional da Educação;
 - II. atender a toda e qualquer demandas educacionais dos municípios, na qualificação e capacitação para as demandas sócio-econômicas do mercado de trabalho;
 - III. melhorar os indicadores de escolarização da população;
 - IV. promover a erradicação do analfabetismo.

Art. 48 São diretrizes gerais e ações da política municipal da educação:

- I. prover qualidade nos equipamentos e serviços de educação;
- II. garantir a autonomia de gestão na educação na localização e situação de instituições de ensino;
- III. assegurar a apropriação do conhecimento e articular valores locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas;
- IV. incorporar e atualizar o uso de tecnologias de informação e comunicação ao processo educativo;
- V. trabalhar com a comunidade para o respeito e valorização das diferenças;
- VI. investir na educação para uma postura ética e cidadã;
- VII. realizar a inclusão digital nas escolas, disponibilizando equipamentos e espaços apropriados para os alunos;
- VIII. incentivar a gestão democrática nas escolas, inclusive na escolha de diretores da rede municipal de ensino.

Art. 48 Configuram ações estratégicas para a melhoria e implantação de espaços educacionais na coletividade:

- I. investir na qualificação e implantação de bibliotecas escolares, mídiatecas e outros ambientes educacionais;
- II. apoiar programas comunitários de educação de jovens e adultos;
- III. promover ações que motivem a permanência das crianças e adolescentes no ambiente escolar, em especial aquelas em situação de risco ou vulnerabilidade social;

IV. incentivar a implantação de cursos de ensino médio, técnico, tecnólogo e universitário, vocacionados para as áreas de demanda sócio-econômica identificadas e pertinentes na população, buscando atingir as expectativas de desenvolvimento do emprego e renda;

V. manter e fortalecer programas de formação continuada e capacitação para professores e funcionários;

VI. manter as edificações escolares em condições plenas de uso, com a salubridade e higiene necessárias;

VII. manter a alimentação escolar de boa qualidade, complementando-a com produtos agrícolas produzidos no município;

VIII. manter e ampliar equipamentos escolares, especialmente investindo em equipamentos de informática e acesso à internet;

IX. melhoria no sistema de transporte escolar, mantendo transporte escolar oferecido para universitários e alunos de cursos técnicos, estudantes em unidades fora do município e implantando transporte escolar para alunos da rede municipal de educação;

X. ampliar e consolidar a autonomia administrativa, financeira e pedagógica das unidades educacionais, garantindo agilidade na viabilização de projetos pedagógicos e qualidade no atendimento;

XI. promover a participação da sociedade nos programas educacionais da cidade de forma deliberativa;

XII. prover condições de acessibilidade a portadores de necessidades especiais nas escolas, bem como em todas as edificações públicas;

XIII. promover programas de inclusão e de atendimento a educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

SEÇÃO IX

DA SAÚDE

Art. 48 A Política Municipal de Saúde objetiva promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando à redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, diminuindo as desigualdades e promovendo serviços de qualidade.

Art. 49 A Política Municipal de Saúde tem em vista ainda, a gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados e da vigilância em saúde, integrada as políticas de controle da qualidade ambiental, do ar e das águas, dos resíduos orgânicos e inorgânicos, tendo como preceitos:

- I. a integralidade, intersetorialidade e descentralização nas ações e nos serviços de saúde;
- II. a ênfase em programas de ação preventiva;
- III. a humanização do atendimento;
- IV. a gestão participativa do Sistema Municipal de Saúde.

Art. 48 São diretrizes gerais da Política Municipal de Saúde:

- I. reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde;
- II. aprimorar o modelo assistencial;
- III. ampliar o acesso aos serviços de saúde, com a qualificação e humanização da atenção conforme critérios de contingente populacional, acessibilidade física e hierarquização dos equipamentos de saúde;
- IV. promover programas de educação em saúde, incluindo os de prevenção contra o consumo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros;
- V. promover a integralidade das ações de saúde de forma interdisciplinar, por meio de abordagem integral e contínua do indivíduo no seu contexto familiar, social e laboral;
- VI. aprimorar os mecanismos de controle social, garantindo a gestão participativa no sistema municipal de saúde e o funcionamento em caráter permanente e deliberativo do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 48 Configuram ações estratégicas da Política Municipal de Saúde:

- I. implementar o Sistema Único de Saúde – SUS no Município;
- II. implementar os sistemas de gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados ao SUS;
- III. executar ações de vigilância em saúde, compreendendo a

epidemiológica, a sanitária e a ambiental, inclusive as da saúde do ambiente de trabalho, visando a redução de riscos e agravos;

- I. melhorar e reduzir o tempo de espera para os atendimentos;
- II. investir em equipamentos e qualificação nos serviços de saúde;
- III. instituir parcerias com hospital para melhoria dos procedimentos em saúde;
- IV. implantar projeto de instalação de equipe odontológica;
- V. investigar causas de doenças recorrentes no município;
- VI. efetivar a implantação do Programa Saúde Mental;
- VII. implantar Unidades de Pronto Atendimento, com horário integral;
- VIII. estabelecer convênios para a instalação de um Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS;
- IX. estabelecer convênios para a instalação de uma Clínica de Atendimento à Dependentes Químicos;
- X. manter sistema de transporte e hospedagem em casas de apoio, para pacientes que necessitem de atendimento médico especializado e realização de exames em outros municípios;
- XI. promover a melhoria constante da infra-estrutura pública dos serviços de saúde;
- XII. promover a educação na área de saúde, visando o auto-cuidado, a prevenção e a co-responsabilidade da população por sua saúde;
- XIII. promover a redução dos índices de morbidade e mortalidade no município, especialmente das patologias de enfrentamento contínuo.

SEÇÃO X

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 48 A Política Municipal de Assistência Social, como política de proteção social não contributiva destinada a cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, objetiva o desenvolvimento na forma da Constituição Federal, da Lei do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal de Assistência Social, enfatizando-se os seguintes objetivos:

- I. promover um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil organizada para garantir ampliação do sistema de proteção social e o acesso aos direitos previstos na Legislação Social Brasileira;
- II. assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária;
- III. promover a inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade nas atividades produtivas e na economia;
- IV. integrar a assistência social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, e do convívio social;
- V. atuar de forma preventiva, no que se refere a processos de exclusão social.

Art. 48 São diretrizes gerais da Política Municipal de Assistência Social:

- I. a melhoria dos serviços e dos equipamentos de assistência social;
- II. o investimento na educação profissional, com prioridade para as populações de risco ou vulnerabilidade social;
- III. o estabelecimento de um valor percentual efetivo da arrecadação pública, para verbas destinadas à Assistência Social;
- IV. a implementação de programas de prevenção e tratamento para dependentes químicos e alcoólicos, efetivando parcerias;
- V. o apoio ao grupo de Alcoólicos Anônimos;
- VI. o fortalecimento da rede de responsabilidade solidária para a ação social;
- VII. a promoção e o incentivo à convivência familiar, a autonomia e a integração do idoso na comunidade;
- VIII. a inclusão da pessoa portadora de deficiência e necessidades especiais na família e na comunidade;
- IX. o alcance do jovem à uma cultura protagonista da participação e da co-responsabilidade para com a comunidade;
- X. o monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social;

XI. a implementação de sistemas de controle e fiscalização nos programas e convênios do Governo Federal;

XII. a promoção do enfrentamento à violência, à exploração e ao abuso sexual, em atendimento prioritário à população de rua, à vitimizada e àquela em conflito com a Lei.

Art. 49 São ações estratégicas da Política Municipal de Assistência Social:

- I. elaborar o Plano Municipal para a Assistência Social – PMAS, implementando-o conjuntamente ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- II. criar o Fundo Municipal para Assistência Social, vinculado ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- III. realizar ações de promoção à família e de apoio ao desenvolvimento comunitário;
- IV. implementar ações que possibilitem a criação de oportunidades de trabalho e renda à população em situação de risco ou vulnerabilidade social;
- V. manter e fortalecer os programas assistenciais municipais;
- VI. manter os estabelecimentos de assistência social em condições plenas de uso, dada as condições e necessidades de seus usuários;
- VII. implantar albergue municipal;
- VIII. fomentar estudos e pesquisas para a identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social.

§ único. A Política Assistência Social no Município segue os princípios estabelecidos pelo artigo 4º da Lei Federal nº. 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social.

SEÇÃO XI

DA CULTURA

Art. 48 A Política Municipal de Cultura objetiva incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes da cultura e tem como princípios:

- I. a liberdade de expressão, criação e produção no campo cultural;
- II. o acesso democrático aos bens culturais e o direito à sua fruição;
- III. o incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais nos vários campos da cultura e das artes;
- IV. a cultura como política pública, enriquecendo a subjetividade e a perspectiva de vida dos cidadãos;
- V. a superação da distância entre produtores e receptores de informação e cultura, oferecendo à população o acesso à produção cultural, renovando a auto-estima, fortalecendo os vínculos com a cidade, estimulando atitudes críticas e cidadãs e proporcionando prazer e conhecimento;
- VI. a valorização, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural local.

§ único. Para efeito desta Lei, o patrimônio cultural é integrado pelos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e memória coletiva maracajaense, como edificações isoladas e/ou conjuntos, praças, paisagens, sítios arqueológicos, monumentos naturais, além de saberes e manifestações que, por sua importância para consolidar a identidade cultural, merecem a proteção do Município.

Art. 48 São diretrizes gerais da Política Municipal de Cultura:

- I. desenvolver a política municipal de cultura, em consonância com outras políticas públicas, a fim de atender amplamente ao cidadão;
 - II. levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e a memória material e imaterial da comunidade;
 - III. identificar, dotar de interesse público e requalificar, edificações e lugares onde se manifesta explicitamente o valor cultural local, que seja digno de resgate histórico ou da memória coletiva.
- Art. 48 São ações estratégicas da Política Municipal de Cultura:
- I. qualificar os equipamentos e serviços de cultura no município;
 - II. incentivar e ampliar eventos culturais;
 - III. manter agenda cultural coordenando e divulgando eventos programados;
 - IV. ampliar e qualificar o Museu Municipal;

V. implantar programa de incentivo a manifestações culturais locais;
VI. estabelecer incentivos construtivos e fiscais visando à preservação, conservação e recuperação do patrimônio cultural;
VII. incentivar a conservação, requalificação e uso condizente do patrimônio cultural e arquitetônico do município, em especial as "casas de turma", remanescentes patrimoniais da Ferrovia Tereza Cristina.

SEÇÃO XII

DO ESPORTE E DO LAZER

Art. 48 A Política Municipal de Esportes e Lazer tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de desenvolvimento físico, mental e social, através do incentivo à prática de atividades esportivas e recreativas, no âmbito escolar, universitário, comunitário, de competição de alto rendimento e da promoção de eventos.

Art. 49 São diretrizes da Política Municipal de Esportes e Lazer:

I. garantir a toda população, condições de acesso e de uso dos recursos, serviços e infra-estrutura municipal, na prática de esportes e lazer;

II. apoiar e fomentar programas dirigidos ao esporte da rede escolar municipal, estadual e particular, promovendo eventos que englobem todas as áreas do ensino;

III. envolver as entidades civis, públicas e não governamentais na mobilização da população, na formulação e na execução das ações esportivas e recreativas;

IV. viabilizar junto às entidades especializadas o desenvolvimento do esporte, recreação e lazer para portadores de necessidades especiais;

V. promover a formação e treinamento especializado de recursos humanos, destinados a execução de programas esportivos, de recreação e lazer e elaborar e propor programas para a comunidade por meio do esporte comunitário;

VI. otimizar o uso de espaços públicos para ações de integração da comunidade em geral.

Art. 48 São ações estratégicas no campo de esportes e lazer:

I. elaborar o Plano Municipal para o Esporte e o Lazer – PMEL, implementando-o conjuntamente ao Conselho Municipal de Esportes;

II. criar o Fundo Municipal para o Esporte e Lazer, vinculado ao Conselho Municipal de Esportes;

III. ampliar e melhorar os equipamentos, espaços e serviços de esporte e lazer públicos;

IV. implantar espaços esportivos, de recreação e de lazer nos bairros;

V. promover o acesso aos equipamentos esportivos municipais e às suas práticas esportivas, de lazer, e de atividades físicas, proporcionando bem estar e melhoria da qualidade de vida;

VI. estabelecer parcerias para a promoção de eventos esportivos e de lazer;

VII. promover e apoiar campeonatos municipais e intermunicipais;

VIII. incentivar o esporte municipal e regional, como forma de representação e divulgação municipal.

CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

Art. 48 A Política Ambiental do Município de Maracajá articula-se com as diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, especificamente das áreas verdes, dos recursos hídricos, do uso e ocupação do solo e do parcelamento do solo.

§ único. O Patrimônio Ambiental abrange:

a) patrimônio ambiental cultural: conjunto de bens imóveis de valor significativo à paisagem, parques urbanos e naturais, praças e sítios, assim como as manifestações culturais que conferem identidade a estes espaços;

b) patrimônio ambiental natural: os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção.

Art. 48 São diretrizes da Política Ambiental Municipal:

I. a implementação das diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Orgânica do Município e demais normas

correlatas e regulamentares da Legislação Federal, da Legislação Estadual e da Legislação Municipal, no que couber;

II. a proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana;

III. o controle e redução dos níveis de poluição e de degradação em quaisquer de suas formas;

IV. a pesquisa, desenvolvimento e fomento da aplicação de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos naturais;

V. a preservação de áreas especiais, ecossistemas naturais e paisagens notáveis, objetivando a criação de unidades de conservação de interesse local;

VI. a garantia da existência e o desenvolvimento das condições básicas de produção, regularização, disponibilização e conservação de recursos hídricos necessários ao atendimento da população e das atividades econômicas do Município;

VII. a promoção da educação ambiental dentro e fora das escolas, visando a conscientização da população quanto à correta destinação dos resíduos.

Art. 48 São ações estratégicas da Política Ambiental Municipal:

I. implementar as diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e regulamentares federais e estaduais;

II. instituir órgão municipal competente à gestão dos interesses ambientais do município;

III. elaborar o Sistema Municipal de Áreas Verdes;

IV. estruturar o Sistema de Fiscalização Ambiental Integrada;

V. elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana;

VI. implementar o controle de produção e circulação de produtos perigosos;

VII. planejar e desenvolver estudos e ações visando incentivar, proteger, conservar, preservar, restaurar, recuperar e manter a qualidade ambiental;

VIII. elaborar e implementar planos, programas e ações de proteção e educação ambiental e cultural, visando garantir a gestão compartilhada;

IX. assegurar que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tenham sua implantação e operação controladas;

X. restringir a atividade carbonífera no território municipal;

XI. identificar e criar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas da flora e fauna, recursos e fluxos gênicos, estabelecendo regimentos a serem observadas nestas áreas;

XII. elaborar e implantar um Plano de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs degradadas;

XIII. orientar e incentivar o manejo adequado do solo nas atividades agrícolas;

XIV. proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações localizadas no Município;

XV. implementar ações de conscientização, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas;

XVI. proibir o uso de agrotóxicos e queimadas para o controle da vegetação como forma de limpeza, no território do município;

XVII. ampliar o sistema de coleta e disposição das embalagens de agrotóxicos utilizadas;

XVIII. criar o Cadastro de Usuário de Recursos Hídricos;

XIX. realizar estudo específico, que delimite as áreas de proteção de mananciais, elaborando cadastro técnico dos poços e vertentes existentes no município;

XX. monitorar eventos climáticos em parceria com a Defesa Civil e com EPAGRI/CIRAM;

XXI. elaborar e implantar o Plano de Controle de Cheias;

XXII. realizar o Cadastro do Sistema de Macro-drenagem;

XXIII. elaborar o Plano de Drenagem Urbana;

XXIV. tornar obrigatório o estudo geotécnico nas escavações, aterros e intervenções realizadas em taludes e encostas;

XXV. exigir e fiscalizar medidas mitigadoras às consequências

ambientais provenientes da implantação de obras impactantes ao meio ambiente;

XXVI. exigir do empreendedor a elaboração e implantação de Planos de Recuperação das áreas mineradas no Morro do Maracajá, cedendo-as como Parque Público de interesse ambiental e social à comunidade local;

XXVII. responsabilizar o extrator mineral pela recuperação do meio ambiente, quando aplicável na forma da Lei;

XXVIII. identificar os principais sítios de recursos minerais ecologicamente sensíveis e restringir eventual plano de lavra às condições exigidas por este Plano;

XXIX. estabelecer instrumentos de compensação que valorizem os remanescentes florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente;

XXX. implementar Educação Ambiental na comunidade escolar, integrada com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN com a valorização dos recursos naturais existentes no município e na bacia hidrográfica;

XXXI. identificar, quantificar e dar prioridade aos bens e benefícios das florestas, passíveis de serem transformados em ativos potenciais que possam contribuir para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica;

XXXII. promover o desenvolvimento florestal sustentável orientando o manejo e o reflorestamento, valorizando os usos múltiplos, o fomento e o associativismo das atividades florestais;

XXXIII. criar um Horto Municipal e um banco de sementes para subsidiar programas e projetos;

XXXIV. exigir a restauração das áreas de reserva legal ou medida compensatória equivalente;

XXXV. estabelecer incentivos construtivos e fiscais visando à preservação, conservação e recuperação do patrimônio ambiental.

XXXVI. criar o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Ambiental do município;

CAPÍTULO VIII

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 48 A Política Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo universalizar o acesso aos serviços de saneamento, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente, tendo por princípios:

I. a universalização, a integralidade, a equidade, a regularidade, a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços do sistema de saneamento e seu enquadramento em padrões sanitários adequados;

II. a abrangência e a eficiência do tratamento e distribuição de água, da coleta, tratamento e destinação dos esgotos sanitários, da drenagem pluvial urbana e da coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana e rural.

Art. 48 São diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico:

I. o atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007, sobre o Saneamento Básico, no que couber;

II. a distribuição de água potável de boa qualidade, de forma equânime, promovendo a educação para o consumo e o combate ao desperdício de água;

III. a viabilização da rede pública de captação de efluentes cloacais, indicando e viabilizando sistemas alternativos de coleta, tratamento e disposição final do esgoto sanitário doméstico, onde não seja possível a instalação da rede;

IV. a captação e drenagem das águas pluviais que atinjam o solo urbano impermeável, de forma a não comprometer as instalações e serviços públicos;

V. a coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos, a promoção da reciclagem e da compostagem do que possível e a correta destinação dos resíduos remanescentes do processo;

VI. a divulgação pública sobre os resultados dos serviços de saneamento oferecidos.

SEÇÃO XIII

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Art. 49 É de competência do Poder Executivo, através de sua

Concessionária pública, a captação, tratamento e a distribuição equânime de água potável para toda a população, considerando-a bem de uso comum do povo e recurso indispensável à manutenção da saúde e do bem estar públicos.

§ único. A Prefeitura Municipal fiscalizará os procedimentos realizados pela Concessionária de água local, independentemente da esfera de relação a que se submeta, sempre no interesse maior da coletividade maracajaense, do seu patrimônio ambiental e cultural.

Art. 50 Constituem ações estratégicas específicas em relação ao abastecimento de água:

I. adequação constante do sistema de abastecimento de água em função das demandas públicas, evitando tanto quanto possível a prospecção de poços e ponteiros particulares;

II. estabelecer parcerias e investir na elaboração de projetos e obras de prospecção, tratamento e abastecimento de água;

III. implantar tarifa social para a população de baixa renda;

IV. priorizar a regularidade no sistema de abastecimento d'água;

V. estabelecer procedimentos para a preservação, recuperação e apropriação pública das áreas onde se encontrem potenciais reservas de água para abastecimento da cidade, bem como o contínuo monitoramento destes mananciais;

VI. monitorar e controlar as perdas do sistema de abastecimento, promovendo a manutenção constante do sistema de distribuição;

VII. promover campanhas institucionais de informação e conscientização para o uso racional da água.

SEÇÃO XIV

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 51 A competência da captação, tratamento e destinação dos efluentes cloacais urbanos estará vinculada aos serviços de abastecimento público de água, proporcionalmente ao qual se deve buscar o custeio de manutenção do sistema.

§ único. A Prefeitura Municipal fiscalizará os procedimentos de implantação, conexão e manutenção dos sistemas realizados pela Concessionária responsável, identificando e autorizando os usuários aptos, desautorizando quando necessário qualquer ato que comprometa o pleno funcionamento do mesmo.

Art. 52 Constituem ações estratégicas específicas em relação ao esgotamento sanitário:

I. estruturar e implantar a rede de coleta e tratamento do esgoto urbano, por meios próprios ou terceirizados, para a oferta de um serviço público adequado aos interesses e necessidades da população local e suas características;

II. onde ainda não exista rede de coleta de efluentes cloacais, exigir equipamentos próprios de tratamento e destinação adequada dos efluentes servidos;

III. criar programa de tratamento sanitário para a área rural com o objetivo de orientar e incentivar o tratamento e destinação adequados dos efluentes servidos, buscando a melhoria das condições ambientais;

IV. garantir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;

V. proceder à análise periódica dos esgotos tratados de acordo com os padrões e normas vigentes;

VI. estabelecer procedimentos preventivos e prescritivos para impedir, desestimular e restringir os lançamentos indevidos dos esgotamentos sanitários na rede de drenagem das águas pluviais;

VII. combater permanentemente os vetores patológicos das redes de esgotamento sanitário, de modo a controlar e erradicar a ocorrência de doenças.

SEÇÃO XV

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DRENAGEM PLUVIAL

Art. 53 A Política Municipal de Drenagem Pluvial compreende a Macro-drenagem Municipal e a drenagem urbana em suas diferentes escalas, coadunadas no sentido de dar o destino adequado as precipitações pluviométricas, utilizando-se das linhas naturais de água, solos permeáveis, bem como de sistemas tubulados, contensões e represamentos, necessários ao escoamento por áreas

pavimentadas ou edificadas.

§ único. A Prefeitura Municipal realizará os serviços de drenagem nos logradouros públicos, facultando aos terrenos limítrofes o direito de lançar à respectiva rede de drenagem pluvial, os rejeitos pluviais resultantes da sua área pavimentada ou edificada, desde que atendendo adequadamente aos condicionantes urbanos aferidos para a zona em questão.

Art. 54 Constituem ações estratégicas específicas em relação ao sistema municipal de Macro-drenagem:

I. elaborar e implantar o Plano Municipal de Manejo de Águas Pluviais;

II. disciplinar a ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando à sua recuperação;

III. implementar fiscalização do uso do solo nas faixas sanitárias, várzeas e fundos de vale e em áreas destinadas à futura construção de reservatórios;

IV. definir mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, tais como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;

V. articular com os municípios vizinhos a realização de ações de interesse comum visando a conservação das bacias de contribuição e os sistemas de drenagem;

VI. implantar ações educativas, de orientação e punição para a prevenção de inundações, tais como controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e resíduos sólidos, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e a outros tipos de invasões nas áreas com interesse para drenagem.

Art. 48 Constituem ações estratégicas específicas em relação ao sistema municipal de drenagem pluvial urbana:

I. implantar gestão integrada da infra-estrutura de drenagem urbana;

II. assegurar por meio de sistemas físicos naturais e construídos, o escoamento das águas pluviais em toda a área do município de modo a propiciar segurança e conforto aos cidadãos priorizando as áreas sujeitas a inundações;

III. garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais;

IV. controlar o processo de impermeabilização do solo;

V. conscientizar a população quanto à importância do escoamento e da retenção com infiltração, das águas pluviais;

VI. criar e manter atualizado cadastro da rede e das instalações de drenagem pluvial;

VII. realizar fiscalização ostensiva para coibir ligações clandestinas no sistema de drenagem.

SEÇÃO XVI

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 49 A Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos busca a redução do passível ambiental resultante do expurgo dos resíduos sólidos domésticos, agregando-lhe valor econômico a partir de processos de reciclagem e compostagem, em convênio com instituições afins de caráter sócio-ambiental.

§ 1º. A Prefeitura Municipal tomará medidas sócio-educativas e de estruturação da infra-estrutura necessária aos procedimentos de coleta, transporte, modificação e disposição dos resíduos sólidos domésticos.

§ 2º. A Prefeitura Municipal fiscalizará o descarte de resíduos industriais, construtivos e correlatos, disponibilizando local ou forma adequada para tanto;

§ 3º. O descarte de embalagens de agrotóxicos, baterias, pilhas e outros materiais tóxicos deverão seguir as recomendações do respectivo fabricante, sendo de alguma forma devolvida ao mesmo na forma da Lei;

§ 4º. Os descartes hospitalares são de competência de cada instituição ou estabelecimento relacionado e serão fiscalizados pelo Setor de Vigilância em Saúde, na forma da Lei.

Art. 50 Constituem ações estratégicas específicas em relação à coleta, transporte, modificação e disposição de resíduos sólidos:

I. desenvolver o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

II. implantar e fortalecer programas de coleta seletiva de resíduos sólidos, através de orientação coletiva e dotação de equipamentos apropriados a seleção e coleta em separado destes resíduos;

III. equipar e ampliar o Centro de Triagem de Resíduos Sólidos na medida de suas demandas, buscando a redução progressiva dos rejeitos do processo;

IV. implantar lixeiras para coleta seletiva do lixo;

V. garantir a universalização dos serviços de coleta, tratamento e disposição dos resíduos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;

VI. proteger a saúde pública por meio do controle da insalubridade proveniente do manejo e destinação inadequados de resíduos sólidos;

VII. repassar o custo das externalidades negativas aos agentes responsáveis pela produção de resíduos que venham a sobrecarregar o erário público;

VIII. implantar programas educativos, para a conscientização quanto ao destino correto dos resíduos;

IX. estimular à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

X. incentivar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

XI. realizar estudos geológicos para a definição de áreas apropriadas à execução de aterros sanitários, em função da alta permeabilidade do solo arenoso da região;

XII. elaborar juntamente com os demais municípios do Extremo Sul Catarinense, proposta para a criação do Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos, de forma a resolver a sua destinação de forma econômica;

XIII. garantir a participação efetiva da comunidade no combate e erradicação dos despejos indevidos em terrenos baldios, logradouros públicos, pontos turísticos, rios, canais, valas e outros locais impróprios;

XIV. promover a inserção da sociedade nas possibilidades de exploração econômica de atividades ligadas a reciclagem de resíduos, através de cooperativas ou organizações não governamentais, visando oportunizar a geração de emprego e renda.

CAPÍTULO IX

DAS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO XVII

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE

Art. 51 A Política Municipal de Mobilidade é entendida como a articulação e a co-relação dos componentes estruturadores da mobilidade no município, abordagem feita sobre o transporte de cargas e passageiros, o sistema de vias municipais, o trânsito e orientação para o trânsito, de forma a assegurar o direito de ir e vir com sustentabilidade e a melhor relação custo benefício social.

§ único. As Políticas de Mobilidade do Município são integradas pelo Sistema Municipal de Transportes, pelo Sistema Municipal de Viação, vinculado ao Sistema Federal nos termos da Lei e pelo Sistema Municipal de Trânsito, explicitados da seguinte forma:

a) o Sistema Municipal de Transportes é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de mercadoria, abrigos, estações de passageiros e operadores de serviços. A aplicação das diretrizes estabelecidas estará submetida à regulamentação específica para sua execução;

b) o Sistema Municipal de Viação é constituído pela infra-estrutura física das vias que compõem a malha viária, por onde circulam veículos, pessoas e animais. A aplicação de suas diretrizes é objeto de Lei específica, que deverá integrar este Plano Diretor Municipal;

c) o Sistema Municipal de Trânsito é constituído pelo conjunto de sinalizações viárias que orientam o tráfego nas vias, indicando o seu Poder de Polícia e sujeitando os seus usuários as sanções e as penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito.

Art. 48 A Política Municipal de Mobilidade tem como princípios e objetivos:

- I. proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço municipal, garantindo a acessibilidade, equidade, segurança e a circulação de pessoas e de mercadorias, orientada para a inclusão social;
- II. priorizar a mobilidade e a acessibilidade cidadã voltada aos pedestres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais ou com restrição de mobilidade em relação ao transporte motorizado;
- III. priorizar na ordenação do sistema viário, a circulação do transporte público coletivo sobre o individual, conforme demanda de transporte, capacidade e função da via;
- IV. reduzir o tempo gasto nos deslocamentos dentro do Município;
- V. reduzir o consumo energético e o impacto ambiental destes deslocamentos;
- VI. articular o sistema de mobilidade municipal e acessibilidade com o estadual e nacional, existente e planejado;
- VII. compatibilizar a legislação existente com as diretrizes urbanísticas estabelecidas neste Plano Diretor, bem como exigir o cumprimento da Legislação Federal que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

SUB-SEÇÃO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Art. 48 O Sistema Municipal de Transportes é composto pelo conjunto de políticas de circulação de cargas e passageiros, com alguma hierarquia de prioridades e restrições, objetivando proporcionar acessibilidade e fluidez com segurança e rendimento, tanto para o indivíduo quanto para o deslocamento de mercadorias e produtos.

§ 1º. A Prefeitura Municipal regulará e normatizará as rotas do transporte coletivo, do deslocamento de produtos perigosos e insalubres, bem como os excessos relativos a um ou outro caso.

§ 2º. Compete também a Prefeitura Municipal adotar, promover ou terceirizar mobiliários e equipamentos urbanos cooperantes aos serviços de transporte no município.

Art. 49 São diretrizes do Sistema Municipal de Transportes:

- I. o planejamento do transporte coletivo municipal, urbano e rural;
- II. a prioridade da circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;
- III. a mitigação do conflito entre os diversos tipos de circulação;
- IV. a regulamentação de todos os serviços de transporte do município;
- V. o disciplinamento e fiscalização do sistema público e privado de transporte coletivo, transporte escolar, fretamento, o sistema de transporte individual remunerado de passageiros e o sistema de transporte de cargas;
- VI. a integração planejada do transporte municipal com o de outros municípios;
- VII. os critérios de planejamento e operação do transporte municipal, de forma integrada aos sistemas estadual e interestadual, atendendo aos interesses e necessidades da população, em suas características locais;
- VIII. as medidas reguladoras para o transporte de carga;
- IX. o processo participativo da sociedade civil na composição do Sistema Municipal de Transportes.

Art. 48 São ações estratégicas do Sistema Municipal de Transporte:

- I. elaborar Plano de Rotas do Sistema Municipal de Transporte Coletivo, identificando-as em separado para concessão, articulando-o com o Sistema Municipal de Viação e privilegiando o agrupamento de rotas diferentemente onerosas;
- II. garantir manutenção preventiva, objetivando transporte coletivo de qualidade, com segurança, conforto dos usuários e controle de poluentes;
- III. implantar sistemas alternativos de transporte coletivo condizentes com as demandas sociais locais e aplicáveis as condições físicas da Cidade;
- IV. adequar o atendimento às pessoas com necessidades especiais e com restrição de mobilidade, no sistema de transporte coletivo público e privado e no sistema de transporte individual remunerado de passageiros;

V. dotar e manter os pontos de ônibus com abrigos e informações referentes a trajetos e horários;

- VI. manter e promover o programa de transporte intermunicipal para universitários;
- VII. instalar um terminal rodoviário intermunicipal;
- VIII. manter e adequar as demandas para o transporte escolar com qualidade, inclusive nas áreas rurais;
- IX. definir as principais rotas, os padrões de veículos e os pontos de carga e descarga a serem utilizados no abastecimento e na distribuição de bens dentro do município;
- X. estabelecer horários especiais de tráfego de veículos de transporte de cargas bem como restrições de tonelagem nos principais eixos ou áreas da cidade;
- XI. estabelecer políticas tarifárias que preservem o equilíbrio econômico e social do sistema de transporte;
- XII. buscar a excelência de padrões de qualidade que proporcionem aos usuários do sistema de transporte crescente grau de satisfação com o serviço;
- XIII. racionalizar o sistema de transporte e as formas de gerenciamento e controle de operação;
- XIV. possibilitar a participação da iniciativa privada na operação e implantação de infra-estruturas para o sistema, sob a forma de investimento direto, concessão de serviço público, exploração mi-diática ou princípio análogo.

SUB-SEÇÃO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE VIAÇÃO

Art. 48 O Sistema Municipal de Viação é constituído pela infra-estrutura física das vias rurais, urbanas e logradouros públicos que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais, de forma ordenada e contínua, sem empecilhos ou obstáculos que venham a apor dificuldade ou restrição ao fluxo de qualquer dos sujeitos.

§ único. A Prefeitura Municipal normatizará os gabaritos, caixas de rua, canteiros, passeios, calçadas, rampas, faixas e bloqueios regulares, bem como os mobiliários urbanos passíveis de acomodação no leito dos logradouros e vias públicas.

Art. 49 São diretrizes do Sistema Municipal de Viação:

- I. as condições eficientes, livres e desimpedidas de deslocamento e acessibilidade na utilização das vias públicas aos locais de moradia, trabalho, serviços e lazer;
 - II. a continuidade do sistema viário por meio de diretrizes rodoviárias e de arruamento a serem implantadas e integradas ao sistema viário oficial, especialmente nas áreas de urbanização incompleta;
 - III. o tratamento urbanístico adequado nas vias, de modo a proporcionar a segurança dos cidadãos e a preservação do patrimônio cultural da cidade;
 - IV. o acesso às propriedades e comunidades rurais;
- Art. 48 São ações estratégicas do Sistema Municipal de Viação:
- I. manter o sistema viário em condições adequadas de circulação e transportes para pedestres e veículos;
 - II. planejar, executar e manter o sistema viário segundo critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente e obedecendo as diretrizes do transporte de cargas e passageiros;
 - III. estabelecer padrões mínimos para a construção de calçadas, quanto à qualidade dos materiais a serem empregados e suas especificações técnicas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trânsito para todos os pedestres e portadores de mobilidade reduzida;
 - IV. restringir o trânsito de veículos pesados, regulamentando os horários, tipos de veículos, locais de circulação e paradas;
 - V. elaborar e implementar o Plano Cicloviário Municipal;
 - VI. instituir gabarito padrão das estradas vicinais, indicando sistemas de fluxo, mobiliários e pavimentações a serem aplicadas;
 - VII. executar pavimentação e manutenção periódica das estradas vicinais.

SUB-SEÇÃO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 48 O Sistema Municipal de Trânsito é composto pelo conjunto de elementos sinalizadores e demarcadores da conduta de tráfego

nos logradouros e vias públicas municipais, advertindo posturas a serem adotadas pelos transeuntes e veículos na busca da fluidez, continuidade e segurança no trânsito.

§ 1º. A Prefeitura Municipal confeccionará de forma direta ou terceirizada, as placas, pórticos, bandeiras, lombadas, sinalizadores e demarcadores que forem necessários a orientação viária municipal, indicando a sua localização e disposição nas vias e logradouros públicos.

§ 2º. A instalação de lombadas eletrônicas nas vias municipais poderá ser autorizada pela municipalidade, mediante parecer técnico da autoridade de trânsito competente, justificando a sua pertinência à segurança dos usuários.

§ 3º. Os elementos de sinalização viária obedecerão às resoluções dos Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito, do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

Art. 49 São diretrizes do Sistema Municipal de Trânsito:

I. a exclusiva atribuição do Departamento Municipal de Trânsito em sinalizar, apor placas de segurança ou indicativas dentro dos domínios dos logradouros públicos, vias e estradas vicinais, sob ônus de inocuidade do estabelecido;

II. os procedimentos de segurança do tráfego e de sinalização urbana;

III. a redução de conflitos entre o tráfego de veículos e o de pedestres;

IV. a fluidez do trânsito, mantendo-se os níveis de segurança previstos nos Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito;

V. a informação para o trânsito, tanto de moradores quanto para visitantes, agregando valor aos indicativos de sinalização turística.

Art. 48 São ações estratégicas do Sistema Municipal de Trânsito:

I. realizar projeto e implantação de sinalização de trânsito, vertical e horizontal das vias urbanas e rurais;

II. dotar e manter as vias com sinalização informativa e de trânsito;

III. registrar e emitir, por sua exclusiva competência, as multas aplicadas nas lombadas eletrônicas do município;

III. combater e reduzir os níveis de impacto, em áreas residenciais degradadas pelo tráfego intenso de veículos;

V. promover campanhas de educação para o trânsito visando a redução de acidentes automobilísticos.

SEÇÃO XVIII

DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 48 A Iluminação Pública é de responsabilidade do Poder Público Municipal, cedida por concessão e competência às Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, cujos serviços de instalação, consumo e manutenção serão mantidos pela taxa de iluminação pública – COSIP, na forma da Lei.

§ 1º. A Prefeitura Municipal de Maracajá indicará, na medida das necessidades coletivas, as instalações e manutenções necessárias ao sistema de iluminação pública no município.

§ 2º. As tarifas de iluminação pública em Maracajá deverão ser computadas a partir das testadas dos imóveis atendidos pelo serviço.

Art. 49 Os serviços de iluminação pública buscam conferir conforto e segurança à população, assegurando qualidade luminotécnica nas vias e logradouros públicos, notadamente no período noturno.

§ único. Para atingir este objetivo com eficiência energética e arrefecimento do consumo, serão adotadas medidas para o uso racional de energia elétrica, fomentando a co-geração e o estímulo ao uso de fontes renováveis.

Art. 50 Constituem diretrizes e ações estratégicas para os serviços de iluminação pública:

I. estruturar um sistema municipal de iluminação pública, que assegure a manutenção permanente e a ampliação constante do sistema de iluminação pública nas vias, logradouros e prédios públicos;

II. ampliar a cobertura de atendimento nas áreas urbanas, buscando a eliminação de áreas escuras nas vias e logradouros sem iluminação pública adequada;

III. suprir a demanda por iluminação pública em estradas vicinais e locais públicos das localidades rurais;

IV. busca de formas alternativas de energia, como a solar, eólica e

o gás natural para alimentação do sistema de iluminação pública; V. promoção de campanhas educativas visando o respeito às instalações de iluminação pública e a redução de depredações reduzindo-se o custeio de manutenção;

VI. pesquisar e implantar maior eficiência da rede de iluminação pública, através de um programa municipal de gerenciamento da rede;

VII. reciclagem de lâmpadas e materiais nocivos ao meio ambiente utilizados no sistema de iluminação pública;

VIII. racionalização e mitigar a iluminação em prédios municipais e edifícios públicos.

SEÇÃO XIX

DOs SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Art. 48 As atividades de comunicação em território municipal consistem em todo e qualquer elemento físico, irradiador ou transmissor de sinais de comunicação que possam de alguma forma implicar na dotação, modificação ou impactação dos sistemas de infra-estrutura local ou regional.

§ único. As instalações de redes, estações, antenas, equipamentos e elementos correlatos a transmissão e difusão de sinais de comunicação deverão ser autorizados pelo Poder Público Municipal, mesmo quando não impliquem no uso do espaço público, que se reserva o direito de coibir e restringir usos indevidos ou impactantes ao bem estar e segurança da coletividade.

Art. 49 Constituem diretrizes e ações estratégicas dos sistemas de comunicação:

I. regulamentar e controlar a instalação de rádios locais, privadas ou de caráter comunitário, fiscalizando a eventual ação clandestina de transmissão;

II. disponibilizar condições de acesso e manutenção para as repentinadoras de sinais televisivos;

III. autorizar a promoção de condições para a instalação de redes, cabos, antenas e equipamentos para o provimento de sinal de internet em banda larga, em todo o sistema viário urbano do município;

IV. ofertar condições para a ação de instituições voltadas ao processo de inclusão digital, mormente aquelas realizadas em comunidades carentes;

V. disponibilizar condições de instalação de torres de transmissão de telefonia móvel, suprimindo em especial as áreas urbanas da cidade;

VI. identificar os pontos para a instalação de telefones públicos e estabelecer programa de manutenção e controle dos mesmos;

VII. atuar conjuntamente às empresas concessionárias de telefonia, visando promover a disponibilização dos sistemas de comunicação, transmissão de dados e imagens, integrando-os com centros urbanos regionais, nacionais e internacionais;

VIII. fixar estratégias para acompanhamento da evolução tecnológica dos sistemas de comunicações e telemática em nível municipal e regional, estimulando a participação e o controle compartilhado entre os setores público, privado e a sociedade;

IX. disponibilizar condições aos sistemas de telecomunicações e telemática em infra-estrutura de suporte, visando a atração de novos investimentos e empreendimentos para o município.

SEÇÃO XX

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 48 Na medida em que se delegam aos entes municipais atribuições em Segurança Pública, o Poder Público Municipal, subsidiariamente aos Poderes Estadual e Federal, contribuirá com o cuidado da segurança das pessoas, tendo como princípios:

I. potencializando as ações em segurança pública, mediante a articulação com as instâncias públicas federal e estadual e com a sociedade civil organizada;

II. coordenando as instâncias responsáveis pela proteção da população, dos bens, de serviços e do patrimônio público;

III. promovendo e exigindo de outras autoridades competentes, políticas em educação e campanhas instrucionais, inibidoras da violência e do uso de drogas.

Art. 48 São diretrizes e ações estratégicas da Política Municipal de

Segurança Pública:

- I. promover a qualificação dos equipamentos e serviços em segurança;
- II. implantar a Guarda Municipal, com atribuições específicas e orientativas;
- III. prover a segurança cotidiana dos prédios públicos e logradouros, buscando amparo nas instituições policiais quando necessário;
- IV. determinar as áreas para a instalação de pontos de vigilância, delegacias, quartéis, presídios e outros equipamentos relativos a segurança pública;
- V. promover estudos de demanda e gerir condições para a implantação de unidade do Corpo de Bombeiros no município de Maracajá;
- VI. implantar e fortalecer as ações dos Conselhos Municipais de Segurança, de Defesa Civil, Tutelar e Anti-Drogas, bem como a outros que forem criados no intuito da segurança pública;
- VII. promover a educação preventiva nas questões de segurança pública, com atuação instrutiva junto as escolas e instituições locais, buscando o reconhecimento dos malefícios do uso de drogas, da prostituição e da violência;
- VIII. apoiar projetos sociais que promovam a re-socialização do indivíduo na composição familiar;
- IX. intervir em caráter preventivo e prescritivo nos ambientes em situações potencialmente geradoras de incomodidade social;
- X. integrar-se programaticamente aos sistemas estadual e federal de segurança pública, objetivando a qualificação de pessoal, da infra-estrutura, de tecnologias empregadas e da gestão da informação, necessários ao bom desempenho de suas atribuições definidas em convênio.

SEÇÃO XXI**DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR**

Art. 48 A política municipal do abastecimento alimentar tem como objetivo primordial a promoção da segurança alimentar à população, especialmente àqueles em situação de risco social, qualificando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e baixo custo.

§ 1º. O Poder Público irá identificar através da Secretaria de Bem Estar Social, famílias e munícipes em condições alimentares precárias, oferecendo o apoio necessário à reestruturação da autonomia de suas subsistências, através de programas próprios ou por convênio de programas federais específicos.

§ 2º. O Poder Público poderá também lançar mão de incentivos fiscais às instituições e empresas que participarem dos programas municipais de abastecimento alimentar.

Art. 49 São diretrizes e ações estratégicas da Política Municipal do Abastecimento:

- I. promover ações de combate à fome;
- II. implementar e consolidar a rede social de abastecimento alimentar;
- III. ofertar à população de menor renda produtos mais baratos e de qualidade;
- IV. promover a educação alimentar nas famílias carentes, priorizando a educação alimentar infantil e indicando a forma correta e mais econômica de assegurar uma nutrição saudável;
- V. investir em programas de hortas caseiras, incentivando o uso de espaços remanescentes nos lotes ou em áreas de uso comunitário;
- VI. garantir a merenda escolar nas escolas da rede pública municipal de ensino;
- VII. apoiar iniciativas para a produção local, distribuição e comercialização de alimentos;
- VIII. viabilizar a coleta e distribuição de alimentos não perecíveis em situações emergenciais e de calamidade pública.

SEÇÃO XXII**DOs SERVIÇOS SEPULCRAIS**

Art. 48 Os serviços de sepultamento são de competência do Poder Público ou de terceiros devidamente licenciados por este, sem que haja prejuízo aos atestados, registros e emolumentos necessários as comprovações de causa e de fato.

§ único. Caracteriza serviço público essencial, devendo estar

ordenado ao costume comunitário a qualquer tempo ou razão.

Art. 49 A gestão das necrópoles bem como das atividades nelas realizadas, sejam espaços públicos ou privados, serão especificadas no Código de Posturas e detalhadas nos Regimentos de cada uma delas.

Art. 50 Os serviços funerários serão promovidos pela iniciativa privada, com efetiva concessão e localização do Poder Público, pelo qual provêm todas as regulamentações necessárias ao funcionamento adequado do mesmo.

§ único. O serviço funerário será prestado com regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência e segurança, além de cortesia na relação com os entes familiares.

Art. 51 São diretrizes e ações estratégicas na prestação dos serviços sepulcrais:

- I. a descentralização, qualificação e ampliação do serviço à comunidade;
- II. o controle rígido dos sepultamentos;
- III. o controle de impactos ambientais causados pela atividade;
- IV. a disponibilização de espaços sepulcrais em número suficiente as demandas municipais;
- V. a garantia de espaços sepulcrais para pessoas carentes e indigentes;
- VI. o controle e monitoramento dos serviços prestados pela iniciativa privada.

TÍTULO III**DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL****CAPÍTULO X****DAS CONCEITUAÇÕES**

Art. 48 A Organização Territorial tem como conceito principal alcançar o desenvolvimento equilibrado do município em articulação com os municípios vizinhos, de modo a evitar e corrigir distorções no processo de desenvolvimento urbano, de seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, sobre o desenvolvimento econômico, social e a qualidade de vida da população.

§ único. A Organização Territorial abrange todo o território municipal, envolvendo áreas urbanas e rurais, e suas relações com o entorno regional.

Art. 48 Tem ainda como princípios:

- I. a compatibilização dos instrumentos de desenvolvimento municipal com as políticas de desenvolvimento regional;
- II. a integração dos instrumentos de desenvolvimento municipal;
- III. a participação da população nos processos de decisão sobre as políticas urbanas;
- IV. a continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano;
- V. a fiscalização permanente para adoção de medidas corretivas e punitivas.

Art. 48 O ordenamento do território ocorrerá a partir do processo de planejamento contínuo, de investimentos em infra-estrutura, de políticas setoriais, da regulação e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo e da delimitação dos bairros, distritos e localidades.

§ único. A espacialidade da Organização Territorial estará explicita no Mapa de Macrozoneamento, tendo por finalidade servir de orientação e referência para a elaboração das Leis complementares previstas no artigo quarto desta Lei.

Art. 49 Constituem diretrizes da Organização Territorial:

- I. definir as Macrozonas de Interesse específico do Município, induzindo a ocupação e os vetores de crescimento;
- II. induzir a delimitação de áreas densas e adensáveis, buscando a otimização e dotação dos recursos de infra-estruturas;
- III. promover a organização e o controle dos usos, atividades e ocupação nas áreas urbanizadas;
- IV. definir áreas especiais que, pelos seus atributos, são adequadas à implementação de determinados planos de interesse público ou necessitam de planejamento especial para manejo e proteção;
- V. resguardar a contiguidade das áreas dotadas de valor ambiental, os corredores ecológicos, mananciais e recursos hídricos;

VI. induzir as diretrizes do sistema viário regional e intermunicipal.
Art. 48 A regulação do uso e da intensidade de ocupação do solo considerará sempre:

- I. o equilíbrio entre as atividades urbanas e rurais;
- II. a disposição da sustentabilidade ambiental;
- III. a divisão do território em bacias hidrográficas;
- IV. o patrimônio natural e cultural;
- V. a segurança individual e coletiva;
- VI. a qualidade de vida;
- VII. a necessidade de eliminar a segregação sócio-espacial e evitar os grandes deslocamentos entre moradia, trabalho e serviços;
- VIII. a oferta suficiente ou projetada de infra-estrutura e serviços.

CAPÍTULO XI

DO PERÍMETRO URBANO

Art. 48 O perímetro urbano é definido como a linha divisória que delimita a zona urbana das cidades, vilas e povoados, abrangendo a área de edificação contínua, bem como as áreas adjacentes que contenham, pelo menos, três dos equipamentos indicados como segue:

- I. abastecimento de água potável encanada;
- II. posteamento com rede para distribuição de energia elétrica;
- III. meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- IV. equipamentos de iluminação pública;
- V. sistema de coleta de esgotos sanitários.

Art. 48 O traçado do Perímetro Urbano deve levar em conta:

- I. o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana;
- II. a utilização da infra-estrutura instalada e projetada;
- III. a preservação do patrimônio ambiental do município.

§ único. A delimitação do perímetro urbano do Município de Maracajá será definida em Lei específica, que definirá ainda, as áreas de expansão urbana e a eventualidade da criação de núcleos urbanos.

CAPÍTULO XII

DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL

Art. 48 O Patrimônio Cultural Municipal será considerado em seus aspectos histórico, arquitetônico, artístico, paisagístico e arqueológico, tanto material quanto imaterial. A preservação deste Patrimônio busca a proteção, recuperação e conservação da memória construída da cidade, devendo atender aos seguintes objetivos:

- I. a garantia da integridade do Patrimônio Cultural do Município;
- II. a incorporação da proteção do Patrimônio Cultural ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;
- III. a aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar a gestão do Patrimônio Cultural;
- IV. a conscientização da população quanto aos valores culturais e à necessidade de sua proteção e recuperação;
- V. o impedimento ou controle do funcionamento, da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano ao Patrimônio Cultural.

Art. 48 São ações estratégicas para a preservação do Patrimônio Cultural do Município de Maracajá:

- I. atribuir ao Conselho da Cidade a tarefa permanente de Protetor do Patrimônio Cultural Municipal;
- II. estabelecer o Regimento Cultural Municipal, que normatize a pesquisa, a preservação, a recuperação, a conservação e a salvaguarda do Patrimônio Cultural Municipal;
- III. buscar parcerias que tenham em vista o desenvolvimento de pesquisas e projetos de impacto positivo na preservação, na recuperação e na conservação do patrimônio cultural municipal;
- IV. buscar parcerias que visem o fomento de recursos para a recuperação, utilização e disponibilização pública de bens do patrimônio cultural, caros à memória coletiva do município;
- V. aprimorar o alcance e a efetividade dos suportes legais de registro e salvaguarda dos bens destes patrimônios, especialmente o instrumento jurídico do tombamento;
- VI. desenvolver Programa para registro e proteção do patrimônio material do Município, tanto arquitetônico quanto histórico e/ou paisagístico, identificando as medidas necessárias a sua recuperação e preservação, fomentando a sua divulgação;

VII. desenvolver programa para registro e proteção do patrimônio imaterial do Município, tanto artístico quanto histórico e folclórico, identificando as medidas necessárias ao seu resgate e preservação, fomentando a sua divulgação;

VIII. incrementar às publicações relativas à memória coletiva e ao patrimônio cultural municipal em todos os seus aspectos.

CAPÍTULO XIII

DA PAISAGEM URBANA

Art. 48 A Paisagem Urbana é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação e preservação, no objetivo precípua de manter a percepção do entorno paisagístico e evitar a poluição visual, contribuindo desta forma para a qualidade de vida no meio urbano.

Art. 49 É obrigatória a recuperação de paisagens degradadas ou que venham a se caracterizar como tal, sendo implicados os seus responsáveis.

Art. 50 Caberá aos cidadãos do município, e em especial aos órgãos e entidades da administração municipal, zelar pela qualidade da paisagem urbana, promovendo as medidas adequadas para:

- I. disciplinar e controlar as construções, seus gabaritos e fachadas, de forma a evitar a descaracterização da paisagem urbana e natural;
 - II. normatizar a publicidade, propaganda e divulgação por placas, outdoors e demais elementos dispostos visualmente para o espaço público;
 - III. ordenar e padronizar a dotação de mobiliário urbano;
 - IV. manter as condições de acessibilidade e visibilidade para as áreas verdes;
 - V. promover e instigar a recuperação de áreas degradadas;
 - VI. promover a conservação e preservação de sítios significativos.
- § único. O Poder Público Municipal estabelecerá as ações e medidas reparadoras para a recuperação de áreas degradadas, bem como os prazos para a sua execução, exercendo o seu poder de fiscalização e embargo no objetivo do seu cumprimento.

CAPÍTULO XIV

DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Art. 48 O Macrozoneamento Municipal delimita um conjunto de Macrozonas, que estabelecem o ordenamento fundamental do território, conferindo a cada uma, características específicas e diretrizes, que indicam os usos do solo incentiváveis, servindo desta forma de orientação para o estabelecimento da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal.

§ único. A normatização das Macrozonas tem por finalidade precípua, a indução ou incitação da ocupação, do uso e da transformação do território do município, de maneira a propiciar a satisfação das demandas econômicas, sociais e ambientais de modo sustentável e equilibrado.

Art. 49 A ordenação do Macrozoneamento Municipal considerará:

- I. a infra-estrutura instalada;
- II. as características da ocupação urbana e rural;
- III. a cobertura vegetal;
- IV. a identificação e otimização dos potenciais de cada localidade.

Art. 48 O território maracajaense fica disposto entre as seguintes Macrozonas:

- I. MUR - Macrozona Urbana;
- II. MII - Macrozona de Interesse Industrial e de Mineração;
- III. MIA - Macrozona de Interesse Agrossilvipastoril;
- IV. MRU - Macrozona Rural;
- V. MCA - Macrozona de Conservação Ambiental;
- VI. MFL - Macrozona de Faixas Lindeiras às Rodovias.

§ único. Faz parte integrante da presente Lei, como Anexo 01, o Mapa de Macrozoneamento Municipal.

SEÇÃO XXIII

DA MACROZONA URBANA

Art. 49 A Macrozona Urbana corresponde a áreas inseridas no Perímetro Urbano Municipal definido em Lei, e entendidas como sendo os espaços territoriais caracterizados por um adensamento populacional dotado de infra-estrutura urbana e de equipamentos sociais, existentes ou previstos.

§ único. O limite da Macrozona Urbana é coincidente ao Perímetro Urbano Municipal, excetuando-se a sobreposição da Macrozona de Interesse Industrial e de Mineração, no apêndice norte deste perímetro e que fica definido no Mapa de Macrozoneamento Municipal. Art. 50 A delimitação da Macrozona Urbana tem como objetivos:

- I. controlar e direcionar os vetores de crescimento e adensamento, em especial nas áreas periféricas da área urbana, adequando-os à infra-estrutura disponível e prevista;
- II. ordenar e dotar as áreas urbanas de espaços apropriados para a implantação de equipamentos públicos de uso coletivo;
- III. manter a continuidade e fluidez no sistema viário urbano;
- IV. garantir o controle dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados;
- V. estruturar os pequenos núcleos urbanos existentes, ou que sejam criados no município, interligando-os entre si de forma a desenvolver o espaço urbano em rede.

Art. 48 Na Macrozona Urbana, a implantação de grandes empreendimentos habitacionais, comerciais, industriais ou de mineração, ficará condicionada a existência de infra-estrutura e serviços urbanos adequados ao uso, bem como a existência de equipamentos urbanos condizentes a expectativa social, na área de abrangência do empreendimento.

§ 1º. A implantação e operação destes grandes empreendimentos ficam vinculadas a necessária elaboração dos Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), analisados e aprovados pelos órgãos oficiais competentes.

§ 2º. Eventuais obras de recuperação ambiental ou medidas compensatórias indicadas por estes Estudos deverão ser promovidas simultaneamente às obras do empreendimento, por si ou em acordo com o Poder Público Municipal.

§ 3º. Independentemente da adoção de medidas mitigadoras ou compensatórias, requeridas pelo Poder Público e promovidas pelo empreendedor, a Prefeitura Municipal deverá qualificar a tributação da atividade, indicando através de seu Código Tributário, percentual preponderante, condizente com o impacto sócio-ambiental causado pelo empreendimento.

SEÇÃO XXIV

DA MACROZONA DE INTERESSE INDUSTRIAL E DE MINERAÇÃO

Art. 49 A Macrozona de Interesse Industrial e de Mineração corresponde às áreas onde existam um potencial vetor de desenvolvimento urbano e infra-estrutura, com baixa impactação ambiental e onde se queira fomentar prioritariamente, sistemas de produção industrial ou de mineração.

§ 1º. Os limites da Macrozona de Interesse Industrial e de Mineração estão definidos no Mapa de Macrozoneamento Municipal, correspondente ao setor nordeste do perímetro urbano e áreas rurais imediatamente contíguas, consideradas neste caso, zonas de expansão.

§ 2º. O Morro do Maracajá, configurado dentro da Macrozona Urbana, deverá ser considerado em sua especificidade topográfica e ambiental, sujeitando todas as eventuais atividades industriais e de mineração aos princípios norteadores daquela Macrozona, bem como as determinações específicas contidas na Lei de Usos e Ocupação do Solo.

§ 3º. O Conselho da Cidade deverá fiscalizar e controlar as atividades mineradoras, exigindo dos respectivos empreendedores a recuperação ambiental dos passivos, não só na área minerada, mas no impacto causado na unidade de vizinhança do empreendimento.

§ 4º. Nas áreas aonde vier ocorrer mineração a céu aberto e imediatamente após o encerramento de cada lava autorizada pelo DNPM, as respectivas áreas afetadas serão recuperadas ambientalmente e doadas ao Poder Público Municipal de Maracajá para a implantação de equipamentos coletivos e de interesse social.

Art. 50 A delimitação da Macrozona de Interesse Industrial e de Mineração tem por objetivos:

- I. garantir a possibilidade do desenvolvimento de atividades industriais, com a devida promoção de ações mitigadores e compensatórias dos impactos eventualmente causados à unidade de

vizinhança e ao meio ambiente, mas assegurando a prioridade de uso desta atividade sobre as demais atividades porvindouras;

II. fomentar a utilização de potencial logístico atribuído à Macrozona, gerando condições atratoras ao uso industrial e aos sistemas produtivos incentiváveis;

III. estabelecer parâmetros locais para incentivos fiscais à atividade industrial.

§ único. As atividades antagônicas inseridas dentro desta Macrozona deverão obedecer a critérios e restrições definidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO XXV

DA MACROZONA DE INTERESSE AGROSSILVIPASTORIL

Art. 51 A Macrozona de Interesse Agrossilvipastoril corresponde a áreas onde exista um potencial vetor de desenvolvimento rural voltado para as atividades econômicas extrativistas, com capacidade de recuperação ambiental e onde se queira fomentar prioritariamente, sistemas de produção agrícola e de pecuária orgânicas.

§ único. Os limites da Macrozona de Interesse Agrossilvipastoril estão definidos no Mapa de Macrozoneamento Municipal e correspondem às curvas de nível acima da cota RN 20m (vinte metros), caracteristicamente ao norte e oeste do município.

Art. 52 A delimitação da Macrozona de Interesse Agrossilvipastoril tem por objetivos:

I. incentivar a possibilidade do desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias alternativas, com foco na não utilização de defensivos tóxicos e na produção orgânica;

II. valorizar a promoção de ações mitigadores de impactos eventualmente causados à unidade de vizinhança e ao meio ambiente, assegurando a prioridade de uso destas atividades sobre as demais atividades na Macrozona;

III. estabelecer parâmetros locais para incentivos fiscais às atividades agrossilvipastoris.

§ único. As atividades antagônicas inseridas dentro desta Macrozona deverão obedecer a critérios e restrições definidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO XXVI

DA MACROZONA RURAL

Art. 53 A Macrozona Rural corresponde às áreas destinadas às atividades rurais do Município de economia predominantemente agrícola, pecuária ou agro-industrial.

§ 1º. As áreas rurais imediatamente contíguas aos perímetros urbanos, definidas na Lei do Perímetro Urbano Municipal, serão considerados naturalmente como áreas de reserva para a expansão urbana, cujas intervenções em edificações ou parcelamentos estarão sujeitas a análise da Secretaria de Planejamento Urbano e do Conselho da Cidade.

§ 2º. A extensão e limites da Macrozona Rural correspondem ao próprio Perímetro Municipal, excetuando-se todas as demais Macrozonas e será ilustrada no Mapa de Macrozoneamento Municipal.

§ 3º. A Macrozona Rural é caracterizada por áreas abaixo das curvas de nível RN 20m (vinte metros), onde não haja definição de outra Macrozona.

Art. 54 A delimitação da Macrozona Rural tem por objetivos:

I. fortalecer as atividades rurais no Município;

II. promover a estruturação de zonas agrícolas, pecuárias e agro-industriais no município;

III. estruturar as nucleações urbanas no meio rural, com equipamentos e serviços coletivos, de forma a compor paragem de apoio as atividades sociais locais;

IV. garantir e indicar a expansão ordenada dos vetores de crescimento das malhas urbanas da cidade;

V. assegurar os afastamentos e restrições legais necessários a ocupação humana, para preservação e manutenção dos ecossistemas;

VI. respeitar o módulo rural definido pelo INCRA para efeito do parcelamento do solo rural;

VII. definir afastamentos adequados para todas as edificações nas áreas rurais, com relação as rodovias públicas de circulação vicinal e das divisas dos lotes.

SEÇÃO XXVII**DA MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

Art. 55 A Macrozona de Conservação Ambiental corresponde a todas as áreas com alguma fragilidade ambiental, que protegidas ou não por Lei, estão sujeitas a intervenções de variada ordem, em que incida interesse da coletividade em proteger, recuperar e desenvolver atividades produtivas sustentáveis.

§ único. As áreas da Macrozona de Conservação Ambiental estão definidas no Mapa de Macrozoneamento Municipal e são identificadas pela:

- a. cota de nível acima do RN 70m (setenta metros), configurando o topo dos morros Mãe Luzia e Barro Vermelho;
- b. margem esquerda do Rio Sangão por um afastamento de 50m (cinquenta metros);
- c. margem esquerda do Rio Mãe Luzia por um afastamento de 50m (cinquenta metros) até o entroncamento com o Rio Manoel Alves e depois disso por um afastamento de 100m (cem metros);
- d. margem esquerda do Rio Araranguá por um afastamento de 100m (cem metros);
- e. poligonal definida pela composição da mata nativa do Parque Ecológico.

Art. 48 As Áreas de Preservação Permanente – APPs, estabelecidas pela legislação vigente, não configurarão Macrozona específica, incidindo com prioridade sobre qualquer das Macrozonas ou área do zoneamento ordinário, podendo formar assim mosaico de áreas independentes.

§ único. As Áreas de Preservação Permanente – APPs serão identificadas e delimitadas em Mapa específico do Código de Posturas e Meio Ambiente, sem prejuízo da caracterização de outras áreas definidas na forma da Lei.

Art. 49 A delimitação da Macrozona de Conservação Ambiental tem como objetivos:

- I. delimitar, conservar e recuperar em quaisquer situação, os ecossistemas naturais;
- II. garantir a utilização racional do solo a partir da elaboração de plano de manejo para sua ocupação e uso;
- III. resguardar e preservar os recursos hídricos;
- IV. preservar e recuperar a biodiversidade local, a estabilidade geológica, o fluxo gênico de fauna e flora e a proteção do solo;
- V. garantir e preservar a paisagem natural, bem como o bem estar das populações humanas.

SEÇÃO XXVIII**DA MACROZONA DE FAIXAS LINDEIRAS ÀS RODOVIAS**

Art. 50 A Macrozona Municipal de Faixas Lindeiras às Rodovias corresponde às áreas contíguas as principais artérias de circulação viária do Município, ficando nelas incluídas as faixas de influência da Rodovia Federal BR-101, da Rodovia Estadual SC-446 e das Rodovias Municipais MAR-253, MAR-353 e MAR-355.

§ 1º. Os traçados e limites das faixas lindeiras às Rodovias estão apontados no Mapa do Macrozoneamento Municipal, ficando assim definidos os seus afastamentos:

- a. 200m (duzentos metros) para a Rodovia Federal BR-101;
- b. 50m (cinquenta metros) para o traçado da SC-445;
- c. 30m (trinta metros) para as Rodovias Municipais citadas no caput.

§ 2º. Os empreendimentos propostos sobre as Macrozonas de faixas lindeiras às rodovias deverão requerer aprovação prévia junto ao órgão rodoviário pertinente.

Art. 48 A delimitação da Macrozona de Faixas Lindeiras às Rodovias Federais, Estaduais e Municipais Principais, tem como objetivos:

- I. disciplinar a implantação de empreendimentos que impactem sobremaneira as condições de fluxo, acesso e uso da Rodovia, devido ao seu relativo potencial logístico, coadunando ações de qualificação da mesma e oportunizando novas ligações viárias com outros municípios ;
- II. estruturar a conectividade entre as localidades ao longo das rodovias citadas e a sede do município;
- III. estabelecer o padrão de uso e ocupação do solo ao longo de suas marginais, privilegiando aqueles compatíveis com o caráter da

via, de forma a evitar possíveis conflitos entre o seu tráfego e as atividades urbanas.

CAPÍTULO XV**DO ZONEAMENTO URBANO**

Art. 48 O Zoneamento técnico será efetivado nas áreas urbanas do Município, não tendo necessariamente vínculo com as diretrizes de delimitação dos bairros e localidades.

§ único. As Zonas Urbanas estarão identificadas e delimitadas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, através de mapa específico.

Art. 49 Os limites das zonas urbanas obedecerão às seguintes condições:

- I. a identidade geográfica do local, caracterizada pelas cumeeiras topográficas, talvegues, linhas de água, mananciais e sistemas correlatos;
- II. a identidade cultural, através da similaridade dos padrões de uso e atividades, correlacionando interesses específicos;
- III. a identidade proximal, reconhecendo os valores comuns em uma mesma quadra e delimitando as zonas pelos eixos medianos das quadra;
- IV. a conectividade entre centralidades, através das vias principais, formando eixos de ligação entre pólos de interesse;
- V. a escala de intervenção, adequada ao reconhecimento das identidades, sem no entanto promover padrões de desenho urbano.

Art. 50 As diretrizes da política de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo são:

- I. evitar a expansão desordenada das áreas urbanas através da ocupação dos vazios urbanos;
 - II. evitar adensamentos em desacordo com a capacidade de atendimento dos sistemas de infra-estrutura;
 - III. orientar os investimentos de acordo com a demanda da população local e do desenvolvimento das atividades econômicas;
 - IV. ordenar e controlar as diversas formas de atividades, públicas e privadas, de acordo com o equilíbrio sócio-econômico;
 - V. estabelecer índices urbanísticos adequados ao equilíbrio sócio-ambiental;
 - VI. garantia de permanência das comunidades tradicionais e de menor renda por meio dos mecanismos de regularização fundiária.
- § único. As ações estratégicas pertinentes ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo serão indicadas na Lei específica e atribuídas distintamente as Zonas Urbanas.

Art. 48 As concessões de Usos e Atividades nas diversas Zonas Urbanas atenderão os seguintes pressupostos:

- I. as características específicas da Zona e tendências de polarização;
- II. a diversidade no uso, promovendo a ocupação atemporal e normalizando em cada caso o uso residencial;
- III. a diversidade de necessidades, buscando o atendimento direto com o menos deslocamento urbano;
- IV. a fluidez e organização entre os diversos usos e atividades;
- V. a capacidade de trânsito, paragens de veículos e impactos causados ao sistema viário local.

Art. 49 Os condicionantes urbanos básicos a serem aplicados a cada Zona Urbana serão:

- I. Índice de Aproveitamento (IA): proporção da capacidade construtiva relativamente à área planejada;
- II. Taxa de Ocupação (TO): percentual máximo da projeção no solo do perímetro total da edificação em relação à área planejada;
- III. Taxa de Permeabilidade (TP): percentual mínimo de área no solo da área planejada, com capacidade de infiltração natural das águas pluviais;
- IV. Gabarito (HA): altura máxima para a edificação planejada em relação ao nível do passeio;
- V. Afastamentos (AF): recuos em relação aos terrenos contíguos, relativos às capacidades de iluminação e ventilação naturais das edificações planejadas;
- VI. Recuos (RE): afastamento frontal da edificação planejada em relação aos alinhamentos dos logradouros públicos, concernente a possibilidade de alargamentos e modificações viárias dos mesmos;

VII. Potencial Construtivo adicional (PC): indica quando a Zona Urbana possui condicionantes ampliados, para o uso da ferramenta da Outorga Onerosa;

VIII. Transferência do Direito de construir (TD): indica quando a Zona Urbana possui viabilidade para prover ou aditar os condicionantes de outra zona;

IX. outros condicionantes particulares de Zonas específicas que possam orientar e qualificar a Ocupação do solo.

CAPÍTULO XVI

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Art. 48 O Parcelamento do Solo Municipal será regulamentado por Lei específica, no intuito de atender as funções econômicas e sociais da coletividade, compatibilizando o desenvolvimento urbano e suas condições de dotação de infra-estrutura, com os interesses rurais e ambientais do Município de Maracajá.

§ único. A Lei Municipal de Parcelamento do Solo deverá estar coadunada com o estabelecido na Lei Federal 6.766/79 e na Lei Estadual 6.063/82 e alterações, pertinentes ao assunto.

Art. 48 Todo e qualquer modalidade de parcelamento do solo, em área urbana ou rural do Município, para obtenção do seu registro legal, deverá ser promulgado pelo pleiteante e acolhido pelo Poder Público Municipal.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA E AMBIENTAL

Art. 48 Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade, bem como para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano e ambiental, o Município de Maracajá adotará os instrumentos previstos no artigo quarto da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, sem prejuízo de outros instrumentos de política urbana.

§ único. Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E DE PLANEJAMENTO

Art. 48 São instrumentos orçamentários e de planejamento, sem prejuízo de previstos na legislação municipal, estadual ou federal:

I. Plano Plurianual - PPA;

II. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III. Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ único. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual deverão incorporar as diretrizes e as ações estratégicas contidas neste Plano Diretor, instrumento básico do processo de planejamento municipal.

SEÇÃO I

DO PLANO PLURIANUAL

Art. 48 O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento das ações do município, tanto para garantir a manutenção dos investimentos públicos em áreas sociais quanto para estabelecer os programas, valores e metas.

Art. 49 O Poder Executivo deverá atender as seguintes diretrizes:

I. A compatibilização das atividades do planejamento municipal com as diretrizes do Plano Diretor Municipal e com a execução orçamentária, anual e Plurianual;

II. o Plano Plurianual deverá ter abrangência de todo o território e sobre todas as matérias de competência municipal.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 48 A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e alterações na legislação tributária.

§ único. Todas as ações da Administração Municipal deverão ser disciplinadas e registradas nas leis orçamentárias do município, inclusive as oriundas de parcerias com outros entes federados, da administração direta ou indireta, para obtenção de recursos.

Art. 48 A Lei Orçamentária Anual assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Art. 48 Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento municipal, serão adotados os seguintes instrumentos jurídicos e políticos, conforme aspectos estabelecidos pela Lei Federal n.º 10.257/01, sem o prejuízo de outros instrumentos de política urbana.

I. da urbanização específica;

II. da regularização fundiária:

a) da usucapião especial de imóvel urbano;

b) da concessão de uso especial para fins de moradia;

c) da concessão de direito real de uso.

III. da outorga onerosa do direito de construir;

IV. da transferência do direito de construir;

V. do direito de preempção;

VI. do direito de superfície;

VII. das operações urbanas consorciadas;

VIII. do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

IX. do IPTU progressivo no tempo;

X. da desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;

XI. do consórcio imobiliário;

XII. do tombamento.

SEÇÃO III

DA URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 48 O Poder Público Municipal poderá autorizar a aprovação, por Decreto e sobre ato próprio, de parcelamento destinado a urbanização específica, motivado por calamidade pública ou situação de risco, no intuito da regularização de ocupações indevidas, sendo dispensada nestes casos, a aplicação das disposições da legislação municipal pertinente.

§ 1º. Entende-se por urbanização específica os empreendimentos que se destinam ao assentamento de população de menor renda, com predomínio de interesse social, e cuja competência exclusiva de promoção e execução é do Poder Público Municipal.

§ 2º. Os empreendimentos a que se refere o parágrafo anterior visam duas formas de tratamento:

a) parcelamento de gleba destinada ao assentamento de população de menor renda;

b) regularização de parcelamentos já consolidados e caracterizados como urbanização específica pelo órgão municipal competente, desde que não inseridas em área de risco.

SEÇÃO IV

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 49 Para fins desta Lei, consideram-se instrumentos de regularização fundiária aqueles destinados a legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a Lei.

Art. 50 Os instrumentos de regularização fundiária, constantes do Estatuto da Cidade e da Lei nº 11.977/09, orientam as disposições desta legislação.

Art. 51 São considerados Instrumentos de Regularização Fundiária:

I. a usucapião especial de imóvel urbano;

II. a concessão de uso especial para fins de moradia;

III. a concessão de direito real de uso.

Art. 48 Os instrumentos mencionados neste capítulo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta lei.

sub-seção I

DA USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO

Art. 48 Entende-se como Usucapião Especial de Imóvel Urbano, a aquisição do domínio, por aquele que possuir como sua, área ou edificação urbana, de até duzentos e cinquenta metros quadrados por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família e nas seguintes condições:.

I. o morador não pode ser possuidor ou proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

II. o morador não pode ter sido beneficiado anteriormente por outra legitimação de posse;

III. a finalidade da ocupação deve ser a moradia da própria pessoa ou de sua família;

IV. a matrícula oriunda desta regularização não poderá ser objeto de remembramento.

Art. 48 As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia e por no mínimo cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não seja possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, nas seguintes condições:

I. os moradores não sejam possuidores ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural;

II. os moradores não podem ter sido beneficiados anteriormente por outra legitimação de posse;

III. a finalidade da ocupação deve ser a moradia dos mesmos ou de sua família;

IV. a matrícula oriunda desta regularização não poderá ser objeto de desmembramento ou remembramento.

SUB-SEÇÃO II

DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 48 O Poder Público Municipal poderá autorizar a outorga, através de Decreto, àquele que residia em área urbana, de propriedade pública por 05 (cinco) anos ininterruptamente e sem oposição, título de concessão de uso especial para fins de moradia em relação à referida área ou edificação, desde que não seja proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. Lei específica deverá prever os requisitos para a concessão de uso especial para fins de moradia, facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de concessão de uso especial para fins de moradia, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, na hipótese de ocupação do imóvel:

a) localizado em área de risco, cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras de retificação ou outras intervenções;

b) que configure bem de uso comum do povo;

c) localizado em área destinada a projeto de urbanização;

d) de comprovado interesse da defesa nacional, da preservação ambiental ou da proteção dos ecossistemas naturais.

§ 2º. Extinta a concessão de uso especial para fins de moradia, o Poder Público recuperará o domínio pleno do imóvel.

SUB-SEÇÃO III

DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 48 Compreende-se como Concessão do Direito Real de Uso o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.

§ único. A concessão deve ser registrada perante o Cartório Registral do Município onde se encontra o bem, mantendo-se a disciplina do ordenamento jurídico pátrio, a qual exige tal anotação para que seja considerada válida e oponível, perante terceiros, com caráter real.

Art. 49 O Poder Público Municipal poderá autorizar a concessão do Direito Real de Uso para processos de regularização fundiária de ocupações indevidas em imóveis públicos.

§ 1º. A concessão do direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente nos casos de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos pelo Poder Público.

§ 2º. Lei específica deverá prever os requisitos para aplicação da concessão do direito real de uso bem como o prazo para outorga do título definitivo.

SEÇÃO V

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 48 Para efeitos desta Lei, outorga onerosa ou "solo criado" é a concessão, pelo Poder Público, de potencial construtivo adicional acima do resultante da aplicação dos coeficientes de

aproveitamento básico, até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, através de contrapartida pelo beneficiário.

§ único. O coeficiente básico e o máximo, em cada Zona, serão os estabelecidos pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do solo.

Art. 48 Desde que a Zona em que se encontre o lote possua potencial construtivo adicional, definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo, o proprietário poderá efetuar a aquisição onerosa junto à Prefeitura Municipal.

§ 1º. A aquisição onerosa de que trata o caput deste artigo se fará por:

a) compra, mediante pagamento de contrapartida financeira;

b) prestação de serviços ou obra de interesse público.

§ 2º. A aquisição onerosa poderá ser efetuada através da combinação das duas modalidades.

§ 3º. A prestação de serviços ou obra de que trata o item "b" do § 1º será objeto de Licitação Pública, com pagamento em potencial construtivo.

Art. 48 A aquisição onerosa por compra se fará com base em parâmetros a serem definidos em Lei específica, aprovada pelo Conselho da Cidade.

§ Único. Os recursos provenientes desta aquisição onerosa de potencial construtivo serão aplicados para as seguintes finalidades:

a) regularização fundiária;

b) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

c) constituição de reserva fundiária;

d) ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

e) implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

f) criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

g) criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

h) proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 48 A aquisição onerosa por prestação de serviços, através da execução, pelo interessado, de obras de infra-estrutura urbana no valor equivalente ao valor do potencial construtivo adquirido se fará após aprovação dos projetos de infra-estrutura pelo órgão responsável da Prefeitura.

§ Único. O valor do Solo Criado para aquisição onerosa dos condicionantes urbanos deverá ser valorado integralmente pela tabela de avaliação imobiliária da Prefeitura, na forma de Lei específica.

Art. 49 Tanto a aquisição onerosa por compra, quanto à prestação de serviço ou obra, deverá ser avaliada pelo Conselho da Cidade, que decidirá sobre a necessidade de eventual Consulta Pública.

SEÇÃO VI

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 48 O direito de construir do proprietário de imóvel é limitado aos direitos de vizinhança, ao coeficiente de aproveitamento estabelecido na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e às determinações estabelecidas neste Plano Diretor e nas demais legislações urbanísticas.

Art. 49 Entende-se como transferência do direito de construir o instrumento de política urbana utilizado como forma de compensação ao proprietário de imóvel sobre o qual incide um interesse público de preservação ambiental, histórica ou de interesse social, de transferir para outro local o potencial construtivo que foi impedido de utilizar.

§ Único. O interesse público de que trata este artigo deverá ser iminente e de notório aproveitamento para a coletividade.

Art. 50 A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, ou alienação mediante escritura pública, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

I. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II. ampliação ou qualificação do sistema viário principal;

III. preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

IV. servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de

interesse social.

§ único. A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos deste artigo.

Art. 48 Não será concedida a faculdade de transferir o direito de construir, nos termos do artigo supramencionado, aos proprietários de imóveis cujos possuidores preencham os requisitos para adquiri-lo por Usucapião.

Art. 49 Lei Municipal Específica, aprovada pelo Conselho da Cidade, estabelecerá as condições relativas à aplicação da Transferência do Direito de Construir, o seu valor, as possibilidades de renovação de potencial construtivo e da averbação legal.

Art. 50 A indicação das Zonas Urbanas passíveis de prover ou aditar potencial construtivo estarão indicados na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO VII

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 48 O Poder Público Municipal por meio do Direito de Preempção, obtém a preferência para aquisição de qualquer imóvel urbano ou rural, objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade.

Art. 49 O Direito de Preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I. regularização fundiária;
- II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III. constituição de reserva fundiária;
- IV. ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;
- V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 48 As áreas em que incidirão o Direito de Preempção serão delimitadas por Decreto, sendo que dentre outros condicionamentos, também fixará os prazos de vigências e as finalidades para as quais os imóveis se destinarão.

SEÇÃO VIII

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 48 O Direito de Superfície poderá ser exercido pelo Poder Público Municipal, recebendo ou concedendo o Direito de Superfície, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, na forma da Lei.

§ único. A concessão ou aceitação do Direito de Superfície poderá ser gratuita ou onerosa, mediante as circunstâncias estabelecidas.

Art. 48 Fica o Executivo Municipal autorizado a:

- I. exercer o Direito de Superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários;
- II. exercer o Direito de Superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. 48 O Poder Público poderá conceder onerosamente o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 49 O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta ou Indireta, o Direito de Superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando o atendimento de diretrizes constantes desta Lei.

SEÇÃO IX

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 48 Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, qualificação da infra-estrutura viária e de serviços, ampliação dos espaços públicos e valorização ambiental, num determinado perímetro contínuo ou descontínuo.

Art. 49 Cada operação urbana consorciada será criada por Lei específica, que poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras e serviços necessários à própria operação.

Art. 50 As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidades: I. a implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano;

II. a otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;

III. a implantação de programas de Habitação de Interesse Social;

IV. a implantação de espaços públicos;

V. a valorização e criação de patrimônio ambiental ou cultural;

VI. a qualificação e ampliação da infra-estrutura viária estrutural.

Art. 48 Cada Operação Consorciada deverá prever medidas a serem adotadas, contendo no mínimo:

I. a definição e delimitação do perímetro da área de abrangência, passível de intervenção;

II. a finalidade da operação proposta;

III. os programas básicos de ocupação da área e das intervenções previstas;

IV. o estudo prévio de impacto ambiental - EIA;

V. o estudo prévio de impacto de vizinhança - EIV;

VI. o programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

VII. a contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;

VIII. a forma de controle e monitoramento da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

Art. 48 A Operação Urbana Consorciada pode ser proposta pelo Poder Público, ou por qualquer associação ou entidade que nela demonstre interesse, cabendo ao primeiro a avaliação técnica de sua pertinência e viabilidade.

§ 1º. No caso de Operação Urbana Consorciada de iniciativa da municipalidade, o Poder Público promoverá concurso por meio de chamada em edital, para definir a proposta que melhor atenda ao interesse coletivo, julgado e deliberado pelo Conselho da Cidade.

§ 2º. No caso de Operação Urbana Consorciada proposta por associação ou entidade representativa da comunidade, o interesse público da operação será avaliado e atestado pela Secretaria de Planejamento Urbano, ouvido e justificado ao Conselho da Cidade.

Art. 48 Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal como contrapartida em Operações Urbanas Consorciadas, serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, a ser definido na lei de criação da respectiva operação.

SEÇÃO X

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 48 São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal e dos artigos 5º e 6º do Estatuto da Cidade, os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados nas áreas urbanas do município.

§ 1º. Considera-se solo urbano não edificado os lotes e glebas vazios, localizados nas áreas urbanas do município, em que a dotação de infra-estrutura pública atenda aos pressupostos de parcelamento do solo e ocupação.

§ 2º. Considera-se solo urbano subutilizado, os lotes e glebas urbanas, cujas edificações não atingirem um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do coeficiente de aproveitamento para a zona onde se situam pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 3º. Considera-se solo urbano não utilizado todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de cinco anos, ressalvados os casos dos imóveis integrantes de massa falida.

Art. 48 Ficam excluídos da obrigação do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, os imóveis que:

- I. sejam utilizados para a instalação de atividades econômicas que não necessitem de edificações para exercer suas finalidades;

II. estejam exercendo função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão ambiental competente;

III. sejam de interesse do patrimônio cultural ou ambiental;

IV. estejam ocupados por clubes ou associações de classe;

V. sejam de propriedade de cooperativas habitacionais.

Art. 48 O Município, nos termos definidos em Lei específica, promoverá a notificação dos proprietários, intimando-os a dar o aproveitamento adequado aos respectivos imóveis, determinando as condições e prazos para a consecução da referida obrigação.

Art. 49 Em caso de descumprimento das condições e prazos delimitados na notificação, o Município procederá à aplicação do IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, conforme determinado na respectiva Lei.

§ único. A transmissão do imóvel, por ato inter-vivos ou "causa mortis", posterior a data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta seção, sem interrupção de quaisquer prazos.

SEÇÃO XI

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 48 Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos no artigo anterior, o Município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º. Mesma Lei específica, baseada no §1º do artigo 7º do Estatuto da Cidade estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto.

§ 2º. Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 05 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

§ 3º. É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

SEÇÃO XII

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO POR TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 48 Decorridos os 05 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento por Títulos da Dívida Pública.

Art. 49 O instrumento da Desapropriação com Pagamento Mediante Títulos da Dívida Pública, objetiva:

I. promover a reforma urbana;

II. fazer cumprir a função social da propriedade urbana e da cidade, a que o imóvel se destina;

III. combater o processo de periferização;

IV. inibir o processo de especulação imobiliária.

Art. 48 Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 1º. Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 2º. O valor real da indenização:

a) refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após as devidas notificações;

b) não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 48 O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ único. O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se nestes casos, o devido procedimento licitatório.

SEÇÃO XIII

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 48 Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação, por meio do qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 1º. A Prefeitura poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§ 2º. O proprietário que transferir seu imóvel para a Prefeitura nos termos deste artigo receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 48 O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta Lei, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenções urbanísticas planejadas e aferidas pelo Conselho da Cidade.

Art. 49 O Poder Público municipal poderá aplicar o instrumento do Consórcio Imobiliário, além das situações previstas no artigo 46 do Estatuto da Cidade, para viabilizar empreendimentos destinados a:

I. terrenos para habitações de interesse social;

II. terrenos para realocação de população residente em áreas de risco;

III. áreas para implantação de equipamentos comunitários ou área de lazer;

IV. áreas de significativo valor ambiental, dignas de projeto de recuperação e preservação.

Art. 48 O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no §2º do Artigo 8º do Estatuto da Cidade.

Art. 49 Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados por Termo de Responsabilidade e Participação, pactuado entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

SEÇÃO XIV

DO TOMBAMENTO

Art. 48 O Município poderá efetuar o tombamento dos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva municipal que forem considerados Patrimônio Cultural e os inscreverá no Livro do Tombo Municipal, visando à salvaguarda e valorização de seu Patrimônio Cultural.

Art. 49 Os pedidos de Tombamento por iniciativa do Poder Público, do proprietário ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica, encaminhados pelo Protocolo Geral da Prefeitura serão enviados à Secretaria ou Órgão responsável pela Cultura para a instrução preliminar.

Art. 50 Os pedidos de Tombamento deverão necessariamente conter as seguintes informações:

I. identificação e endereço do interessado;

II. endereço do bem cultural, descrição, estado de conservação conforme parâmetros técnicos, uso atual, documentação fotográfica ou videográfica datada ou qualquer outra forma de registro que permita o reconhecimento do bem em questão;

III. justificativa com informação preliminar sobre o valor cultural do bem, sua relevância, significado para a memória da cidade, materiais e técnicas construtivas, informação se constitui fragmento ou parte de um conjunto.

Art. 48 O processo de Tombamento obedecerá às seguintes fases distintas:

I. pedido de Tombamento;

II. notificação ao proprietário do tombamento provisório;

III. instrução para eventual impugnação;

IV. deliberação pela Secretaria Municipal ou Órgão responsável pela Cultura, instruída de parecer técnico;

V. encaminhamento à Secretaria Municipal ou Órgão responsável

pela Cultura, para decisão final;

VI. registro no Livro do Tombo Municipal;

VII. notificação ao proprietário do tombamento definitivo;

VIII. publicação no Jornal Oficial do Município.

§ único. A Secretaria Municipal ou Órgão responsável pela Cultura possuirá um Livro do Tombo, no qual serão registrados os bens culturais tombados pelo Município.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS

SEÇÃO XV

DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Art. 48 Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante de atividades não naturais que, direta ou indiretamente, afetem:

I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II. as atividades sociais e econômicas;

III. a biota;

IV. as condições estéticas e sanitárias do ambiente;

V. a qualidade e a quantidade dos recursos ambientais;

VI. os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 48 A avaliação de impacto ambiental, resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público Municipal e que possibilita a análise e a interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o meio ambiente, compreende:

I. a consideração da variável ambiental nas políticas, planos, programas e projetos que possam resultar em impacto referido no artigo anterior;

II. a elaboração de Projeto de Controle Ambiental (PCA) ou de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), e seu respectivo Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), para a implantação de empreendimentos ou atividades exigíveis, na forma da Lei.

§ único. A variável ambiental deverá incorporar a metodologia de planejamento daqueles processos, como instrumento decisório do órgão ambiental competente.

Art. 48 Compete ao Poder Público Municipal à exigência dos projetos ambientais, para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente degradadora do ambiente em seu território.

§ único. O Poder Público Municipal deverá instituir Órgão Ambiental Municipal competente às deliberações sobre intervenções em seu território, de influência limitada a este.

Art. 49 Os requisitos essenciais do tipo de Avaliação Prévia de Impactos Ambientais, exigível em cada caso para o Licenciamento Ambiental, respeitarão as resoluções do CONAMA e as normas e resoluções federais, estaduais e municipais em vigência.

§ único. Estudos complementares poderão ser exigidos para a ampliação de atividades já licenciadas.

SEÇÃO XVI

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 48 Todos os empreendimentos que, a juízo do Conselho da Cidade, causarem grande impacto urbanístico e ambiental, adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de EIV, analisado e relatado pela Secretaria de Planejamento Urbano e apreciado e deliberado pelo próprio Conselho da Cidade.

§ 1º. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV deve conter todas as possíveis implicações do projeto para a estrutura ambiental e urbana em torno do empreendimento.

§ 2º. De posse do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, o Poder Público fará as reivindicações necessárias para minorar, compensar ou mesmo eliminar os impactos negativos do projeto sobre o espaço da cidade, ficando o empreendedor responsável pelos ônus daí decorrentes.

§ 3º. Antes da concessão de licença para atividades potencialmente geradora de modificações urbanas, o interessado deverá publicar em periódico de circulação local, um resumo de intenções,

indicando a atividade principal e sua localização.

§ 4º. O Conselho da Cidade instituirá Regimento deliberativo sobre os procedimentos de identificação e exigências, das tipologias de empreendimentos passíveis da elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 48 O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população, residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir no que couber, a análise e proposição de soluções para as seguintes questões:

I. adensamento populacional e valorização imobiliária causados pelo grau de atratividade do empreendimento;

II. potencialidade de concentração de atividades similares na área;

III. impacto sócio-econômico na população local;

IV. influência na modificação de usos e atividades na ocupação do entorno;

V. influência sobre áreas de interesse cultural e ambiental, sobre a paisagem e os patrimônios municipais;

VI. acréscimo de demanda direta e indireta por sistemas de infraestrutura urbana e saneamento básico;

VII. demanda por transporte coletivo, vagas para estacionamento, carga e descarga de mercadorias;

VIII. acessibilidade e mobilidade urbanas;

IX. ampliação do fluxo viário de acesso e transição para o empreendimento;

X. demanda indireta por equipamentos urbanos na sua área de impactação;

XI. potencialidade de poluição sonora, atmosférica e hídrica do empreendimento;

XII. potencialidade de periculosidade e incomodidade do empreendimento;

XIII. indicação das medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos.

Art. 48 O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, poderá solicitar como condição para aprovação do projeto:

I. alterações e complementações no mesmo;

II. execução no empreendimento de medidas mitigadoras de eventual poluição, periculosidade ou incomodidade;

III. execução de melhorias na infra-estrutura urbana, saneamento básico e em equipamentos comunitários;

IV. execução de melhorias no sistema viário impactado;

V. disponibilização de habitação de interesse social em seu entorno;

VI. dotação de equipamentos sociais, mesmo que em outras áreas da Cidade;

VII. disponibilização de cotas de emprego e cursos de capacitação profissional;

VIII. adoção e manutenção de praças, áreas verdes ou similares.

§ 1º. As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento, devidamente analisadas pela Secretaria de Planejamento Urbano e sua aprovação deliberada pelo Conselho da Cidade.

§ 2º. A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º. O Certificado de Conclusão da Obra ou Alvará de Funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das condições exigidas para tanto pelo Poder Público Municipal.

Art. 48 Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV/RIV, que ficarão disponíveis para consulta na Secretaria de Planejamento Urbano, para qualquer interessado.

§ 1º. Será disponibilizado para cópias o EIV/RIV, quando solicitados pelos moradores da área afetada ou suas Associações.

§ 2º. O Conselho da Cidade deliberará sobre a realização de audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que

sugerida, na forma da Lei, por moradores da área afetada ou suas Associações.

SEÇÃO XVII

DA INSTITUIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - uca

Art. 48 Entende-se por Unidades de Conservação, as áreas no Município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental, ou destinadas ao uso público e legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, às quais se aplicam garantias de conservação, proteção ou utilização pública.

Art. 49 Lei específica criará o Sistema de Unidades de Conservação, assim compreendido como o conjunto de Unidades Municipais instituídas pelo Poder Público, classificadas e caracterizadas de acordo com a legislação pertinente.

TÍTULO V

DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO

Art. 48 O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é o conjunto de Órgãos, Secretarias, Conselhos e Serviços Públicos, combinados pela organização coadunada entre os poderes públicos constituídos e a sociedade civil organizada e voltados à condução de um processo contínuo de desenvolvimento das políticas públicas, de forma dinâmica e flexível, para o planejamento e gestão eficientes das diretrizes urbanas.

CAPÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 48 Entende-se por gestão democrática, a atuação de instâncias de participação dos cidadãos nos processos de planejamento, tomada de decisão e controle das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público constituído delega e garante o seu direito de decisão.

Art. 49 É assegurada a participação de todas as entidades da sociedade civil organizada, bem como daqueles que tiverem interesse, em quaisquer das políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e prioridades contidas neste Plano, de modo a aprofundar este controle direto das atividades e do pleno exercício da cidadania.

Art. 50 São objetivos do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I. instituir canais de participação da sociedade na gestão municipal das políticas urbanas;
- II. integrar os órgãos e entidades municipais afins ao desenvolvimento urbano;
- III. buscar a transparência e democratização dos processos de tomadas de decisão sobre assuntos de interesse público;
- IV. instituir mecanismos permanentes e sistemáticos de discussões públicas para o detalhamento, implementação, revisão e atualização dos rumos da política urbana municipal.

Art. 48 São diretrizes do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I. ampliação da rede institucional envolvida com o planejamento e a gestão da política urbana, para promover maior articulação e integração entre os setores sociais;
- II. ampliação do quadro de servidores municipais voltados para atuação no planejamento e gestão do desenvolvimento territorial mediante concurso público para o preenchimento de cargos de natureza técnica e administrativa;
- III. aprimoramento constante dos servidores responsáveis pelo planejamento e gestão do desenvolvimento territorial, com ênfase na atualização do conhecimento dos conteúdos relativos à gestão urbana e à perspectiva de abordagem integrada do ambiente urbano;
- IV. sistematização da informação de modo a favorecer o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano e ambiental.

Art. 48 Para fins desta Lei, entende-se por instrumentos de democratização da gestão municipal aqueles que têm por objetivo promover a gestão municipal descentralizada e participativa, quais sejam:

- I. órgãos colegiados de política urbana;
- II. debates, audiências e consultas públicas;
- III. conferências;
- IV. conselhos;
- V. seminários e encontros específicos;
- VI. subscrição de iniciativa popular para projeto de Lei;
- VII. outros espaços consultivos provocados pelo Poder Público Municipal.

Art. 48 A informação e divulgação acerca da realização de Debates, Conferências e Audiências Públicas, será garantida através de veiculação pelos meios de comunicação local, tais como jornais impressos, internet, estações de rádio e televisão, podendo ainda ser utilizados outros meios, desde que obrigatoriamente assegurados os constantes neste artigo.

Art. 49 As informações e conclames referentes à divulgação destes eventos deverão ser noticiados com no mínimo quinze dias de antecedência.

§ único. Para conhecimento mínimo do conclame, deverá constar a informação do local, do dia, do horário e do tema a ser tratado no respectivo evento.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

Art. 48 A Prefeitura do Município de Maracajá deverá implantar e manter o Sistema de Informações Geográficas Municipal, que possibilite o monitoramento de dados sobre o território maracajaense.

§ único. Este Sistema de Informações estará vinculado à estrutura da Secretaria de Planejamento.

Art. 48 O Sistema de Informações Geográficas – SIG deverá conter necessariamente:

- I. a delimitação precisa das Macrozonas, zonas urbanas ou unidades territoriais de planejamento, além dos perímetros legais e políticos do município;
- II. o mosaico de informações sócio-econômicas do município, devidamente ilustradas, em especial as de densidade demográfica e faixa etária;
- III. o conjunto de informações geo-ambientais do município;
- IV. os cadastros que contenham a relação de equipamentos urbanos públicos, equipamentos sociais, o cadastro imobiliário, vazios urbanos, áreas verdes, sistemas viários, rede de transporte público coletivo, infra-estrutura de serviços e saneamento básico, estabelecimentos produtivos e a configuração espacial da área rural;
- V. os parâmetros da legislação urbanística vigente, em especial as Leis Municipais de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, do Parcelamento do Solo Urbano, do Perímetro Urbano e do Código de Obras.

Art. 48 Para garantir a sua gestão democrática, o Poder Executivo manterá permanentemente atualizado o Sistema de Informações Geográficas, de acordo com as seguintes diretrizes:

- I. assegurando o acesso a consulta dos dados do Sistema de Informações, em especial aos Conselhos, entidades representativas de participação popular e instâncias de participação e representação regional, por meio de publicação direta ou da página eletrônica da Prefeitura Municipal, sem prejuízo a quaisquer outros meios de caráter popular;
- II. atendendo aos princípios da simplicidade, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- III. garantindo o direito à ampla informação a qualquer interessado, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 48 Os agentes públicos e privados, em especial as concessionárias de serviços públicos que desenvolvem atividades no Município, deverão manter atualizado o conjunto das informações pertinentes a sua ação, encaminhando-as para a Secretaria de Planejamento Municipal.

Art. 49 Competirá a Secretaria de Planejamento organizar o Sistema de Informações e providenciar a compatibilização de todos os preceitos e sistemas setoriais dos demais gestores públicos, construindo um arcabouço de dados indutores dos processos de

tomada de decisão quanto às políticas públicas municipais.

Art. 50 Configuram ainda ações estratégicas pertinentes a organização do Sistema de Informações Geográficas do Município:

I. classificar e reagrupar as bases de dados existentes e demais classes de informações para migração e armazenamento em banco de dados apropriado;

II. elaborar a base cartográfica digital do território municipal, em escalas variáveis a partir de 1:50.000 (um para cinquenta mil), relativamente ao grau de análise das intervenções que se queira produzir;

III. compatibilizar as informações com o Cadastro Imobiliário Municipal, a Planta Genérica de Valores e Dados Censitários do IBGE;

IV. utilizar um software gerenciador de banco de dados adequado ao conjunto de informações geográficas, que possibilitem gerar alternativas estatísticas e gráficas, em apoio ao planejamento municipal estratégico;

V. adquirir uma coleção de imagens orbitais com resolução mínima de 70,00 cm (setenta centímetros) ou escala 1:20.000 (um para vinte mil);

VI. produzir e manter o cadastro único multifinalitário, com informações de natureza imobiliária, tributária, judicial, patrimonial, ambiental e outras de interesse para a gestão municipal;

VII. prever uma sistematização e acompanhamento freqüente da evolução dos resultados;

VIII. registrar todas as Leis, Decretos, Portarias, Planos, Programas, Projetos e outros documentos legais elaborados, em um sistema único de consulta por objeto de pesquisa, facilitando o acesso à temas específicos.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 48 O Planejamento Municipal dar-se-á de forma integrada, contínua e permanente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, tendo como objetivo a articulação de políticas da Administração Municipal com os interesses coletivos da população.

Art. 49 O Planejamento Municipal efetivar-se-á por meio:

I. da articulação entre os órgãos da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

II. da participação dos Conselhos Municipais, Entidades Profissionais, Sindicais e Empresariais, das Associações de Moradores e demais organizações e representações da população de Maracajá;

III. da aplicação dos instrumentos previstos nesta Lei;

IV. da implementação do Sistema de Informações;

V. da análise e avaliação periódica das diretrizes contidas no Plano Diretor.

§ único. É garantida a participação da população em todas as etapas do processo de planejamento e gestão urbana.

Art. 48 O processo municipal de planejamento deve promover:

I a revisão completa e periódica do Plano Diretor em no máximo a cada 10 (dez) anos, na forma da Lei;

II a adequação do Plano Diretor e da legislação urbanística, sempre que necessário;

III a atualização e disseminação das informações de interesse do município;

IV o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, e da promoção do bem estar dos habitantes do município;

V a participação democrática popular.

§ único. As Propostas de alteração deste Plano Diretor deverão ser apreciadas em Conferência Pública e pelo Conselho Municipal da Cidade.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

Art. 48 A Participação Popular objetiva valorizar e garantir o envolvimento dos munícipes, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas e sócio-culturais da comunidade.

Art. 49 A garantia da participação dos cidadãos, responsabilidade do governo municipal, tem por objetivos:

I. a socialização da pessoa e a promoção do seu desenvolvimento

integral como indivíduo e membro da coletividade;

II. o pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública;

III. a permanente valorização e aperfeiçoamento do Poder Público como instrumento a serviço da coletividade.

Art. 48 É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática das políticas urbanas, mediante as seguintes instâncias de participação:

I. Conferência Municipal da Cidade;

II. Conselho Municipal da Cidade;

III. Audiências e Consultas Públicas.

Art. 48 São diretrizes e ações estratégicas para incentivar e garantir a participação popular:

I. valorizar as entidades organizadas e representativas como legítimas interlocutoras da comunidade, respeitando a sua autonomia política;

II. fortalecer os Conselhos Municipais, sobre decisões e ações do governo municipal, relativamente as questões objeto desta Lei;

III. promover cursos e seminários com vistas à capacitação dos conselheiros;

IV. apoiar e promover instâncias de debates abertos e democráticos sobre temas de interesse da comunidade;

V. elaborar e apresentar os orçamentos públicos de forma a facilitar o entendimento e o acompanhamento pelos munícipes;

VI. assegurar acessibilidade ao Sistema Municipal de Informações.

SEÇÃO I

DA CONFERÊNCIA DA CIDADE

Art. 48 A Conferência Municipal da Cidade conforma evento público e aberto à participação de qualquer cidadão, que acontecerá ordinariamente a cada 02 (dois) anos, nos anos ímpares e com os seguintes objetivos:

I. promover debates sobre matérias da política de desenvolvimento urbano e ambiental do Município;

II. sugerir ao Poder Executivo Municipal ajustamentos nas políticas do Plano Diretor, quanto aos objetivos, diretrizes, planos e projetos urbanos;

III. definir propostas de alterações no Plano Diretor e em legislação urbanística, a serem consideradas quando de sua revisão no prazo decenal.

§ único. A Conferência Municipal da Cidade deverá ser regulamentada em Regimento próprio, em associação as instâncias correlatas superiores e por deliberação do Conselho da Cidade.

Art. 48 A Conferência Municipal da Cidade é evento vinculado as Conferências Federal e Estadual da Cidade, articulada por estas em seus propósitos e indicando por sua representação firmada, os interesses municipais diante destes fóruns superiores deliberativos.

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Art. 48 Fica criado o Conselho Municipal da Cidade como órgão autônomo, permanente, consultivo e normatizador, com funções fiscalizadoras no âmbito de sua competência.

Art. 49 O Conselho Municipal da Cidade deve integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Planejamento, conservando sua autonomia e independência no exercício de suas funções.

§ único. A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal visa à disponibilização do suporte administrativo, operacional e financeiro necessário para sua implantação e pleno funcionamento.

Art. 48 São atribuições do Conselho Municipal da Cidade:

I. elaborar e aprovar o seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros;

II. dar encaminhamento às deliberações da Conferência Municipal da Cidade, em articulação com os Conselhos Estadual e Nacional da Cidade;

III. articular discussões para o aprimoramento do Plano Diretor;

IV. opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando couber;

V. emitir parecer sobre propostas de alteração da Lei Geral do Plano

Diretor e as demais que a compõem, descritas no artigo quarto desta Lei;

VI. acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento municipal, inclusive os planos setoriais;

VII. emitir parecer sobre projetos de lei de interesse da política urbana e regulamentações, antes do seu encaminhamento a Câmara Municipal;

VIII. analisar e emitir parecer sobre Estudos de Impacto de Vizinhança e solicitar ao órgão ambiental competente, parecer sobre Estudos de Impacto Ambiental, no território do município;

IX. emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei no 10.257, de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento municipal;

X. promover a cooperação entre os governos da União, do Estado, do Município e a sociedade civil na formulação e execução da política de desenvolvimento municipal;

XI. estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede municipal de órgãos colegiados municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável.

§ único. Fica facultado ao Conselho Municipal da Cidade promover a realização de seminários ou encontros, municipal ou regional, sobre temas de sua agenda, bem como estudos sobre a definição de convênios na área de desenvolvimento urbano sustentável e da propriedade urbana, a serem firmados com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados.

Art. 48 O Conselho Municipal da Cidade será composto por 10 (dez) membros efetivos e seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos.

§ 1º. A composição do Conselho Municipal será na proporcionalidade de 60% (sessenta por cento) de membros da sociedade civil e 40% (quarenta por cento) dos Setores Públicos do Município, do Estado e da Federação quando disponibilizados.

§ 2º. A sua composição deverá conter necessariamente, representantes dos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, entidades de movimentos populares, entidades empresariais, entidades de trabalhadores, entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e organizações não-governamentais, quando se apresentarem no quadro de instituições atuantes no território do Município de Maracajá.

§ 3º. Os membros do Conselho Municipal da Cidade e os seus suplentes devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada qualquer vantagem de natureza pecuniária.

Art. 48 O Conselho Municipal da Cidade será presidido pelo Secretário de Planejamento ou, na sua ausência, a quem o mandatário designar e terá a seguinte composição:

I. três representantes do Setor Público municipal;

II. um representante do Setor Público Estadual e Federal;

III. dois representantes de entidades da área dos movimentos populares;

IV. um representantes de entidades da área empresarial;

V. um representantes de entidades da área de trabalhadores;

VI. um representantes de entidades da área profissional, acadêmica e de pesquisa;

VII. um representantes de organizações não-governamentais.

§ 1º. Os representantes de que trata o inciso I serão indicados pelos titulares do Poder Público Municipal.

§ 2º. Os representantes de que tratam o inciso II, serão indicados pelos titulares dos órgãos existentes no município.

§ 3º. Os representantes de que tratam os incisos III, IV, V, VI e VII serão indicados pelos dirigentes das entidades representadas.

Art. 48 O Regimento Interno elaborado e aprovado por Resolução própria do Conselho, em sua primeira reunião, estabelecerá a dinâmica de indicação de cada setor representativo do Conselho.

§ 1º. O Conselho da Cidade deliberará mediante Resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo o seu Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

§ 2º. O regimento interno será aprovado na forma definida por

resolução e será modificado somente mediante aprovação de dois terços do Conselho.

SEÇÃO III

DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 48 As Audiências Públicas são institutos de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando a legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em Lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual.

§ único. As Audiências ou Consultas Públicas serão promovidas pelo Poder Público para garantir a gestão democrática da cidade, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal nº. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 49 Serão realizadas Audiências ou Consultas Públicas nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades de significativo impacto urbanístico ou ambiental com efeitos potencialmente danosos em seu entorno, e nos demais casos que forem de interesse público relevante.

§ 1º. Todos os documentos relativos aos temas das Audiências ou Consultas Públicas serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de quinze dias da data da realização da respectiva audiência pública.

§ 2º. As intervenções realizadas em Audiência Pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, devendo o Conselho reter para seu acervo, uma cópia da lavratura da Ata de Realização da Audiência.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48 Este Plano Diretor, conjuntamente as Leis Complementares e demais instrumentos de política urbana municipal, deverão ser revistos pelo menos a cada 10 (dez) anos, por iniciativa do Poder Público e sob inspeção e instigação do Conselho da Cidade.

§ 1º. As Leis complementares instituídas no artigo quarto da presente Lei, deverão ser regulamentados no prazo máximo de 01 (um) ano, contado a partir da data da publicação desta Lei.

§ 2º. Os instrumentos de política urbana municipal, instituídos por este Plano deverão ser regulamentados no prazo máximo de 04 (quatro) anos, contados da data da publicação desta Lei.

Art. 49 O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, faculdades, demais órgãos e entidades públicas, bem como entidades da sociedade civil, sem prejuízo de outras formas de divulgação, impressa ou eletrônica.

Art. 50 No vácuo temporal estabelecido entre a promulgação desta Lei e a de suas Leis complementares, fica assegurada a validade dos institutos firmados pelo Poder Público Municipal, desde que em concordância plena com as legislações estaduais e federais correlatas ao assunto em questão.

§ único. As aprovações e licenças expedidas nestes casos, em contradição ao novo estabelecimento, terão o prazo de 90 (noventa dias) após a promulgação da Lei Complementar específica que a desabone para terem a sua execução efetivada, caindo em desuso logo ao fim deste prazo.

Art. 51 Competirá ao Agente Público e ao Secretário de Planejamento conjuntamente, a responsabilidade técnica pela expedição das licenças e aprovações nestas circunstâncias.

§ único. O entendimento por parte do Poder Público, quanto a eventuais prejuízos para as políticas municipais de planejamento, por incompatibilidade com os princípios expressos nesta Lei, lhe atribui a prerrogativa de negar o pedido de licença ou aprovação, independentemente do pressuposto no artigo anterior.

Art. 52 A transgressão do exposto nesta Lei do Plano Diretor pelos Agentes Públicos e coniventes, caracterizará infração e enquadramento no ordenamento jurídico pertinente.

Art. 53 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 54 Revogam-se todas as disposições contrárias a esta Lei.

Município de Maracajá/SC, 23 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 23 de Novembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

ANEXO 01
Mapa do Macrozoneamento Municipal

PORTARIA 475/2016

PORTARIA Nº 475 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 51 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais: Dilnei Fausto Borges, Maria Helena Pereira Marques e Diomar de Souza Machado Júnior, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Licitação, com competência para processar e julgar habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e as propostas de preços das Licitações processadas pela Prefeitura Municipal de Maracajá e seus Fundos, com vigência até 31/12/2016, em caráter não exclusivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Novembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal 16 de Novembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 830/2016

DECRETO Nº 830, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Confere estabilidade decorrente de gravidez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A estabilidade decorrente da gravidez em até 5 (cinco) meses após o parto, conforme o Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição da República e o Art. 10, Inciso II, Alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, em até 5 (cinco) meses após o parto da servidora municipal SONIA PROVIN DEON, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.990/2016

LEI Nº 3.990, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Maravilha/SC para o exercício de 2017.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Município de Maravilha para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$: 65.450.124,40 (Sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta centavos) e compreende o Poder Executivo Municipal, seus Órgãos e Fundos e o Poder Legislativo.

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 73.039.524,40
 - 1.1. Receita Tributária R\$ 12.640.000,00
 - 1.2. Receita de Contribuições R\$ 1.200.000,00
 - 1.3. Receita Patrimonial R\$ 500.000,00
 - 1.4. Receita Agropecuária R\$ 120.000,00
 - 1.5. Transferências Correntes R\$ 57.349.524,40
 - 1.6. Outras Receitas Correntes R\$ 1.230.000,00
 - 1.7. (-) Dedução P/ Formação do FUNDEB R\$ (7.589.400,00)

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 0,00
 - 2.1. Operações de Crédito R\$ 0,00
- TOTAL R\$ 65.450.124,40

§ 2º A Despesa da Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- 01 - Câmara Municipal de Vereadores R\$ 2.805.000,00
 - 02 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.062.035,50
 - 03 - Secretaria do Planej. Administração e Fazenda R\$ 7.104.775,00
 - 04 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto R\$ 18.972.640,00
 - 05 - Secretaria da Saúde e Saneamento R\$ 16.269.400,00
 - 06 - Secretaria dos Transportes, Obras e Urban. R\$ 6.129.649,50
 - 07 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente R\$ 6.541.610,00
 - 08 - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo R\$ 2.469.850,00
 - 09 - Secretaria de Assistência Social R\$ 3.936.344,40
 - 99 - Reserva de Contingência R\$ 158.820,00
- TOTAL R\$ 65.450.124,40

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

- 01 - Legislativa R\$ 2.805.000,00
 - 04 - Administração R\$ 4.306.810,50
 - 06 - Segurança Pública R\$ 755.000,00
 - 08 - Assistência Social R\$ 3.736.344,40
 - 10 - Saúde R\$ 16.269.400,00
 - 12 - Educação R\$ 16.996.760,00
 - 13 - Cultura R\$ 987.940,00
 - 15 - Urbanismo R\$ 5.704.649,50
 - 16 - Habitação R\$ 200.000,00
 - 18 - Gestão Ambiental R\$ 95.000,00
 - 20 - Agricultura R\$ 6.386.610,00
 - 22 - Indústria R\$ 1.710.000,00
 - 23 - Comércio e Serviços R\$ 819.850,00
 - 26 - Transporte R\$ 130.000,00
 - 27 - Desporto e Lazer R\$ 987.940,00
 - 28 - Encargos Especiais R\$ 3.400.000,00
 - 99 - Reserva de Contingência R\$ 158.820,00
- TOTAL R\$ 65.450.124,40

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

- 0001 - Processo Legislativo R\$ 2.805.000,00
- 0002 - Administração Superior R\$ 1.062.035,50
- 0003 - Planejamento Urbano R\$ 460.000,00
- 0004 - Administração Geral R\$ 2.414.775,00
- 0005 - Fortalecimento do Municipalismo R\$ 320.000,00
- 0006 - Administração Financeira R\$ 510.000,00
- 0007 - Educação para a Cidadania R\$ 16.996.760,00
- 0008 - Esporte e Lazer R\$ 987.940,00

0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura R\$ 987.940,00
0010 - Saúde para Todos R\$ 16.269.400,00
0011 - Serviços Urbanos R\$ 5.999.649,50
0012 - Estradas Vicinais R\$ 130.000,00
0013 - Agricultura Fortalecida R\$ 6.446.610,00
0014 - Preservação do Meio Ambiente R\$ 95.000,00
0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio R\$ 2.295.000,00
0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal R\$ 174.850,00
0017 - Programas Sócio-Educativos R\$ 3.201.762,80
0018 - Desenvolvendo a Cidadania R\$ 534.581,60
0019 - Morar Melhor R\$ 200.000,00
0000 - Encargos Gerais R\$ 3.400.000,00
0099 - Reserva de Contingência R\$ 158.820,00
TOTAL R\$ 62.645.124,10

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ENTIDADE: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

DESPESAS CORRENTES R\$ 56.281.760,52
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 31.799.400,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$ 55.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 24.427.360,52

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 6.204.543,88
4.4.00.00 - Investimentos R\$ 5.379.543,88
4.5.00.00 - Inversões Financeiras R\$ 715.000,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 110.000,00

9.9.99.99 - Reserva de Contingência R\$ 158.820,00

Total da Entidade R\$ 62.645.124,40

ENTIDADE: 02 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.984.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.510.000,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$ 0,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 474.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 821.000,00
4.4.00.00 - Investimentos R\$ 821.000,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras R\$ 0,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 0,00

Total da Entidade R\$ 2.805.000,00
TOTAL GERAL R\$ 65.450.124,40

Art. 2º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Para efeitos desta Lei, entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, todos os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos".

§ 3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada

projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares e especiais, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - O Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único. Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares e especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 7º Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 8º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 7 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.991/2016

LEI Nº 3.991, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 3.340.268,65 (Três milhões, trezentos e trezentos e quarenta mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**03.01 – Diretoria Geral do Planejamento****15 – Urbanismo****15.121 – Planejamento e Orçamento****15.121.0003 – Planejamento Urbano****15.121.0003.2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE PLANEJAMENTO**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 80.000,00****03.02 – Diretoria Geral da Administração****04 – Administração****04.122 – Administração Geral****04.122.0004 – Administração Geral****04.122.0004.2.006 – MODERNIZAÇÃO E MANUT. DOS SERVIÇOS DE ADM. GERAL**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 250.000,00****04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino****12 – Educação****12.361 – Ensino Fundamental****12.361.0007 – Educação para a Cidadania****12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 400.000,00****12.365 – Educação Infantil****12.365.0007 – Educação para a Cidadania****12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL**

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 400.000,00****3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 100.000,00****05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE****05.01 – Fundo Municipal de Saúde****10 – Saúde****10.301 – Atenção Básica****10.301.0010 – Saúde para todos****10.301.0010.2.026 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE SAÚDE**

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 650.000,00****10.301.0010.2.132 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA: ESF, SB, NASF, EMAD, PMAQ E ACS**

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 500.000,00****10.302 – Assistência Hospital e Ambulatorial****10.302.0010 – Saúde para todos****10.302.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX.-GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMÚ, CEO E PLANTÃO MÉDICO**

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 200.000,00****3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 300.000,00****10.304 – Vigilância Sanitária****10.304.0010 – Saúde para Todos****10.304.0010.2.134 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA**

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00****06.00 – SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO****06.01 – Departamento de Urbanismo****15 – Urbanismo****15.452 – Serviços Urbanos****15.452.0011 – Serviços Urbanos****15.452.0011.2.035 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 168.268,65****08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO****08.01 – Depto. da Indústria e Comércio****22 – Indústria****22.661 – Promoção Industrial****22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio****22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA IND. COMERCIO E TURISMO**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 42.000,00****09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL****09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social****08 – Assistência Social****08.244 – Assistência Comunitária****08.244.0017 – Programas Socioeducativos****08.244.0017.2.141 – SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes**3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 200.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**01.01 – Câmara Municipal de Vereadores****01 – Legislativa****01.031 – Ação Legislativa****01.031.0001 – Processo Legislativo****01.031.0001.1.002 – AMPLIAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 450.000,00

01.031.0001.1.003 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 90.000,00

01.031.0001.2.001 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS: FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 60.000,00

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

04 – Administração

04.122 – Administração Geral

04.122.0002 – Administração Superior

04.122.0002.1.004 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O GAB. DO PREFEITO, VICE, ASS. JUR. E IMPRENSA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 40.263,50

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA

03.05 – Encargos Gerais do Município

28 – Encargos Especiais

28.841 – Refinanciamento da Dívida Interna

28.841.0000 – Encargos Especiais

28.841.0000.0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DÍVIDA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.2.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$: 55.000,00

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.6.00.00 – Amortização/Refinanciamento da Dívida

4.6.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 120.000,00

28.846 – Outros Encargos Especiais

28.846.0000 – Encargos Especiais

28.846.0000.0.002 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$: 100.000,00

28.846.0000.0.004 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SETENÇAS JUDICIAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$: 250.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 84.467,57

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.1.023 – CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino

Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00

12.361.0007.1.070 – AMPLIAÇÃO DE REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 199.851,26

12.361.0007.1.090 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS EQUIP. DE INFORMÁTICA E ELETRODOMESTICOS P/ ESCOLAS

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 44.660,00

12.361.0007.1.091 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 75.000,00

12.361.0007.2.017 – CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E PROFIS- SIONAIS

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 33.112,54

12.365 – Educação Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.1.021 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUT. DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 70.000,00

12.364 – Ensino Superior

12.364.0007 – Educação para a Cidadania

12.364.0007.2.020 – APOIO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Instit. Privadas s/fins lucrativos R\$: 12.000,00

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.1.032 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DO PREDIO DO MUSEU MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 28.002,90

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.1.029 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 13.247,00

13.392.0009.2.025 – AMPLIAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 6.104,00

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.1.035 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 180.000,00

10.301.0010.1.036 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 199.591,20

10.301.0010.2.135 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 250.000,00

10.301.0010.2.136 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

06 – Segurança Pública

06.181 – Policiamento

06.181.0011 – Serviços Urbanos

06.182.0011.2.137 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – DEFESA CIVIL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 37.131,68

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 9.637,00

15 – Urbanismo

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.1.039 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

26 – Transporte

26.782 – Transporte Rodoviário

26.782.0012 – Estradas Vicinais

26.782.0012.1.041 – CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 35.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Fundo Mun. Desenvolvimento Agropecuário

18 – Gestão Ambiental

18.541 – Preservação e Conservação Ambiental

18.541.0013.1.045 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 25.000,00

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 5.000,00

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.047 – INSTALAÇÃO PROGRAMA INTERNET E TELEFONIA RURAL (CIDADE DIGITAL)

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

20.606.0013.1.049 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 13.000,00

20.606.0013.1.133 – CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 40.000,00

20.606.0013.2.115 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 150.000,00

23 – Comércio e Serviços

23.606 – Extensão Rural

23.606.0013 – Agricultura Fortalecida

23.606.0013.2.109 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FEIRAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

18 – Gestão Ambiental

18.541 – Preservação e Conservação Ambiental

18.541.0014 – Preservação do Meio Ambiente

18.541.0014.2.049 – MAPEAMENTO E PROTEÇÃO DE FONTES

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 49.000,00

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

08.01 – Departamento Da Indústria e Comércio

22 – Industrial

22.661 – Promoção Industrial

22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.1.054 – INCENTIVOS A INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO D EMPRESAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.5.00.00 – Inversões Financeiras

4.5.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 46.000,00

22.661.0015.1.055 – PLANEJAMENTO DA ÁREA INDUSTRIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 120.000,00

23 – Comércio e Serviços

23.691 – Promoção Comercial

23.691.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.051 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 44.200,00

23.691.0015.2.052 – REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

23.691.0015.2.103 – IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 25.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Munic. De Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 100.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 7 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 9/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:
Procedimento Licitatório Nº 9/2016

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Aquisição de um automóvel novo para a Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha.

ADJUDICADOS: DE MARCO LTDA – CNPJ nº 84.584.556/0012-15

para o item acima citado.

Maravilha-SC, 07 de dezembro de 2016.

Sérgio Bourscheid - Presidente.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 29.2016 (FMS) - MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, **Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE**, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Interino, **Sr. VANDERLEI SASSE**, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016**, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve **REGISTRAR** os valores oferecidos referentes a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)**, ao longo de 12 (doze) meses conforme consta no **Anexo II** do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR ROBSON TACIANO DA SILVA	83.157.032/0001-22
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLEITON ANDRE WAGNER	00.802.002/0001-02
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR RAFAEL GUSTAVO KOHLER	03.033.589/0001-12
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR WALDIR JACOBI	01.306.465/0001-38
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCOS ANTONIO LOBO	03.505.263/0001-40
PROHOSPITAL SUL LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR LUIZ CARLOS DOS SANTOS	05.077.346/0001-01
STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR RODRIGO TRUFFA DA COSTA	24.768.176/0001-56

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)** em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

FORNECEDOR: 31992 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	ÁGUA DEIONIZADA - ÁGUA DEIONIZADA PARA AUTOCLAVE. APRESENTAÇÃO: GALÃO DE 5 LITROS.	GALAO	CAITHEC	100	6,05	605,00
17	COLAGENASE MONO 1,2 U/G. USO TÓPICO	BISNAGA	CRISTALIA	560	14,90	8.344,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DA ENTREGA.					
23	CURATIVO PARA A PELE DE FILME PLÁSTICO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO HIPOALÉRGICO, FIBRAS SINTÉTICAS, ABSORVENTE, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,9X7,6CM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS DE 40 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, JOHNSON & JOHNSON. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	HIGIE TOP	30	4,45	133,50
24	CURATIVO PARA A PELE DE FILME PLÁSTICO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO HIPOALÉRGICO, FIBRAS SINTÉTICAS, ABSORVENTE, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,2X2,2CM (DE FORMATO QUADRADO OU REDONDO). APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 500 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, JOHNSON & JOHNSON. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	CIEX	10	7,95	79,50
28	FIO DE NYLON 3-0 - FIO DE NYLON 3-0 MONOFILAMENTOPRETO - ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL-CLASSE II, 45CM, MT1/2 CIRCULAR. TRG 3,0CM. CUTICULAR, CAIXAS COM 24UNIDADES	CAIXA	PROCARE	12	29,00	348,00
63	PROTETOR OFTÁLMICO TAMANHO ADULTO, HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES.	CAIXA	CRAL	10	20,27	202,70
64	PROTETOR OFTÁLMICO TAMANHO INFANTIL, HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50UNIDADES.	CAIXA	CRAL	10	15,10	151,00
76	SONDA URETRAL Nº 08, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	MED SONDA	2	5,11	10,22
78	SONDA URETRAL Nº 12, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	MED SONDA	30	5,60	168,00
79	SONDA URETRAL Nº 14, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	MED SONDA	10	5,67	56,70
89	SULFADIAZINA DE PRATA, CREME DE CONCENTRAÇÃO 1%. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DA ENTREGA.	BISNAGA	PRATTI	200	3,85	770,00
93	SCALP 19 - SCALP INTRAVENOSO INDICADO PARA TERAPIA PERIFERICA, EM INFUSÕES DE CURTA PERMANENCIA. AGULHA EM AÇO INOXIDAVEL COM PAREDES FINAS, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA RIGIDAMENTE POLIDA, CÂNULA DA AGULHA COM TAMPA ASA DE FIXAÇÃO COLORIDA (PADRÃO UNIVERSAL) FIXAÇÃO DA CÂNULA DA AGULHA A ALETA REALIZADA ATRAVES DE ULTRASON, SEM COLA. TUBO DE VINIL FLEXIVEL, TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 0,65ML E 30CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR TIPO LUER LOCK, COM CONICIDADE UNIFORME E TAMPA ROSQUEAVEL PARA PERFUSÕES INTERMITENTES: ATÓXICO, APIROGENICOATRAUMATICO E DESCARTAVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PETALA OU EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM	CAIXA	MED GOLDMANN	2	14,35	28,70

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	PLASTICO TRANSPARENTE; ESTERILIZADOS EM OXIDO DE ETILENO. VALIDADE 5 ANOS APÓS ESTERILIZAÇÃO. CAIXAS COM 100 UNIDADES.					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 10.897,32						
FORNECEDOR: 44202 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
9	ANESTÉSICO SEM VASOCONSTRICOR (CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICOR 2%), SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20ML.	FRASCOS	HIPOLABOR	40	2,49	99,60
16	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GEL, GELEIA ESTÉRIL 20MG/G, PARA USO DE VIA URETRAL. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30G.	BISNAGA	PHARLAB	60	2,12	127,20
25	DETERGENTE MULTENZIMÁTICO - CONTENDO 5 ENZIMAS: DUAS PROTEASES, UMA LIPASE, UMA AMILASE E UMA CELULASE; ESTABILIZANTE, CONSERVANTE E ÁGUA, CONTÉM ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, DETERGENTE NÃO IÔNICO, BIODEGRADÁVEL, ATÓXICO, NÃO CORROSIVO, INDICADO PARA LIMPEZA MANUAL OU AUTOMÁTICA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCOS	KELLDRIN	10	17,65	176,50
33	GEL CONDUTOR UTILIZADO PARA ULTRASSONOGRAFIA, ELETROCARDIOGRAMA E SONAR. INCOLOR. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO.	FRASCOS	VIC PHARMA	18	4,52	81,36
52	MÁSCARA RESPIRADORA PFF2 OU N95, É UM RESPIRADOR SEMIFACIAL FILTRANTE. RECOMENDADO PARA POEIRAS, FUMOS E NÉVOAS CLASSE PFF2. POSSUI UM FILTRO ESPECIAL QUE IMPEDE A PASSAGEM DE MICRO-ORGANISMOS, TIPO DOBRÁVEL, TAMANHO ÚNICO, CLIP NASAL METÁLICO. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	UNID	ALDESC	20	1,62	32,40
65	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE, CAPACIDADE DE 100 LITROS. SACO NA COR BRANCO LEITOSO. APRESENTAÇÃO: PACOTES DE 100 UNIDADES.	PACOTE	RAVA	60	30,29	1.817,40
66	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE, CAPACIDADE DE 50 LITROS. SACO NA COR BRANCO LEITOSO. APRESENTAÇÃO: PACOTES DE 100 UNIDADES.	PACOTE	RAVA	60	17,79	1.067,40
72	SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) DE BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML. USO ADULTO E INFANTIL. APRESENTAÇÃO: FRASCODE 20ML.	FRASCOS	PRATI DONADUZZI	20	2,70	54,00
73	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO DE BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG/ML. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20ML.	FRASCOS	HIPOLABOR	18	0,78	14,04
86	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, CONCENTRAÇÃO 0,9%. SISTEMA FECHADO PARA USO PARENTERAL. EMBALAGEM MALEÁVEL, RESISTENTE A IMPACTOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 20 UNIDADES COM 500ML CADA.	CAIXA	BASA	80	63,20	5.056,00
87	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, CONCENTRAÇÃO 0,9%. SISTEMA FECHADO PARA USO PARENTERAL. EMBALAGEM MALEÁVEL, RESISTENTE A IMPACTOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 30 UNIDADES COM 250ML CADA.	CAIXA	BASA	100	80,40	8.040,00
88	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, CONCENTRAÇÃO 0,9%. SISTEMA FECHADO PARA USO PARENTERAL. EMBALAGEM MALEÁVEL, RESISTENTE A IMPACTOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES COM 125ML CADA.	CAIXA	BASA	400	113,50	45.400,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVOEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

92	VASELINA LÍQUIDA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO.	FRASCOS	VIC PHARMA	10	13,35	133,50
97	"SONDA FOLEY 3 VIAS Nº18, SONDA VESICAL DE DEMORA.EM LÁTEX, SILICONADA.USO EM PACIENTES SUBMETIDOS A INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS DE BEXIGA E/OU PROSTATECTOMIAS.Nº 18, 3V VIAS, DIÂMETRO (Ø): 6.0MM, 30-50MLINFORMAÇÕES SOBRE PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS.MARCA PRÉ APROVADA RUSCH."	UNID	LAMEDID-SOLIDOR-PROCARE	5	4,33	21,65
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 62.121,05						
FORNECEDOR: 56049 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
34	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 75 UNIDADES.	EMBALAG E	HIGIE TOPP	30	0,90	27,00
41	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO EXTRA P. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC,DESCARPACK,NUGARD.	CAIXA	NUGARD	270	15,20	4.104,00
42	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO G. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, NUGARD.	CAIXA	NUGARD	70	15,20	1.064,00
43	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO M. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, NUGARD.	CAIXA	NUGARD	340	15,20	5.168,00
44	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO P. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, NUGARD.	CAIXA	NUGARD	600	15,20	9.120,00
45	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 6,0. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EMENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC, MAXITEX.	EMBALAG E	MAXITEX	50	1,02	51,00
46	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 6,5. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EMENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC MAXITEX. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAG E	MAXITEX	50	1,02	51,00
47	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7,0. FABRICADA EM	EMBALAG	MAXITEX	50	1,02	51,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EMENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC, MAXITEX.	E				
48	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7,5. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EMENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC, MAXITEX.	EMBALAG E	MAXITEX	1300	1,02	1.326,00
49	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 8,0. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EMENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC, MAXITEX.	EMBALAG E	MAXITEX	50	1,02	51,00
50	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 8,5. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EMENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC, MAXITEX.	EMBALAG E	MAXITEX	35	1,02	35,70
51	MÁSCARA CIRÚRGICA DE PROTEÇÃO, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, HIPOALERGÊNICA, HIDRO-REPELENTE, NÃO INFLAMÁVEL. CLIPE NASAL REVESTIDO E DE FÁCIL AJUSTE, COM ELÁSTICO (PARA FIXAR ATRÁS DAS AURÍCULAS). APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES.	CAIXA	OLIMED	30	4,19	125,70
98	SONDA NASOENTERAL INFANTIL 08FR X 60CM COMPRIMENTO. PRODUZIDAS EM POLIURETANO, QUE SE ADAPTE FACILMENTE A ANATOMIA DO PACIENTE, COMPOSTA POR TUBO RADIOPACO EM TODA SUA EXTENÇÃO, ACOMPANHA FIO-GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA DISTAL REDUZIDA, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNID	SOLUMED	5	9,59	47,95
99	SONDA NASOENTERAL ADULTO 10FR X 105CM COMPRIMENTO. PRODUZIDAS EM POLIURETANO, QUE SE ADAPTE FACILMENTE A ANATOMIA DO PACIENTE, COMPOSTA POR TUBO RADIOPACO EM TODA SUA EXTENÇÃO, ACOMPANHA FIO-GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA DISTAL REDUZIDA, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA	UNID	SOLUMED	12	9,49	113,88
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 21.336,23						
FORNECEDOR: 64319 - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25X7. EMBALAGEM ÚNICA, DE FÁCIL ABERTURA, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK, LABOR IMPORT, SR.	CAIXA	LABOR IMPORT	10	6,61	66,10
4	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40X12. EMBALAGEM	CAIXA	LABOR IMPOR	50	6,60	330,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVOEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	ÚNICA, DE FÁCIL ABERTURA, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK, LABOR IMPORT.					
10	ATADURA 06X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, NEVE.	UNID	POLAR FIX	3800	0,26	988,00
30	FITA ADESIVA HOSPITALAR, DE COLORAÇÃO BRANCA. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 16MMX50M. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, MISSNER.	ROLO	MISSNER	150	2,30	345,00
32	FRASCO PARA DIETA ENTERAL, TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 300ML, GRADUA DO NOS DOIS LADOS A CADA 50ML CRESCENTE E DECRESCENTE, ATÓXICO, POSSUI ETIQUETA ADESIVA PARA IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PACIENTE, DE USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 300ML.	FRASCOS	BIOBASE	250	0,69	172,50
74	SONDA DE ASPIRAÇÃO ENDOTRAQUEAL, TAMANHO 12. PRODUZIDA EM MATERIAL SILICONADO, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	MED SONDA	300	6,13	1.839,00
75	SONDA DE ASPIRAÇÃO ENDOTRAQUEAL, TAMANHO 14. PRODUZIDA EM MATERIAL SILICONADO, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	MED SONDA	500	6,24	3.120,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.860,60

FORNECEDOR: 80284 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA (ESPÁTULA DE MADEIRA), DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14CM DE COMPRIMENTO; 1,4CM DE LARGURA; 0,5MM DE ESPESSURA. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 100 UNIDADES.	PACOTE	ESTILO	95	2,90	275,50
5	ÁLCOOL ETÍLICO, CONCENTRAÇÃO 70%, HIDRATADO EM GEL, NÃO AROMATIZADO, LÍMPIDO, TRANSPARENTE E ISENTODE RESÍDUOS. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO.	FRASCOS	DGL	5	5,09	25,45
6	ÁLCOOL LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO 70%, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1000ML.	FRASCOS	VIC PHARMA	230	4,40	1.012,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

15	CLOREXIDINE ALCOÓLICO, CONCENTRAÇÃO 0,5%. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO	FRASCOS	CINORD	20	7,28	145,60
18	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, LOCAL PARADESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS. TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS, MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOALDE LIMPEZA. COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 3 LITROS. APRESENTAÇÃO:CAIXA DE 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	DESCARBOX	5	16,89	84,45
19	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, LOCAL PARADESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS. TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS, MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOALDE LIMPEZA. COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 7 LITROS. APRESENTAÇÃO:CAIXA DE 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	DESCARBOX	10	22,73	227,30
20	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, LOCAL PARADESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS. TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS, MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOALDE LIMPEZA. COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 13 LITROS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	DESCARBOX	8	29,00	232,00
22	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5X7,5CM 13 FIOS NÃOESTÉRIL COM FIO RADIOPACO. CONFECCIONADAS EM TECIDO TIPO TELA COM FIOS 100% EM ALGODÃO. CADA COMPRESSA TEM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, COM DIMENSÃO APROXIMADA DE 7,5X7,5CM QUANDO FECHADAS E 15X30CM QUANDO ABERTAS. PESO MÍNIMO DE 500G. SÃO BRANQUEADAS, ISENTAS DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTE ÓPTICO, DEXTRINA, CORRETIVOS COLORANTES, PH DE 5 A 8. POSSUI DOBRAS PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR DESPRENDIMENTO DE FIOS. EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 500 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, MEDI HOUSE, NEVE.	EMBALAG E	MEDI HOUSE	2000	18,99	37.980,00
27	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, PRODUTO DESTINADO A NUTRIÇÃO ENTERAL PONTA PERFURANTE ADAPTAVEL COM FACILIDADE EM QUALQUER TIPO DE FRASCO CAMARA DE GOTEJAMENTO E MACRO FLEXIVEL, ESTERIL E DESCARTAVEL.	UNID	MED SONDA	2000	1,14	2.280,00
29	FIO DE NYLON 4-0 - FIO DE NYLON 4-0 MONOFILAMENTOPRETO - ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL-CLASSE II, 45CM, MT1/2 CIRCULAR. TRG 3,0CM. CUTICULAR, CAIXAS COM 24UNIDADES	CAIXA	PROCARE	12	28,00	336,00
31	FIXADOR CITOLÓGICO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 100ML, SPRAY.	EMBALAG E	ADLIN	15	5,90	88,50
35	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPORE, DO TIPO	UNID	CLEAN	500	6,78	3.390,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	AUTOCONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48H, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO. COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMO RESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICRORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA MARROM PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO. CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO, QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. MARCA PRÉ-APROVADA: 3M. A EMPRESA QUE VENCER DEVE FORNECER EM COMODATA A INCUBADORA.					
37	KIT ESPÉCULO ESTÉRIL TAMANHO G, CONTENDO 1 PAR DELUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. ESTE KIT TEM A FINALIDADE DE AUXILIAR NOS PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTERIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. MARCA PRÉ-APROVADA: VAGISPEC.	KIT	ADLIN	400	2,19	876,00
38	KIT ESPÉCULO ESTÉRIL TAMANHO M, CONTENDO 1 PAR DELUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. ESTE KIT TEM A FINALIDADE DE AUXILIAR NOS PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTERIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. MARCA PRÉ-APROVADA: VAGISPEC.	KIT	ADLIN	1500	1,89	2.835,00
39	KIT ESPÉCULO ESTÉRIL TAMANHO P, CONTENDO 1 PAR DELUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. ESTE KIT TEM A FINALIDADE DE AUXILIAR NOS PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTERIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. MARCA PRÉ-APROVADA: VAGISPEC.	KIT	ADLIN	1000	1,75	1.750,00
53	MICROPORE, FITA HIPOALERGÊNICA, INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, PERMITE A PELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 25MMX10M. MARCA PRÉ-APROVADA:	UNID	MISSNER	250	1,79	447,50

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	CREMER, MISSNER.					
54	MICROPORE, FITA HIPOALERGÊNICA, INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, PERMITE A PELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 50MMX10M. MARCAPRÉ-APROVADA: CREMER, MISSNER.	UNID	MISSNER	200	2,71	542,00
55	ÓLEO CICATRIZANTE PARA FERIDAS ABERTAS COMPOSTO POR: ÁCIDO LINOLÉICO, ÁCIDO CAPRÍLICO E ÁCIDO CAPRÍCO, VITAMINAS A E E E LECITINA DE SOJA. COMPOSTOS DE HIDROGÊNIO, CARBONO E OXIGÊNIO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 200ML.	FRASCOS	HOSPDERME	300	3,99	1.197,00
57	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 8CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	HOSPFLEX	50	20,90	1.045,00
59	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 20CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	HOSPFLEX	60	51,90	3.114,00
67	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 10ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE. SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK.	CAIXA	SR	4	26,79	107,16
68	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 20ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA	CAIXA	SR	5	39,29	196,45

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE. SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK, EMBRAMAC.					
69	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 3ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE. SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK.	CAIXA	SR	18	12,86	231,48
70	SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA ACOPLADA, ATÓXICA E APIROGÊNICA. DIMENSÕES 12,7MMX0,33MM, ESCALA DE ATÉ 100 UNIDADES. GRADUADA DE 2 EM 2 UNIDADE ONDE CADA TRAÇO REPRESENTA 2 UNIDADES. A ESTERILIDADE DESTA SERINGA É GARANTIDA ATÉ QUE OS PROTETORES DAS EXTREMIDADES SEJAM REMOVIDOS OU DANIFICADOS. A SERINGA DEVERÁ ATENDER A NR32 CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, INJEX, LABOR IMPORT. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	CAIXA	SOLIDOR	160	28,80	4.608,00
77	SONDA URETRAL Nº 10, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	MED Sonda	290	5,36	1.554,40
100	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 1ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA,	UNID	LABOR IMPORT	180	0,97	174,60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE. SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.					
101	AGULHAS DESCARTÁVEIS 13X4,5. EMBALAGEM ÚNICA, DE FÁCIL ABERTURA, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK, LABOR IMPORT, SR.	UNID	SOLIDOR	500	0,07	34,50
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 64.789,89						
FORNECEDOR: 81345 - PROHOSPITAL SUL LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	ALGODÃO HIDRÓFILO CONFECCIONADO COM FIBRAS NATURAIS 100% EM ALGODÃO PURO, MACIO E ABSORVENTE. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 500G.	ROLO	FAROL	20	8,70	174,00
8	ALMOTOLIA PARA ARMAZENAGEM DE LÍQUIDOS, DOTADA DETAMPA COM ROSCA, ALONGADA E COM TAMPA. BICO RETO. COR: TRANSPARENTE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 500ML.	UNID	J.PROLAB	15	2,70	40,50
11	ATADURA 10X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO,30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. MARCA PRÉ APROVADA: CREMER, NEVE.	UNID	CREMER	4700	0,39	1.833,00
12	ATADURA 15X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO,30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE MARCA PRÉ APROVADA: CREMER, NEVE.	UNID	CREMER	6900	0,54	3.726,00
13	ATADURA 20X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO,30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO	UNID	CREMER	6000	0,69	4.140,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE MARCA PRÉ APROVADA: CREMER, NEVE.					
14	BOLSA COLETORA DE URINA EM SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE DE 2000ML. VÁLVULA ANTIRREFLUXO VERTICAL. FRENTES TRANSPARENTES COM ESCALA DE VOLUME IMPRESSA DE FORMA LEGÍVEL; PARTE DE TRÁS LEITOSA, FACILITANDO LEITURA E VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA URINA. SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA (TIPO CABIDE) E ALÇA (CORDÃO) COM APROXIMADAMENTE 40CM; TUBO EXTENSOR DE PVC COM APROXIMADAMENTE 110CM, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, ISENTO DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA-FLUXO. PONTO PARA COLETA DE URINA COM MEMBRANA DE LATEX, AUTO VEDANTE, CONECTOR UNIVERSAL COM AJUSTE PARA AS SONDAS VESICAIS, COM TAMPAS PROTETORAS ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E DESCARTÁVEIS. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM BLISTER DE FILME PLÁSTICO TERMO FORMÁVEL COM ABERTURA EM PETALA; ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO.	UNID	LABOR IMPORT	130	2,90	377,00
21	COMPRESSA DE CAMPO OPERATÓRIO 45X50CM, CONSTITUÍDO DE 4 CAMADAS DE GAZE SOBREPOSTA, CONTENDO 15 (8X7) FIOS POR CM² APROXIMADAMENTE EM CADA CAMADA, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS ATRAVÉS DO PONTO OVERLOCK, FORMATO RETANGULAR, PROVIDO DE ALÇA, CANTOS ARREDONDADOS, PESO APROXIMADO DE 40G. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 50 PEÇAS. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER.	PACOTE	CREMER	150	48,00	7.200,00
26	ELETRODOS AUTOADESIVOS PARA MONITORAÇÃO CARDÍACA. DOTADO DE PRÉ-GEL E HIPOALÉRGICO. MARCA PRÉ APROVADA: MAXICOR. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 30 UNIDADES.	PACOTE	MAXICOR	80	8,80	704,00
40	LÂMINA DE BISTURI Nº 11. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA POR EXPOSIÇÃO A RAIOS GAMA, GRANDE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO, MANTENDO-SE ESTÉREIS PRESERVANDO A INTEGRIDADE ASSÉPTICA DO PRODUTO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: SOLIDOR.	CAIXA	LABOR IMPORT	8	19,50	156,00
56	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 6CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	ZERMATT	60	18,00	1.080,00
58	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE	BOBINAS	ZERMATT	50	32,00	1.600,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

	NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 12CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.					
60	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE 23/20/1000. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 1000 FOLHAS. MARCA PRÉ-APROVADA: FLEXPEL, SAÚDE.	PACOTE	DAMAS	170	5,50	935,00
61	POMADA GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTA DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA NUM EXCIPIENTE AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO. APRESENTAÇÃO: BISNAGADE 85G.	BISNAGA	CURATEC	250	22,90	5.725,00
80	SONDA VESICAL FOLEY Nº 10, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	2	45,00	90,00
81	SONDA VESICAL FOLEY Nº 12, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	2	34,50	69,00
82	SONDA VESICAL FOLEY Nº 14, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	2	34,50	69,00
83	SONDA VESICAL FOLEY Nº 16, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	6	34,50	207,00
84	SONDA VESICAL FOLEY Nº 18, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	6	34,50	207,00
85	SONDA VESICAL FOLEY Nº 20, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	6	34,50	207,00
90	TUBETE PARA COLETA DE SANGUE, TUBO A VÁCUO 13X100MM COM GEL SEPARADOR, ASPIRAÇÃO 6ML.	UNID	LABOR IMPORT	100	0,90	90,00
91	TUBETE PARA COLETA DE SANGUE, TUBO A VÁCUO 13X75MM COM EDTA K3, ASPIRAÇÃO 4ML.	UNID	LABOR IMPORT	100	0,45	45,00
94	SCALP 21 - SCALP INTRAVENOSO INDICADO PARA TERAPIA PERIFERICA, EM INFUSÕES DE CURTA PERMANENCIA. AGULHA EM AÇO INOXIDAVEL COM PAREDES FINAS, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA RIGIDAMENTE POLIDA, CÂNULA DA AGULHA COM TAMPA ASA DE FIXAÇÃO COLORIDA (PADRÃO UNIVERSAL) FIXAÇÃO DA CÂNULA DA AGULHA A ALETA REALIZADA ATRAVES DE ULTRASON, SEM COLA. TUBO DE VINIL FLEXIVEL, TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 0,65ML E 30CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR TIPO LUER LOCK, COM CONICIDADE UNIFORME E TAMPA ROSQUEAVEL PARA PERFUSÕES INTERMITENTES: ATÓXICO, APIROGENICOATRAUMATICO E DESCARTAVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PETALA OU EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO TRANSPARENTE; ESTERILIZADOS EM OXIDO DE ETILENO. VALIDADE 5 ANOS APÓS ESTERILIZAÇÃO. CAIXAS COM 100	CAIXA	LABOR IMPORT	2	19,50	39,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
 FONE/FAX: (47) 3379-4600
 89108-000 - MASSARANDUBA - SC

UNIDADES.						
95	SCALP 23 - SCALP INTRAVENOSO INDICADO PARA TERAPIA PERIFERICA, EM INFUSÕES DE CURTA PERMANENCIA. AGULHA EM AÇO INOXIDAVEL COM PAREDES FINAS, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA RIGIDAMENTE POLIDA, CÂNULA DA AGULHA COM TAMPA ASA DE FIXAÇÃO COLORIDA (PADRÃO UNIVERSAL) FIXAÇÃO DA CÂNULA DA AGULHA A ALETA REALIZADA ATRAVES DE ULTRASON, SEM COLA. TUBO DE VINIL FLEXIVEL, TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 0,65ML E 30CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR TIPO LUER LOCK, COM CONICIDADE UNIFORME E TAMPA ROSQUEAVEL PARA PERFUSÕES INTERMITENTES: ATÓXICO, APIROGENICO/TRAUMATICO E DESCARTAVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PETALA OU EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO TRANSPARENTE; ESTERILIZADOS EM OXIDO DE ETILENO. VALIDADE 5 ANOS APÓS ESTERILIZAÇÃO. CAIXAS COM 100 UNIDADES.	CAIXA	LABOR IMPORT	2	19,50	39,00
96	SONDA URETRAL Nº 06, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	150	4,82	723,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 29.475,50						
FORNECEDOR: 256170 - STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
36	INDICADOR QUÍMICO MULTIPARAM P/VAPOR INTERNO, DO TIPO MULTIPARAMÉTRICO (CLASSE IV), QUE EFETUA A MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO NO INTERIOR DAS EMBALAGENS (CONTROLE DE PACOTE). CHECA TEMPERATURA, TEMPO E QUANTIDADE DE VAPOR, CERTIFICANDO QUE O AGENTE ESTERILIZADOR PENETROU NESSES PACOTES ATINGINDO OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS PARA EFETIVA ESTERILIZAÇÃO. FITA DE PAPEL COBERTO COM SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COLORAÇÃO QUANDO EXPOSTAS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE TEMPO E TEMPERATURA NECESSÁRIAS AO PROCESSO. DE FÁCIL LEITURA E OBJETIVO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE NO MÍNIMO 240 TIRAS.	CAIXA	SMALSTRIP	70	80,00	5.600,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.600,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 201.080,59						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 201.080,59 (DUZENTOS E UM MIL E OITENTA REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses a partir da sua assinatura não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016**.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016** e seus **Anexos**, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os itens desta ata de registro de preços deverão ser entregues pela licitante vencedora na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de **10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS** após a solicitação/emissão da ordem de compra.

4.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

4.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

4.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: **NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE.** Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá sob hipótese alguma pagamento antecipado.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.5. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos desta ata ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante desta ata. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. Aceitar acréscimos/supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.2. Entregar o objeto da licitação na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de **10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS** após a solicitação/emissão da ordem de compra.

6.2.1. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade e em perfeito estado de utilização.

6.2.2. Serão **recusados** os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.2.3. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante **deverá** reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem acarretar ônus ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

6.3. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

6.4. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

6.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.6. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

6.7. O item deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir sua segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá ser entregue juntamente ao mesmo.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

7.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

7.3. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

7.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se comprovadamente o atraso do atendimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação das detentoras para cancelamento deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016**, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC, 06 de dezembro de 2016

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
VANDERLEI SASSE
CONTRATANTE

METROMED COM DE MATERIAL
MEDICO HOSPITALAR LTDA
ROBSON TACIANO DA SILVA
CONTRATADA

ALTERMED MATERIAL MEDICO
HOSPITALAR LTDA
CLEITON ANDRE WAGNER
CONTRATADA

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
RAFAEL GUSTAVO KOHLER
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
RUA 11 DE NOVEMBRO, 2765 - CENTRO
FONE/FAX: (47) 3379-4600
89108-000 - MASSARANDUBA - SC

**DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE
PRODUTOS HOSPITALAR LTDA**

WALDIR JACOBI
CONTRATADA

**PRODUVALE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA**

MARCOS ANTONIO LOBO
CONTRATADA

PROHOSPITAL SUL LTDA

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
CONTRATADA

**STRAFER PRODUTOS MEDICO
HOSPITALARES EIRELI EPP**

RODRIGO TRUFFA DA COSTA
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 – F M S

AVISO - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL 2017

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), cumprindo com o estabelecido no art. 34 da Lei Federal 8.666/93, que constitui normas para LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público que iniciará a partir do dia 23 DE JANEIRO DE 2017 o registro e/ou renovação do cadastro de fornecedores (CRC) para habilitação das licitantes interessadas em participar dos certames realizados pela Prefeitura supracitada ao longo do exercício de 2017.

INFORMAÇÕES: Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h45min ou através dos e-mails: licitacao@massaranduba.sc.gov.br e licita@massaranduba.sc.gov.br. Massaranduba, 08 de dezembro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

DECRETO Nº. 3386 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3386 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 2.462,49 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta e Nove Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 33805 – Saúde Bucal R\$ 2.462,49

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ERRATA - LIC 53.2016 PP 40.2016 (FMS) OXIGÊNIO MEDICINAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016,

ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	CILINDRO DE 1M³ DE OXIGÊNIO PARA USO TERAPÊUTICO (O2).	60	CILINDRO	R\$22,00	R\$1.320,00

2	CILINDRO DE 3M ³ DE OXIGÊNIO PARA USO TERAPÊUTICO (O ₂) PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPÊUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS: GASOSO, INODORO, PONTO DE EBULIÇÃO EM -183° C E PONTO DE CONGELAMENTO EM -218,8° C.	200	CILINDRO	R\$18,33	R\$3.666,00
3	CILINDRO DE 10M ³ DE OXIGÊNIO PARA USO TERAPÊUTICO(O ₂) PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPÊUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS: GASOSO, INODORO, PONTO DE EBULIÇÃO EM-183° C E PONTO DE CONGELAMENTO EM -218,8° C.	1.600	CILINDRO	R\$6,60	R\$10.560,00
4	CILINDRO DE 10M ³ DE ÓXIDO NITROSO (N ₂ O), GÁS OXIDANTE, INCOLOR, NÃO INFLAMÁVEL, COM ODOR E SABOR LEVEMENTE ADOCIDADO. GÁS NÃO TÓXICO E NÃO IRRITANTE COM EFEITO ANESTÉSICO MODERADO E PODE SER INALADO MISTURADO COM OXIGÊNIO OU AR. PONTO DE EBULIÇÃO EM-88,48° C E PONTO DE FUSÃO EM -90,86° C.	100	CILINDRO	R\$43,13	R\$4.313,00
5	CILINDRO DE 4KG DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO ₂), INODORO, LIQUEFEITO, NÃO INFLAMÁVEL, DENSIDADE DE 1,87KG/M ³ , POUCO TÓXICO, PESO MOLECULAR DE 44,01G/MOL,PUREZA MÍNIMA DE 99,99% V/V. PONTO DE EBULIÇÃO EM-78,5° C E PONTO DE FUSÃO EM -55,6° C.	80	CILINDRO	R\$54,62	R\$4.369,60
6	CILINDRO DE 10M ³ DE GÁS COMPRIMIDO NITROGÊNIO (N ₂), ASPECTO INERTE, INCOLOR, INODORO, MASSA MOLECULAR 28,96G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA 99% V/V, PARA USO MEDICINAL.	100	CILINDRO	R\$18,33	R\$1833,00
TOTAL R\$ 26.061,60 (VINTE E SEIS MIL SESENTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS)					

PÁGINA 17

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	CILINDRO DE 1M ³ DE OXIGÊNIO PARA USO TERAPÊUTICO (O ₂).	60	CILINDRO	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00
2	CILINDRO DE 3M ³ DE OXIGÊNIO PARA USO TERAPÊUTICO (O ₂) PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPÊUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS: GASOSO, INODORO, PONTO DE EBULIÇÃO EM -183° C E PONTO DE CONGELAMENTO EM -218,8° C.	200	CILINDRO	R\$ 60,00	R\$ 12.000,00
3	CILINDRO DE 10M ³ DE OXIGÊNIO PARA USO TERAPÊUTICO(O ₂) PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIAR OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPÊUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS: GASOSO, INODORO, PONTO DE EBULIÇÃO EM-183° C E PONTO DE CONGELAMENTO EM -218,8° C.	1.600	CILINDRO	R\$ 12,00	R\$ 19.200,00
4	CILINDRO DE 10M ³ DE ÓXIDO NITROSO (N ₂ O), GÁS OXIDANTE, INCOLOR, NÃO INFLAMÁVEL, COM ODOR E SABOR LEVEMENTE ADOCIDADO. GÁS NÃO TÓXICO E NÃO IRRITANTE COM EFEITO ANESTÉSICO MODERADO E PODE SER INALADO MISTURADO COM OXIGÊNIO OU AR. PONTO DE EBULIÇÃO EM-88,48° C E PONTO DE FUSÃO EM -90,86° C.	50	CILINDRO	R\$ 896,00	R\$ 44.800,00

5	CILINDRO DE 4KG DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO ₂), INODORO, LIQUEFEITO, NÃO INFLAMÁVEL, DENSIDADE DE 1,87KG/M ³ , POUCO TÓXICO, PESO MOLECULAR DE 44,01G/MOL, PUREZA MÍNIMA DE 99,99% V/V. PONTO DE EBULIÇÃO EM -78,5º C E PONTO DE FUSÃO EM -55,6º C.	80	CILINDRO	R\$ 180,00	R\$ 14.400,00
6	CILINDRO DE 10M ³ DE GÁS COMPRIMIDO NITROGÊNIO (N ₂), ASPECTO INERTE, INCOLOR, INODORO, MASSA MOLECULAR 28,96G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA 99% V/V, PARA USO MEDICINAL.	100	CILINDRO	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 105.400,00 (CENTO E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)					

PÁGINA 17

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	09 DE DEZEMBRO DE 2016
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 13h00min até 13h30min
ABERTURA DO CERTAME:	14h00min

PÁGINA 01

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	20 DE DEZEMBRO DE 2016
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 07h30min até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

PÁGINA 01

Massaranduba (SC), 07 de dezembro de 2016.

CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO**ERRATA: PROCESSO LICITATÓRIO 132.2016 PP 91.2016**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016
ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2016, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016,

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QTDE	UNID.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL, CONFORME LEI Nº 1285/2011 E ITINERÁRIO ANEXO. (PREVISÃO DE: 34 ALUNOS AUXÍLIO DE 50% E 09 ALUNOS AUXÍLIO DE 100% NO PASSE. OBS: ALUNOS QUE IRÃO RECEBER AUXÍLIO DE 50% DEVERÃO FAZER O PAGAMENTO DE 50% DO PASSE DIRETAMENTE PARA A EMPRESA LICITADA.	01	ANUAL	89.520,00	89.520,00

02	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE GUARAMIRIM, CONFORME LEI Nº 1285/2011 E ITINERÁRIO ANEXO. (PREVISÃO DE: 68 ALUNOS AUXÍLIO DE 50% E 13 ALUNOS AUXÍLIO DE 100% NO PASSE. OBS: ALUNOS QUE IRÃO RECEBER AUXÍLIO DE 50% DEVERÃO FAZER O PAGAMENTO DE 50% DO PASSE DIRETAMENTE PARA A EMPRESA LICITADA.	01	ANUAL	121.320,00	121.320,00
03	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE BLUMENAU, CONFORME LEI Nº 1285/2011 E ITINERÁRIO ANEXO. (PREVISÃO DE: 87 ALUNOS AUXÍLIO DE 50% E 37 ALUNOS AUXÍLIO DE 100% NO PASSE. OBS: ALUNOS QUE IRÃO RECEBER AUXÍLIO DE 50% DEVERÃO FAZER O PAGAMENTO DE 50% DO PASSE DIRETAMENTE PARA A EMPRESA LICITADA.	01	ANUAL	335.889,99	335.889,99

PÁGINA 19

LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QTDE	UNID.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL, CONFORME LEI Nº 1285/2011 E ITINERÁRIO ANEXO. (PREVISÃO DE: 34 ALUNOS AUXÍLIO DE 50% E 09 ALUNOS AUXÍLIO DE 100% NO PASSE). OBS: ALUNOS QUE IRÃO RECEBER AUXÍLIO DE 50% DEVERÃO FAZER O PAGAMENTO DE 50% DO PASSE DIRETAMENTE PARA A EMPRESA LICITADA.	43	PASSE	R\$ 173,49	R\$ 7.460,07 (MEN-SAL)
02	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE GUARAMIRIM, CONFORME LEI Nº 1285/2011 E ITINERÁRIO ANEXO. (PREVISÃO DE: 68 ALUNOS AUXÍLIO DE 50% E 13 ALUNOS AUXÍLIO DE 100% NO PASSE. OBS: ALUNOS QUE IRÃO RECEBER AUXÍLIO DE 50% DEVERÃO FAZER O PAGAMENTO DE 50% DO PASSE DIRETAMENTE PARA A EMPRESA LICITADA.	81	PASSE	R\$ 124,81	R\$ 10.109,61
03	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE BLUMENAU, CONFORME LEI Nº 1285/2011 E ITINERÁRIO ANEXO. (PREVISÃO DE: 87 ALUNOS AUXÍLIO DE 50% E 37 ALUNOS AUXÍLIO DE 100% NO PASSE. OBS: ALUNOS QUE IRÃO RECEBER AUXÍLIO DE 50% DEVERÃO FAZER O PAGAMENTO DE 50% DO PASSE DIRETAMENTE PARA A EMPRESA LICITADA.	124	PASSE	R\$ 225,73	R\$ 27.990,52

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	15 DE DEZEMBRO DE 2016
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 07h30min até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

PÁGINA 01

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	20 DE DEZEMBRO DE 2016
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 13h00min até 13h30min
ABERTURA DO CERTAME:	14h00min

PÁGINA 01

Massaranduba (SC), 07 de dezembro de 2016.

CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO

EXTRATO DO CONTRATO 04.2016 (FASS) - CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA - ME
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO 04/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC).

CONTRATADA: CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA – ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA COM RESIDÊNCIA PROTEGIDA PARA TRATAMENTO DE PACIENTE ADOLESCENTE COM TRANSTORNOS MENTAIS.

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Vanderlei Sasse – Prefeito Interino

LEI Nº 1787/2016

LEI Nº 1787/2016

Altera a Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, que autoriza o ingresso do Município de Massaranduba no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino de Massaranduba, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Massaranduba no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências”.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Massaranduba, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.”

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.”

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.”

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.”

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.”

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.”

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.”

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas

de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante."

Art. 10 Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

"Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante

última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante."

Art. 11 Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

"Art. 10 A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante."

Art. 12 Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

"Art. 11 Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

Art. 13 Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

"Art. 12 Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos."

Art. 14 Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

"Art. 13 As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e

fiscalização dos serviços.”

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 14 No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.”

Art. 16 Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 15 No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.”

Art. 17 Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 16 Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.”

Art. 18 Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 17 Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.”

Art. 19 Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 18 O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos

78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).”

Art. 20 Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 19 As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.”

Art. 21 Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010 , com a seguinte redação:

“Art. 20 A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo Único Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.”

Art. 22 Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 21 A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.”

Art. 23 O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.”

Art. 24 O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, passa a ter a

seguinte redação:

“Art. 32

Parágrafo Único Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.”

Art. 25 O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1255, de 02 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.”

Art. 26 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 07 de Dezembro de 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 1788/2016

LEI Nº 1788/2016

Institui e autoriza a cobrança de contribuição de melhoria e dá outras providências

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Santa Catarina (trecho II), com área total de 2.110,00m², conforme Anexo I.

Parágrafo Único O custo total/orçamento a licitar no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 295.816,07 (Santa Catarina - trecho 2), tendo como fonte recurso proveniente de emenda parlamentar da União e recursos próprios do Município de Massaranduba.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que

trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Massaranduba, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 045/2011 (Código Tributário do Município de Massaranduba) e alterações.

§ 2º A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em

dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo Único A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

Art. 12 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os critérios de pagamento definidos na Lei Complementar nº 034/2010.

Art. 14 As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2011 e alterações).

Art. 15 As isenções ao pagamento da Contribuição de Melhoria obedecem ao estabelecido no art. 16 da Lei Complementar nº 034/2010.

Art. 16 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17 Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 18 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Massaranduba é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 19 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Junta de Recursos.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 20 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão do efeito de fatos já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 21 O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 22 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 23 O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 24 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 25 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 26 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Junta de Recursos, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2011 e alterações) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 27 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 28 Para os fins da aplicação desta Lei poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 29 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 45/2011 e alterações) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 30 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Massaranduba.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Massaranduba, 07 de Dezembro de 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ANEXO I

LEI Nº 1789/2016

LEI Nº 1789/2016

Denomina Via Municipal

O Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Estrada 337, passa a se denominar de Estrada GERTRUDES NART ALEXANDRE.

Art. 2º A Estrada inicia no entroncamento com a Rodovia SC 414, na localidade de Sete de Janeiro com uma extensão de 1.225,0 m.

Art. 3º Conforme Lei Complementar nº 065/2014 suas Coordenadas são:

Iniciais 697776,00 E 7049605,00 S e finais 698523,00 E 7049480,00 S.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 07 de Dezembro de 2016

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 1790/2016

LEI Nº 1790/2016

Altera e revoga artigos da Lei nº 1.735/2016, que dispõe sobre o Funcionamento do Serviço Funerário Municipal de Massaranduba, institui penalidades e dá outras providências

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O 1º da Lei nº 1.735/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Serviço Funerário Municipal, de caráter público, exercível mediante regime de concessão, consiste na prestação dos serviços ligados à organização e execução de funerárias, mediante cobrança de tarifas.”

Art. 2º Fica acrescido o § 4º ao art. 3º da Lei nº 1.735/2016, com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 1.º (...)

§ 2.º (...)

§ 3.º (...)

§ 4º Caso a empresa concessionária à qual for concedida a delegação do serviço não possuir sede ou filial no Município de Massaranduba, deverá providenciar instalação de sede ou filial no município de Massaranduba/SC no prazo improrrogável de 06 meses.”

Art. 3º O 6º da Lei nº 1.735/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Para garantia da boa qualidade na prestação do serviço e possibilidade de lucratividade mínima às delegadas, a critério

exclusivo do Município, será restringida a atividade na proporção de uma concessionária a cada 15.000 (quinze mil) habitantes.”

Art. 4º O 7º da Lei nº 1.735/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As delegações, observado o estabelecimento na presente Lei, serão concedidas por Decreto do Executivo, por prazo de 10 anos improrrogáveis.”

Art. 5º O 9º da Lei nº 1.735/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º A concessão da delegada para preenchimento de vagas existentes, obedecido ao estabelecido na presente Lei, será precedida de procedimento licitatório realizado na modalidade concorrência, atendendo as exigências da Lei 8.987/1995, em que sejam indicados os requisitos a serem preenchidos pelos concorrentes.

Parágrafo Único: (...)

I – possuir sede ou filial no Município, ou apresentar declaração de que a instalação se dará no prazo improrrogável de seis (06) meses sob pena de perda da delegação.

II – (...)

III – Apresentar comprovação de atuação no ramo de serviços funerários.

Art. 6º O inciso I e o § 1º do art. 35 da Lei nº 1.735/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35 (...)

I – Revogação, Encampação ou Caducidade da delegação;

II – (...)

III – (...)

IV – (...)

V – (...)

VI – (...)

§ 1º A declaração de caducidade da concessão implica na perda do direito à exploração dos serviços funerários no município de Massaranduba, quando ocorridas qualquer das hipóteses previstas no § 1º do art. 38 da Lei 8987/1995.

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4.º (...)

Art. 7º O art. 57 da Lei nº 1.735/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 Em qualquer das hipóteses de rescisão, caducidade ou cassação da delegação estabelecidas na presente lei, não será devida qualquer espécie de indenização às delegadas, devendo estas estarem cientes desta situação desde o momento em que se candidatarem à prestação de tal serviço.”

Art. 8º Fica revogado o art. 60 da Lei nº 1.735/2016.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 07 de Dezembro de 2016

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2016 AO CONTRATO Nº 083-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2016 (Acréscimo de valor)
Contrato nº. 083/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: LIGA ARARANGUAENSE DE FUTEBOL – LAF
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO E ARBITRAGEM DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO 2016.
Valor: R\$ 1.400,00
Data da assinatura: 07 de dezembro de 2016

EXTRATO ADITIVO Nº 007-2016 AO CONTRATO Nº 042-2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 007/2016 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato nº. 042/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.
Vigência: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Data da assinatura: 01 de dezembro de 2016

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2016 AO CONTRATO Nº 020-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2016 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato nº. 020/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: RAC – SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECEBIMENTO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE MELEIRO.
Vigência: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Data da assinatura: 01 de dezembro de 2016

EXTRATO ADITIVO Nº 006-2016 AO CONTRATO Nº 046-2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 006/2016 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato nº. 046/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando sistemas de informática e profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de dados, Software de apoio a Recuperação fiscal e Informática, visando a recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária.
Vigência: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Data da assinatura: 01 de dezembro de 2016

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0292/2016

Decreto nº 292/2016 de 07/12/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1607/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no processo Licitatório n.º. 1607/2016, Modalidade Pregão Registro de Preços 048/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto Registro de Preços para aquisição de pedrisco, composto de partículas individuais que apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substância nociva. Destinado para obras do sistema viário, logradouros públicos urbanos e manutenção das estradas vicinais, pontes, pontilhões, bueiros, melhorias da pavimentação e atendimento do programa da pavimentação pública/passeios públicos, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
GAIA RODOVIAS LTDA.	46.000,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 07 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2016-PEDRISCO-GAIA RODOVIAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1607/2016

Pregão n. 048/2016

Ata de Registro de preços n. 063/2016

Contratado: GAIA RODOVIAS

Valor: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais)

O Prefeito de Modelo/SC, torna público que formalizou Ata de Registro de Preços com a Empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado objetivando: Registro de Preços para aquisição de pedrisco, composto de partículas individuais que apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substância nociva. Destinado para obras do sistema viário, logradouros públicos urbanos e manutenção das estradas vicinais, pontes, pontilhões, bueiros, melhorias da pavimentação e atendimento do programa da pavimentação pública/passeios públicos.

Modelo (SC), 07 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: IGM ENGENHARIA LTDA ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato tem por objeto a adição de valor, conforme solicitação com parecer favorável do Engenheiro Civil do Município, apensado ao presente, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Quinta.

Da adição: fica aditado o valor de R\$ 12.780,59 (doze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos) o equivalente a 8,75% (oito vírgula setenta e cinco por cento) do valor original do contrato.

ORIGEM: Concorrência Pública nº 001/2016.

VALOR DA ADIÇÃO: R\$ 12.780,59 (doze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos).

Mondaí – SC, 07 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2014/FMS

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato 048/2014 tem por objeto a prorrogação do mesmo até o dia 29 de maio de 2017, nos termos do art. 57, § 1º Incisos I e III da Lei 8.666/93.

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2014.

VIGÊNCIA: A vigência do presente termo é a partir de 30 de dezembro de 2016 até 29 de maio de 2017.

Mondaí – SC, 06 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº. 004/2016

EXTRATO DE TERMO CONVÊNIO Nº. 004/2016.

CONVENIENTES: O Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria da Saúde e do Fundo Municipal da Saúde, e a Associação Hospitalar Mondaí. OBJETO: Consiste no repasse de recursos financeiros a Associação em forma de contribuição financeira, visando a participação do Município de Mondaí, na manutenção e desenvolvimento dos atendimentos da rede de Atenção Básica à saúde no hospital de Mondaí. VALOR DOS RECURSOS: Valor do repasse de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), concedidos por meio da Secretaria da Saúde e do Fundo Municipal da Saúde. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 1201.103011170.2058 – Atividades de Atenção Básica em Saúde, Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0002 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos. Autorização do convênio pela Lei Municipal nº. 3.626, de 06/12/2016. PRAZO E VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2016. DATA: 08 de dezembro de 2016. SIGNATÁRIOS: LENOIR DA ROCHA, pelo Município, e PAULINHO STECKER, pela Associação Hospitalar Mondaí.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016/FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 043/2016

TIPO: Menor preço (por item)

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br

OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h30min do dia 22 de dezembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 22 de dezembro de 2016. INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras1@mondai.sc.gov.br MONDAÍ (SC), 07 de dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

ATO DE AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 128/2016

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 022/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço, em regime de empreitada global.

OBJETO: O objeto do presente processo licitatório é a contratação, em regime de empreitada global, de empresa especializada para a execução de construção/ampliação do sistema de iluminação pública na Linha Taipa Baixa e instalação de rede elétrica na estação de tratamento de água de Linha Bonito, interior do município de Mondaí - SC, conforme especificações constantes na relação dos itens da licitação (Anexo I) e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, cronograma e planilhas orçamentárias, que fazem parte do presente Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 23 de dezembro de 2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 23 de dezembro de 2016.

Licitação regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações vigentes.

Obs: O Edital de Licitação, bem como o projeto, orçamento, memorial descritivo e demais arquivos encontram-se disponíveis aos interessados no portal do município, através do link www.mondai.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (49) 3674-3125.

Mondaí – SC, 07 de dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO 478/2016 RETIFICADO

ADITIVO DE CONTRATO 478/2016 RETIFICADO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR
TEMPO DETERMINADO 212/2016.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. Roberto Carlos de Souza, CPF: 573.409.359-91 a Secretária de Administração de Logística na pessoa da Sra. Nádia Braz Bins, CPF: 676.296.799-04 o Superintendente da Fundação de Vigilância na pessoa do Sr. Joab Bezerra Duarte Filho CPF: 987.268.467-72 e de outro LINDSEI DE FÁTIMA REBELO – CPF:057.586.729-98– Rua Osmundo Dutro, 251 – Meia Praia- Navegantes/SC - CEP 88375-000, doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:
E Assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 212/2016, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original, firmado em 24/03/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 02/09/2016 até 02/03/2017, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de Setembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município de Navegantes

Lindsei de Fátima Rebelo

Monitora de Area Azul

Nádia Braz Bins

Secretária de Administração e Logística

Joab Bezerra Duarte Filho

Superintendente da Fundação de Vigilância

TESTEMUNHAS

Juliane Wagner Pacheco

Analista Administrativo

Diandra Pereira

Diretora de Recursos Humanos

ATA CONCORRÊNCIA 32/2016 FMS HABILITAÇÃO

ATA CONCORRENCIA 32/2016 FMS – HABILITAÇÃO

Aberto o certame no dia 07 de dezembro de 2016 às 08 horas, com a participação das empresas Ademar de Moura ME, Quark Engenharia, Veiga Oliveira e L E Z Comércio e Instalações (presentes) e RJ Instalações Elétricas, Pinheirinho Automação e Ômega Engenharia (ausentes). Após as considerações iniciais, a comissão procedeu a abertura dos envelopes de habilitação. São consideradas ME/EPP as empresas: Ademar de Moura ME, L E Z Comércio e Instalações, RJ Instalações Elétricas, Pinheirinho Automação e Ômega Engenharia. Após, os licitantes presentes vistaram os documentos e fizeram seus questionamentos. A empresa MGM não apresentou o índice do grau de endividamento, conforme solicitado no item 5.3.8 do edital. Os balanços foram conferidos pelo contador da prefeitura, Sr. Sidnei Milani, onde constatou, através de cálculo, que o índice de endividamento está de acordo com o solicitado no edital, porém a empresa não apresentou este índice. A empresa Pinheirinho não apresentou a declaração com o nome e funções da equipe técnica conforme exigido no item 5.5.1 do edital. A empresa Quark não apresentou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) conforme exigido no item 5.2.1 do edital. A empresa Veiga Oliveira apresentou atestado de capacidade técnica em nome do engenheiro (empresa SEPCO1) e não da empresa licitante, conforme item 5.4.3 do edital. Também não apresentou a Certidão de Acervo Técnico (do profissional responsável pelos serviços), conforme item 5.4.4 do edital. Foi questionado quanto ao atestado de capacidade técnica da empresa Veiga, onde não consta a parte de Comunicação. A empresa RJ Instalações Elétricas apresentou o contrato de prestação de serviços sem reconhecimento de firma.

As análises dos atestados de capacidade técnica serão feitas pela secretaria solicitante e posteriormente será publicado o resultado no site da prefeitura e no diário oficial dos municípios. Momento em que encerra a sessão.

Comissão de Licitação

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Fernanda H. Constâncio, Leila Mengarda, Pedro Paulo da Costa

AVISO - ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO - PREGÃO 122/2016 PMN FMAS

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO 2º COLOCADO DO PREGÃO Nº 122/2016 PMN / FMAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES CONVOCA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CLASSIFICADA EM 2º LUGAR NO PREGÃO EM EPÍGRAFE: L. MOHR LTDA, VISTO QUE A EMPRESA VENCEDORA ANTERIORMENTE, FOI DESCLASSIFICADA NA FASE DE ANÁLISE DE AMOSTRAS. ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO: 09/12/2016 ÀS 08h00, NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA DE NAVEGANTES.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 41/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM TIPO MINIVAN PARA SER UTILIZADO PELO CENTRO EPIDEMIOLOGICO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - CETA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC - ITEM FRACASSADO NO PREGÃO PRESENCIAL 34/2016. Data da entrega dos envelopes: 19/12/2016 até às 07h50. Abertura envelopes: 19/12/2016 às 08h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

CANCELAMENTO DE DISTRATO, CONTRATO 1227/2016

CANCELAMENTO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 1227/2016
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES CANCELA DISTRATO Nº 1227/2016, EM NOME DE LINDSEI DE FÁTIMA REBELO CPF: 057.586.729-98- RUA OSMUNDO DUTRA, 251 - MEIA PRAIA- NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, DORAVANTE DESIGNADOS CONTRATANTE E CONTRATADO, EM VIRTUDE DE PRORROGAÇÃO DO MESMO DEVIDO A NECESSIDADE DE SERVIÇO ESSENCIAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Navegantes, 07 de Dezembro de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município de Navegantes

Nádia Braz Bins
Secretária de Administração e Logística

Joab Bezerra Duarte Filho
Superintendente da Fundação de Vigilância

TESTEMUNHAS

Juliane Wagner Pacheco Diandra Pereira
Analista Administrativo Diretora de Recursos Humanos

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o art. 2º da Lei Complementar n.º 106/2011, que a servidora efetiva OLGA HENRIQUETA FURTADO, inscrito no C.P.F n.º 9766.996.689-00, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado no meses de 10, 11 e 12/2011 e 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09/2012 (1ª incorporação), e 10, 11 e 12/2012 e 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09/2013 (2ª incorporação).
Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 24 de novembro de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o art. 2º da Lei Complementar n.º 106/2011, que a servidora efetiva NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, inscrito no C.P.F n.º 523.407.169-34, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2016.04.03298P, anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado no meses de 10, 11 e 12/2011 e 02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10/2012 (1ª incorporação), 11 e 12/2012 e 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09, 12/2013 (2ª incorporação) e 11 e 12/2013 e 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09,10/2014 (3ª incorporação)

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2016.

Era o que tinha a certificar.
Navegantes, 05 de dezembro de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

JAN ULLRICH
Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, inscrito no C.P.F n.º 523.407.169-34, adquiriu direito à incorporação do adicional de Hora Atividade na fração de 3/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2016.04.03298P, que demonstra contribuições nos anos 2006 (11 meses), 2007, 2008 e 2009.

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2016.

Era o que tinha a certificar.
Navegantes, 05 de dezembro de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

JAN ULLRICH
Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, inscrito no C.P.F n.º 523.407.169-34, adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 4/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2016.04.03298P, que demonstra contribuições nos anos 2004

(1mes), 2005(11 meses), 2006 (11 meses), 2007, 2008 e 2009.
Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2016.
Era o que tinha a certificar.
Navegantes, 05 de dezembro de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidor efetivo WILSON ESPERANDIO, inscrito no C.P.F n.º 908.110.629-53, adquiriu direito à incorporação do adicional de Insalubridade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2016.03.03371P, que demonstra contribuições nos anos 2009,2010,2011,2012,2013 e 2014 (3 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 07 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidor efetivo WILSON ESPERANDIO, inscrito no C.P.F n.º 908.110.629-53, adquiriu direito à incorporação do adicional de Estimulo Assiduidade na fração de 4/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2016.03.03371P, que demonstra contribuições nos anos 2010,2011,2012,2013 e 2014 (3 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 07 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

DECRETO Nº 218 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.474.080/0001-33
Rua Vereador Nereu Liberato Nunes ° 150 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 218 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 30201 – Sup. Financeiro/2015 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

127 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 219 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 219 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 8.750,00 (Oito Mil Setecentos e cinquenta Reais) da seguinte dotação:

Órgão: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FMV

Função: 6 – Segurança Pública

Programa: 25 – Trânsito Legal
 Subfunção: 183 – Informação e inteligência
 2.076– Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV
 Fonte de Recursos – 010600 – Recursos Diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos.
 12 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 8.750,00

T O T A L
 R\$ 8.750,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 22 – Fundação Municipal do Vigilância e Trânsito
 Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FMV
 Função: 6 – Segurança Pública
 Programa: 25 – Trânsito Legal
 Subfunção: 183 – Informação e Inteligência
 2.076 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV
 Fonte de Recursos – 010600 – Recursos Diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos.
 9 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 8.750,00

T O T A L
 R\$ 8.750,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 07 de Dezembro de 2016.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
 Navegantes, 07 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 220 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 220 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016
 DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) da seguinte dotação:

Órgão: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito
 Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FMV
 Função: 6 – Segurança Pública
 Programa: 25 – Trânsito Legal
 Subfunção: 183 – Informação e inteligência
 2.076– Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 14 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

T O T A L
 R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 22 – Fundação Municipal do Vigilância e Trânsito
 Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FMV
 Função: 6 – Segurança Pública
 Programa: 25 – Trânsito Legal
 Subfunção: 183 – Informação e Inteligência
 2.076 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV
 Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
 10 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

T O T A L
 R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 07 de Dezembro de 2016.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
 Navegantes, 07 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 243/2016

EXTRATO CONTRATUAL Nº 243/2016.

Inexigibilidade: 112/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 Empresa/Contratado: DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 14.969.859/0001-18.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA "DANY E RAFA", A SER REALIZADO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016 NA PRAÇA CENTRAL DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2016/2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Inexigibilidade de Licitação nº. 112/2016.

VIGÊNCIA: 29/11/2016 – 31/12/2016.

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 29 de novembro de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 247/2016 FMS.

Extrato Contratual FMS Nº 247/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE NAVEGANTES

Contratado: LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS FLOR LTDA, VERA BEATRIZ TONETTO ME, JULIA ARAÚJO TORRES ME E LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS NAVEGANTES.

Dotação: 1.093 3.3.90.00.00.00

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação : Credenciamento 83/2015.

Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº 005/2016, 006/2016, 008/2016, 009/2016, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇO Nº 83/2015 ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC E LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS FLOR LTDA, VERA BEATRIZ TONETTO ME, JULIA ARAÚJO TORRES ME E LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS NAVEGANTES, RESPECTIVAMENTE. Credenciamento nº 83/2015 - CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.
Navegantes, 01 de dezembro de 2016.

PORTARIA 2415/2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PORTARIA Nº 2415 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de ANA PAULA KNAK, da função de AGENTE DE SERV. GERAIS , com efeito a partir de 31/12/2016 a 09/04/2017.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2453/2016 LICENÇA TRATAMENTO ASSUNTOS PARTICULARES

PORTARIA Nº 2453 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares a (o) servidor (a) Patrocínia Abreu Reis do Nascimento, Agente de Serviços Gerais, no período de 02/12/2016 a 02/12/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 02/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2450,2451,2452/2016 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 2450 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Gabriela Cristina Palmeira, ocupante da função de Professora Efetiva 6196707, no período de 22/11/2016 a 20/05/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/11/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2451 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Michelle Aparecida de Jesus Ferreira, ocupante da função de Secretária Escolar Efetiva 63318501, no período de 27/11/2016 a 25/05/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/11/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2452 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Cleonice da Silva Pires, ocupante da função de Agente de Serviço Gerais Efetiva 6308001, no período de 01/12/2016 a 29/05/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2454,2455,2456/2016 LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N º 2454 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora VERONICA DE SOUZA DUARTE JORGE, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MOITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 01/12/2016 a 30/12/2016, referente ao período aquisitivo entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 60 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2455 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LUCIANE BOZA DELGADO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ENFERMEIRA, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 08/12/2016 a 06/01/2017, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de dezembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 60 dias deste período para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2456 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao senhor OSMAR JOSÉ LUCIANO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 01/12/2016 a 28/02/2017, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de dezembro de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO DE ADIÇÃO

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 071/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Prefeito Municipal em Exercício, Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Adérico Edílio Dalri, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217, representada pelo Sr. AVELINO ALVAREZ, inscrito no CPF nº 573.025.967-00, doravante denominada de CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 071/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Quinta do Contrato nº 071/2014, para aditar a importância de R\$ 10.835,91 (dez mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos), correspondente a 0,86 % do contrato original, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Valor a ser aditado conforme parecer técnico do engenheiro Rinaldo Manoel da Silveira, responsável pela fiscalização da obra.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 05 de dezembro de 2016.

.....
.....
Josemar Guilherme Franzoi Prefeito Contratante	TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI Contratada

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:	2. _____
1. _____ Aprijo José Botameli	Lorena Polli

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 071/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Prefeito Municipal em Exercício, Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Adérico Edílio Dalri, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217, representada pelo Sr. AVELINO ALVAREZ, inscrito no CPF nº 573.025.967-00, doravante denominada de CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 071/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Quinta do Contrato nº 071/2014, para suprimir a importância de R\$ 53.344,20 (cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), correspondente a 4,27 % do contrato original, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Valor a ser suprimido conforme parecer técnico do engenheiro Rinaldo Manoel da Silveira, responsável pela fiscalização da obra.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 05 de dezembro de 2016.

.....
.....
Josemar Guilherme Franzoi Prefeito Contratante	TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI Contratada

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:	2. _____
1. _____ Aprijo José Botameli	Lorena Polli

PROCESSO N° 001/2016 - PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2016/IPREVENT

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO – IPREVENT

Processo Licitatório nº 001/2016 – Pregão Presencial nº 001/2016

Objeto: O presente Pregão é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, A SER REALIZADO POR PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA, AO IPREVENT, conforme as especificações contidas no Anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e credenciamento: 21/12/2016 até as 08:30 horas. Abertura: 21/12/2016 as 09:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del

Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Moisés Cipriani

Diretor Executivo

Orleans

PREFEITURA

4.024

DECRETO Nº 4.024 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

“AUTORIZA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu Art.113;

DECRETA:

Art.1º As Tarifas de Água e Esgoto, bem como os demais Serviços Prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE passam a ser os constantes das tabelas anexo ao presente Decreto.

Art.2º As tabelas mencionadas no Art.1º são partes integrantes deste Decreto.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação para as contas vencíveis a partir de 01/02/2017.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 18 de novembro de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

SAMAE DE ORLEANS-SC
TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – SERVIÇO MEDIDO
ANEXO DO DECRETO n. 4.023 de 18/11/2016
PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2017

CATEGORIA DOMICILIAR – A	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFARIOS
Até 10m³	R\$ 28,09
De 11m³ a 15m³	R\$ 28,09 + R\$ 5,11 p/m³ excedente de 10m³
De 16m³ a 20m³	R\$ 53,65 + R\$ 5,64 p/m³ excedente de 15m³
De 21m³ a 30m	R\$ 81,88 + R\$ 5,96 p/m³ excedente de 20m³
De 31m³ a 40m³	R\$ 141,52 + R\$ 6,31 p/m³ excedente de 30m³
Acima de 40m³	R\$ 204,63 + R\$ 6,19 p/m³ excedente de 40m³
CATEGORIA TARIFA SOCIAL	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFARIOS
Até 10m³	R\$ 14,06
De 11m³ a 15m³	R\$ 14,06 + R\$ 4,53 p/m³ excedente de 10m³
De 16m³ a 20m	R\$ 36,69 + R\$ 5,11 p/m³ excedente de 15m³
De 21m³ a 30m	R\$ 62,25 + R\$ 5,46p/m³ excedente de 20m³
De 31m³ a 40m³	R\$ 116,84 + R\$ 5,64 p/m³ excedente de 30m³
Acima de 40m³	R\$ 173,29 + R\$ 5,78 p/m³ excedente de 40m³
CATEGORIA B1 – COMERCIAL E PODERES PUBLICOS	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFARIOS
Até 15m	R\$ 41,26
Acima de 15m	R\$ 41,26 + R\$ 5,64 p/m³ excedente de 15m³
* CATEGORIA – B 2 - MICRO E PEQUENO COMERCIO	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFARIOS
Até 10m³	R\$ 28,09

Acima de 10m	R\$ 28,09 + R\$ 5,64 p/m³ excedente de 15m³
CATEGORIA INDUSTRIAL	
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFARIOS
Até 40m³	R\$ 201,25
Acima de 40m	R\$ 201,25 + R\$ 6,48 p/m³ excedente de 40m³

Observações:

1. A tarifa referente a prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá 60% (sessenta por cento) do valor do consumo de água respectivo.
2. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, etc equiparam-se as de Categoria Comercial.
3. Condições para classificação na Categoria B2:
 - Espaço físico até 50m².
 - Não estar em débito com o SAMAE.
 - Requerer junto ao SAMAE o enquadramento na categoria.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

SAMAE DE ORLEANS-SC

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – SERVIÇO NÃO MEDIDO

ANEXO DO DECRETO n.º 4.023 de 18/11/2016

PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2017

SERVIÇO NÃO MEDIDO		
CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO M³	VALOR EM R\$
RESIDENCIAL - R1	10	28,09
- R2	20	81,88
- R3	30	141,52
- R4	40	204,63
COMERCIAL - C1	10	28,09
- C2	15	41,26
INDUSTRIAL - I1	15	75,47
- I2	40	201,25

R1 - com área até 40m²

R2 - com área de 41 a 80m²

R3 - com área de 81 a 120m²

R4 - com área acima de 120m²

C1 - Pequeno Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.

C2 - Grande Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente para higiênicos.

I1 - Pequena Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins higiênicos.

I2 - Grande Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

SAMAE DE ORLEANS-SC

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – OUTROS SERVIÇOS

ANEXO DO DECRETO n.º 4.023 de 18/11/2016

PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2017

REESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	VALOR R\$
No cavalete por falta de pagamento	42,72
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:	
Por solicitação do usuário até 3/4"	13,35

Por solicitação do usuário até 1"	53,52
Por solicitação do usuário até 1 ½"	80,36
Por solicitação do usuário até 2"	110,84
DESLIGAÇÃO:	
Por solicitação do usuário-temporário (art.73 letra g)	20,23
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:	
Por solicitação do usuário até 2 pavimentos	28,38
Por solicitação do usuário - por pavimento excedente a 2	14,20
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES ETC:	
Custo fixo de consumo até 15 dias	135,04
Custo fixo mensal permanência superior a 15 dias	270,09
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:	
De encanador	6,85
De auxiliar	4,36
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:	
Por solicitação do usuário (cfe.material empregado)	11,96
	+ mat. Utilizado
NOTIFICAÇÃO:	
(art. 73 parágrafo 1.letra a e parágrafo 3.)	6,85
TAXA DE EXPEDIENTE:	
Emissão de 2.via, extrato, alteração Cadastral. Etc	3,82
ANÁLISE DE ÁGUA:	
Físico-químico	58,30
Bacteriologia	77,73
HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO	
Valor das peças empregadas mais taxas de aferição	
Hidrômetro	114,66

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

SAMAE DE ORLEANS-SC
TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – INFRAÇÕES
ANEXO DO DECRETO n. . 4.023 de 18/11/2016
PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2017

ITEM	INFRAÇÕES	VALOR EM R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto.	83,55
02	Ligações clandestinas.	221,86
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	266,22
04	Interconexão da inst.predial com canalizações de água ou outra procedência.	65,59
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	73,61
06	Ligações de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	355,07
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio	221,86
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	443,86
09	Início de obras de instalação de água e /ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	2.219,44
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE.	889,78
11	Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SAMAE.	Até 30 dias 2% de 31 a 60 dias ... 5% acima de 61 dias 10%

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

SAMAE DE ORLEANS-SC
TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – LIGAÇÕES DE ÁGUA
ANEXO DO DECRETO n. 4.023 de 18/11/2016
PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2017

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
A VISTA	-	196,93
02 pagamentos	99,94	199,88
03 pagamentos	66,96	200,88
04 pagamentos	50,47	201,88
05 pagamentos	40,58	202,90
06 pagamentos	33,98	203,88

OBS. Com diâmetro acima de 25mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

SAMAE DE ORLEANS-SC
TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – LIGAÇÕES DE ESGOTO
ANEXO DO DECRETO n. 4.023 de 18/11/2016
PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2017

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A VISTA	-	127,22
02 pagamentos	64,57	129,14
03 pagamentos	43,26	129,78
04 pagamentos	32,60	130,40
05 pagamentos	26,21	131,05
06 pagamentos	21,95	131,70

OBS.: Com diâmetro acima de 100 mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.
O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido da ligação.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

4.027

DECRETO N. 4.027 DE 29 DE NOVEMBRO 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

Marco Antonio Bertoncini Cascaes, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.652 de 28 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

08.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.02 – DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA
2.021 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE TRANSITO
F.R. - 01.0101- Convenio Transito Militar
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 16.869,87

TOTAL R\$ 16.869,87

Art.2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Provável excesso nas seguintes fontes de recursos:

F.R. - 01.0101 – Convenio Transito Militar R\$ 16.869,87
3.3.90.00 - Aplicações Diretas

TOTAL R\$ 16.869,87

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, em 29 de novembro de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 006/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de material de expediente para todas as Secretarias. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 10/01/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 10/01/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 101/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 101/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA :LM MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DE ADEREÇOS NATALINOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXAS AO EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 53/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016.

VALOR TOTAL: 248.750,00

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINATURA: 05/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2669, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016 - CANCELA O Nº DO CONTRATO 045/2016

Decreto nº 2669, de 01 de dezembro de 2016.

CANCELA O Nº DO CONTRATO 045/2016.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO que por um lapso administrativo foi pulado o nº de Contrato 045/2016;

CONSIDERANDO que, após este número ocorreram outros Contratos com os números subsequentes;

DECRETA

Art. 1º. Fica cancelado o nº do Contrato nº 045/2016, sem prejuízo nos demais atos subsequentes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 01 de dezembro de 2016.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2671, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016 - APROVA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.

Decreto nº 2671, de 06 de dezembro de 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de OSMAEL GLONEK E OUTRA, com a área total de 1.991,00m² (hum mil, novecentos e noventa e um metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Adeodato de Carvalho, esquina com o lado par da Rua José Reva, com base no Ponto OPP, Lote "04", da Quadra nº 03, do Loteamento Gloneck, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 4.144, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "04-A" – 1.609,33m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Adeodato de Carvalho, esquina com o lado par da Rua José Reva, Coordenadas E: 586035.832 e N: 7077866.370, com base no Ponto OPP, Lote "04-A", da Quadra nº 03, do Loteamento Gloneck.

Frente:- 36,94 metros com o Município pela Rua Adeodato de Carvalho, lado ímpar;

Fundos:- 67,44 metros com a Matrícula nº 9.487-Papanduva/SC de Maria da Glória Wiliczinski Spagnol e outros;

Lado Direito:- 20,27 metros com o Município pela Rua José Reva, lado par;

Lado Esquerdo:- 30,00 metros e 20,00 metros com a Matrícula nº 4.027 de Felipe Glonek de Barros, Lote nº "03"; 27,36 metros com o Lote "04-B" Desmembrado.

Descrição do Lote "04-B" – 381,67m²

Após o desmembramento, o Lote "04-B" será lembrado na Matrícula 4.029-Papanduva/SC de José Carlos Soares e outro

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585972.375 e N: 7077862.131, com base no Ponto OPP, Lote "04-B", da Quadra nº 03, do Loteamento Gloneck.

Frente:- 13,00 metros com a Matrícula nº 4.029-Papanduva/SC de José Carlos Soares e outro, Lote nº 02;

Fundos:- 13,24 metros com a Matrícula nº 9.487-Papanduva/SC de Maria da Glória Wiliczinski Spagnol e outros;

Lado Direito:- 27,36 metros com o Lote "04-A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 9,87 metros com a Matrícula nº 8.642-Papanduva/SC de Eliane do Nascimento e outra, Lote nº "5-B"; 0,63 metros e 20,00 metros com a Matrícula nº 4.037-Papanduva/SC de Nivaldo Carvalho, Lote nº "06"; 4,84 metros com a Matrícula nº 4.215-Papanduva/SC de João Adriano de Paula, Lote nº "07".

Art. 2º. Os imóveis urbanos de propriedade de CARLOS EDUARDO SOARES E OUTRO, com as áreas totalizando em 771,67m² (setecentos e setenta e um metros e sessenta e sete décimos quadrados), objetos das matrículas nºs 4.144/4.029, ambos registrados no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, localizado no lado ímpar da Rua Adeodato de Carvalho, distante 30,00 da esquina com o lado ímpar da Rua Basílio Heuko, Coordenadas E: 585983.961 e N: 7077889.804, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, ficam REMEMBRADOS, passando a constar com a seguinte Área: Descrição da Área Total – 771,67m²

Frente:- 13,00 metros com o Município pela Rua Adeodato de Carvalho, lado ímpar;

Fundos:- 13,24 metros com a Matrícula nº 9.487-Papanduva/SC de Maria da Glória Wiliczinski Spagnol e outros;

Lado Direito:- 30,00 metros com a Matrícula nº 4.027 de Felipe Glonek de Barros, Lote nº "03"; 27,36 metros com a Matrícula nº 4.144-Papanduva/SC-Lote "04-A" de Osmael Glonek e outra;

Lado Esquerdo:- 19,87 metros com a Matrícula nº 4.031 de Nivaldo de Paula, Lote nº "01"; 10,00 metros com a Matrícula nº 8.641-Papanduva/SC de Lindinalva Malikoski, Lote nº 5-A; 10,00 metros com a Matrícula nº 8.642-Papanduva/SC de Eliane do Nascimento e outra, Lote nº "5-B"; 0,63 metros e 20,00 metros com a Matrícula nº 4.037-Papanduva/SC de Nivaldo Carvalho, Lote nº "06"; 4,84 metros com a Matrícula nº 4.215-Papanduva/SC de João Adriano

de Paula, Lote nº "07".

Art. 3º. Os lotes deverão ser REMEMBRADOS no prazo de 90(noventa) dias, sob pena de reversão do desmembramento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de dezembro de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

**DECRETO Nº 2672, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016
- APROVA RETIFICAÇÃO E REMEMBRAMENTO DE
IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.**

Decreto nº 2672, de 06 de dezembro de 2016.

APROVA RETIFICAÇÃO E REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de ANTONIO CIDINEI SLABISKI, com a área total de 745,86m² (setecentos e quarenta e cinco metros e oitenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Papa João XXIII, distante 20,00 metros da esquina com o lado par da Rua Professora Jacy Falchetti, com base no Ponto OPP, Coordenadas E: 584451.502 N: 7079593.555, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 4.348, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição do Lote "B" – 745,86m²

Frente:- 20,00 metros com o Município pela Avenida Papa João XXIII, lado ímpar;

Fundos:- 17,50 metros com a Matrícula nº 7.434-Papanduva/SC de Antonio Cidinei Slabiski, Lote "D-7";

Lado Direito:- 39,87 metros com a Matrícula nº 8.357-Papanduva/SC de José Saviski;

Lado Esquerdo:- 24,78 metros com a Matrícula nº 7.994-Papanduva/SC de José Simões de Oliveira, Lote "A-01"; 15,00 metros com a Matrícula nº 9.852-Papanduva/SC de Thaise Simões de Oliveira, Lote "A-02".

Art. 2º. O imóvel urbano de propriedade de ANTONIO CIDINEI SLABISKI, com a área totalizando em 1.300,86m² (hum mil e trezentos metros e oitenta e seis decímetros quadrados), objeto das matrículas 4.348/7.434, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, localizado no lado ímpar da Avenida Papa João XXIII, distante 20,00 metros da esquina com o lado par da Rua Professora Jacy Falchetti, com base no Ponto OPP, Coordenadas E: 584451.502 e N: 7079593.555, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, fica REMEMBRADO, passando a constar com a seguinte Área:

Descrição da Área Total – 1.300,86m²

Frente:- 20,00 metros com o Município pela Avenida Papa João XXIII, lado ímpar;

Fundos:- 6,00 metros com a Matrícula nº 7.934-Papanduva/SC de Carlos José Gaviragui, Lote "D-2"; 30,50 metros com a Matrícula nº 9.130-Papanduva/SC de Carlos José Gaviragui, Lote "D-6";

Lado Direito:- 39,87 metros e 14,20 metros com a Matrícula nº 8.357-Papanduva/SC de José Saviski; 0,80 metros com a Matrícula nº 7.934-Papanduva/SC de Carlos José Gaviragui, Lote "D-2";

Lado Esquerdo:- 24,78 metros com a Matrícula nº 7.994-Papanduva/SC de José Simões de Oliveira, Lote "A-01"; 15,00 metros e 20,00 metros com a Matrícula nº 9.852-Papanduva/SC de Thaise Simões de Oliveira, Lote "A-02"; 15,00 metros com o Município pela Rua Professora Jacy Falchetti, lado par.

Art. 3º. Os lotes deverão ser REMEMBRADOS no prazo de 90(noventa) dias, sob pena de reversão do desmembramento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de dezembro de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 032/2016 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016**

Portaria Nº 032/2016 de 30 de novembro de 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADO SOB O Nº. 118, O SENHOR JAMES MICHEL REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2015 À 21 DE MAIO DE 2016."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para o servidor com matrícula sob nº. 118, o senhor JAMES MICHEL CERNIAK, portador do CPF nº. 041.576.899-33 no período de 01 à 20 de dezembro de 2016, referente período aquisitivo de 22 de maio de 2015 à 21 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 30 de novembro de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 30 de novembro de 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

PORTARIA Nº 033/2016 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Portaria Nº 033/16 de 30 de novembro de 2016

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL, A SENHORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA PARA ASSINAR OS EXPEDIENTES DA TESOUREARIA."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 44, 45, inciso IV, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a senhora, Joselene de Fátima Ferreira, portadora do CPF n. 040.593.319-37, Matrícula sob nº. 123, DESIGNADA para assinar os expedientes, bem como executar demais procedimentos da tesouraria, estando responsável pelo departamento, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, o Senhor Girseliano Moreira da Silva, entre os dias 01 à 20 de dezembro de 2016, em razão que o tesoureiro o senhor James Michel Cerniak estará em gozo de férias no período correspondente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação 24/2016

Objeto: publicação de informativos legislativos da legislatura 2013 a 2016 em jornal.

Contratado: Rede Nortesul de Comunicações Ltda - ME

CNPJ: 09.284.014/0001-59 IE: Isento

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Passo de Torres, 07 de dezembro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 471/2016

DECRETO Nº. 471, de 07 de dezembro de 2016

“NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL N. 0041/2016, PROCESSO LICITATÓRIO N. 0070/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e para atender necessidade da Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas para compor a Equipe Técnica para avaliar as amostras das empresas vencedoras do Processo Licitatório n.0070/2016, os seguintes servidores (as):

- I – Ivania Sangali Dall Orsoletta.
- II – Juliana Fábila Canonica Tirelli.
- III – Noeli Fátima Tamanho Canonica
- IV – Edson Salvadego
- V – Flávio Roberto Rossi

Art. 2º. Para o desempenho das funções ora assumidas as servidores (as) não farão jus a acréscimo em suas respectivas remunerações.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia, SC, 07 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0036/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0036/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0056/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 0030/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Padre João Botero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, AGN FRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antonio Pelizzaro, n. 200, Bairro São Cristovão, cidade de Capinzal - SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 85.322.840/0001-23, representada neste ato por SR. ADEMAR

CASAGRANDE, brasileiro, portador do CPF nº 573.644.949-87, de ora em diante denominada CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo Licitatório n. 0056/2016, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios, destinados a merenda escolar, nos termos das Cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação prevista na cláusula quarta, da ata de registro de preço n. 0036/2016, bem como no Art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do contrato originário permanece inalterado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

Considerando que a cláusula quarta, da ata de registro de preço n. 0036/2016 prevê a possibilidade de reajuste do valor originário, dispositivo que está em consonância com a legislação de regência; Considerando que a empresa comprovou o reajuste através de notas fiscais, as quais estão em anexo ao presente termo aditivo, circunstância que autoriza o reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Fica reajustado o valor do item n. 37 (carne de frango tipo coxa e sobre coxa, sem dorso, congelada), com acréscimo de 6% (seis), sendo que o valor por Kg que era de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos), passa a ser R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas na ata de registro de preço original e seus aditivos, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 07 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

ADEMAR CASAGRANDE

AGN FRIOS LTDA

TESTEMUNHAS:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 014/2016**

PORTARIA Nº 014/2016

"EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o artigo 27, III, da Lei Orgânica Municipal e Resolução nº 004, de 27 de setembro de 2010:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. FLAVIO ROBERTO ROSSI, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/SC nº 020309/O-7, inscrito no CPF nº 625.630.689-91, RG 1786.284, residente e domiciliado na Rua Madre Maria Theodoro, 530, Bairro Quatro Irmãos, no Município de Ponte Serrada/SC, nos termos previstos na Resolução nº 004/2010.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia/SC, em 07 de dezembro de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2016

O Município de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br até as 09h00min do dia 22/12/2016. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 22/12/2016, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 07 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO 12/2016

Edital de Notificação nº 12/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/11/2016 a 30/11/2016.

Rúbrica	Descrição	Valor
417213300000001	Transferências SUS - PAB Fixo-Piso de Atenção Básica	R\$ 6.396,00
417213300000003	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	R\$ 7.130,00
417213300000004	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	R\$ 7.098,00
417213300000005	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica	R\$ 1.265,23
417213300000006	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	R\$ 4.505,43
417213300000007	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	R\$ 494,36
417213300000008	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	R\$ 2.230,00
417213300000009	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	R\$ 2.713,18
417213300000010	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	R\$ 14.000,00
417213300000011	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	R\$ 8.000,00
417213300000014	Transferências SUS – CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	R\$ 0,00
417213300000015	Transferências SUS – BSOR-SM	R\$ 7.500,00
417213400000002	Transferências FNAS – IGD/BF	R\$ 204,36
417213400000003	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	R\$ 0,00
417213414000000	Transferências FNAS – IGD – Suas	R\$ 0,00
417213415000000	Transf. FNAS – SCFV Serviço de Fortalecimento de Vínculos	R\$ 0,00
417213501000000	Transferências do Salário Educação	R\$ 10.579,93
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	R\$ 972,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	R\$ 750,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	R\$ 1.980,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	R\$ 30,00
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	R\$ 583,32
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	R\$ 1.464,50
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	R\$ 148,93
417213506000000	Transf. do FNDE – Apoio a Creche	R\$ 0,00
		R\$ 70.947,24

Total dos Recursos Recebidos no Período R\$ 70.947,24 (Setenta mil novecentos e quarenta e sete reais e vinte a quatro centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142

PERITIBA(SC), em 07 de Dezembro 2016.

GILBERTO MACIEL

Prefeito em exercício

SANÇÃO Nº 06/2016

SANÇÃO Nº 06/2016

IMPEDIMENTO DE LICITAR E/OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE PERITIBA E COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

CNPJ: 82.815.085/0001-20

SANCIONADA: KALIDUK COMERCIAL LTDA

CNPJ: 17.527.323/0001-30

ENDEREÇO: Rua Alemanha, nº 769, Sala B

BAIRRO: Centro CIDADE/UF: Erechim-RS

E-MAIL: volneikalinowski@bol.com.br; isabel.kalinovski@gmail.com; kalbrink@bol.com.br

FONE: 54 3522-5605/3712-4007

O Município de Peritiba supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal, vem INFORMAR a empresa KALIDUK COMERCIAL LTDA, também supra qualificada, nos termos que a seguir articula:

- I. A EMPRESA é vencedora do Processo de Licitação nº 61/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 cujo objeto encontra-se discriminado na Ata de Registro de Preços nº 19/2016.
- II. O MUNICÍPIO usando da sua faculdade vem informar que está SANCIONANDO a CONTRATADA por ter descumprido os compromissos assumidos junto ao termo ajustado com esta entidade, cito, falta de entrega/inexecução do objeto da Ata de Registro de Preços, cujas solicitações se deram pelo envio da AF 1840 de 01/08/2016 e 2735 de 01/11/2016. Conforme registros desta municipalidade a empresa já é reincidente em atrasos na entrega, além de entregar com produtos divergentes dos cotados seja em marca ou em descrição.
- III. Desta forma esta municipalidade resolve SANCIONAR a empresa com o impedimento de participar de licitações e/ou contratar com o MUNICÍPIO DE PERITIBA e com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, pelo período de 2 (dois) anos, a contar desta data.
- IV. Atendendo o dispositivo de ampla defesa fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a empresa se manifestar, a contar da data do envio deste documento por meio de correio eletrônico (e-mail), sendo que, não havendo manifestação da empresa ou se o pedido de reconsideração for indeferido, esta sanção será publicada na imprensa oficial.

Município de Peritiba-SC, 30 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Município De Peritiba

SANÇÃO Nº 07/2016

SANÇÃO Nº 07/2016

IMPEDIMENTO DE LICITAR E/OU CONTRATAR COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA E COM O MUNICÍPIO DE PERITIBA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

CNPJ: 11.391.279/0001-06

SANCIONADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 85.247.385/0001-49

ENDEREÇO: Rua Uruguai, nº 1538 E

BAIRRO: Maria Goretti CIDADE/UF: Chapecó - SC

E-MAIL: estoque@prosaudesc.com.br; licita01@prosaudesc.com.br; christianogiordani@prosaudesc.com.br; estoque3@prosaudesc.com.br; notafiscal@prosaudesc.com.br FONE: 49 33245585

O Fundo Municipal de Saúde de Peritiba supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal, vem INFORMAR a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, também supra qualificada, nos termos que a seguir articula:

- I. A EMPRESA é vencedora do Processo de Licitação nº 09/2015, Pregão Presencial nº 05/2015 cujo objeto encontra-se discriminado na Ata de Registro de Preços nº 17/2016.
- II. O CONTRATANTE usando da sua faculdade vem informar que está SANCIONANDO a CONTRATADA por ter descumprido os compromissos assumidos junto ao termo ajustado com esta entidade, cito, o descumprimento contratual pela não entrega de medicamentos, reincidência por várias vezes no atraso de entrega, prejudicando e causando grande prejuízo a administração, bem como para os munícipes que dependem da medicação para tratamentos de saúde. Salientamos que conforme consta e nossos registros a empresa foi notificada diversas vezes, advertida, multada, e que no contrato que atendia no ano anterior, também foi reincidente várias vezes com atraso de entrega bem como com entrega de produtos de marcas divergentes as marcar cotadas.
- Além do histórico da empresa com esta municipalidade buscamos informações em outros município (Fundo Municipais de Saúde), qual obtivemos informações via e-mail de que a empresa deixou de cumprir inúmeras vezes com os contratos assumidos.
- III. Desta forma esta municipalidade resolve SANCIONAR a empresa com o impedimento de participar de licitações e/ou contratar com o MUNICÍPIO DE PERITIBA e com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, pelo período de 2 (dois) anos, a contar desta data.
- IV. Atendendo o dispositivo de ampla defesa fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a empresa se manifestar, a contar da data do envio deste documento por meio de correio eletrônico (e-mail), sendo que, não havendo manifestação da empresa ou se o pedido de reconsideração for indeferido, esta sanção será publicada na imprensa oficial.

Município de Peritiba-SC, 30 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Município De Peritiba

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 319/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 319/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE REVISÃO DE 50 HORAS DO BRITADOR MÓVEL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS - MÃO DE OBRA E PEÇAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI, autorizado através do Processo nº 230/2016, Dispensa de Licitação nº. 0140/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ-MF n.º. 02.873.674/0001-26

Endereço: Acesso Acesso Plínio Arlindo de Nes - de 1401/1402 a 3017/3018

Bairro Belvedere – Chapecó – SC – CEP 89.810-460

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do REFERENTE REVISÃO DE 50 HORAS DO BRITADOR MÓVEL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS - MÃO DE OBRA E PEÇAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.743.64 (um mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 04 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO ADITIVO Nº 078/2016 CONTRATO ADITADO N.º 245/2016

TERMO ADITIVO nº 078/2016

CONTRATO ADITADO N.º 245/2016

Termo aditivo de Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ADEMIR LUIZ BOGONI- EPP, autorizado através do Processo n.º 155/2016, Licitação 013/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: ADEMIR LUIZ BOGONI- EPP
CNPJ-MF n.º 83.004.044/0001-77
Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 399, Centro
Videira/SC
Representada por: Ademir Luiz Bogoni

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto ACOMETER a contratada a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de trecho de estrada municipal localizada no Bairro Tranquilo Guzzi, Ruas C, H e I, num total de 3.428,79m² (três mil, quatrocentos e vinte e oito e setenta e nove metros quadrados), na forma do Projeto Básico aprovados através da Portaria nº 296, de 18 de maio de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 013/2016 tem seu termo final para 01/12/16.

2.2. Considerando o parecer da empresa, onde a mesma solicita prorrogação de vigência;

2.3. Considerando os motivos de ordem técnica e à anomalias climáticas e pelo atraso nos pagamentos das notas fiscais.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 245/2016, onde seu término será para 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato nº 245/2016, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 02 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ADEMIR LUIZ BOGONI EPP
ADEMIR LUIZ BOGONI

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4624/2016

DECRETO Nº 4624/2016, DE 06 de dezembro de 2016.

DISPOE SOBRE READEQUAÇÃO DE DESPESA COM PESSOAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PLINIO DALACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art.1º- Ficam readequadas temporariamente as despesas com pessoal a partir de 01 de Dezembro de 2016.

I – a tabela de cargos e vencimentos/subsídios dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração passa a vigorar com a seguinte redação:

QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTOS/SUBSIDIOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO						
CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO / SUBSÍDIO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
06.01	SECRETÁRIO MUNICIPAL	-	7	2.200,00	-	2.200,00
06.06	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC-4	13	810,00	40,00%	1.134,00
06.07	CHEFE DE GABINETE	CC-3	1	777,08	40,00%	1.087,92
06.08	CHEFE DE SETOR	CC-2	7	777,08	40,00%	1.087,92

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de Dezembro de 2016.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrario, especialmente o disposto no decreto nº 4605/2016.

Planalto Alegre/SC, em, 06 de Dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2016 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 013 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: CONSTRUTORA TERTEL LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 2 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA FREDERICO BLANK, S/N.º, BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 890,73 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N.º 49312.

Prorrogação – 180 dias – prazo final – 17/06/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, virtude do atraso na execução da terraplenagem do terreno para instalação do centro de educação infantil, sendo está de competência do Município de Pomerode, bem como o atraso na instalação provisória de energia elétrica devido a greve dos funcionários da CELESC, a definição da locação da construção e condições climáticas desfavoráveis, conforme justificativa anexa e de acordo com o disposto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 021/2016 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 05 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3.155, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 3.155, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE 19 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, XII, combinado art. 74, I, "n" da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo na Administração Pública Municipal, Autárquica e Fundacional no período de 19 a 31 de dezembro de 2016, ressalvadas as necessidades essenciais de serviço de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Nas datas a que se refere este Decreto, os serviços considerados essenciais do Município funcionarão em regime de Plantão, de acordo com a escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Município de Pomerode, 07 de dezembro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 051 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 051 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 088 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 21/12/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 21/12/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 07 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.885, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.885, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

CRIA A COTA DE CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Cota de Contribuição Facultativa para a

melhoria da segurança pública de Pomerode/SC, bem como para a organização da Polícia Militar - 1º/2ª/10º BPM Pelotão de Pomerode/SC, que tem por objeto a prevenção e combate a assaltos e depredações, em locais de alto risco de incidência destes delitos, manutenção das atividades administrativas e operacionais, dar suporte à manutenção das atividades de Polícia Ostensiva e manutenção da ordem pública realizados pela Polícia Militar, tendo como contribuintes facultativos os profissionais liberais, os titulares de estabelecimentos bancários, industriais, comerciais, prestadores de serviço, de diversões públicas e esportivas, joalherias, guarda de valores e casas de crédito, sendo emitida anualmente com valores SUGERIDOS fixados em função do risco a que estão sujeitos estes estabelecimentos de conformidade com o Anexo Único, desta Lei.

§ 1º A Cota Facultativa instituída por esta lei será emitida através de documento de arrecadação próprio do Município, de forma que seja possível a sua identificação no boleto e o contribuinte tenha a opção de não realizar o seu recolhimento, devendo ainda constar a orientação no boleto de que a contribuição é facultativa.

§ 2º Os valores da Cota Facultativa serão fixados em Unidade Fiscal do Município (UFM) de Pomerode, sendo corrigidos anualmente de acordo com sua variação.

§ 3º Fica estabelecido que o contribuinte poderá optar por uma contribuição diversa da estabelecida no Anexo Único desta lei, devendo, para tanto, comparecer junto ao Setor de Tributação para emissão de novo boleto de arrecadação municipal.

§ 4º Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Municipal de Segurança Pública, entidade contábil sem personalidade jurídica instituída por meio desta Lei, os quais deverão ser investidos, prioritariamente, na compra de viaturas, equipamentos, armamentos, cursos e treinamentos e demais necessidades para a atividade policial militar visando proporcionar condições de realização do policiamento ostensivo no Município de Pomerode.

§ 5º Compõe complementarmente os recursos do convênio:

- I - auxílios, subvenções, doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, destinados à OPM;
- II - recursos decorrentes da alienação de materiais, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos com recursos próprios do referido convênio;
- III - juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação dos recursos do Convênio;
- IV - ressarcimentos por danos ou extravio de materiais e equipamentos pertencentes ao patrimônio ou a disposição do 1º/2ª/10º BPM Pelotão de Pomerode/SC.

Art. 2º Os valores arrecadados serão utilizados após a apresentação pelo Comandante da Organização Policial Militar, do Plano de Aplicação Anual ao Conselho Gestor do Convênio, composto pelos seguintes membros:

- a) Prefeito Municipal;
- b) Oficial Comandante da Organização Policial Militar sediada em Pomerode;
- c) Secretário Municipal de Administração;
- d) Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente;
- e) Secretário Municipal de Obras;
- f) Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção Pomerode;
- g) Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pomerode;

- h) Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pomerode; e
- i) Um representante do Conselho Comunitário de Segurança de Pomerode.

Art. 3º Os bens adquiridos com esses recursos serão incorporados ao patrimônio do município de Pomerode e destinados ao uso da 1º/2ª/10º BPM Pelotão de Pomerode/SC, mediante a celebração de convênio de CESSÃO DE USO precedido de autorização legislativa, podendo, a critério da municipalidade e mediante prévia autorização legislativa, ser doados para o patrimônio da Polícia Militar.

Art. 4º Da aplicação dos recursos será feita a prestação de contas conforme a legislação vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de novembro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MICRO EMPRESAS – EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – PROFISSIONAIS LIBERAIS	VALOR UM UFM
	17,00

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	VALOR EM UFM
ATÉ 50 M²	17,00
51 A 150 M²	35,00
151 A 500 M²	52,00
501 A 750 M²	70,00
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS	VALOR EM UFM
ATÉ 50 M²	18,00
51 A 200 M²	35,00
ACIMA DE 200 M²	53,00
CASAS DE DIVERSÕES E ESPORTIVAS	VALOR EM UFM
INDEPENDENTE DA ÁREA CONSTRUIDA	35,00
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	VALOR EM UFM
ATÉ 300M²	100,00
301 A 750 M²	200,00
751 A 3000 M²	400,00
ACIMA DE 3000 M²	800,00
JOALHERIAS	VALOR EM UFM
ATÉ 100 M²	60,00
101 A 200 M²	100,00
ACIMA DE 200 M²	150,00

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 121/2016**

Decreto Nº 121/2016

INSTITUI NO ÂMBITO MUNICIPAL A HONRARIA POLICIAL DESTAQUE DO ANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. – Fica instituído a “Honraria Policial Militar Destaque do Ano” e a “Honraria Policial Civil Destaque do Ano” a ser outorgado anualmente pela Câmara Municipal a um membro da Polícia Militar e a um membro da Polícia Civil que atua no Município e que se destacou em seus afazeres durante o ano.

Art. 2º - Anualmente, até o dia 31 de março, a chefia da Polícia Militar e a chefia da Polícia Civil no município encaminhará a indicação do nome escolhido juntamente com sua qualificação para a Câmara Municipal.

Parágrafo único – Fica a critério dos membros da Polícia Civil e Militar a forma de escolha do homenageado.

Art. 3º - As honrarias previstas no artigo 1º serão concedidas em sessão ordinária da Câmara Municipal a ser realizada, preferencialmente, em data próxima ao feriado de 21 de abril, a critério da Presidência da Câmara Legislativa.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2016.

Claus Krahn

Presidente

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 869/2016

DECRETO Nº 869/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. FRANCIELI HABECH, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6163167450 foi concedido até o dia 25 de dezembro de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 870/2016

DECRETO Nº 870/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que o servidor JACO RIBEIRO, matrícula 531, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, passará a ser lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 03 de novembro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 871/2016

DECRETO Nº 871/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. FRANCIELI ANZANELLO DO AMORIN, matrícula 6416, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6156924896 foi concedido até o dia 30 de Novembro de 2016, podendo a servidora se considerar incapacitada para o trabalho requerer novo exame medico pericial.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 873/2016

DECRETO Nº 873/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. DERLY DA SILVA, Matrícula 821, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo 01/01/2013 a 31/12/2013, para serem gozadas de 20/11/2016 a 19/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 874/2016

DECRETO Nº 874/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. JAIR ANTONIO FERREIRA MACHADO, Matrícula 6121, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo 01/04/2015 a 31/03/2016, para serem gozadas de 05/12/2016 a 03/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 875/2016

DECRETO Nº 875/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROBERVAL CRISTIANO SARTORI, Matrícula 1398, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo 09/04/2015 a 08/04/2016, para serem gozadas de 03/12/2016 a 01/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 876/2016

DECRETO Nº 876/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. DENISE BARBOSA, Matrícula 5714, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 03/10/2015 a 02/10/2016, para serem gozadas de 16/11/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 877/2016

DECRETO Nº 877/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARLENE LUIZA BECKER NAI-BO, matrícula 912, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício n. 6161942007, foi concedido até o dia 10/02/2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 878/2016

DECRETO Nº 878/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ARILDO ANTONIO AMADORI, Matrícula 1582, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo 10/11/2015 a 09/11/2016, para serem gozadas de 02/12/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 879/2016

DECRETO Nº 879/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. RONIVALDO DE OLIVEIRA, Matrícula 1178, ocupante do cargo efetivo de FISCAL FAZENDARIO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 03 dias, referente ao período aquisitivo 02/06/2014 a 01/06/2015, para serem gozadas de 16/11/2016 a 18/11/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 880/2016

DECRETO Nº 880/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. JUCILIA APARECIDA PAIN, Matrícula 753, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo 02/01/2014 a 31/12/2014, interrompidas através do Decreto 109/2015, sendo que já foi gozado 12 dias de férias conforme relatório em anexo, os 08 dias restantes serão gozadas de 24/11/2016 a 01/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 881/2016

DECRETO Nº 881/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SALETE ANTONIOLLI MIRANDA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 06 dias, a contar do dia 09 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 882/2016

DECRETO Nº 882/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. PERLA SUZANE MARTINS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia 14 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 883/2016

DECRETO Nº 883/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TAIS ERECINA ACUNHA GOMES PEDROSO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 dias, a contar do dia 10 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 884/2016

DECRETO Nº 884/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. LUCIANA BARBOSA GONÇALVES, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 20:00 horas contratada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 dias, a contar do dia 13 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 886/2016

DECRETO Nº 886/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JUCELIA DE SOUZA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 887/2016

DECRETO Nº 887/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TANIA REGINA MENDES, matrícula 54, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 20:00 horas contratada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6160123568, foi concedido até o dia 15/12/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 888/2016

DECRETO Nº 888/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. NELI ANTONIA RAYMUNDI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 08 dias, a contar do dia 17 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 889/2016

DECRETO Nº 889/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. LEILA CRISTIANE SARTORI, Matrícula 1279, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017, para serem gozadas de 19/12/2016 a 17/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 890/2016

DECRETO Nº 890/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento de duas áreas de terreno urbano, constituídos de parte das chácaras nº. 89 e 26, objetos das matrículas, 8.619 e 8620 do livro 2-FF C.R.I. deste município, do perímetro urbano desta cidade, com a superfície de 17.256,90 m², área "01", e 18.626,30 m², área "02", perfazendo total de 35.883,20 m² (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e três metros quadrados vírgula vinte), de propriedade de IMOBILIÁRIA IRANI LTDA, divididos em 6 (seis) quadras distintas: quadra nº.01 com 6.662,90 m², (seis mil seiscentos e sessenta e dois metros quadrados vírgula noventa), dividido em 4 (quatro) lotes, obras públicas com área de 2.891,70 m², e com área verde de 1.960,20 m² e área de preservação permanente com 1.811,000 m²; quadra nº.02 com 4.859,08 m² (quatro mil oitocentos e cinquenta e nove metros quadrados vírgula oito), divididos em 10 (dez) lotes; quadra nº.03 com 5.824,25 m² (cinco mil oitocentos e vinte e quatro metros quadrados vírgula vinte e cinco), divididos em 12 (doze) lotes; quadra nº.04 com 5.975,96 m² (cinco mil novecentos e setenta e cinco metros quadrados vírgula noventa e seis), divididos em 12 (doze) lotes; quadra nº.05 com 3.018,00 m² (três mil e dezoito metros quadrados), divididos em 6 (seis) lotes, quadra nº.06 com 2.938,80 m² (dois mil novecentos e trinta e oito metros quadrados vírgula oitenta), divididos em 7 (sete) lotes, e ruas com 6.604,21 m², conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 891/2016

DECRETO Nº 891/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. KATIA VICCARI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício 6165260520 foi concedido até o dia 10 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 892/2016

DECRETO Nº 892/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ELIANE FERREIRA MACHADO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia 22 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 893/2016

DECRETO Nº 893/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARLI TEREZINHA FOPPA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 dias, a contar do dia 21 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 894/2016

DECRETO Nº 894/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. EDILAINE APARECIDA DE AZEVEDO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 dias, a contar do dia 17 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 895/2016

DECRETO Nº 895/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SALETE ANTONIOLLI MIRANDA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 08 dias, a contar do dia 25 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 896/2016

DECRETO Nº 896/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. HEVELIN ADRIANA DE SOUZA DALLA VECCHIA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 14 dias, a contar do dia 24 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 897/2016

DECRETO Nº 897/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. JULIANA GOMES PEREIRA SEGATE CAETANO, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 24 de novembro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 898/2016

DECRETO Nº 898/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um crédito especial no valor de R\$ 823.000,00 (Oitocentos e Vinte e Três Mil Reais) conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
Unidade: 0401 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

4.1.15.451.1501.1.003 – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 4490000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.01.024 – 99 - Valor: R\$ 823.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, proveniente do repasse da 1ª parcela do Convênio nº 2014TR003536 – FUN-DAM, através da Secretaria de Infraestrutura Estadual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 899/2016

DECRETO Nº 899/2016 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso □I□ do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 243.779,13 (Duzentos e Quarenta e Três Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Treze Centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - Fundo Municipal de Saúde

08.302.1001.1.001 – Construção do Hospital Municipal

Modalidade de Aplicação: 449000000

APLICAÇÕES DIRETAS - 00.01.0096 - 24 R\$ 243.779,13

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2016 no valor de R\$ 243.779,13 (Duzentos e Quarenta e Três Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Treze Centavos), proveniente do repasse do Convênio Secretaria Saúde Construção Hospital.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

DECRETO 901/2016

DECRETO Nº 901/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUELLEM NAYARA DE GREGORI, Matrícula 5727, ocupante do cargo de FARMACEUTICA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016, para serem gozadas de 05/12/2016 a 19/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 902/2016

DECRETO Nº 902/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA CASAMENTO”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença casamento a Funcionária Pública Municipal Sra. SUELLEM NAYARA DE GREGORI, ocupante do cargo de FARMACEUTICA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 05 (cinco) dias consecutivos, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “a” da Lei Complementar 022/2003, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - O período do gozo da licença será de 28 de novembro de 2016 a 02 de dezembro de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 903/2016

DECRETO Nº 903/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. PERLA SUZANE MARTINS, Matrícula 836, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias, referente a período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015, e que serão gozadas de 05/12/2016 A 19/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 904/2016

DECRETO Nº 904/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. FRANCIELI ANZANELO DO AMORIN, matrícula 6416, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6156924896 foi concedido até o dia 31 de Dezembro de 2016, podendo a servidora se considerar incapacitada para o trabalho requerer novo exame medico pericial.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 905/2016

DECRETO Nº 905/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 6.182,58 m², matrícula 2.276, CRI de Ponte Serrada, parte da chácara 25, localizado na Rua João Potrich Centro, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do Sr Sebastião de Oliveira Padilha e outro , conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de Área B, com área de 5.631,58m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de Área A, com área de 551,00m².

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

DECRETO 906/2016

DECRETO Nº 906/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2016, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a recomendação expedida pela Controladoria Geral do Município através do Ofício de n. 029/2016-CGM;

CONSIDERANDO a proximidade do encerramento do ano letivo que afeta a realização da campanha projetada nas unidades escolares;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 21/2016, edital de Pregão Presencial nº 15/2016.

Art. 2º - Fica determinada a devolução dos materiais recebidos à empresa vencedora do Certame mediante termo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 907/2016

DECRETO Nº 907/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 19 de dezembro de 2016 a 17 de janeiro de 2017.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
1276	ANDREIA BRATTI LAMP	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2016 A 31/12/2016
1282	KELY CRISTINA BERTE BOTTOLI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2016 A 31/12/2016
5001	LEONILDA FLORES BERNARDI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	30/06/2015 A 29/06/2016
5478	NELI ANTONIA RAYMUNDI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2016 A 01/01/2017
5109	ROSA MARIA CORDEIRO	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2016 A 31/12/2016
5666	ROSANGELA FORCHESATTO BUENO DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2016 A 01/01/2017
5110	JANETE FILIPINI QUEIROZ	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2016 A 01/01/2017
5031	MARILUCIA APARECIDA LAMP BOTTOLI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	04/03/2015 A 03/03/2016
1407	MARCIA MARA WAES	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/05/2015 A 01/05/2016
1107	TANIA BORTOLI ZANCHET	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2016 A 31/12/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 909/2016

DECRETO Nº 909/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. IZAIR ROQUE TELES VIEIRA, Matrícula 6344, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo 01/10/2015 a 30/09/2016, para serem gozadas de 06/12/2016 a 25/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 910/2016

DECRETO Nº 910/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. ALINE CRISTIANE MARTINS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 911/2016

DECRETO Nº 911/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 2.268,15 m², matrícula 10.118, CRI de Ponte Serrada, parte da chácaras 21 e 23, localizado na Rua João Potrich Centro, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do Sr Oldemar Bresciani e outra , conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de Área B, com área de 1.835,80m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de Área A, com área de 432,35m².

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

DECRETO 912/2016

DECRETO Nº 912/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. RENILDA BISATTO NICOLAO, Matrícula 1275, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício n. 61284475223 foi prorrogado até o dia 05 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 914/2016

DECRETO Nº 914/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 2.263 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 434.139,19 (Quatrocentos e Trinta e Quatro Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Dezenove Centavos) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

04.122.0201.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 01 – R\$ 48.000,00

02.00 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA, IND. COM. E TURISMO

04.122.0402.2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm.Fazenda.Ind.Com.e Turismo

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 04 – R\$ 129.843,00

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0018 – 29 – R\$ 240.000.00

12.361.1201.2.037 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0018 – 36 – R\$ 1.329,83

12.361.1201.2.039 – Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0001 – 41 – R\$ 1.000.00

12.361.1201.2.015 – Manutenção do Desporto Amador

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0001 – 51 – R\$ 11.610,43

06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0801.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0001 – 70 – R\$ 2.355,93

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulações no valor de R\$ 434.139,19 (Quatrocentos e Trinta e Quatro Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Dezenove Centavos) das seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

04.122.0201.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.0001 – 02 – R\$ 45.000,00

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.0001 – 03 – R\$ 3.000,00

02.00 – SECRETARIA DE ADM. FAZENDA, IND. COM. E TURISMO

04.122.0402.2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm.Fazenda.Ind.Com.e Turismo

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00001 – 05 – R\$ 16.843.00

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00001 – 06 – R\$ 113.000,00

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0019 – 30 – R\$ 240.000.00

12.361.1201.2.038 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0019 – 37 – R\$ 1.329,83

12.361.1201.2.039 – Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 449000000

Fonte de Recursos: 00.0001 – 46 – R\$ 1.000,00

27.812.2701.2.015 – Manutenção do Desporto Amador

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.0001 – 52 – R\$ 11.610,43

06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0801.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.0001 – 71 – R\$ 2.355,93

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Porto União

PREFEITURA

ATA 168/2016

ATA 168/2016

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza, e o DETENTOR DA ATA Nutriport Comercial Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Nutriport Comercial Ltda, CNPJ/MF nº 03.612.312/0004-97, Sítio a Rua Judite Melo dos Santos, nº 131, Distrito Industrial, CEP 88.104-765, Telefone (48) 3344-4348, Município de São José, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Alexandre Tabuenca da Silva, inscrito no CPF sob o número 043.068.978-00.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	60	Unid.	Alimento nutricionalmente completo para dieta enteral ou oral. Alto teor de aminoácidos ramificados. Muito baixo teor de aminoácidos aromáticos. Não contém glúten. Indicado para pacientes hepatopatas, que necessitam de uma dieta com alto teor de aminoácidos ramificados baixo teor de aminoácidos aromáticos. Apresentação: Sachê 90 gramas.	R\$ 31,00	R\$ 1.860,00
03	60	Unid.	Alimento para situações metabólicas especiais para pacientes com função renal comprometida. Densidade calórica de 2,0kcal / ml. Adequadas quantidades de vitaminas A e D; contém carboidratos com baixo impacto glicêmico; Relação de w6: w3 = 5:1; baixo teor de potássio, sódio e fósforo; enriquecido com carnitina e taurina. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicações: Insuficiência renal aguda ou crônica, como suplemento para paciente renal dialisado ou nutrição completa em tratamento conservador. Distr. Calórica: Prot 7% HC 63% Lip 30%. Fonte de Proteínas: Caseinato de cálcio 49,6%, caseinato de sódio 49,6%, taurina 0,4%, carnitina 0,4%, Fonte de carboidrato: maltodextrina 100%. Fonte de lipídeos: Óleo de girassol 4%, óleo de canola 79%, TCM 17%. Apresentação: 1 litro.	R\$ 57,00	R\$ 3.420,00
04	60	Unid.	Suplemento oral completo, especialmente desenvolvido para indivíduos submetidos à diálise. Acrecido de fibras alimentares. Isento de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Tetra pak 200 ml.	R\$ 18,00	R\$ 1.080,00
05	60	Unid.	Dieta hipoprotéica e hipercalórica, rica em aminoácidos essenciais, prevenindo a desnutrição sem aumento da ureia e compostos nitrogenados. Indicado para pacientes com insuficiência renal não dialisados como nutrição completa e para pacientes dialisado como suplementação. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Envelope de 90g	R\$ 17,00	R\$ 1.020,00
07	60	Unid.	Nutrição especializada, completa e balanceada. Normocalórica, normoprotéica e normolipídica. Formulada especialmente para pessoas com diabetes. Desenvolvido de acordo com as recomendações internacionais de nutrientes e contribui para controle do índice glicêmico. Desnutrição energética: proteína 15%, carboidratos 45% e gorduras: 40%. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 49,00	R\$ 2.940,00
09	120	Unid.	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral. 20gr de fibra alimentar / litro, polissacarídeo de soja e polidextrose. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Fibra alimentar: 20 g/l 50% FS e 50% FI Polidextrose e Polissacarídeos da Soja. Apresentação: Tetra pak 1000 ml.	R\$ 29,00	R\$ 3.480,00

10	120	Unid.	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, mistura de proteínas animais e vegetais. Isento de lactose, sacarose e glúten. Densidade calórica: 1,2 kcal / ml. Produto formulado para ser consumido por pessoas acima de 10 anos de idade, quanto a IDR (Ingestão Diária Recomendada). Apresentação: Tetra pak 1 litro.	R\$ 21,51	R\$ 2.581,20
14	120	Unid.	Alimento líquido, pronto para uso e nutricionalmente completo. Possui uma mistura de proteínas (caseinato de cálcio, proteína isolada do soro do leite e proteína isolada de soja). Para uso enteral e/ou oral. Indicado para pacientes com necessidades elevadas de nutrientes, desnutrição, oncologia, anorexia, caquexia, dentre outros. Isento de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Tetra pak 1000 ml.	R\$ 22,00	R\$ 2.640,00
15	120	Unid.	Dieta enteral nutricionalmente completa, normocalórica, hiperprotéica, suplementada com arginina. Alto teor de zinco, vit A, C e E. Enriquecida com mix de fibras e mix de carotenóides. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Tetra pak 1 litro.	R\$ 44,00	R\$ 5.280,00
18	180	Unid.	Dieta nutricionalmente completa para crianças de 0 a 12 meses, hipercalórica, com ótima oferta proteica. Contém adição de LCPufas e nucleotídeos e uma mistura exclusiva de prebióticos (GSO/FOS). Única dieta pronta para uso para lactentes. Isenta de sacarose e glúten. Contém lactose. Indicado para cardiopatias congênitas, doença pulmonar crônica, fibrose cística, paralisia cerebral, déficit de crescimento, desnutrição, Pré e pós-operatório. Apresentação: Frasco de 200 ml / Lata 400 gramas.	R\$ 109,00	R\$ 19.620,00
20	240	Unid.	Alimento hipoalérgico à base de proteína extensamente hidrolisada, com adição de LCPufas (DHA E ARA) e nucleotídeos. Isento de sacarose, lactose e glúten. Indicado para casos de alergias as proteínas de leite de vaca e da soja. Apresentação: Embalagem 400 gramas.	R\$ 76,00	R\$ 18.240,00
21	120	Unid.	Fórmula infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (80 a 90% peptídeos e 10 a 20% de aminoácidos livres), com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LCPufas (DHA -docosahexaenóico e ARA - araquidônico) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Indicado para Alimentação de lactentes, desde o nascimento, e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, sem quadros de diarreia. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 76,00	R\$ 9.120,00
22	120	Unid.	Fórmula infantil a base de 100% aminoácidos livres não alergênicos, nutricionalmente completa, em pó. Contém LcPufas (DHA 0,35 e ARA 0,35) na proporção de 1:1, TCM e Nucleotídeos, enriquecida com Cálcio e Fósforo. Fórmula de aminoácidos elementar e não alergênica, nutricionalmente completa, em pó, para crianças acima de 1 ano de idade com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes, fórmula de aminoácidos para crianças acima de 1 ano com segurança e eficácia comprovadas em crianças com alergias alimentares. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, galactose, frutose e glúten. Indicações: Alergia alimentar (ao leite de vaca, à soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), síndrome do intestino curto e outros distúrbios absorptivos, gastroenteropatia e esofagite eosinofílica, transição de nutrição parenteral para enteral. Faixa etária: crianças de 1 a 10 anos de idade. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 186,00	R\$ 22.320,00
23	240	Unid.	Suplemento infantil hipercalórico. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado nutricional de anorexia e situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Aumento das necessidades nutricionais como pré e pós-operatório, oncologia, trauma, infecção e outros quadros hipermetabólicos. Isento de lactose e glúten, possui sacarose. Sem sabor. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 68,00	R\$ 16.320,00

24	360	Unid.	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas em pó, indicada para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, isenta de sacarose, com probióticos ou prebióticos. Atende todas as recomendações do CODEX alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S nº 977/1998. Apresentação: Lata de 400 a 900 gramas.	R\$ 14,00	R\$ 5.040,00
25	360	Unid.	Fórmula infantil de seguimento enriquecida com ferro à base de proteínas lácteas, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês, isenta de sacarose, com probióticos e prebióticos. Atende todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria nº 977/1998. Apresentação: Lata de 400 a 900 gramas.	R\$ 12,00	R\$ 4.320,00
26	360	Unid.	Fórmula infantil acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida de vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Alimentação de lactentes nos primeiros 6 meses de vida, quando for necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Apresentação: Lata de 400 gramas.	R\$ 9,00	R\$ 3.240,00
27	180	Unid.	Fórmula infantil de seguimento, é acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Alimentação de lactentes, em sequência ao esquema alimentar iniciado nos primeiros 6 meses de vida, quando for necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Apresentação: Lata de 400 gramas.	R\$ 9,50	R\$ 1.710,00
28	120	Unid.	Fórmula infantil de partida especial, isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Indicado para pacientes com intolerância à lactose. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 33,00	R\$ 3.960,00
29	120	Unid.	Fórmula infantil de partida, adicionada de prebióticos. Usada em crianças de 0 a 6 meses de idade. Para contribuir no tratamento nutricional da constipação, contém uma mistura de prebióticos. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 14,00	R\$ 1.680,00
30	120	Unid.	Nutrição completa e balanceada de suplemento alimentar, alimento em pó, que pode ser usada como dieta exclusiva ou como suplemento alimentar, para aumentar o consumo de calorias e nutrientes ou para manter uma boa alimentação. Não contém glúten. Para adultos e crianças maiores de 04 anos. Apresentação: Lata com no mínimo 800 gramas.	R\$ 58,00	R\$ 6.960,00
33	120	Unid.	Formula infantil indicada para situação metabólica para nutrição enteral ou oral para condições anti-regurgitação para lactentes com regurgitação frequente e/ou refluxo Gastroesofágico. Ingredientes à base de leite em pó desnatado, lactose, óleos vegetais (óleo de palma, óleo de canola, óleo de coco, óleo de girassol), maltodextrina, carbonato de cálcio, vitamina C, taurina, cloreto de colina, sulfato ferroso, sulfato de zinco, vitamina E, niacina, vitamina A, sulfato de cobre, D-pantotenato de cálcio, ácido fólico, sulfato de manganês, vitamina B12, betacaroteno, D-biotina, vitamina D, vitamina B1, vitamina B6, iodeto de potássio, vitamina K e espessante goma jataí. NÃO CONTÉM GLUTEN. Indicação – Idade: 0 a 12 meses. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 18,00	R\$ 2.160,00
Valor Total: R\$ 138.991,20 (cento e trinta e oito mil novecentos e noventa e um reais e vinte centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 107/2016.

2.3. As condições de entrega dos produtos é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 107/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação através de requisição da Secretaria Municipal da Saúde, nas quantidades solicitadas, conforme a necessidade, diretamente na sede da Secretaria Municipal da Saúde, Avenida João Pessoa, nº 1454, Centro, Porto União.
- 2.8. O frete e a descarga do material é de total responsabilidade da empresa.
- 2.9. Caso os materiais não atendam as especificações e seja necessária a devolução, a empresa terá 24 (vinte e quatro) horas para entregar o referido material de acordo com as especificações do edital.
- 2.10. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.
- 2.11. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.12. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.13. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.14. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 107/2016.
- 2.15. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.16. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.17. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Alexandre Tabuenca da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Nutriport Comercial Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 169/2016

ATA 169/2016

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza, e o DETENTOR DA ATA: Merco Soluções em Saúde S/A.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Merco Soluções em Saúde S/A, CNPJ/MF nº 05.912.018/0001-83, Sítio a Rua Bréscia, nº 184-2, Mauá, CEP 83.413-575, Telefone (41) 3139-3800, Município de Colombo, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Wladimir Roberto Simone, inscrito no CPF sob o número 063.744.738-76.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
06	60	Unid.	Fórmula enteral hipercalórica especialmente desenhada para pacientes em diálise com Insuficiência Renal Aguda ou Crônica que necessitem de restrição de fluídos e eletrólitos. Fornece moderado teor de proteínas com suplementação de arginina, um aminoácido condicionalmente essencial em pacientes com função reduzida. Apresenta baixo teor de colesterol e adição de TCM para melhor absorção. É isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Tetra pak 200 ml.	R\$ 19,00	R\$ 1.140,00

11	120	Unid.	Dieta nutricionalmente completa, a base de proteína isolada de soja, isenta de lactose, glúten e sacarose, que atenda a recomendações de vitaminas e sais minerais em 1.200 calorias. Apresentação em forma ou líquida. Apresentação: Tetra pak 1 litro.	R\$ 16,30	R\$ 1.956,00
13	120	Unid.	Suplemento em pó hipercalórico, rico em vitaminas e minerais, enriquecido com mix de carotenoides. Isento de lactose e glúten. Indicado para casos de desnutrição calórica ou risco nutricional, pré e pós-operatório, pacientes neurológicos e pacientes com necessidade calórica aumentada. Recuperar ou manter o peso de adultos ou idosos que não se alimentam bem. De sabor neutro e isento de sacarose. Apresentação: Lata de no mínimo 350 gramas.	R\$ 34,00	R\$ 4.080,00
16	120	Unid.	Suplemento hiperprotéico acrescido de arginina, zinco e selênio, vitaminas A,C, E. Terapia nutricional desenhada especificamente para a cicatrização de úlceras por pressão e outras situações que exijam estímulo de cicatrização. Além da presença do exclusivo mix de carotenoides. Isento de glúten. Apresentação: Frasco 200 ml.	R\$ 18,00	R\$ 2.160,00
17	180	Unid.	Fórmula infantil, nutricionalmente completa, normo ou hipercalórica, para crianças de 01 a 10 anos, proteína de 09 a 13% de origem animal. Isento de lactose e glúten. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 45,00	R\$ 8.100,00
19	360	Unid.	Fórmula infantil, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica e normolipídica, para crianças de 01 a 10 anos. Distribuição energética: proteínas 12%, carboidratos 53% e gorduras 35%. Isento de lactose e glúten. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 45,00	R\$ 16.200,00
31	120	Unid.	Formula de nutrição completa, altamente especializada para pacientes com Doença de Crohn. Acrescido de TGF-B2, importante fator de proteção da mucosa intestinal com ação anti-inflamatória, contribui para a recuperação nutricional do paciente com Crohn. Isento de glúten, resíduos, colesterol, lactose, com proteína de alta qualidade. Conteúdo constituído de caseína intacta, biologicamente disponível, contendo 11g de Nitrogênio em 2000Kcal, 43% de aminoácidos essenciais (em relação aos aminoácidos totais). Aporte de 25% de TCM (triglicerídeo de cadeia média), acréscimo de 13 vitaminas e 11 minerais, ao qual garante o pleno crescimento de crianças e a satisfação das necessidades de micronutrientes em adultos. Ingredientes: Maltodextrina, caseinato de potássio obtido do leite de vaca, sacarose, gordura de leite, triglicerídeos de cadeia média, óleo de milho, lecitina de soja, citrato de potássio, fosfato de cálcio, citrato de sódio, carbonato de cálcio, cloreto de magnésio, minerais (ferro, cobre, zinco, cromo e molibdênio), vitaminas (vitamina A, vitamina D, vitamina E, vitamina K, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, vitamina B12 e biotina), cloreto de potássio, bitartarato de colina e óxido de magnésio. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 350,00	R\$ 42.000,00

32	120	Unid.	Formula polimérica completa e balanceada, normocalórica, normoprotéica e normolipídica. Isenta de glúten e lactose, com proteína de alta qualidade, para uso via oral ou enteral. Proteínas: 16% (50% proteína do soro do leite e 50% caseinato de potássio obtido do leite) Carboidratos: 50% (83% polissacarídeos e 17% sacarose). Lipídeos: 34% (51% óleo de canola; 24% TCM; 16% óleo de milho; 3,5% lecitina de soja; 2,9% gordura láctea; 2,1% ácido linoleico e 0,3% ácido linolênico). Fibras: Não possui. Osmolaridade: 350mOsm/Kg de água. Isento de lactose e glúten. Sabor: baunilha. Apresentação: Lata 400 gramas.	R\$ 45,00	R\$ 5.400,00
Valor Total: R\$ 81.036,00 (oitenta e um mil e trinta e seis reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 107/2016.

2.3. As condições de entrega dos produtos é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 107/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação através de requisição da Secretaria Municipal da Saúde, nas quantidades solicitadas, conforme a necessidade, diretamente na sede da Secretaria Municipal da Saúde, Avenida João Pessoa, nº 1454, Centro, Porto União.

2.8. O frete e a descarga do material é de total responsabilidade da empresa.

2.9. Caso os materiais não atendam as especificações e seja necessária a devolução, a empresa terá 24 (vinte e quatro) horas para entregar o referido material de acordo com as especificações do edital.

2.10. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.11. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.12. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.13. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.14. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 107/2016.

2.15. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.16. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.17. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Wladimir Roberto Simone, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Merco Soluções em Saúde S/A
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 170/2016**ATA 170/2016**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza, e o DETENTOR DA ATA: PFG Comercial Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: PFG Comercial Ltda – ME, CNPJ/MF nº 20.438.684/0001-15, Sítio a Rua Equador, nº 665, Nações, CEP 83.823-072, Telefone (46) 3225-1002, Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Egon Paulo Grams, inscrito no CPF sob o número 145.981.089-91.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
12	120	Unid.	Dieta nutricionalmente completa e normocalórica na diluição padrão. Fórmula à base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas. Hipossódica. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Indicada para paciente em risco nutricional, anorexia, idosos, cardiopatas, distúrbios neurológicos. Apresentação: Lata 800 gramas.	R\$ 39,37	R\$ 4.724,40
Valor Total: R\$ 4.724,40 (quatro mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 107/2016.

2.3. As condições de entrega dos produtos é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 107/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação através de requisição da Secretaria Municipal da Saúde, nas quantidades solicitadas, conforme a necessidade, diretamente na sede da Secretaria Municipal da Saúde, Avenida João Pessoa, nº 1454, Centro, Porto União.

2.8. O frete e a descarga do material é de total responsabilidade da empresa.

2.9. Caso os materiais não atendam as especificações e seja necessária a devolução, a empresa terá 24 (vinte e quatro) horas para entregar o referido material de acordo com as especificações do edital.

2.10. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.11. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.12. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.13. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.14. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 107/2016.

2.15. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 200/2016, Pregão Presencial 107/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.16. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.17. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Egon Paulo Grams, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PFG Comercial Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

DECRETO Nº 1.052/2016

DECRETO Nº 1.052, de 06 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre férias coletivas e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto União, do período de 19 de dezembro de 2016 até 08 de janeiro de 2017, com retorno às atividades normais em 09 de janeiro de 2017, com exceção dos serviços essenciais que, pelas suas naturezas, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º Consideram-se neste período, serviços essenciais, os relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos, à manutenção/limpeza da Rodoviária Municipal e o Departamento de Urbanismo.

Art. 3º O Setor de Tributação do Município, considerando suas especificidades, atenderá ao público em regime de plantão, nos dias 19 a 22 e 26 a 29 de dezembro de 2016, no período das 12 às 17 horas, com retorno às atividades normais em 09 de janeiro de 2017.

Art. 4º Recomenda-se aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional para que, durante todo o período estabelecido no caput do artigo 1º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 1.053/2016

DECRETO Nº 1.053, de 06 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO LÍVIA VIEIRA MARTINS, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Desenvolvimento Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 1.054/2016

DECRETO Nº 1.054, de 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar por anulação, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.430, de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica Suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS		

ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	53	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0204 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção Secretaria de Administração		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	12	200.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças
e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 032/2016 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 032/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda.

Objeto: Aquisição de 600 (seiscentos) pacotes de leite em pó integral, com 400g (quatrocentos gramas).

Valor Total: R\$ 4.116,00 (quatro mil cento e dezesseis reais).

Vigência: Até 30/04/2017.

Base legal: Pregão Presencial 014/2016 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de novembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 033/2016 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 033/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de 600 (seiscentas) cestas básicas (completas).

Valor Total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Vigência: Até 30/04/2017.

Base legal: Pregão Presencial 014/2016 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de novembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 034/2016 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 034/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Famma Comércio de Veículos Ltda.

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, marca Fiat, modelo Mobi Easy On 1.0 Flex, ano 2016/2017.

Valor Total: R\$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais).

Vigência: 04 (quatro) meses.

Base legal: Pregão Presencial 015/2016 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 24 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Famma Comércio de Veículos Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 075/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 075/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor Total: R\$ 66.255,32 (sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).
Vigência: Até 31/03/2017.
Base legal: Pregão Presencial 012/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 076/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 076/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor Total: R\$ 43.390,68 (quarenta e três mil trezentos e noventa reais e sessenta e oito centavos).
Vigência: Até 31/03/2017.
Base legal: Pregão Presencial 012/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Mercado Kosera Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 077/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 077/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.
Objeto: Aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor Total: R\$ 46.152,80 (quarenta e seis mil cento e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).
Vigência: Até 31/03/2017.
Base legal: Pregão Presencial 012/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 078/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 078/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor Total: R\$ 125.161,95 (cento e vinte e cinco mil cento e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos).

Vigência: Até 31/03/2017.
Base legal: Pregão Presencial 012/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Supermercado Dukelli Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 079/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 079/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor Total: R\$ 27.399,85 (vinte e sete mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos).
Vigência: Até 31/03/2017.
Base legal: Pregão Presencial 012/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 080/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 080/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Rocha Empreendimentos Ltda.
Objeto: Execução de obra de reabilitação da quadra esportiva do Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, na localidade de São Pedro do Timbó, sendo área total de intervenção de 935,74 m2, incluindo material e mão de obra.
Valor Total: R\$ 74.951,03 (setenta e quatro mil novecentos e cinquenta e um reais e três centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 006/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 25 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Rocha Empreendimentos Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 081/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 081/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e J. Lopes Construções Ltda - EPP.
Objeto: Execução de obra de recuperação do piso da quadra esportiva do Ginásio José Pylepek, na Rua Expedicionário Rafael Nedochetko, s/nº, loteamento Jardim Vila Santa Inês, Distrito Industrial, sendo 887,69 m2 a área do piso da quadra, incluindo material e mão de obra.
Valor Total: R\$ 74.214,29 (setenta e quatro mil duzentos e quatorze reais e vinte e nove centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 006/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 25 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
J. Lopes Construções Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 082/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 082/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e W. F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de cargas de gás e água mineral e botijas de gás (casco) e de água mineral (casco), para manutenção da Secretaria Municipal da Educação, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Núcleos de Educação Infantil.

Valor Total: R\$ 83.290,00 (oitenta e três mil duzentos e noventa reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 013/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de dezembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

W. F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 269/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 269/2016

Partes: Município de Porto União e Anderson Jose Paludo - ME.

Objeto: Aquisição de lixeiras para coleta seletiva para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Valor Total: R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

Vigência: Até 31/12/2016.

Base legal: Pregão Presencial 106/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de novembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Anderson Jose Paludo - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 270/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 270/2016

Partes: Município de Porto União e D.S.J. Serviços Médicos Ltda – ME.

Objeto: Prestação de serviços de transporte em ambulância – UTI Móvel – adulto e neonatal, de pacientes do SUS, em alto risco durante as transferências hospitalares dentro e fora do município.

Valor Total: R\$ 14.991,00 (quatorze mil novecentos e noventa e um reais).

Vigência: 03 (três) meses.

Base legal: Pregão Presencial 108/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 28 de novembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

D.S.J. Serviços Médicos Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 271/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 271/2016

Partes: Município de Porto União e Lício Leônidas Ferreira 35461578934.

Objeto: Locação de painel de decoração para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Valor Total: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Vigência: Até 31/12/2016.

Base legal: Dispensa de Licitação 042/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 29 de novembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Lício Leônidas Ferreira 35461578934.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 272/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 272/2016

Partes: Município de Porto União e Lício Leônidas Ferreira 35461578934.

Objeto: Contratação de serviço de sonorização e iluminação para o local da realização do 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Valor Total: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Vigência: Até 31/12/2016.

Base legal: Dispensa de Licitação 043/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 29 de novembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Lício Leônidas Ferreira 35461578934.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 273/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 273/2016

Partes: Município de Porto União e Mecânica Marjovan Ltda - EPP.

Objeto: Contratação de empresa para manutenção da viatura Ford Fiesta Placa MJZ 7828 da Polícia Civil.

Valor Total: R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 109/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 01 de dezembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mecânica Marjovan Ltda - EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 274/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 274/2016

Partes: Município de Porto União e Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de pneus para manutenção da frota da Polícia Militar de Porto União.

Valor Total: R\$ 44.858,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e oito reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 110/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de dezembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 268/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 268/2016

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 022/2016

Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

O acréscimo deste aditivo será provido os seguintes recursos:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0204 – Sec. Mun. de Administração e Esporte

Atividade 2005 – Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód. 12

Complemento 33903911 – Locação de Softwares

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES

Adita-se o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, referente ao acréscimo de 01 usuário ao item 20 (Ponto Eletrônico) do aludido contrato superior, passando o valor do licenciamento mensal para R\$ 1.000,00 (mil reais).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de novembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.430/2016

LEI Nº 4.430, de 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar por anulação, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	53	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0204 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção Secretaria de Administração		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	12	200.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA 097/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 097/2016

Partes: Município de Porto União e DMC, Distribuidoras, Comércio D' Medicamentos Ltda - EPP.

0.1 Descrição do Item:

Concede-se o reequilíbrio financeiro para o item 06 – Succinato de metoprolol 50 mg, passando para o valor de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de novembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 030/2016 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 012/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP,
Mercado Kosera Ltda – ME,
Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP,
Supermercado Dukelli Ltda – ME e
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Porto União SC, 22 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 033/2016 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 013/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
W. F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda - ME.
Porto União SC, 02 de dezembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2016 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 017/2016 - FAS
Pregão Presencial 014/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda e
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Porto União SC, 23 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2016 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 018/2016 - FAS
Pregão Presencial 015/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Famma Comércio de Veículos Ltda.
Porto União SC, 24 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 106/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 196/2016
Pregão Presencial 106/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Anderson Jose Paludo - ME.
Porto União SC, 23 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 107/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 200/2016 – Registro de Preços
Pregão Presencial 107/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Nutriport Comercial Ltda,
Merco Soluções em Saúde S/A e
PFG Comercial Ltda – ME.
Porto União SC, 25 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 108/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 201/2016
Pregão Presencial 108/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
D.S.J. Serviços Médicos Ltda – ME.
Porto União SC, 28 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 109/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 204/2016
Pregão Presencial 109/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Mecânica Marjovan Ltda - EPP.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 110/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 205/2016
Pregão Presencial 110/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda – EPP.
Porto União SC, 02 de dezembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 006/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 031/2016 - EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 006/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
J. Lopes Construções Ltda – EPP e
Rocha Empreendimentos Ltda.
Porto União SC, 25 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 008/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 194/2016

Pregão Eletrônico 008/2016

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 21 de novembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 034/2016 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 014/2016

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 28 de novembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 566/2016

DECRETO Nº 566/2016

EMENTA: "Homologa Termo Aditivo ao Convênio nº 2016TR000981 firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado o Termo Aditivo ao Convênio nº 2016TR000981 firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 07 de dezembro de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 567/2016

DECRETO Nº 567/2016

EMENTA: "Homologa Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 2016TR000423 - Processo nº SDR26 1325/2016 firmado entre ao Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 2016TR000423 - Processo nº SDR26 1325/2016 firmado entre ao Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 07 de dezembro de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 568/2016

DECRETO Nº 568/2016

EMENTA: "Homologa Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 2016TR001461 - Processo nº SDR26 2529/2016 firmado entre ao Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 2016TR001461 - Processo nº SDR26 2529/2016 firmado entre ao Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 07 de dezembro de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

DECRETO Nº 569/2016

DECRETO Nº 569/2016

EMENTA: "Homologa Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 818433/2015/ME/Caixa, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 818433/2015/ME/Caixa, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 27 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 07 de dezembro de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2016

EXTRA TO

O Fundo Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09h00min (nove horas), do dia 21 (vinte e um) de dezembro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, "gasolina comum, óleo diesel S500 e óleo diesel S10", a serem entregues diretamente no tanque de depósito de combustíveis no local indicado pela municipalidade, para atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos das Secretarias Municipais, no exercício de 2017, sob regime de entrega parcelada, conforme relação dos itens e quantidades constante no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO PREGÃO 39/2016

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU- SC

Departamento de Licitações e Compras

CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL 39/2016

O Município de Presidente Nereu, torna público que fica CANCELADO o Pregão do dia 13/12/2016 as 14:00 horas, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR POR DETERMINAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL . Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura. Presidente Nereu, 07 de dezembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PAGO POR CONSULTA REALIZADA Nº 07/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 07 / 2016

“OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.”

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.488.313/0001-45, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, faz saber pelo presente EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 7 / 2016 que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, a partir do dia 08/12/2016 às 14:15 horas até 31/12/2016 às 17:00 horas, de interessados em prestar os serviços constantes no objeto desta licitação. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, no Centro Administrativo Municipal, na Praça Leão Dehon, nº. 50, centro, na cidade de Presidente Nereu/SC.

1 – OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas que deverão prestar os serviços de CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016, com os valores constantes na tabela.

2 -DO CREDENCIAMENTO

2.1 – Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal.

2.2 - O credenciamento, para pessoas jurídicas, consistirá basicamente na apresentação dos seguintes documentos:

- a) – Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) – Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13 de setembro de 2002. Será feita consulta on-line.
- d) – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, (alvará de localização e/ou DIC documento de identificação de Contribuinte).
- e) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- f) – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciante.
- g) – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciante.
- h) – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- j) – Certidão negativa de falência ou concordada expedida pelo distribuidor da sede do credenciante, com data não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Proposta.
- l) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.
- m) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

n) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCICIO DE 2016. bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de exames em anexo V.

2.3 Em se tratando de pessoas físicas, ou seja, profissionais liberais, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) – Certidão Negativa Federal;
- b) – Certidão Negativa Estadual;
- c) - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do seu domicílio;
- d) - carteira de identidade e CPF.
- e) - Certidão de regularidade junto a justiça do Trabalho.
- f) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.
- h) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada pela credenciante.
- i) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCICIO DE 2016, bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de exames em anexo V.
- j) – Comprovação de habilitação profissional (Diploma de Nível Superior) para desempenho da função para a qual pretende o credenciamento.
- l) – CRM (certificado de Registro Medicina).

2.4 - As informações relativas à habilitação, são de inteira responsabilidade do credenciante, que responderá cível e criminalmente por estas.

2.5 - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por tabelião ou, por Servidor Municipal.

2.6 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

3.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 7 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 7 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: 4 - FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas de DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCICIO DE 2016., emitida pelo Secretário da Saúde;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei;

5 - VIGÊNCIA:

5.1 – O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

5.2 - O credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

7 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 c) - Os serviços de clínico geral serão prestados no Posto de saúde do Município de Presidente Nereu nos seguintes dias: segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de expediente do Posto de Saúde.

8 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

8.1 Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

9- DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

9.2 – O(A) credenciado(a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao descredenciamento.

9.3 - Pelo atraso injustificado na realização das consultas, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

9.4 - Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

9.5 - Ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

9.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

-Anexo I – Tabela de Valores dos serviços.

-Anexo II -Modelo de Declaração de Idoneidade.

-Anexo III -Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º.inciso XXXIII da CF).

-Anexo IV – Declaração de que concorda na prestação dos serviços.

-Anexo V – Minuta contrato (Termo de Credenciamento).

9.7 - O processo licitatório, os termos do contrato e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através do telefone (47) 3362-1108 ou fax 3362-1115, ou pessoalmente (Praça Leão Dehon, 50 Presidente Nereu/SC) junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Presidente Nereu/SC.

Presidente Nereu, 07 de dezembro de 2016.

BENITO BRAND
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	500	CSUTA	CONSULTAS EM CLINICA GERAL	35,00	17.500,00
---	-----	-------	----------------------------	-------	-----------

ANEXO II**MODELO**

À Comissão de Licitações
Declaração de Idoneidade

(Razão Social da Credenciante) ., através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Assinatura

ANEXO III

MODELO

À Comissão de Licitações

DECLARAÇÃO

A empresa (ou pessoa física)declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de credenciante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento Público nº. 07/2016, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao
Município de Presidente Nereu
Comissão de Licitação

A empresa (ou pessoa física) , inscrita no CNPJ/CPF sob o nº , declara que concorda em prestar os serviços de consultas médicas, com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº 07/2016 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretaria da Saúde, de segunda-feira a sexta-feira.

..... de de 2016

Assinatura

ANEXO V

TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº07/2016, "OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCICIO DE 2016. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR":

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro,, (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob n.º , estabelecida na Rua em ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade com RG n.º ... e CPF n.º , residente e domiciliado na Rua em....., doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O EXERCICIO DE 2016. conforme tabela de valores abaixo discriminados:

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	500,00	CSUTA	CONSULTAS EM CLINICA GERAL	35,00	17.500,00
---	--------	-------	----------------------------	-------	-----------

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 07/2016.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento da mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- c) - Os serviços de clínico geral serão prestados no Posto de saúde do Município de Presidente Nereu nos seguintes dias: segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de expediente do Posto de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial,

caso a CREDENCIADA:

- b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
- b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
- b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
- b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
- b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 07/2016 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, de de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 06/2016 - PREGÃO 04 / 2016

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 06/2016

Aos 07 dias do mês de dezembro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob nº 13.735.201/0001-89, neste ato representada pela Senhora Secretária de Assistência Social Claudelice Belegante, doravante denominado "Contratante" e de outro lado TAMARA FURLAN CAPELIN, inscrita no CPF sob nº. 026.365.520-22 sede a Avenida João XXIII, S/N, Bairro Centro no município de Presidente Nereu, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente termo aditivo, CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO PARA O CRAS COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS.

CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR

Pelos execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

- 1) Pelos serviços contratados a contratante pagará ao contratado, a importancia de R\$ 29.904,72 (vinte e nove mil novecentos e quatro reais e setenta e dois centavos) divididos em 12 (doze) parcelas mensais de igual valor de 2.492,06 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados no mês de outubro deste ano pelo índice IGPM, após ter dado um ano de contratação com o município conforme pregão presencial.

CLÁUSULA QUARTA: VIGÊNCIA

Fica aditado o prazo deste contrato que terá início no dia 16 de janeiro de 2017 e fim em 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por mais períodos até o limite da lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DA DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, 07 de dezembro de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE
SECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

TAMARA FURLAN CAPELIN
Contratada

Testemunhas:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CPF 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF 018.560.459-51

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO 18/2013 - PREGÃO 05/2013

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC E A EMPRESA IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.699/0001-28, com sede na Praça Leão Dehon, 50, Bairro Centro, Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor Antonio Francisco Comandoli, e;

CONTRATADA: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Av Trompowsky , 354 sala 701, centro de Florianópolis/SC, neste ato representada pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 05/2013, vinculado ao Pregão Presencial nº 05/2013, tendo entre si, como justo e contratado, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

0.1. Constitui objeto do presente Pregão Presencial o LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, para atender a demanda.

O Contrato fica aditado por mais doze (12) meses a partir de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 podendo ser prorrogado por até períodos se for de interesse de ambas as partes e continuar mostrando-se viável para a administração municipal até o limite de 48 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

1) Pelos serviços contratado a contratante foram reajustados pelo índice IPCA vigente de 7,84% (sete vírgula oitenta e quatro por cento) pagará ao contratado se necessário conforme a utilização dos serviços, a importância de R\$ 92.502,23 (oitnoventa e dois mil quinhentos e dois reais e vinte e três centavos) divididos em (12) doze parcelas mensais, conforme a necessidade de uso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das

testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 07 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
CONTRATANTE

ALDO LUIZ MEES
IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CPF: 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF: 018.560459-51

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2015 - PREGÃO 40/2015

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 36/2015

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa GUILHERME FEUSER 07120296990 pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 22.382.605/0001-27 com sede na Avenida Desembargador Erico Torres, nº 437, Centro - Presidente Nereu, neste ato representado pelo Sr.GUILHERME FEUSER residente e domiciliado em Presidente Nereu inscrita no CPF sob N.º 071.202.9699-90 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE INFORMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO A SEREM PRESTADOS NA SALA DE INFORMÁTICA DA ESCOLA JAIME GILI DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados no mês de outubro deste ano pelo índice IGPM, após ter dado um ano de contratação com o município conforme pregão presencial.

CLÁUSULA TERCEIRA: VIGÊNCIA

Fica aditado o prazo deste contrato que terá início no dia 16 de janeiro de 2017 e fim em 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por mais periodos até o limite da lei 8666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DA DEMAIS CLAUSULAS

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, 07 de dezembro de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

GUILHERME FEUSER 07120296990
CNPJ 22.382.605/0001-27

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CPF 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF 018.560.459-51

DECRETO 124/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 124, de 24 de novembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.01000000 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$20.000,00 (vinte mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01000000 20.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 24 de novembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 223 DE 07/12/2016

DECRETO Nº. 223, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BEM PARA REALIZAR CONserto E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XXIX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Especial, encarregada de avaliar o bem Municipal Rolo Compactador, marca Bomag, ano 2013, PM 3720, para avaliar as condições de funcionamento, a fim de verificar a necessidade de realização de conserto, a comissão fica assim constituída pelos membros abaixo relacionados, presidida pelo primeiro.

- I – Inácio O. Klein
- II – Darci Schnorr
- III – Giovani Furtin
- IV – Mário Tenroller
- V – Adriano Philipsen

§ 1º. Cabe a comissão emitir laudo sobre as condições dos respectivos bens.

§ 2º. A comissão terá prazo de no máximo 15 (quinze) dias para a avaliação e emissão do respectivo laudo.

§ 3º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
07 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

DECRETO 224 DE 07.12.2016.

DECRETO Nº. 224, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA DESDOBRAMENTO DE IMÓVEL

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º. O presente memorial descritivo tem como objetivo, demonstrar o Desdobro de PARTE DO LOTE URBANO Nº. 180 (cento e oitenta), com a área de 300,00 m², matrícula nº 8.118 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro - SC, situado na Rua Paraná, nesta cidade de Princesa - SC. E PARTE DO LOTE URBANO nº. 180 (cento e oitenta), com a área de 700,00 m², matrícula Nº 8.521 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro - SC, situado na Rua Paraná esquina com a Rua Rio Grande do Sul nesta cidade de Princesa – SC, de propriedade dos Senhores Claudinei P. Morsch e Danielle C. Morsch.

Com o desdobramento resultarão 02 (dois) lotes com área e confrontações a seguir:

ÁREAS PRIMITIVAS

PARTE DO lote urbano nº. 180, com a área de 300,00 m², situado na Rua Paraná, no Município de Princesa – SC, de propriedade de DANIELLE CEMIN MORSCH e CLAUDINEI PAULO MORSCH, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NORDESTE: com parte do mesmo Lote Urbano Nº 180, medindo 20,00 metros;

SUDESTE: com o Lote Urbano Nº 178, medindo 15,00 metros;

SUDOESTE: com o Lote Urbano Nº 110, medindo 20,00 metros;

NOROESTE: com a Rua Paraná, medindo 15,00 metros; e fechando assim o perímetro.

PARTE DO lote urbano nº. 180, com a área de 700,00 m², situado na Rua Paraná esquina com a Rua Rio Grande do Sul, no Município de Princesa – SC, de propriedade do Município de Princesa/SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NORDESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,00 metros;
 SUDESTE: com o Lote Urbano Nº 178, medindo 35,00 metros;
 SUDOESTE: com parte do mesmo Lote Urbano Nº 180, medindo 20,00 metros;
 NOROESTE: com a Rua Paraná, medindo 35,00 metros; e fechando assim o perímetro.

ÁREA A DESDOBRAR

PARTE DO lote urbano nº. 180, com área de 189,75 m², situado na Rua Paraná, no Município de Princesa – SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NORDESTE: com parte do Lote Urbano Nº 180-A, medindo 20,00 metros;
 SUDESTE: com o Lote Urbano Nº 178, medindo 9,4875 metros;
 SUDOESTE: parte do Lote Urbano Nº 180-B, medindo 20,00 metros;
 NOROESTE: com a Rua Paraná, medindo 9,4875 metros; e fechando assim o perímetro.

ÁREAS APÓS O DESDOBRAR

PARTE DO lote urbano nº. 180-B, com a área de 300,00 m², e PARTE DO LOTE URBANO Nº 180-B, com a área de 189,75 m², perfazendo uma área total de 489,75 m², situado na Rua Paraná, a uma distância de 25,512 metros da esquina com a Rua Rio Grande do Sul, no Município de Princesa – SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NORDESTE: com parte do mesmo Lote Urbano Nº 180-A, medindo 20,00 metros;
 SUDESTE: com o Lote Urbano Nº 178, medindo 24,4875 metros;
 SUDOESTE: com o Lote Urbano Nº 110, medindo 20,00 metros;
 NOROESTE: com a Rua Paraná, medindo 24,4875 metros; e fechando assim o perímetro.

Observação: O Lote possui uma APP (Área de preservação permanente) consolidada, com área de 461,98 m², sendo esta APP com faixa de 15,00 m ao longo do curso d'água canalizado e determinada através do Estudo Sócio Ambiental, e possui um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), SIG nº 06.2011.00001505-7 da Promotoria de Justiça de São José Cedro – SC.

PARTE DO lote urbano nº. 180-A, com a área de 510,25 m², situado na Rua Paraná, esquina com a Rua Rio Grande do Sul, no Município de Princesa – SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NORDESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,00 metros;
 SUDESTE: com o Lote Urbano Nº 178, medindo 25,5125 metros;
 SUDOESTE: com parte do mesmo Lote Urbano Nº 180-B, medindo 20,00 metros;
 NOROESTE: com a Rua Paraná, medindo 25,5125 metros; e fechando assim o perímetro.

Observação: O Lote possui uma APP (Área de preservação permanente) consolidada, com área de 9,46 m², sendo esta APP com faixa de 15,00 m ao longo do curso d'água canalizado e determinada através do Estudo Sócio Ambiental, e possui um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), SIG nº 06.2011.00001505-7 da Promotoria de Justiça de São José Cedro – SC.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
 07 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº220/2016 DE 07/12/2016

DECRETO Nº. 220, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei nº. 836, de 05 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.403,81 (Treze mil, quatrocentos e três reais e oitenta e um centavos), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(87) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	13.403,81
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	13.403,81

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 13.403,81 (Treze mil, quatrocentos e três reais e oitenta e um centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(88) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	13.403,81
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	13.403,81

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 07 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento
Prefeito Municipal

DECRETO Nº221 DE 07/12/2016

DECRETO Nº. 221, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0023.2.023 Manutenção das Atividades da Saúde

MODALIDADE:	(57) 3.1.90.00.0.3.0002.0000-	Aplicações Diretas	R\$	37.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.00002.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	37.000,00
TOTAL GERAL			R\$	37.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 07 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento
Prefeito Municipal

DECRETO Nº222 DE 07/12/2016

DECRETO Nº. 222, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(11) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.200,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.200,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 07 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 54/2016 - GL - LISMOTOR

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: GL – LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES LTDA

Contrato: 54/2016-PM

Processo Licitatório: 100/2016-PM

Pregão Presencial: 72/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Aquisição de PEÇAS e MÃO DE OBRA para substituição no MOTOR DO TRATOR marca NEW HOLLAND, modelo TS6020, ano 2008, PM 3137."

Data da Assinatura: 07/12/2016

Data da Publicação: 08/12/2016

Vigência: de 08/12/2016 a 07/01/2017

Valor Total do contrato: R\$ 14.547,65 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5675, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5675, de 06 de dezembro de 2016.

"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013, 2014 E 2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam regularizados os cancelamentos, na Dívida Flutuante da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os saldos de restos a pagar processados e não processados dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 que totalizam R\$ 827.772,35 (oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Parágrafo Único – Os valores constantes do caput deste artigo se encontram discriminados por ano, credor, número de empenho e valor, em relação que passa a fazer parte inseparável deste Decreto.

Art. 2º - Os pagamentos que vierem a ser reclamados em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderão ser atendidos à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5676, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5676, de 06 de dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 18.156,19 (dezoito mil, cento e cinquenta e seis reais e dezenove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando as suplementações das seguintes dotações orçamentárias:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03675541	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado		
2.090	Blmac - Ceo	R\$	4.180,06
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03675541	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	R\$	13.976,13
	TOTAL	R\$	18.156,19

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
06 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5677, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5677, de 06 de dezembro de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Blfab - Farmácia Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01670100	Farmácia Básica - Estadual	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Blfab - Farmácia Básica		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01670100	Farmácia Básica - Estadual	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
06 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5678, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5678, de 06 de dezembro de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 26.481,72 (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	19.200,30
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.127	Programa Brasil Carinhoso		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01379900	Brasil Carinhoso	R\$	7.281,42
	TOTAL	R\$	26.481,72

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 26.481,72 (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	19.200,30
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.127	Programa Brasil Carinhoso		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01379900	Brasil Carinhoso	R\$	7.281,42
	TOTAL	R\$	26.481,72

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 13/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 13/2016

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO § 2º DO ARTIGO 187 PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
250/2016	26/09/16	CRIS APARECIDA GONÇALVES ME	15.171.198/0001-43
299/2016	07/12/16	DANIEL CAVILHA & CIA LTDA	07.029.821/0001-08
246/2016	15/09/16	EXECUTIVA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA ME	12.563.768/0001-52
273/2016	22/11/16	GILBERTO KOCH EMPRESA EDITORA LTDA ME	12.558.422/0001-66
28/2015	09/04/15	MARCIANO DA SILVA REPRESENTAÇÕES ME	09.469.871/0001-23
281/2016	25/11/16	MARISTELA BATISTA PEREIRA DE SOUZA	636.986.849-34
282/2016	28/11/16	SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA S/A LTDA	79.364.147/0002-00
277/2016	23/11/16	TARCISIO CIMARDI	733.918.089-34

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
264/2016	31/10/16	DANIELE PAWLACK E CIA LTDA ME	09.623.220/0001-46
77/2016	21/10/16	FM COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA ME	20.328.940/0001-11
154/2015	09/04/15	MARCIANO DA SILVA REPRESENTAÇÕES ME	09.469.871/0001-23
44/2016	13/10/16	NO PONTO BEBIDAS PARA EVENTOS LTDA ME	11.509.162/0001-76
		Rio do Sul, 07 de dezembro de 2016.	

James Ocácio Prust
Secretário Municipal da Fazenda
Pref. Mun. de Rio do Sul

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização
Pref. Mun. de Rio do Sul

Portaria n.º 1334/RH

PORTARIA Nº 1334/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) NADIA CRISTINA MARTINS GONÇALVES, matrícula n.º 75370, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em virtude de ter direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 11/10/2016, de acordo com o Art. 40º, § 5º, da CF, e ter permanecido em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 11/10/2016.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
JOT

RESULTADO FINAL PROVISÓRIO - CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO DO MAGISTÉRIO - EDITAL 002/2016

RESULTADO PROVISÓRIO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA

ANO LETIVO 2017 – MAGISTÉRIO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração e Elenir Holler, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 309/2015, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO PROVISÓRIO DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (POR CONCURSO E POR PERMUTA) – ANO LETIVO 2017 do Magistério Público Municipal.

EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	TEMPO SERVIÇO (DIAS)	HORAS APERFEIÇOAMENTO
MÁRCIA WESSNER VINOTTI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	11 anos, 7 meses e 29 dias	92
ÉRIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCÂNTARA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	4 anos 2 meses e 29 dias	274
ANA LÚCIA KAMMERS DOS SANTOS	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	4 anos 2 meses e 29 dias	108
DENISE ADRIANA DA SILVA LAURINDO	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	4 anos 2 meses e 29 dias	92
DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	1 ano, 8 meses e 9 dias	371
ANA PAULA DIECKMANN FERNANDES	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	1ano, 2 meses e 29 dias	629
PATRÍCIA SOARES	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	1ano, 2 meses, 27 dias	340
BÁRBARA CRISTINE PONTICELLI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	1ano, 2 meses, 27 dias	96
IVONE INÊS SAWICKI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 29 dias	95

PATRÍCIA KOHLS VON PARASKI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	922
JERUSA SCHIOCHET	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	554
DANIELA PAUL PARMA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	540
FERNANDA ROHLING	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	491
ELIANE MIRANDA WEISS KLAUMANN	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	360
ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	320
CINEIDE MARILÉIA MOSER	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	320
ROSELI CALBUCH	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	96
MÁRCIA TEREZINHA DELA JUSTINA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	71
LEILA KLAUMANN	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	424
VIVIANE VIEIRA POSSAMAI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses 19 dias	134
CAMILA SCHMÖELLER	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses e 18 dias	600
TASIANI ARNOLD	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses e15 dias	248
PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 8 meses e13 dias	335
PATRÍCIA MELLO SORDI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 7 meses e 8 dias	300
SILVIA SEBOLD BACH	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 6 meses e 29 dias	660
VANESSA DA ROCHA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 4 meses e 29 dias	540
LUCIANA DE MATOS	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 4 meses e 29 dias	300
KAUANA KARUZE DA SILVA XAVIER	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 4 meses e 29 dias	112
ELISIANI ANDRADE	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 4 meses e 7 dias	164
CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 3 meses e 24 dias	59
CLÁUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 2meses e 22 dias	0
PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 2 meses e 15 dias	0
CRISTIANE ODERDENG	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 0 meses e 28 dias	55
LUCIANE BARTH ERRATH	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 0 meses e 27 dias	240
JULIANA MORETTI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0 anos, 0 meses e 20 dias	330
FRANCISCA ERLETE MARTINS TOMAZ	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0	570
CÁTIA KOHL HANG	PEDAGOGIA	ESPECÍFIC	0	300
CÍNTIA LUSIA BATISTI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0	21

ANOS INICIAIS

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
MARILENE BACK ESPÍNDOLA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	14 anos, 8 meses e 5 dias	61
RAQUEL PITZ	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	12 anos, 6 meses e 21 dias	68
ANA CLAUDIA DEMARCH FRANCESCHI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	12 anos, 5 meses e 27 dias	604
CLÉIA SCHMÖLLER CENZI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	9 anos, 9 meses e 8 dias	242
MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	9 anos, 7 meses e 29 dias	360
LEILA PATRÍCIA CONTI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	5 ANOS, 10 MESES E 29 DIAS	154
REGIANE APARECIDA ESPINDOLA	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	0	64
DIRCILEY APARECIDA TERTO DA SILVA	SOCIOLOGIA	ESPECÍFICA	0	280

PEDAGOGO

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
ELIANE LÉA VICENTE TESTONI	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	20 anos, 2 meses e 22 dias	315
JOSELA ESTOELE	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	9 anos, 5 meses e 29 dias	551
CAROLINE FRAINER	PEDAGOGIA	ESPECÍFICA	4 anos, 2 meses e 29 dias	42
SIMONE CÁCERES ALBINO	PEDAGOGIA	-----	9 anos, 8 meses e 23 dias	56

HISTÓRIA

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
MARINEUSA DOERNER OLIVO	HISTÓRIA	ESPECÍFICA	26 anos, 3 meses e 28 dias	0
MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI	HISTÓRIA	ESPECÍFICA	22 anos, 3 meses e 28 dias	0
MARCELO FRANCISCO SCHMITT	HISTÓRIA	ESPECÍFICA	4 anos, 2 meses e 29 dias	305

CIÊNCIAS

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
JOICE SABINA MAY	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ESPECÍFICA	4 anos, 2 meses e 29 dias	95
LÚCIA FERREIRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ESPECÍFICA	2 anos, 3 meses e 29 dias	0

EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
CYBELLE DOEDERLEIN SOARES SCHLEMPER	EDUCAÇÃO FÍSICA	MESTRADO ESPECÍFICO	0 anos, 3 meses e 23 dias	36
HELMUT LINDNER FILHO	EDUCAÇÃO FÍSICA	ESPECÍFICA	22 anos, 4 meses e 29 dias	56
VÂNIA TEREZINHA PESSOA	EDUCAÇÃO FÍSICA	ESPECÍFICA	4 anos, 2 meses e 29 dias	376
JOANA LUÍSA WEHMUTH	EDUCAÇÃO FÍSICA	ESPECÍFICA	4 anos, 2 meses e 29 dias	0
CLEIDE SCHREIBER	EDUCAÇÃO FÍSICA	ESPECÍFICA	2 anos, 0 meses e 22 dias	20
ADRIANA PASSOS BONALDO	EDUCAÇÃO FÍSICA	GESTÃO EMPRESARIAL E MARKETING	4 anos, 2 meses e 29 dias	578
GRACIELA LUCIANE HEINZ KRIEGER	EDUCAÇÃO FÍSICA	-----	3 anos, 11 meses e 25 dias	0

INFORMÁTICA

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
GILBERTO VENDRAMIN JÚNIOR	INFORMÁTICA	ESPECÍFICA	1 ano, 2 meses, 25 dias	534
DIEGO JACOMINI	INFORMÁTICA	ESPECÍFICA	0 anos, 11 meses e 20 dias	460
GUILHERME HUGO PAYERL	INFORMÁTICA	-----	1anos, 2meses, 20 dias	51

PORTUGUÊS

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
ILSON JOSÉ FURTADO	LETRAS	ESPECÍFICA	21 anos, 7 meses e 29 dias	112

VALDIRENE CONZATTI MELVERSTET	LETRAS	ESPECÍFICA	21 anos, 4 meses e 29dias	76
REGINA BAZZANI KRETZER	LÍNGUA PORTUGUESA	ESPECÍFICA	14 anos, 8 meses e 5dias	332

INGLÊS

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
ILSON JOSÉ FURTADO	LETRAS	ESPECÍFICA	21 anos, 7 meses e 29dias	112
DÉBORA OSSEMER SCHLUP	LÍNGUA PORTUGUESA	ESPECÍFICA	14 anos, 7 meses e 14 dias	250
MERI ADRIANA BAADE BECKER	LÍNGUA PORTUGUESA	ESPECÍFICA	14 anos, 0 meses e 22dias	440

ENSINO RELIGIOSO

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	-----	1 ano, 1 mês e 28 dias	176

ARTES

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
SIMONE CORADINI	ARTES VISUAIS	ESPECÍFICA	4 anos, 2 meses e 29 dias	250 HORAS
GISELE MARA POSSAMAI JASPER	ARTES VISUAIS	ESPECÍFICA	0 anos, 6 meses e 29 dias	173 HORAS

GEOGRAFIA

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
ERIVONETE COSTA LÚCIO	GEOGRAFIA	ESPECÍFICA	14 anos, 8 meses e 25dias	82
ARLETE SE SOUZA	CIÊNCIAS SOCIAIS	ESPECÍFICA	12 anos, 8 meses e 20dias	200
TIAGO CORADINI	GEOGRAFIA	ESPECÍFICA	1 ano, 7 meses e 20 dias	272

MATEMÁTICA

NOME	HABILITAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA	TEMPO SERVIÇO	HORAS APERFEIÇOAMENTO
KLAIRY SIMONE WUTZOW	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	DOUTORADO	0	0
JOANILCE H. MICHELS	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	ESPECÍFICA	20 anos, 8 meses e 16 dias	66
CAROLINE FRIEDEL	MATEMÁTICA	ESPECÍFICA	0 anos, 7 meses e 29 dias	560

Rio do Sul (SC), 07 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ELENIR HOLLER
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

RESULTADO FINAL PROVISÓRIO - CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO GERAL - EDITAL 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

RESULTADO FINAL PROVISÓRIO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO – 2016

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal e Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 309/2015, Decreto n. 2.667/2012 e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL PROVISÓRIO do Concurso Interno de Remoção – Geral, conforme a seguir:

GABINETE DO PREFEITO									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
BRUNO DA SILVA OSSEMER	AGENTE ADMINISTRATIVO	Secretaria de Administração	Gabinete do Prefeito	13	0	0	0	10	33
MAICON PATRICK FARIAS	MOTORISTA DE CAMINHÃO	Secretaria de Educação	Gabinete do Prefeito	0	0	3	10	10	23

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
DANIELA FERNANDES DOS SANTOS	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente	17	0	2	10	0	29

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
VANESSA FEY	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente	44,5	10	10	10	10	84,5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
SIMONE KLEHM	Agente Administrativo	Gabinete do Prefeito	Secretaria de Administração	35	10	3	10	10	68
BRUNA VENTURI	Agente Administrativo	CE Guilherme Butzke	Secretaria de Administração	15	0	0	10	10	35
SANDRA FIGUEREDO	Agente Administrativo	CE Anibal de Barba	Secretaria de Administração	3	10	1	10	10	34
ALEXANDRA PEREIRA LEMOS	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde	Secretaria de Administração	0	0	0	10	10	20
PATRICIA REGINA HOEGEN	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde	Secretaria de Administração	0	10	4	10	0	24
ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CE Guilherme Butzke	Secretaria de Administração	0	0	2	10	10	22
ALMIR BOLDUAN	Analista de Sistemas	Secretaria de Saúde	Secretaria de Administração	25	0	2	10	10	47

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
JONAS HENRIQUE SALVADOR	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde	Secretaria da Fazenda	14,5	0	3	10	10	37,5

PROCURADORIA JURÍDICA									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
VINÍCIUS FERNANDES BIFF	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Procuradoria Jurídica	37	0	0	10	10	57
EMANUELA DOLZAN	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Procuradoria Jurídica	33	0	0	10	10	53
RAFAEL PACHER	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Procuradoria Jurídica	12,5	0	0	10	10	32,5
PABLO VINÍCIUS SMANIOTO	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde	Procuradoria Jurídica	0	0	0	10	10	20

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA									
Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Desempenho	Serviço	Disciplina	Total
FRANCIELE LIPPEL LAUBENSTEIN	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Secretaria de Agricultura	16,5	0	0	10	10	36,5



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
CATIA APARECIDA GONÇALVES	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Belmarli		Secretaria de Saúde	0	0	0	0	0	10	10	10	20
DIANA BARCELOS DAMORI	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEPLAS		Secretaria de Saúde	5,5	0	0	0	0	10	0	0	15,5
ROLF RUDI KUSTERKO	Motorista de Caminhão	Secretaria de Assistência Social		Secretaria de Saúde	4,5	10	13	10	10	10	10	10	47,5
MARCIO DE SOUZA	Motorista de Caminhão	Secretaria de Educação		Secretaria de Saúde	7	10	10	10	10	10	10	10	47
CLEBSON CUSTODIO DA CONCEIÇÃO	Motorista de Caminhão	Secretaria de Assistência Social		Secretaria de Saúde	5	0	2	10	10	10	10	10	27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
MARISTELA SCUR DA SILVA	Assistente Social	Secretaria de Educação		Secretaria de Assistência Social e Habitação	0	0	2	10	10	10	10	10	22
NADIR XAVIER	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEPLAS		Secretaria de Assistência Social e Habitação	0	10	7	10	10	0	0	0	27
CACILDO JOÃO FURLANI	Motorista de Caminhão	Secretaria de Educação		Secretaria de Assistência Social e Habitação	9,5	10	13	10	10	10	10	10	52,5
LARIANE SOUZA PEREIRA	Psicóloga	Secretaria de Saúde		Secretaria de Assistência Social e Habitação	3	0	0	10	10	10	10	10	23

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
MARIA LUZIA HEIDRICH	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Sebastião Back		Secretaria de Obras	0	0	2	10	10	10	10	10	22
OSNILDA ODERENGE	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CE Guilherme Butzke		Secretaria de Obras	0	0	0	10	10	0	0	0	10
ADRIANA IUNCEK RAMOS	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde		Secretaria de Obras	11,5	0	0	10	10	10	10	10	31,5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI ILSE SOLDATELLI

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
LIZETE MARTINS RENGEL	Cozinheiro	CEI Cobras		CEI Ilse Soldatelli	0	0	2	10	10	10	10	10	22

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI EGÍDIO DALMARCO

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
ROSI ERHARDT	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEPLAS		CEI Egídio Dalmarco	2,5	10	7	10	10	10	10	10	39,5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CE ROBERTO MACHADO

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
ROSI VILKE	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CE Aníbal de Barba		CE Roberto Machado	0	0	4	10	10	10	10	10	24

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CE RICARDO MARCHI

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
ANGELA CRISTINA SMANIOTTO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CE Aníbal de Barba		CE Ricardo Marchi	0	0	0	10	10	10	10	10	20

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI FRANCISCO FLEISNER

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
BRUNA FATIMA OLIVEIRA DA ROSA	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CE Ricardo Marchi		CEI Francisco Fleisner	0	0	2	10	10	0	0	0	12

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CE PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI - CEPLAS

Nome	Cargo	Atual	Lotação	Inscrição	Aperfeiç.	Aliação	Deser	Tempo	Serviço	Qualidade	Discipli	Pontualidade	Total
ADRIANA FRANZEN	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Ilse Soldatelli		CEPLAS	0	10	5	10	10	10	10	10	35
NATÁLIA DE FÁTIMA DE MOURA VILOTTI	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Dr. Romão Traucynski		CEPLAS	0	0	10	0	0	0	0	0	10
ROSANGELA JOHANN	COZINHEIRO	CE Daniel Maschio		CEPLAS	0	0	3	10	10	0	0	0	13



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI BELMARI DA SILVA										
Nome	Cargo	Atual	Lotação	Aperfeiç.	Matrícula	Desempenho	Serviço	Disciplina	Pontualidade	Total
TEREZINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FR	Cozinheiro	CE	Guilherme Butzke	0		0	2	10	10	22
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI DR. ROMÃO TRAUCCZYNSKI										
Nome	Cargo	Atual	Lotação	Aperfeiç.	Matrícula	Desempenho	Serviço	Disciplina	Pontualidade	Total
MARLETE BARBINO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Belmari da Silva	CEI Dr. Romão Trauczynski	0		0	0	10	0	10

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.778/2016

DECRETO Nº. 3.778/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 260.927,00 (Duzentos e sessenta mil, novecentos e vinte e sete reais), conforme discriminação a seguir:

03.03 – Encargos Especiais	
28.846.0031.0.0030000 – Pagamento de Precatórios	
() 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	260.927,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	260.927,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 260.927,00 (Duzentos e sessenta mil, novecentos e vinte e sete reais), conforme discriminação a seguir:

03.03 – Encargos Especiais	
28.846.0031.0.0030000 – Pagamento de Precatórios	
(36) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	260.927,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	260.927,00

Art. 3º – Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal 2.217 de 07 de dezembro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
07 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

DECRETO 3.779/2016

DECRETO Nº. 3.778/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
------------------------	--

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(09) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	70.000,00
Fonte: 138 – Transferências do SUS / UNIAO	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, da Fonte de Recursos 138 - Transferências do SUS / UNIAO.

Art. 3º – Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal 2.218 de 07 de dezembro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
07 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.217/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.217/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 260.927,00 (Duzentos e sessenta mil, novecentos e vinte e sete reais), conforme discriminação a seguir:

03.03 – Encargos Especiais	
28.846.0031.0.0030000 – Pagamento de Precatórios	

() 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	260.927,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	260.927,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 260.927,00 (Duzentos e sessenta mil, novecentos e vinte e sete reais), conforme discriminação a seguir:

03.03 – Encargos Especiais	
28.846.0031.0.0030000 – Pagamento de Precatórios	
(36) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	260.927,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	260.927,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
07 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.218/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.218/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(09) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	70.000,00
Fonte: 138 – Transferências do SUS / UNIAO	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO, da Fonte de Recursos 138 - Transferências do SUS / UNIAO.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
07 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 92/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 92/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 3.002,10 (três mil e dois reais e dez centavos).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.005000 Manutenção do convenio SSP/Transito				
17	0110	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	441,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
35	0136	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.561,10

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 3.002,10 (três mil e dois reais e dez centavos), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.005000 Manutenção do convenio SSP/Transito				
20	0110	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	441,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
33	0136	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.561,10

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 01 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 093/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 93/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1306/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 105.650,00 (cento e cinco mil seiscentos e cinquenta reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				

31	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.650,00	
06.00 Secretaria de Infraestrutura					
06.02 Depto de Serviços Urbanos					
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos					
76	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.400,00	
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social					
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social					
082440028.2.028000 Assistência Social					
89	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00	
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social					
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social					
082440028.2.056000 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV					
101	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.000,00	
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
112	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	44.600,00	

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 105.650,00 (cento e cinco mil seiscientos e cinquenta reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Município					
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo					
133920021.2.0240000 Manutenção das atividades do setor de esportes					
10	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	859,20	
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.01 Depto de Administração					
041230007.2.007000 Contribuição para Associações de Municípios					
23	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.740,28	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.013000 Manutenção de Creche					
40	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.810,00	
41	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental					
42	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	231,82	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.015000 Merenda escolar educação infantil					
44	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11,96	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental					
49	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57,21	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					

123610018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
57	0101	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
66	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.400,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.1.027000 Execução de Pavimentação asfáltica e calçamento nas ruas do perímetro urbano				
72	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
77	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00
78	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.010,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.034000 Manutenção, ampliação e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
79	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	960,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.037000 Urbanização, mediante manutenção das ruas, avenidas, sinalização, arborização e ajardinamento				
85	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.562,95
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.058000 Manutenção das atividades do CRAS				
104	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.860,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.033000 Implantação de Telefonia Móvel e Internet na Área Rural				
111	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
114	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.146,58

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 094/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 94/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1307/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 12.080,00 (doze mil oitenta reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.057000 Média e Alta Complexidade				
35	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	12.080,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 12.080,00 (doze mil oitenta reais), a seguir especificados:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
267820040.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
5	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.080,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 095/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 95/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1307/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 38.020,00 (trinta e oito mil vinte reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
05	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Direta	12.600,00
15	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	17.420,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.057000 Média e Alta Complexidade				
35	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	8.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 38.020,00 (trinta e oito mil vinte reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação publica				
84	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.533,66
02.00 Gabinete do Prefeito Município				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.0230000 Festividades e Ruas natalinas de lazer				
8	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.386,34
06.00 Secretaria de Infraestrutura				

06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.034000 Manutenção, ampliação e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
81	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.048000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar				
98	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.926,69
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
114	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.234,31
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial para pecuária				
116	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.939,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 096/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 96/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1307/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 7.400,00 (sete mil quatrocentos reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
05	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Direta	7.400,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 7.400,00 (sete mil quatrocentos reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.042000 Vigilância Sanitaria				
30	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	4.900,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.055000 Vigilância em Saúde				
33	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	2.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1306/2016

LEI Nº 1306 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 128.030,00 (cento e vinte e oito mil e trinta reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
31	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.000,00
32	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.650,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
76	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	37.400,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
89	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.050,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.056000 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV				
101	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.330,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
112	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	44.600,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 128.030,00 (cento e vinte e oito mil e trinta reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Município				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.0240000 Manutenção das atividades do setor de esportes				
10	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	859,20
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041230007.2.007000 Contribuição para Associações de Municípios				
23	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.740,28
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.013000 Manutenção de Creche				

40	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.810,00
41	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				
42	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	231,82
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.015000 Merenda escolar educação infantil				
44	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11,96
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				
49	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57,21
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
57	0101	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
66	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.400,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.1.027000 Execução de Pavimentação asfáltica e calçamento nas ruas do perímetro urbano				
72	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
77	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	37.000,00
78	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.010,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.034000 Manutenção, ampliação e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
79	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	960,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.037000 Urbanização, mediante manutenção das ruas, avenidas, sinalização, arborização e ajardinamento				
85	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.562,95
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.058000 Manutenção das atividades do CRAS				
104	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.860,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.033000 Implantação de Telefonia Móvel e Internet na Área Rural				
111	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				

206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
114	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.526,58

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

JULIANO POCHMANN
Secretario de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº

LEI Nº 1307/2016

LEI Nº 1307 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
05	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Direta	20.000,00
15	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	20.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.057000 Média e Alta Complexidade				
35	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguir especificados:

01.00 Camara Municipal de Vereadores				
01.01 Camara Municipal de Vereadores				
267820040.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
5	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.080,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação publica				
84	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.533,66
02.00 Gabinete do Prefeito Município				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.0230000 Festividades e Ruas natalinas de lazer				
8	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.386,34
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				

267820040.2.034000 Manutenção, ampliação e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável					
81	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00	
09.00 Fundo Municipal de Saúde					
09.01 Fundo Municipal de Saúde					
103010025.2.042000 Vigilância Sanitaria					
30	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	4.900,00	
09.00 Fundo Municipal de Saúde					
09.01 Fundo Municipal de Saúde					
103010025.2.055000 Vigilância em Saúde					
33	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	5.000,00	
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social					
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social					
082440028.2.048000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar					
98	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.926,69	
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
114	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.234,31	
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária					
206060048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial para pecuaria					
116	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.939,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

JULIANO POCHMANN
Secretario de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº

PORTARIA Nº 247/2016 CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº 247/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses a funcionária Adrieli Jandrey matrículas nº 10740/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 07 de Dezembro de 2016 e terminando em 06 de Março de 2017, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº 248/2016

PORTARIA Nº 248/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 02 (três) mês meses e um mês convertido em pecúnia ao funcionário Eroni Allebrandt , matrículas nº 1368/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tecnólogo em Adm, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de ADM , de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 30 de Dezembro de 2016 e terminando em 27 de Fevereiro de 2017, conforme requerimento.

Art. 2º Retifica portaria 246/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso, SC, 07 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 225/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2016
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de dezembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS DIVERSOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL E ABASTECIMENTO DOS DIVERSOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RELATÓRIO EM ANEXO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 99/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2016 – FMS

Maior desconto sobre a Revista ABC Farma

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 20 de dezembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ALOPATICOS, ETICOS, SIMILARES E GENERICOS, PRESCRITOS POR MEDICOS PARA PACIENTES DO SUS DESTES MUNICIPIO. CONFORME REVISTA ABC FARMA E QUE NÃO FAÇAM PARTE DA FARMACIA BASICA.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1523/2016

DECRETO Nº 1523, DE 06 DE DEZEMBRO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 – Gestão do Gabinete do Prefeito

(1) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas – PC R\$ 48.000,00

(5) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 8.600,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(78) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 113.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(119) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 7.200,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

(221) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 2.100,00

(225) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 45.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(297) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 30.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(470) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 2.500,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(498) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 53.000,00

(501) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 22.600,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 – Gestão do Gabinete do Prefeito

- (2) 3.1.90.13.00.00.00 0100 - Obrigações Patronais R\$ 32.000,00
(3) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 3.429,00
(4) 3.1.90.94.00.00.00 0100 - Indeniz. e Restituições Trabalhistas R\$ 500,00
(6) 3.3.90.14.00.00.00 0100 - Diárias - Civil R\$ 1.600,00
(13) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.224,00
(14) 3.3.90.46.00.00.00 0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.847,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

- (74) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 44.000,00
(75) 3.1.90.13.00.00.00 0100 - Obrigações Patronais R\$ 64.000,00
(76) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 5.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

- (115) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 7.200,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

- (222) 3.1.90.13.00.00.00 0100 - Obrigações Patronais R\$ 30.000,00
(232) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.100,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

- (294) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 20.000,00
(295) 3.1.90.13.00.00.00 0100 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

- (472) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 2.500,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

- (499) 3.1.90.13.00.00.00 0100 - Obrigações Patronais R\$ 19.000,00
(500) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 40.000,00
(504) 3.3.90.30.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 16.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1524/2016

DECRETO Nº 1524, DE 06 DE DEZEMBRO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.110,00 (um mil e cento e dez reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão da Administrativa da SEMAS

(333) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.110,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão da Administrativa da SEMAS

(332) 3.3.90.37.00.00.00 0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 1.110,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 223/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 223/2016

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de animação com personagens natalinos para realização do Natal Mágico 2016 a ser realizado em São Bento do Sul, conforme especificações, horários e cronograma anexo.

CONTRATADO: Alana Cristine Cabral.

VALOR: R\$ 14.266,00

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2016.

JOCELITO PIERIN – SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Erbix e Sandostatin" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300700-21.2016.8.24.0058 e Autos nº 05813003577.4 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

Valor Total: R\$ 17.160,00

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 98/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 98/2016 – FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos Alopáticos, Eticos, Similares e Genéricos, prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC Farma e que não façam parte da Farmácia Básica.

Contratado: Serviço Social da Indústria.

Valor Total: R\$ 30.000,00

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 223/2016

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa para serviço de animação com personagens natalinos para realização do Natal Mágico 2016 a ser realizado em São Bento do Sul, conforme especificações, horários e cronograma anexo.

II – Contratada: Alana Cristine Cabral

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a prestação dos serviços se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica devido o Natal Mágico ser realizado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul -SC, nos dias 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 de dezembro de 2016, nos bairros Rio Vermelho Estação, Mato Preto, Vila União, Centro, Serra Alta, Centenário, Schramm e Lençol, neste município.

O evento ocorre no mês de dezembro em virtude das festividades natalinas. Para tanto, faz-se necessário a contratação dos tradicionais personagens natalinos, sendo eles, Papai Noel e Duendes.

A primeira apresentação do "Papai Noel e os Duendes" no "Natal Mágico nos bairros" da cidade, aconteceu no ano de 2013, desde então é realizado anualmente, descentralizando assim as ações natalinas, atingindo um público ainda maior.

Os personagens natalinos também se apresentam no centro da cidade, no dia sete de dezembro de 2016, em um grande espetáculo de natal, realizado tradicionalmente nas escadarias da Igreja Puríssimo Coração de Maria, às 20h, com um público estimado de 5.000 pessoas. Um Papai Noel ficará atendendo as famílias no coreto da Praça Getúlio Vargas, centro, durante o período de três a 23 de dezembro de 2016, das 18h às 21h.

O Natal Mágico proporciona alegria, lazer, entretenimento e uma reflexão sobre as comemorações de final de ano aos munícipes, bem como aos turistas oriundos de diversas cidades do Estado Paraná, como Piên, Curitiba e do Estado de Santa Catarina, como, Campo Alegre, Rio Negrinho e Joinville.

A festa é um evento municipal, a qual movimenta a economia local dos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, pousadas, postos de gasolina e comércio em geral.

A contratação através de Dispensa se faz necessário, devido o Edital de Pregão Presencial nº 219/2016 com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE ANIMAÇÃO COM PERSONAGENS NATALINOS PARA REALIZAÇÃO DO NATAL MÁGICO 2016 A SER REALIZADO EM SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, HORÁRIOS E CRONOGRAMA ANEXO, ocorrido no dia 30 de novembro de 2016 às 14 horas, tendo como participantes as empresas Beckus Organizações de Eventos Ltda e a Fábrica de Bonecos Preto Rodrigues Eireli-ME. A empresa Beckus Organizações de Eventos Ltda teve problemas na proposta e a outra na documentação, ou seja, a empresa Beckus veio com a proposta acima do valor máximo estipulado no edital e a Fábrica

de Bonecos Preto Rodrigues Eireli-ME foi julgada inabilitada, pois não apresentou os itens 4.2.2- Certidão Conjunta da Receita Federal com a Dívida Ativa da União, 4.3.1 – Certidão de Falência ou Concordata, e apresentou os itens 4.2.3 – CND Estadual e o item 4.2.4 – Certidão Municipal, ambas positivas de débitos.

Com base no art. 4º, inciso IX, da Lei 10.520 de 2002, não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos. A empresa Beckus Organizações de Eventos Ltda ME, declarou que não possui condições de chegar ao valor máximo estabelecido no edital, ficando assim, fracassado o Pregão.

Devido não termos mais tempo hábil para realizarmos outro edital de Pregão Presencial, que levaria mais 08 dias úteis para a abertura do certame e o evento já estar programado para os dias 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 de dezembro de 2016, faz-se necessário a contratação por dispensa.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Alana Cristine Cabral foi escolhida porque é do ramo pertinente ao objeto (personagens natalinos) e dos contatos que o Departamento de Turismo realizou através dos e-mail: artencantopersonagensvivos@gmail.com, sonhocolore@gmail.com, e jchapieski@yahoo.com.br, foi a que demonstrou interesse.

A empresa Alana Cristine Cabral foi escolhida pois foi a que ofereceu a proposta no valor de R\$ 14.266,00, sendo que os outros orçamentos apresentaram valores acima do edital, tendo outros orçamentos nos valores de R\$ 16.500,00 e R\$ 23.500,00.

V - Justificativa do Preço: O preço ofertado de R\$ 14.266,00 corresponde ao valor máximo estipulado no edital de Pregão Presencial nº 219/2016.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

JOCELITO PIERIN

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Eributix e Sandostatin" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300700-21.2016.8.24.0058 e Autos nº 05813003577.4 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento do medicamento se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição do medicamento, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos Autos nº 0300700-21.2016.8.24.0058 e Autos nº 05813003577.4 a necessidade e urgência na aquisição dos medicamentos. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde

dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário à dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 17.160,00) dos medicamentos a serem adquiridos dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 98/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos Alopáticos, Éticos, Similares e Genéricos, prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC Farma e que não façam parte da Farmácia Básica.

II – Contratada: Serviço Social da Indústria.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos medicamentos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, devido o contrato nº 029/2016 com o Serviço Social da Indústria ter sido rescindido na data de 30 de novembro de 2016 com a justificativa de que considerando o aumento na demanda de fornecimento de medicamentos para cumprimento de ordens judiciais, aumento esse que inclusive motivou o aditamento do referido contrato em 25% conforme Termo Aditivo nº 055/2016 de 26 de setembro de 2016, verificou-se que mesmo com esse aditamento, o valor previsto no referido contrato tornou-se insuficiente até o término do mesmo em 31 de dezembro de 2016, e um novo processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial para contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme revista ABC Farma e que não façam parte da Farmácia Básica, esta em fase de elaboração, faz-se necessário a contratação de forma emergencial de empresa para o fornecimento do referido objeto pelo período de 30 dias ou até a assinatura do novo contrato. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros

bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente pelo período de 30 dias.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou o maior percentual de desconto, ou seja, 18,5% sobre a Revista ABC Farma, dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços e a única que atende o prazo para entrega dos medicamentos.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 13005/2016

PORTARIA Nº 13005, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 05 de dezembro de 2016, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado OTTO SCHWALBE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe H, matrícula nº 7880, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 7545/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº13006/2016

PORTARIA Nº 13006, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de dezembro de 2016, GEORGIA ALES-SANDRA VIEIRA DA LUZ BLEYER MENDES, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 031/2012

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 032/2016

TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 004/2016

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 23 de dezembro de 2016, estará recebendo as propostas de interessados visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JUNTO AO BAIRRO ARI BORTOLI, Objeto da Proposta n. 11888327000115001, habilitada pela Portaria n. 1.741 de 22 de outubro de 2015. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 05 de dezembro de 2016.

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 153/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 153/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 041/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 20 de dezembro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI's, A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 05 de dezembro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 24 11 2016 A 30 11 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/2

Data: 07/12/2016

Hora: 08:24:01

Período: 24/11/2016 - 30/11/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 24/11/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	8.084,62
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.389,75
Total de recursos recebidos em 24/11/2016:			13.474,37

Recursos recebidos em: 25/11/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.980,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.987,08
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	5.454,16
Total de recursos recebidos em 25/11/2016:			15.421,85

Recursos recebidos em: 28/11/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	583,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	875,47
Total de recursos recebidos em 28/11/2016:			35.959,12

Recursos recebidos em: 29/11/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	15.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	22.308,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.257,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	838,41
Total de recursos recebidos em 29/11/2016:			65.224,02

Recursos recebidos em: 30/11/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	15.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	40.816,82
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	24.490,09
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.994,27
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	632,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	379,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	64.392,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.491,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.518,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Convênio p/ SUS	4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	1.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2
Data: 07/12/2016
Hora: 08:24:01
Período: 24/11/2016 - 30/11/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997
Notificação referente ao recebimento de recursos federais:
Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 30/11/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	97.960,36
Total de recursos recebidos em 30/11/2016:			264.176,52

TOTAL GERAL:

394.255,88

SÃO DOMINGOS, SC, 07 de dezembro de 2016.

Recebido em ____/____/____.

São Joaquim

PREFEITURA

ATA PROCESSO 162/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 162/2016

Pregão Presencial Nº 68/2016

Objeto: Contratação de serviços de Consultoria técnica para elaboração de Estudo Ambiental Complementar com vistas à obtenção de Licença Ambiental para ampliação do Aeroporto Municipal de São Joaquim/SC

Abertura: 07/12/2016 – 14h00min

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 35/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 7 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, REUNIRAM-SE O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pala(o) Decreto nº 166/2016, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 68/2016-PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA – FUCRI, AVISTAR ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME E ECOLIBRA ENGENHARIA, PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Em virtude do recebimento do e-mail da empresa Ferraz Leal Consultoria, alegando não ter sido publicada a Nota Técnica da FATMA, conforme nota de esclarecimento, a Pregoeira e sua equipe de Apoio abriu diligência para apurar os fatos. Constatada a não publicação do referido documento, e considerando que os envelopes entregues pelas empresas: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA – FUCRI, AVISTAR ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME E ECOLIBRA ENGENHARIA, PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA, ainda não terem sido abertos, mas já rubricados pelos presentes, foi decidido suspender o certame, publicar a Nota Técnica da FATMA, possibilitando que outras empresas interessadas possam elaborar suas propostas. Assim, ficou definido que os trabalhos serão reabertos no dia 12/12/2016, às 14:00 horas, sendo aceito novas propostas até este horário. Os envelopes ficarão sob a guarda da Pregoeira até o reinício da sessão. Eventuais certidões que vençam entre a data de hoje e o dia de abertura poderão ser substituídas quando da análise dos documentos.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

São Joaquim, 7 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

ADRIANA BAESSO _____ Pregoeiro(a)

ADRIANA BAESSO _____ PRESIDENTE

FERNANDO ZANETE _____ SECRETÁRIO

AMARILDO NUNES DA SILVEIRA _____ MEMBRO

ANDRÉ MORAIS DA ROSA _____ MEMBRO

BENTA DE FÁTIMA FURTADO _____ MEMBRO

DANIELE HUGEN RODRIGUES _____ SUPLENTE

JULIO RENI PEREIRA _____ SUPLENTE

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 121/2016 – CC 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 121/2016 – CC 008/2016 – Processo 483/2016 – Proc. Adm. 20224/2016 - Contratado: RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA EM RUAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, NAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CASAN NA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor: R\$ 1.063.000,00 (um milhão e sessenta e três mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 21 de novembro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 122/2016 – CC 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 122/2016 – CC 008/2016 – Processo 483/2016 – Proc. Adm. 20224/2016 - Contratado: GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA EM RUAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, NAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CASAN NA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor: R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 21 de novembro de 2016.

DECRETO Nº 7259/2016

DECRETO Nº 7259/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 4629, de 19 de junho de 2015, que nomeia a servidora CARINA BONASSA, para exercer o cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM8, com lotação na Procuradoria Geral.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7306/2016

DECRETO Nº 7306/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Sr. JULIANO ALEXANDRE DOS SANTOS, Diretor Administrativo e Operacional – CCM 7, lotado na Secretaria de Governo, para exercer as funções do cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro – CCM 7, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015/2016
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
RAIMUNDO RENATO RAMOS DE ARAUJO	Médico da Família	44
ISABELA CRISTINA SCOZ COSTA	Médico da Família	45

São José, 13 de dezembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 153/2016 – RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 153/2016 – Retificado - Processo nº 695/2016 – Proc. Adm. 26406/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTES, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FUNDAÇÕES DE CULTURA E TURISMO, ESPORTE E LAZER, MEIO AMBIENTE, EDUCACIONAL, CHEFIA DO GABINETE E AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 20/12/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/12/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2016 - Processo nº 484/2016 – Proc. Adm. 19999/2016. Fornecedores: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME; HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI – ME; L.M. - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME; RIGEL COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME; SULTRACTOR COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA EPP e TRATOR PECAS-COM. PECAS PARA TRATOR LTDA. EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA USO DIÁRIO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 72.554,65 – setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2016 - Processo nº 621/2016 – Proc. Adm. 23652/2016. Fornecedor: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI -EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA (CARNÊS) DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA A SECRETARIA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 63.700,00 – sessenta e três mil, setecentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 114/2014-03 – PR 095/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 114/2014-03 – PR 095/2013 – Proc. Adm. 8497/2016 – Contratado: ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA (OPERADOR DE MÁQUINAS, COZINHEIRAS, TELEFONISTAS, DIGITADORES E SERVIÇOS FUNERÁRIOS) PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, RECEITA, SAÚDE, SUSP, INFRAESTRUTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Pelo presente termo aditivo fica prorrogado o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, contando a partir de 14/05/2016 ou até a homologação de novo processo licitatório, conforme o art. 57, § 1º e incisos da Lei Federal nº 8.666/93. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: Conforme memorando nº 462/2016/FIN/SAS, a Secretaria de Assistência Social adita ao Contrato 114/2014 o número de 02 (duas) cozinheiras, 1 (uma) destinada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos – CATI e 1 (uma) destinada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, a partir de 14 de maio de 2016, alterando o contrato em 4,82% (quatro vírgula oitenta e dois por cento); O Custo de cada profissional acrescida ao Contrato corre conforme os valores elencados na tabela apresentada a seguir para detalhamento do Reequilíbrio Econômico-Financeiro. DA REPACTUAÇÃO – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CCT/2016): O Contrato original sofrerá Reequilíbrio Econômico-Financeiro sobre os 36 (trinta e seis) postos de serviços, no percentual total de 20,18% (vinte vírgula dezoito por cento), conforme CCT/2015 e CCT/2016 e adicional dos postos, nos seguintes termos:

Ocorrência	R\$ Unitário	R\$ Unitário	R\$ Unitário	R\$ Unitário	R\$ Unitário	Base Legal
Posto / Serviço	Operador de Máquina (*1)	Cozinheira (*6)	Telefonista (*5)	Digitador (*11)	Coveiro (*14)	CCT 2016/2016
Montante A	R\$ 4.457,86	R\$ 2.317,22	R\$ 2.003,10	R\$ 2.136,44	R\$ 3.199,04	
Montante B	R\$ 1.844,03	R\$ 584,36	R\$ 543,83	R\$ 1.094,64	R\$ 609,10	
Vale-Aliment.	R\$ 315,81	R\$ 215,33	R\$ 260,49	R\$ 260,49	R\$ 315,81	
Tributos	R\$ 904,39	R\$ 420,96	R\$ 378,23	R\$ 475,31	R\$ 558,41	
S O M A	R\$ 7.522,09	R\$ 3.537,87	R\$ 3.185,65	R\$ 3.966,89	R\$ 4.682,36	
T O T A L:	R\$ 7.522,09 (*1) / Mês	R\$ 3.537,87 (*6) / Mês	R\$ 3.185,65 (*5) / Mês	R\$ 3.966,88 (*11) / Mês	R\$ 4.682,36 (*14) / Mês	
TOTAL ANUAL	R\$ 90.265,08	R\$ 254.726,64	R\$ 191.139,00	R\$ 523.628,16	R\$ 786.634,80	

Com base na mesma CCT o Vale – Alimentação ficou reajustada em 2,65%, com desconto de 1% para o funcionário, conforme ofício apresentado pela empresa e reajuste do salário-base em 11,5% para todas as categorias, sendo este último aplicado na formação dos custos de cada posto de trabalho conforme tabela acima, representando um incremento no total mensal do Contrato em 9,93%; O Contrato nº 114/2014, vigorará com o valor mensal de R\$ 153.866,14 (cento e cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos), totalizando a importância de R\$ 1.846.393,68 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), sendo que: A repactuação referente à CCT/2015 é de 8,26% (oito vírgula vinte e seis por cento) a partir de 01/01/2015; A repactuação referente à CCT/2016 é de 3,93% (três vírgula noventa e três centavos) a partir de 01/01/2016. Data da assinatura: 11 de maio de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 192/2016**

PORTARIA Nº 192/2016

CONCEDE 25 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR CLEBER LOHN, A PARTIR DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 25 dias de férias ao servidor Cleber Lohn, a partir do dia 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 05 de dezembro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 193/2016

PORTARIA Nº 193/2016

CONCEDE 11 DIAS DE FÉRIAS À SERVIDORA LUCI NEIDE BITTENCOURT, A PARTIR DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 11 dias de férias à servidora Luci Neide Bittencourt, a partir do dia 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 05 de dezembro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 194/2016

PORTARIA Nº 194/2016

CONCEDE 15 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA, A PARTIR DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias ao servidor Custodio Horacio da Silveira, a partir do dia 07 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de dezembro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016

Versão: 01

Data da Vigência: 07/12/2016

Publicação: Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC

Dispõem sobre os Atos de Admissão, Nomeação e Posse de Servidores e Vereadores para a Câmara de Vereadores de São José do Cedro e contém outras providências.

O Controle Interno da Câmara de Vereadores do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, com ênfase na Instrução Normativa n TC – 11/2011 e suas alterações vem por meio desta regulamentar no âmbito do Poder Legislativo Municipal, os documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão.

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC exige das unidades jurisdicionadas a remissão, por meio eletrônico, dos documentos do pessoal ativo e admitido;

Considerando que a Entidade Câmara de Vereadores tem em seu quadro cargos Efetivos, de Agentes Políticos - Comissionados e Eletivos;

Considerando os Cargos Efetivos os que tenham sido aprovados em concurso público de provas e títulos. Os cargos de Agentes Políticos são os que serão nomeados pelo Presidente da Casa Legislativa como Comissionados. E os cargos Eletivos são os preenchidos pelos Edis Eleitos durante o processo eleitoral diplomados pelo Juiz Eleitoral da Comarca.

RESOLVE:

Art.1º. O processo administrativo de admissão de pessoal no serviço público da Câmara de Vereadores, constituído em meio físico, deve conter os documentos constantes do Anexo VI do Art. 10 desta Instrução Normativa TC – 11/2011 e suas alterações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE SC.

Parágrafo Único. O processo constituído na forma prevista no caput deve permanecer arquivado, à disposição do Tribunal de Contas ou demais entidades para eventual exame da sua regular constituição e da legalidade do ato por meio de auditorias ou inspeções in loco.

Art. 2º. Os seguintes documentos serão exigidos na Contratação dos Cargos de qualquer natureza Efetiva, de Comissão ou Eletiva.

I - Documentos relativos ao ato da admissão, nomeação ou concurso:

- Número do edital;
- Comprovação da homologação do resultado final do concurso;
- Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados;
- Ato de admissão ou Diplomação;
- Data de publicação do ato de nomeação ou diplomação, conforme legislação pertinente;
- Existência de cargo/emprego criado por lei;
- Regime jurídico;
- Laudo de inspeção de saúde ou equivalente, procedida por órgão médico oficial ou pelo Sistema Único de Saúde (SUS);
- Termo de posse;
- Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.
- Declaração de bens.

II - Documentos relativos aos dados funcionais e pessoais

- nacionalidade brasileira;
- gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- idade mínima de 18 anos;
- habilitação exigida no edital;

III - Prova do cumprimento de demais requisitos exigidos no edital de concurso público;

Parágrafo Único. É inexigível a apresentação dos documentos constantes nas alíneas "a, b e c" do Item I, "f" do item II, e o item III para os cargos em Comissão e Eletivos.

Art. 3º. Informações Complementares:

I. Informação concernente aos dados pessoais: nome, sexo, CPF, número do registro ou matrícula, cargo/emprego/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver;

II. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;

III. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;

IV. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

V. Comprovante de Endereço;

VI. Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão.

Art.4º. Esta Instrução Normativa entre em vigor na data de sua publicação.

São Jose do Cedro, SC, em 07 de dezembro de 2016.

Claudinei Paulo Morsch
Controle Interno

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016 - DL Nº 001/2016 - ICSL

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 001/2016
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FIGURANTE DE PAPAÍ NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2016 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.
CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70
CONTRATADO: P.A. SONORIZAÇÕES E ESTOFARIA LTDA ME, CNPJ: 10.621.526/0001-42.

VALOR: R\$ 7.980,00 (Sete mil, novecentos e oitenta reais)

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A contar da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2016.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016, e correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias: D – 002/2016 – 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste – SC; e D – 004/2016 – 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.3000 – Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste – SC.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de dezembro de 2016.

EVERTON LUIZ LOVERA

Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste

DECRETO Nº 5.551, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.551, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o Calendário fiscal dos Tributos Municipais para o exercício de 2017, atualiza o valor de UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base no art. 102 da mesma Lei, considerando o interesse público, com amparo na Lei Municipal nº 298, de 18 de dezembro de 1979;

DECRETA:

Art. 1º Os tributos municipais a serem lançados no exercício financeiro de 2017, obedecerão ao Calendário Fiscal constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica atualizada a expressão monetária UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, do período compreendido entre o mês de dezembro de 2015 a novembro de 2016, no percentual de 7,13% (sete vírgula treze por cento), passando o valor real unitário de R\$ 103,26 (cento e três reais e vinte e seis centavos) para R\$ 110,62 (cento e dez reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo único. A Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, será utilizada na cobrança de todos os tributos previstos no Sistema Tributário Municipal vigente.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 5.263, de 08 de dezembro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.551, de 07 de dezembro de 2016).

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017

TRIBUTO	VENCIMENTO
1. Taxas:	
0.1. Taxa pelo exercício do Poder de Polícia.	Conforme fiscalização do poder de polícia.
1.2. Taxa de licença para Localização e Funcionamento.	Isento.
1.3. Taxa pela prestação de serviços públicos.	Conforme requerimento do contribuinte (antes da prestação do serviço).
1.4. Taxa de Coleta de Lixo.	1ª parcela e parcela única: 10/03/2017. Demais parcelas: todo dia 10.
2. Impostos:	
2.1. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).	1ª parcela e parcela única: 10/03/2017; Demais parcelas: todo dia 10.
2.2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Variável (ISS).	15º dia do mês subsequente.
2.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Fixo (ISS).	30º dia do mês; 28º dia do mês de fevereiro.
2.4. Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.	30 dias após lançamento.
3. Restituições:	
3.1. Manutenção/Conserto de Notebook's conforme Lei Municipal nº 2.131, de 07 de novembro de 2013.	30 dias após a emissão da Nota Fiscal, ou, parcelado em até 10 (dez) vezes.
4. Contribuição de Melhoria:	Todo dia 10, após lançamento.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei nº 732, de 15 de abril de 1992 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 232 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 232. Mediante requerimento do interessado e à vista de interesse público, poderá ser concedido redução ou acréscimo da carga horária do servidor público efetivo, com a consequente redução ou acréscimo dos vencimentos, conforme disposto em regulamento”. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 2.306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a Lei nº 2.250, de 04 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o acondicionamento de mercadorias em sacolas retornáveis, ou ecologicamente corretas, no comércio varejista de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.250, de 04 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica proibido ao fornecedor varejista, nos estabelecimentos comerciais do município de São Lourenço do Oeste, a cessão gratuita ou venda, de sacolas ou sacos plásticos ao consumidor, para acondicionamento de mercadorias para seu transporte final, conforme critérios a seguir:

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, desde a entrada em vigor da presente Lei, aos mercados, supermercados e similares.

§ 2º Os demais estabelecimentos comerciais obedecerão as seguintes normas:

I - até 180 (cento e oitenta dias) da entrada em vigor da referida Lei, poderão ser disponibilizadas sacolas plásticas com metragem mínima de 50cm x 60cm (cinquenta centímetros por sessenta centímetros);

II - a partir dos 180 (cento e oitenta dias) da entrada em vigor da referida Lei, poderão ser disponibilizada sacolas plásticas com metragem mínima de 50cm x 70cm (cinquenta centímetros por setenta centímetros);

§ 3 Aplica-se o disposto contido no § 2º deste artigo também aos estabelecimentos industriais que vendam direto ao consumidor, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº117, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº117, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

“Altera os Percentuais de Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara (e.e.), Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os percentuais da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, Instituída pela Lei Complementar nº22/02 e Alterado pela Lei nº98 de 24 de junho de 2014, passam a vigorar com os seguintes valores para os consumidores atendidos pela CELESC classificados como Primários Indústria e Comércio e Primários Poder Público:

CLASSE PRIMÁRIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 2.000	50,00
2.001 a 5.000	75,00
5.001 a 10.000	100,00
10.001 a 12.500	125,00
12.500 a 15.000	150,00
15.001 a 17.500	200,00
17.501 a 20.000	300,00
20.001 a 25.000	400,00
25.001 a 30.000	500,00
Acima de 30.001	600,00

CLASSE PRIMÁRIOS PODER PÚBLICO

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 2.000	200,00
2.001 a 5.000	400,00
5.001 a 10.000	600,00
10.001 a 15.000	800,00
15.001 a 20.000	1.000,00
20.001 a 25.000	2.000,00
25.001 a 30.000	3.000,00
Acima de 30.001	4.000,00

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 06 de dezembro de 2016.

Edson José da Silva Filho
Prefeito Municipal (e.e.)

LEI Nº 1.078, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.078, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ausentar-se do Município por Motivo de Licença Particular sem Remuneração e dá outras providências.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, Jucélio Kremer, autorizado a licenciar-se do Cargo sem remuneração, podendo ausentar-se do Município pelo período de 03 (três) de dezembro de 2016, inclusive, à 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, por motivo de licença de interesses particulares.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de novembro de 2016.

Edson José da Silva Filho
Prefeito Municipal (e.e)

LEI Nº 1.079, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.079, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

“Altera o Prazo Constante no Art.3º da Lei nº1034 de 28 de março de 2016.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 3º da Lei nº1034 de 28 de março de 2016 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - O Estado de Santa Catarina deverá iniciar as obras de construção até o dia 31 de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de novembro de 2016.

Edson José da Silva Filho
Prefeito Municipal (e.e)

LEI Nº 1.080, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.080, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial no total de R\$82.496,00 (oitenta e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais) por conta do Superávit Financeiro do Co-Financeiro na dotação abaixo identificada.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.1.050 – Aquisição de veículos R\$ 82.496,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3.0777.071 R\$ 82.496,00

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de novembro de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

LEI Nº 1.081, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.081, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial no total de R\$72.262,80 (setenta e dois mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos) por conta do excesso de arrecadação de recursos ordinários na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.096 – Drenagem Pluvial R\$ 72.262,80

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 72.262,80

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 06 de dezembro de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

LEI Nº 1.082, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.082, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São Pedro de Alcântara para o Exercício de 2017”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de São Pedro de Alcântara para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 15.772.850,00 (Quinze milhões setecentos e setenta e dois mil oitocentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 15.772.850,00 (Quinze milhões setecentos e setenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais), conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	16.719.634,40
1.1. Receita Tributária	1.523.588,40
1.2. Receita de Contribuições	933.654,00
1.3. Receita Patrimonial	1.451.609,00
1.4. Receita Agropecuária	0,00
1.5. Receita de Serviços	18.260,00
1.6. Transferências Correntes	12.584.250,00
1.7. Outras Receitas Correntes	208.273,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	350.000,00
2.1. Operação de Crédito	0,00
2.2. Alienação de Ativos	0,00
2.3. Transferências de Capital	350.000,00
2.4. Amortização de Empréstimos	0,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	2.032.650,40
SOMA (I)	15.036.984,00
4. Receita Intra-Orçamentária (II)	735.866,00
TOTAL DA RECEITA EFETIVA (III = I – II)	15.772.850,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
07. CÂMARA MUNICIPAL	674.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	685.800,00
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.122.076,00
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DESPORTO	3.958.658,00
05. SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.160,00
07. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.345.401,00
10. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	510.000,00
06. SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	332.000,00
09. ENCARGOS GERAIS	454.760,00
13. SECRETARIA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	461.000,00
11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.601.193,00
12. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	750.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
99. RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
TOTAL	15.772.850,00

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	674.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	1.907.876,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	30.870,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.160,00
09. PREVIDÊNCIA	650.000,00
10. SAÚDE	2.601.193,00
12. EDUCAÇÃO	3.749.658,00
13. CULTURA	172.000,00
15. URBANISMO	2.004.531,00
17. SANEAMENTO	461.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	100.000,00
20. AGRICULTURA	410.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	160.000,00
26 - TRANSPORTE	310.000,00

27. DESPORTO E LAZER	209.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	454.760,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
99. RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	15.772.850,00

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	674.000,00
0002. GESTÃO EXECUTIVA	685.800,00
0003. ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1.122.076,00
0004. EDUCAÇÃO PARA TODOS	3.749.658,00
0005. APOIO AO ESPORTE	209.000,00
0006 – AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	510.000,00
0007. ASSISTÊNCIA SOCIAL	174.160,00
0014. CRIANÇA E ADOLESCENTE	15.000,00
0008. TURISMO E CULTURA	332.000,00
0009. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.601.193,00
0010 – OBRA E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.345.401,00
0011. ENCARGOS GERAIS	454.760,00
0013 - PREVIDÊNCIA	750.000,00
0015 – AGUA E SANEAMENTO BÁSICO	461.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
9999. RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	15.772.850,00

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.616.178,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	7.075.914,40
3.1.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	573.800,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.530.103,60
3.3.40.00	Transferências à Município	10.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	200.000,00
3.3.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	180.000,00
3.3.93.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	16.360,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.467.870,00
4.4.00.00	Investimentos	1.203.870,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	264.000,00
9.9.90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
9.9.99.99	RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
	TOTAL	15.772.850,00

1. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS

1.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 674.000,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
07. CÂMARA MUNICIPAL	674.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	674.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	674.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	674.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	594.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	60.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
	SOMA (I)	674.000,00

1.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 12.537.195,00 (Doze milhões quinhentos e trinta e sete mil cento e noventa e cinco reais) e fixa a Despesa em R\$ 10.203.755,00 (Dez milhões duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e cinco reais) e em R\$ 2.333.440,00 (Dois milhões trezentos e trinta e três mil quatrocentos e quarenta reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder as demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	14.219.845,40
1.1. Receita Tributária	1.502.161,40
1.2. Receita de Contribuições	552.618,00
1.3. Receita Patrimonial	203.482,00
1.4. Receita agropecuária	0,00
1.5. Receita de Serviços	18.260,00
1.6. Transferências Correntes	11.735.051,00
1.7. Outras Receitas Correntes	208.273,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	350.000,00
2.1. Operações de Crédito	0,00
2.2. Alienação de Ativos	0,00
2.3. Transferências de Capital	350.000,00
2.4. Amortização de Empréstimos	0,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	2.032.650,40
SOMA	12.537.195,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara será realizada segundo a apresentação dos

anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	685.800,00
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.122.076,00
04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DESPORTO	3.958.658,00
05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.160,00
07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.345.401,00
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	510.000,00
06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	332.000,00
08. ENCARGOS GERAIS	454.760,00
13. SECRETARIA MUNICIPAL DA ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	461.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
SOMA	10.203.755,00
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	674.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	1.659.440,00
SOMA	2.333.440,00
TOTAL	12.537.195,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	1.807.876,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	30.870,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.160,00
12. EDUCAÇÃO	3.749.658,00
13. CULTURA	172.000,00
15. URBANISMO	2.004.531,00
17. SANEAMENTO	461.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	100.000,00
20. AGRICULTURA	410.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	160.000,00
26 - TRANSPORTE	310.000,00
27. DESPORTO E LAZER	209.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	454.760,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
SOMA	10.203.755,00
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	674.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	1.659.440,00
SOMA	2.333.440,00
TOTAL	12.537.195,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0002. GESTÃO EXECUTIVA	685.800,00
0003. ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1.122.076,00
0010. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.345.401,00
0007. ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.160,00
0004. EDUCAÇÃO PARA TODOS	3.799.658,00

0005 – APOIO AO ESPORTE	159.000,00
0008. CULTURA E TURISMO	332.000,00
0011 - ENCARGOS	454.760,00
0015. AGUA E SANEAMENTO BÁSICO	461.000,00
0006. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	510.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
SOMA	10.203.755,00
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	674.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	1.659.440,00
SOMA	2.333.440,00
TOTAL	12.537.195,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.690.098,50
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	4.935.276,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.725.709,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.367.870,00
4.4.00.00	Investimentos	1.103.870,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	264.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144.900,00
	SOMA	10.203.755,00
	Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	674.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	1.659.440,00
	SOMA	2.333.440,00
	TOTAL	12.537.195,00

1.3. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: INSPA

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora INSPA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 2.293.902,00 (dois milhões duzentos e noventa e três mil novecentos e dois reais) e fixa a Despesa no mesmo valor, sendo R\$ 1.543.902,00 a título de Reserva do Regime Próprio da Previdência social.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora INSPA será realizada mediante a arrecadação de rendas, Receitas Correntes de Contribuições, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.558.036,00
1.1. Receita de Contribuições	381.036,00
1.2. Receita Patrimonial	1.177.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	0,00
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	735.866,00
2.1. Receitas de Contribuições	555.866,00
2.2. Receita Decorrente de aporte p/ Amortização de Déficit	180.000,00
SOMA	2.293.902,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora INSPA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

12. INSPA	750.000,00
99. RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
TOTAL	2.293.902,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	100.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	650.000,00
99. RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
TOTAL	2.293.902,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0012. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	750.000,00
9999. RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
SOMA	2.293.902,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	750.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	600.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
9.9.99.99	RESERVA DO RPPS	1.543.902,00
	TOTAL	2.293.902,00

1.4. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 2.601.193,00 (dois milhões seiscentos e um mil cento e noventa e três reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	941.753,00
1.1. Receita Tributária	21.427,00
1.2. Receita Patrimonial	71.127,00
1.3. Transferências Correntes	849.199,00
4. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.659.440,00
SOMA	2.601.193,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.601.193,00
TOTAL	2.601.193,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	2.601.193,00
TOTAL	2.601.193,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0009. MUNICÍPIO SAUDÁVEL	2.601.193,00
TOTAL	2.601.193,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.521.193,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.520.438,40
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000.754,60
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00
4.4.00.00	Investimentos	80.000,00
	TOTAL	2.601.193,00

Art. 6º – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – PASSIVOS CONTINGENTES	1.593.902,00
2 –DEMAIS RISCOS FISCAIS	94.900,00
TOTAL GERAL	1.688.802,00

1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Passivos Contingentes, e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

3 – Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “ Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.7º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art.8º - O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20 da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas e aprovadas no exercício.

Art. 9º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito,

Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

1 – A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

2 – O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 06 de dezembro de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

PORTARIA N.º 364/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 364/2016

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 01/12/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 365/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 365/2016

Restringe a execução de atividades da servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Restringir as atividades de realizar vistorias junto às armadilhas da servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 12/12/2016, conforme determina o laudo médico pericial.

Parágrafo Único: A servidora realizar apenas serviços administrativos, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 124/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 124/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 116/2016-PMS - Processo nº. 204/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: seti segurança e tecnologia na internet ltda. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 05.348.924/0001-05, com sede na Rua Maria Umbelina da Silva nº. 665, apto 01, 02 e 03, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-632

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato objeto a contratação de empresa para locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet e e-mail através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Navegação Internet 200 Usuários	12	Meses	320,00	3.840,00
02	HotSpot 30 Usuários	12	Meses	50,00	600,00
03	Email 260 Usuários	12	Meses	320,00	3.840,00
04	Skype 05 Usuários	12	Meses	20,00	240,00
05	Valor Hora Técnico InLoco após Implantação	15	Hora	135,00	2.025,00
06	Deslocamento Até a Prefeitura	5	Unidade	45,50	227,50
07	Implantação Completa da Solução, com migração dos dados de todos os usuários em todos serviços previstos nesta licitação	1	Unidade	4.770,00	4.770,00
08	Treinamento completo da solução com duração mínima de 4hrs para 02 técnicos da contratante	1	Unidade	540,00	540,00
VALOR R\$ TOTAL					16.082,50

Valor do contrato: R\$ 16.082,50 (dezesesseis mil oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 07/12/2016 – Vigência: 01/01/2017 até 31/12/2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 119/2016 - PMS**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Contrato nº. 119/2016 - PMS

Processo nº. 202/2015 – PMS

Dispensa de Licitação nº. 61/2016 – PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a Senhora IVANA LACY BEHRENS, inscrita no CPF sob o nº. 600.864.329-15, portadora da carteira de identidade nº. 1.582.312-SSP-SC, residente na Rua Blumenau, nº 123, Centro, neste Município de Schroeder/SC, doravante denominada simplesmente de LOCADOR, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 119/2016-PMS, celebrado no dia 18 de novembro de 2016, visando a aluguel imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem para atender as

necessidades do Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, conforme Parecer da Procuradoria nº 156/2016-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 07 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki

CPF Nº. 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

ATA PREGÃO PRESENCIAL 107/2016-PMS (SEQUÊNCIA 04)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 107/2016 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 188/2016 Data do Processo: 17/10/2016
	Folha: 1/9

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 190/2016 (Sequência: 4)

Ao(s) 24 de Novembro de 2016, às 10:16 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6631/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 188/2016, Licitação nº 107/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do Laudo Técnico de Análise das Amostras e Ficha Técnica, na qual traz que a empresa L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP tem as amostras aprovadas para os itens 01 e 02, que a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP tem as amostras aprovadas para os itens 03, 04, 05, 58, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 47. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	18.000,00	AMORI DI PANE	0,0000	0,47	8.460,00
2	PÃO MASSINHA - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	22.000,00	AMORI DI PANE	0,0000	0,40	8.800,00

Total do Participante —————> 17.260,00

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, côco, pêssago e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	7.000,00	FRIMESA	0,0000	4,74	33.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 188/2016
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 2/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	IOGURTE DE SOJA, COM POLPA DE FRUTAS, SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Alimento com soja e polpa de frutas. Sabores diversos. De baixo valor calórico e SEM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	350,00	BATAVO	0,0000	4,74	1.659,00
5	IOGURTE DIET, SABOR MORANGO, EMBALAGEM COM 500 G. Alimento de baixo valor calórico. Sem adição de açúcar. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Ingredientes: leite parcialmente desnatado pasteurizado, preparado de morango com pedaços (maltodextrina, morango, amido modificado, aroma idêntico ao natural de morango, corantes naturais carmim de cochonilha e urucum, conservador sorbato de potássio, acidulante ácido láctico), fermento lácteo, espessantes gelatina, goma guar e pectina e edulcorante sucralose. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	50,00	VERDE CAMPO	0,0000	4,74	237,00
6	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1ª qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	1.500,00	LACTOVALLE	0,0000	8,50	12.750,00
7	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, tripolifosfato de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	600,00	AURORA	0,0000	15,90	9.540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 188/2016
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 3/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	2.000,00	RANCHO BOM	0,0000	14,00	28.000,00
9	CAÇÃO (TIPO ANJO) EM POSTA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne branca, sem espinhos. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	700,00	COPACOL	0,0000	27,45	19.215,00
10	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo POSTA VERMELHA ou COXÃO MOLE. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	1.600,00	CODEL	0,0000	18,24	29.184,00
11	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	900,00	TOMELIN	0,0000	13,20	11.880,00
12	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	1.700,00	AURORA	0,0000	7,50	12.750,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 188/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 4/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	400,00	AGROVENET	0,0000	13,00	5.200,00
14	FÍGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	120,00	AURORA	0,0000	7,20	864,00
15	PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	1.400,00	CODEL	0,0000	17,00	23.800,00
16	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	1.400,00	AGROVENET	0,0000	10,00	14.000,00
17	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	450,00	INATURA	0,0000	4,75	2.137,50
18	ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 a 1,5 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	2.900,00	INATURA	0,0000	3,75	10.875,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 188/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 5/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	800,00	INATURA	0,0000	3,32	2.656,00
20	AGRIÃO (TIPO D'ÁGUA) - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	100,00	INATURA	0,0000	0,98	98,00
21	AIPIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	200,00	MARAVILHA	0,0000	3,80	760,00
22	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	400,00	INATURA	0,0000	1,42	568,00
23	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças integras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	200,00	NOBRE	0,0000	23,70	4.740,00
24	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.500,00	INATURA	0,0000	1,90	2.850,00
25	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	500,00	INATURA	0,0000	2,85	1.425,00
26	BATATA INGLESA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	7.500,00	INATURA	0,0000	3,60	27.000,00
27	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.000,00	INATURA	0,0000	2,85	2.850,00
28	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamaho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	1.000,00	INATURA	0,0000	2,80	2.800,00
29	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.300,00	INATURA	0,0000	4,73	6.149,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 188/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 6/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.400,00	INATURA	0,0000	2,85	3.990,00
31	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	300,00	INATURA	0,0000	1,42	426,00
32	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.600,00	INATURA	0,0000	2,85	4.560,00
33	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde). Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.000,00	INATURA	0,0000	2,42	2.420,00
34	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuras), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	1.000,00	INATURA	0,0000	2,80	2.800,00
35	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	300,00	INATURA	0,0000	1,42	426,00
36	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	400,00	INATURA	0,0000	1,42	568,00
37	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	600,00	INATURA	0,0000	2,37	1.422,00
38	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	6.000,00	INATURA	0,0000	1,90	11.400,00
39	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	450,00	INATURA	0,0000	3,54	1.593,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 188/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 7/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
40	MAÇÃ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	600,00	INATURA	0,0000	5,70	3.420,00
41	MAÇÃ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	4.000,00	INATURA	0,0000	4,70	18.800,00
42	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	2.100,00	INATURA	0,0000	3,80	7.980,00
43	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.350,00	INATURA	0,0000	3,08	4.158,00
44	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	4.700,00	INATURA	0,0000	1,90	8.930,00
45	MELÃO TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.500,00	INATURA	0,0000	3,32	4.980,00
46	MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	250,00	INATURA	0,0000	1,90	475,00
47	OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	UN	1.000,00	KASULKE	0,0000	4,75	4.750,00
48	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.200,00	INATURA	0,0000	1,80	2.160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 188/2016
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 8/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
49	PÊRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	500,00	INATURA	0,0000	5,70	2.850,00
50	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	450,00	INATURA	0,0000	3,80	1.710,00
51	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	800,00	INATURA	0,0000	2,60	2.080,00
52	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	200,00	INATURA	0,0000	2,85	570,00
53	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	100,00	INATURA	0,0000	1,42	142,00
54	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	300,00	INATURA	0,0000	1,42	426,00
55	TANGERINA TIPO PONKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	1.800,00	INATURA	0,0000	2,85	5.130,00
56	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	2.000,00	INATURA	0,0000	3,80	7.600,00
57	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	500,00	INATURA	0,0000	6,60	3.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 107/2016 - PR

Processo Administrativo: 188/2016

Processo de Licitação: 17/10/2016

Data do Processo:

Folha: 9/9

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
58	IOGURTE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM POLPA DE FRUTAS. Embalagem com no MÍNIMO 150 G. Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	350,00	TIROL	0,0000	3,99	1.396,50

Total do Participante —> 377.630,00

Total Geral —> 394.890,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 24 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki

-

- Pregoeiro(a)
- Ivandra de Souza

-

- Equipe de Apoio
- Andreia Nass Friedemann

-

- Equipe de Apoio
- Valderi Rocha de Camargo

-

- Equipe de Apoio
- Elair José Wendt

-

- Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL 116/2016-PMS (SEQUÊNCIA 03)**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 116/2016 - PR**

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 204/2016
 Data do Processo: 21/11/2016

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa para locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet e e-mail através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 189/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 7 de Dezembro de 2016, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6631/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 204/2016, Licitação nº 116/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se conforme determinado na ata 188/2016 (sequência: 2) de 06 de dezembro de 2016. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei o objeto ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante.

LOTE: 1

Participante: 11879 - SETI SEGURANCA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Navegação Internet 200 Usuários	MÊS	12,00		0,0000	320,00	3.840,00
2	HotSpot 30 Usuários	MÊS	12,00		0,0000	50,00	600,00
3	Email 260 Usuários	MÊS	12,00		0,0000	320,00	3.840,00
4	Skype 05 Usuários	MÊS	12,00		0,0000	20,00	240,00
5	Valor Hora Técnico InLoco após Implantação	H	15,00		0,0000	135,00	2.025,00
6	Deslocamento Até a Prefeitura	UN	5,00		0,0000	45,50	227,50
7	Implantação Completa da Solução, com migração dos dados de todos os usuários em todos serviços previstos nesta licitação	UN	1,00		0,0000	4.770,00	4.770,00
8	Treinamento completo da solução com duração mínima de 4hrs para 02 técnicos da contratante	UN	1,00		0,0000	540,00	540,00

Total do Participante ———> 16.082,50

Total Geral —————> 16.082,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 116/2016 - PR**

Processo Administrativo: 204/2016
Processo de Licitação:
Data do Processo: 21/11/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 7 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	-	- Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

EVANDRO JOSÉ PASQUALI
- - Setor Solicitante

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 107/2016-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016 Data do Registro: 07/12/2016 Valido até: 07/12/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (leite ou lactose). Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (trigo, gergelim, aveia). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	AMORI DI PAN	0	0,4700	1
2	PÃO MASSINHA - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	D MANU	0	0,5200	2
3	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, côco, pêssego e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto a temperatura.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	FRIMESA	0	4,7400	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	D MANU	0	0,4400	2
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	TIROL	0	4,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, horifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	IOGURTE DE SOJA, COM POLPA DE FRUTAS, SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Alimento com soja e polpa de frutas. Sabores diversos. De baixo valor calórico e SEM LACTOSE. NÃO CONTEM GLUTEN. Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	BATAVO	0	4,7400	1
5	IOGURTE DIET, SABOR MORANGO, EMBALAGEM COM 500 G. Alimento de baixo valor calórico. Sem adição de açúcar. NÃO CONTEM GLUTEN. Ingredientes: leite parcialmente desnatado pasteurizado, preparado de morango com pedaços (malto de cevada, morango, amido modificado, aroma idêntico ao natural de morango, corantes naturais carmim de cochoilina e urucum, conservador sorbato de potássio, adjuvante ácido láctico), fermento lácteo, espessantes gelatina, goma guar e pectina e edulcorante sucralose. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	VERDE CAMP	0	4,7400	1
6	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1ª qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	LACTOVALLE	0	8,5000	1
7	ALMONDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, hipofosfito de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	AURORA	0	15,9000	1

Página: 3/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

8	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápiã), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	RANCHO BOM	0	14.0000	1
9	CACÃO (TIPO ANJO) EM POSTA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne branca, sem espinhos. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	COPACOL	0	27.4500	1
10	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo POSTA VERMELHA ou COXAÓ MOLE. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pães. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	CODEL	0	18.2400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

11	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo: paleta, cortada em cubos, congelada, feita de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pelos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (aparável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	TOMELIN	0	13,2000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	KING	0	19,0300	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KING ALIMEN	0	19,1800	3
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	PAMIPLONA	0	13,8000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KING ALIMEN	0	13,8800	3
12	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	AURORA	0	7,5000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	COPACOL	0	7,9100	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KING ALIMEN	0	7,9700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 95/2016 Data do Registro: 07/12/2016 Válido até: 07/12/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	AGROVENET	0	13.0000	1
14	FÍGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	AURORA	0	7.2000	1
15	PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pelos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (aparável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	CODEL	0	17.0000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	COPACOL	0	13.6800	2
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	KING	0	17.7200	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KING ALIMEN	0	17.8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

16	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	AGROVENET	0	10,0000	1
17	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	COPACOL	0	10,7000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MACEDO	0	10,7800	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	4,7500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	4,9000	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	6,0000	3
18	ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 a 1,5 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,7500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	in natura	0	3,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3

Página: 7/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017		Objeto da Compra:	
						Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	ABORRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,3200	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	3,4500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,5000	3
20	AGRIÃO (TIPO D'ÁGUA) - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	0,9800	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	1,0000	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	3
21	APIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	MARAVILHA	0	3,8000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	2
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	BRASILEIRINHA	0	4,0000	3
22	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,4200	1

Página: 8/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016			Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças íntegras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,4700	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	NOBRE	0	23,7000	1
24	BANANA CATUPRRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	NOBRE	0	24,7700	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	25,0000	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,9000	1
25	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,9700	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	2,9500	2

Página: 9/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017		Objeto da Compra: Constituição da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3
26	BATATA INGLESA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,6000	1
			NEWVWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	3,8000	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
27	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8500	1
			NEWVWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	2,9530	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3
28	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8000	1
			NEWVWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	3,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3

Página: 10/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	4,7300	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	4,9300	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	5,0000	3
30	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amareladas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	2,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
31	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfilha maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,4200	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	1,4800	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 11/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	2,9700	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3
33	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde). Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes molles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,4200	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	2,5000	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
34	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuros), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	3,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	5,0000	3
35	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,4200	1

Página: 12/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,4700	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	IN NATURA	0	1,4200	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,4700	2
37	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	3
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	IN NATURA	0	2,3700	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	2,4500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3
38	LARANJA PÉRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	IN NATURA	0	1,9000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0		
			FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	IN NATURA	0		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 95/2016			Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)							
39	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles, isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,5400	1
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)							
			IN NATURE		0	3,5500	2
ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)							
					0	6,0000	3
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)							
40	MACÁ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles, isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG		INATURA	0	5,7000	1
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)							
			IN NATURE		0	5,9500	2
ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)							
					0	7,0000	3
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)							
41	MACÁ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles, isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG		INATURA	0	4,7000	1
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)							
			IN NATURE		0	4,9000	2
ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)							
					0	5,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,8000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	3,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
43	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,0800	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	3,2200	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
44	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,9000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURE	0	1,9600	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	2,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 15/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

45 MELÃO, TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

KG FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) INATURA 0 3,3200 1

NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) IN NATURA

2 3,4500 2

ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)

3 4,0000 3

46 MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

KG FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) INATURA 0 1,9000 1

NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) IN NATURA

2 1,9700 2

ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)

3 2,0000 3

47 OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DUZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.

UN FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) KASULKE 0 4,7500 1

NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) KASULKE

2 4,9500 2

ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)

3 5,0000 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 95/2016			Data do Registro: 07/12/2016			Válido até: 07/12/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
48	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,8000	1	
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,8800	2	
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3	
49	PÉRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles, isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	5,7000	1	
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	5,9500	2	
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	7,0000	3	
50	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3,8000	1	
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	3,9500	2	
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3	

Página: 17/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,6000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	2,7700	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
52	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2,8500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	2,9600	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
53	RUCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,4200	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1,5000	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	3
54	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	1,4200	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	1,5000	2

Página: 18/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	1.5000	3
55	TANGERINA TIPO PONKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	2.8500	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	2.9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	3,0000	3
56	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	3.8000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	3,9500	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	4,0000	3
57	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	INATURA	0	6,6000	1
			NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)	IN NATURA	0	6,9300	2
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)		0	7,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
<p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, nutritifrigorifreios e pães, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	IOGURTE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM POLPA DE FRUTAS. Embalagem com no MÍNIMO 150 G. Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	TIROL	0	3,9900	1

Página: 20/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016		Data do Registro: 07/12/2016		Válido até: 07/12/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FRIMESA	0	4,1800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 21/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016

Número do Registro de Preços: 95/2016 Data do Registro: 07/12/2016 Válido até: 07/12/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2016

PROCESSO Nº 188/2016

(12686) - NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME
(12756) - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP
(12975) - ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946
(13249) - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Schroeder, 7 de Dezembro de 2016.

DISPENSA 66/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 66/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 208/2016
Data: 07/12/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: IVANA LACY BEHRENS
Endereço: RUA BLUMENAU, Nº 123
Cidade: Schroeder - SC
CPF: 600.864.329-15

Código: 12396

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aluguel imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem para atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	aluguel Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, pagamento de água e luz, internet, telefone. A taxa de lixo deve ser inclusa no contrato sob responsabilidade do Município. O imóvel esta localizado na Rua Blumenau, nº 123, Centro, na cidade de Schroeder/SC.	MÊS	1.100,00	13.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

O imóvel aonde se instala a estrutura física (computadores, mesas, cadeiras...) e de recursos humanos é ideal para o Conselho Tutelar, é amplo, bem localizado e de fácil acesso ao público e mais próxima da Rede de Atendimento (Secretaria de Assistência Social, Educação, Saúde, Polícia Civil). Possui salas amplas e confortáveis para que seja feito um atendimento qualificado ao usuário.
O valor do imóvel da Rua Blumenau é menor que o cobrado atualmente.
Recursos Próprios do Município para manut

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Dezembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 66/2016 - DL**Processo Nr.:** 208/2016
Data: 07/12/2016

Folha: 2/2

29/11/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Novembro de 2016

Valor da Despesa:

13.200,00 (treze mil duzentos reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1154

DECRETO Nº 1154, de 07 de dezembro de 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 179.700,00.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizada pela Lei nº 1896, de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural

Projeto Atividade: 2.062 Gestão das Políticas e Ações do Desenvolvimento Cultural e Artístico

Modalidade: 4 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 1 Departamento da Agropecuária

Projeto Atividade: 2.026 Gestão das Políticas e Ações da Promoção e Desenvolvimento Agropecuário

Modalidade: 86 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 2.036 Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 108 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

Unidade: 1 Departamento da Cidade

Projeto Atividade: 1.021 Pavimentação, Infraestrutura e Revitalização de Vias Públicas

Modalidade: 111 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 2.040 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Planejamento Urbano

Modalidade: 126 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.700,00

Modalidade: 127 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 1 Departamento de Ind. Com. Serviço Emprego e Renda

Projeto Atividade: 2.084 Políticas de Apoio as Ações e Parcerias do Desenvolvimento Econômico

Modalidade: 179 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrat. R\$ 10.000,00

TOTAL

R\$ 179.700,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural

Projeto Atividade: 1.040 Infraestrutura, Reformas e Ampliação de Prédios e Espaços para a

Cultura e Pres. Patrim. Histórico

Modalidade: 2 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.041 Equipamentos, material permanente e veículos para modernização

das ações da cultura

Modalidade: 3 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.063 Ações de Parcerias para Atividades do Desenvolvimento Cultural e Artístico

Modalidade: 6 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrat. R\$ 4.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.004 Gestão das Políticas e Desenvolvimento do Orçamento Participativo

Modalidade: 9 – 4.4.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrat. R\$ 32.000,00

Projeto Atividade: 2.108 Gestão das Ações do Conv. Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 14 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Unidade: 2 Coordenadoria de Controle Interno

Projeto Atividade: 1.005 Equipamentos, Materiais Permanentes para Modernização

das Ações do Controle Fiscal

Modalidade: 17 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Unidade: 5 Fundo Municipal de Defesa Civil - FMDC

Projeto Atividade: 2.104 Gestão das Ações e Política de Defesa Civil

Modalidade: 20 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Modalidade: 22 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 2.007 Ações de Parcerias para Ações de Fortalecimento do

Municipalismo e Utilidade Pública

Modalidade: 28 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.001 Amortização de Parcelamentos Débitos Consolidados

Modalidade: 33 – 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 1.007 Equipamentos e Material Permanente para Modernização das

Ações de Finanças

Modalidade: 40 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 1 Departamento da Agropecuária

Projeto Atividade: 2.030 Gestão das Ações de Melhoria Genética do Rebanho do Município

Modalidade: 92 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade: 2 Departamento de Meio Ambiente

Projeto Atividade: 2.033 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Meio ambiente

Modalidade: 99 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL DES. COMUNITÁRIO

Unidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 1.052 Equipamentos, material permanente e veículos para gestão da PSB

Modalidade: 135– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.054 Equipamentos, material permanente e veículos para gestão

da PSE – média complexidade

Modalidade: 137– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.055 Construção, reforma e ampliação de prédios e espaços para

a PSE – Alta complexidade

Modalidade: 138– 3.3.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.056 Equipamentos, material permanente e veículos para gestão

da PSE – Alta Complexidade

Modalidade: 139– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.097 Gestão das ações e atividades do Serviço de Acolhimento

Institucional – PSE Alta Complexidade

Modalidade: 152– 3.1.71.00.00.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

Modalidade: 156– 3.3.93.00.00.00.00.00–Aplicação direta decor de op. entre Órg. R\$ 5.400,00

Modalidade: 158– 4.4.93.00.00.00.00.00–Aplicação direta decor de op. entre Órg. R\$ 5.800,00

Projeto Atividade: 2.098 Gestão das ações e atividades do Serviço de Proteção Social

Especial de Emerg. Calam. Pública – Alta Complexidade

Modalidade: 159– 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade: 7 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Projeto Atividade: 2.044 Gestão das Políticas Sociais e Parcerias da Infância e da Adolescência

Modalidade: 173– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Projeto Atividade: 2.047 Gestão das Ações do Conselho dos Direitos da Criança e

do Adolescente CMDCA

Modalidade: 175– 3.3.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 2 Departamento de Turismo e Eventos

Projeto Atividade: 1047 Infraestrutura, Espaços Físicos e Equipamentos para o Turismo Municipal

Modalidade: 182 – 4.4.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Projeto Atividade: 2085 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Desenvolvimento do Turismo e Eventos

Modalidade: 183 – 3.3.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 179.700,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 07 de dezembro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 07 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

EXTRATO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Novembro de 2016.

Contrato nº 148/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 152/2015 - Concorrência Pública nº. 113/2015.

PARTES: O Município de Seara, e a empresa Adelmo Jandir Maia 80904823920, CNPJ nº 23.244.124/0001-18 – Permissionária. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 152/2015 em mais 12 meses, a contar do dia 06/11/2016. DATA DO CONTRATO: 04/11/2016.

Contrato nº 149/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 108/2016 - Tomada de Preços nº. 001/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa RJunior Construtora e Incorporadora Ltda - ME, CNPJ 19.685.906/0001-15 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 108/2016 até o dia 30/12/2016, a contar da presente data. DATA DO CONTRATO: 09/11/2016.

Contrato nº 150/2016 - Dispensa de Licitação nº. 026/2016.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Danillo Buratto, CPF nº 093.964.209-30, e a Sra. Emma Buratto, CPF nº 021.844.679-95 - Locadores. OBJETO: Locação de imóvel situado na esquina da av. Paludo com a rua "I", bairro São João, SC, destinado a realização de cursos gratuitos de aprendizagem industrial e outros de qualificação profissional, ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/SC. PRAZO: 31/10/2017. VALOR: R\$ 3.446,56/mês. DATA DO CONTRATO: 09/11/2016.

Contrato nº. 151/2016 – Pregão Presencial nº. 063/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME, CNPJ nº. 10.926.473/001-78 - Contratada. OBJETO: Prestação de serviço (mão de obra) e fornecimento de material para instalação de iluminação natalina em prédios públicos e praças do município. PRAZO: 25/11/2016. VALOR: R\$ 14.950,00. DATA DO CONTRATO: 11/11/2016.

Contrato nº. 152/2016 – Tomada de Preços nº. 003/2016

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa LGM Eletrificações Ltda EPP, CNPJ nº. 05.687.194/0001-69, - Contratada. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de instalação elétrica, em regime de empreitada global, para deslocamento de rede de iluminação pública nas ruas Constante Paludo e Zacarias

Nava. PRAZO: 30 dias. VALOR: R\$ 46.475,99. DATA DO CONTRATO: 16/11/2016.

Contrato nº. 153/2016 - Termo de Aditamento nº. 003/2016 ao Contrato nº. 026/2012 — Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mauro A. Hartmann – ME, CNPJ nº. 14.778.353/0001-21. – Contratada. OBJETO: Aumento de km – trajeto 10. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 369,72/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 16/11/2016.

Contrato n.º 154/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 135/2012 -
Dispensa de Licitação n.º 074/2012.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a empresa Sul Invest Imobiliária Ltda, CNPJ nº 07.848.429/0001-82, Locadora, e as Sras. Maria Santana Siqueira e Cleonice Mara Siqueira, Beneficiárias. OBJETO: Prorrogação do contrato nº. 135/2012 para mais seis meses e reajuste de valor. PRAZO: 20/05/2017. VALOR: R\$ 604,88/mês. DATA DO CONTRATO: 18/11/2016.

Contrato nº. 155/2016 – Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato nº. 186/2014 Pregão Presencial nº. 129/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Poletto Planejamento Ambiental Ltda, CNPJ nº. 06.242.246/0001-56 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato nº. 186/2014 em mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da presente data. DATA DO CONTRATO: 18/11/2016.

Contrato nº. 156/2016 – Termo de Aditamento n.º 003/2016 ao Contrato nº. 106/2015 Tomada de Preços nº. 069/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº. 106/2015 em mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar da presente data. DATA DO CONTRATO: 25/11/2016.

Contrato n.º 157/2016 - Dispensa de Licitação nº. 027/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Ademir Fracasso & Filho Ltda, CNPJ nº. 03.607.860/0001-86 - Contratada. OBJETO: Aquisição de grades para portas e janelas do CRAS. PRAZO: 10 dias. VALOR: R\$ 4.746,00. DATA DO CONTRATO: 29/11/2016.

Contrato n.º 158/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 192/2014 -

Dispensa de Licitação n.º 146/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Erni Schumann, CPF nº 032.032.209-20 - Locador. OBJETO: Prorrogação do contrato nº. 192/2014 para mais doze meses e reajuste de valor. PRAZO: 30/11/2017. VALOR: R\$ 957,72/mês. DATA DO CONTRATO: 30/11/2016.

Convênio nº 041/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação de Moradores do Bairro Garghetti – Conveniente – CNPJ nº 04.770.102/0001-47. OBJETO: Cooperação Financeira – Orçamento Participativo. VALOR: R\$ 28.600,00. DATA DO CONVÊNIO: 09.11.2016.

Convênio nº 42/2016 – Termo de Aditamento nº 01 ao Convênio nº 013/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e o Departamento Regional De Santa Catarina/Dr - Serviço Social Da Indústria-Sesi – Conveniente – CNPJ nº 03.777.341/0001-66.

OBJETO: Complementação do valor pactuado no Convênio nº 013/2016. VALOR: R\$ 24.344,40. PRAZO: até 31/12/2016. DATA DO CONVÊNIO: 10/11/2016.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº. 029/2016-FMS .

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº. 00.456.865/0001-67 - Contratada. OBJETO: Serviços técnicos com denominação "Sistema de Gestão da Saúde Pública". PRAZO: 01 mês. VALOR: R\$ 1.997,53. DATA DO CONTRATO: 04/11/2016.

Seara, SC, 07 de dezembro de 2016.

Mirian L. Gabriel

Departamento de Licitações

LEI Nº 1896

LEI Nº 1896, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 179.700,00.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural

Projeto Atividade: 2.062 Gestão das Políticas e Ações do Desenvolvimento Cultural e Artístico

Modalidade: 4 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 1 Departamento da Agropecuária

Projeto Atividade: 2.026 Gestão das Políticas e Ações da Promoção e Desenvolvimento Agropecuário

Modalidade: 86 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 2.036 Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 108 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

Unidade: 1 Departamento da Cidade

Projeto Atividade: 1.021 Pavimentação, Infraestrutura e Revitalização de Vias Públicas

Modalidade: 111 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 2.040 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Planejamento Urbano

Modalidade: 126 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.700,00

Modalidade: 127 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 1 Departamento de Ind. Com. Serviço Emprego e Renda

Projeto Atividade: 2.084 Políticas de Apoio as Ações e Parcerias do Desenvolvimento Econômico
 Modalidade: 179 – 3.3.50.00.00.00.00.00–Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrat. R\$ 10.000,00
 TOTAL
 R\$ 179.700,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural

Projeto Atividade: 1.040 Infraestrutura, Reformas e Ampliação de Prédios e Espaços para a Cultura e Pres. Patrim. Histórico

Modalidade: 2 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.041 Equipamentos, material permanente e veículos para modernização das ações da cultura

Modalidade: 3 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.063 Ações de Parcerias para Atividades do Desenvolvimento Cultural e Artístico

Modalidade: 6 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrat. R\$ 4.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.004 Gestão das Políticas e Desenvolvimento do Orçamento Participativo

Modalidade: 9 – 4.4.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrat. R\$ 32.000,00

Projeto Atividade: 2.108 Gestão das Ações do Conv. Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 14 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Unidade: 2 Coordenadoria de Controle Interno

Projeto Atividade: 1.005 Equipamentos, Materiais Permanentes para Modernização das Ações do Controle Fiscal

Modalidade: 17 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Unidade: 5 Fundo Municipal de Defesa Civil - FMDC

Projeto Atividade: 2.104 Gestão das Ações e Política de Defesa Civil

Modalidade: 20 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Modalidade: 22 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 2.007 Ações de Parcerias para Ações de Fortalecimento do

Municipalismo e Utilidade Pública

Modalidade: 28 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.001 Amortização de Parcelamentos Débitos Consolidados

Modalidade: 33 – 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 1.007 Equipamentos e Material Permanente para Modernização das

Ações de Finanças

Modalidade: 40 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$

9.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 1 Departamento da Agropecuária

Projeto Atividade: 2.030 Gestão das Ações de Melhoria Genética do Rebanho do Município

Modalidade: 92 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade: 2 Departamento de Meio Ambiente

Projeto Atividade: 2.033 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Meio ambiente

Modalidade: 99 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL DES. COMUNITÁRIO

Unidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 1.052 Equipamentos, material permanente e veículos para gestão da PSB

Modalidade: 135– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.054 Equipamentos, material permanente e veículos para gestão

da PSE – média complexidade

Modalidade: 137– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.055 Construção, reforma e ampliação de prédios e espaços para

a PSE – Alta complexidade

Modalidade: 138– 3.3.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 1.056 Equipamentos, material permanente e veículos para gestão

da PSE – Alta Complexidade

Modalidade: 139– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.097 Gestão das ações e atividades do Serviço de Acolhimento

Institucional – PSE Alta Complexidade

Modalidade: 152– 3.1.71.00.00.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

Modalidade: 156– 3.3.93.00.00.00.00.00–Aplicação direta decor de op. entre Órg. R\$ 5.400,00

Modalidade: 158– 4.4.93.00.00.00.00.00–Aplicação direta decor de op. entre Órg. R\$ 5.800,00

Projeto Atividade: 2.098 Gestão das ações e atividades do Serviço de Proteção Social

Especial de Emerg. Calam. Pública – Alta Complexidade

Modalidade: 159– 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade: 7 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Projeto Atividade: 2.044 Gestão das Políticas Sociais e Parcerias da Infância e da Adolescência

Modalidade: 173– 4.4.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Projeto Atividade: 2.047 Gestão das Ações do Conselho dos Direitos da Criança e

do Adolescente CMDCA

Modalidade: 175– 3.3.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 2 Departamento de Turismo e Eventos

Projeto Atividade: 1047 Infraestrutura, Espaços Físicos e Equipamentos para o Turismo Municipal

Modalidade: 182 – 4.4.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Projeto Atividade: 2085 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Desenvolvimento do Turismo e Eventos
Modalidade: 183 – 3.3.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL
..... R\$ 179.700,00

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 588/2016

Portaria nº. 588/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Pedro Paulo Tombini, para o cargo de provimento efetivo de Servente Externo, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 40, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Seara, SC., 07 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 07 de dezembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2016 - DISPENSA LICITAÇÃO N.º 028/2016.

Processo Licitatório nº 104/2016 - Dispensa de Licitação nº. 028/2016.

Objeto: Aquisição de peças para manutenção da retroescavadeira marca JCB 4CX, frota 109.

Justificativa: O Município de Seara lançou o Pregão Presencial nº. 061/2016, não havendo interessados neste processo, razão pela qual é realizada a presente aquisição de peças visando o conserto e manutenção da retroescavadeira marca JCB 4CX, frota 109.

Fundamento legal: lei 8.666, art. 24, V.

Fornecedor: Macrolicit Comércio de Equipamentos Ltda

Valor: R\$ 9.806,00.

Seara, SC, 06 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 218

DECRETO Nº. 218/2016 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CRISTINA INÊS SCHMITZ DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 10 de Dezembro de 2016, a Sra. Cristina Inês Schmitz, portadora do CPF nº.082.921.769-00 RG nº 5.652.792 do Cargo de Diretora de Departamento de Saúde Nível CC – 03, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

LEI 1070

LEI MUNICIPAL Nº 1.070, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, a qual será instituída mediante a demonstração de valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das obras públicas de pavimentação de passeio público e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas ruas e avenidas abaixo Descritas:

- I) Rua 7 de Setembro, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Almirante Barroso, com a área de 400,00m²;
- II) Rua Almirante Barroso, trecho entre a Rua 8 de Maio e Avenida Presidente Castelo Branco, com a área de 648,96m²;
- III) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trecho entre a Avenida

Dom Pedro II e Rua Duque de Caxias, com a área de 328,00m²;

§ 1º. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem aos valores de:

- I) Rua 7 de Setembro, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Almirante Barroso, com o valor de R\$ 41.241,25;
- II) Rua Almirante Barroso, trecho entre a Rua 8 de Maio e Avenida Presidente Castelo Branco, com o valor de R\$ 70.163,41;
- III) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Duque de Caxias, com o valor de R\$ 33.279,54.

§ 2º. A fonte de recursos dos valores obtidos será através da aplicação de recursos próprios do Município de Serra Alta e por meio de Emendas Parlamentares.

§ 3º. O Prefeito Municipal, com base em documentos e tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, os benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou quantidade de equipamentos públicos existentes na zona de influência, poderá reduzir, em até 50% (cinquenta por cento), do custo total da obra realizada, publicando o valor a ser financiada pelos contribuintes na forma do inciso III, já incluída a redução aqui autorizada.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada, com relação dos imóveis nela compreendidos;
- e) valorização individual e total dos imóveis em consequência da obra pública;
- f) valor da contribuição de melhoria a ser paga pelo proprietário.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta)

dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Serra Alta, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da Melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 17/2014 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, constante no Cadastro de Rendas Imobiliárias da Prefeitura Municipal de Serra Alta;

II - a situação do terreno na zona de influência

III - sua testada e área

IV - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite a valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das referidas obras de pavimentação, em observância a eventual limitação imposta por Lei.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria apurada e calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á

ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

VI - o pagamento se dará por DAM (documento de arrecadação municipal) por meio de boleto bancário em banco conveniado com o município de Serra Alta, iniciando sua cobrança no mês subsequente ao término da obra.

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à Melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da Contribuição de Melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O contribuinte que optar pelo pagamento da contribuição de melhoria, em uma só vez, gozará de um desconto de até 20% (vinte por cento), a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 50 UFRM (cinquenta unidades fiscais de referência do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em Lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídos da incidência da contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e Templos Religiosos.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos

contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II – 3,0% (três por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18. Os débitos fiscais de que trata esta Lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do IGPM/FGV, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Serra Alta é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 21. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação

tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou prova.

Art. 22. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 23. O Secretario Municipal de Fazenda proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional. Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado.

Art. 28. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 17/2014) e demais legislação no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta

Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

Art. 30. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta Lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Serra Alta.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 658/2013.

Art. 34. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 07 de dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 406/2016

DECRETO Nº 406, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 35.717,89 (trinta e cinco mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos). nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0042(16)	-	Aplicações	Diretas
..... R\$ 1.030,00			
3.3.90.00.00.00.00.00.0044(17)	-	Aplicações	Diretas
..... R\$ 16.187,89			
2.022 – Serviço de Combate a Epidemiologia			
3.3.90.00.00.00.00.00.0006(52)	-	Aplicações	Diretas
..... R\$ 18.500,00			

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação dos recursos das fontes 42, 44 e 6.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 22 de novembro de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC.407/2016

DECRETO Nº 407, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 203.400,81 (duzentos e três mil, quatrocentos reais e oitenta e um centavos) , nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0.002 - Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(12) - Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(277) - Aplicações Diretas	R\$ 120.400,81
0.004 - Resgate da Dívida Interna	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(16) - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(17) - Aplicações Diretas	R\$ 33.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 (recursos próprios) e 601 (fundam).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 22 de novembro de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EDITAL 055/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 055/2016.

Pelo presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, o Município de Sombrio torna publico que, em virtude de recusa de recebimento e/ou insuficiência de dados cadastrais que possibilitem a identificação dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para o recolhimento dos valores lançados em dívida ativa, referente a ISSF(IMPOSTO SOBRE SERVIÇO FIXO), ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUANTER NATUREZA), T.A.S (TAXA ALVARA SANITARIO) e T.L.L (TAXA LICENÇA LOCALIZAÇÃO), alcançados pelo presente Edital, os fins e objetivos constantes dos Arts. 145 e 173, Parágrafo Único, do Código tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1996). Art. 111, § 2º e Art. 112 do Código Tributário Municipal (Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990). O prazo de regularização (pagamento ou parcelamento) é DEZ (10) dias, após o que será promovido protesto e cobrança judicial.

Insc. Mun.	Nome/Razão social	Receita	Valor R\$
00003	GLAUCO MELO ELIAS	ISSF	3.969,45
00410	RODRIGO SERGIO GIANGIULIO	ISSF	4.469,35
00566	ELOS CONTABILIDADE LTDA	ISSF	5.966,05
01610	CLAUDIONOR DA SILVA COLARES	ISSF	5.110,45
01611	EDI AMADO DA PAIXÃO	ISSF	5.110,45

01656	ROBERVAL DA SILVA ROCHA	ISSF	858,26
01957	MARIBEL MACHADO DE FREITAS	ISSF	1.046,80
03459	REJANE STECKERT DE OLIVEIRA	ISSF	5.110,45
33879	GELSON LUIZ DEMARCH	ISSF	1.264,10
34939	RONALDO GONÇALVES URDANGARIN	ISSF	4.886,56
35550	IRIANEI SILVEIRA DE SOUZA	ISSF	5.110,45
35663	S.R NAPOLEAO ASSES. E CONSUL. SS LTDA	ISSF	1.571,86
35733	MARCIAL DAVID MURARA	ISSF	522,22
36798	SIMONE FERREIRA ALEXANDRE	ISSF	5.110,45
36672	ANDIELY DE PRADO BORTOLUZZI	ISSF	1.824,65
36781	JOHN CARLOS DA ROSA	ISSF	5.110,45
36787	ELISON FABIANO COSTA GOMES	ISSF	3.922,08
36791	JOSE FERNANDO BORGES DA SILVA	ISSF	5.110,45
36793	JULIANA BORBA RODRIGUES DA ROSA	ISSF	4.578,94
36795	MARLEI PAULO	ISSF	5.110,45
36799	RONALDO COELHO PEREIRA	ISSF	5.110,45
36801	GABRIELA ALVES RINALDI	ISSF	5.110,45
36802	ROSSANE AMARAL FONTOURA	ISSF	5.110,45
36812	ANA MARIA DE JESUS PEREIRA	ISSF	82,49
36963	INSPEAUTO INSP. VEICULAR LTDA – ME	ISSF	952,65
37178	MARISA ROSA GOULART	ISSF	3.119,49
37256	JERRI ADRIANE SILVEIRA DOS SANTOS	ISSF	1.561,98
03825	FISIOTRAUMA COMPL. MEDICO E FISIOT. LTDA	ISSQN	6.395,55
33543	L.E. COM. & PREST. DE SERV. E TELEC. LTDA	ISSQN	4.614,23
35733	MARCIAL DAVID MURARA	ISSQN	481,03
35944	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO VYGOTSKI LTDA	ISSQN	21.397,83
36529	J.O. REPRES. COMERCIAIS LTDA – ME.	ISSQN	4.189,44
01957	MARIBEL MACHADO DE FREITAS	TAS	361,19
35309	JOSE CANEVER	TAS	724,17
35920	ANA HELENA FAUSTINO DA SILVA – ME.	TAS	1.090,52
36579	DANIEL MACHADO FERRAGENS – ME	TAS	486,80
36619	JOSILANE PERES DOS SANTOS BALTAZAR DO SANTOS – ME	TAS	872,22
36876	CLAUDEMIRE ALMEIDA BATISTA	TAS	838,71
36887	JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	TAS	838,71
36888	JOSE CLAUDIO ARAUJO DA CUNHA	TAS	227,86
36894	C. DA SILVA PEREIRA – EPP	TAS	838,71
36953	ELI FATIMA PEREIRA	TAS	587,08
37184	ST DISTRIBUIDORA DE SORVETES LTDA – ME.	TAS	336,59
00105	FORMATO EMBALAGENS LTDA – ME	TLL	2.181,42
00118	CARDOSO E CIA LTDA	TLL	2.555,62
00169	CONFECÇÕES ELEM E ELIARA LTDA – ME.	TLL	1.463,81
00197	VOLNEI ROMUALDO SERAFIM DE BEM - ME	TLL	1.463,81
00566	ELOS CONTABILIDADE LTDA	TLL	286,67
01610	CLAUDIONOR DA SILVA COLARES	TLL	746,24
01611	EDI AMADO DA PAIXÃO	TLL	746,24
01872	ELIETE DOS SANTOS MATIAS - ME	TLL	608,54
01957	MARIBEL MACHADO DE FREITAS	TLL	439,00
02131	TRANSP. PADRE REUS LTDA – ME.	TLL	624,37
02375	ZULEIDE DAGOSTIN & FILHOS LTDA	TLL	1.463,81
02602	C & C IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA – ME	TLL	1.401,08
02625	RODA D'ÁGUA COM. DE GENEROS ALIM. LTDA ME	TLL	1.125,25
03269	CERAMICA MONTE CARMELIO LTDA	TLL	3.257,78
03332	P.A.C. TEIXEIRA & CIA LTDA	TLL	1.224,92
03459	REJANE STECKERT DE OLIVEIRA	TLL	746,24
03513	PASANO COM. DE CONFECÇÕES LTDA – ME.	TLL	855,27
03686	MARLON MOVEIS E ESQUADRIAS LTDA – ME.	TLL	395,24
03960	PEREIRA E MAGENIS LTDA – ME.	TLL	1.463,81
04023	TRANSPORTES LMB LTDA – ME.	TLL	746,24
04039	CATARINA PISOS E REPRES. LTDA – ME.	TLL	1.125,28
20158	INDUSTRIA DE CALÇADOS DANYSYEL LTDA ME	TLL	1.401,08
33516	BAZAR & PAPELARIA RELAMPAGO LTDA – ME.	TLL	878,39
33543	L.E. COM & PREST. DE SERVIÇOS E TELEC. LTDA	TLL	792,77
33650	SIERRA CALÇADOS LTDA – ME.	TLL	2.031,71
33791	CERAMICA CARDOSO LTDA	TLL	3.257,78

33916	ALCIDES MOVEIS LTDA – ME.	TLL	601,71
34675	C.F. ALVES – ME.	TLL	1.676,82
34676	CERAMICOS CATARINA LTDA – ME.	TLL	3.975,40
34680	AUTO MECANICA FABDIESEL LTDA – ME.	TLL	1.463,81
34683	TORNEADOS DE MADEIRAS MARUPA LTDA-ME.	TLL	2.899,00
34847	CONFECÇÕES MONTOVANI LTDA – ME.	TLL	1.129,51
34863	MARLI BIANCHI – ME.	TLL	1.463,81
35031	SHOPPING DA CONSTRUÇÃO LTDA – ME.	TLL	2.181,42
35041	ESQUADRIAS E.B.V. LTDA – ME.	TLL	1.822,64
35106	ANGELO VITORINO DE BORBA – ME.	TLL	173,58
35117	MARSUL COMERC. TRANSPORTES LTDA – ME.	TLL	1.463,81
35127	T.N. CONST. E COMER. DE MADEIRAS LTDA – ME	TLL	1.429,80
35140	JOSIANE RAUPP DOS SANTOS	TLL	608,54
35197	C.F.C. CIDADE AUTOESCOLA LTDA	TLL	573,65
35244	ZULEIDE DAGOSTIM & FILHOS LTDA	TLL	1.463,81
35253	C.J. ROCHA CONFECÇÕES – ME.	TLL	2.463,81
35279	ANGELA DA SILVA LINHARES – ME.	TLL	832,21
35309	JOSE CANEVER	TLL	1.080,38
35335	CONFECÇÕES MOARA E MORGANA LTDA – ME.	TLL	1.125,25
35350	CALÇADOS MILEVE SPORT LTDA – ME	TLL	1.429,80
35453	GOMESIL DROGARIA LTDA – ME	TLL	1.125,25
35482	JUCELI SILVA MONTEIRO GUIMARAES – ME	TLL	837,99
35487	EDNA INACIO – ME	TLL	1.473,45
35550	IRIANEI SILVEIRA DE SOUZA	TLL	751,17
35564	MHB COMER. DE TELHAS LTDA – ME	TLL	1.473,45
35603	CONFECÇÕES GIURADELLI E FREITAS LTDA – ME.	TLL	1.834,63
35733	MARCIAL DAVID MURARA	TLL	577,59
35797	GUIMEIRA COMERCIO DE VEICULOS LTDA – ME	TLL	743,49
35838	EDSON DE QUADROS VARGAS – ME	TLL	624,37
35851	APPLAUSE CONFECÇÕES LTDA – ME	TLL	2.195,78
35855	V & F CONFECÇÕES LTDA – ME	TLL	340,49
35903	LUIS CARLOS BORGES CALCADOS LTDA – ME.	TLL	980,46
35920	ANA HELENA FAUSTINO DA SILVA – ME.	TLL	1.473,45
35930	EZEQUIEL LUCHINA COELHO – ME.	TLL	1.132,96
35999	GERALDINO VIEIRA HAHAN	TLL	1.132,96
36005	MAYSUL SERVIÇOS DE CARGAS LTDA – ME.	TLL	1.132,96
36006	PATRICIA QUADROS VALIM – ME	TLL	1.473,45
36067	ERITON ELDER DA SILVA – ME.	TLL	657,92
36097	MORAES CARDOSO & CIA LTDA	TLL	427,22
36124	AUTO POSTO IZI LTDA – EPP.	TLL	1.688,36
36146	FOX EDITORA E PUBLICIDADE LTDA – ME	TLL	751,17
36147	MARCOS AURELIO DA SILVA BOEIRA – ME.	TLL	1.688,36
36148	TAIANA VALANDRO MARTINS D´AVILA ME	TLL	1.132,39
36165	RETIFICA J G MOTOS LTDA – ME.	TLL	861,05
36223	MELO & VARGAS REPRES. DE SERVIÇOS LTDA – ME	TLL	577,29
36294	E.T.C. CLAUDINO & CIA LTDA	TLL	751,17
36313	EDILEI JOSE PORTO MARGUTI – ME.	TLL	1.043,39
36337	A.N. AGROALIMENTOS LTDA – ME	TLL	1.178,48
36431	M. MANU COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA – ME.	TLL	1.410,67
36461	VALDEMIR DA SILVA – ME	TLL	839,26
36463	LEANDRO ARAUJO DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME	TLL	1.688,36
36464	JOSIEL TEIXEIRA DE SOUZA – ME.	TLL	161,83
36472	M. MANU COMERC. E CONFECÇÕES LTDA – ME.	TLL	1.688,36
36482	MADERINI TRANSPORTES LTDA – ME.	TLL	288,63
36486	M.D.M. OBRAS DE ALVENARIA LTDA – ME.	TLL	427,22
36502	RANGEL RAMOS CARDOSO	TLL	6,66
36515	CONFECÇÕES CRISJULI LTDA – ME.	TLL	1.132,96
36517	ALEXANDRE NUNES RAMOS – ME.	TLL	1.473,45
36571	RODRIGO DOS SANTOS – 056.693.299-70	TLL	861,11
36577	CLAUDIA TEIXEIRA RAUPP – ME	TLL	1.473,45
36579	DANIEL MACHADO FERRAGENS ME	TLL	340,49
36583	GRANITE CONST. E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME	TLL	1.410,67
36601	OSAMIR LENTZ MACIEL	TLL	751,17
36612	AGUA DA ROCHA IND. E COM. CONFEC. LTDA – EPP	TLL	1.834,63

36615	L E F COMERC. E CONFECÇÕES LTDA – ME.	TLL	1.132,96
36619	JOSILANE PERES DOS SANTOS BALTAZAR DO SANTOS – ME.	TLL	1.178,48
36623	COELHO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME.	TLL	1.473,45
36669	JOSE AILTON SILVANO	TLL	173,58
36671	NET POINTER INTERNET LTDA – EPP	TLL	1.473,45
36672	ANDIELY DO PRADO BORTOLUZZI	TLL	161,83
36683	JOELCIO TEIXEIRA DA CUNHA	TLL	751,17
36686	ROSANA M. LOPES & CIA LTDA EPP	TLL	1.473,45
36687	JUCICLEIA PEREIRA PIRES CARDOSO	TLL	1.473,45
36691	COMERCIAL VARGAS & PORTO LTDA – ME.	TLL	317,43
36717	E. PEREIRA – ME.	TLL	1.473,45
36719	E. ARTHUR DE QUADROS – EPP	TLL	427,22
36720	MARIA MADALENA RODRIGUES DOS SANTOS	TLL	589,28
36723	JOÃO ANTONIO DE SOUZA	TLL	1.132,96
36725	B. GOMES DA SILVA – EPP	TLL	3.038,10
36737	SILVANA DE SOUZA	TLL	1.132,96
36740	MARCIA BECKER CARDOSO – ME.	TLL	1.248,79
36745	CLAUDEMAR DE CAMPOS SUPI – 041.794.779-80	TLL	1.473,45
36749	MAURO EDUARDO RODRIGUES – 067.696.479-66	TLL	751,17
36757	M. DE FATIMA CAETANO BORBA – EPP	TLL	1.132,96
36758	COMAPLAST COM. ATAC. DE TELHAS LTDA – EPP	TLL	2.195,78
36760	PRICILA BRATTI PICOLOTTO – 036.8890.359-10	TLL	1.473,45
36781	JOHN CARLOS DA ROSA	TLL	751,17
36782	ANDREO ADRIANE TAVARES	TLL	577,59
36791	JOSE FERNANDO BORGES DA SILVA	TLL	751,17
36795	MARLEI PAULO	TLL	600,80
36796	NEILA CUNHA DA SILVA	TLL	439,00
36798	SIMONE FERREIRA ALEXANDRE	TLL	624,37
36799	RONALDO COELHO PEREIRA	TLL	751,17
36801	GABRIELA ALVES RINALDI	TLL	751,17
36802	ROSSANE AMARAL FONTOURA	TLL	751,17
36804	EXCLUSIVA RODAS E PNEUS LTDA – EPP	TLL	1.132,96
36808	FREITAS & CARDOSO CONTABILIDADE LTDA - ME	TLL	1.132,96
36811	FERNANDO PEREIRA SILVEIRA	TLL	1.473,45
36812	ANA MARIA DE JESUS PEREIRA	TLL	1.468,38
36814	DANIEL COLARES FIGUEIREDO – 045.992.39-07	TLL	1.132,96
38615	ELIANA DOS SANTOS ESCOBAR – 802.907.100-06	TLL	1.132,96
36817	ONIX TURISMO LTDA – ME.	TLL	1.132,96
36821	RAFAEL DOS SANTOS SILVA – ME.	TLL	1.132,96
36823	RS CONFECÇÕES E TRANSPORTES LTDA – ME.	TLL	1.410,67
36825	PONTO MAQUINAS LTDA – ME.	TLL	1.132,96
36826	CRISTIANO LUCIO BARBOSA – ME.	TLL	1.816,60
36830	JAILSON RABELO TRAJANO – ME.	TLL	1.132,96
36843	MOACIR MARTINS – 864.656.949-72	TLL	1.132,96
36846	FATIMA HOFFMANN GUIMARÃES – 625.194.929-53	TLL	1.132,96
36849	RAQUEL DE LIMA MARTINS – ME.	TLL	1.132,96
36852	GABRIELA AMARAL FONTOURA	TLL	439,00
36876	CLAUDEMIRE ALMEIDA BATISTA	TLL	22,23
36885	PROJETAR IND. E COMERC. DE FIBRAS LTDA	TLL	1.132,96
36887	JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	TLL	1.160,36
36888	JOSE CLAUDIO ARAUJO DA CUNHA	TLL	824,97
36889	ROSANGELA GONÇALVES GETULIO – 393.813.820-34	TLL	1.132,96
36892	ADRIANA LUCAS DA SILVA – 003.985.380-26	TLL	1.132,96
36893	CLAUDIONOR DA SILVA GOMES – 449.700.309-44	TLL	632,60
36894	C. DA SILVA PEREIRA – EPP	TLL	1.688,36
36905	RODRIGO DOS SANTOS MARTINS – 069.240.819-32	TLL	577,59
36914	M.C. PROJETOS AGROPECUARIOS LTDA – ME.	TLL	577,59
36918	ANA MARIA DA SILVA CLAUDINO – 692.746.819-68	TLL	1.132,96
36923	VENOIR DA ROSA PEREIRA – ME.	TLL	837,99
36938	SAMUEL CONFECÇÕES LTDA – ME.	TLL	1.410,67
36951	AMARILDO MATEUS PEREIRA – 503.550.829.34	TLL	317,43
36953	ELI FATIMA PEREIRA	TLL	1.132,96
36963	INSPEAUTO INSPEÇÃO VEICULAR LTDA – ME.	TLL	577,59
36965	JONATAN MACIEL BORBA – 091.221.919-09	TLL	577,59

36976	CRISTIANO JOSE TORRES NUNES – 060.386.079-60	TLL	1.132,96
36991	C.A. ROCHA REPRESENTAÇÕES	TLL	577,59
36994	KATIANA NUNES AMARAL – 057.861.259-39	TLL	1.132,96
36995	GERAÇÃO AUTOMOVEIS E TRANSPORTES LTDA ME	TLL	912,61
36999	EDSON DE MATOS & CIA LTDA – ME.	TLL	1.132,96
37006	J.R. MULTIMARCAS COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME.	TLL	1.688,36
37011	DUFERA FABRICA E COM. DE ALIMENTOS LTDA ME	TLL	1.410,67
37016	LUAN SANTOS DE OLIVEIRA	TLL	837,99
37026	ESTILO MARIAH LTDA – ME.	TLL	1.132,96
37048	HELIO OSMARIO ZEFINO – ME.	TLL	1.132,96
37049	DAK CONFECÇÕES LTDA – ME.	TLL	1.410,67
37084	RAFAEL BONOMIN RIBEIRO – ME.	TLL	861,11
37093	SENILDA APARECIDA FERREIRA DA SILVA COLODEL – ME.	TLL	1.688,36
37140	IVAN CABRAL BORGES – ME.	TLL	1.098,80
37178	MARISA ROSA GOULART	TLL	555,56
37183	ROTA SUL VISTORIA LTDA – ME.	TLL	555,56
37184	ST DISTRIBUIDORA DE SORVETES LTDA – ME.	TLL	1.587,08
38258	VILMAR COSTA	TLL	863,52
38354	ANTONIO DENIR PEREIRA – ME.	TLL	767,24
38599	ELIZANA BALTAZAR DA SILVA COELHO 03889703917	TLL	1.355,90
38721	PAULO CEZAR MACHADO 47564210915	TLL	1.355,90
38867	JOÃO DIRLEI GARCIA – ME.	TLL	691,20

Município de Sombrio – SC, 07 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso Gilberto Farias da Silva

Prefeito Municipal Diretor de Fiscalização

Sul Brasil

PREFEITURA

LEI 1106/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.106 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E PREVENÇÃO A DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA VÍRUS NO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Sul Brasil/SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º- Fica instituído, no Município de Sul Brasil/SC, o Programa Municipal de Prevenção e Combate à Dengue, Chikungunya e Zika vírus, a ser coordenado pela da Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º- Secretaria de Saúde do Município de Sul Brasil, manterá atividades permanente de esclarecimentos e orientação à população sobre as formas de prevenção à dengue, Chikungunya e Zika vírus.

Art. 3º- Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral e os proprietários de terrenos baldios, compete adotar medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, tanto nas áreas internas da residência e externa, bem como em toda extensão do terreno, sem acúmulo de lixo e material inservíveis, evitando condição de que propiciem a instalação e a proliferação dos mosquitos causadores da dengue, Chikungunya e Zika vírus, ou seja o “Aedes aegypti” e/ou outros vetores.

§1º- Para fins de aplicação desta lei, propiciem a instalação e a proliferação dos mosquitos causadores da dengue, Chikungunya e Zika vírus, ou seja o “Aedes aegypti” e/ou outros vetores, são todos os objetos, recipientes, equipamentos, utensílios, vasilhame, dispositivo, artefato, pneumáticos, acessórios, sucatas, itens arquitetônicos ou construtivos inclusive hidráulico, plantas, casca de alimentos e outros que, constituídos por quaisquer tipos de matérias e, devido a sua natureza, sirvam para acumular água.

§ 2º- A manutenção predial dos imóveis conforme o caput deste artigo, compreende ainda manter desobstruídas as lajes, calhas e vãos, bem como eventuais desníveis nestes itens construtivos, de forma a evitar o acúmulo de água.

§3º- A não realização pelo munícipe, proprietário, possuidor ou detentor do imóvel ou terreno, dos cuidados sanitários mencionados no caput do presente artigo enseja o Poder Executivo, através do órgão competente, a autuar e, posteriormente, multar e conforme a avaliação e o risco de saúde, determinar a realização do tipo de serviço necessário para garantir os devidos cuidados sanitários no local.

§ 4º - Na hipótese do Poder Executivo realizar o serviço necessário para garantir os cuidados sanitários, será lançado a cobrança do serviço ao munícipe, proprietário, possuidor ou detentor do imóvel ou terreno, conforme legislação municipal.

I- Em caso de descumprimento pelo responsável do imóvel quanto à manutenção e limpeza dos lotes urbanos, configurada pela lavratura do auto de infração, além da multa prevista, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras providenciará a realização do respectivo serviço de limpeza, pelo qual será cobrado o custo de

execução no valor correspondente a 1(uma) UFIR por metro quadrado do terreno, corrigido anualmente pelo INPC-IBGE.

II- A multa e o custo da limpeza previstos nesta Lei poderão ser cobrados, a critério da Administração Pública, juntamente com o carnê referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício seguinte ao que foi lavrada a multa e executado o serviço.

§ 5º - No caso de unidade pública municipal, a chefia imediata deverá realizar todos os esforços para atender às obrigações estabelecidas acima, conforme prevê o caput do presente artigo.

§ 6º - Em caso de descumprimento do disposto no “caput” do presente artigo, fica o infrator sujeito à autuação e demais sanções previstas na legislação aplicável; no caso de unidade pública, deverá haver a comunicação ao responsável da pasta de forma imediata e o mesmo compelido a tomar todas as providências necessárias, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art.4º- Para os fins desta Lei, entende-se:

I - por criadouro, qualquer recipiente com coleção líquida e qualquer quantidade de água parada;

II - por foco, o criadouro onde são encontradas as formas imaturas de mosquito causador da dengue.

Art. 5º - Ficam os responsáveis por borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos, mecânicas e outros estabelecimentos afins obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores citados no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único: É obrigatório a instalação de cobertura fixa, ou desmontável, em toda e qualquer espécie de comércio e indústrias, como depósito de pneus, novos ou usados, ferro velhos e afins, para evitar acúmulo de água que se torna propício para gerar foco do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue, Chikungunya e Zika vírus, de acordo com o §1º, do artigo 3º da presente Lei.

Art. 6º - Fica vedada a colocação em cemitérios de vasos ou recipientes sem perfurações que permitam o total escoamento de água de seu interior, à exceção daqueles que contenham terra ou areia até a borda superior do vaso.

§ 1º - Os responsáveis pelos cemitérios deverão exercer rigorosa fiscalização em suas áreas, determinando a imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que não se enquadrem nas condições fixadas no “caput” deste artigo.

§ 2º - Os vasos e os recipientes fixos deverão ser removidos ou adaptados pelos concessionários ou proprietários dos jazigos ou ossários, ou ainda por quem os represente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 7º - Ficam os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos baldios obrigados a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como à limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água.

Art. 8º - Ficam os responsáveis por imóveis dotados de piscina

obrigados a manter tratamento adequado da água, de forma a não permitir a instalação ou proliferação de mosquitos.

§ 1º - As piscinas que não dispõem de sistema de recirculação de água devem ser tratadas com produtos químicos e limpas de forma adequada uma vez por semana. Quando não utilizada deve ser lavadas esvaziadas e guardadas em local protegido.

§ 2º - Os espelhos da água, as fontes e os chafarizes também devem ser lavados e esvaziados.

Art. 9º - Nas residências, nos estabelecimentos comerciais, em instituições públicas e privadas, bem como em terrenos nos quais existam caixas d'água, ficam os responsáveis obrigados a mantê-las permanentemente tampadas, com vedação segura, impeditiva da proliferação de mosquitos.

Art. 10º - Os estabelecimentos comerciais que comercializam produtos armazenados em embalagens descartáveis ficam obrigados a instalar, nos próprios estabelecimentos, em local de fácil visualização e adequada sinalização "containers" para recebimento de embalagens, nos termos da Lei Federal nº. 12.305/2010.

§ 1º - As embalagens descartáveis armazenadas deverão ser encaminhadas, pelos estabelecimentos comerciais, a entidades públicas ou privadas, cooperativas e associações que recolham materiais recicláveis.

§ 2º - Os estabelecimentos ficam obrigados a afixar placas alertando os consumidores sobre o perigo do descarte de tais produtos em locais inadequados e colocando – se pontos de coleta a receber no estabelecimento o produto usado.

§ 3º - Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo terão o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação desta lei, para se adaptarem à norma ora instituída.

§ 4º - Em caso de descumprimento do disposto no artigo 10 desta lei, os estabelecimentos comerciais ali mencionados estarão sujeitos:

a) à notificação prévia para regularização, no prazo de 10 (dez) dias;

b) não regularizada a situação no prazo assinalado, à aplicação de multa no valor de 200,00 UFIRs, corrigida nos termos da legislação municipal pertinente;

c) persistindo a infração no prazo de 30 (trinta) dias contados da autuação mencionada na alínea anterior, à aplicação da multa em dobro e fechamento administrativo por 1 (um) dia.

Art. 11º - Os catadores de material reciclável estão proibidos de armazenar em sua residência entulhos, ficando obrigados a dar a correta destinação final ao material que recolhem.

Art. 12º - Os locais de armazenamento deverão:

I – ser cobertos e fechados de maneira a impedir a acumulação de água; e

II – ser sinalizados corretamente, alertando para os riscos do material armazenados;

III – ser compatíveis com o volume e a segurança do material a serem armazenados;

Parágrafo Único: Os locais de armazenamento não poderão ter

sistema de escoamento de água ligados a rede de esgoto ou de águas pluviais.

Art. 13º - Os proprietários, possuidores, detentores ou responsáveis, a qualquer título, de floriculturas e viveiros de plantas ficam proibidos de utilizar vasos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes, de qualquer natureza, que não possuam orifício de drenagem.

§ 1º- Deverão ser tomados todos os cuidados pelo proprietário para evitar o acúmulo de água nas respectivas plantas ou ainda a colocação de produtos alternativos que possam eliminar e/ou bloquear o desenvolvimento das larvas dos vetores interrompendo o ciclo do mosquito, ficando a critério do proprietário.

Art. 14º - Os municípios em geral, proprietários de imóveis ou quem os represente, bem como dirigentes de órgãos públicos, deverão colaborar com os servidores incumbidos das ações fiscalizatórias de que trata esta Lei, facilitando-lhes o acesso ao interior de residências e estabelecimentos diversos.

Art. 15º - Além da competência para notificar, representar, autuar multas, poderá a fiscalização/vigilância sanitária, por seus agentes, requisitar o auxílio de força pública, estadual ou federal para cumprimento do dispositivo do artigo anterior.

Art. 16º - As infrações às disposições constantes desta lei classificar-se-ão em:

I - leves, quando detectada a existência de 1 (um) a 2 (dois) focos de vetores ou não cumprimento do auto de notificação anterior independente de foco;

II - médias, de 3 (três) a 4 (quatro) focos;

III - graves, de 5 (cinco) a 6 (seis) focos;

IV - gravíssimas, de 7 (sete) ou mais focos.

Art. 17º - As infrações previstas no artigo anterior estarão sujeitas à imposição das seguintes multas, corrigidas nos termos da legislação municipal pertinente:

I - para as infrações leves: 100 UFIRs;

II - para as infrações médias: 200 UFIRs;

III - para as infrações graves: 400 UFIRs;

IV - para as infrações gravíssimas: 800 UFIRs.

§ 1º - Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação no prazo de 7 (sete) dias, findo o qual estará sujeito à imposição dessas penalidades.

§ 2º - Na reincidência, as multas serão sempre cobradas em dobro.

Art. 18º - Sempre que caracterizada a situação de iminente perigo à saúde pública, de forma a representar risco ou ameaça à saúde pública, no que diz respeito aos indivíduos, grupos populacionais e ambiente, a autoridade sanitária do Sistema Único de Saúde deverá determinar a executar as medidas necessária para o controle e contenção da referida doença.

Art. 19º - Inclui-se dentre as medidas que podem ser adotadas pela autoridade sanitária para a contenção da proliferação e disseminação do vetor da dengue, Chikungunya e Zika vírus o ingresso forçado nas residências e estabelecimentos particulares, nos casos de imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário, quando esse procedimento se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravo à saúde pública,

observando o dispositivo no inciso XXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º Para fins do disposto no inciso III do § 1º, entende-se por:

I - imóvel em situação de abandono - aquele que demonstre flagrante ausência prolongada de utilização, o que pode ser verificado por suas características físicas, por sinais de inexistência de conservação, pelo relato de moradores da área ou por outros indícios que evidenciem a sua não utilização; e

II - ausência - a impossibilidade de localização de pessoa que possa permitir o acesso ao imóvel na hipótese de duas visitas devidamente notificadas, em dias e períodos alternados, dentro do intervalo de dez dias.

Art. 20º- Nos casos em que houver a necessidade de ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, a autoridade sanitária competente emitirá relatório circunstanciado e auto de infração no local em que for verificada a impossibilidade de entrada por abandono ou ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público.

§ 1º Sempre que se mostrar necessário, a autoridade sanitária competente poderá requerer o auxílio à autoridade policial.

§ 2º Constarão no relatório circunstanciado e no auto de infração as medidas sanitárias adotadas para o controle do vetor e da eliminação de criadouros do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 21º - Na hipótese de abandono do imóvel ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de autoridade sanitária, o ingresso forçado deverá ser realizado buscando-se a preservação da integridade do imóvel.

Art. 22º - A recusa ao entendimento das orientações e determinações sanitárias estabelecidas pela autoridade do Sistema Único de Saúde –SUS, constitui crime de desobediência e infração sanitária, punível, respectivamente, na forma do Decreto Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e da Lei Estadual nº 6320, de 20 de dezembro de 1983, e todos os seus decretos regulamentares, sem prejuízo da possibilidade da execução forçada da determinação, bem como das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 23º - A competência para aplicação das multas estabelecidas caberá ao Departamento Municipal de Saúde, através dos servidores do Setor de Vigilância em Saúde.

Art. 24º - A arrecadação proveniente das multas referidas nesta Lei será destinada integralmente ao Fundo Municipal de Saúde para ações de combate e controle de endemias que deverão ser utilizadas pelas vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental.

Art. 25º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por contas das dotações orçamentárias do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 26º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 27º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Sul Brasil/SC, aos 21 de novembro de 2016.

Eder Ivan Marmitt – Prefeito Municipal

Publicada e registrada data supra

João Paulo Gubert – chefe de administração

LEI 1107/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.107 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE FEIRAS PARTICULARES NO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Éder Ivan Marmitt uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de feiras e eventos comerciais, de caráter temporário, somente poderá funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

Art. 2º As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, poderão ser realizadas nos seguintes espaços:

I - públicos: Em quaisquer espaços públicos, mediante autorização do chefe do Poder Executivo Municipal, desde que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais Leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

II - privados: Em quaisquer espaços privados, desde que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais Leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

Parágrafo único. A feira ou evento comercial somente poderá ser realizada por empresa promotora de eventos, devidamente registrada junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Para obter a licença de funcionamento e localização, a empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria da Fazenda, Administração e Planejamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o evento, instruído com os seguintes documentos e providências:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias contados do protocolo do requerimento;

IV - comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias contados do protocolo do

requerimento;

V - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa, comprovando a regularidade fiscal;

VII – certidão de regularidade trabalhista;

VIII – profissional plantonista na área da saúde habilitado para atendimento de emergências;

IX – atestado de vistoria de segurança contra incêndios expedido pelo Corpo de Bombeiros;

X - projeto e laudo atendendo as normas de acessibilidade vigentes com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada pela empresa promotora e pelo profissional técnico habilitado dos seguintes itens:

a) da estrutura;

b) das instalações elétricas e hidrossanitárias;

c) da locação dos boxes e compartimentos, com identificação numérica.

d) da disponibilização de estacionamento próprio no local, com no mínimo 01 (uma) vaga para cada 50 m² de área edificada;

f) da disponibilidade de banheiros com sanitários, sendo, um (1) masculino e um (1) feminino, dentro do local destinado ao público consumidor, para cada 200 (duzentos) metros quadrados de área do imóvel ocupado pela feira ou evento;

XI - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto à localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

XII - alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto à Polícia Militar;

XIII - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XIV – contratação de empresa privada para realizar a segurança do evento;

XV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir.

XVI - comprovação do recolhimento de Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos serviços prestados;

XVII - declaração por parte da empresa promotora do evento, assinada também pelas empresas participantes do evento (boxes), informando o endereço, em Sul Brasil, de um "Posto de Trocas de Mercadorias" comercializadas no evento, que vierem a apresentar defeitos ou vícios para o consumidor, funcionando em horário comercial, durante 30 (trinta) dias a contar do final do evento;

Art. 4º Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou evento comercial, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura

Municipal, independente daquela obtida pela empresa promotora da feira ou evento, a qual será expedida mediante requerimento à Secretaria da Fazenda, Administração e Planejamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o evento, instruído com os seguintes documentos e providências:

I - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

II - comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

III - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

IV - certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa, comprovando a regularidade fiscal;

V – certidão de regularidade trabalhista;

VI - relação dos bens, serviços e produtos a serem comercializados com a devida comprovação de origem e certificação da empresa promotora;

Parágrafo único. Fica vedada a licença deste caput à pessoa física.

Art. 5º A taxa para a concessão das licenças requeridas serão remuneradas e cobradas por seção, loja, expositor, revendedor, ou outra denominação semelhante, mesmo que agrupados em uma só feira ou exposição, ao valor de 50 UFIR/dia, por unidade;

Art. 6º Fica proibida a comercialização de produtos sem a origem comprovada ou falsificados em todos os espaços utilizados pelo evento. Caso houver denúncia e os produtos forem encontrados, a Secretaria da Fazenda poderá interditar o local, fechando o evento.

§ 1º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento;

§ 2º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após pagamento da taxa e vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, no tocante à verificação do cumprimento das condições estabelecidas nesta Lei, devendo à empresa promotora concluir as instalações no prazo máximo de 01 (um) dia útil antes do início do evento.

§ 3º Caso na Feira se encontre outros produtos que não aqueles apresentados na relação exigida no art. 4º, a Secretaria da Fazenda aplicará multa ao promotor do evento com o valor de 100 UFIR (Cem Unidades Fiscais de Referência) por item.

Art. 7º Quando forem realizados feiras ou eventos comerciais em área privada, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada com no máximo 30 (trinta) dias da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 8º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, de acordo com o estabelecido

pelas entidades representativas de classe.

Art. 9º O funcionamento de feiras e eventos, que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com esta Lei, sujeitará o infrator à imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa no valor de 500 UFIR`s (Quinhentas Unidades Fiscais de Referência), ficando impedido para realização de novos eventos pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da constatação da infração.

Parágrafo único - A multa prevista no "caput" deste artigo deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação expedida pelo Município, facultando-se, no mesmo prazo, a apresentação de defesa e as razões do não atendimento à Lei junto a esta municipalidade, que será julgada nos termos do processo administrativo fiscal.

Art. 10º O disposto nesta Lei não se aplica aos eventos e feiras realizadas exclusivamente pelo Poder Público Municipal, bem como aquelas em que o Poder Público Municipal seja apoiador ou parceiro mediante prévia celebração de Termos de Convênio, Acordos ou congêneres, com entidades públicas ou privadas, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento.

Art. 11º Cabe ao Código Tributário Municipal subsidiar, nos casos omissos, a presente Lei.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1027/2016.

Art. 13º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil, SC, 21 de novembro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na data supra.

João Paulo Gubertt
Chefe de administração

LEI 1111/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.111 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ALTERA O ANEXO I, III E VIII DA LEI MUNICIPAL 385/2001, que DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os anexos I, III e VIII da Lei Complementar nº. 385/2001, e suas alterações posteriores "que dispõe sobre o Plano de Cargos dos Servidores Públicos Municipais", passando a vigorar conforme anexo I, II, III e VIII, da presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 1.027/2015, revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil (SC), 07 de dezembro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal de Sul Brasil

Registrando e publicado conforme data supra

JOÃO PAULO GUBERTT

Chefe de administração

ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

1.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS (SEG)

0.1 NÍVEIS: 12,13,14,15,16

1.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas, datilografia, recepção, duplicação de documentos além de outras atividades correlatas, de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade.

0.3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

- Efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução.
- Executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricitista.
- Fazer a manutenção preventiva, sob orientação da Chefia.
- Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área

de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente; e
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e
- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

VIGIA:

- Manter vigilância em geral.
- Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso.
- Relatar anormalidades verificadas.
- Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do

fato ao chefe imediato.

- Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas.
- Desenvolver outras tarefas semelhantes.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

- Executar serviços de datilografia em geral.
- Atender usuários de Biblioteca.
- Transcrever atos oficiais.
- Preencher formulários, fichas, cartões e outros.
- Codificar dados e documentos.
- Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados.
- Providenciar material de expediente.
- Confeccionar relatório de serviços diversos.
- Selecionar e arquivar documentos.
- Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório.
- Efetuar a entrega de resultados de exames e manter organizado seu arquivo de cópias.
- Atender postos de Correio e suas atividades correlatas.
- Atender e transferir ligações telefônicas.
- Executar outras tarefas correlatas.

0.4. REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

1.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

1.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Auxiliar de Serviços Gerais: Alfabetizado.

Vigia: Alfabetizado.

Auxiliar de Manutenção e Conservação: Alfabetizado.

Auxiliar Administrativo: Alfabetizado.

Agente Comunitário de Saúde: 1º grau completo

2.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO II - SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)

2.1 NÍVEIS: 21,22,23,24,25,26.

2.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, condução e transporte de veículos e equipamentos rodoviários agrícolas e atividades de ordem auxiliar, de complexidade mediana, envolvendo serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, enfermagem simplificada, de engenharia relativo a pedreiro, carpinteiro e pintor, operador de equipamentos de dados, sonoros, operação de aparelhos telefônicos, além de outras atividades que requeiram, fundamentalmente trabalho manual.

2.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

TELEFONISTA

- Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
- Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;

- Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas;
- Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;
- Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
- Manter registro de ligações a longa distância;
- Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa;
- Fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc;
- Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;
- Executar tarefas semelhantes.

AGENTE ADMINISTRATIVO:

- Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
- Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
- Controlar e arquivar publicações oficiais;
- Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
- Proceder controle de provimento e vacância de cargos;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Atender usuários da biblioteca;
- Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, Ipesc, INSS.
- Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.
- Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas.
- Executar outras tarefas correlatadas às descrições acima.

AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA:

- Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência ;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
- Executar outras tarefas afins.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

- Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, agrícolas e outras;

- Ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharia em geral.
- Executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros;
- Executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquinas de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna;
- Desmontar, montar e lubrificar ferramentas;
- Executar serviços de eletricidade em geral;
- Montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção;
- Executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação;
- Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria, à vista de instruções;
- Executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes;
- Executar trabalhos simples de acabamento, encadernação, douração e restauração , de acordo com as instruções recebidas;
- Executar trabalhos simples e complementares gráficos-mecânicos e gráfico-eletrônicos;
- Executar serviços de serralheria, compreendendo trabalhos simples e complementares, como confecção de peças e reparos;
- Executar trabalhos simples ou complementares de solda;
- Executar serviços simples de hidráulica;
- Executar serviços simples de pedreiro;
- Auxiliar nos trabalhos de topografia, engenharia e outros serviços.
- Desempenhar outras tarefas afins.

MOTORISTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE:

- conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher os veículos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus; auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas etc; auxiliar Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), idosos, pessoas doentes, no embarque e desembarque do veículo, bem como acomodação de cadeiras de rodas, muletas e outros; operar rádio transceptor; proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; Executar outras tarefas afins.

2.4 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso público de provas ou provas e títulos.

GRAU DE ENSINO: ensino médio completo e portador de carteira profissional – CNH "D".

Carga horária: 40 horas semanais.

AUXILAR DE ENFERMAGEM:

- Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;
- Observar, reconhecer e descrever sintomas, ao nível de sua qualificação
- Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina;
- Ministrar medicamentos por via oral e parental;
- Realizar controle hídrico;
- Fazer curativos;
- Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;;
- Efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;
- Realizar teste e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;
- Colher material para exames laboratorial;
- Prestar cuidados de enfermagem pré e pós- operatórios;
- Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde;
- Integrar a equipe de saúde.
- Participar de atividades de educação em saúde.
- Executar outras tarefas afins.
- participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
- participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

MOTORISTA:

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS:

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz patrôas tratores pás carregadeiras e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins.

MECÂNICO:

- Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários.
- Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento.
- Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros.
- Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões.
- Desmontar, reparar e montar distribuidores.
- Desmontar, reparar, montar, ajustar , retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível.
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas.
- Trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas.
- Executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc.
- Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relês, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos.
- Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros.
- Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializadas.
- excetuar outras tarefas afins.

FISCAL DE TRIBUTOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS:

- Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes.
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.
- Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento.
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
- Atuar na área da saúde pública, nos cumprimentos dos regulamentos municipais.

2.5 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

2.6 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso público de provas ou provas e títulos.

2.7 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Agente Administrativo: 1º grau completo.

Telefonista: 1º grau completo.

Auxiliar de enfermagem: Ensino Fundamental completo, com curso de Auxiliar de Enfermagem ou superior.

Agente de Saúde Pública: 1º grau completo.

Agente de Manutenção e Conservação: Alfabetizado.

Mecânico: 4ª série do 1º grau, com experiência profissional da área de atuação.

Motorista: Alfabetizado, com experiência e portador da carteira nacional de habilitação profissional.

Motorista da Saúde: ensino médio completo, portador de carteira profissional "D".

Carga horária: 40 horas semanais.

Operador de Máquinas: Alfabetizado e portador de carteira Nacional de Habilitação Profissional.

Fiscal de Tributos e serviços municipais: ensino médio completo.

3.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES: (SAU)

3.1 NÍVEIS: 31, 31A, 33, 36, 40.

3.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas diretamente ligadas aos trabalhos de recuperação e manutenção de máquinas, equipamentos e implementos de produção, solda em geral, e encarregam-se de executar atividades de ordem auxiliar, de natureza repetitiva e complexidade mediana, envolvendo a execução de serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, enfermagem simplificada, promoção social, e serviços de vigilância sanitária, além de outras atividades correlatas.

3.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Minutar contratos em geral;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
- Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Realizar registros em geral;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros

equipamentos eletrônicos;

- Executar outras atividades correlatas.
- Operador de sistemas.

ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

- Executar serviços de operação de máquinas e equipamentos intervindo nos trabalhos de provisão de materiais, orientar o pessoal na utilização de máquinas e equipamentos do setor.
- Propor baixa e alienação dos veículos considerados inservíveis.
- Zelar pelos veículos e equipamentos sob sua responsabilidade.
- Executar serviços nas redes elétricas e hidráulicas, de pedreiro e carpinteiro indispensáveis à conservação dos imóveis e ou edificação de obras.
- Executar montagens e desmontagens em motores e caixas de trocas e em suspensão de veículos.
- Executar serviços de troca de embuchamento, de óleo de motor e de caixa de troca.
- Executar revisão geral de veículos de peças em uso e de lubrificação de rolamentos.
- Executar outras tarefas semelhantes.

FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

- Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes.
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.
- Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento.
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
- Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.
- Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais.

ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS:

- Realizar atividades supervisionadas de rotinas administrativas na área de administração pública municipal ligadas à gestão de pessoas, com a seguinte especificação:
- Providenciar a admissão, demissão e contratação de pessoal por contrato temporário, quando autorizado pela autoridade competente;
- Expedir a folha de pagamento com os respectivos contracheques e guias de recolhimentos previdenciários;
- Elaborar as portarias de nomeação e exoneração de servidores;
- Fixar o cronograma de concessão de férias, segundo as necessidades de cada setor;
- Receber, analisar e atualizar os documentos cadastrais dos funcionários;
- Controlar exames periódicos e de admissão e demissão dos servidores;
- Executar outras atividades que tenham correlação com as atribuições do cargo.

VIGILANTE SANITÁRIO:

- Executar procedimentos de vigilância sanitária de acordo com as normas técnicas;
- Participar de ações de vigilância sanitária desenvolvida na comunidade;
- Emitir Alvarás Sanitários; Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;
- Efetuar visitas a estabelecimentos do Município;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários às suas atividades;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente;
- Atendimento de ocorrência de toxicação alimentar;
- Visita em estabelecimentos comerciais a título de orientação de intimação e infração;
- Coletas de amostras de alimentos, de água para análise laboratorial;
- Fiscalização de construções e reformas de casas e prédios;;
- Fiscalização de dejetos suínos em rios, riachos, etc.;
- Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL:

- Compete ao auxiliar em saúde bucal, sempre sob a supervisão do cirurgião dentista ou do técnico em saúde bucal:
- Organizar e executar atividades de higiene bucal;
- Processar filme radiográfico;
- Preparar o paciente para atendimento;
- Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas inclusive em ambiente hospitalar;
- Manipular materiais de uso odontológico;
- Selecionar moldeiras;
- Preparar modelos em gesso;
- Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;
- Executar limpeza, assepsia e desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológico e do ambiente de trabalho;
- Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;
- Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal;
- Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecções;
- Realizar agendamento dos pacientes que serão atendidos na unidade de saúde;
- Organizar a fila de espera dos pacientes que aguardam prótese dentária.

3.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

3.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso público de provas ou provas e título.

3.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Assistente Administrativo: 1º grau completo.

Assistente de Manut. e Conservação: 1º grau completo.

Assistente de Recursos Humanos: 2º grau completo.

Fiscal de Tributos, Obras e Vig. Sanitária: 2º grau completo.

Vigilante sanitário: 2º grau completo.

Auxiliar de saúde bucal: 2º grau completo e curso preparatório na área.

4.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)**4.1 NÍVEL : 41.****4.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:**

Os servidores deste grupo desempenham tarefas que envolvem planejamento, organização, coordenação, avaliação, fiscalização, instrução, execução e controle dos trabalhos técnico-administrativos nas diversas áreas de laboratório, agropecuária, estatística, contábil, serviços de engenharia, educação, saúde e desenvolvimento comunitário, além de outras atividades correlatas.

4.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:**TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

- Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa.
- Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
- Participar na elaboração de propostas orçamentárias.
- Classificar a receita.
- Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias e cheques.
- Relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária.
- Efetuar balanço e balancete.
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo.
- Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos.
- Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária.
- Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes.
- Elaborar registros contábeis da execução orçamentária.
- Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão.
- Manter atualizadas as fichas de despesa e arquivo de registro contábeis.
- Conferir boletins de caixa.
- Elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho.
- Controlar a execução orçamentária.
- Relacionar restos a pagar
- Reparar recursos financeiros.
- Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários.
- Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título.
- Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação.
- Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro
- Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência.

- Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão.
- Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente.
- Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão.
- Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis.
- Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal.
- Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios.
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.
- Assinar balanços e balancetes, na ausência do contador.

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO:

- Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários.
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão.
- Minutar contratos em geral.
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas.
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral.
- Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão.
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral.
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão.
- Realizar registros em geral.
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades.
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral.
- Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação.
- Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos.
- Realizar estudos e pesquisas sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos.
- Participar na elaboração de projetos ou planos de organização dos serviços, inclusive para a aplicação de processamento eletrônico.
- Estudar e propor normas para administração de material.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA:

- Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente.
- dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo.
- Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos.
- Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores.
- Atender consultas feitas por lavradores e criadores.
- Orientar a produção, administração e planejamento agropecuária.

- Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral.
- Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.
- Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.
- Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural.
- Orientar trabalhos de conservação do solo.
- Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.
- Participar de previsões de safras.
- Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.
- Orientar a produção de sementes e mudas.
- Executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO:

- Acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do município;
- Classificar a despesa dentro dos padrões exigidos pela legislação que trata do orçamento público;
- Executar trabalhos de processamento dos empenhos de despesas, com fornecimento de demonstrativos mensais;
- Elaborar e processar a folha de pagamento do pessoal do poder executivo municipal;
- Efetuar a escrituração e digitação dos diversos expedientes relacionados com a contabilidade pública;
- emitir balancetes mensais e trimestrais;
- emitir o balanço anual;
- participar da elaboração da proposta da Lei de orçamento, anualmente;
- desempenhar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO:

- Manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município;
- Zelar pelo cumprimento do código tributário municipal e legislação complementar;
- Efetuar o lançamento da receita orçamentária;
- Expedir documentos de lançamento de receita;
- Processar os documentos de controle da receita orçamentária;
- Propor medidas visando alteração da legislação tributária.
- Participar na atualização da Planta Genérica de valores;
- Operar aparelhos de processamento de dados;
- Conferir relatórios de controle da receita;
- Desempenhar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

- Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando à promoção, proteção e recuperação da saúde.
- Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas.
- Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição.
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade.
- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população.
- Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas.
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização à técnica de aplicação adequada.
- Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela Secretaria da Saúde.
- Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Fazer visita domiciliar.
- Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência

do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas.

- Controlar o estoque de material, visando à provisão das necessidades.
- Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e acondicionamento.
- Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor.

4.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 horas semanais.

4.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

4.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Técnico em Contabilidade: Portador de Certificado de Técnico em Contabilidade a nível de 2º grau.

Técnico em Administração: Portador de Certificado de Técnico em Administração a nível de 2º grau.

Técnico em Agropecuária: Portador do Certificado de 2º grau na área de Agropecuária.

Técnico em Controle Interno: Portador de certificado de 2º grau de técnico em contabilidade.

Técnico em tributação: Portador de certificado de 2º grau de técnico em contabilidade.

Técnico em enfermagem: Portador de certificado de 2º completo e técnico e curso de técnico em enfermagem.

5.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO V - TÉCNICO CIENTÍFICO -(TEC)

5.1 NÍVEIS: 51,53, 54,56,64.

5.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

Os servidores deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, jurídica, administrativa, social, artística e empresarial, além de outras atividades inerentes às área profissionais de cada atividade.

5.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutículas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
- nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- biologia, química e física do solo;
- emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;

- estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;
- investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- execução de serviços de desinfecção fitossanitária;
- inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária;
- resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- programas de investimentos no setor agrícola;
- viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- mecanização agrícola;
- avaliação agrícola;
- construções rurais;
- instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- topografia e foto-interpretação;
- irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor.
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

MÉDICO VETERINÁRIO:

- Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades.
 - Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.
 - Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer
 - outro fim animal, ou produtos de sua origem.
 - Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais.
 - Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insetos nas exposições pecuárias.
 - Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial.
 - Participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária.
 - Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem.
 - Proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal.
 - Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos.
 - Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootécnica bem como a bromatologia animal em especial.
 - Proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos.
 - Participar do planejamento e execução da educação rural.
 - Apresentar relatórios periódicos.
 - Desempenhar tarefas semelhantes.
- MEDICO / CLÍNICO GERAL:**

- Realizar atendimento ambulatorial.
- Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas.
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.
- Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.
- Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- Desempenhar outras atividades afins.
- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando

necessário;

- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

FISIOTERAPEUTA:

- Proceder o diagnóstico do estado de saúde dos pacientes, identificando sua capacidade funcional;
- emitir diagnóstico e prognóstico de situações de risco;
- planejar, controlar, supervisionar e executar tratamentos de afecções sequeles visando a redução das consequências das patologias;
- supervisionar, controlar, treinar, avaliar as atividades da equipe auxiliar; educar, treinar clientes na correção da postura, reeducando a funcionalidade de órgão afetados;
- manter controlados e atualizados os registros dos dados, usando-os na elaboração de relatórios estatísticos;
- manipular, controlar e orientar informações, materiais e equipamentos fisioterápicos;
- participar da equipe multidisciplinar, na elaboração, planejamento e execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de

saúde do trabalhador;

- zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;
- participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres a si pertinentes;
- participar das ações desenvolvidas pela prefeitura municipal;
- participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

FARMACÊUTICO:

- são atribuições do farmacêutico bioquímico analista clínico, além daquelas já descritas para a função de farmacêutico: coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise até a entrega do laudo final do cliente;
- executar e/ou supervisionar análises hematológicas, urinárias, dosagens hormonais e bioquímicas, toxicológicas, citopatológicas e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários;
- assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os;
- zelar pela sua segurança e de terceiros, orientado a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação correta dos materiais e equipamentos, observando cuidados à higiene e biossegurança;
- zelar pela segurança, conservação e manutenção de materiais, equipamentos e do seu ambiente de trabalho;
- assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas;
- especificar, prever, solicitar e controlar materiais, insumos e equipamentos, emitindo parecer técnico em sua aquisição;
- participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública;
- participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres técnicos de sua competência;
- elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos e formulários, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento dos laboratórios, criando e/ou observando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação;
- desempenhar outras tarefas afins

PSICÓLOGO:

- emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades;
- participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas;
- planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;
- executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas; atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes;
- participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos; atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente

de trabalho;

- participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- desempenhar outras tarefas afins.

ODONTÓLOGO:

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários.
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização.
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las.
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública.
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária;
- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;
- Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;
- Realizar supervisão técnica do THD e ACD; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

ENFERMEIRO:

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição.
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição.
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.
- Prestar assessoria quando solicitado.
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição.
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde.
- Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade.
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos.
- Elaborar informes técnicos para divulgação.
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.
- Desempenhar outras funções afins.
- realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;
- planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;
- contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD; e
- participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

ASSISTENTE SOCIAL:

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e

interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.

- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação de saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

CONTROLADOR INTERNO:

- Deliberar sobre todos os processos;
- Deliberar sobre qualquer fato que tiver conhecimento ou denúncia que lhe for formalizada;
- Tomar providências imediatas quanto a solicitações de Secretários, Chefes de Departamentos, do Prefeito Municipal, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas e do Ministério Público;
- Apresentar o Relatório de Controle Interno sobre gestão fiscal e outros decorrentes de leis ou resoluções do Tribunal de Contas;
- Instituir, anualmente, o Programa de Trabalho do Sistema de Controle Interno;
- Normalizar, sistematizar e padronizar os procedimentos operacionais dos órgãos e unidades do Poder Executivo Municipal;
- Instituir e manter um sistema de informações para o exercício das atividades do Sistema de Controle Interno;
- Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento anual;
- Avaliar a execução orçamentária e sinalizar os possíveis desvios;
- Fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas realizadas com recursos originários dos orçamentos da União e Estados, no que se refere ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e quanto à qualidade do gerenciamento;
- Realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais e estaduais sob a responsabilidade de órgãos da administração municipal;
- Realizar auditorias e fiscalizações no sistema contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- Manter atualizado o cadastro com os dados de identificação dos gestores públicos municipais, a fim de subsidiar a constituição do rol de responsáveis;
- Verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal;
- Verificar a observância dos limites e das condições para a realização de operações de créditos e inscrições de restos a pagar;
- Verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite da lei complementar 101;
- Verificar e avaliar a adoção de providências para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a lei complementar 101;
- Verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da lei complementar 101;

- Verificar a prestação de contas anual do prefeito municipal, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas e a Câmara Municipal de acordo com a lei orgânica do município;
- Verificar a constitucionalidade das leis municipais e quando for o caso alertar o gestor para providências cabíveis;
- Verificar todas as práticas desenvolvidas na admissão de servidores públicos, principalmente no que concerne a legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência;
- Verificar o desenvolvimento dos processos licitatórios e o cumprimento das diretrizes da Lei 8.666/93, bem como dos princípios da Administração Pública;
- Realizar auditorias e fiscalização dos controles do patrimônio público e da organização e procedimentos adotados no almoxarifado;
- Verificar o cumprimento dos procedimentos legais relativos a dívida ativa e cobrança efetiva dos tributos de competência do ente público Município;
- Orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à forma de aplicação e prestação de contas destes;
- Realizar auditoria e fiscalização da execução de convênios, acordos, contratos e outros instrumentos similares realizados pelo Poder Executivo Municipal;
- Acompanhar a implementação, pelos órgãos e unidades do Poder Executivo Municipal, dos procedimentos e recomendações do órgão de Controle Interno, visando a efetiva atuação do sistema;
- Apurar os atos ou fatos inquinados de ilegalidade ou irregularidade, praticados por agentes públicos, na utilização de recursos públicos, dando ciência destes ao chefe do poder executivo, recomendando a instauração do componente processo administrativo e acompanhar o seu desenrolar e conclusão;
- Encaminhar ao Prefeito Municipal, sob pena de responsabilidade, no prazo definido na lei municipal, a descrição e levantamento de todos os fatos irregulares que os integrantes do órgão venham a tomar conhecimento, recomendando sempre a apuração dos mesmos;
- Examinar a integridade a adequação dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do órgão ou entidade, com ênfase na gestão e na legalidade;
- Observar o exame analítico e pericial da legalidade dos atos da administração orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da regularidade dos atos técnicos profissionais praticados por pessoas físicas e jurídicas, integrantes ou participantes do sistema;
- Acompanhar ou instruir processos administrativos originados por denúncias de usuários, no que concerne a qualidade dos serviços prestados ou a legalidade desses serviços.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares da controladoria, do órgão.

TESOUREIRO:

- Acompanhar e controlar os resultados da gestão financeira do órgão;
- Participar na elaboração de propostas correlatas;
- Classificar receita e despesa;
- Emitir ordens bancárias e cheques;
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Controlar saldos de caixa;
- Providenciar toda grade de documentos, boletins de caixa;
- Emitir boletins de caixa;
- Desempenhar tarefas correlata.

NUTRICIONISTA:

- Proceder ao planejamento, coordenação e supervisão de programas e/ ou serviços de nutrição nas áreas de saúde, educação e do trabalho, entre outros;
- Realizar análise de carências nutricionais/alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos;
- Proceder ao controle de estoque preparo, conservação, além da

distribuição de alimentos; contribuir no desenvolvimento de ações educativas, visando colaborar na aquisição de hábitos alimentares adequados da população; participar da equipe multidisciplinar, auxiliando no planejamento, elaboração e execução de ações de vigilância epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho;

- Cumprir o código de ética profissional;
- Participar efetivamente da política de saúde do município através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde;
- Planejar serviços e programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e de outros similares;
- Organizar cardápios e elaborar dietas;
- Atuar como responsável técnica da merenda escolar nas escolas do Município de Serra Alta desenvolvendo todas as atribuições constantes na legislação federal;
- Desempenhar outras tarefas afins.

5.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/20 (vinte) a 40 (quarenta) horas semanais:

Carga Horária: - 40 (quarenta) horas semanais:

- Odontólogos
- Médico veterinário
- Médico/clínico geral
- Fisioterapeuta
- Psicólogo
- Engenheiro agrônomo
- Enfermeiro
- Assistente social
- Controlador Interno
- Tesoureiro
- Farmacêutico

40 (quarenta) horas semanais:

- Nutricionista: 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais

OBS: Os vencimentos do cargo de Nutricionista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, será de 50% (cinquenta por cento) do valor dos vencimentos da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Em caso de 30 horas semanais, será de 75% do valor correspondente a 40 (quarenta) horas semanais.

5.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

5.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Enfermeiro: Portador de Diploma de Enfermeiro, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Fisioterapeuta: Portador de Diploma de Fisioterapia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Farmacêutico: Portador de Diploma de Farmácia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Psicólogo: Portador de Diploma de Psicólogo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Engenheiro Agrônomo: Portador de Diploma de engenheiro Agrônomo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico Veterinário: Portador de Diploma de Médico Veterinário, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico/Clínico Geral: Portador de Diploma de Médico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Odontólogo: Portador de Diploma de Cirurgião Dentista, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Assistente Social: Portador de Diploma de Assistente Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Controlador Interno: Portador de Diploma de Graduação em Ciências Contábeis.

Tesoureiro: Portador de diploma de graduação em nível superior, devidamente reconhecido pelo órgão.

Nutricionista: Portador de diploma em Nutrição, com registro no órgão fiscalizador.

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 038-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 037/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 038/2016 com a empresa ALTAIR FABRO & CIA LTDA – CNPJ: 02.730.048/0001-80 para Aquisição de Um Distribuidor de Adubo Sólido e Calcáreo Rebocável, no valor de R\$ 23.580,00, sob o regime de menor lance.

TIGRINHOS/SC, em 07 de Dezembro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 039-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 037/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 039/2016 com a empresa MAQUINAS DONINI LTDA – CNPJ: 82.851.908/0001-73 para Aquisição de Um Trator Agrícola de Pneus Novo, no valor de R\$ 142.900,00, sob o regime de menor lance.

TIGRINHOS/SC, em 07 de Dezembro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA 17/2016

PORTARIA SAMAE N. 17/2016 04 de dezembro de 2016.

O Sr. Amarildo S. Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Subir o nível salarial, do servidor RICARDO STECANELLA DE 205 – A3 PARA 205 – B3, relativo ao período aquisitivo de a 03.10.2014 A 04.10.2016. Conforme determina o plano de cargos,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a data de 03 de outubro de 2016.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 04 de dezembro de 2016.

Amarildo S. Alexandre
Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 30 2016 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2016 - FCT

Às oito horas, do sétimo dia, do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 30/2016 - FCT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade de fls. 0009/0040 (abaixo relacionados) apresentados por DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA:

Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo (Contrato Social)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.	CF art.7º, XXXIII
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública, que o ato constitutivo é vigente.	
Procuração do Tabelionato de Notas e Protestos que nomeia e constitui seu Procurador o Sr. Odair Zermiani	
Carta de exclusividade (que seu representante legal Sr. Odair Zermiani tem exclusividade para todas as datas da Dupla Dany e Rafa)	
Documentos que comprovem renome (recortes de revistas, jornais)	
Proposta de Preço	
Alvará de Licença para Localização e Funcionamento-Secretaria Municipal da Fazenda e Administração -Prefeitura de Timbó/SC	

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 100 2016 PMT - SERVICOS DE GUINCHO, MUNCK

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 100/2016 PMT

OBJETO: registro de preços para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munck, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 21 de dezembro de 2016. ABERTURA: dia 21 de dezembro de 2016 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 07/12/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 15 2016 SAMAE

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2016 – SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes ADL COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 15.267.298/0001-78; DANNA COMERCIAL EIRELI ME, CNPJ nº 13.550.358/0001-30 e RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ nº 21.304.312/0001-69 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 15/12/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 07 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECRETO Nº 4372, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4372, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11200	CONVENIO TRANSITO – PREFEITURA	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4373, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4373, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 3.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPERACAO ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4375, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4375, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 44.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2254.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2254.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2254.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINÁRIOS – SUP FINANCEIRO	44.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4376, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4376, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 79.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERÁVIT LIVRE	79.200,00
	total	79.200,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4379, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4379, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 60.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.01.004.131.0012.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.131.0012.2004.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.01.004.131.0012.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 45.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	

319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4380, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4380, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 27.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	27.000,00
	TOTAL	27.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	27.000,00
	TOTAL	27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4381, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4381, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 190.400,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 190.400,00 (cento e noventa mil e quatrocentos reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 111.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	105.600,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	5.900,00
	TOTAL	111.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	111.500,00
	TOTAL	111.500,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 8.900,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0100.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	7.200,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	1.700,00
	TOTAL	8.900,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0100.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.20000	REC. LIVRE SAMAE	8.900,00
	TOTAL	8.900,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 70.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4382, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4382, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 420.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	100.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	20.000,00
	TOTAL	120.000,00
25.01.017.512.0100.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	235.000,00
	TOTAL	245.000,00
25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	420.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4383, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4383, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS	
0.10200	Receitas de Impostos - Saúde	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	Receitas de Impostos - Saúde	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 4384 DE 1º DE DEZEMBRO DE /2016

DECRETO Nº 4384 DE 1º DE DEZEMBRO DE /2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 40.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2851, de 01/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VÍNCULO LIVRE	8.500,00
	TOTAL	8.500,00
16.02.008.244.0087.2276.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2276.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2276.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VÍNCULO LIVRE	12.000,00
	TOTAL	12.000,00
16.02.008.244.0087.2278.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2278.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2278.	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VÍNCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMAS	40.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), autorizado pela Lei nº 2851, de 1º de dezembro de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VÍNCULO LIVRE	40.500,00
	TOTAL	40.500,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	40.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao projeto de lei nº 32/2016

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 32/2016 – Denomina "Policlínica de Referência Laudila Maria Schuster Stolf" o imóvel público localizado na rua Aracajú nº 60, Centro.

Iniciativa do Projeto: Prefeito em exercício Darcízio Bona
Relator: Vereador Reimar Raddatz

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende denominar "Policlínica de Referência Laudila Maria Schuster Stolf" o imóvel público localizado na rua Aracajú nº 60, Centro.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 28 de novembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 29 de novembro, em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação de seus aspectos legais e constitucionais.

No dia 07 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião Ordinária, quando exarou o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

No que diz respeito aos aspectos redacionais, a proposição vai ao encontro daquilo que é estabelecido pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, cumprindo com a exigência do §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

No mérito, verifica-se que a proposição em análise pretende denominar "Policlínica de Referência Laudila Maria Schuster Stolf" o imóvel supracitado.

A matéria objeto do presente encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme disposto no art. 30, I da Constituição Federal (interesse local). Por sua vez, a Lei Orgânica Municipal reproduz a diretriz constitucional ao dispor em seu art. 10, I, sobre a competência do município para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Do mesmo modo, a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 15, XVII, dispõe que compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente no que diz respeito à denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos.

Assim, a denominação da policlínica ora citada, próprio municipal, deve ocorrer somente através de lei, motivo este que justifica a proposição em comento.

Destarte, vislumbra-se que o projeto vai ao encontro da legalidade e das técnicas legislativas, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação regular nessa Casa Legislativa.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator dessa Comissão se manifesta pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n. 32/2016. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt
Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 2016
Rubens Borchardt
Presidente

Reimar Raddatz
Relator

Guilherme Voigt Júnior
Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2229

DECRETO Nº 2.229/2016 de 07 de dezembro de 2016

“NOMEIA EXCEPCIONALMENTE, ORDENADOR DE DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado excepcionalmente para o período de 12 à 30 de dezembro de 2016, como Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, IVO PAULO HARTMANN, ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Receitas, em substituição à titular da Pasta Werydiana Falchetti, em gozo de férias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Municipal de Treze Tílias/SC em 07 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3242/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.242, De 08 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Comissão para encontrar e avaliar imóveis em condições e preços compatíveis com a finalidade de locação futura para desenvolver as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e Conselho Tutelar e, outro imóvel para desenvolvimento das atividades da Biblioteca Municipal.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o artigo 73. da Lei Orgânica Municipal, e considerando que:

- O Município de União do Oeste não dispõe de espaço físico próprio para desenvolver as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e do Conselho Tutelar.
- Também, não dispõe de espaço físico próprio para o desenvolvimento das atividades da Biblioteca Municipal.
- Não obstante a Lei dizer que as locações devem ser precedidas de licitação, há de ser ponderado que não é qualquer imóvel e qualquer local que pode ser utilizado para atender as necessidades e o bom desenvolvimento ao fim que se destina.
- Os imóveis deverão ser amplos, estarem localizados em local de fácil acesso aos usuários dos serviços que serão ofertados, ponto de luz, água e internet, instalação de banheiro; mais de duas salas cada, para maior comodidade dos usuários e dos servidores, atentar principalmente quanto a segurança do local uma vez que ficará arquivado documentos importantes e equipamentos de informática.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Municipal de Avaliação, para proceder a avaliação de imóveis localizados no perímetro urbano do município de União do Oeste, visando futura locações, sendo um para desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e Conselho Tutelar e outro imóvel para o desenvolvimento das atividades da Biblioteca Municipal.

Parágrafo único. Os imóveis avaliados deverão apresentar as características descritas neste Decreto.

Art. 2º A Comissão Municipal de Avaliação de que trata o artigo anterior, será formada pelos servidores: JUSTINA PASA, DIONE ANA COLLA e DIANEI DINÁ SERINA, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º Ao final dos trabalhos a Comissão deverá informar quantos imóveis foram encontrados com as características semelhantes e que possam atender a finalidades das atividades a serem desenvolvidas.

Art. 4º O prazo de entrega do laudo de avaliação dos imóveis é de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do presente decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 08 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado e em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

CÂMARA MUNICIPAL**TA 005/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA ME

CNPJ: 20.612.502/0001-80

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a execução da Quarta Etapa da sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste, incluindo material e mão de obra, aditivo diferença do orçamento reprogramado e prorrogação do prazo.

VALOR: R\$ 5.000,63 (Cinco mil reais e sessenta e três centavos).

PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias o contrato original com término no dia 29 de Dezembro de 2016.

BASE LEGAL: Tomada de Preços Nº. 002/2016.

VIGÊNCIA: 02/12/2016 à 29/12/2016

União do Oeste, 02 de Dezembro de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

PRESIDENTE

TS 001/2016

PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA ME

CNPJ: 20.612.502/0001-80

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a execução da Terceira Etapa da sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste, incluindo material e mão de obra, termo de supressão conforme orçamento reprogramado.

DO DISTRATO: Fica suprimido parte do orçamento licitado, tendo em vista da necessidade de supressão de alguns itens totalmente e de outros parcialmente conforme justificativa do responsável técnico.

VALOR SUPRIMIDO: R\$ R\$ 5.670,62 (Cinco mil seiscentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).

BASE LEGAL: Tomada de Preços Nº. 002/2016.

VIGÊNCIA: 02/12/2016 à 29/12/2016

UNIÃO DO OESTE-SC, 02 de Dezembro de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

PRESIDENTE

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 051/2016 PR 032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de Sêmen Bovino e outros materiais destinados à manutenção do Programa de Inseminação Artificial da Secretaria Municipal de Agricultura de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA, conforme condições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentos: Até o dia 20 de Dezembro de 2016, às 09:00 horas.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 20 de Dezembro 2016 a partir das 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de Dezembro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 052/2016 PR 033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, VANS, MINIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, durante o prazo de vigência da Ata, conforme condições e quantidades estimadas descritas no ANEXO I do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até o dia 20 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 20 de Dezembro 2016 a partir das 14:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de Dezembro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins e a quem possa interessar que por equívoco na numeração dos Decretos Municipais, a sequência numeral de 13.226/16 a 13.325/16, deixou de ser utilizada, inexistindo, dessa forma, os decretos municipais correspondentes a referida numeração.

Igualmente, certificamos que o erro na sequência da numeração dos decretos municipais não gerou prejuízo ao erário público municipal, somente causará reflexos ao arquivo público municipal, quanto à numeração dos Decretos Municipais.

O referido é verdade e dou fé.

Videira, 22 de novembro de 2016.

ALINE ZAGO REOLON Departamento de Expediente	KAROLINA BORSATTI Departamento de Expediente
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO Secretário de Administração	WILMAR CARELLI Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.557/16

DECRETO Nº 13.557/16, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a alínea "j", do inciso I do art. 1º do Decreto nº 12.035/15, que Nomeia Membros para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Comunicação Interna nº 124/2016.

DECRETA

Art. 1º Altera a alínea "j", do inciso I do art. 1º do Decreto nº 12.035/15, que Nomeia Membros para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira – ORTRAVI, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I)(...)

j) Representante da Polícia Militar: WILLIAN OLIVO DE SOUZA

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.559/16

DECRETO Nº 13.559/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 064/2008 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CELSO DA SILVA, do cargo comissionado de Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico, símbolo DAS-1 com exercício no Gabinete do Prefeito, nomeado pela Portaria nº 0628/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.560/16

DECRETO Nº 13.560/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JAIRO JAN- DIR VIEBRANTZ, do cargo comissionado de Diretor de Gabinete, símbolo DAS-2, com exercício no Gabinete do Prefeito, nomeado pelo Decreto nº 13.394/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.561/16

DECRETO Nº 13.561/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe do PROCON

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, DÉBORA
FABIÉLI COELHO DE ÁVILA, do cargo comissionado de Chefe do
PROCON, símbolo DAS-2, com exercício no Gabinete do Prefeito,
nomeado pelo Decreto nº 11.024/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos
a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.562/16

DECRETO Nº 13.562/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe do Departamento de Imprensa

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, SILVIA AN-
GÉLICA PALMA, do cargo comissionado de Chefe do Departamento
de Imprensa, símbolo DAS-2, com exercício no Gabinete do Prefei-
to, nomeado pelo Decreto nº 11.042/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos
a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.563/16

DECRETO Nº 13.563/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Assessor Executivo do Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIA SA-
LETE FERRARI, do cargo comissionado de Assessor Executivo do
Gabinete, símbolo DAS-4, com exercício no Gabinete do Prefeito,
nomeada pelo Decreto nº 11.016/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos
a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.564/16

DECRETO Nº 13.564/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
Exonera Assessor de Projetos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, WELIN-
TON CENTOFANTE PEREIRA, do cargo comissionado de Assessor
de Projetos, símbolo DAS-6, com exercício no Gabinete do Prefeito,
nomeado pelo Decreto nº 12.523/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos
a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.565/16

DECRETO Nº 13.565/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Secretário Municipal de Planejamento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, ARNALDO POSANSKE, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Planejamento, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeado pela Portaria nº 0371/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.566/16

DECRETO Nº 13.566/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor do Departamento de Engenharia

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, RAQUEL BRUSCHI, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Engenharia, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeada pela Portaria nº 0724/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.567/16

DECRETO Nº 13.567/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Planejamento Urbano

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, NADIR BIZZOTTO, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento Urbano, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeado pelo Decreto nº 13.548/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.568/16

DECRETO Nº 13.568/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Trânsito

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, GILBERTO LUIZ BOSCHETTI, do cargo comissionado de Assessor de Trânsito, símbolo DAS-4, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeado pelo Decreto nº 13.406/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.569/16

DECRETO Nº 13.569/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do ORTRAVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO, do cargo comissionado de Assessor do ORTRAVI, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeado pelo Decreto nº 13.407/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.570/16

DECRETO Nº 13.570/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIS CARLOS GONSALLA, do cargo comissionado de Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeado pelo Decreto nº 11.035/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.571/16

DECRETO Nº 13.571/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Convênios e Contratos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JANAINA CORREA COUTO, do cargo comissionado de Assessor de Convênios e Contratos, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Planejamento, nomeada pelo Decreto nº 13.525/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.572/16

DECRETO Nº 13.572/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Procurador Geral do Município

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, RUBENS MÁRCIO PAVARIN, do cargo comissionado de Procurador Geral do Município, símbolo DAS-1, com exercício na Procuradoria Jurídica, nomeada pelo Decreto nº 11.007/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.573/16

DECRETO Nº 13.573/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor da Procuradoria Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, TATIANE PIOVESAN, do cargo comissionado de Assessor da Procuradoria Jurídica, símbolo DAS-6, com exercício na Procuradoria Jurídica, nomeada pelo Decreto nº 11.675/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.574/16

DECRETO Nº 13.574/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Secretário Municipal de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 13.169/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.575/16

DECRETO Nº 13.575/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor do Departamento de Pessoal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CRISTYANE FIORELLI MENDES, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Pessoal, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 11.523/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.576/16

DECRETO Nº 13.576/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor do Departamento de Compras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, POLIANA CARLA HAAS, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Compras, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pela Portaria nº 0033/12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.577/16

DECRETO Nº 13.577/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor do Departamento de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUCELIA FEDRIGO, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Licitações, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 11.005/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.578/16

DECRETO Nº 13.578/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS, do cargo comissionado de Chefe de Administração, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 12.257/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.579/16

DECRETO Nº 13.579/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe de Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO, do cargo comissionado de Chefe de Patrimônio, símbolo DAS-4, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 11.010/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.580/16

DECRETO Nº 13.580/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do Departamento de Compras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, VALCIR JOSÉ RIGO, do cargo comissionado de Assessor do Departamento de Compras, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 11.038/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.581/16

DECRETO Nº 13.581/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Secretário Municipal de Finanças

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALEXANDRE GANASINI, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Finanças, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Finanças, nomeado pela Portaria nº 0373/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.582/16

DECRETO Nº 13.582/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CAMILA REGINA ROSTIROLA, do cargo comissionado de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-5, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo Decreto nº 13.474/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.583/16

DECRETO Nº 13.583/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Secretário Municipal de Turismo e Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLEMIR SCHMITT, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nomeada pela Portaria nº 0622/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.584/16

DECRETO Nº 13.584/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor de Turismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, YURI PICCOLI HENTZ, do cargo comissionado de Diretor de Turismo, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nomeado pela Portaria nº 0910/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.585/16

DECRETO Nº 13.585/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do Observatório Municipal e Museu do Vinho

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CAROLINE MARTELLO, do cargo comissionado de Assessor do Observatório Municipal e Museu do Vinho, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nomeada pelo Decreto nº 11.055/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.586/16

DECRETO Nº 13.586/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Projetos Turísticos e Culturais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSIANE UGOLINI, do cargo comissionado de Assessor de Projetos Turísticos e Culturais, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nomeada pelo Decreto nº 11.707/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.587/16

DECRETO Nº 13.587/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor de Saúde Bucal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA, do cargo comissionado de Diretor de Saúde Bucal, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeado pelo Decreto nº 13.395/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.588/16

DECRETO Nº 13.588/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor do Departamento de Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Ação Social, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeado pelo Decreto nº 11.079/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.589/16

DECRETO Nº 13.589/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor de Urgência e Emergência

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, SONIA MARA CORREA PIRES PADILHA, do cargo comissionado de Diretor de Urgência e Emergência, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 13.111/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.590/16

DECRETO Nº 13.590/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, SILVANE DA ROCHA PINTO, do cargo comissionado de Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica, símbolo DAS-4, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 11.044/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.591/16

DECRETO Nº 13.591/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do Setor de Pessoal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, RICARDO BURATTO, do cargo comissionado de Assessor do Setor de Pessoal, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeado pelo Decreto nº 13.402/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.592/16

DECRETO Nº 13.592/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe do Almoxarifado

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CAMILA STRAPAZZON, do cargo comissionado de Chefe do Almoxarifado, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 12.667/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.593/16

DECRETO Nº 13.593/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe da Casa Lar

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, do cargo comissionado de Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 12.814/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.594/16

DECRETO Nº 13.594/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, SONIA RITA GHELLER, do cargo comissionado de Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 12.657/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.595/16

DECRETO Nº 13.595/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe do Laboratório Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, DEJANIRA ANTUNES CRUZ, do cargo comissionado de Chefe do Laboratório Municipal, símbolo DAS-7, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 11.831/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.596/16

DECRETO Nº 13.596/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Programa de Atenção ao Idoso

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JANEI TEREZINHA BITENCOURT, do cargo comissionado de Assessor de Programa de Atenção ao Idoso, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 11.001/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.597/16

DECRETO Nº 13.597/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do Almoxarifado

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, MAYNARA GUILL, do cargo comissionado de Assessor de Almoxarifado, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 12.658/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.598/16

DECRETO Nº 13.598/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, CELSO BRANCHER, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nomeada pela Portaria nº 0376/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.599/16

DECRETO Nº 13.599/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Secretário Municipal de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, VOLNEI GRANETTO, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 12.023/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.600/16

DECRETO Nº 13.600/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor do Departamento de Serviços Urbanos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, DINILSO ANTONIO GAIO, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.041/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.601/16

DECRETO Nº 13.601/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANTONIO PALEZZO, do cargo comissionado de Diretor de Infraestrutura, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 13.485/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.602/16

DECRETO Nº 13.602/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor de Oficina Central de Máquinas e Equipamentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ CARLOS VARGAS DA SILVA, do cargo comissionado de Diretor de Oficina Central de Máquinas e Equipamentos, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.068/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.603/16

DECRETO Nº 13.603/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe de Compras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALTIVIR DENARDI, do cargo comissionado de Chefe de Compras, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.022/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.604/16

DECRETO Nº 13.604/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe de Equipe de Tubulação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, GENOR GREGOLON, do cargo comissionado de Chefe de Equipe de Tubulação, símbolo DAS-4, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.029/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.605/16

DECRETO Nº 13.605/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOÃO LUIZ MEZAROBBA, do cargo comissionado de Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 13.526/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.606/16

DECRETO Nº 13.606/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, SERGIO PERETTI, do cargo comissionado de Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, símbolo DAS-1, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, nomeado pelo Decreto nº 12.967/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.607/16

DECRETO Nº 13.607/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Diretor da Fundação Municipal de Esportes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, SERGIO ANTONIO OZELAMI, do cargo comissionado de Diretor da Fundação Municipal de Esportes, símbolo DAS-4, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, nomeado pelo Decreto nº 13.413/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.608/16

DECRETO Nº 13.608/16, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe Financeiro e Administrativo da Fundação Municipal de Esportes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADELMO ALBIERO, do cargo comissionado de Chefe Financeiro e Administrativo da Fundação Municipal de Esportes, símbolo DAS-6, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, nomeado pela Portaria nº 0533/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.609/16

DECRETO Nº 13.609/16, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.197/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 21.207/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.197/16, que nomeou ANDERSON VOLPATO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.610/16

DECRETO Nº 13.610/16, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, no período de 03 de dezembro 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.613/16

DECRETO Nº 13.613/16, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21328/2016,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 12 de dezembro de 2016, FRANCIELI DAL BOSCO FAZZIONI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.709/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016.

Videira, 07 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.614/16

DECRETO Nº 13.614/16, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidora para responder pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora, ROSANI LUIZA SCHNEIDER, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, no período de 03 de dezembro 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1040/16

PORTARIA nº 1040/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.705/2016

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARIA LIONETE LEITE BUSANELLO, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01 de fevereiro de 2017 até 01 de maio de 2017, referente ao quinquênio de 11 de novembro de 2008 até 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1042/16

PORTARIA nº 1042/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.730/2016, nomeada pela Portaria nº 0738/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.730/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016.

Videira, 02 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1043/16

PORTARIA nº 1043/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.733/2016, nomeada pela Portaria nº 0736/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.733/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016.

Videira, 02 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1044/16

PORTARIA nº 1044/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.734/2016, nomeada pela Portaria nº 0735/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 15 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.734/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Videira, 02 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1045/16

PORTARIA nº 1045/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.731/2016, nomeada pela Portaria nº 0737/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 12 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.731/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016.

Videira, 02 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1046/16

PORTARIA nº 1046/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.389/2016

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora ROSENIR LOURDES CASAGRANDE BATISTA, Professora, a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 1º maio de 2017, referente ao quinquênio de 16 de abril de 2008 até 14 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1047/16

PORTARIA nº 1047/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.609/2016

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora EDNA MARIA TEIXEIRA, Professora, a partir de 02 de março de 2017 até 02 junho de 2017, referente ao quinquênio de 21 de fevereiro de 2005 até 20 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1048/16

PORTARIA nº 1048/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.611/2016

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora EDNA MARIA TEIXEIRA, Professora, a partir de 02 de junho de 2017 até 02 setembro de 2017, referente ao quinquênio de 21 de fevereiro de 2010 até 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1049/16

PORTARIA nº 1049/16

Revoga a Portaria nº 0466/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0466/15, que designou SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretora do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1050/16

PORTARIA nº 1050/16

Revoga a Portaria nº 0521/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0521/14, que designou MARISTELA MARIA VINCENZI, Datilógrafa, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1051/16

PORTARIA nº 1051/16

Revoga a Portaria nº 0522/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0522/14, que designou PEDRO GILBERTO SCHAITEI, Fotógrafo, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1052/16

PORTARIA nº 1052/16

Revoga a Portaria nº 0524/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0524/14, que designou KAROLINA BORSATTI, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Expediente, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1053/16

PORTARIA nº 1053/16

Revoga a Portaria nº 0526/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0526/14, que designou MARCIA REGINA VANZ, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Compras, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1055/16

PORTARIA nº 1055/16

Revoga a Portaria nº 1000/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 1000/16, que designou CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1056/16

PORTARIA nº 1056/16

Revoga a Portaria nº 0541/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0541/16, que designou RUDIMAR BRAZ PERI, servidor federal ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Controle e Acompanhamento de Programa, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1057/16

PORTARIA nº 1057/16

Revoga a Portaria nº 0543/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0543/14, que designou RUDIMIR TRAVASSO, Fotógrafo, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1058/16

PORTARIA nº 1058/16

Revoga a Portaria nº 0663/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0663/14, que designou IARA LICKS, Auxiliar Administrativo, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1059/16

PORTARIA nº 1059/16

Revoga a Portaria nº 0546/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0546/14, que designou SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1060/16

PORTARIA nº 1060/16

Revoga a Portaria nº 0896/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0896/15, que designou JISLEI NEIVA TONETTA BORGA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1061/16

PORTARIA nº 1061/16

Revoga a Portaria nº 0554/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0554/14, que designou ELONI MARIA FRIGHETTO, Enfermeira, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1062/16

PORTARIA nº 1062/16

Revoga a Portaria nº 0555/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0555/14, que designou ROGÉRIO ANTONIO KUNZE, Professor, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do Programa Juventude Ativa, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1063/16

PORTARIA nº 1063/16

Revoga a Portaria nº 0798/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0798/14, que designou MARINILCE DAL PIZZOL, Auxiliar de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1064/16

PORTARIA nº 1064/16

Revoga a Portaria nº 0666/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0666/14, que designou CLEIDE SALETE RIBEIRO, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1065/16

PORTARIA nº 1065/16

Revoga a Portaria nº 0897/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0897/15, que designou MAY KELER DA SILVA, Técnico de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Assuntos da Saúde da Mulher, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1066/16

PORTARIA nº 1066/16

Revoga a Portaria nº 0556/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0556/14, que designou WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Informática, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1067/16

PORTARIA nº 1067/16

Revoga a Portaria nº 0530/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0530/14, que designou CRISTINA KLOCK, Contadora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 05 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1068/16

PORTARIA nº 1068/16

Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.983/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a interdição da Rua Alberto Grando (ao lado do SENAI), no trecho entre as Ruas Governador Lacerda e Assunção, nas imediações do Supermercado Zornitta com extensão até a Agropecuária, para a realização do 6º Ladeira Abaixo do SENAI, no dia 10 de dezembro de 2016, das 13h00min às 18h00min. O evento é resultado de projetos desenvolvidos pelos alunos dos Cursos Técnicos e Aprendizagem Industrial do SENAI/SC, onde apresentarão a toda comunidade os carrinhos projetados e fabricados por eles durante as aulas.

§1º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o SENAI/SC, inteiramente responsável pelos mesmos.

§2º O SENAI/SC, deve responsabilizar-se pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento para garantir a segurança dos participantes.

§3º A ORTRAVI, através do Departamento de Serviços Urbanos – DSU, poderá disponibilizar cavaletes de sinalização, para tanto faz-se necessária a apresentação desta autorização do Departamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) e apresentar um responsável pela posse temporária dos equipamentos.

§4º O SENAI/SC, deve responsabilizar-se pela estrutura necessária a realização do evento, bem como, solicitar o apoio da Polícia Militar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09,

Videira, 06 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1069/16

PORTARIA nº 1069/16

Revoga a Portaria nº 0052/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.118/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0052/16 que "Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00047/16-0,

nos assentos funcionais do servidor ANTONIO CARLOS MORAIS, detentor da matrícula funcional nº 891, e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, e dá outras providências.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1071/16

PORTARIA nº 1071/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 22/2016-PMV, contrato administrativo nº CT 196/2016, cujo objeto é a execução da reforma da estrutura e troca da cobertura da Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Waldemar Kleinubing, área total 356,25 m², conforme projeto básico.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº 186/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 186/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 255/2014

Processo: TP nº 17/2014-PMV

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI - EPP.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 255/2014 por 03 (três) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 31/03/2017.

Data: 07/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 187/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 187/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 121/2016

Processo: TP nº 08/2016-PMV

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI – EPP

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando supressões no valor de R\$ 2.004,66 (dois mil, quatro reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a 0,8150% do valor originalmente contratado.

Valor: R\$ 2.004,66 (supressão)

Data: 07/12/2016

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 050/2016

Processo de Licitação 050/2016

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACABAMENTOS NA ESCOLA 6 (SEIS) SALAS, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 09h30min, do dia 23 de Dezembro de 2016 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 08 de Dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 051/2016

Processo de Licitação 051/2016

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 23 de Dezembro de 2016 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 08 de Dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

1º ADITIVO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2016

Município de Xanxerê/SC

Extrato 1º Aditivo Termo de Fomento nº 001/2016

Município de Xanxerê

Fomentador: Associação Beneficente, Social, Educacional e Cultural APRISCO – Mantenedora do Lar APRISCO

Objeto: Prestação de serviços de acolhimento institucional para atendimento de 09 adolescentes de 12 a 18 anos incompletos e excepcionalmente mediante decisão judicial até 21 anos de idade, que se encontram em situação de risco pessoal e social, na modalidade Termo de Fomento por dispensa de chamamento público previsto no art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de janeiro até 31 de março de 2017.

Xanxerê-SC, 07/12/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato 2º Aditivo Termo de Colaboração nº 001/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Xanxerê.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pacientes acometidos por câncer oferecendo atividades de fisioterapia, psicoterapia individual e em grupo, ginástica e terapia ocupacional, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei nº 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de janeiro até 31 de março de 2016.

Xanxerê-SC, 07/12/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato 2º Aditivo Termo de Colaboração nº 003/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência de Xanxerê – FCDX

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência estimulando atividades de convívio social, recreativas e de lazer, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei nº 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de janeiro até 31 de março de 2017.

Xanxerê-SC, 07/12/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato 2º Aditivo Termo de Colaboração nº 004/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, nas áreas de educação, saúde e assistencial, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei nº 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de janeiro até 31 de março de 2017.

Xanxerê-SC, 07/12/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato 2º Aditivo Termo de Colaboração nº 002/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais de Xanxerê.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pacientes portadores de deficiência visual e auditiva, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei nº 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de janeiro até 31 de março de 2017.

Xanxerê-SC, 07/12/2017.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 011/2016

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente Inexigibilidade, a saber:

Inexigibilidade de licitação n. 011/2016

Processo licitatório n. 165/2016

Homologação: 07/12/2016

Fornecedor: Suely Leite

CPF: 195.407.959-15

Objeto: Aquisição de cascalho para manutenção de estradas municipais de Xaxim - SC.

Valor da despesa: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Fundamento: art. 25, da Lei 8.666/93.

Vigência: 31/12/2016

Xaxim – SC, 07 de dezembro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE REVOGAÇÃO TP 018/2016

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 018//2016

OBJETO: Trata-se Parecer referente Processo Licitatório nº 162/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº 018/2016.

Trata-se de análise de regularidade/legacidade referente Processo Licitatório em referência, levando em conta o interesse da administração.

Submetido à análise pela Procuradoria Jurídica do Município, sobreveio parecer no sentido de Anulação do referido Certame.

Para fins de não se incorrer em tautologia, adoto como razão da presente decisão os argumentos lançados no parecer exarado pela Procuradoria-geral deste Município de Xaxim/SC.

Isso posto, ANULO o Procedimento Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO, instaurado pelo EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 162/2016, TOMADA DE PREÇO nº 018/2016, em homenagem ao princípio da legalidade, consubstanciado na irregularidade insanável, qual seja, a omissão da administração em bloquear o orçamento para empenhamento da despesa, de acordo com o artigo 49 da Lei 8666/93, consubstanciado no parecer supra, exarado pela Procuradoria Geral do Município.

Xaxim/SC, 06 de dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Decreto 413

DECRETO Nº 413/2016

Estabelece Recesso de Final de Ano nas repartições públicas municipais de Xaxim – SC e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto, estabelecido cronograma de recesso de final de ano nas repartições públicas municipais de Xaxim – SC, conforme segue:

I – Na Secretaria Municipal da Mulher, Juventude e Terceira Idade, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, recesso com início no dia 19 de dezembro de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016;

II – Na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, recesso com início no dia 19 de dezembro de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016, exceto:

- a) o Setor de Bloco de Notas de Produtor Rural, que fará plantão de atendimento nestes dias das 08h às 12h;
- b) os setores de inseminação, inspeção animal e silagem terão plantão de atendimento, conforme programação interna;

III – Na Secretaria Municipal de Saúde e todas as suas unidades, recesso com início no dia 19 de dezembro de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016, exceto os seguintes locais que entre os dias 19 a 23 e de 26 a 30 de dezembro de 2016, terão programação especial, conforme segue:

- a) O ESF Central que contará com duas equipes multiprofissionais, em regime de pronto atendimento, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h;
- b) O Setor de Transportes seguirá transportando normalmente os pacientes da hemodiálise, oncologia, transferência entre hospitais e plantão para casos de urgência;
- c) A sala de vacinas do ESF Central trabalhará das 08h às 11h30min;
- d) A Farmácia Municipal atenderá das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h;
- e) A Vigilância Sanitária atenderá das 08h às 11h30min, após este horário plantão de sobreaviso através do nº (49) 99142-9112;
- f) O Programa de Combate a Dengue estará realizando normalmente as atividades programadas (recolhimento de pneus e visita nos PE – Pontos Estratégicos);
- g) No setor de Fisioterapia e Fonoaudiologia serão mantidos os serviços com os pacientes acamados que estão em tratamento;

- h) O Caps trabalhará das 08h às 12h;

IV – Na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com início no dia 19 de dezembro de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016, exceto;

- a) o Abrigo Municipal que permanece em funcionamento normal;
- b) o CREAS durante o período de recesso manterá um plantão de sobreaviso para atender casos de necessidade;

V – Na Secretaria Municipal de Infraestrutura (Parque de Máquinas),

com início no dia 19 de dezembro de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016, com exceção dos serviços de limpeza e demais serviços essenciais, que permanecem funcionando normalmente;

VI – No Centro Administrativo Municipal, Secretaria Municipal da Fazenda, Departamento de Engenharia, Topografia, Trânsito, haverá apenas expediente interno do dia 19 de dezembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo haver liberação de servidor mediante comunicado da chefia imediata;

VII – Nos demais setores ligados a administração municipal, recesso do dia 19 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, exceto o Procon que trabalhará normalmente;

VIII – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura obedece a calendário próprio de funcionamento;

IX – Na Defesa Civil, o recesso será de 19 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, sendo que ficará um servidor de sobreaviso para atender os casos de emergência, através do nº 991077887;

Art. 2º Os casos de urgência e emergência relacionados à saúde da população deverão ser encaminhados ao Pronto Atendimento 24 horas, anexo ao Hospital Frei Bruno.

Art. 3º Permanecem em funcionamento normal os demais serviços essenciais do município.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Consórcios

AGIR

CONTRATO CL Nº 010/2016 - AGIR

CONTRATO CL Nº 010/2016

TREINAMENTO IN COMPANY NA ÁREA DE MEDIA TRAINING E ORATÓRIA.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de consórcio público, dotado de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa GECELENE CINTIA LOPES 74646753987, pessoa jurídica de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº 13.389.958/0001-68, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na Rua Julio Ritscher, nº 108, Bairro Garcia, neste ato representada pela sua titular a Senhora GECELENE CINTIA LOPES, portadora da cédula de identidade nº 24897540, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSP/SC), inscrita no CPF sob nº 746.467.539-87, que também subscreve, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 011/2016, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Objeto e Preço

1.1 Constitui objeto do Contrato representado neste instrumento a prestação pela CONTRATADA o treinamento in company na área de media training e oratória.

§ 1º O treinamento in company na área de media training e oratória deverá ter carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas, sendo dividido em duas etapas de 8 (oito) horas, de acordo com as datas previamente agendadas pela AGIR, contando com material didático com o conteúdo elencado no § 2º do item 1.1 desta Cláusula Primeira, além de emissão de certificado nominal a cada participante do treinamento. § 2º São quesitos que compõem o objeto desta contratação e devem ser abordados pela contratada no treinamento, os descritos abaixo:

-
- Fala de improviso;
- Participação e direção de reuniões;
- Técnicas de fala sem inibição;
- Aprimoramento do vocabulário;
- Correção de vícios de linguagem;
- Postura correta;
- Relacionamento profissional com o público;
- Comunicação assertiva;
- Relacionamento com assessorias de imprensa/comunicação;
- Meios de comunicação (TV, rádio, jornal, revistas) e jornalismo;
- Órgãos Públicos e formas de contato com o público em geral;
- Entrevistas e coletivas de imprensa;
- Procedimentos e cuidados para antes e durante as entrevistas;
- Fala em rádio e televisão;
- Administração de conflitos em situações de divergências de opiniões;
- Informações públicas sigilosas;
- Imparcialidade;
- Oratória.

§ 3º A prestação dos serviços descritos no caput desta cláusula seguirá o cronograma de etapas contido na Requisição de Serviços – Termo de Referência, anexo ao Processo de Dispensa de Licitação nº 011/2016, o qual passa a fazer integrante deste contrato.

§ 4º A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

§ 5º No preço constante desta contratação já estão inclusos todos os tributos e encargos, não existindo qualquer vínculo de trabalho entre as partes ou entre a CONTRATANTE e os sócios da CONTRATADA.

§ 6º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado após o recebimento do objeto desta contratação, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

Cláusula Segunda – REGIME de Execução

2.1 A execução do objeto deste contrato pela CONTRATADA deverá ser efetuada dentro dos requisitos da tecnicidade, qualidade, sigilo e eficiência, em conformidade com as condições constantes deste Contrato e dos demais termos anexos ao Processo de Dispensa de Licitação nº 011/2016.

§ 1º Deve a CONTRATADA observar os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE na solicitação de informações, estudos e trabalhos, bem como a confidencialidade dos mesmos, sendo proibido, em qualquer hipótese, o fornecimento de documentos e informações aos prestadores dos serviços públicos regulados pela CONTRATANTE.

Cláusula Terceira – Condições De Pagamento

3.1 A CONTRATADA deverá expedir, subsequentemente a entrega do serviço, Nota Fiscal em nome da CONTRATANTE, com a identificação do número do presente Contrato e a discriminação dos serviços prestados, e encaminhá-lo à CONTRATANTE, para a realização do pagamento.

§ 1º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado o valor após a entrega da etapa prevista no exposto no parágrafo § 1º do item 1.1 deste contrato, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda a Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

§ 2º A Nota Fiscal referente ao serviço contratado deverá ser encaminhada aos cuidados da CONTRATANTE juntamente com o serviço prestado em referência, no endereço constante no preâmbulo deste Contrato.

§ 3º O pagamento do serviço contratado será realizado em até 20 (vinte) dias, após a aprovação do Diretor Geral da CONTRATANTE, devendo esta atestar a Nota Fiscal.

§ 4º O Cronograma de desembolso financeiro, mediante a entrega do serviço, se dará da seguinte forma:

Item	Quantidade	Descrição do Item	Valor Total
01	01 (unidade)	Treinamento in company na área de media training e oratória.	R\$ 3.900,00
Valor Total do Contrato			R\$ 3.900,00

§ 5º A apresentação da nota fiscal de serviço em nome da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços, em especial de Certidões Negativas de Débitos Municipais, Estaduais e Federais.

Cláusula Quarta – Vigência do Contrato e do Prazo de Entrega dos Serviços

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

4.2 A presente contratação terá a duração de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, para conclusão da etapa descrita no item 1.1 deste Termo de Referência. O prazo informado será contado a partir da assinatura do Contrato entre as partes, podendo ser prorrogado a critério da Direção Geral da AGIR.

4.3 Caso ocorram motivos de força maior ou as partes julguem necessário ao melhor atendimento dos objetivos deste Contrato, esse prazo poderá ser alterado de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que devidamente justificado.

Cláusula Quinta – Das Obrigações da Contratada

5.1 Além das obrigações naturais decorrentes deste instrumento são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

I – Promover a organização técnica e administrativa do objeto do presente Contrato, de modo a obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas e de habilitação;

II – Conduzir os serviços em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal;

III – Responsabilizar-se total e integralmente, direta e indiretamente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

IV – Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação;

V – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;

VI – Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade;

VII – Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato;

VIII – Não subcontratar o objeto deste contrato, devendo os serviços ser prestados pelos profissionais da CONTRATADA;

IX – Cumprir todas as datas, horários e compromissos estabelecidos formalmente pela CONTRATANTE;

X – Arcar com eventuais danos causados a terceiros, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus contratados, obrigando-se a substituí-los ou indenizando a CONTRATANTE pelo prejuízo causado;

XI – A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados por esta Agência; e

XII – A existência e atuação de fiscalização por parte da CONTRATANTE em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste contrato.

Cláusula Sexta – Das Obrigações da contratante

6.1 Além das obrigações naturais decorrentes do presente contrato constituem obrigações da CONTRATANTE:

I – Pagar o valor devido no prazo avençado;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto em todas as suas etapas;

III – Proceder a todas as diligências necessárias à perfeita execução do serviço; e

IV – Publicar no Diário Oficial dos Municípios o extrato deste Contrato e todas suas alterações.

Cláusula Sétima - Das Penalidades

7.1 A CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento de multa, no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em razão do inadimplemento contratual, devidamente verificado e confirmado pela CONTRATANTE, com a ciência da CONTRATADA, através do devido processo de penalidade.

Cláusula Oitava - Da Rescisão

8.1 O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I – A critério da CONTRATANTE, quando a CONTRATADA:

- a) subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;
- b) não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
- c) falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que prejudique a execução do contrato;
- d) outras hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei nº. 8666/93.

II – Pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE inadimplir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato.

§ 1º. Poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída, sempre, qualquer indenização por parte da CONTRATANTE.

§ 2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade da CONTRATANTE pelo pagamento do objeto executado e não pago.

§ 3º. Quando o CONTRATADA der causa à rescisão do contrato, além da multa prevista neste instrumento, ficará sujeita às seguintes sanções previstas na Lei nº. 8666/93.

Cláusula Nona - Das Despesas Orçamentárias

9.1 Os recursos correrão por conta da Dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta, cujo saldo disponível foi conferido junto ao Departamento de Contabilidade da AMMVI e apresenta-se suficiente.

Cláusula Décima - Do Foro

10.1 As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste instrumento contratual, perante o Foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas. Blumenau (SC), em 02 de dezembro de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

Empresa GECELENE CINTIA LOPES 74646753987 (CNPJ nº 13.389.958/0001-68)

CONTRATADA

GECELENE CINTIA LOPES

Titular/Representante legal – CPF nº 746.467.539-87

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Agente Administrativo CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
--	--

EXTRATO CONTRATO CL Nº 010/2016 - AGIR

E X T R A T O

CONTRATO CL Nº 010/2016

- EXTRATOS CONTRATOS / 2016

NÚMERO DO CONTRATO: 010/2016.

DATA VIGÊNCIA: 02/12/2016 até 31/12/2016.

NÚMERO DO PROCESSO: 011/2016 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: GECELENE CINTIA LOPES 74646753987. (CNPJ nº 13.389.958/0001-68)

OBJETO: Treinamento in company na área de media training e oratória.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Blumenau (SC), em 02 de dezembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

ARIS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2014,
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 07/2014.

Terceiro termo aditivo ao contrato nº 07/2014, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e a empresa METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA/ME

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento – ARIS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Canto, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Adir Faccio e a empresa Metropolitana Viagens Turismo Ltda./ME, estabelecida na Rua Felipe Neves, nº 84, Canto, Florianópolis/SC, CNPJ nº 81.587.693/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. José Carlos Duarte, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E REAJUSTAMENTO:

A Cláusula Terceira, item 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.1. o valor deste contrato é de R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).”

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 23 de novembro de 2016.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

José Carlos Duarte
Representante Legal da Metropolitana Viagens Turismo Ltda/ME

Alexandre Lima Grams
Diretor de Administração e Finanças

Magnus Caramori
Procurador Jurídico da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 313 - Prefeitura Municipal de Luzerna

EXTRATO DE CONTRATO Nº 313/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Luzerna

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Luzerna

CNPJ: 01.613.428/0001-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 154/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

- ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.035,00 (sete mil e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 18 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 314 - Câmara Municipal de Peritiba

EXTRATO DE CONTRATO Nº 314/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Peritiba

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Peritiba

CNPJ: 09.300.643/0001-25

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 317 - Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 317/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO Nº 312/2016 AO CONTRATO 462/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 77.820,00 (setenta e sete mil e oitocentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 18 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 318 - Prefeitura Municipal de Nova Erechim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 318/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.620,00 (quatro mil e seiscentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 319 - Prefeitura Municipal de Bom Retiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 319/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bom Retiro

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

CNPJ: 82.777.343/0001-21

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

- ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.035,00 (sete mil e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 320 - Prefeitura Municipal de Cocal do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 320/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Cocal do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cocal do Sul

CNPJ: 95.778.056/0001-88

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

- ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.685,00 (onze mil e seiscentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 28 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 321 - Prefeitura Municipal de Agronômica

EXTRATO DE CONTRATO Nº 321/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Agronômica

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Agronômica

CNPJ: 83.102.590/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.660,00 (três mil e seiscentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 322 - Prefeitura Municipal de Treze de Maio

EXTRATO DE CONTRATO Nº 322/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Treze de Maio

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Treze de Maio

CNPJ: 82.928.672/0001-26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 323 - Prefeitura Municipal de São Domingos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 323/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Domingos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.180,00 (nove mil e cento e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 324 - Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

EXTRATO DE CONTRATO Nº 324/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

CNPJ: 01.511.659/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

- ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.460,00 (dois mil e quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO ADITIVO N.º 02/2016 AO CONTRATO Nº 423/2015 - 1DOC

TERMO ADITIVO N.º 02/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 423/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME, para a prestação continuada de serviços, qual seja, sistema informatizado integrado oficial de Comunicação Interna e Externa, notadamente, uma plataforma WEB para gestão da comunicação, documentação, atendimento e gerenciamento de atividades, integrada à realidade do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com os módulos Memorandos, Ofícios, Tarefas, Envio de Boletos, Integração IMAP/E-mail, Atas de reunião, Controle de contrato físico, Assinatura Eletrônica, Mala direta, incluindo desenvolvimento, implantação, parametrização, consultoria, licenciamento / direito de uso do software, assinatura digital, SMS, boleto, suporte técnico, conforme as disposições do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2015/CIGA e seus anexos.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA. – ME, situada à Avenida Desembargador Vitor Lima, n.º 260, Sala 908, Bairro Trindade, CEP 88040-400, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.625.833/0001-76, neste ato representada pelo Senhor Jéferson Damião de Castilhos, brasileiro, divorciado, Diretor Operacional, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.098.018, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 423/2015, celebrado em 03 de agosto de 2015, originário do Processo Licitatório n.º 14/2015, Pregão Presencial n.º 01/2015, o que fazem com fundamento na Cláusula Décima (Das Alterações Contratuais) e Décima Nona (Da Vigência), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 423/2015, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 423/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 30 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

JÉFERSON DAMIÃO DE CASTILHOS
1Doc Tecnologia Ltda. - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SOCIAL
Assistente Administrativa do CIGA

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 11/2016 - LINHA LIVRE INTERNET LTDA ME

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 011/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e LINHA LIVRE INTERNET LTDA. ME. , prestação de serviços continuados de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA, usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, em conformidade com as características dispostas no Edital de Pregão Presencial, notadamente em seu Anexo I – Termo de Referência.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e de outro lado lado Linha Livre Internet Ltda. ME, com sede na Rua Cônego Bernardo, n.º 199, casa, Bairro Trindade, CEP 88.036-570, Florianópolis/SC, e CNPJ 04.324.565/0001-85, neste ato representado pelo Senhor Marcelo Emilio Pamplona, brasileiro, casado, diretor comercial, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6167328 – SSP/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 887.808.139-68, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 011/2016, celebrado em 12 de janeiro de 2016, originário do Processo Licitatório 28/2015, referente ao Pregão Presencial 02/2015/CIGA o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93 , e n.º 10.520/2002 e, ainda, na Lei Complementar n.º 123/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 011/2016, nos termos do art. 57 , inciso II da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 011/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 30 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

MARCELO EMILIO PAMPLONA

Diretor Comercial

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SOCAL

Assistente Administrativa – CIGA

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 461/2015

TERMO ADITIVO N.º 02/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 461/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGAE aMH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP, para a locação de equipamentos de impressoras multifuncionais e o fornecimento de suprimentos e consumíveis (toner, revelador, cilindro e grampos, quando for o caso) necessários aos serviços de manutenção e assistência técnica, para atender às necessidades do CIGA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e a empresa MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.977.176/0001-87, estabelecida na Rua Portimão, Quadra 22, Lote 11, Bairro Forquilhas, cidade de São José/SC, neste ato representada por seu representante legal Marcus Vinicius Hoffmann, Gestor de TI, inscrito no CPF sob o n.º 010.221.839-07, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 461/2015, celebrado em 8 de dezembro de 2015, originário do Processo n.º 27/2015, Dispensa de Licitação n.º 21/2015, o que fazem com fundamento na Cláusula Quarta – DA VIGÊNCIA, e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 461/2015, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, e desde que esta prorrogação não exceda o limite máximo imposto pelo inciso II c/c o §1º do artigo 24 da Lei n.º 8.666/93, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 461/2015.

CLÁUSULA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 30 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CONTRATANTE

MARCUS VINICIUS HOFFMANN

MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP

CONTRATADA

Testemunhas:

FERNANDA ROSA SICAL
Assistente Administrativa do CIGA

CIMCATARINA**DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0005_2016 - BELLENZIER PNEUS**

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa BELLENZIER PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Thiago Antunes Teixeira, Lote 14, Quadra 14, Bairro Bela Vista, na cidade de Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0016-05, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0005/2016-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0005/2016, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização
14	0500-3940	PNEU 165/70R13 ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ENERGY	3940-6
15	0500-3941	PNEU 175/70R13 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ENERGY	3941-6
17	0500-3943	PNEU 175/65R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ENERGY	3943-7
18	0500-3944	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ENERGY	3944-5
21	0500-3947	PNEU 185/60R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ENERGY	3947-5
22	0500-3948	PNEU 185/65R14 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ENERGY	3948-6
75	0500-3998	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG01	3998-4
77	0500-4000	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG01	4000-4
79	0500-4002	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG01	4002-4

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE JÁ ESTÃO APROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização
73	0500-3996	PNEU 900R20 COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG01	3996-2
74	0500-3997	PNEU 900R20 COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG01	3997-2

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos

satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 07 de dezembro de 2016.

Claudinei Marcio Morsoletto
Presidente Comissão Especial
Resolução nº 0008/2016

CIS-AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 132-2016 - CISAMVI

RESOLUÇÃO Nº 132, de 07/12/2016

PRESIDENTE DA DIRETORIA DO CISAMVI DELEGA ATRIBUIÇÕES AO DIRETOR EXECUTIVO

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, e pelo artigo 28, em especial pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, do Estatuto do Consórcio Público do CISAMVI, e:

Considerando, os termos da Resolução nº 131/2016, publicada no DOM/SC, Edição nº 2138, do dia 06/12/2016, pág. 702, que contratou para o exercício de 2016, o Sr. Cleones Hostins para o emprego público de Diretor Executivo;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam delegadas ao Diretor Executivo as competências estabelecidas ao Presidente do CISAMVI, respeitados os ditames constantes no Artigo 28, em especial o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, do Estatuto do Consórcio Público do CISAMVI;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de dezembro de 2016.

Blumenau (SC), em 07 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Presidente do CISAMVI

CISAM

BALANCETE FINANCEIRO POR CATEGORIA ECONÔMICA NOVEMBRO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Novembro
Página: 1

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	26.612,88	ORÇAMENTÁRIAS	50.860,07
RECEITA PATRIMONIAL	2.111,78	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	50.860,07
RECEITA DE SERVIÇOS	11.754,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.544,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.633,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.315,29
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.113,20		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	112.216,80	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	115.784,14
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	29,16	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	29,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.121,59	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.360,73
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	52.740,77	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	55.325,98
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	55.325,28	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	56.068,27
SALDOS ANTERIORES	268.017,68	SALDOS ATUAIS	240.203,15
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	196.635,89	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	178.523,59
BANCO C/ MOVIMENTO	71.381,79	BANCO C/ MOVIMENTO	61.679,56
TOTAL	406.847,36	TOTAL	406.847,36

Capinzal, 02/12/2016

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NOVEMBRO/2016

Betha Sistemas
Novembro/2016
Página: 1

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
9	01 CONSÓRCIO INTERM. SANEAM	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
9	01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
1	0101.04 Administração	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
1	0101.04.122 Administração Geral	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
1	0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DI	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
2	04.122.0001.1.001 CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃ	75.231,93	0,00	2.510,93	72.721,00	0,00	2.510,93	0,00
9	4.4.40.00.00.00.00.00.0003 Transferências a Municípios	2.231,93	0,00	2.231,93	0,00	0,00	2.231,93	0,00
9	4.4.40.02.00.00.00.00.0003 Despesa com Transf a Mun P/Apl	2.231,93	0,00	2.231,93	0,00	0,00	2.231,93	0,00
1	4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	73.000,00	0,00	279,00	72.721,00	0,00	279,00	0,00
1	4.4.90.52.06.00.00.00.0000 Aparelhos e Equipamentos de C	0,00	0,00	99,00	0,00	0,00	99,00	0,00
1	4.4.90.52.35.00.00.00.0000 Equipamentos de Processam	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	180,00	0,00
2	04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	560.967,56	32.303,67	344.671,88	216.295,68	34.903,81	305.886,94	38.784,94
2	3.1.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	164.527,56	0,00	72.898,21	91.629,35	11.237,51	72.898,21	0,00
6	3.1.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	210.000,00	30.168,78	168.475,33	41.524,67	18.826,22	148.626,32	19.849,01
2	3.1.90.01.01.00.00.00.0000 Proventos - Pessoal Civil	0,00	0,00	23.274,47	0,00	11.237,51	23.274,47	0,00
6	3.1.90.01.01.00.00.00.0003 Proventos - Pessoal Civil	0,00	0,00	2.966,95	0,00	2.966,95	2.966,95	0,00
2	3.1.90.11.01.00.00.00.0000 vencimentos e salários	0,00	0,00	38.043,95	0,00	38.043,95	38.043,95	0,00
6	3.1.90.11.01.00.00.00.0003 vencimentos e salários	16.921,31	16.921,31	114.112,62	0,00	2.597,28	99.788,59	14.324,03
6	3.1.90.11.43.00.00.00.0003 13º salário	7.722,49	7.722,49	7.722,49	0,00	7.722,49	7.722,49	0,00
2	3.1.90.11.44.00.00.00.0000 férias - abono pecuniário	0,00	0,00	1.608,28	0,00	0,00	1.608,28	0,00
2	3.1.90.13.01.00.00.00.0000 FGTS	0,00	0,00	2.703,66	0,00	0,00	2.703,66	0,00
6	3.1.90.13.01.00.00.00.0003 FGTS	1.971,51	1.971,51	12.285,57	0,00	1.528,14	10.314,06	1.971,51
2	3.1.90.13.02.00.00.00.0000 Contribuições Previdenciárias -	0,00	0,00	7.265,85	0,00	0,00	7.265,85	0,00
6	3.1.90.13.02.00.00.00.0003 Contribuições Previdenciárias -	3.553,47	3.553,47	31.387,70	0,00	4.011,36	27.834,23	3.553,47
3	3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	2.058,50	2.058,50	63.344,65	73.095,35	3.229,59	60.243,13	3.101,52
7	3.3.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	50.000,00	76,39	39.953,69	10.046,31	1.610,49	24.119,28	15.834,41
3	3.3.90.14.14.00.00.00.0000 Diárias no País - Civil	0,00	1.817,00	20.253,20	0,00	1.817,00	20.253,20	0,00
7	3.3.90.14.14.00.00.00.0003 Diárias no País - Civil	0,00	0,00	3.117,96	0,00	0,00	3.117,96	0,00
3	3.3.90.30.01.00.00.00.0000 Combustíveis e Lubrificantes Al	0,00	0,00	356,42	0,00	0,00	356,42	0,00
7	3.3.90.30.01.00.00.00.0003 Combustíveis e Lubrificantes Al	0,00	0,00	1.728,99	0,00	0,00	720,48	1.008,51
3	3.3.90.30.07.00.00.00.0000 Gêneros de Alimentação	0,00	0,00	351,68	0,00	0,00	351,68	0,00
3	3.3.90.30.11.00.00.00.0000 Material Químico	0,00	0,00	5.876,92	0,00	0,00	5.876,92	0,00
7	3.3.90.30.16.00.00.00.0003 Material de Expediente	0,00	0,00	130,00	0,00	0,00	130,00	0,00
3	3.3.90.30.17.00.00.00.0000 Material de Processamento de I	0,00	0,00	45,00	0,00	0,00	45,00	0,00
7	3.3.90.30.17.00.00.00.0003 Material de Processamento de I	0,00	0,00	130,00	0,00	0,00	130,00	0,00
7	3.3.90.30.19.00.00.00.0003 Material de Acondicionamento e	0,00	0,00	555,97	0,00	0,00	555,97	0,00
3	3.3.90.30.21.00.00.00.0000 Material de Copa e Cozinha	0,00	0,00	7,78	0,00	0,00	7,78	0,00
3	3.3.90.30.22.00.00.00.0000 Material de Limpeza e Produção	0,00	0,00	590,94	0,00	0,00	590,94	0,00
3	3.3.90.30.26.00.00.00.0000 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	319,87	0,00	0,00	319,87	0,00
3	3.3.90.30.28.00.00.00.0000 Material de Proteção e Seguran	0,00	0,00	234,67	0,00	0,00	234,67	0,00
3	3.3.90.30.35.00.00.00.0000 Material Laboratorial	0,00	0,00	2.069,43	0,00	0,00	2.069,43	0,00
3	3.3.90.30.96.00.00.00.0000 Materiais de Consumo - Pagam	0,00	0,00	858,95	0,00	0,00	858,95	0,00

Betha Sistemas
Novembro/2016
Página: 2

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
0101.04	Administração	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
0101.04.122	Administração Geral	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE DI	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
04.122.0001.2.001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	560.967,56	32.303,67	344.671,88	216.295,68	34.903,81	305.886,94	38.784,94
7	3.3.90.30.99.00.00.00.0003		60,00	1.128,79		60,00	1.128,79	0,00
7	3.3.90.30.99.00.00.00.0003		0,00	227,58		0,00	227,58	0,00
3	3.3.90.33.01.00.00.00.0000		0,00	136,12		0,00	136,12	0,00
3	3.3.90.36.15.00.00.00.0000		0,00	11.430,74		1.068,34	10.362,40	1.068,34
3	3.3.90.39.05.00.00.00.0000		-0,70	209,30		59,80	209,30	0,00
7	3.3.90.39.05.00.00.00.0003		0,00	11.980,37		0,00	74,37	11.906,00
3	3.3.90.39.08.00.00.00.0000		0,00	467,22		0,00	467,22	0,00
3	3.3.90.39.11.00.00.00.0000		0,00	2.275,10		0,00	2.275,10	0,00
7	3.3.90.39.11.00.00.00.0003		0,00	7.313,00		1.136,00	5.041,00	2.272,00
3	3.3.90.39.16.00.00.00.0000		0,00	265,00		0,00	265,00	0,00
3	3.3.90.39.17.00.00.00.0000		0,00	4.071,54		0,00	4.071,54	0,00
7	3.3.90.39.17.00.00.00.0003		0,00	2.390,00		0,00	2.390,00	0,00
3	3.3.90.39.19.00.00.00.0000		0,00	240,00		0,00	240,00	0,00
3	3.3.90.39.43.00.00.00.0000		0,00	2.000,00		68,43	862,44	1.137,56
3	3.3.90.39.48.00.00.00.0000		0,00	3.809,76		0,00	3.809,76	0,00
7	3.3.90.39.48.00.00.00.0003		0,00	2.840,24		350,00	2.840,24	0,00
3	3.3.90.39.57.00.00.00.0000		0,00	418,80		34,90	383,90	34,90
3	3.3.90.39.58.00.00.00.0000		0,00	2.400,00		163,81	1.764,28	635,72
7	3.3.90.39.58.00.00.00.0003		0,00	2.939,97		0,00	2.939,97	0,00
3	3.3.90.39.69.00.00.00.0000		0,00	1.170,94		0,00	1.170,94	0,00
7	3.3.90.39.69.00.00.00.0003		17,20	76,62		17,31	76,62	0,00
3	3.3.90.39.81.00.00.00.0000		16,39	16,39		6,49	6,49	9,90
7	3.3.90.39.81.00.00.00.0003		0,00	60,00		0,00	60,00	0,00
3	3.3.90.39.95.00.00.00.0000		0,00	576,05		0,00	576,05	0,00
3	3.3.90.39.96.00.00.00.0000		0,00	89,23		0,00	89,23	0,00
7	3.3.90.39.96.00.00.00.0003		0,00	630,00		0,00	630,00	0,00
3	3.3.90.39.97.00.00.00.0000		0,00	696,00		58,00	58,00	638,00
7	3.3.90.39.97.00.00.00.0003		225,00	299,37		0,00	74,37	225,00
3	3.3.90.39.99.00.00.00.0000		0,00	6.364,03		0,00	6.364,03	0,00
7	3.3.90.39.99.00.00.00.0003		0,00	74,20		0,00	74,20	0,00
3	3.3.90.47.10.00.00.00.0000		0,00	74,20		0,00	74,20	0,00
7	3.3.90.47.10.00.00.00.0003		0,00	74,20		0,00	74,20	0,00
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	235.954,69	18.556,40	138.641,75	97.312,94	19.284,46	126.626,19	12.015,56
5	3.1.90.00.00.00.00.00.0000		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
8	3.1.90.00.00.00.00.00.0003		16.376,00	108.390,07		16.530,80	98.012,70	10.377,37
8	3.1.90.11.01.00.00.00.0003		8.948,64	76.851,09		8.829,07	69.426,76	7.424,33
8	3.1.90.11.43.00.00.00.0003		4.474,32	4.474,32		4.474,32	4.474,32	0,00

Betha Sistemas
Novembro/2016
Página: 3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
8	01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
8	01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
8	0101.04 Administração	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
4	0101.04.122 Administração Geral	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
4	0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DI	872.154,18	50.860,07	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
4	04.122.0001.2.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	235.954,69	18.556,40	138.641,75	97.312,94	19.284,46	126.626,19	12.015,56
8	3.1.90.11.44.00.00.00.0003 férias - abono pecuniário		0,00	2.238,92		0,00	2.238,92	0,00
8	3.1.90.13.01.00.00.00.0003 FGTS		1.073,83	7.009,29		890,32	5.935,46	1.073,83
8	3.1.90.13.02.00.00.00.0003 Contribuições Previdenciárias -		1.879,21	17.816,45		2.337,09	15.937,24	1.879,21
4	3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicações Diretas	120.000,00	2.180,40	30.251,68	89.748,32	2.753,66	28.613,49	1.638,19
4	3.3.90.14.14.00.00.00.0000 Diárias no País - Civil		2.180,40	25.177,46		2.180,40	25.177,46	0,00
4	3.3.90.30.01.00.00.00.0000 Combustíveis e Lubrificantes Al		0,00	3.547,71		223,26	1.909,52	1.638,19
4	3.3.90.30.07.00.00.00.0000 Gêneros de Alimentação		0,00	135,69		0,00	135,69	0,00
4	3.3.90.30.16.00.00.00.0000 Material de Expediente		0,00	298,00		0,00	298,00	0,00
4	3.3.90.30.22.00.00.00.0000 Material de Limpeza e Produção		0,00	59,82		0,00	59,82	0,00
4	3.3.90.30.39.00.00.00.0000 Material para Manutenção de Vi		0,00	415,00		0,00	415,00	0,00
4	3.3.90.39.19.00.00.00.0000 Manutenção e Conservação de		0,00	268,00		0,00	268,00	0,00
4	3.3.90.39.48.00.00.00.0000 Serviços de Seleção e Treinam		0,00	350,00		350,00	350,00	0,00
Total da Entidade:			872.154,18	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50
Total Geral:			872.154,18	485.824,56	386.329,62	54.188,27	435.024,06	50.800,50

Capinzal, 02/12/2016

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--

DESPESAS PAGAS NOVEMBRO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 12

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2016 até 30/11/2016
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº At/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Check/Dcto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Ativ	Dct.	Elemento	Credor/Contrato/Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
328	07/2016		01/11/16	09/11/2016	68,43	0,00	68,43	01/11/16	0,00	68,43		0000 44638		2041430		2 04.122.0001	2.001		3 3.390.39.43.00.00.00	18 - CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
329	15/2014		01/11/16	05/11/2016	1.068,34	0,00	1.068,34	01/11/16	0,00	1.068,34		0000 44638		10/2016		176 04.122.0001	2.001		3 3.390.39.15.00.00.00	28 - ALMEIDA ANTONIO SGAZZELLA
330			01/11/16	08/11/2016	5.476,95	0,00	5.476,95	01/11/16	0,00	4.757,61		0000 44638		10/2016		214 04.122.0001	2.001		2 3.190.01.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
331			01/11/16	08/11/2016	5.760,56	0,00	5.760,56	01/11/16	0,00	719,34		0000 44638		10/2016		04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
332			01/11/16	08/11/2016	2.966,95	0,00	2.966,95	01/11/16	0,00	1.996,82		0000 44638		10/2016		215 04.122.0001	2.001		2 3.190.01.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
333			01/11/16	08/11/2016	7.304,76	0,00	7.304,76	01/11/16	0,00	3.222,41		0000 44638		10/2016		04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
334			01/11/16	07/11/2016	1.528,14	0,00	1.528,14	01/11/16	0,00	539,33		0000 44638		10/2016		04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
335			01/11/16	07/11/2016	890,32	0,00	890,32	01/11/16	0,00	2.428,98		0003 44638		10/2016		216 04.122.0001	2.001		6 3.190.01.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
336	41/2016		01/11/16	05/11/2016	254,00	0,00	254,00	01/11/16	0,00	537,97		0003 44638		10/2016		04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
337	41/2016		01/11/16	05/11/2016	243,00	0,00	243,00	01/11/16	0,00	3.193,97		0003 46088		10/2016		217 04.122.0001	2.002		8 3.190.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
338	41/2016		01/11/16	05/11/2016	639,00	0,00	639,00	01/11/16	0,00	4.110,79		0003 46088		10/2016		04.122.0001	2.002		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
339	62/2016		01/11/16	01/11/2016	350,00	0,00	350,00	01/11/16	0,00	1.528,14		0003 44638		10/2016		218 04.122.0001	2.001		6 3.190.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
340			01/11/16	05/11/2016	58,00	0,00	58,00	01/11/16	0,00	890,32		0003 46088		10/2016		219 04.122.0001	2.002		8 3.190.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
341			01/11/16	21/11/2016	4.011,36	0,00	4.011,36	01/11/16	0,00	254,00		0003 44637		147177		100 04.122.0001	2.001		7 3.390.39.11.00.00.00	3 - BETHA SISTEMAS LTDA
342			01/11/16	21/11/2016	2.337,09	0,00	2.337,09	01/11/16	0,00	243,00		0003 44637		147177		101 04.122.0001	2.001		7 3.390.39.11.00.00.00	3 - BETHA SISTEMAS LTDA
343	08/2016		01/11/16	01/11/2016	700,00	0,00	700,00	01/11/16	0,00	639,00		0003 44637		147177		113 04.122.0001	2.001		7 3.390.39.11.00.00.00	3 - BETHA SISTEMAS LTDA
344	08/2016		01/11/16	01/11/2016	300,00	0,00	300,00	01/11/16	0,00	350,00		0000 46088		1754		184 04.122.0001	2.002		4 3.390.39.48.00.00.00	55 - ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - EDEM
345	58/2016		01/11/16	01/11/2016	860	0,00	860	01/11/16	0,00	58,00		0003 44637		6083		202 04.122.0001	2.001		7 3.390.39.97.00.00.00	43 - INTERNET
346	58/2016		01/11/16	01/11/2016	860	0,00	860	01/11/16	0,00	4.011,36		0003 44637		10/2016		220 04.122.0001	2.001		6 3.190.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
347	61/2016		03/11/16	03/11/2016	350,00	0,00	350,00	03/11/16	0,00	2.337,09		0003 46088		10/2016		221 04.122.0001	2.002		8 3.190.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
348	53/2016		03/11/16	03/11/2016	109,97	0,00	109,97	03/11/16	0,00	60,00		0003 44637		10896		222 04.122.0001	2.001		7 3.390.30.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGERS
349	06/2016		03/11/16	03/11/2016	0,11	0,00	0,11	03/11/16	0,00	0,00		0003 44637		0682016		223 04.122.0001	2.001		7 3.390.39.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGERS
					860	0,00	860	01/11/16	0,00	860		0000 44637		11/2016		224 04.122.0001	2.001		3 3.390.39.81.00.00.00	4 - BANCO DO BRASIL
					860	0,00	860	01/11/16	0,00	860		0000 44637		11/2016		224 04.122.0001	2.001		3 3.390.39.81.00.00.00	4 - BANCO DO BRASIL
					33.974,10	940,00	33.034,10		0,00	33.034,10		0003 44638		1753		183 04.122.0001	2.001		7 3.390.39.48.00.00.00	55 - ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - EDEM
					109,97	0,00	109,97	03/11/16	0,00	350,00		0000 46088		197961		155 04.122.0001	2.002		4 3.390.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.
					0,11	0,00	0,11	03/11/16	0,00	0,11		0000 44638		11/2016		18 04.122.0001	2.001		3 3.390.39.81.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2016 até 30/11/2016

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 2/3

Ordem	Processo	Nº Af/Ano	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dócto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	ProAtiv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
350	06/2016		03/11/16	03/11/2016	3,19	0,00	3,19	03/11/16	0,00	3,19		0003 44638		11/2016		225 04,122,0001	2,001	7 3.3,90,39,81,00,00,00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
Total do Dia:																				
351	08/2016		07/11/16	09/11/2016	163,81	0,00	163,81	07/11/16	0,00	163,81	463,27	0000 44638		1611000786		3 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,39,58,00,00,00	63 - OI S.A.	
Total do Dia:																				
352	27/2016		25/11/16	30/11/2016	59,80	0,00	59,80	25/11/16	0,00	59,80	163,81	0000 44638		159		45 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,39,05,00,00,00	100 - ANETTRA - ASS. E CONSULTORIA EM SEGURANCA DO TRABA	
353			25/11/16	30/11/2016	4,474,32	0,00	4,474,32	25/11/16	0,00	2,518,78		0003 46088				226 04,122,0001	2,002	8 3.1,90,11,43,00,00,00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
Total do Dia:																				
354			25/11/16	30/11/2016	7,722,49	0,00	7,722,49	25/11/16	0,00	1,173,10		0003 46088		11/2016		04,122,0001	2,002	46 - FOLHA DE PAGAMENTO		
Total do Dia:																				
355	53/2016		18/2016	25/11/16	113,29	0,00	113,29	25/11/16	0,00	113,29		0000 46088		20/2055		155 04,122,0001	2,002	4 3.3,90,30,01,00,00,00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	
356			25/11/16	25/11/2016	1,090,20	0,00	1,090,20	25/11/16	0,00	1,090,20		0000 46088		52/2016		230 04,122,0001	2,002	4 3.3,90,14,14,00,00,00	67 - NASSER IBRAHIM	
357			25/11/16	25/11/2016	1,090,20	0,00	1,090,20	25/11/16	0,00	1,090,20		0000 46088		53/2016		231 04,122,0001	2,002	4 3.3,90,14,14,00,00,00	66 - BRUNO CESAR SCHMITT	
358			25/11/16	25/11/2016	1,090,20	0,00	1,090,20	25/11/16	0,00	1,090,20		0000 44638		54/2016		232 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,14,14,00,00,00	102 - ELISABET MARIA ZANELA SARTORI	
Total do Dia:																				
359			28/11/16	28/11/2016	55,55	0,00	55,55	28/11/16	0,00	55,55	15,640,50	0000 44637		55/2016		233 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,14,14,00,00,00	116 - LEOMAR EGGERS	
360			28/11/16	28/11/2016	87,53	0,00	87,53	28/11/16	0,00	87,53		0000 44637		55/2016		234 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,14,14,00,00,00	116 - LEOMAR EGGERS	
361			28/11/16	28/11/2016	583,72	0,00	583,72	28/11/16	0,00	583,72		0000 44637		55/2016		235 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,14,14,00,00,00	116 - LEOMAR EGGERS	
362	06/2016		28/11/16	28/11/2016	3,30	0,00	3,30	28/11/16	0,00	3,30		0003 44638		11/2016		225 04,122,0001	2,001	7 3.3,90,39,81,00,00,00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
Total do Dia:																				
363	12/2016		30/11/16	30/11/2016	730,10	0,00	730,10	30/11/16	0,00	730,10		0000 44638		3194		9 04,122,0001	2,001	3 3.3,90,39,57,00,00,00	110 - M.A.C. COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA	
364			30/11/16	30/11/2016	1,524,31	0,00	1,524,31	30/11/16	1,524,31	0,00		0003		11/2016		237 04,122,0001	2,002	8 3.1,90,11,01,00,00,00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 3/3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2016 até 30/11/2016
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dcto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Alv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida	
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																					
365			30/11/16	30/11/2016	2.597,28	0,00	2.597,28	30/11/16	2.597,28	0,00		0003		11/2016	238 04.122.0001	2.001		6 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO		
Total do Dia:											34,90										
Total da Entidade:											50.066,68										
Total do Período:											50.066,68										

Capitula, 02/12/2016

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030697/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

RECEITAS REALIZADAS - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO NOVEMBRO/2016

Betha Sistemas

Santa Catarina

Exercício de 2016

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Novembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	26.612,88	331.530,37
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS		26.612,88	331.530,37
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		23.499,68	294.835,13
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		2.111,78	31.605,11
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		2.111,78	31.605,11
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		2.111,78	31.605,11
4.1.3.2.5.00.99.00.00.00 Remuneração de outros depósitos não vinculados	0000	2.111,78	31.605,11
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		11.754,62	140.894,87
4.1.6.0.0.05.00.00.00.00 Serviços de Saúde		0,00	338,30
4.1.6.0.0.05.03.00.00.00 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0000	0,00	338,30
4.1.6.0.0.20.00.00.00.00 Serv. Consultoria, Assist.Técnica e Analise Proj		11.754,62	140.556,57
4.1.6.0.0.20.03.00.00.00 Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamen	0000	12.493,91	142.018,90
9.1.6.0.0.20.03.00.00.00 DEVOLUCAO DE RECEITA COM REGULAÇÃO	0000	-739,29	-1.462,33
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		9.633,28	121.506,34
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		9.633,28	121.506,34
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		9.633,28	121.506,34
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		9.633,28	121.506,34
4.1.7.2.3.37.01.00.00.00 Contribuições de Rateio		9.633,28	121.506,34
4.1.7.2.3.37.01.01.00.00 Município de Capinzal/Ouro	0000	0,00	12.594,89
4.1.7.2.3.37.01.02.00.00 Municípios de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzama	0000	2.274,36	25.017,96
4.1.7.2.3.37.01.03.00.00 Município de Campos Novos	0000	1.197,89	13.176,79
4.1.7.2.3.37.01.04.00.00 Município de Alto Bela Vista	0000	1.317,29	9.919,29
4.1.7.2.3.37.01.05.00.00 Município de Fraiburgo	0000	1.848,58	12.940,12
4.1.7.2.3.37.01.07.00.00 Município de Zortéa	0000	0,00	3.876,57
4.1.7.2.3.37.01.09.00.00 Município de Frei Rogério	0000	284,75	20.671,23
4.1.7.2.3.37.01.10.00.00 Município de Brunópolis	0000	757,42	8.331,62
4.1.7.2.3.37.01.11.00.00 Município de Abdon Batista	0000	1.952,99	14.977,87
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	828,81
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora		0,00	75,29
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora das Contribuições		0,00	75,29
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições		0,00	75,29
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00 M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	0000	0,00	75,29
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		0,00	753,52
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	0000	0,00	753,52
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL		3.113,20	36.695,24
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.113,20	36.695,24
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		3.113,20	36.695,24
4.2.4.2.3.00.00.00.00.00 Transferências dos Municípios		3.113,20	36.695,24
4.2.4.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		3.113,20	36.695,24
4.2.4.2.3.37.01.00.00.00 Contribuições de Rateio		3.113,20	36.695,24
4.2.4.2.3.37.01.01.00.00 Município de Capinzal/Ouro	0000	0,00	3.054,91
4.2.4.2.3.37.01.02.00.00 Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzama	0000	551,65	6.068,15
4.2.4.2.3.37.01.03.00.00 Município de Campos Novos	0000	290,55	3.196,05
4.2.4.2.3.37.01.04.00.00 Município de Alto Bela Vista	0000	403,98	2.997,26
4.2.4.2.3.37.01.05.00.00 Município de Fraiburgo	0000	448,38	3.138,62
4.2.4.2.3.37.01.07.00.00 Município de Zortéa	0000	0,00	940,28
4.2.4.2.3.37.01.09.00.00 Município de Frei Rogério	0000	163,56	7.833,41
4.2.4.2.3.37.01.10.00.00 Município de Brunópolis	0000	368,94	4.058,34
4.2.4.2.3.37.01.11.00.00 Município de Abdon Batista	0000	886,14	5.408,22
Receita Extra Orçamentária	Recurso	0,00	0,00
Total Geral :		26.612,88	331.530,37

Capinzal, 02/12/2016

ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTELEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030937/O-8SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CIAPS**ATA DA 7ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) – CIAPS**

ATA DA 7ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis (02/05/2016), às nove horas, na Prefeitura Municipal de Apiúna, na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, no Município de Apiúna - SC, reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, o Coordenador do CIAPS – Sr. Fredy Richard Eichstaedt e Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI (OAB/SC 17692), para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS; 3 – Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Assessor Jurídico da AMMVI, Dr. Luiz Claudio Kades, que tratou dos procedimentos para alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, conforme estabelece o art. 23 do Estatuto do Consórcio Público, bem como relatou que será proposta posteriormente uma alteração mais profunda nos instrumentos jurídicos do Consórcio, mas que, no momento será tratado apenas de situações pontuais que demandam maior urgência. Deste modo, foi discutido o Projeto de Resolução apresentado pela Assessoria Jurídica da AMMVI, após discussão prévia com a Diretoria do Consórcio, que “estabelece os textos básicos para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS”, bem como designa a Comissão Especial “encarregada de coordenar os trabalhos de elaboração do Projeto Final de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, incluindo o recebimento e deliberação sobre propostas de emendas ou alterações no ante-projeto”. Debatido o assunto, decidiu-se que a Comissão Especial será composta pelos Prefeitos dos Municípios de Rodeio e Ascurra e pelo Assessor Jurídico da AMMVI – Dr. Luiz Claudio Kades, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo, sendo que a Comissão Especial poderá propor alterações ao texto básico apresentado em anexo na minuta da Resolução e/ou receber propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até a data de 10 de Maio de 2016, quando então deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto a ser apresentado na Assembleia Geral. Relativamente as alterações propostas, as mesmas ficam restritas ao aumento do número de vagas para os empregos de Psicólogo, Técnico de Enfermagem e Auxiliar Administrativo, de uma para duas de cada emprego, e autorização para contratação temporária até a realização de Concurso Público para os casos em que não houve candidatos aprovados no último Concurso Público realizado. A alteração pretendida se justifica pela necessidade de cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde para cadastramento do Centro Regional de Atenção Psicossocial, na modalidade I, operado pelo Consórcio Público para regularidade de sua atuação e garantia de recebimento dos recursos necessários à sua manutenção e funcionamento. Colocado em deliberação, os Prefeitos aprovam os textos preliminares das alterações e da minuta de Resolução. Por último, em Assuntos diversos, foi informado que o Consórcio Público precisa de mais servidores para atender as exigências de equipe mínima definida pela Portaria nº 336 do Ministério da Saúde para aprovação do cadastro de CAPS I, donde serão promovidas as alterações necessárias no Protocolo de Intenções e no Estatuto, conforme deliberado nesta Assembleia. Neste mesmo sentido, o Presidente tratou da necessidade de contratação temporária de um servidor para atuar como psicólogo visto que o titular se encontra afastado do emprego em razão de ocupar a Coordenadoria Executiva do CIAPS. Para isso, sugeriu a chamada de candidato habilitado no Concurso Público nº 01/2015, evitando-se a necessidade de realização de processo seletivo para tal função. Também registrou que deve ser contratado mais um servidor de nível médio como Auxiliar Administrativo, o qual, após alterações, também poderá ser convocado da lista de espera decorrente do Concurso Público. Da mesma forma, diante da ausência de candidatos ao emprego de Técnica de Enfermagem no Concurso Público realizado em 2015 e frente a realização de Processo Seletivo pela própria municipalidade de Apiúna, sugeriu que o Consórcio Público se utilize do cadastro de selecionados para contratação temporária nesta área, após a aprovação das alterações tratadas nesta reunião, até que se realize Concurso Público para efetivação de servidores nesta função. Colocadas em discussão estas proposições, houve consenso de sua necessidade e pertinência, com aprovação unânime dos Prefeitos. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro Moacir Polidoro Paulo Roberto Weiss
Município de Apiúna Município de Ascurra Município de Rodeio

Luiz Claudio Kades Fredy Richard Eichstaedt
Assessor Jurídico – AMMVI Coordenador Executivo do CIAPS
Secretário “ad-hoc”

ATA DA 8ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) - CIAPS

ATA DA 8ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis (11/05/2016), às nove horas, na Prefeitura Municipal de Apiúna, na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, no Município de Apiúna - SC, reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, o Coordenador do CIAPS – Sr. Fredy Richard Eichstaedt e Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI (OAB/SC 17692), para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Aprovação das alterações ao Protocolo de Intenções e ao Estatuto do CIAPS. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente repassou a palavra ao Presidente da Comissão Especial designada para conduzir o processo de alteração do protocolo de Intenções e do Estatuto do CIAPS, o qual informou que findo o prazo estabelecido na 7ª Assembleia Geral do Consórcio sem apresentação de emendas e de destaques, as redações finais das

alterações do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial permanecem iguais aquelas apresentadas como texto básico, razão pela qual são apresentadas à Assembleia, as quais, depois de lidas, foram aprovadas por unanimidade na forma que segue: a) REDAÇÃO FINAL PARA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CIAPS: "(...)"

12.5 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente: I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II - na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 -

12.6.1 -

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

.....

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
02	Psicólogo	40 horas	R\$ 3.255,35
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.662,31
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.800,83
.....

(...)” e b) REDAÇÃO FINAL PARA ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO CIAPS: "(...) Art. 44 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente:

I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II - na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, inclusive com possibilidade de aproveitamento de seleção realizada pelo Município sede do Consórcio Público, respeitada a ordem de classificação dos candidatos remanescentes.

Art. 45 -

§ 1º -

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

§ 3º -

.....

Art. 47 -

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
02	Psicólogo	40 horas	R\$ 3.255,35
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.662,31
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.800,83
.....

§ 1º -

..... ”

Assim apresentadas e aprovadas em caráter terminativo, ficou estabelecido que a Assessoria Jurídica da AMMVI deverá providenciar o encaminhamento da minuta de projeto de lei com a redação final da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, para que os Municípios submetam a ratificação do Poder Legislativo. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro Moacir Polidoro Paulo Roberto Weiss
Município de Apiúna Município de Ascurra Município de Rodeio

Luiz Claudio Kades Fredy Richard Eichstaedt
Assessor Jurídico – AMMVI Coordenador Executivo do CIAPS
Secretário “ad-hoc”

REPUBLICAÇÃO: EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - CIAPS

Apiúna, 06 de dezembro de 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 9ª Assembleia Geral (Extraordinária), a acontecer no dia 16/12/2016 (dezesesseis de dezembro – sexta-feira), às 15h00min, tendo por local a sede do CIAPS, sito à rua Quintino Bocaiúva, 542 – Centro, Apiúna, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

1. Leitura e aprovação da ata anterior;
2. Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Conselho Fiscal, e indicação/confirmação do Coordenador Executivo;
3. Assuntos diversos.

Nicanor Morro
Presidente CIAPS

REPUBLICAÇÃO: EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ORDINÁRIA - CIAPS

Apiúna, 06 de dezembro de 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 10ª Assembleia Geral (Ordinária), a acontecer no dia 16/12/2016 (dezesesseis de dezembro – sexta-feira), às 15h40min, tendo por local a sede do CIAPS, sito à rua Quintino Bocaiúva, 542 – Centro, Apiúna, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

1. Leitura e aprovação da ata anterior;
2. Aprovação orçamentária de 2017;
3. Assuntos diversos.

Nicanor Morro
Presidente CIAPS

